Livraria Brazileira
Tancredo de Barros Paiva
Rua do Lavradio, 133
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTHECA PUBLICA ESTADUAL
Estado do Espirito Santo

DICCIONARIO GEOGRAPHICO

HISTORICO POLITICO E LITTERARIO

DO REINO DE

PORTUGAL E SEUS DOMINIOS

II

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO
BIBLIOTECA

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE LAEMMERT
Rua dos Invalidos, 61 B

DICCIONARIO GEOGRAPHICO

HISTORICO POLITICO E LITTERARIO

DO REINO DE

PORTUGAL E SEUS DOMINIOS

CONTENDO

A DESCRIPÇÃO DAS SUAS PROVINCIAS, DISTRICTOS E COLONIAS,
CIDADES, VILLAS, ALDÈAS E LUGARES PRINCIPAES;
SUA POPULAÇÃO, SUPERFICIE, INDUSTRIA, COMMERCIO, AGRICULTURA, PRODUCÇÕES DOS
TRES REINOS DA NATUREZA; SEUS RIOS, MONTES,
PORTOS, LAGOS E MAIS NOTAVEIS CURIOSIDADES NATURAES E MONUMENTOS;
O RENDIMENTO, DESPEZA E DIVIDA DO ESTADO, FORÇA DE TERRA E MAR,
FORMA DE GOVERNO, DIVISÃO POLITICA, MILITAR E ECCLESIASTICA, CARACTER E COSTUMES
DOS HABITANTES, ORDENS MILITARES E A GENEALOGIA
DAS RAINHAS, PRINCIPES E PRINCEZAS QUE EM PORTUGAL TEM HAVIDO.
FINALMENTE A SUA HISTORIA LITTERARIA ATÉ O PRESENTE
NA QUAL SE DÁ NOTICIA DE PERTO DE TREZENTOS ESCRIPTORES DOS MAIS NOTAVEIS,
E FINALISA COM A SUA HISTORIA POLITICA ATÉ A ÉPOCA ACTUAL.

Obra colligida e composta durante muitos annos de residencia, conhecimentos locaes e bastantes investigações no Reino, bem como com o auxilio de numerosos manuscriptos e de obras publicadas em diversas linguas por escriptores tanto antigos como modernos e de muitos documentos officiaes;

POR

PAULO PERESTRELLO DA CAMARA,

Autor da Descripção geral de Lisboa e seus Arredores; da Theoria de Fracções Complexas e Proporções; do Resumo biographico d'alguns Classicos Portuguezes; das Memorias sobre a Ilha da Madeira; do Tratado de Arithmetica commercial; da Collecção de Proverbios Idiotismos e Anexins da Lingua Portugueza, &c., &c.

Tomo Segundo

RIO DE JANEIRO

PUBLICADO E Á' VENDA EM CASA DOS EDITORES-PROPRIETARIOS

EDUARDO E HENRIQUE LAEMMERT

Rua da Quitanda N.° 77

1850

PROV
946.903
C172d
1850
t.2

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO
SETOR DA PROVÍNCIA
Nº CONTROLE
44067
Nº TOMBO
042021

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO
BIBLIOTECA
Nº 415/72
DATA: 23.6.72
23 JUN 1972

DICCIONARIO GEOGRAPHICO

HISTORICO E POLITICO

DE PORTUGAL

E SEUS DOMINIOS EM 1850

SEGUNDA PARTE. — GEOGRAPHIA POLITICA.

PAIZES QUE FORMÃO A MONARCHIA PORTUGUEZA.

Nunca Estado algum apertado em limites tão estreitos como Portugal estendeu em menos tempo o seu dominio sobre paizes tão vastos e remotos. Desde a gloriosa conquista de Ceuta em 1415, até á perdição d'El-Rei D. Sebastião em Alcacer-Quibir em 1578, este povo, como diz Balbi, animado de uma actividade sem exemplo, descobre os archipelagos da Madeira, Açores, Canarias, Cabo Verde, costa e ilhas de Guiné, explora e faz numerosos estabelecimentos no litoral da Africa occidental; dobra o terrivel Cabo das Tormentas, submette ao seu dominio ou faz tributarios os principes mouros da costa oriental africana, arrebata das mãos dos Arabes a navegação e commercio da India e Mar-Vermelho, do qual estavão de posse havia seculos, e assombrando os povos do Oriente com prodigios de audacia e valor, consegue estabelecer-se em Ormuz, Diu, Damão, Goa, Bombaim, Cochim, Calicut, Ceylão, Meliapor, Malaca, &c., abrindo-se caminho pelo vasto archipelago da Oceania para Java, Borneo, Timor, Solor, Molucas, China e Japão, ao

passo que outros intrepidos navegantes da mesma nação descobrem a Nova Hollanda, Nova Guiné e outras terras na quinta parte do mundo. Por outro lado, havendo o acaso levado Pedro Alvares Cabral ás costas do Brasil, ahi formão estabelecimentos em diversos pontos, e em menos de um seculo todos os vastos e ferteis terrenos comprehendidos entre o Amazonas e Prata, ou para melhor dizer, entre o Oyapoc em lat. N. 4°, e o extremo do lago Mirim em lat. S. 34°, se achão submettidos ao seu dominio, em grande distancia para o sertão.

Mais de cento e cincoenta Reis ou Regulos forão tributarios d'El-Rei D. Manoel, e os mais poderosos Monarchas da Europa e Oriente solicitárão a sua alliança. Os multiplicados esforços que os Reis submettidos fazião para sacudir o jugo portuguez só servião para patentear a sua fraqueza e provar a superioridade deste povo valoroso e emprehendedor. Novas conquistas e novas acquisições, que erão seu infallivel resultado, aggravavão-lhes os ferros, augmentavão as forças e consolidavão o imperio colossal dos Portuguezes nessas longinquas regiões. Tanta gloria e tanto poderio desapparecerão como o relampago durante o jugo castelhano. Alguns fracos estabelecimentos disseminados em vastos mares, litoraes e sertões immensos, e o uso generalisado da lingua portugueza, que ainda hoje se conserva nas mais remotas partes do Oriente e Brasil, são os unicos monumentos que attestão a gloria e o poder deste povo no tempo dos Albuquerques, Castros, Pachecos, &c., tal como o Pantheão, os obeliscos e amphitheatros da moderna Roma são as unicas reminiscencias do esplendor da antiga e eterna cidade no tempo dos Cesares, ou no zenith da grandeza da Republica.

Se todavia já não resta aos Portuguezes de suas conquistas, mais que os destroços de um vasto imperio adquirido por suas proezas e valor, possuem comtudo ainda, nos

seus vastos territorios da Africa, nas Ilhas do Atlantico, Oceania e India, preciosos mananciaes, ferteis e de bastante importancia politica. Com effeito, depois da Russia e Inglaterra, é Portugal a potencia europea que maior superficie de dominios possue, como adiante veremos, formando um total maior de 106,000 leguas quadradas, isto é, seis vezes maior que a superficie da França. (*Veja-se Almanak de Gotha, anno de* 1849, *pag.* 551), e uma população de 5:530,000 habitantes subditos e tributarios. Verdade é que os territorios na Africa continental, Asia e Oceania se acháo em condição desfallecida, mas offerecem tantos recursos, que uma boa administração de dez annos nas mãos de um governo intelligente e activo lhes daria grande parte da riqueza e importancia commercial e politica á qual a variedade de suas ricas producções parece tê-los destinado. Na resenha da população destes paizes, consideramos como territorio portuguez todo aquelle que não estava occupado de direito por outros povos independentes, bem que immensos espaços estejão habitados por indigenas selvagens mais ou menos numerosos: admittimos este principio á imitação da Inglaterra, que considera como territorio seu todo o que está ao N. do rio de S. Lourenço, e medeia com a União Americana, entre o Oceano Atlantico e o Pacifico, fóra a America Russa e a Groenlandia. Segundo pois essa base politica, deve-se considerar como territorio portuguez na costa occidental da Africa todo o espaço comprehendido de N. a S., entre os cabos Lopes e Negro entre 7°, 52', até 18° perto de Cabo Frio, e na Oriental todo o espaço que medeia desde o Cabo Delgado até á embocadura do rio de Lourenço Marques, porém ambas com uma largura irregular, e mesmo indeterminada, bem que nos cadastros do governo portuguez se considere quanto á Africa Occidental o limite interno na cordilheira

central do Congo, que se dirige de N. a S., e que dá nascença aos rios Coango ou Zaire, Coanza, Catumbeba e outros; e na Occidental os montes centraes de Lupata, que tambem seguem a direcção de N. a S. Quanto ás possessões nas ilhas da Oceania, veja-se o que fica dito a pag. 293 do 1.° vol., e ás demais da Africa e Asia a pag. 64, 98, 113, 334 e 450, além d'*Açores* e *Madeira*.

Admittidos pois estes traços geraes, conhecidos por differentes tratados, temos que a corôa portugueza no presente anno de 1850 compõe-se das seis grandes divisões seguintes, cuja população e superficie approximativamente englobaremos em um succinto mappa, porém que sob seus respectivos titulos, exceptuando o reino, vão circumstanciadamente descriptos na 1.ª parte desta obra, e são:

	População.	Superficie em leg. de 20 ao grão.
1.° Portugal continental na Europa e ilhotas adjacentes e encravadas	3:397,412	3,150
2.° Açores, Madeira e Porto Santo	370,000	240
3.° Governos de Cabo Verde, Cacheu e Bissau, Angola, Benguella, parte do Congo, &c., S. Thomé e Principe, &c.	708,000	22,000
4.° Moçambique e suas dependencias. . . .	400,000	28,000
5.° Gôa e suas dependencias	430,000	350
6.° Macáu e possessões na Occania. . . .	225,000	52,600
Total.	5:530,432	106,340

Cumpre declararmos que seguimos a opinião de Adriano Balbi relativamente á superficie do reino; a do Almanak de Gotha de 1849 quanto ás colonias de Africa, Asia e Oceania*; porém no que diz respeito aos archipe-

* Tributamos a maior consideração ao Almanak de Gotha, e julgamos ser a producção estatistico-politica mais exacta e respeitavel de quantas se publicão na Europa: achamos comtudo demasiada a superficie que na Occania concede a Portugal, extensão até superior ao total dessas ilhas quando mesmo pertencessem exclusivamente a esta corôa, quando é facto conhecido que os Hollandezes possuem boa parte dellas e os indigenas habitão uma grande extensão onde nunca chegou o dominio portug. Adiante fallaremos sobre o mesmo assumpto.

lagos dos Açores e Madeira, escrevemos segundo nossos conhecimentos praticos e experiencia. No tocante á população em geral do reino, é tal qual vem inserta no Almanak de Lisboa de 1848 a 1849; na demais consultem-se os seus artigos na 1.ª parte desta obra, assim como os nomes de cada uma das antigas provincias, e o mappa que adiante apresentamos da sua respectiva população e divisão em 17 districtos administrativos, pois que tudo ahi se acha categoricamente desenvolvido: trataremos agora da mais importante porção da monarchia que é:

PORTUGAL CONTINENTAL NA EUROPA.

Limites, Superficie.

Esta região occupa quasi todo o lado occidental da peninsula Iberica ou Hispanica, sendo no continente da Europa o reino mais situado ao Poente, entre 36°, 55' e 42°, 7' de latitude Norte, e 8°, 35' e 11°, 44' de longitude a Oeste de Paris (isto é, ao Nascente Miranda do Douro, e ao Poente o cabo da Roca). O seu maior comprimento de N. a S., desde Chaviães 1 leg. ao N. de Melgaço, junto ao rio Minho até ao cabo de Santa Maria no Algarve, é de 103 leg. de 20 ao gráo, e a sua maior largura em linha recta de Nascente a Poente desde o districto de Campo-Maior até o cabo da Roca é de 44 leg., mediando por vezes de 27 a 36; a sua superficie não excede 3,150 leg. de 20 ao gráo. Este computo, o qual ao nosso ver, e no de muitos estadistas, é o mais approximado e provavel, deduz-se em parte dos trabalhos geodesicos de alguns

governadores dos 17 districtos administrativos do reino, e da opinião de cordatos escriptores. *

Ao Norte e Nascente a Hespanha o limita, ao Sul e Poente o Oceano. O Minho desde a sua foz até Chaviães perto de Melgaço, dahi para S. E. o riacho Folia, que passa por Castro Laboreiro, e em direcção ao S. servem-lhe de limite alguns ramos das serras da Gavieira, Gamão, Suajo e Gerez, até perto de Montalegre. Aqui finda o limite de Nordeste da provincia do Minho com a corôa hespanhola em lat. N. 41°, 45', e começa o septentrional da de Trás-os-Montes, o qual segue quasi sempre na mesma latitude, salvas algumas sinuosidades e na distancia de 29 a 30 leg. para o Nascente até á povoação leoneza de Riomanzanas 2 leg. a N. E. de Bragança, e dahi se dirige para o Sul e Este, passando a mesma linha divisoria a 1/2 leg. de Outeiro, até entestar no Douro com a povoação de Quitello 2 leg. a N. E. de Miranda: segue logo para o S. com o mesmo rio até á foz do Águeda em frente de Castro d'Alva, entra no rio Tourões, affluente do mesmo, corta a serra de Gata 1 leg. a E. de Alfaiates, e junto a Penamacor, começa o seu limite natural no rio Elgas até desembocar no Tejo 1/2 leg. a Oeste de Alcantara. Aqui

---

* Ha comtudo notavel divergencia a este respeito da parte de todos os autores que tem tratado esta materia, e de tanta desproporção, que deve ser attribuida ás suas medidas itinerarias, contando alguns por leguas de 25, de 20, de 18; por leguas geographicas de diversos paizes; por milhas, kilometros, &c. Julgue-se disso pelas seguintes differenças: Bory de S. Vincent lhe dá 3,487 leg. quadradas; Chelling 4,566; Balbi 3,150; Franzini 4,922; Malte-Brun 5,035; Soulier de Sauve 5,125; Urucullú 3,150; S. Laurent 4,870; Mac-Cullok 4,062; e Claudio Adriano da Costa 2,950; numero com o qual tambem se conforma o Almanak de Gotha. Nenhum autor porém de todos estes se achou tanto ao alcance de poder avaliar a superficie do paiz como Balbi em 1820, pois o governo lhe facultou todos os documentos officiaes a isso relativos, accrescendo ser um autor de já bem fundada reputação em sciencias geographicas e geodesicas: por isso o seu algarismo de 3,150 leg. quadradas em que orçou a superficie de Portugal é o que adoptamos.

recúa 7 leg. na direcção do mesmo Tejo para o Poente, e torna a começar no rio Sever perto de Montalvão, seguindo para S. E. até entestar no rio Xevora em Ouguela, continúa a seguir na mesma direcção onde por algum espaço o Caya lhe serve de fronteira até desembocar no Guadiana, o qual corta em frente de uma ilhota na direcção de S. E. até á povoação andaluza de Ensina Sola, em long. O. de Paris 9°, 24'; torna a cortar sinuosamente para Oeste até seguir o rio Chança, e este desembocar finalmente no Guadiana, em seu ultimo limite meridional, 1 leg. ao N. de Alcoutim, e dahi segue até o Oceano em long. 9° 46' de Paris e 1° 43' a E. de Lisboa.

ASPECTO PHYSICO DE PORTUGAL.

Montanhas, Planicies, Ilhas adjacentes.

Nenhum paiz da Europa é tão favorecido da Natureza como a Peninsula Iberica, mas principalmente a região portugueza. Montanhas inaccessiveis e proprias a sustentarem uma guerra de nacionalidade e independencia protegem o paiz de qualquer tentativa estrangeira. A variedade do seu clima permitte a muitas producções dos tropicos de se unirem no seu fertil solo ás da zona temperada. Terrenos alcantilados aos quaes só falta a lavoura para se abastecerem de util vegetação: outeiros e varzeas onde prosperão cepas de enormes dimensões produzindo delicados vinhos: arvores de toda a qualidade de frutas da zona temperada e as melhores laranjas da Europa; valles e planicies cuja terra é fecundada por innumeros regatos; caudalosos rios que, correndo parallelamente podem, com o auxilio de alguns canaes manter faceis communicações: são estes os elementos de uma

riqueza agricola que outros paizes lhe invejão, e que utilisados pela industria produzirião mais preciosos thesouros que suas vastas colonias. Para conhecer-se com mais individuação o aspecto physico do paiz, consulte-se no Diccionario cada artigo das suas provincias de per si, bem como o que dizemos relativamente á *Agricultura*, *Producções*, *Industria*, *Commercio* e *Clima*.

Apezar de serem tão numerosas e altas as montanhas que cobrem o solo de Portugal, é este paiz raramente exposto aos desastres causados pelo granizo (*pedra*), trombas, borrascas e inundações que tanto affligem o reino vizinho; só durante o inverno e outono é que troveja com força, e raros são os exemplos dos estragos causados pelo raio. Unicamente nos mais altos pincaros da serra da Estrella e de Suajo, na Gavieira e Montezinho, é que se conserva a neve durante a maior parte do anno. Para finalisar este artigo sobre as montanhas, transcreveremos da Geographia de Balbi, edição de 1838, alguns cumes mais altos que se achão nas seis antigas provincias.

Entre Douro e Minho.	Serra de Soajo (Gavieira).	7,400 pés acima do mar.
	» do Gerez	7,318
	» de Santa Luzia, mais alto cume	2,100
Trás-os-Montes	» de Montezinho	7,000
	» do Marão	4,400
	» da Nogueira	3,500
Beira	» da Estrella	6,460
	» do Caramulo	1,760
	» do Bussaco	1,650
Estremadura	» da Louzã	2,300
	» de Montejunto	2,180
	» de Minde	2,150
	» de Cintra	1,800
Alemtejo	» d'Ossa	2,030
	» de Portalegre	2,000
	» de Marvão	1,600
Algarve	» de Monchique (Foja.)	3,830
	» de Monchique (Picota.)	3,700
	» de Monte Gordo	2,100
	» de Figo	2,000

Se exceptuarmos neste reino algumas *planicies* que existem sobre as costas, principalmente a que se estende desde a foz do Minho á do Douro, as alturas, planos ou *platós* de Chaves, Montalegre, campos de Villariça e Bragança em Trás-os-Montes, as campinas do Vouga desde a serra de Alcoba a Ovar, e até as costas d'Aveiro; os amenissimos campos de Coimbra e o plató de Viseu na Beira; as planicies da Golegãa, as da esquerda do Zezere até á raia, os terrenos alagadiços das Lezirias do Tejo, as suas margens da esquerda, principalmente Alpiarça, Salvaterra, &c., e finalmente as planicies e platós do Alemtejo e litoral do Sul do Algarve, póde-se dizer que o resto do paiz se compõe de serras, valles e outeiros, porém geralmente dotado de excellente torrão mui susceptivel de cultura. As *ilhas* e ilhotas que estão adjacentes ao continente do reino, ou nelle encravadas, em pouco avultão, e já vem descriptas a pag. 237 do Diccionario; consultem-se tambem os nomes citados nesse artigo. Não podemos incluir nesta classificação as ilhas portuguezas do Oceano Atlantico, Açores e Madeira, por se acharem distantes algumas mais de 250 leg., e por conseguinte não *adjacentes:* consultem-se os seus artigos.

RIOS, LAGOS, CABOS, PORTOS E ENSEADAS.

Bem que os principaes *rios* que atravessão Portugal para se lançarem no Oceano nasção na Hespanha, alguns tambem ha oriundos no paiz, cujo curso geralmente rapido por terem pouco espaço a percorrer e surgirem de altos montes, difficilmente se tornarião em geral navegaveis: nos da primeira classe contaremos o *Tejo, Douro, Guadiana, Minho, Tamega, Tua, Agueda, Sabor, Lima* e *Cavado;* dos que tem seu manancial no reino,

muitos ha que antes merecem o titulo de regatos, e se passão a vão na estação quente, mesmo em sitios profundos no inverno, porém que ás vezes se tornão caudalosos com as grandes chuvas ou derretimento da neve; os principaes destes são: o *Mondego*, *Vouga*, *Ponsul*, *Ave*, *Zezere*, *Nabão*, *Elgas*, *Zatas*, *Sado*, *Sever*, *Tavora*, *Coa*, *Almansor* e outros muitos, os quaes vem alphabeticamente descriptos no Diccionario, e cuja nomenclatura se acha a pag. 412 do 1.° vol. n'um artigo a isso destinado.

São insignificantes os *lagos* ou *lagôas* que neste paiz se encontrão e como taes lhe chamão *pateiras*.

Relativamente ás tres denominadas *Secca*, *Escura* e *Redonda*, consulte-se o artigo *Estrella* (Serra da); ás de *Obidos* e *Mira*, os mesmos nomes, &c., e para o conhecimento de todas, o artigo inserto a pag. 241 do 1.° vol., e os nomes nelle apontados.

A situação geographica de Portugal é sem duvida uma das mais favorecidas pela Natureza para o commercio maritimo. Collocado na ponta occidental da Europa, entestando com o Oceano entre o mar do Norte e o Mediterraneo, com perto de 135 leg. de costa, e os magnificos portos de Lisboa, Setubal e Porto, julgar-se-hia destinado ao dominio dos mares, o qual já teve nos seculos XV, XVI e XVII; passárão porém esses dias de prosperidade, e só ás gerações vindouras resta sua gloriosa memoria, para que, comparando-a com o seu estado de atraso actual, se esforce em recuperar o antigo esplendor. A nação compõe-se ainda de mui valiosos paizes nas cinco partes do mundo, e a sua população não tem ido a menos, porém sim o genio emprehendedor e industrioso que a moderna Europa lhe supplantou, graças aos estupidos governos que neste paiz se tem succedido. Os mesmos portos donde sahião as numerosas frotas a descobrir e conquistar terras e commerciar com o mundo

conhecido ainda existem, e não figurão certamente em pequeno numero; além dos que se achão nos paizes sujeitos á mãi-patria, dos quaes competentemente se trata nesta obra, os principaes são, além do da capital, um dos melhores do mundo: *Caminha, Vianna, Villa do Conde, Porto e S. João da Foz, Aveiro, Figueira, S. Martinho, Peniche, Cascaes, Cezimbra, Setubal, Sines, Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Tavira, Villa Real de Santo Antonio, Castro Marim, Alcoutim* e *Mertola.*

Entre as *Enseadas,* póde-se contar a de *S. Thiago de Cacem* ou *Lagôa da Pera* e a de *Sines* no Alemtejo; a de *Obidos,* quasi em frente das Berlengas; as de Aveiro de Setubal e outras achão-se competentemente descriptas no Diccionario. Dos *Cabos* e *Pontas,* já lhe consagrámos um artigo a pag. 120 do mesmo; consulte-se igualmente outro que tem bastante relação com estes tres objectos, o qual começa a pag. 202 e tem por titulo—*Fronteira, Litoral* e *Fortificações arraianas* e *maritimas de Portugal.*

CLIMA, SALUBRIDADE DA ATMOSPHERA.

Geralmente fallando, o clima de Portugal é mui benigno e temperado. Tão raro é que os riachos gelem a ponto de darem passagem sobre o gelo como que o thermometro de Réaumur marque para cima de 30 gráos na força do calor. Todavia, em razão da variedade das alturas, exposição ao sol, distancia do mar e do cultivado, bem como da natureza do solo, n'alguns lugares se notão mui sensiveis differenças de temperatura. Todo o Norte da provincia de Trás-os-Montes, em seguimento da linha tirada por Castro Laboreiro, ou mesmo da serra de Suajo e Gavieira no Minho, por Montalegre, Chaves até além de Bragança, e na Beira o que se segue á linha tirada por Viseu, Tran-

coso, Pinhel, Guarda, Almeida, Sabugal até Alfaiates, com todas as abas occidentaes da serra da Estrella, são as regiões mais frias de Portugal. Em algumas dellas é a neve frequente na estação invernosa, porém não permanece todo o anno senão em algumas cavidades das serras de Soajo, Gerez, Estrella e Montesinho. Afóra estes cumes, as partes mais frias não a conservão mais que um mez no anno, e no Algarve e Alemtejo é inteiramente desconhecido o gelo. No Minho e Trás-os-Montes domina o vento do Norte no inverno; na Beira, Estremadura e Alemtejo o Sudoeste na mesma estação, bem como as grandes geadas produzidas pelo vento de Leste, que esfrião os nevados cumes das duas Castellas e Estremadura hespanhola. Segundo observações feitas pelo naturalista Franzini, a região do Mondego que banha os campos de Coimbra, é mais temperada do que a de Lisboa, porém mais humida e menos salubre; a do Porto e Penafiel, não menos humida, é mais nebulosa e fria no inverno, porém muito quente no verão. Pelo contrario, no Algarve o inverno é de uma branda temperatura, os prados estão sempre esmaltados de flôres: durante Julho, Agosto e Setembro chove raramente; mas quando em Outubro a chuva é abundante, não é raro ver em Novembro reverdecerem de novo as arvores fructiferas. As mais fortes e abundantes chuvas são as de Dezembro e Janeiro; porém quando cahem em Abril, são signal certo de boa colheita. Um facto singular e interessante na historia dos phenomenos atmospherico é que durante o mez de Maio o vento volta ordinariamente com o sol, isto é, sopra do Nascente ao nascer deste astro, do Sul ao meio dia, ao Noroeste de tarde, e do Norte durante a noite; por isso lhe chamão os Algarvios *vento rodeiro.*

As estações podem se considerar geralmente regulares, anticipando-se ou retardando-se a primavera duas ou tres

semanas segundo a temperatura caracteristica da região. No interior goza-se pouco mais ou menos do clima das costas com as modificações produzidas pela vizinhança das serras e sua direcção. Nas alturas da parte meridional do reino, taes como Mafra, Cintra, Leiria, Santarem e Celorico, é deliciosa a temperatura no verão, e isenta de rigoroso frio no inverno. Lugares ha no interior tambem, os quaes, ainda que collocados em terreno bastantemente elevado em relação ao geral do paiz, sentem comtudo no verão excessivo calor, por exemplo, Lamego, Santa Martha de Penaguião, Peso da Regua e outros sitios do territorio da companhia dos vinhos do Alto Douro. O conhecimento das circumstancias locaes em que se acha o termo desta ultima villa, facilmente explicará semelhante anomalia. Os montes de schisto lamelloso ou *ardozia* denegrida que a rodeião se achatão para o S., ao passo que o Marão, campeando do lado do N., o abriga dos ventos do mesmo quadrante e do do Poente; accrescente-se a isso a distancia do mar, que não permitte uma ventilação geral, e o effeito produzido pelo calorico que possue a ardozia, o qual se torna consideravel nesse estreito valle, e cujo effeito é ainda augmentado pela faculdade que tem de absorver o mesmo calorico de que é dotada a ardozia que abunda nas cercanias; por isso é este sitio um dos mais quentes de Portugal, cuja influencia sobre um terreno gordo e forte faz produzir os melhores vinhos que se conhecem. Mirandella, na margem do Tua, ainda que situada perto da superior chatada que occupa a parte septentrional de Trás-os-Montes, dá o exemplo de uma deliciosa temperatura (ainda que insalubre) junto a outra frigida, assim como Celorico, com benigno clima distante apenas 3 leg. da fria Trancoso. Os mezes de Março e Abril são de tempo variavel, e os que mais influencia exercem sobre a abundancia ou

escassez das terras. O vento Sudoeste é o que traz as chuvas, o Leste os grandes calores ou os grandes frios, segundo a estação, e o Noroeste é o que domina e refresca as costas em quasi todo o paiz. Deve-se fazer excepção a respeito dos lugares pantanosos e baixos pouco ventilados e insalubres; taes são os arredores de Bragança, Miranda, Chaves e Peso da Regua em Trás-os-Montes; as planicies adjacentes á foz do Vouga, as do Mondego, de Coimbra para baixo, e os campos de Pinhel na Beira; algumas planicies de um e outro lado do Tejo, principalmente no do Sul desde Salvaterra até Alcochete, entranhando-se algumas leguas; e comprehendendo a maior parte dos terrenos alagadiços e arenosos denominados *Sesmas de Ourem*, até os limites dos rios Zatas e Sor; as do Sado nas vizinhanças d'Alcacer, e finalmente os campos de Silves, os do rio Quarteira e alguns da direita do Guadiana no Algarve.

PRODUCÇÕES.

É o continente de Portugal um dos mais ricos paizes conhecidos em todos os valiosos e diversos productos da região temperada da Europa. Fallaremos em separado dos tres reinos da Natureza, para delles apresentarmos a mais copiosa noticia que encerrar se possa neste resumido quadro.

Reino Animal.

Bem que o gado vaccum deste reino seja de excellente raça, não é sufficiente para o seu consumo e serviço; a Hespanha suppre o que falta. O gado lanigero abunda principalmente na Beira, ao N. do Douro e no Alemtejo.

A lãa que se colhe nesta provincia é considerada a melhor do reino, e a mais ordinaria é a de Trás-os-Montes. A que se colhe em todo o reino é um dos artigos principaes da sua producção. Por um mappa da estatistica de A. Balbi, se vê que em 1811 se exportárão do mesmo 42,634 arrobas no valor de 677 contos de réis, e em 1819 pouco menos de 29,000 no valor de 516; porém parte deste genero tinha vindo da Hespanha. Ignoramos o algarismo a que possa subir hoje o total da sua exportação, o que não terá de certo augmentado, visto se consumir em grande porção nas fabricas do paiz, as quaes se achão n'um adiantamento admiravel desde ha 14 annos a esta parte. O gado vaccum, que de tanta utilidade é para o lavrador pela sua applicação á lavoura e utilidade do seu esterco, pelo leite, queijo e manteiga que fornece á população em geral, pelo alimento são e nutriente da sua carne, e ás artes pelo partido que delle tirão as obras de couro e de torneiro, este gado sem cuja abundancia nunca poderá florescer a agricultura, não tem desde remotos tempos merecido o devido apreço e incremento neste paiz. Diz Balbi que tres motivos para isso concorrêrão: o grande numero de dias de jejum, falta de bons pastos e a ignorancia dos lavradores, ou antes incuria de lhe não saber aproveitar o leite. Quanto ao 1.°, desde 1820 se acha consideravelmente diminuido, e ainda muito mais depois da restauração de 1834. Esta util innovação no decurso do tempo será duplamente util, porque lhe animará a multiplicação e diminuirá consideravelmente o consumo do bacalháo, que absorve annualmente ao paiz alguns centos de contos de réis que nesse artigo ahi introduzem os Inglezes e Hollandezes. Quanto á falta de bons pastos, parece incrivel que tal exista n'um paiz onde a Natureza se mostra tão prodiga. É todavia incontestavel que, á excepção d'Entre Douro e Minho, parte de Trás-os-Mon-

tes, das abas da serra da Estrella, n'uma distancia de 3 a 4 leg. da de Montejunto, da de Ossa e de alguns cantões isolados na Estremadura e Alemtejo, este reino apenas possue alguns pastos magros. Esta deficiencia é causada pelas seccas do verão que crestão as plantas, ao que no Minho se obsta pela construcção de prados artificiaes, assim como pelo desmazelo do camponez em não cultivar fenos e hervas para sustento do gado. A preparação do queijo e manteiga não é tão abundante como se deveria esperar; os queijos frescaes do Alemtejo e da Beira feitos de leite de cabra, e os grandes feitos do de ovelha na serra da Estrella, principalmente na villa de Manteigas e arredores da Covilhãa, nada deixão que invejar ao queijo suisso e escossez. A carne de vacca do Algarve é somenos, a do Alemtejo menos má, a da Estremadura soffrivel, a da Beira melhor, porém a de Trás-os-Montes e Minho é de superior qualidade e igual á dos açougues de Londres.

O gado cavallar é tambem insufficiente para as precisões do paiz, e da Hespanha lhe vem excellentes muares e cavallos de valor. Os muares nascidos no reino são comtudo bonitos, grandes e vigorosos. A provincia de Trás-os-Montes produz uma excellente raça de cavallos mui lindos e fogosos, e é delles principalmente que se remonta a cavallaria e de alguns do Alemtejo; todavia grande parte desta arma se acha montada em cavallos inglezes e hespanhóes: a este respeito transcreveremos a seguinte observação do viajante Lichnowsky. « Os cavallos portuguezes é verdade que não são tão pernalteiros, nem possuem tão grande alcance como os inglezes; se porém os ultimos são preferidos para o serviço da guerra, é cousa de que muito se póde duvidar: o certo é que as cavalgaduras nacionaes são muito mais apropriadas para os caminhos pedregosos e frequentes montanhas de um paiz quasi destituido de boas estradas. É verdade que nos ultimos tempos tem

degenerado bastante as caudelarias em Portugal, de modo que o paiz não possa agora fornecer de repente o numero necessario para o consumo; mas poder-se-hia objectar que para um reino de quasi 4 milhões de habitantes não seria muito difficil fazer a remonta de uma cavallaria de 3,680 cavallos, que é o que figura no orçamento. Parece-me que o melhor meio de contribuir para o aperfeiçoamento das caudelarias seria favorecer esta industria, fazendo as compras exclusivamente no paiz. » Effectivamente o governo e a côrte tem empregado as maiores diligencias para favorecer os potris e caudelarias.

A grande abundancia de azinheiras e carvalhos no Alemtejo é a principal causa de se criarem nesta provincia immensos rebanhos de porcos, que se nutrem da glande ou *bolota* destas arvores: excepto as provincias ao Norte do Douro, onde é supprida pela castanha, todas as demais participão desta abundancia. No toucinho, carne ensacada, paios e salpicões, é afamado o Alemtejo; no sabor e qualidade os presuntos e mais carnes preparadas nas cercanias de Melgaço e Lamego. O carneiro da Estremadura e Beira é excellente, excede-o o inglez em gordura, porém o outro não lhe tem o fortum. A carne de porco é geralmente da melhor que se póde appetecer. Produz abundantemente toda a qualidade de aves domesticas e de caça do ar; as mais usuaes e estimadas são: a perdiz, codorniz, pombas e rolas bravas, tordos, tarambolas, pardaes, cotovias, calhandras, &c., e nos lugares pantanosos gallinholas, narcejas, maçaricos, marrecos, adens, &c. Para caça de montaria ha em todo o reino immensa quantidade de coelhos e lebres: no Alemtejo e na Beira muitos javalis e corços. Os veados não existem geralmente senão nas coutadas.

Dos animaes silvestres, o lobo é o mais geral, e depois o gato bravo e o javali. Na serra do Gerez tambem ha

cabras selvagens, e por toda a parte raposas, teixugos e doninhas. Nos pantanos encontrão-se frequentemente cobras e viboras, principalmente para o Norte.

A cultura do bicho de seda acha-se em grande decadencia do auge a que a levou o marquez de Pombal, perda bem sensivel e imperdoavel, attenta a capacidade do terreno para produzir amoreiras em quasi toda a parte. Todavia em muitos sitios, principalmente em Trás-os-Montes, Beira Alta e n'alguns lugares da Estremadura e Sul do Tejo, ainda se cultiva este ramo com bastante proveito: só em Trás-os-Montes se colhe annualmente perto de 2,600 arrobas de seda, a qual é remettida para o Porto em rama, e depois da sua producção de vinho é a maior riqueza da provincia. No districto de Lisboa tem-se nestes ultimos annos extraordinariamente desenvolvido este ramo de industria: veja-se *Alcochete* e *Arrabida*. O valor da exportação da seda em bruto não avulta hoje a consideravel algarismo, pois quasi que exclusivamente é manufacturada no reino. O retroz e tecidos da mesma, do Porto e Lisboa, nada tem que invejar á das melhores fabricas de Lyão e Florença em solidez. É tambem consideravel e geral a cultura das colmeias, e o mel das serras de Minde na Estremadura, cobertas de alecrim, é justamente havido pelo melhor de todo o reino; o Alemtejo e Algarve tambem produzem muito, e não é raro nas abas da serra da Estrella e Marão.

Todo o litoral do reino, enseadas e leitos inferiores dos principaes rios, produzem abundantemente peixe de immensas qualidades e delicado sabor, que grande espaço exigiria para aqui enumerarmos. Em quasi todos os pontos da costa ha pescarias de grandissima producção. A pesca do bacalháo no banco da Terra Nova, e a da baleia nas suas respectivas paragens, que outr'ora tão lucrativa foi para os Portuguezes, e que já em 1834 se achava em

completo abandono, acordou nestes ultimos annos do seu profundissimo lethargo, tornando-se a animar e vigorar por uma forte companhia, pelo que diz respeito ao bacalháo. Tem nesse trafico umas 40 embarcações, que pela maior parte das vezes trazem a Lisboa cargas de excellente bacalháo frescal, muito superior ao inglez; a sua prosperidade provão-o as suas acções, que valião ainda ha pouco muito além do par. Já este ramo foi bem lucrativo. Em Villa do Conde e Aveiro iáo os estrangeiros nos seculos XV e XVI fazer grandes carregações do producto destas pescarias. Forão os Portuguezes os primeiros que pescarão bacalháo no banco da Terra Nova, e foi essa pesca em tanto augmento, que houve anno que só de Aveiro sahirão 60 navios para ella, e de Vianna, Villa do Conde, do Porto e outros, n'alguns annos para o mesmo trafico partirão 100 caravellas. Hoje só no Algarve se sustentão, ainda que debilmente, as pescarias do mar alto da costa para salga.

Reino Vegetal.

A grande differença de nivel que existe no solo deste paiz, e que o sujeita, segundo as suas diversas exposições, a uma infinita variedade de climas, faz com que a sua vegetação seja em extremo variada. Por isso, principalmente na região ao Norte do Tejo se encontra nos mais altos cumes em abundancia alimos, vidoeiros e robles nos lugares frigidos açoutados da chuva, neve e vento, e nas asperezas seccas das serras diversidade de pinheiros e sobreiros. Raras são as plantas da região alpina que ahi prosperão, pois só as de terras inferiores a meios Alpes podem resistir ao calor da sua atmosphera durante o verão. Ao Norte do Douro ha immensidade de carvalhos

que assombrão as estradas e outeiros; os castanheiros ahi formão, por assim dizer, copadas florestas, e adornão principalmente as abas e valles das serras do Marão, e nas demais de Trás-os-Montes; porém é esta arvore de fraca vegetação nos lugares baixos e humidos. Contiguos á mesma região se encontrão pomares, mas geralmente em sitios temperados, e a larangeira só prospéra, pelo menos a superior, nos pontos abrigados, bem que igualmente se cultive nos valles onde prosperão os castanheiros, juntas com os quaes formão deliciosos bosques. A castanha fórma um util artigo de consumo para os habitantes em geral, e no Norte ha tanta que tambem alimenta o gado suino. A sua preciosa arvore abunda igualmente nas encostas das serras da Estrella, de Montejunto, d'Ossa, de Portalegre, de Monchique, d'outras, &c., e se póde dizer que em todas as varzeas que dellas se despenhão para as planicies. Estas occupão os laranjaes e arvores pomareiras, e nas suas orlas se colhe tambem o kermes ou *ruiva*, excrescencia de côr vermelha, que nasce na casca dos robles. Nos mesmos sitios baixos prospera espontaneamente a corticeira, e nas praias areentas açoutadas pelos ventos, o pinheiro maritimo. Das arvores fructiferas além dos castanheiros, pecegueiros, nogueiras, amendoeiras, damasqueiros, macieiras, pereiras e outras mil proprias das regiões temperadas que são geraes em todo o reino, e dos azinheiros e carvalhos que formão os celebres *montados* que cobrem as campinas do Alemtejo, ha extensissimos olivaes, que não só abastecem o paiz, mas tambem dão materia a uma grande exportação, o que deve igualmente dizer-se das figueiras e amendoeiras, que são mui bastas no Algarve, e da uva em todo o reino. Os pomares constão de variados fructos de caroço, bage e casca; nos de espinho, além da larangeira, são muitas as limeiras, limoeiros, cidreiras, &c. Outro tanto ha a

dizer a respeito das *hortas*, nas quaes se dão admiravelmente todo o genero de hortaliças e de superior qualidade. Da consideravel exportação annual de laranja, uva e outras fructas, adiante se tratará em seu competente lugar. As matas são em geral compostas de pinheiros, carvalhos e sobreiros. Tambem as ha de outras arvores, por exemplo, de cedros, como a do convento do Bussaco. Dos pinhaes são mais dignos de attenção o da Azambuja no districto de Santarém e o de Leiria, mandado semear por El-Rei D. Diniz, parece que para impedir o vento de transportar as areias do litoral para a fertil região do interior; tem umas poucas de leguas de superficie e madeiras de consideravel valor. Os montes cobrem-se espontaneamente de mato, urze, giesta, carqueja, codeço, tojo e esteva. A cortiça, que sem o menor cultivo se produz em toda a parte do reino, é immensa e artigo de grande exportação. Veja-se uma nota sobre este genero no artigo *Commercio*. No que porém este reino excede todos os paizes é na superior qualidade das suas vinhas, e na variedade e qualidade do seu producto. Dellas existe coberta uma consideravel e talvez demasiada porção do seu territorio, cujos excellentes vinhos são exportados e estimados em todo o mundo. Os superiores e mais acreditados são os da companhia do Alto Douro, vulgarmente denominados do *Porto*, porém nascidos na Regua, Paiz do Vinho e outros sitios de Trás-os-Montes, cercanias de Lamego, e ao Sul do Douro, os da Barraida, Carcavellos, Cadafaes, Cartaxo, Barra á Barra, Collares, Alemquer, Bucellas, Lisboa, Lavradio, Setubal e de outros muitos sitios, tambem são estimados. Desejaramos poder apresentar aqui um mappa official da colheita annual deste genero nos 17 districtos administrativos do reino, e nos quatro das ilhas como fizemos com a de cereaes; falhando-nos porém dados estatisticos certos, podemos razoavelmente orçar essa producção

um anno por outro no reino em 1:050,000 pipas de 30 almudes, e nas ilhas 70,000 das de 24. Do reino se exportão annualmente umas 100,000, e das ilhas 25,000; reduzem-se a aguardente e vinagre umas 70,000, e o resto se consume no paiz. A exportação de aguardente do reino e Açores regula por umas 5,000 pipas annualmente, e 1,400 as de vinagre. Finalmente, quanto ao primeiro artigo de diario consumo que é o pão, todo o paiz produz abundantemente cereaes, conforme a natureza do seu solo e clima, notando-se que da serra da Estrella para o Norte abunda mais o milho e centeio, e dahi para o Sul o trigo e cevada. O total destes quatro generos produzidos no reino anda annualmente por 1:600,000 moios, como adiante melhor se exporá. No mais relativo ás suas producções vegetaes, consultem-se os artigos *Agricultura*, *Commercio* e *Industria*.

Reino Mineral.

Na opinião de Adriano Balbi, de José Bonifacio de Andrade e de outros acreditados naturalistas, é Portugal riquissimo em productos mineraes de toda a especie. O numero de fontes de excellente agua que encerra é prodigioso, e até mui poucos são os rios que a não forneção de superior qualidade. Além destas e das de cisternas, poucos paizes apresentão igual abundancia de aguas thermaes, ferreas, sulfureas, salinas, &c., de que a medicina tira grandes recursos. Destas as mais proficuas e frequentadas são as do *Gerez*, *Caldellas*, *Rendufe*, *Guimarães*, *Alcafache* a 1-1/2 leg. de Viseu, *Lagiosa*, *S. Pedro do Sul*, *Penhagarcia*, *Caldas da Rainha*, *Estoril*, *Alcaçarias* em Lisboa, *Cabeça de Montachique*, *Portalegre* e *Monchique*.

São muito estimadas e preciosas as pedreiras de marmore de *Estremoz*, *Arrabida*, *Minde*, *Ancião*, *Cascaes*, *Pero-Pinheiro* e *Morlena*; estes dous ultimos lugares ficão a meio caminho de Bellas a Mafra, e fornecêrão toda a pedra lioz do seu sumptuoso edificio. O *granito* abunda em todo o paiz, assim como *ardozias* e *pedras de mós*. Na Azinheira junto a Rio Maior abunda o *silex* (pederneira), e tambem o *azeviche* perto da Batalha. O *barro* para louça de *Estremoz*, *Crato* e *Cezimbra*, e a *argila* para porcelana do Lodeiro junto a S. Pedro da Cova, gozão de merecida reputação. Outro producto do reino mineral muito abundante é o *sal marinho*, que se colhe principalmente nas *salinas de Setubal* a *Alcacer*, *Aveiro*, &c. Em prova da abundancia mineral do reino transcrevemos o seguinte catalogo de alguns desses productos e onde se achão.

Aguas marinhas e *amethistas*, nas serras da Estrella e do Gerez. *Antimonio*, em Vallongo e Murça. *Azougue*, em Coina e perto de Castello Branco. *Bismuto*, em Lamego. *Carvão de pedra*, em Buarcos, S. Pedro da Cova, Porto de Moz, Cascaes, Ourem e pinhal de Leiria. *Chumbo*, em Casaes no termo de Valença, no rio Torto, Ventozello, Murça e Moncorvo. *Cobre*, perto de Villa-Real, Elvas, Alter e Querença; antigamente se explorou algum em Grandola. *Crystaes de rocha* no Gerez, serra da Estrella e na de Portalegre. *Enxofre*, perto de Valença do Minho. *Estanho* em Bragança, Amarante, Rebordosa e outros lugares do Norte. *Ferro*, em muitos sitios de Trás-os-Montes, na foz do Alge, um dos affluentes do Zezere, onde se tem fundido immensa artilharia, Caraviçaes, Felgueiras, vizinhanças de Castello Branco, Penella, Avelar e outros muitos lugares. *Gesso*, em Cezimbra, Carcavellos e S. Pedro de Muel. *Jacinthos*, em Bellas. *Molybdena*, em Murça e perto de Miranda. *Ouro*, na Adissa entre Almada e Cezimbra, na serra da Estrella, e entre Alpalhão e Niza.

Pedras de lithographar, Ourem, Cascaes e outros lugares. *Prata*, os Romanos a tiravão da serra de Santa Justa, do pé de Vallongo e outros lugares: parece havê-la junto a Lamego. *Talco*, nas vizinhanças do Porto. *Trachytes*, de linda côr verde, ao pé de Cezimbra.

Não vem aqui mencionadas as variadissimas *Argilas* para cadinhos de Tondella, terra de *Pisoeiro* e *Saponacea*, dos sitios de Souza e de Guimarães; *Alumen* e *Sal cathartico* proximo a Coimbra, &c.

Notaremos finalmente que foi á abundancia de suas minas de metaes preciosos que se devem attribuir as guerras que fizerão em Portugal os Phenicios, Cartaginezes, Romanos e Mouros para o possuirem. Os Romanos explorárão durante 5 seculos a serra de Santa Justa perto de Trancoso, e a de Vallongo a 2 leg. do Porto, e dellas sacárão enorme porção de prata. No reinado de Philippe II ainda havia grande mineração do mesmo metal perto de Bragança e Monforte. O Tejo já não rola decantadas auriferas arêas, e a unica que se acha em actual exploração é a da Adiça, que produzirá annualmente 60 marcos de ouro; a da Foz d'Alge no termo de Pedrogão-Grande 6,500 arrobas de ferro; a de Ventozello 2,000 ditas de chumbo. As de carvão de pedra, já apontadas, vão extraordinariamente augmentando em seu rendimento. Quando mesmo se quintuplicassem estes productos, serião ainda bem diminutos em relação ás riquezas mineraes com que a natureza dotou este paiz; com alguma actividade e avultados capitaes, que em breve serião recobrados no centuplo, poder-se-hião explorar de novo essas minas que enriquecêrão os Romanos, e não estão esgotadas, aproveitando-lhe até os trabalhos preliminares. Só os arredores do Porto, bem poderião tornar-se um districto mineralogico dos mais ricos e importantes da Europa. «Se reputassemos o ouro e a prata, diz o judicioso H. J.

de Souza Telles, como as unicas preciosidades que se devão procurar no interior da terra, laboramos n'um engano, porque uma nação industriosa póde tirar optimas vantagens de todos os outros mineraes, entre os quaes o ferro representa o principal papel, e deste mineral muito abunda o nosso reino. Nas *Mil e uma Noites*, ha thesouros que se convertem em carvão; na Inglaterra, pelo contrario, as suas minas de carvão são minas de ouro.

Quando outras provas não tivessemos para provar a sua existencia, bastaria a que nos presta a abundancia d'aguas ferreas por todo o paiz: além das minas de ferro já memoradas, temos ainda as de Figueiró dos Vinhos, Barroso, Zibreira e Rosmaninhal. O districto de Castello-Branco está quasi todo fundado sobre um banco de *ferro*. Outras preciosidades temos que só falta quem as explore: tem-se encontrado, como certifica um acreditado escriptor moderno, *diamantes* em nossos dias pelas fragas e ribanceiras do Mondego. No Crato, entre o muito crystal de rocha, tem-se achado rasquilhos do mesmo diamante em varias partes. Tem-se encontrado tambem *esmeraldas* em Cintra; *jacinthos* e *topasios* na quinta do Suimo; *rubins* em outra quinta na Venda Secca; *turquezas* junto a Borba; *opalas*, pedra rarissima, em Monchique no Algarve; *saphiras* (inferiores) em Idanha a Velha; *ouro*, além dos lugares já citados, reputa-se haver na ribeira de Ocresa, n'um monte escalvado junto a Vianna do Alemtejo, assim como na serra de Thomar, immediações d'Evora e de Bragança. O Marão, a Estrella e a cordilheira sobranceira ao Mondego em Villa-Sociro, bem como a do Seixo, cujo aspecto metallico nos induz a acreditar suas riquezas, não deixão duvida alguma sobre deverem ser exploradas.

A parte porém do reino mineral sem duvida bem aproveitada e rendosa é a do *sal*. Póde-se calcular o seu producto annual em 500,000 moios, sem contar com as

abundantes salinas das ilhas de Cabo-Verde. Só das do reino se exportão uns 250,000, principalmente para o Brasil, Suecia, França, Hollanda, Cidades Hanseaticas, Belgica, Açores, Madeira, &c. Este trafego occupa perto de 9,000 pessoas. As principaes salinas existem em Setubal, Lisboa, ou antes Alhandra, Figueira, Aveiro, Castro-Marim, Villa Nova de Portimão, Faro, Tavira, Rio Maior (rio), provincia do Minho, &c.

AGRICULTURA.

A agricultura, que é a mais util de todas as artes, e a base da riqueza e força de todos os Estados não manufactureiros, póde-se dizer que nunca floresceu inteiramente neste reino. Apezar de ser indubitavel que desde o reinado de D. Diniz até D. João I, Portugal exportára grande quantidade de cereaes para paizes do Norte da Europa, talvez a razão fosse o ter então maior numero de braços para a lavoura, não só por ser mais povoado que hoje, se jamais o foi, mas tambem por não ter ainda exercito permanente de primeira linha, ou tambem da pouca applicação á cultura das vinhas, cujo desenvolvimento é de mais recente data, e substituira em parte a de grão e outros generos. Deve-se comtudo admittir que as provincias do Alemtejo e parte da Estremadura erão muito mais cultivadas no tempo de Julio Cesar do que actualmente, pois á primeira destas nomeára elle *celleiro* ou *Cecilia das Hespanhas*. Se todavia a agricultura no Sul do reino foi em decadencia, ou permaneceu estacionaria, se os melhoramentos da arte agricola não chegárão ao conhecimento dos seus habitantes, não aconteceu assim aos do Norte, os quaes injustamente merecerião a censura

de ignorantes e preguiçosos, como geralmente os classificão alguns escriptores francezes e inglezes. Os valles do Minho, alguns de Trás-os-Montes, da Estremadura e da Beira-Alta, são perfeitamente cultivados, e podem rivalisar com os da Hollanda e Inglaterra. Os districtos sujeitos á companhia dos vinhos do Alto-Douro, extincta em 1833 e restabelecida depois, apresentão um perfeito modelo de industria e actividade agricola, como adiante veremos. Nesses e n'outros sitios os pinhaes que quasi sem descontinuação cobrem as asperezas das suas serras, se desdobrão tapisados de verdura e ricos de uma cultura variada. As povoações se multiplicão: as estradas orladas de carvalhos e castanheiros enredados em vides donde pendem cachos de uvas negras e alambreadas, assemelhão-se a longas ruas de quinta illimitada. Estas mesmas fieiras de arvores enfeitadas de cepas e plantadas junto a bardos de piteira ou de cascalho que dividem os campos, semelhão ao longe um bosque fechado, illusão nascida da immensa divisão de propriedades, que torna mui proximas estas separações, estes marcos vegetaes da propriedade individual. Os arroios multiplicados cruzão estes campos sombreados pelas encostas de soutos de copadas e gigantescas arvores, e nas suas alturas sempre cobertos de solitarios pinheiros.

Quem (diz um distincto escriptor do Panorama de 1837, pag. 227), foragido correu os campos estrangeiros, e vio as immensas propriedades de um nobre inglez, cobertas de florestas, onde algum mez do anno vai, cansado da embriaguez e do luxo quotidiano de Londres, alliviar o peso da vida, correndo a cavallo atrás de um veado, por campos que cultivados produzirião bastas searas; quem isso vio do alto de uma eminencia d'Entre Douro e Minho, de alguns outros de Trás-os-Montes, da Estremadura e da Beira-Alta, e observar os seus valles,

não póde deixar de perguntar a si mesmo se é verdade que Portugal faça vergonha á Europa, como alguns o apregoão, nem póde deixar de sorrir-se lembrando-se de que em livros inglezes se lamente o atraso e incuria dos Portuguezes e a miseravel situação dos agricultores! Com effeito, quantos lavradores inglezes estão longe de se compararem com a maioria dos Portuguezes! Pesados direitos senhoriaes, impostos para o Estado e a horrivel taxa do pauperismo, levão áquelles a melhor porção do fructo do seu suor.

Em Portugal, geralmente fallando, nem são esses direitos dominicaes pesados, nem os impostos de vulto, nem existe a devoradora taxa dos pobres, peste necessaria na Inglaterra, escusada em Portugal. Compensão na verdade em Albião parte destas desvantagens a facilidade do transporte dos generos aos grandes mercados, cousa custosa em Portugal, e o apuro e perfeição da arte agricola, atrasada neste paiz, posto que não tanto como pensão aquelles que julgão a agricultura pratica da França e Inglaterra pela agricultura theorica dos livros destas duas nações.

D'antes neste paiz, que a Natureza tanto abençoou, duas pêas havia á industria do povo, uma absurda, outra nociva; erão as *coutadas* e os *dizimos*, que ainda pesão sobre os Inglezes assentados ha tantos seculos á sombra de sua *magna charta*, e em Portugal desapparecêrão com a introducção de um regimen constitucional. Os dizimos para a manutenção do clero forão, sem vexar o agricultor, compensados por menos onerosas contribuições para esta util classe, o nervo do Estado; e quanto ás coutadas, era um resto dos absurdos feudaes. A caça e a pesca erão prohibidas ao povo dentro de grandes porções de territorio; tanto os rios como as espessuras, principalmente de Tejo ao Norte, apenas servião para abastecer as mesas dos fidalgos e dos frades. A caça e a

pesca, meios de sustento para o homem antes da existencia das sociedades, livres para todos como o ar do espaço, as aguas das fontes ou o calor do sol, tolhia-as um direito que nenhuma sancção tinha na Natureza nem nos interesses sociaes. Essa instituição desappareceu ha 15 annos d'entre o povo portuguez, *ignorante, barbaro:* quando desapparecerá na civilisada Inglaterra?

Tambem na região meridional do reino, alguns districtos ha que podem emparelhar no relativo á sua fertilidade e cultura com os mais famosos do Minho. Entre muitos, bastará citar os vastos campos de Santarém, incluindo os termos da Gollegãa, d'Alemquer, as Lizirias do Tejo e as margens do mesmo; os campos de Coimbra e de Aveiro, os arredores de Lisboa na distancia de 4 leg.; no Alemtejo os de Setubal, que alguns estrangeiros descrevem como um paraizo; os de Estremoz, Portalegre, Beja e alguns cantões do Algarve, &c.: no decurso do Diccionario Geographico vem mencionados, além do que no artigo das producções dos tres reinos da Natureza fica dito. Póde-se finalmente admittir, como diz J. Baptista de Castro, que: « Em Portugal não ha palmo de terra que seja esteril em quasi todo o genero de fructos; tanto que os antigos não só lhe derão o titulo de paiz *pingue*, senão tambem do mais delicioso do mundo. É comtudo verdade que neste reino ha muitas terras baldias, que aproveitadas poderião produzir cereaes para immensa exportação. No Algarve e Alemtejo ha grandes e fertilissimos valles, porém devolutos; charnecas que nunca virão arado nem enxada, e por causa da ociosidade se achão infructiferas, porém de si o não são. Nas provincias do Norte, onde não ha tanta abundancia de trigo, suppre o milho, a castanha, a cevada e o centeio, de que fazem farinha, &c. »

O que este judicioso autor escrevia no seculo passado,

porém antes do desenvolvimento que a agricultura vinhateira tomou na administração do marquez de Pombal, e sempre tem ido em augmento, e a de outros ramos no seguinte reinado, mas que depois definhou, subsiste em parte ainda hoje, bem que desde essa época tambem o governo tenha feito esforços para a arrancar do estado de decadencia para o qual caminhára. No reinado de D. Maria I.ª formou-se a Academia Real das Sciencias de Lisboa, cujas sabias Memorias relativas á agronomia contribuirão para o seu adiantamento; abolirão-se todos os direitos que difficultavão a livre circulação dos viveres no interior; a criação da companhia dos vinhos do Alto Douro, pelo mesmo Pombal, fez estender e prosperar este precioso ramo, que hoje fórma a principal riqueza do paiz; animou tambem a cultura das amoreiras para o fabrico da seda; formou-se depois a *Junta dos Lavradores de Riba Tejo;* obteve-se da Santa Sé licença de trabalhar certos dias santificados, ainda que com a condição de ir á missa, clausula inutil n'algumas parochias, por se achar distante a igreja, esgotárão-se muitos pantanos e baldios em Mirandella, Barroca d'Alva, Moncorvo, Vallongo, Ourem, os charcos de Thomar, de Aveiro e do baixo Mondego, &c. Finalmente depois da restauração em 1834, fez o governo constitucional um emprestimo de 600 contos aos lavradores que mais necessitassem e tivessem soffrido desastres na fratricida guerra que assolára o reino. Todo o paiz recebeu nessa philanthropica medida um novo impulso de vida e de prosperidade que bem sensivel se tem patenteado, vigorisando muito a industria rural, principalmente em trigo, que nestes ultimos annos tem até exportado em abundancia para a Inglaterra, cousa inaudita e incrivel, se considerarmos que ainda em 1819 calculava Balbi importar-se no paiz annualmente 110,900 moios de grão incluindo farinha.

Deparamos com o seguinte trecho, que muito justifica este nosso juizo, na acreditada folha *Revista de Lisboa* de 1849, a pag. 144. — «Para fazer ideia do incremento que a agricultura tem tido nas provincias do Norte, eis a estatistica do milho que para a Irlanda se tem carregado em 1848 só nos dous pequenos seguintes portos:

Caminha... 198,000 } alqueires, medida de Lisboa
Vianna..... 255,000 }

ou 7,550 moios! Além destes, sahirão para o reino, de Vianna 500,000 alqueires de milho e 22,000 de centeio, perfazendo 16,250 moios; de Caminha sahio igualmente uma avultada porção para o mesmo.»

A cultura da batata tambem se tem generalisado. Póde-se pois concluir que não só actualmente o paiz fornece sufficientes farinaceos para o seu consumo, porém até para exportar, como se verá no mappa a pag. 36 e no artigo sobre o Commercio, salvo casos accidentaes. Citaremos a este respeito um sensato calculo de José Bonifacio de Andrade. «Computando, diz o autor, a superficie de Portugal, feitos os devidos descontos, em 2,470 leg. quadradas de 18 ao gráo, * e dando metade della para penhascos e cabeços escalvados, rios, lagôas, estradas, matas e maninhos de pastagem, ficão 1,235 leg. quadradas proprias para a lavoura. Tirando deste numero os dous quintos, como terras menos productivas em cerceaes, para prados e verdes, vinhos, hortas, pomares, &c., sobejão como melhores para a cultura exclusiva de pão 741 leg. quadradas. Ora, mais de um quarto da população de Portugal usa de milho grosso, que produz de 20 até 40 por semente, e a maior parte da gente de Trás-os-Montes, Minho e Beira, sustenta-se tambem de

* Este computo da superficie geral é nimiamente diminuto: consulte-se a pag. 5 e a nota a pag. 6.

centeio, que produz de ordinario 8 por 1; portanto só o resto do reino precisa de trigo, cuja producção media é pelo menos 5 por 1 em terras escolhidas. Este calculo pelo miudo seria mais vantajoso; mas supporemos que o producto de toda a casta de pão, uma por outra, não seja menos de 7 por 1. Portanto, contendo 741 leg. quadradas, quasi 15 milhões de geiras academicas de 40 mil palmos quadrados, e dando a cada uma destas geiras uma por outra 3 alqueires de semente, teremos de semeadura mais de 44 milhões de alqueires mui proximos a 734 mil moios. Multiplicados estes por 6 de producção, descontadas as sementes, dão perto de 4-1/2 milhões de moios. Sendo metade da povoação total, mulheres que consomem menos pão que os homens, e montando a mais do quarto os individuos até 10 annos, poderá assignar-se para o sustento annual de cada pessoa 40 alqueires, quando muito. Assim os 4-1/2 milhões de moios, divididos por 40 alqueires, podem sustentar annualmente perto de 6:700,000 pessoas. Logo, se o terreno de Portugal continental fôr cultivado, ainda com as imperfeições da lavoura actual, poderá alimentar bem á vontade uma população de mais de 6 milhões de almas, e se a sua agricultura com o tempo crescer em perfeição, e por consequencia em producção, segue-se que tambem crescerá o numero da gente. Com o augmento da agricultura, em todo o caso, cresceráõ os gados, e com isso a robustez do povo pela comida de carnes; abundaráõ os estrumes para as terras, e além de infinitas vantagens, terão o commercio e a industria largo quinhão nesta prosperidade, e assim floresceráõ os tres fecundos mananciaes da população. » Corrobora estes calculos a provincia d'Entre Douro e Minho, que, apezar de muitas serranias incultas e de bastantes maninhos, contém mais de 3,333 habitantes por leg. quadrada; donde claro fica que se o resto

do reino fosse tão cultivado como esta provincia, viria a ter mais de 9 milhões de almas.

Transcreveremos o seguinte paragrapho de Mac Culloch, o qual julgamos assaz veridico, e será sempre com prazer que nos aproveitaremos das opiniões de homens sabios, sensatos e imparciaes estrangeiros, quando ellas concordem com as nossas, para nos livrarmos o mais que possivel fôr da imputação de sentimentalismo ou parcialidade. « Ainda que o estado da lavoura tenha ultimamente melhorado, diz o autor, acha-se por ora, geralmente fallando, em atraso. Uma variedade de circumstancias para isso concorrem, e entre ellas o calor do clima deste paiz, e a falta d'agua, principalmente nos districtos meridionaes. Talvez até que esse calor, ou antes temperatura branda, lhe tenha sido mais nocivo do que a sua aridez, pois lhe tem sem duvida augmentado a indolencia dos habitantes e diminuido as suas necessidades. Se a estas poderosas causas physicas accrescentarmos a perniciosa pratica das isenções de tributos dos bens de raiz pertencentes á corôa, nobreza e clero *(hoje abolidas)*, o que fazia recahir quasi todo o seu peso sobre a classe agricola; as immensas propriedades de mão-morta, e impedidas de entrar em roteação nas mãos de uteis e intelligentes proletarios *(hoje retalhadas)*; a falta de um adequado methodo de arrendamento, foro ou emphyteusis, e a consequente incerteza da classe prosperadora; a deficiencia de uma população manufactureira e de grandes cidades, isto é, de grandes mercados para consumo de productos agricolas; a pessima condição das vias publicas, e mui principalmente das interiores, muitas vezes intransitaveis, e finalmente um immenso numero de dias santificados e feriados *(hoje abolidos)*: se tudo isto ponderarmos, não haverá grande motivo de nos admirarmos do atraso da agricultura em Portugal.

Os instrumentos agrarios erão tambem geralmente ou improprios ou mal adequados, ou ignorantemente trabalhados e applicados a todos os misteres, e por consequencia não correspondendo a seus fins; comtudo no presente reinado tem este ramo experimentado uma mui sensivel e util alteração. Ainda que em tão arida e quente região sejão indispensaveis as regas em muitissimos sitios, despreza-se inteiramente este auxilio da Natureza por indolencia. Tambem não é raro nelle encontrar espaços de 15 ou 20 milhas com apenas igual numero de casaes. Não se supponha comtudo que esta incuria ou desmazelo se possa applicar igualmente a todo o paiz: os habitantes das provincias do Minho, do Douro, de parte de Trás-os-Montes e dos districtos de Viseu e Lisboa são muito mais industriosos e applicados. Ahi se provê a perennes mananciaes d'agua, parte de nascentes encanadas, mas principalmente de poços profundados nas encostas dos montes e nas planicies, com que se alimenta a vegetação; por isso nas terras baixas se colhem cereaes e hortaliças em abundancia, ao passo que os outeiros se cobrem de viçosas cepas de vinhas, olivaes e arvores fructiferas. Um passo mui decisivo e tendente ao melhoramento agricola e civilisação do paiz foi sem duvida o conferido pelo decreto de 28 de Maio de 1833, o qual supprimio todos os conventos do sexo masculino, e determinou a secularisação das ordens regulares. Todas as suas propriedades forão incorporadas nos bens nacionaes. Arbitrou-se a cada egresso (frade) uma pensão em quanto não obtivesse beneficio equivalente a ella ou emprego, salvo se fosse dos considerados fautores e adherentes da causa miguelista. Por este decreto forão extinctos 402 conventos ou casas das ordens religiosas do sexo masculino (afóra 25 a 35 mais até esta época, do sexo feminino cuja communidade era menor de 12 pessoas e as freras passárão para

outras casas); forão secularisados 5,621 frades, muitos dos quaes não tinhão direito á pensão por se acharem comprehendidos na excepção. Os bens de *raiz* destas corporações rendião annualmente perto de 360 contos, o que se se calcular a 5 por 100, dará um capital de 7,200 contos. Os seus outros rendimentos em foros, tenças, juros, &c., seguirão a mesma sorte. Consulte-se a *Divisão Ecclesiastica.*

O estabelecimento do governo constitucional produzio a extincção dos direitos feudaes; introduzio-se tambem um systema de impostos directos, e uma immensa extensão de propriedades rusticas pertencentes ao Infantado, á Corôa e ao clero vendidas por modicos preços, passárão ás mãos de industriosos proprietarios; accrescente-se o emprestimo gratuito feito pelo governo á lavoura, de que acabamos de fallar, e as luzes que innumeros filhos do paiz para elle trouxerão de sua emigração forçada durante o reinado de D. Miguel, e não nos causará admiração o rapido progresso da agricultura que sensivelmente temos visto augmentar nestes ultimos annos. Em prova disso, mencionaremos que, apezar da facilidade que sempre houve em transportar toda a qualidade de grão pelo Tejo abaixo, o qual atravessa a maior largura do reino, em todos os tempos recorreu esta capital a paizes estrangeiros ou Açores para abastecer o seu terreiro da maior parte dos cereaes de seu consumo, cousa que hoje raramente tem lugar, mas antes os exporta por vezes. Escrevia Balbi em 1820 que Portugal produzia em geral sufficiente grão para seus habitantes, e quasi a grande totalidade do que importava era consumida pela numerosa população de Lisboa, que só por mar podia ser abastecida por causa da falta de estradas que a ella conduzissem os cereaes do centro, isto é, dos sitios onde mais abundavão. Esta opinião é exagerada. Todos os immensos campos de Riba-Tejo e Lezirias abundantissimos neste genero achão facil

transporte nas aguas de um dos mais largos rios da Europa, e as estradas que a elle geralmente conduzem de uma ou outra margem na distancia de umas 7 leg. para o centro não erão tão más como elle pretendia inculcar e hoje se achão em melhor estado, o rio mais canalisado e navegado por vapor. Para melhor illustração deste ramo apresentamos o seguinte:

Mappa Official da Colheita de Cereaes nos 17 districtos administrativos de Portugal no anno de 1847.

DISTRICTOS E NOMES DAS ANTIGAS PROVINCIAS.	TRIGO. Moios.	CEVADA Moios.	MILHO. Moios.	CENTEIO Moios.	TOTAL POR DISTRICTO.
Aveiro (Beira).	1,438	649	27,981	1,120	31,188
Beja (Alemtejo).	41,689	10,225	849	1,537	54,300
Braga (Entre Douro e Minho). .	454	16	71,033	12,595	84,098
Bragança (Trás-os-Montes). . .	5,918	1,165	353	39,290	46,726
Castello Branco (Beira). . . .	4,271	1,470	6,934	18,646	31,321
Coimbra (dita).	11,819	25,743	110,585	1,485	149,632
Evora (Alemtejo)	33,079	15,547	667	12,951	62,224
Faro (Algarve).	14,422	6,281	3,999	2,059	26,761
Guarda (Beira).	7,004	2,262	13,068	35,805	58,139
Leiria (dita).	6,852	1,948	31,412	373	40,585
Lisboa (Estremadura).	14,174	14,038	18,126	2,560	49,198
Porto (Entre Douro e Minho . .	3,278	254	59,688	8,941	72,161
Portalegre (Alemtejo)	27,132	9,338	2,389	13,216	52,075
Santarém (Estremadura). . . .	22,654	5,469	23,115	3,155	54,393
Vianna (Entre Douro e Minho) .	1,685	26	46,852	4,291	52,854
Villa-Real (Trás-os-Montes). . .	1.261	712	19,712	21,632	43,317
Viseu (Beira)	2,057	840	44,729	12,950	60,576
					969,548

É este o ultimo mappa official e cathegorico que possuimos a esse respeito; acaba porém de nos chegar á mão uma estatistica em globo do anno de 1848 da colheita de cereaes e legumes em todo o reino, Açores e Madeira, apresentando um extraordinario augmento da do anno transacto, e é a seguinte:

Moios de trigo . .	276,686	Moios de centeio .	194,453
» » cevada .	207,943	» » fava. . .	15,844
» » feijão . .	34,957	» » inhame.	16,283
» » batatas .	328,347	» » fava, ervilha, grão de bico, lentilha, aveia, tremoços, &c. . . .	3,131
» » arroz . .	10,371		
» » castanha	53,043		
» » milho. .	580,153		

Total 1,721,211 moios de cereaes e legumes que produzirão em 1848 os 21 districtos administrativos de Portugal e Ilhas. * Ora reduzindo os moios a alqueires e constando a população segundo os ultimos recenceamentos de 3,767,442 habitantes, vem a caber a cada um perto de 27-1/2 alqueires.

Apezar do calculo do sabio José Bonifacio de Andrade, que acima transcrevemos, no qual amplamente concede para consumo annual medio de cada habitante 40 alqueires, somos de opinião que, attendendo á benignidade do clima de Portugal e á sobriedade do seu povo, o maximo do seu consumo individual se póde calcular em meio moio de grão e farinaceos, supprindo o restante deficit de 2-1/2 alqueires abundantemente as immensas hortaliças e fructas em que abunda por toda a parte; em peixe fresco e salgado do paiz, nas suas carnes principalmente de porco no interior, e nas de carneiro e vacca, alguma da qual vem da Hespanha, vindo a ser no Sul o Alemtejo a provincia que exporta trigo para paizes estrangeiros em annos bons, por os produzir mais que sufficientes para a sua população, e no Norte a região entre o Minho e o Douro, a qual, não obstante a sua grande população, é em demasia farta, e recebe os mesmos generos de Trás-os-Montes e da Beira. É indubitavel o extraordinario augmento que desde 1835 para cá tem tido a agricultura neste paiz, devido não sómente ao allivio dos vexames que pesavão sobre ella como tambem á divisão e subdivisão dessa grande massa de bens nacionaes que em outro tempo erão o apanagio de quasi quatro unicas classes: frades, patriarchal, infantado e fidalgos.

As oliveiras não abundão na quantidade nem na qua-

* Para conhecer a quota proporcional das Ilhas (a de 1847), consultem-se os artigos *Açores* e *Madeira* no 1.º volume desta obra.

lidade de que o terreno é susceptivel, nem são amanhadas e tratadas com os competentes cuidados para o aperfeiçoamento do seu fructo como na Italia e Sul da França; esta arvore, cuja manutenção exige muito menos trabalho do que a vinha, deveria ser logo após esta a principal fonte de riqueza do paiz: bastava só povoar de plantações dellas as vastas charnecas baldias e maninhos que tão frequentes se encontrão do Mondego ao Algarve, mui favoraveis á sua producção e pouco proprias para outras. Notaremos que o azeite geralmente exportado, sobretudo o do Alemtejo raramente apresenta a frescura e aroma de recente colheita, condição devida ao pouco cuidado com que o fabricão. O do Algarve é geralmente melhor. Não temos dados presentes para poder estipular officialmente a actual exportação deste genero: segundo mappas do governo (Balbi, 1.° vol. da *Estatistica*, pag. 153) em 1802 constou ella de 80,808 almudes no valor de 379 contos de réis, e em 1819 foi só de 25,007 almudes no valor de 184 contos; todavia, não deixou nunca o reino de importar azeite fino da Italia e França para prato.

Temos á vista um recente mappa, porém não official, da exportação geral deste genero no reino em 1848, o qual leva o seu algarismo a 86,752 almudes ou 2,892 pipas de 30 almudes, as quaes á razão de 90$000 rs. perfazem 260:280$000. A exportação da azeitona póde regular annualmente por 42,000 ancoretas no valor de 36:960$.

A vinha de diversas qualidades de vidonho se cultiva e prospera em todo o reino, mas mui principalmente nas margens do Douro. No artigo *Commercio*, que adiante segue, teremos occasião de mais amplamente investigarmos este precioso ramo da producção mais importante da monarchia. Basta, para disso nos convencermos, saber que só nas cercanias do Alto Douro se colhem annualmente 70,000 pipas de vinho do melhor, chamado de *feitoria*, além

de ainda maior quantia inferior nos mesmos sitios: de sorte que se póde calcular a colheita annual do reino em 1,050,000 pipas, das quaes se exportão umas 100,000 pelos portos e alfandegas seccas para a Hespanha, e do ordinario muito se reduz a aguardente e vinagre. A cortiça e fructa são igualmente ramos de proveitosa producção. De linho e canhamo se não colhe sufficiente quantidade para consumo do paiz; a melhor parte é produzida em Trás-os-Montes e Beira. Esparto, só algum se cultiva em sitios do Algarve, bem que o consumo geral seja immenso e o importem da Hespanha. Hoje a batata é geralmente cultivada e prospera em toda a parte do paiz abundantemente, a ponto de a exportar para alguns paizes do Norte e Brasil. Tambem se cultiva n'alguns districtos sumagre para cortume, e se exporta em annos de abundancia. São estes os principaes generos de agricultura de Portugal: para mais esclarecimentos consultem-se os artigos *Commercio* e *Producções* do reino vegetal.

INDUSTRIA.

Os escriptores francezes, inglezes, allemães, e a maior parte dos nacionaes, que, arrastados pela força do costume, se não tem atrevido a abandonar a ideia do imperio que os estrangeiros adquirirão sobre Portugal no tempo em que se achava com os olhos vendados, esforçárão-se sempre em representar seus habitantes n'um piedoso estado em tudo que dizia respeito á sua *industria*. Os que escrevêrão pelo meiado do seculo XVIII, querendo pintar a nação portugueza do seu tempo, debuxárão-a só qual ella tinha sido no de sua maior ignorancia. Os que se lhes seguirão, pouco instruidos sobre o estado do paiz, forão continuando pelo mesmo trilho, e os nacio-

naes repetirão o que elles disserão, não se julgando em liberdade ou habilitados a pensarem de outra fórma. As cousas comtudo havião sensivelmente mudado, e a censura feita aos Portuguezes, de carecerem quasi inteiramente de fabricas, de manufacturas, e de se verem obrigados a comprar dos estrangeiros a peso de ouro não só os objectos de luxo, mas até os do mais trivial consumo para vestir, calçar e mobilia, é prova de má tenção ou ignorancia da parte de seus propaladores, como adiante veremos. Cumpre porém antes disso lançarmos uma vista d'olhos sobre o seu estado desde mais remota época.

Durante os quatro ou cinco primeiros reinados da monarchia, achavão-se os Portuguezes nimiamente occupados nas guerras contra os Mouros, para poderem pensar seriamente n'outras emprezas. Limitou-se pois sua industria em fabricar objectos de primeira necessidade, até que D. Affonso III expulsasse de todo esses poderosos dominadores. Desde então começou a industria a ir em augmento. Chegou o brilhante reinado de D. Diniz, o qual muito animou a agricultura, o commercio e fundou muitas manufacturas. Terião por ventura prosperado estes estabelecimentos se seu successor Affonso IV os protegesse sufficientemente. D. Pedro I fez todo o seu possivel no curto reinado de 10 annos, para resarcir o damno que seu antecessor causára á industria por negligencia; porém D. Fernando, que reinou depois delle, em vez de seguir o seu exemplo, deixou cahir em decadencia a maior parte desses estabelecimentos, forçando os operarios a pegar em armas para suas inuteis guerras, deleixando-se completamente dos negocios economicos do paiz. No reinado de D. João I as fabricas e manufacturas recebêrão novos progressos e animação pelos esforços de seus filhos os infantes D. Henrique e D. João, os quaes se achavão encarregados de todos os mananciaes de riqueza e pros-

peridade do reino. Forão todavia mais ou menos patrocinados e em augmento, segundo as circumstancias o permittirão, durante os cinco seguintes reinados até á morte de D. João III, sem comtudo fazerem notaveis progressos. D. Sebastião, seu successor, incessantemente occupado em suas guerras d'Africa, que acabárão por lhe tirar a vida, pouco caso fez do commercio, da industria e da agricultura. Permanecêrão as cousas no mesmo estado no curto reinado do cardeal-Rei D. Henrique. Tudo porém se arruinou durante o desgraçado periodo do dominio hespanhol. D. João IV, sempre occupado em guerras contra a potencia vizinha, de quem acabava de sacudir o jugo, não pôde fazer muito para animar a industria e tira-la do estado deploravel a que se achava reduzida; seu successor D. Affonso VI nada fez tambem em seu auxilio, por falta de energia ou de meios. O infatigavel e patriotico ministro conde da Eryceira a protegeu e animou quanto lhe foi possivel no reinado de D. Pedro II, estabelecendo muitas fabricas e manufacturas, e promulgando sabias e adequadas leis em seu favor. O longo reinado de D. João V apresenta notavel apathia da parte do governo, e immensa languidez na industria geral da monarchia, excepto na mineração do Brasil.

Chegou finalmente o reinado de D. José I, durante o qual a actividade, o talento e a sabedoria do grande marquez de Pombal, derão nova vida á industria do paiz. Os grandes subsidios dados neste periodo para a introducção das artes fabris no reino, a isenção de direitos sobre as materias primarias vindas de fóra, assim como tambem aquellas de importação sobre seus artefactos e suas entradas francas nos dominios do ultramar, a introducção prohibida de correspondentes manufacturas estrangeiras, e a rigorosa observancia das leis repressivas do contrabando, forão os principios politicos a que se

deveu a multiplicidade de estabelecimentos uteis por effeito dos quaes ficárão no paiz e seus dominios enormes sommas que d'antes passavão para fóra. Este benemerito estadista mandou vir por conta do seu governo, de paizes estrangeiros, mestres e operarios de diversos ramos; estabeleceu com avultadas despezas, em muitos lugares, novas fabricas Reaes; protegeu ou augmentou as que já existião, concedeu-lhes privilegios e adiantou até fundos a proprietarios de diversos estabelecimentos. Tanto zelo e assiduos desvelos no augmento da prosperidade geral forão corôados com o melhor exito, pois que Portugal teve pelos fins deste reinado, mas principalmente nos primeiros dous terços do immediato, a gloria de libertar-se quasi completamente do vergonhoso tributo que se vira obrigado a pagar ás nações estrangeiras, para supprir os seus habitantes de grande parte dos objectos de primeira necessidade.

Pensa-se ou diz-se vulgarmente que tudo se anniquilou depois delle; porém alguma reflexão e exame nos convencerá do contrario. O commercio, entregue a si mesmo, prosperou sempre; a agricultura mui pouco retrogradou, e as fabricas, mais ou menos favorecidas segundo as circumstancias do tempo, conservárão-se pela maior parte; algumas prosperárão e até se levantárão outras de novo e em ponto grande. Uma guerra de sete annos, durante a qual foi o reino invadido tres vezes pelos exercitos francezes além dos hespanhóes, a remoção da séde do governo para o Brasil, e a emigração de muitos milheiros de habitantes, arrebatárão ao paiz grande numero dos seus melhores operarios, e esgotárão os meios de acudir á salvação do restante. O infausto e impolitico tratado de 1810 contrahido com a Inglaterra, e a abertura dos portos do Brasil ás nações estrangeiras, que teve lugar em 1808, levárão ao cumulo estes males, paralysando a

industria de Portugal pela cessação do abastecimento exclusivo de suas colonias e a livre introducção de todos os objectos de consumo.

Assim mesmo, bem que já em decadencia, o commercio de Portugal com as suas possessões d'ultramar desde o anno de 1796 até o de 1820, calculado sobre o mappa de Balbi, a pagina 430 do 1.° vol. da *Estatistica*, regulou annualmente por 27 milhões de cruzados de importação no reino, e perto de 23 de exportação para as mesmas, nos quaes figuravão pela maior parte artigos de manufactura nacional. Muitas de suas fabricas portanto, não se achando em estado de sustentar concurrencia com os estrangeiros, ficárão arruinadas, e as que subsistirão, cahirão n'um estado de inacção do qual por muito tempo se resentirão.

A guerra da independencia colonial principiada na America ingleza, depois na hespanhola, e transportada á Europa, implicando tantas bandeiras emquanto a portugueza conservava a sua neutralidade, havia já feito dar um grande vôo á navegação, e por consequencia á industria de Portugal. Finalmente, durante a regencia de D. João VI, tal era ainda o impulso da antecedente illustrada administração Pombal, que nesse lapso se emprehendêrão e executárão estabelecimentos e emprezas de patente utilidade e progresso; porém como já faltavão a protecção de um governo energico, capitaes adequados e a força da execução, em grande parte se realisárão com custo ou ficárão imperfeitas. Assim mesmo, ainda que a industria e as demais artes uteis não chegassem ao seu auge de perfeição, pois nem as circumstancias calamitosas nem a brevidade do tempo permittião incremento, conservárão-se comtudo em attitude muito superior ao que geralmente se lê ou se pensa. É digna de menção no reinado de D. Maria I.ª a convenção que em 1779 se fez com a

Inglaterra, na qual se estipulou que as fazendas de lãa e seda inglezas, que pelo tratado de Methuen só pagavão até ali 23 por 100, ficassem pagando desde então 30, com notavel interesse das nacionaes, que então erão excellentes e numerosas, manufacturadas no Real estabelecimento da fabrica das sedas de Lisboa, vasta empreza do Estado, devida ao marquez de Pombal, e outras tambem das fabricas filiaes desta, que igualmente trabalhavão com perfeição os mesmos artefactos. Isto durou até o infausto tratado de 1810.

As seguintes tabellas darão ideia approximada do que por essa época se exportava ainda de Portugal para as suas colonias, do producto de suas fabricas e outros generos nacionaes: são mappas officiaes e extrahidos da *Estatistica* de Balbi.

Mappa geral do valor das fazendas de fabricas e manufacturas do reino de Portugal exportadas para as suas possessões de ultramar, a saber: Brasil, Açores, Madeira, Africa, Asia e Oceania nos annos de 1796, 1806 *e* 1819.

Fazendas de algodão.	1796	687:257,428	Fazendas de seda. . .	1796	300:050,089
» »	1806	735:860,930	» »	1806	133:795,615
» »	1819	456:269,660	» »	1819	250:443,415
Fazendas de lãa. . . .	1796	258:810,970	Objectos de prata e ouro	1796	28:481,278
» »	1806	123:107,670	» »	1806	41:478,940
» »	1819	40:615,660	» »	1819	72:218,860
Fazendas de linho . .	1796	35:358,350	Artigos diversos comprehendendo chapéos, caixas de rapé, cartas de jogar, botões, marroquins, polvora, obras de marfim, osso e de barro, louça, vidros, papel, livros, &c.	1796	443:712,292
» »	1806	539:747,080		1806	345:775,532
» »	1819	9:813,680		1819	413:401,141

A seguinte tabella apresenta o valor dos artigos de manufactura portugueza exportados annualmente para os mesmos dominios desde 1796 até 1820. Julgamos indispensavel transcrevê-la aqui não só para mostrar o estado florescente ao qual chegára a industria do reino no começo do seculo actual, mas tambem por apresentar as funestas consequencias das invasões francezas e hespa-

nholas, da remoção da séde do governo e do tratado de 1810. É extrahida de documentos officiaes.

Annos.		Annos.	
1796.	2,442:600,800	1808.	227:200,000
1797.	2,864:300,000	1809.	451:600,000
1798.	4,131:600,000	1810.	431:800,900
1799.	5,632:300,000	1811.	389:600,000
1800.	3,842:500,000	1812.	398:300,000
1801.	4,012:300,000	1813.	555:200,000
1802.	3,470:603,200	1814.	742:000,000
1803.	2,774:600,000	1815.	939:400,000
1804.	3,479:700,000	1816.	1,158:100,000
1805.	2,524:700,000	1817.	1,131:800,000
1806.	1,909:700,000	1818.	1,340:100,000
1807.	1,174,600,000	1819.	1,242:700,000

Termo medio annual 1,136 contos de réis.

Por esta resenha se verá que Portugal não se achava no misero estado em que muitos autores estrangeiros o pintavão, dizendo que não possuia manufacturas de qualidade alguma. Todo o paiz que chega a exportar annualmente só para as suas colonias o valor de quasi tres milhões de cruzados de seus artefactos, além dos que consome, não está de certo nesse caso. Nem se cuide que esses artefactos fossem de manufactura estrangeira: consulte-se no artigo Commercio o que a esse respeito se diz e o termo medio do valor das importações da Grãa-Bretanha em Portugal (pois são as unicas que ahi só tem avultado), e o mais que sobre isso vai expendido no decurso desta obra, e achar-se-ha que a importancia dos valores dos quatro artigos de tecidos estrangeiros importados bastarião apenas para o consumo do reino. As numerosas fabricas de todo o genero de tecidos que ainda existião em todo o paiz não só fornecião sufficientes para elle, mas tambem para exportar; e se alguns importava de paiz estrangeiro, erão pela maior parte de superior qualidade, e porque os seus achavão um facil e proveitoso consumo nas colonias onde erão estimados, e ao gosto ou moda de cujos habitantes erão adequados. O resumido quadro deste esboço não permitte maiores investigações sobre o

prospero estado da industria portugueza dessa época: quem as desejar poderá recorrer á estimavel obra de Jacome Ratton, denominada *Recordações*, impressa em Londres em 1813.

Nessa época anterior á invasão, politicamente desgraçada, emquanto se pôde conservar a neutralidade, ainda que comprada a peso de ouro, produzio vantagens incalculaveis ao reino, e particularmente a Lisboa. Para poder formar prudente juizo sobre as riquezas que se tinhão concentrado em Portugal, bastará reflectir nas repetidas e copiosas exigencias, sangrias de dinheiro e dolorosos sacrificios que o paiz tinha soffrido da parte do governo da França, e no qual ainda achárão os Francezes solida riqueza para campo de suas rapinas. A grandeza e opulencia continuavão em prospero estado, e tal era o seu auge, que os mesmos invasores não hesitavão em chamar-lhe a «mais rica cidade da Europa.» Tudo porém mudou de sorte debaixo do dominio delles. Com a sua invasão tudo se anniquilou, ao mesmo passo que a navegação soffreu um golpe mortal da parte dos Inglezes bloqueiando os nossos portos e aprisionando innumeraveis embarcações importantes nossas. As fabricas de algodão, linho, lãa e seda, que occupavão para cima de 40 mil pessoas, parárão de repente, á excepção de poucas, cujas manufacturas só tinhão um indispensavel consumo no paiz, e isto por duas razões: a primeira porque cessou aquella grande exportação para as colonias que erão quem as sustentavão, e a segunda porque o justo receio das scenas de depredação que brevemente se forão seguindo fez com que todo o possuidor de fazendas só tratasse de reduzi-las a dinheiro e occulta-lo. Com o decurso do tempo accresceu a estas causas a falta de materias primarias. A propria agricultura recebeu toques tão sensiveis, que Junot se vio na necessidade de expedir ordens positivas tendentes a persuadirem aos

habitantes dos campos que semeassem as suas terras; o que não querião fazer persuadindo-se que elles as semeavão para os usurpadores colherem os fructos, e na de conceder certas isenções no decreto da contribuição de 100 milhões de francos, aos povos por onde passára o seu exercito pelos estragos que lhes havia causado.

Quando no fim de 1807 a familia Real se transportou para o Brasil, diz J. Liberato Freire de Carvalho, os dous continentes da Europa e da America se achavão fechados ao commercio inglez; e já em Inglaterra começava a desenvolver-se uma espantosa revolução entre os fabricantes e seus operarios por falta de occupação, a qual de certo viria a ter bem funestos resultados, se tão promptamente lhe não abrissemos os nossos portos, e assim a livrassemos da grande catastrophe que a estava ameaçando. Então ainda nós tinhamos valiosos mananciaes de prosperidade domestica, e eramos, proporcionalmente fallando, uma das mais ricas nações, apezar de já termos muito decahido do que tinhamos sido no ministerio do portentoso Pombal.

Além da grande riqueza que muitos particulares possuião, uns em fundos estrangeiros principalmente, outros em numerario em suas casas, em gyro ou em fazendas, havião em Portugal muitas centenas de fabricas de tudo quanto era necessario não só para o uso, mas até mesmo para o luxo de um povo. Supprião ellas quasi as precisões de toda a população portugueza nas cinco partes do mundo, e se algum adjutorio se recebia ainda das manufacturas estrangeiras, consistia este simplesmente em algumas fazendas de lãa e de linho conhecidas pelos nomes de *bretanhas, crés, hollandas* e *aniagens*. As nossas sedas já emparelhavão com as melhores da Europa, e quasi toda a população pobre que sobejava a outras occupações se empregava em fabricar alguma cousa, de sorte que

talvez a mendicidade de Portugal naquelle tempo fosse inferior á de outro qualquer paiz da Europa em proporção da sua população. Tinhamos finalmente um grande numero de navios mercantes empregados em activissimo commercio com as colonias, e para os defender, uma marinha respeitavel.

Em tão vantajosas circumstancias, que deveria ter feito o governo portuguez se fosse illuminado e prudente quando chegou ao Brasil? Sem duvida legislar segundo o estado politico de ambos os paizes, tendo sempre em vista a conservação da propriedade e prosperidade de que estavamos de posse sem nunca as abandonar a calculos cobardes ou a terrores prematuros. Devia resistir com energia e dignidade a fazer tratados de commercio, como esse infando de 1810, em tal posição e em tal época, em que os destinos do futuro erão tão duvidosos ou incertos, e quando algum emfim se resolvesse a fazer com a Inglaterra, lhe havia ter dictado as condições, porque então estava bem no caso de fazer o que quizesse. Com effeito, se o governo dessa época residente no Rio de Janeiro conhecesse bem as vantagens da sua situação, o resultado necessario teria sido os Inglezes concordarem em tudo quanto elle lhes propuzesse, comtanto que lhes deixasse desembarcar seguramente as suas tropas em Portugal, e pudessem contar com a nossa firme cooperação. Tinhão elles a absoluta necessidade de combater os Francezes na Peninsula, para não serem obrigados a dar-lhes batalhas ás portas de Londres, e neste caso quaes serião as concessões que elles não estarião promptos a fazer-nos se delles as tivessemos exigido?

Evacuado o reino pelas tropas inimigas, os Inglezes o tomarão logo á sua conta, como se fôra provincia britannica ou o tivessem conquistado, tendo até a ousadia de por algum tempo arvorarem as suas bandeiras no

castello e mais fortalezas em torno de Lisboa. Desta prepotencia, imprevidencia ou erro fatal da parte do nosso governo, se originárão depois as consequencias desastrosas que ainda hoje tanto pesão sobre a nação, avultando entre muitos outros a celebre convenção de Cintra assignada por Dalrymple, pela qual, sem sermos mencionados ou ouvidos, não só se deixou partir os Francezes carregados de nossos despojos, mas nem sequer se estipulou que por elles fossem resgatados os nossos soldados, que a força havião sido conduzidos para a França. O mesmo Dalrymple, como se fosse o monarcha de Portugal, creou, por assim dizer, uma nova regencia, demittindo alguns membros, e nomeando outros. A vileza de quem então nos governava foi igual á insolencia desse estrangeiro, que se constituio nosso legislador e escreveu o seu codigo com o gume da espada.

Emquanto se ia deste modo esgolpeando o espirito industrioso e o desenvolvimento fabril e emprehendedor das manufacturas de consumo diario da povoação, emquanto por todas estas vergonhas iamos passando, o governo supremo residente no Brasil, longe de procurar acabar com ellas, ou pelo menos diminui-las, ainda mais as accrescentou e vigorou Não contente em dar o commando do exercito a um estrangeiro, lord Beresford, ordenou ainda, sem reflectir a que abysmo de aviltamento descia, autorisando a que Sir C. Stuart, nesse tempo ministro britannico em Lisboa, fosse um membro da regencia, e que, junto com Wellington, então generalissimo dos alliados, e a mesma regencia, tratassem dos negocios mais importantes do governo. Assim, de facto e de direito, constituio esse abominavel ministerio Portugal em colonia ingleza. Foi nessa época, em que este reino, segundo o que fica apontado, se achava *civil e militarmente* governado pela Inglaterra, que appareceu no meiado de 1810

o monstruoso *tratado de commercio* datado de 19 de Fevereiro.

Não entra no plano deste rascunho fazer uma analyse particular dessa peripecia, de um lado sagazmente politica, e de outro vilmente estupida; para habilitar porém a todo o homem que pensa a fazer uma sufficiente ideia dos males que elle nos causou, bastará summariamente lembrar-lhe que, sendo feito n'uma época em que não eramos *nação livre*, mas sim nos governava a politica britannica, não podia deixar de nos ser completamente ruinoso, e só favoravel a essa nação egoista e avara que tudo sacrifica aos seus interesses. Nelle, a sua devoradora ambição destruio as nossas fabricas, o nosso commercio, a nossa navegação, e por este modo nos reduzio á miseria, nos desmoralisou, e, por ultimo, despedaçou a propria monarchia.

Quem quizer orientar-se nos muitos e aviltantes artigos deste tratado, consulte a *Analyse* do mesmo e o *Correio Brasiliense* da época. Entre outros, porém, em justificação do que vai dito, merece ser ponderada a palavra *reciprocidade*, que tantas vezes se repete, e que parece devêra sempre expressar o que indica, porém que nunca passou de um termo sem sentido. Estipulou-se em alguns itens que receberiamos as fazendas inglezas (á excepção de *lanificios*) com os direitos de 15 por 100, e que em recompensa ficariamos igualados com *as nações mais favorecidas*, e a isto se chamou *reciprocidade*. Qual foi porém o resultado? Um só exemplo mostrará como os Inglezes sempre entendêrão e explicárão esta vãa e magica palavra. Emquanto as mencionadas fazendas só pagavão nos dominios portuguezes tão modicos direitos, os nossos vinhos tem chegado a pagar mais de 120 por 100. Por esta reciprocidade verdadeiramente de fabrica ingleza, ficou para sempre autorisado o ministerio britannico a levantar os

direitos ao ponto que quizer, e nós sujeitos a paga-los, comtanto que as outras nações tambem os paguem sem nunca podermos fazer o mesmo ás manufacturas inglezas. *

Houve tempo em que a industria do algodão floresceu em Lisboa brilhantemente. Havia então uma fabrica de tecidos deste genero na Cordoaria, outra no Campo-Pequeno, outra na Fonte da Pipa, e muitas outras custeadas por conta do governo, e onde se fabricavão tecidos desse genero de todas as qualidades, panno adamascado, sarjas de todas as côres, setinetas, cotins e riscados, colchas como as inglezas, filetes para as bandeiras, córtes de calças, baetilhas, meias e luvas; muitas encommendas para a real familia, como córtes de pantalonas de seda, de cadarço, &c., mantas e meias para a tropa, optimos cobertores, camizas e calças de malha, &c. Destas não resta nenhuma hoje: os seus bellos engenhos de fiação e tecidos, ricos teares e muitas machinas de superior delicadeza, tudo tem sido abandonado ou vendido.

Em lugar destas fabricas reaes, algumas se tem estabelecido de particulares, e até em ponto grande, como, por exemplo, a de *Xabregas*, que muito vai prosperando, e cujos artefactos emparelhão com os melhores da Inglaterra, e outras muitas de recente creação, cuja nomenclatura não é possivel especificar aqui. O *Periodico dos Pobres*, ha pouco, annunciou o estabelecimento de uma fabrica em ponto grande no Porto, destinada á industria algodoeira, movida por vapor, nos termos seguintes: « Ha muito que se sente nesta cidade as vantagens que lhe resultaria de um estabelecimento de tal natureza, o

* Note-se que José Liberato escrevia em 1829, e que pela lei das pautas de 1836, todas as fazendas estrangeiras ficárão igualadas no pagamento dos direitos a 15 por 100. Quanto ao mais que expende, bem que acrimonioso, não deixa de ser purissima verdade.

que acaba de ter lugar com a divisa de *Concordia*. O extraordinario desenvolvimento que tem tido a industria portugueza na ultima dezena, sendo hoje o consumo do algodão em rama *trinta vezes*, e o do fio *tres vezes* mais que em 1834, e sobretudo a prosperidade de iguaes fabricas em outros pontos do reino, promettem razoaveis lucros aos seus accionistas, &c. » Ignoravamos o estado desta empreza.

Não ha genero algum de industria cultivado pelas nações mais adiantadas que não tenha sido ensaiado pelos Portuguezes. Em muitos ramos rivalisão com os productos mais perfeitos que vem de fóra, e em outros muitos se está em caminho de chegar ao mesmo resultado. As fabricas de armas de Lisboa e Porto; as de louça tambem destas duas cidades, a de Coimbra, Beja, Estremoz, Cercal, Caldas, Crato, Elvas e outras muitas; as de fazendas pintadas de Lisboa e Porto, a grande fabrica de fazendas de algodão de Thomar, cuja força motriz são as aguas do rio Nabão aproveitadas com admiravel engenho, bem como a de Campo Grande, e outras em Lisboa e diversas partes do reino; as de galões, sedas, fitas, sabonetes, retroz de Lisboa, Porto e Bragança; as de obras de ouro e prata nas duas primeiras; as de tecidos de lãa da Covilhãa, mas principalmente a de Portalegre; as de vidros de Vista Alegre perto d'Aveiro, da Marinha Grande perto de Leiria e de Lisboa; as de papel de Alemquer (talvez o melhor edificio deste genero que exista na Europa), de Thomar, Tojal, Louzãa, Feira, Guimarães, e a do Papel junto á estrada de Cintra a Lisboa; as de pannos de linho em Trás-os-Montes, Minho e Beira; as de cortume em immensas terras do reino, mas sobretudo em Lisboa, Porto, Setubal, Coimbra, Evora, Guimarães, Santarem, Coruche, &c.; as de chapéos em quasi todos os mesmos citados lugares; as de

calçado primorosamente trabalhado em quasi todas as povoações que excedem tres mil habitantes; as immensas refinarias de assucar e de doces seccos de fructa, de Lisboa, Porto, Coimbra e Guimarães; as de meias, barretes, camisolas e lenços de Alcobaça e Thomar; as notoriamente celebres de seda no Campo Grande junto a Lisboa, e do Porto que imitão perfeitamente as de Italia e Lyão, e as quaes sobresahem em solidez, e finalmente a grande fabrica de vidros e porcelanas denominada de Vista Alegre, como acima fica dito, e pertencente á familia Pinto Bastos, tem apresentado productos iguaes aos mais perfeitos da França, Saxonia e Inglaterra: todos os estabelecimentos acima citados, e muitos outros que seria enfadonho ajuntar aqui á collecção, todos merecem ser mencionados.

De uma curiosa estatistica da exportação dos algodões inglezes no primeiro semestre deste anno de 1849, para as differentes partes do mundo, e publicada no *Commercial*, vê-se que para Portugal esse ramo de importação tem consideravelmente diminuido, em parte devido ao incremento que tem tido as fabricas portuguezas de fiação e tecidos de algodão. A exportação da Inglaterra de fio de algodão *(yarn)* para Portugal e Madeira, foi em 1847 de 828.080 arrateis, e no de 1848 chegou só a 587,033; de algodões lisos em 1847 jardas 19:725.604, e em 1848 só 16:162.064; de algodões pintados em 1847 foi 6:557,000, e em 1848 só 4:900.000 ditas. Não só se póde attribuir esta favoravel differença ao progresso da industria fabril, que tem sido constante e regular no reino, porém igualmente aos direitos protectores das pautas. É realmente espantoso o progresso que nestes ultimos 15 annos tem feito o povo portuguez em todos os ramos industriaes, o que facilmente se deprehenderá do que vai dito nos tres artigos *Agricultura, Commercio* e *Industria*. Os Portuguezes

são geralmente industriosos e amigos dos trabalhos braçaes, pois que delles vivem, e não se encontrão errantes pelas nações estrangeiras, empregados em divertir a populaça em figuras de palhaços, pelotiqueiros, tocadores de marimba e realejo, &c., para adquirirem o sustento, assim como muitos estrangeiros ociosos que vem a Portugal mendigar o pão que lhes escasseia na patria. Se o seu espirito emprehendedor e industrioso jazeu curvado por quasi meio seculo sob o peso de insensatas administrações e calamitosas circumstancias, hoje felizmente se acha animado de novo e vigoroso impulso, estreando-se brilhantemente na carreira da civilisação e de innovações uteis; n'uma palavra, occupando no seculo dos progressos o lugar que lhe compete como antiga e illustrada nação.

COMMERCIO.

Se Portugal chegou a ser um dos paizes que mais experimentárão os beneficos effeitos de um florescente e proveitoso trato mercantil, é tambem hoje um daquelles sobre os quaes a sua decadencia tem mais sensivelmente influido na sua prosperidade e representação politica. Causas naturaes, por serem filhas de circumstancias, concorrêrão para o tornar um dos elos da cadêa de paizes que os vaivens da sorte ora remonta ao zenith da fortuna, ora os trata como desapiedada madrasta ou os conserva n'uma posição estacionaria. Uma investigação sobre as principaes épocas da sua prosperidade commercial, que é o verdadeiro thermometro da riqueza publica, nos orientaria sobre esta verdade e de suas causas motoras. Não nos sendo porém possivel neste resumo tratar a

questão como desejariamos, limita-la-hemos a meia duzia de linhas.

Ainda que nos doze ou quinze annos que precedêrão a partida da familia real para o Brasil, o commercio de Portugal fosse temporariamente prospero, e a affluencia dos generos coloniaes, tanto que o Terreiro do Paço em Lisboa se transformasse como em alfandega provisoria coberta de barracas abarrotadas com esses valiosos artigos, todavia não chegou a attingir aquelle gráo de florescencia de que gozára nos felizes seculos XVI e XVII, proporção guardada com os outros estados europeos, então na infancia do commercio e da navegação. Seria tambem um erro acreditar que geralmente hoje seja tão limitado e insignificante como o publicárão e ainda certificão alguns viajantes e geographos que tem escripto sobre este paiz. Ajuizando do seu commercio por boatos corriqueiros, por informações vagas ou colhidas á pressa, até mesmo por dados isolados, extrahidos do mysterio que em todos os tempos envolveu neste paiz o que dizia respeito ás finanças, commercio, governo, população, forças de terra e de mar, &c., deste modo espalhárão as mais erroneas e absurdas opiniões sobre tão importante materia.

Póde-se considerar o XVI seculo como a época mais florescente do commercio e da força de Portugal, na qual assombrou o Oriente pelas suas heroicas façanhas e extensas conquistas. Diz Balbi que a ideia do seu poder fez uma tal impressão no animo dos povos dessas longinquas regiões, que em uma antiga geographia escripta em lingua persica, acha-se o reino de Portugal denominado *capital da Europa*. Durante esse periodo fizerão os Portuguezes exclusivamente o commercio da Africa e da Asia. As manufacturas francezas e inglezas ainda não existião; apenas as de lãa começavão a prosperar na Inglaterra;

sómente as fabricas de velludo e de seda da Italia podião rivalisar com as da Asia. A India era então o unico paiz que possuisse fabricas de algodão. Generos coloniaes só os possuia a Turquia, donde os Portuguezes os havião introduzido nas ilhas da Madeira, Brasil e alguns pontos da Africa occidental. Os mesmos fazião em grosso e vantajosamente a pesca do bacalhão no banco da Terra-Nova; e depois de haverem arrancado aos Venezianos e Turcos o commercio da India, para onde se correspondião por via do Cabo da Boa-Esperança, cuja estrada descobrirão, o conservárão exclusivamente até o fim do XVI° seculo. Ainda que os Reis tivessem reservado para seu monopolio o commercio das especiarias, nos demais artigos da Asia podião traficar quaesquer subditos portuguezes. Para fazer ideia dos thesouros immensos adquiridos pela nação durante esse periodo, bastará considerar os que ganhárão os Hollandezes no seculo seguinte, bem que não possuissem mais que uma pequena parte do mesmo emporio.

Veio depois a infausta época do dominio castelhano, durante o qual começou a luta com os Hollandezes no Brasil, na Africa occidental e na India; fatal contenda que terminou perdendo Portugal seus mais importantes estabelecimentos no Oriente e a maior parte da sua marinha mercante e militar. A má administração interna, as perturbações civis, o esgotamento produzido pela successiva diminuição do commercio da Asia, e pelas enormes contribuições pagas ao governo castelhano durante 60 annos, arruinárão o Estado e o exhaurirão dos immensos thesouros accumulados na precedente época. Accrescente-se a estas vicissitudes a concurrencia com os Hollandezes no trafico dos generos coloniaes, pois se havião apossado de importantes pontos do Brasil; as dissensões com o governo de Cromwell, cujas frotas fizerão estragos numerosos n'algumas povoações portuguezas mesmo do reino

e se apoderarão de muitas embarcações suas, e facil será ajuizar da decadencia do seu commercio.

O periodo que decorreu desde os annos de 1670 até meiado do seculo XVIII, apresenta o singular espectaculo de uma nação que abandonando a cultura do solo natal tão formoso quanto fertil, vai rotear outro em differente hemispherio, o do Brasil, empregando os thesouros arrancados das suas entranhas em fazer prosperar uma nova patria. Foi tambem nesta época que as colonias inglezas e francezas começarão a entrar em concorrencia nos generos coloniaes com o Brasil, o qual até então não encontrára rival no Novo-Mundo. Accresceu igualmente que sendo perseguidos de novo os Judeos no reinado de D. Pedro II, emigrarão para a Hollanda, Inglaterra e França, augmentando consideravelmente com os seus capitaes os fundos ainda mediocres das companhias nascentes d'ultra-mar dessas nações, as quaes desde logo adquirirão novo alento, e acabarão de arruinar o commercio portuguez nas Indias.

Não foi menor o prejuizo que soffreu a industria portugueza pelo fatalissimo tratado denominado de *Methuen*, nome do negociador inglez, assignado pelo mesmo Monarcha em 1703, no qual concedeu a admissão de pannos e fazendas de lã inglezas, cessando desde logo as leis prohibitivas que impedião a sua entrada.

Daqui se deduz que as fazendas de lã estrangeiras não erão admittidas então em Portugal, observa José Liberato Freire de Carvalho (*Ensaio*, a pag. 109), o que mostra a boa politica dos governos antecedentes; porque toda a nação que uma vez pede a um povo estranho que lhe dê de vestir, em pouco acabará tambem por lhe pedir que lhe dê de comer. Isto exactamente aconteceu a Portugal, que á proporção que foi perdendo a sua industria, foi igualmente perdendo a sua agricultura, pois para que

esta se sustente e prospere, é preciso que receba os lucros da industria, que são como outras aguas creadoras que vão fertilisar a terra. Podemos portanto affirmar que deste desastroso tratado se derivou toda essa miseria que fôi gradualmente assolando o paiz. A mesma época em que foi concluido, foi a mais fatal que se podia ter escolhido, porque começando então o Brasil a lançar de si rios de ouro e pedras preciosas, não se poderão perceber todas as tristes consequencias que delle havião resultar, pois que abundando em dinheiro, e havendo portanto muito com que pagar o vestido que nos fornecião, pareceu talvez naquelle tempo que nada perdiamos. Perdemos comtudo todos esses grandes capitaes, que servirão só para ir alimentar a industria e lavoura estrangeiras, anniquilando as nossas; de sorte que aquillo mesmo que nos devia dar vida e robustez, servio pela nossa má politica, e pelas insidiosas manhas da Inglaterra, para nos enfraquecer e matar como nação industriosa.

Durante o longo reinado de 35 annos de D. João V, o commercio, a agricultura e as finanças, caminharão successivamente de mal a peior, e forão as ricas minas de ouro e de diamantes do Brasil, descobertas durante esse faustoso e prodigo reinado, que balancearão o excesso enorme da importação sobre a exportação, que a não ser assim, teria Portugal de saldar de per si a peso de ouro. No espaço que medeou entre 1715 e 1750 em que reinou esse Monarcha, despendeu immensos thesouros não só com a cleresia regular e secular de Portugal, porém com a propria Roma. Para esta só, consta pelos calculos do tempo que enviára 94 milhões de piastras, que pouco mais ou menos valem 188 milhões de cruzados portuguezes! E que ganhou o reino com isto? continúa o mesmo illustre escriptor, o esteril e inutil titulo de *Fidelissimo*, algumas folhas de papel com o nome de *Bullas*, que

espalharão immensa copia de indulgencias por todas as igrejas e capellas; um luxo exorbitante derramado por todos os conventos, que fazião profissão solemne de pobres, e um monstro ecclesiastico chamado *Patriarchal*, dedicado á vaidade e á preguiça, emquanto nossos campos, que podião ser fertilisados com essas riquezas, ostentavão a asquerosa imagem da miseria; as nossas fabricas estavão arruinadas e desertas, e o commercio interno e externo anniquilado. *

O lapso que decorreu desde o meiado do XVIII° seculo, o qual comprehende a administração do Colbert portuguez, o sabio marquez de Pombal, apresenta o magestoso espectaculo dos prodigios que pode obrar um governo sensato e energico. Sem finanças, sem credito, com uma marinha enfraquecida e um exercito nominal, com o seu commercio e industria na maior prostração, este grande estadista conseguio regularisar as finanças, dar credito ao seu governo, estender consideravelmente e sem vexames o commercio e a navegação, tornar florescentes as pescarias do Algarve, estabelecer um grande numero de fabricas e manufacturas, animar a litteratura e as sciencias pela reforma da universidade de Coimbra, e diversos estabelecimentos de instrucção publica, reorganisar o exercito e a marinha, restituir ao seu paiz a con-

---

* Para se formar uma leve ideia das riquezas que durante este reinado entrarão em Portugal, e tão loucamente forão dissipadas, basta mencionar essas que durante 23 annos e 2 mezes, isto é desde 3 de Novembro de 1722 até o fim de Dezembro de 1745, se registarão no Erario.

Receberão-se em dinheiro 46:203,612 $ 800 rs.; em direitos de diamantes e ouro 6,417 arrobas e 1-1/2 libras; em prata 324 arrobas e 1 libra; de cobre em chapa 15,680 arrobas; dito do Algarve 11 ditas e 1/4; diamantes brutos 2,308 quilates e 2 grãos; bem assim mais varias peças de ouro, prata e outros metaes declarados no encerramento da conta que prestou F. da Costa Solano, em 5 de Setembro de 1748, como se póde ver no n.° 54 do *Investigador*, tomo 14, pag. 222.

sideração de que já gozára, e fazer renascer das ruinas de Lisboa uma magestosa cidade maior e muito mais formosa que a antiga. Se no dizer de alguns, não animou com a mesma energia a agricultura em geral, não se lhe recusará o merito de haver augmentado em ponto grande a cultura do vinho nos sitios para ella mais adequados, a qual ainda hoje é o principal manancial de riqueza do paiz, e a da seda, que não só teria produzido sufficientemente para seu consumo, porém até para exportar em quantidade, se se tivesse seguido as suas vistas.*

Foi durante a segunda metade de tão portentoso ministerio que Portugal colheu os fructos dos trabalhos desse grande estadista, fructos augmentados pela exploração das suas minas e os cuidados do governo para tornar mais consideraveis os productos do Brasil e outras possessões, bem como pela vantagem de gozar quasi sempre de uma profunda paz, emquanto que o resto da Europa se achava em sanguinolentas convulsões politicas.

Se exceptuarmos os felizes reinados de D. Manoel e D. João III, a historia portugueza não apresenta em época alguma um tão prospero estado de commercio como o deste periodo. As exportações excedião annualmente em muitos milhões as importações; a navegação e a agricultura ião em augmento progressivo, e as manufacturas de tecidos em todo o genero prosperavão, ião-se aperfei-

---

* Na obra de Jacome Ratton, intitulada — *Recordações*, a pag. 186, refere-se haver ficado no *Erario* por morte d'El-Rei D. José, ou antes, pela administração do marquez de Pombal, a enorme somma de 48 milhões de cruzados, e no *cofre das decimas*, 30 milhões dos mesmos. Parece haver nisto exageração, por ser esta somma em metal cunhado a que provavelmente circulava no reino. Todavia para fazer o elogio de tão sabia administração, é escusado recorrer a exagerações: todo elle consiste em que creou tudo, e ainda deixou grandes sómmas sem individar o Estado.

çoando, e se achavão muito além desse estado deploravel que escriptores inexactos e de má fé tem querido fazer acreditar.

Veio finalmente a época da invasão franceza, a qual produzio o espectaculo de um povo tão valente quanto infeliz, e que vê anniquilar em breve espaço todos os elementos da sua prosperidade. As repetidas e avultadas sommas extorquidas pelo governo republicano francez a Portugal, para comprar a sua neutralidade, o damno causado ao commercio, á industria e á agricultura pela primeira invasão, e o tributo de 100 milhões de francos para *resgate das suas propriedades*, a transposição da séde do governo para o Brasil, as seguintes invasões de 1809 e 1810, sua inherente assolação e rapina, as erroneas medidas tomadas pelo governo causarão estragos incalculaveis: os Francezes destruirão os principaes estabelecimentos da industria portugueza pelos sitios onde ião transitando, por espirito de vingança e de vandalismo, e os Inglezes, chamados para se lhes oppôr, praticavão o mesmo, porém por espirito de vil inveja e da mais atroz politica, afim de para o futuro poderem introduzir no reino sem competencia os seus artefactos. Fecharão-se os portos ao commercio externo, e a communicação com as colonias, onde se consumia a maior parte dos seus artigos manufacturados, ficou interrompido. Para cumulo de males a illimitada franqueza que o governo portuguez concedeu aos navios estrangeiros em todos os portos do Brasil em 1808, o funesto tratado de 1810 com a Inglaterra, e a guerra tão impolitica quanto desastrosa com os Estados argentinos, acabarão de arruinar a sua industria, commercio e marinha mercante. As numerosas recrutas em continua exigencia para conservar no reino um excercito permanente de 60,000 homens de primeira linha, e 50,000 de milicias, afóra os que se ião alistar no Brasil, as des-

pezas inherentes a uma guerra activa, augmentando por toda a parte os elementos de destruição, privarão o Estado de todos os seus recursos. A sensivel diminuição dos rendimentos publicos, a depreciação do papel-moeda, a ruina da industria, da população, da agricultura, as dividas contrahidas durante a guerra, antes e depois, a falta de credito publico, a escandalosa prevaricação dos empregados da fazenda, dos navios mercantes portuguezes tomados tanto por bandeiras amigas como inimigas, e expostos a seus insultos até mesmo á vista de fortalezas nacionaes, tudo isto completa o deploravel quadro da triste situação de Portugal durante esse infausto periodo.

O balanço geral do *commercio* com os paizes estrangeiros apresenta um enorme deficit annual desde 1807. Os annos mais infelizes forão: 1810, em que Portugal teve de balanço contra si 11:324,000 cruzados; em 1811 orçou a perto de 79:475,000 ditos; em 1812 por 60:000,000 de ditos; em 1813 pouco menos do que isto; em 1814 baixou a 13 milhões; em 1815 regulou pelo mesmo e ainda que esta perda fosse diminuindo desde essa época, foi sempre grande e contra Portugal, como ainda hoje o é. Accresceu finalmente a separação do Brasil, o qual formava a mais importante e rendosa possessão da monarchia.

A falta de estradas, de canaes, de rios navegaveis e de outros meios proprios para facilitarem a circulação dos productos do solo e da industria, fazem com que pouco avulte o commercio interno do reino, o qual sem estes obstaculos poderia ser de grande importancia, attendendo á riqueza do seu solo e á variedade das suas producções. É sem duvida em parte a essa falta de communicações internas que se deve attribuir o atrazo da agricultura, principalmente no centro do Alemtejo, da Beira e da Estremadura. Verdade é que a grande extensão de litoral, relativamente á pequena superficie do reino, em parte diminue

este inconveniente; por isso tambem se póde dizer que quasi todo o commercio do paiz se faz por mar. *Braga, Guimarães, Bragança, Villa-Real, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Thomar, Elvas, Beja, Evora e Portalegre,* são as povoações de maior commercio no interior: as maritimas e fluviaes são: *Lisboa, Porto, Setubal, Figueira, Vianna, Faro, Lagos, Olhão, Santarem, Peso da Regua, Lamego e Abrantes.*

O mais interessante ramo do commercio de exportação de Portugal consiste nos seus *vinhos*, cuja bem merecida reputação é geralmente reconhecida no mundo inteiro, mas principalmente o denominado do *Porto*, por ser embarcado nesta cidade, porém produzido no Alto Douro, de 11 a 17 leguas e mais della, em terrenos ondulosos, outeirados, livres de humidade, bem expostos aos raios do sol e nas cercanias do rio Douro. O principal districto onde se colhe esse afamado vinho, o qual desde 1756, época da creação da companhia, se acha sob sua immediata vigilancia, está situado entre a serra do Marão e o rio Tua em Trás-os-Montes, e na Beira Alta ao longo das alcantiladas encostas do rio Douro, n'uma largura de 1 a 2-1/2 leguas, e comprimento de 8 a 9, o que lhe dá uma superficie de perto de 16 leguas quadradas, ao total em ambas as margens, porém com interrupções. Este pequeno cantão, o qual antes do estabelecimento dessa companhia de que vamos fallar, se achava quasi deserto e inculto, tornou-se desde então um dos sitios mais povoados do reino, e cuja cultura se póde comparar ao que ha de mais perfeito em qualquer paiz vinhateiro do mundo. Em seu limitado ambito se colhem annualmente para cima de 70,000 pipas de vinho, isto é, só do chamado de *feitoria*, pois não fallando já no centro das tres provincias limitrophes do Douro, só nas margens deste rio, segundo o publicista F. F. P.

Fernandez Pereira, na sua *Taboa Geographica* a pag. 7, se colhem annualmente mais de 150,000 pipas, e acrescenta que a necessidade ha de obrigar os lavradores a cortar as vinhas em muitos sitios para cultivar pão, tal é a superabundancia da producção vinhateira. Estes vinhos são geralmente divididos em duas qualidades: o vinho de *Feitoria* ou de exportação, e o de *ramo*, de inferior qualidade, para consumo, vinagre e distillação. O de *feitoria* vale sempre mais do dobro do outro.

Pelo meiado do seculo passado, em 1756, durante o ministerio do marquez de Pombal, havendo-se os negociantes inglezes queixado do vicioso preparo e adulteração com que estes vinhos chegavão á cidade para serem exportados, o governo instituio a *Companhia dos vinhos do Alto Douro*, concedendo-lhe avultados privilegios, autorisando-a a classificar esse genero pertencente a particulares, por um *fiat* a seu alvedrio, em dous preços, um para o de exportação, e o do consumo, aos quaes ficavão irremissivelmente sujeitos os lavradores, de modo que a associação tornou-se de facto o unico comprador, pelo preço que lhe approuvesse, de todos os vinhos colhidos nos districtos apontados. Esta arbitraria medida, porém, produzio um salutar effeito: o artigo melhorou de qualidade, e o seu consumo externo augmentou consideravelmente, a ponto de hoje ser a sua exportação regular 38,000 pipas, das quaes a Inglaterra consome 25,000, os Estados-Unidos da America 2,800; Suecia, Dinamarca, Russia, Hollanda e Hamburgo 3,000; no resto do reino e algumas cidades estrangeiras 2,000; e no Brasil desde 1844 em que se começou a importar este genero preparado para o seu clima, por novas associações do Porto, perto de 5,000, com o titulo de *vinho da companhia*, o qual ainda que geralmente de mediocre qualidade, tem provado bem, e promette vir a ser de

lucrativa exportação. Neste ultimo paiz porém é o vinho denominado de *Lisboa*, por ser quasi todo della exportado, que mais consumo acha no geral da povoação.

Quando geralmente em Portugal se falla em preciosa e rica producção, salta logo aos olhos a ideia das vinhas do Douro. Em verdade, quando se considera que n'uma escassa área de terreno se produz annualmente uma tal quantidade do mais generoso vinho do mundo, o qual, além do redito que deixa ao lavrador, dá ao Estado avultadas quantias nas decimas, no subsidio litterario, e perto de 400 contos de réis de direitos de sahida, afóra os do consumo, muito ha que agradecer á Providencia o ter dotado este cantinho de torrão com um solo, de partes componentes taes, que embalde se procurará outro que o exceda ou mesmo o iguale; e a sciencia, apezar de estar, para bem dizer, todos os dias arrancando aos arcanos da Natureza admiraveis segredos, não póde ainda alchymiar, nem o terreno, nem esta preciosa producção, nem o Céo que lhe deparou a Providencia. Em apoio do que deixamos dito, citaremos o seguinte:

Mappa da exportação media annual do vinho despachado pela barra do Porto nos vinte ultimos annos que precederão a creação da Companhia, e nos vinte primeiros do seculo actual:

DESDE 1737 ATÉ 1756.	PREÇO DE CADA PIPA. Maximo.	Minimo.	Medio.	Pipas exportadas em anno medio.	Pipas exportadas em 20 annos.	Valor da exportação em 20 annos.
Vinho de todas as qualidades produzido em diversos districtos tanto do Alto Douro, como Beira Alta, &c. até mesmo do de Coimbra, Anadia, &c.	45$000	36$000	40$500	17,729	354,582	14,360:652$000
DESDE 1801 ATÉ 1820.						
Vinho, aguardente e vinagre colhidos no districto do Alto Douro; vinho de *Feitoria*	180$000	96$000	124$277	36,329	726,519	90.290:166$825
Dito de Ramo. . . .	80$000	45$000	54$940	1,907	38,149	2,096:109$024
Aguardente.	250$000	150$000	162$849	48	960	156:335$427
Vinagre.	50$000	24$000	32$979	175	3.501	115:461$224
Total.				38,459	769,129	92,658:072$500

Desta exposição se póde deduzir os beneficios que o estabelecimento da companhia produzio no seu districto comparando a anterior exportação e seu preço com a segunda, além do augmento de população e prosperidade que se lhe seguio.

A fertilidade do solo e a bondade do clima de Portugal são geralmente superiores ás da Hespanha; as suas producções são pouco mais ou menos as mesmas, porém na sua posição geographica em muito se lhe avantaja. Os principaes rios da nação vizinha, Minho, Douro, Tejo e Guadiana achão seu desaguadouro fertilisando e servindo de via communicatoria por grande espaço em Portugal.

Além destes, numerosos outros que o recortão em todas as direcções, e cujo sinuoso curso e escoamento no Oceano não só contribuem para a sua salubridade, regadio das suas planicies e varzeas, e se bem aproveitados fossem, de um systema geral de communicação interna, de não menor utilidade lhe são pela sua abundancia de peixe doce ou salgado que por elles sobe, n'alguns até perto de sua nascente. O seu terreno é geralmente fecundo, cuberto por toda a parte de uma viçosa vegetação mesmo onde não tem chegado a mão do homem, e na região do Sul produz até plantas dos tropicos, taes como, canna de assucar, batata doce, urzella, tamaras, &c., e sem excepção em toda a sua superficie é admiravelmente adaptado para a cultura das vinhas, de toda a qualidade de cereaes, legumes, hortaliças e fructas; e ainda que pouco menos rico em mineraes do que a Hespanha, apenas em todo o paiz se trata de explorar meia duzia de minas, sendo as de carvão de pedra muito lucrativas. O proprio sal marinho, do qual exporta maior quantidade que nenhum paiz da Europa (veja-se a pag. 26), póde-se até considerar pela maior parte manipulado pelos raios do sol e fluxo das aguas do mar. A extrema modi-

cidade das suas despezas de sahida muito a facilita, e pouco avulta na receita do thesouro publico.

Quasi todo o commercio de importação e exportação se faz pelas duas cidades Lisboa e Porto; Setubal, Figueira, Vianna, Lagos e Faro, são portos de trafico em pequena escala, ainda que o de Setubal avulte pela sua exportação de sal e fructa. (Veja-se.)

Lisboa tinha outr'ora perto de 400 navios de 300 a 600 toneladas empregados no commercio do ultramar, principalmente com Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e India. (*Mac Gregor's Statistics*, 2.° vol., pag. 1155), hoje porém se acha muito inferior o numero dos que pertencem ao seu porto occupados em commercio portuguez e estrangeiro, ao passo que os da praça do Porto tem ido em progressivo augmento, e em ambas a lotação é menor. Os productos do paiz exportados para mercados não portuguezes são em grande parte transportados em vasos estrangeiros. Pode-se actualmente calcular a marinha mercante destas duas cidades em 300 embarcações, algumas de longo curso para o Brasil e India com 400 toneladas, porém a maior parte é de inferior lotação, taes como brigues, escunas, hiates e cahiques. Destas duas ultimas armações ha numerosa quantidade em todos os portos do reino onde se occupão na cabotagem, na carreira dos Açores, Madeira, portos do Estreito e costa da Barberia. Possue igualmente boa porção de rascas e bateiras empregadas na pescaria do alto. A companhia Lisbonense das pescarias, occupa uns 40 hiates na pesca do bacalhão da Terra Nova, e o contracto do tabaco alguns cahiques armados.

Apresentamos a seguinte tabella do movimento das embarcações em todo o reino e ilhas, por ser a mais exacta e moderna que podemos encontrar:

Em 1843 entrarão nos portos do reino e ilhas 8,190 embarcações, a saber:

Austriacas	8	Transporte.	2,072
Belgas	26	Meklemburguezas	5
Brasileiras	25	Napolitanas	2
Bremenses	7	Netherlandezas	2
Dinamarquezas	39	Norweguenses	57
Norte-Americanas	103	Oldemburgueza	1
Francezas	72	Portuguezas (d'alto mar)	677
Gregas	6	» de cabotagem	5,112
Hamburguezas	13	Prussianas	20
Hanoverianas	15	Russas	105
Hespanholas (caboteiras)	670	Sardas	30
Hollandezas	70	Suecas	104
Inglezas	1,018	Toscanas	3
	2,072	Total.	8,190

Os portos do reino e ilhas que mais embarcações receberão no mesmo anno com carga e em lastro, forão os seguintes:

	Carga.	*Lastro.*	*Total.*		*Carga.*	*Lastro.*	*Total.*
Aveiro	78..	72..	150	Vianna	186..	38..	224
Faro e Albufeira	233..	115..	348	V.ª do Conde e Varzim	110..	38..	148
Figueira	225..	125..	350	» Nova de Portimão	114..	94..	208
Lagos	124..	127..	251	» Real de S. Antonio	210..	546..	756
Lisboa	1,623..	140..	1,763	ILHAS.			
Olhão	159..	376..	535				
Peniche	9..	79..	88	Angra	72..	38..	110
Porto	768..	34..	802	Funchal	231..	23..	254
Setubal e Sines	355..	527..	882	Horta e Flores	135..	22..	157
Tavira	211..	157..	368	Ponta Delgada	211..	142..	353

Note-se que exceptuando os portos de Lisboa, Setubal, Porto, os das Ilhas, e mais alguns poucos no reino, a grande maioria dessas embarcações foi de cabotagem e de pesca do alto.

Trataremos agora em particular do commercio das duas principaes cidades, cingindo-nos aos escassos porém officiaes documentos que nos foi possivel alcançar.

Mappa dos navios entrados no porto de Lisboa em 1835, sua nacionalidade e tonelagem.

NACIONALIDADE.	NAVIOS.	TONELAGEM.
Americanos (Estados-Unidos)	21	4,499
Austriacos	11	3,525
Brasileiros	44	11,478
Belgas	9	1,495
Bremenses	6	1,264
Dinamarquezes	19	3,190
Francezes	33	3,435
Grego	1	260
Hamburguezes	13	2,770
Hanoverianos	25	2,408
Hespanhóes	42	6,415
Hollandezes	64	38,859
Inglezes	328	608
Napolitanos	7	1,582
Prussianos	4	686
Romanos	2	414
Russianos	24	6,174
Sardos	16	2,861
Suecos e Norweguenses	87	15,512
Toscanos	6	602
Portuguezes, viagem longa	249	26,410
Ditos costeiros, caboteiros, &c.	757	27 053
Total	1,736	161,900

O movimento de navegação deste porto em 1839 foi ainda superior, e apresenta um resultado de 1,892 navios entrados com a lotação de 160,545 toneladas. Deste numero 310 erão inglezes, e lotavão 35,270 toneladas; 273 portuguezes alqueirados em 32,057 ditas, e só 17 francezes, contendo 1,814: o resto regulava na proporção da tabella acima. (*Ferdin. Denis, Port.*, pag. 373.)

Em 1842, de Janeiro a Dezembro, entrarão no mesmo porto 1,789 embarcações, das quaes 351 erão inglezas, 44 hollandezas, 39 russas, 68 suecas e 1,120 portuguezas. Das 351 inglezas, 90 vierão em direitura de portos da Grã-Bretanha com carregamentos completos e variados: 85 com *carvão*, 8 com *ferro*, 9 com *manteiga* e *machinas*; 28 da Terra Nova com *bacalhão*, umas 10 com *grão* do Mediterraneo, muitas em lastro dos portos de Hespanha, das Ilhas, Porto, Vianna, &c., e 52 vapores paquetes com carga completa e mala de Falmouth. Desses 351

vasos, 340 sahirão para os portos da Grã-Bretanha do seguinte modo: com *couros*, *sumagre* e *fructa* 127; *azeite*, *vinho*, cargas geraes e miudezas 27; *vinho* e *fruta* 9; *trigo* 3; *sal* 7; *cortiça*, *sal*, *vinho* e *cebolas* 7; com *sal* para a Terra-Nova 22, com dito para Montevidéo 9; *trigo* e *pescado* para Gibraltar 6; *pescado* nacional e alguns artigos de reexportação para o Mediterraneo, Serra Leoa, Lima, Santa Helena, Demerara, Malta, &c., 6, e 52 paquetes de vapor em direcção a Cadix com parte do carregamento. O resto dos navios inglezes sahio em lastro. Quanto ao movimento das outras embarcações estrangeiras, algumas voltarão com fructa, vinho, grão, cortiça, generos coloniaes, e pela maior parte em meia carga para os portos donde tinhão vindo, e por falta de pormenores officiaes não nos é possivel aqui especificar o seu destino. (*Mac Gregor's Statistics*, pag. 1160 do 2.° vol., edição de 1844.)

Importação e Exportação de Lisboa em 1845.

Paizes.	Importação.	EXPORTAÇÃO.		Exportação total.
		Producções nacionaes.	Prod. estrangeiras.	
Gra Bretanha . .	4,006:210$000	806:572$000	Producç. estrangeiras reexportadas de Lisb. em 1845, tanto para dominios portuguezes como outros paizes.	
Brasil.....	1,754:300$000	1,419:468$000		
França.....	476:062$000	143:281$000		
Suecia e Noruega	435:104$000	86:104$000		
Sardenha.....	326:500$000	154:300$000		
Russia	382:100$000	218:400$000		
Belgica	298:320$000	26:800$000		
Estados-Unidos..	173:000$000	168:400$000		
Hollanda.....	276:500$000	198:600$000		
Cid. Hanseaticas	285:600$000	146:900$000		
Dinamarca	121:000$000	37:500$000		
Marrocos.....	36:000$000	8:000$000		
Hespanha.....	31:000$000	17:500$000		
Austria	28:000$000	13:400$000		
Portos do Mediterraneo.....	210:000$000	358:650$000		
Terra N., America do Sul...				
Paizes diversos..	342:000$000	350:000$000		
Ilhas, Asia e Africa portugueza..	208:800$000	380:050$000		
Total. . . .	9,390:496$000	4,533:925$000	978:143$000	5,512:068$000

Quanto aos artigos que composerão essa importação e

exportação virão adiante especificados em globo os de toda a monarchia, afim de nos não repetirmos.

Commercio da cidade do Porto. Está situada esta industriosa cidade na margem septentrional do Douro, pouco mais de 3/4 de legua da sua foz, e a 51 leg. ao N. de Lisboa, em lat. 41°, 10'. A sua população é calculada em 90,000 hab., incluindo os suburbios e o lado opposto do rio, o qual fórma um bom ancoradouro para navios de grande lote, porém só os que não excedem 300 toneladas podem sem perigo entrar na barra: os que demandarem mais de 16 pés d'agua, poderão apenas força-la com a maré bem cheia. Este caudaloso rio é navegavel para embarcações chatas e abertas até Zamora na Hespanha, pelo espaço de 54 leguas contando as suas sinuosidades. Por esta benefica communicação interna, tem sempre o Porto conseguido ser o grande deposito dos vinhos de Trás-os-Montes e Beira Alta, azeite, cortiça, lã, seda, sumagre, carnes de porco seccas, fructas, cereaes, ferragens, &c., dos paizes centraes e circum-fluviaes dos que este rio percorre no vizinho reino, do qual transporta por contrabando consideraveis quantias.

Mappa das embarcações nacionaes e estrangeiras e de sua tonelagem, entradas no rio Douro (Porto), *nos annos abaixo designados.*

	EMBARCAÇÕES NACIONAES.		EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS.		
Annos.	Numero.	Tonelagem.	Numero.	Tonelagem.	Tonel. total.
1834	334	17,110	367	40,923	58,033
1835	453	23,405	402	44,816	68,221
1836	517	31,822	345	49 650	81,472
1837	423	40,568	246	28,965	69.533
1838	461	44,544	272	35,332	81,876
1839	577	56,170	246	32,202	88,372
1840	638	54,553	276	38,631	93,184

Este mappa apresenta um movimento de embarcações entradas no Porto como segue: em 1834 foi de 701; em 1835 augmentou 154 e foi de 855; em 1836 ainda chegou a mais

e foi de 862; em 1837 desceu a 669; em 1838 foi de 733; em 1839 subio a 823; e em 1840 excedeu a todos os seis annos anteriores e chegou a 914. Finalmente em 1842 entrarão no mesmo porto 774 embarcações e sahirão 773, sendo inglezas entradas 161 e sahidas 171; nacionaes entradas 531 e sahidas 529. Das 161 inglezas que entrarão nesse anno de 1842, vierão com carga geral de fazendas 44; com *ferro* 17 ditas; 3 com *ferro* e *cobre;* 23 com *carvão;* 12 com remessas de *carvão*, *pedras* de amolar, *ferragens*, *garrafas*, *cobre* e *estanho*, *arcos* de pipa e *utensilios;* 22 em lastro, e 38 com *bacalhão*, *pescado* e *aduella.*

Dos 171 navios inglezes que sahirão no mesmo anno, 112 carregarão *vinho*, *cortiça*, *fructa*, *uvas*, *cebolas*, *metal* e *sarro* de vinho; 4 *ossos*, *chifres*, &c.; 31 *sal*, *cortiça*, *vinho* e *miudezas*, e 12 *lãa* bruta, *cortiça*, *seda* em rama, *cebolas*, *fructa* secca e fresca, *laranja*, *sarro*, &c.

Quantidade e valor dos generos exportados pela barra do Porto desde o 1.º de Julho de 1834 até 30 de Junho de 1835.

Grã-Bretanha. Vinho 38,468 pipas. . . . . Rs.	4,231:480$000
N. B. Vai neste numero englobada toda a exportação de vinho, porque a Inglaterra só recebeu 32,535-1/2 pipas; o resto sahio para outros paizes.	
» Cortiça 73:309$; laranja e limão 27:585$; Sarro 26:119$.	127:013$000
» Lã 2:984$; castanhas 3:569$; doce e amendoas 17:778$.	24:331$000
Brasil. Cebolas 8:213$; alhos 7:955$; linha 54:670$. . . .	70:838$000
» Pregos 61:002$; enxadas 49:153$; sedas 20:598$. . . .	130:753$000
» Retroz 52:372$; fechaduras, ferragens e grossas.	89:334$000
» Ferragens miudas 44:163$; azeitona 10:642$.	54:805$000
» Sal 27:673$; tamancos 9:588$; chapéos 14:506$. . . .	51:767$000
» Prata 26:619$; vinagre 380 pipas 7:600$.	34:219$000
» Velas de sebo 25:480$; meias de linho e algodão 8:442$. .	33:922$000
» Lenços 4:378$; azeite 4:788$; salpicões 1:897$. . . .	11:063$000
» Bacalhão, sapatos, galão, flo, nozes, &c.	3:700$000
» Presuntos 41:245$; generos diversos, &c.	117:447$000
Reino. Atanados 28:887$; chales de algodão 1:380$.	30:207$000
» Cereaes 41:514$; fazendas de algodão e seda em rama 14:715$	59:229$000
» Linho 15:530$; cordovões e polvilho 6:180$.	21:710$000
Total do valor de artigos exportados em 1835 do Porto . . Rs.	5,091:818$000

Este mappa é extrahido da geographia de Urucullú,

morador na mesma cidade, e habilitado a fallar magistralmente em semelhante materia; resumio-se todavia aos tres unicos paizes acima, englobando nelles ou desprezando muitissimos artigos de exportação, que de certo havião de avultar se mencionasse. Elucidaremos ainda mais este ponto com a seguinte tabella do

Movimento do Commercio do Porto em 1839.

(Extrahido de *Mac Gregor's Statistics*, 2.° vol., pag. 1164, edição de 1844.)

PAIZES	VALOR DA IMPORTAÇÃO.	EXPORTAÇÃO		
		ART. NACIONAES	ART. ESTRANG.	TOTAL.
	Lib. Sterl.	Lib. Sterl.	Lib. Sterl.	Lib. Sterl.
Grã-Bretanha	838,248	790,600	21,836	812,436
Brasil	202,832	137,040	4,348	141,388
Estados-Unidos . . .	14,240	48,420	140	48,560
Russia	57,720	1,284	996	2,280
Suecia e Noruega. . .	32,540	5,280	....	5,280
Cidades Anseaticas . .	15,952	6,528	6,068	12,596
Hollanda	19,248	3,224	2,672	5,896
França	15,512	1,312	768	2,080
Sardenha	7,332	552	6,436	6,988
Austria, Trieste . . .	3,764	286	8,872	9,108
Prussia	12,224	....	....	....
Hespanha	332	3,200	....	3,200
Dinamarca.	....	2,636	44	2,680
Poss. Port. n'Africa. .	100	1,084	1,040	2,124
Totaes.	1:220,044	1:001,396	53,220	1:054,616

Calculando pois a libra sterlina a 4$400, acha-se ser a importação 5,368:193$600 e a exportação 4,640:310$400, e differença a favor do commercio de importação 727:883$200. Nota o mesmo autor que no total do commercio geral dessa cidade o qual no mesmo anno chegára a 2:280,000 libras sterlinas, houvera uma diminuição de mais de 330,000 libras comparado com o do anno de 1838, a saber:

Importação *(differença)* 152,720 lib. sterl. ou 11-1/3 p. 100.
Exportação » 181,768 » » » 15-1/2 »

Até 1835, época em que se declarou sem vigor o tratado de 1810, e em consequencia das suas disposições, as mercadorias inglezas pagavão em Portugal por direito de

importação 15 por 100 *ad valorem*, e as das outras nações 30 por 100. Pela nova pauta cessou a distincção que havia em favor da Inglaterra, e os direitos já não são pagos *ad valorem* pelas declarações das facturas, mas sim de um modo fixo pelas medidas de peso, capacidade, &c., sendo os direitos de alguns artigos quasi prohibitivos. Para se fazer ideia da severidade desta pauta em alguns, basta dizer que as lãasinhas pagão 50 por 100, e os duraques perto de 70. D'antes era sufficiente que a descarga das fazendas inglezas se fizesse debaixo da sua bandeira, para que a declaração sobre o seu valor fosse aceita sem mais amplo exame, uma vez que viesse assignada pelo consul portuguez residente no lugar do embarque. Por isso acontecia frequentemente que a indicação dos manifestos era muito inferior ao valor real; e como a alfandega portugueza tinha apenas o direito de poder impugnar as mercadorias por um preço 10 por 100 acima do indicado nas declarações, seguião-se perdas consideraveis para o thesouro.

Setubal. —Esta importante villa de 17,000 hab., situada 6 leg. a S. E. de Lisboa, no rio Sado, onde tem um excellente porto, costuma ser frequentada annualmente por uns 500 navios que pela maior parte carregão sal, considerado do melhor que se conhece, e colhido nas margens, lagôas e represas do seu rio. O custo de cada moio posto a bordo é diminuto, pois que regula de 1$000 a 1$400 reis ao moio. Annos ha que tem exportado para cima de 125 mil moios, os quaes ao termo medio de 1$100 perfazem 137:500$ reis carregados principalmente por Suecos, Americanos do Norte, Francezes e Inglezes. Constão os seus outros artigos de exportação em afamado vinho *muscatel* e branco, laranja da melhor que se conhece na Europa, e cortiça. O valor destas duas ultimas producções com o de mais algum pescado de salga, azeite e

sumagre, chegará a pouco mais de 100 contos de réis. Veja-se o seu artigo no 1.° vol. a pag. 427.

Figueira. — É uma villa de pouco mais de 4,000 hab., sit. na foz do Mondego quasi 7 leg. a O. de Coimbra. Serve de porto de embarque a boa porção de vinhos dos districtos de Viseu e Coimbra, entre os quaes se notão os de *Anadia* e *Bairrada*, excellentes. Quando a pag. 198 dissemos que a sua exportação de vinho em 1847 foi de 5,612 pipas, não contámos com a para os portos portuguezes, como por exemplo 1,409 para Lisboa, e 287 de aguardente; 686 de dita para o Porto, e 258 de vinho, e 34 de dita para S. Miguel, prefazendo um total de 8,849 pipas de vinho e 1,108 de aguardente. Veja-se a *Revista Lisbon.* de 1848 a pag. 158. São esses vinhos pela maior parte consumidos na Bahia, Pernambuco e Londres. Exporta tambem sal, azeite, frutas verdes e cortiça. Veja-se o seu artigo.

Vianna. — É uma recente cidade, capital de districto com 9,000 hab., sit. na foz do rio Lima, 11 leg. ao N. do Porto. Exporta para o Brasil algum vinho ordinario, e azeite, e para outros paizes sal, azeite, cortiça e fruta. Consiste porém a sua principal exportação em milho, do qual juntamente com a pequena villa de Caminha mandou para a Irlanda 7,550 moios em 1848, e para o S. do reino mais uns 20,000, incluindo centeio. Este genero de grão abunda consideravelmente no seu pequeno districto, que é o menor do reino. Antigamente possuia consideraveis estabelecimentos de pescaria.

Faro. — É a capital do Algarve com perto de 8,000 hab.; exporta algum vinho branco, muito figo passado, alfarroba, obras de palha, pescado e cortiça. É frequentada annualmente por perto de 60 embarcações estrangeiras e o dobro de nacionaes.

Lagos. — É outra cidade do mesmo pequeno reino com

8,400 hab.; exporta algumas frutas e pescado para o Mediterraneo e o reino, e neste genero já foi muito importante: o mesmo se póde dizer de *Tavira* e *Villa Real de Santo Antonio*.

São estes os 7 principaes portos do reino que commerceião com paizes estrangeiros, os outros são só frequentados por caboteiros e embarcações nacionaes de pequeno lote. Pelo lado da Hespanha ha os *portos seccos* ou *alfandegas seccas*, onde se despachão os artigos de importação e exportação com este reino. Avulta, não obstante as medidas policiaes, uma consideravel transmutação de contrabando entre ambos os paizes. Do reino vizinho entra principalmente tabaco, sabão e lanificios, e de Portugal para lá fazendas de seda e de algodão, pela maior parte inglezas, e sal. Quanto aos portos dos *Açores* e *Madeira*, já detalhadamente os mencionámos nos seus competentes artigos; no relativo ao movimento commercial, consulte-se o que adiante dizemos a seu respeito no seguinte relatorio dos:

RESULTADOS GERAES

Do Commercio de Exportação, Importação e Reexportação de Portugal e seus Dominios, em que se podem calcular no anno de 1850.

Exportação e Reexportação.

Vinho. — É este sem duvida o principal artigo de exportação que produz Portugal, e talvez em demasiada quantidade para a sua superficie, pois que apenas póde dar sahida a uma decima parte da sua producção. A pagina 22 orçamo-la só no reino em 1:050,000 pipas annualmente, termo medio, das quaes 700,000 de vinho maduro. Este subdividiremos

em duas qualidades, a saber: do Alto Douro do monopolio da companhia, algum de ramo e da Beira Alta que o não é, e outros de superior qualidade do Sul do reino, taes como os de *Anadia, Bairrada, Bucellas, Carcavellos, Collares, Lavradio, Montijo, Cadafaes, muscatel de Setubal,* &c. Deste lote se colherá annualmente umas 300,000 pipas, as quaes valeráõ em *môsto* uma pela outra a 25$, total 7,000:000$000. As restantes 400,000 pipas, de maduro ordinario calculadas termo medio a 7$200, perfazem 2,880:000$000. Restão 350,000 pipas do chamado *verde* e inferior, que só serve para vinagre, aguardente e consumidores pobres, as quaes calculadas igualmente em môsto a 4$800 dão 1:680$000; total geral da producção do vinho em môsto 11,560:000$000 réis. Temos presente o Almanak popular de Lisboa para o anno de 1850, o qual discrepa do nosso calculo para menos, calculando a novidade de 1848 em 813,851 pipas entre vinho, aguardente e vinagre: note-se todavia que essa colheita foi escassa, que grande numero de lavradores se eximem sempre a fazer declarações exactas dos fructos que colhem, e que para haver uma pipa de aguardente é necessario distillar 5 e 6: o nosso calculo é pois razoavel.

Dissemos a pagina 22 que do reino se exportavão annualmente perto de 100,000 pipas de vinho, e apezar de parecer subido este algarismo, não é exagerado. Só do Porto em 1848 sahirão 38,474 pipas, como consta do mesmo Almanak a pagina 156, cinco sextas partes das quaes forão para a Grã-Bretanha, e o restante pela maior parte para o Brasil: o que vai para este ultimo paiz é de segunda qualidade, todavia adaptado ao gosto dos consumidores.

É porém o vinho exportado de Lisboa que mais extracção encontra neste imperio, e cuja importação tem annualmente crescido consideravelmente nos ultimos seis

annos. A importação geral do reino e ilhas neste paiz durante elles foi a seguinte:

Em 1844—24,607 pipas. Em 1847—36,005 pipas.
Em 1845—29,000 » Em 1848—37,152 »
Em 1846—34,584 » Em 1849—36,404 até outbr.°

Para os tres primeiros annos, referimo-nos á *Revista Lisbonense* de 1848 a pag. 147, e quanto aos tres ultimos é segundo os manifestos das embarcações entradas de Lisboa, Porto, Figueira, Vianna, Setubal, Madeira e Açores nos diversos portos do Brasil, bem que de todos esses lugares se importe muito menor porção do que procede de Lisboa. No Rio de Janeiro desde o principio do anno até o fim de Outubro de 1849 entrárão 17,472 pipas em diversos tamanhos de vazilhame: dellas forão 2,569 do Porto, 356 da Figueira, 55 do Fayal e 14,493 de Lisboa: a totalidade no fim do anno importada nesta cidade é provavel ter chegado a perto de 19,000 pipas incluindo aguardente, e em todo o imperio a 38,000.

Nas provincias do Norte, como por exemplo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, &c., tem mais extracção o vinho da Figueira, Porto, Vianna e Açores. A importação do vinho de Lisboa e Porto, só no Rio de Janeiro nos ultimos 4 annos, foi a seguinte: Em 1845—10,960 pipas; em 1846—16,612; em 1847—17,255, e em 1848—18,657. No 1.° destes annos entrárão na mesma cidade, de Portugal, 1,095 pipas de vinagre e 722 de azeite; no 2.° 737 e 282; no 3.° 1,145 e 302; e no 4.° 1,106 de azeite e 661 de vinagre. No resto do imperio póde-se calcular dobrada importação destes dous artigos assim como o vinho.

Em diversos paizes da Europa goza igualmente o vinho de Lisboa de merecido credito. A sua exportação annual excede a do Porto, e regula de 38,000 a 45,000 pipas; do melhor se consome nos portos da Grã-Bretanha, de 1,200 a 2,000 pipas. A *Figueira*, como fica dito a pag. 75,

exporta uma consideravel porção e de boa qualidade, o que junto com o dos mais portos, e o que passa para a Hespanha pelas alfandegas seccas ou por contrabando levará o seu algarismo a 100,000 pipas de vinho e aguardente que de Portugal sahem todos os annos, e de vinagre umas 1,400. Note-se que quando a novidade de vinho escassêa nos Açores, para lá vão algumas cargas da Figueira, Lisboa e Vianna, principalmente para S. Miguel.

Pelo mappa da exportação do Porto de 1835 a pag. 72, vimos que o geographo Urcullú calculou o valor de cada pipa de vinho em 110$000; porém dando-lhe um termo medio de 90$000 sobre 36,000 pipas de vinho e aguardente, temos a importancia de 3,240:000$000. Calculando tambem por um medio termo as restantes 64,000 pipas de vinho, juntamente com a aguardente que sahem do reino, a qual chegará a 1,600 pipas, em 40$, teremos 2,560:000$000, e com 1,400 pipas de vinagre a 24$000, acharemos 33:600$000, e em total geral de vinho, aguardente e vinagre exportados * Rs. 5,833:600$000

Cereaes e *legumes*. Segundo deixamos dito a pag. 37, póde-se calcular a colheita annual de trigo, milho, centeio, cevada, feijão, arroz, fava, castanha, batata, inhame, &c., nos 21 districtos de Portugal e Ilhas, em 1:721,210 moios annuaes. O estadista Claudio Adriano da Costa, só nos 17 districtos do reino, calcula o valor dos cereaes em

* Note-se que das 5,000 pipas de aguardente de exportação do Reino e Açores de que fallámos a pagina 22, não queriamos dizer que todas passassem para paiz estrangeiro, mas tambem para portos internacionaes, por exemplo, da Figueira e Vianna para Lisboa e Porto, dos Açores para ambas, &c. Quanto ao valor da exportação de vinhos, veja-se o que vai dito no principio do art. *Importação*.

20,000:000$000 annualmente. (*Revista Lisbon.* de 1847, pag. 448). Accrescentando os 4 districtos das Ilhas, bem como os farinaceos e legumes que dão o total de moios acima, e calculando-os a 18$000 por moio, acharemos 31 mil contos desses generos. A sua exportação nunca interrompida tem sempre lugar nos Açores, Douro e Minho; e no Sul do reino, Lisboa, quando é boa a colheita, sendo notavel o seu incremento de ha 12 annos para cá. Póde-se razoavelmente calcular um anno pelo outro a exportação de cereaes, batatas e farinaceos, em 15,000 moios, que a 18$000 . . . 270:000$000

N. B. Veja-se o artigo *Vianna* no 1.° vol.; e a pag. 30, 31 e 36 do 2.°

Azeite. O mesmo autor C. Adr. da Costa calcula modicamente a sua colheita em 2,000 contos. A sua exportação com a da azeitona andará por. . . 300:000$000
(Veja-se as pag. 38 e 89.)

Sal do reino, 250,000 moios a 1$100 275:000$000
(Veja-se a pag. 25 e seg.)

Frutas do reino, taes como laranja, limão, figos, amendoas, uvas, nozes, &c. * (Veja-se o *Almanak pop.* de Lisboa de 1850 a pag. 155). . . . . 512:000$000

---

* A maior parte desta fruta que se consume na Inglaterra vai de Portugal e dos Açores. Segundo a Estatistica de Mac Gregor, em 1842 entrárão por despacho em Londres 334,070 caixas della; calculando conter cada uma 650 laranjas ou limões, avultárão á quantia de 217:145,500, além de 26,863 entradas avulsas, e a importancia de mais 7,013 libras esterlinas entradas *ad valorem*. Afóra estas ultimas, os direitos que as outras pagárão na alfandega de Londres foi de 73,882

Metaes em obra e cunho, dito, dito.	540:000$000
Cortiça 150:000$000 * ; *sumagre*, *urzella*, *ruiva* e *rapé* 80:000$000 . .	230:000$000
Lãa, *seda* em rama e *retroz* (Veja-se pag. 15 e 18 do 2.°, e 461 do 1.° vol.)	160:000$000
Manufacturas de *ditas* e de *linho* nacionaes.	280:000$000
Ditas de *algodão* 850:000$000; *cordagens* de linho, canhamo, cairo, piaçaba e algumas *lonas* 120:000$000. (Veja-se o dito Almanak).	970:000$000
Animaes vivos 35:000$000; *vélas* de sebo, composição e cera 80:000$000	115:000$000

---

libras esterlinas ou 325:085$200 reis. Para os demais portos da Grã-Bretanha, fazem-se igualmente consideraveis remessas.

A importação de figos para o mesmo paiz em 1845 foi de 120,252 arrobas das quaes 71,400 da Turquia e Grecia, 17,500 de Portugal, 15,400 da Hespanha, 7,100 da Italia, &c.

* O artigo cortiça, tornou-se há poucos annos uma nova fonte de riqueza para o solo portuguez, onde se empregou sempre em alguns rusticos utensilios, boias de redes, rolhas, &c.; porém o seu consumo nunca montou a muito, pelo menos nunca forão tão avultadas as encommendas.—Em todos os pontos do reino se encontrão densas matas de sovereiros, sobros ou corticeiros, que morrem de velhice e podridão e se reproduzem de si mesmo, sem que os donos lhes dispão ao menos os primeiros tegumentos. Tanto nas planicies como nas fragosidades, seus espessos troncos e densos ramos cobrem inaccessiveis rochedos, valhacoutos e escondrijos de lobos, raposas e javalis: hoje porém que succede? — Um inesperado e activo pedido de cortiça fez com que se tenha penetrado com mão armada no centro dos sobreiraes, e estes vão apparecendo nus. — Este genero e o seu transporte tem chegado a preço altissimo, principalmente no Norte do reino, e a razão é ter entrado em moda na Russia e mais paizes septentrionaes forrarem e soalharem as salas com isso que em Portugal nunca chegou até a ser luxo de pobres, e de que só os mais austeros cenobitas das serras do Bussaco, d'Ossa, de Cintra, &c., se servião para forrar por humidade e frio as suas cellas. Se fôr em augmento esta util moda, será para o reino um novo ramo de industria. Veja-se a *Revista Lisbonense*, 4.° vol., pag. 205.

Productos *chimicos, medicamentos e drogas.* (Veja-se o mesmo *Almanak*) .	160:000$000
Pescarias nacionaes 100:000$000; *pelles, couros* 112:000$000; dito, dito.	212:000$000
Presuntos, chouriços, cebolas, alhos, sarro, doce	145:000$000
Papel, livros, quinquilharias . . .	145:000$000
Vidros, louça, trastes de madeira, *calçado, chapéos,* &c.	80:000$000
Outros diversos generos e artefactos.	100:000$000
Total da *Exportação e Reexportação.* .	10,327:600$000

Importação.

Temos á vista o Almanak popular de Lisboa para o anno de 1850, e nelle encontramos o extracto dos mappas geraes do Commercio de Portugal com as suas possessões e nações estrangeiras em 1842, que o governo apresentou ás Côrtes. Por esses dados, que deverião ser officiaes, se deduz que o total da importação no reino nesse anno foi de 9,826:023$928. Lançando uma vista d'olhos para a sua tabella de exportação do reino, é com grande espanto que se nota a diminuta quantia de 6,580:533$900! Como atrás fica razoavelmente ponderado, quasi que a esse total sóbe o valor da exportação de vinho, aguardente e vinagre, e não a 3,131:697$616 como vem mencionado. Verdade é que desde 1842 tem consideravelmente augmentado a exportação de vinho, principalmente de Lisboa, porém é desproporcionada a differença entre o nosso calculo e o da dita tabella.

Quanto ao movimento geral de importação, é o unico documento official que existe (em nosso saber), e o jul-

gamos assaz veridico com poucas excepções: abaixo o transcreveremos por integra com as competentes observações, que julgamos a proposito, não só relativo ás alterações em que hoje deve incorrer, mas tambem na explicação dos termos genericos em que se acha classificado.

CLASSES DAS PAUTAS.	VALOR DA IMPORTAÇÃO.
Aguas e bebidas [1]	6:087$460
Pescarias [2].	856:774$770
Animaes vivos [3]	80:347$500
Grassina [4]	438:706$220
Materias duras [5]	20:407$200
Diversos objectos [6]	8:129$200
Pelles e couros	480:741$700
Sedas e manufacturas de ditas [7] . .	215:628$800
Lãas e » » [7] . .	691:611$860
Linho, cairo e piaçaba.	640:890$390
Algodão e manufacturas de dito [8] . .	3,091:016$360

[1] São aguas de Colonia, de cheiro, licôres, espirito, cerveja, &c.

[2] Este artigo tem hoje menos entrada no reino, o que é devido á prosperidade da companhia das pescarias lisbonense e ao desenvolvimento de outros estabelecimentos em muitos sitios do litoral, bem como ao augmento da criação de gados e cultivo de cereaes em todo o paiz.

[3] Tem ido a menos. Em 1849 sahirão do Porto para Inglaterra mais de 200 vaccas e bois.

[4] É adubo para terras, carnes frescas e salgadas de qualquer animal, cebo, colla, gorduras, manteiga, queijo, nervos, tripas, &c.

[5] São chifres, galhos, dentes, ossos, tartaruga, baleia, unhas, &c.

[6] São pennas, plumas, obras de cabello e de cêra.

[7] Tanto os lanificios como as manufacturas de seda começárão a reviver em Portugal nestes ultimos annos; hoje em ambos os artigos se trabalha excellentemente, só lhes falta o diploma de *estrangeiros* para passarem por bons. As sedas principalmente são de grande consistencia e solida côr. O seu progressivo augmento faz crêr que hoje a importação desses dous artigos tenha baixado da quantia indicada. Veja-se o artigo *Industria*.

[8] O que acabamos de dizer das sedas e lãas ainda mais applicavel é aos tecidos de algodão, de cujo genero ha hoje uma immensidade de fabricas

Papel e suas applicações	93:986$600
Madeiras, idem [9]	259:516$840
Productos chimicos [10]	61:282$094
Tintas e taninos [11]	110:248$790
Succos vegetaes [12]	103:415$890
Especies medicinaes [13]	13:220$740
Substancias proprias ditas [14]	21:265$520
Generos coloniaes [15]	886:736$580
Farinaceos [16]	565:098$255
Frutas, sementes e plantas	13:845$730
Metaes [17]	839:941$889
Vitrificações [18]	82:211$380
Pedras, terras e outros fosseis [19] . . .	110:490$340
Diversos objectos e artefactos [20] . . .	134:421$420
Total geral da importação no reino. .	9,826:023$928

em todo o reino. A sua importação tem sensivelmente diminuido: veja-se a pagina 51 e seguintes.

9 Isto é, toda a qualidade de moveis, trastes, &c., como, mesas, cadeiras, armarios, camas, seges, carruagens, &c.

10 Taes como: acetatos, acidos, alkalis, carbonatos, nitratos, sulphatos, medicamentos, saes, balsamos, unguentos, &c.

11 É toda a qualidade de pão para tinta, açafrão, baga, grão, casca, pastel, anil, cinzas, kermes, verniz, tintas, &c.

12 São gommas, resinas, alcatrão, jalapa, beijoim, azebre, oleos de amendoa, de mamona, de carrapateira, de peixe, de côco, de linhaça, e azeite doce.

13 Raizes, hervas, folhas, flôres e arbustos medicinaes.

14 Taes como ambar, almiscar, camphor, cantharidas, mostarda, chocolate, osso de siba e de veado, raspas de dito, sanguesugas, polvora e toda a qualidade de perfumarias.

15 São: pimenta e cravo, canella, baunilha, tabaco, &c., porém não o arroz.

16 São: cereaes, arroz, fava, ervilha, farinha e massas de Italia.

17 Taes como ferro, ouro, prata, cobre, &c., e typo de imprensa.

18 Como, v. g., toda a qualidade de vidro, louça e crystal em bruto ou obra.

19 Taes como pós e areias de toda a qualidade, alabastro, barros, gesso, pedras de afiar e de filtrar, ardozias, betumes, agathas, coralinas, &c.

20 Inclue esta verba: artilharia, armas, cannos, facas, bacamartes, pistolas, floretes; casquinhas, armações de chapéo de chuva; cutellaria; flôres artificiaes, instrumentos de musica; objectos de relojoeiro e de musêo; obras de palha e esparto; quadros pintados a oleo; bonecas, quinquilharia, escovas, agulhas, alfinetes, anzóes; encerados, tecidos de borracha e tripa, cordas de dita, lanternas, &c.

Apezar das observações e alterações que em alguns dos artigos da tabella acima notamos serem excessivos para a sua actual importação no reino, pelo motivo do recente desenvolvimento manufactureiro de industria, que felizmente se tem propagado em todo o paiz, somos comtudo de opinião que o valor das importações actuaes excede o algarismo indicado de 9,826:023$928 réis, e provém principalmente do augmento das verbas relativas aos seguintes artigos: *Carvão de pedra; machinas de vapor; ferro, cobre e chumbo* em bruto; *carnes salgadas* e *objectos maritimos; cutelaria; quinquilharia; objectos de modas parisienses; conservas e livros francezes; instrumentos de musica; generos coloniaes; pannos finos, de lãa e linho; crystaes* de Hungria, *porcelana* da China, *chá*, &c.

Commercio com o Brasil.

Como atrás deixamos dito, tem igualmente augmentado e de consideravel modo a *exportação* do reino, principalmente para o Brasil. Em 1848, só na cidade do Rio de Janeiro, entrárão 91 navios de Lisboa, 24 do Porto, 2 da Figueira, 1 dos Açores, 5 de Setubal, 51 de Cabo-Verde e 7 das colonias continentaes d'Africa, total 181, dos quaes 55 portuguezes, 32 dinamarquezes, 16 suecos, 16 anglo-americanos, 8 brasileiros, &c. Transportárão: azeite do reino 405 pipas, dito d'Africa 184; azeitona 23,051 barris; 98 pipas e 28 barris de aguardente; 16,989 arrobas de batata; 2,236 barricas de castanha; 164,056 molhos de cebola e 205 canastras; 146,053 libras de cêra, e 728 gamellas; 1,281 volumes de drogas; 46,136 libras de rapé; 6,333 ditas de retroz; perto de 20,000 moios de sal; 1,504 pipas e 364 barris de 4.° e 5.° de vinagre; 15,449-1/2 pipas de vinho, 31,548 barris e 613 duzias. Todos estes e outros mais artigos menores tiverão de valor

para despacho 4,186:071$865 réis fracos. Em 1847, teve lugar dos mesmos portos e outros da monarchia, para o Rio de Janeiro, o seguinte: 143 navios (menos 38 do que o immediato); foi tambem menor a importação em todos os generos; por exemplo, no vinho só chegou a 11,558 pipas, 31,190 barris de 4.° e 5.°, e 187 caixas; 1,062 pipas de vinagre e 197 barris. O importe geral só chegou a 4,048:428$305. Note-se que do vinho entrado no Rio, de 1848 para 1849, forão do Porto 3,717 pipas e 1,815 barris, e 240 pipas e 192 barris da Figueira. Em 1850, entrárão no mesmo porto 19,325 pipas, sendo 3,200 do Porto e 870 da Figueira algum por via de Lisboa (*); e bem assim 4 embarcações dos Açores, 9 de colonias portuguezas d'Africa, 22 de Cabo-Verde, 2 da Figueira, 70 de Lisboa, 19 de Setubal, 23 do Porto e 5 dos Açores e Madeira com escala. Deste numero forão 63 portuguezas, 45 das quaes sahirão carregadas para portos do reino.

A exportação do Rio de Janeiro para Portugal e seus dominios em 1848, em assucar, café, arroz, mandioca, cachaça, tabaco, chifres, algodão, &c. foi do modo seguinte:

Para Lisboa.	944:719$800
» o Porto.	513:821$900
» os Açores.	35:696$000
» dominios d'Africa	439:947$200
Total do valor da exportação em 1848	1,934:184$900
em moeda fraca, e em 1847	1,047:455$680

No commercio de 1848 se empregárão 54 navios, sendo 44 portuguezes, e no de 1847 só 31, sendo destes 22.

Depois de Londres, é o Rio de Janeiro a cidade com quem mais transacções tem Lisboa e Porto: antigamente era a Bahia. Hoje, porém, essas mesmas transacções se não podem comparar com o estado florescente a que

(*) A pag. 78 demos-lhe de importação até o fim de Outubro de 1849, pipas 17,472; o total acima só o soubemos depois de findo o anno.

chegára. Já em 1820, o commercio de Portugal estava em tal decadencia, que no Rio apenas entrárão 57 embarcações portuguezas da Europa; destas erão de tres mastros só 28. Em 1805 havião entrado no mesmo

porto.	810	embarcações portuguezas.
Em 1806.	642	» »
Em 1807.	777	» »
Em 1808.	765	» »
Em 1810.	1,214	» »

e nesta proporção se havia conservado até 1815 em que começou a cahir. (*Histor. de Port. por Souza Monteiro*, 7.° vol., pag. 454.)

Após o Rio, vem a cidade da *Bahia*, como a que mais avulta na importancia do seu trafico mercantil com Portugal. Por um mappa da sua alfandega se vê que o reino exportou desta praça desde 1837 até 1845 o valor de 6,523:294$816, e importou o de 6,193:294$800 (*Revista Lisb. de* 1847). O anno de maior commercio mutuo durante este periodo de 6 annos foi o de 1839, o qual excedeu 1,342:000$000. Hoje é o termo ordinario das reciprocas transacções mais proficuo para a Bahia.

Da *Revista Lisbonense* de 1846, a pag. 36, extrahimos o seguinte: O nosso commercio com *Pernambuco*, nos dous annos findos, deu o seguinte resultado:

1843	
Importação em Portugal.	1,055:634$000
Exportação de dito.	937:245$000
1844	
Importação em dito	1,278:690$000
Exportação de dito.	1,064:756$000

No ultimo anno augmentou o movimento commercial 350:567$000 réis, porém a vantagem em ambos é a favor de Pernambuco. Em seguida a esta praça vem as de Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul e Santos.

Commercio com a Grã-Bretanha.

(Dados officiaes colhidos da Estatistica de Mac Gregor, 2.º vol., pag. 1186 e seg.)

O termo medio do valor das importações annuaes de Portugal, Açores e Madeira para a Grã-Bretanha nos periodos abaixo designados foi o seguinte: Desde o anno de 1700 até 1750 regulou por 255,000 libr. sterl.—De 1750 a 1775 andou por 360,000.—De 1775 a 1800 chegou ao dobro. De 1800 a 1810 subio a 1:200,000 (neste ultimo anno foi de 1:578,735). Até o anno de 1821 regulou por 460,000, e dahi para cá tem subido e baixado alternativamente, e com tal desigualdade, que se poderá incertamente fixar entre 480,000 e 1:200,000 libr. sterl., isto é, de 2,112:000$000 a 5,280:000$000 réis fortes; porém só aqui se trata dos generos portuguezes importados na Grã-Bretanha, e não dos que os seus negociantes em Portugal remettem para outros paizes.

Veja-se agora qual tem sido o progressivo augmento das importações dessa potencia em Portugal, Açores e Madeira. De 1700 a 1725 regulou por 310,000 libr. sterl.; dessa época a 1760 quadruplicou quasi, regulando por 1,100:000. De 1760 a 1795 andou por 700,000; tornou porém a subir pelos fins do seculo passado e principios deste, tanto que já em 1821 chegava a 2,626:951, anno extraordinario. Foi decrescendo a ponto que em 1827, foi de 1,466:647, e sempre gradualmente para menos até 1842, em que foi de 1,102:764 libr. sterl. ou 4,852:161$, mui proximos a 5,716:000$, que foi o valor das importações da Grã-Bretanha em Portugal (exclue as ilhas), calculado pelo governo no Relatorio apresentado ás Côrtes em 1842.

O commercio inglez em Portugal emprega annualmente,

termo medio (desde 1830 a 1846 só com o reino), 640 embarcações suas, e 62 estrangeiras, quasi todas portuguezas.

Principaes artigos importados de Portugal continental para a Grã-Bretanha nos seguintes annos.

	1838	1839	1840
Cortiça em bruto, quintaes	41,400	58,500	51,000
Milho e trigo, moios	»	3,520	4,709
Figos, arrobas	6,270	13.035	15,230
Laranja e limão, caixas	88,292	128,659	93.480
Azeite doce, gallões inglezes	407,046	586,723	41,737
Aguardente » »	2,837	638	1,576
Vinho » »	3:058,391	3:198,817	2:925,273
Sumagre, arrobas	6,498	12,960	7,197
Lãa de carneiro, arrobas	19,479	32,030	11,726
Pelles de cabra, cabrito, carneiro, &c.	23,560	662	1,245

Note-se que nesta nomenclatura faltão diversos artigos que do reino se exportou para a Grã-Bretanha, e que o autor, por falta de dados officiaes, omittio. Finalmente a pag. 1192 da mesma obra apresenta ainda outra tabella de alguns artigos para o mesmo paiz, exportados de Portugal, Madeira, Açores e Cabo-Verde, nos annos de 1841 e 1842, entre os quaes notaremos os seguintes:

Do reino em 1841—18,672 arrobas de *café; cortiça* 195,600 ditas no mesmo; *sumagre* 8,743 ditas no mesmo; *lãa* de carneiro 21,221 em 1841 e 14,500 em 1842; laranja e limão 124,964 caixas no 1.° anno e 146,623 no 2.°; *azeite* doce em 1842 gallões inglezes 79,632; aguardente 3,070 ditos no dito; vinho 2:629,158 ditos em 1841 e 2:777,224 em 1842, e pelles de cabra, cabrito, &c., 3,455 no 1.° anno e 2,076 no 2.°

Dos Açores 165,169 caixas de laranja e limão em 1841 140,038 em 1842, e neste ultimo anno 8,966 gallões de vinho.

Da Madeira 179,918 gallões de vinho em 1841 e 148,398 em 1842, e 560 arrobas de marfim em 1841.

De Cabo-Verde 302 arrobas de café e 8,728 couros de cabra, &c.

Commercio de Importação e Exportação das ilhas dos Açores e Madeira.

Madeira (Veja-se a pag. 307 e seg. do 1.° vol.)

Vinho. O preço geral da exportação deste genero (do *sêcco*) é 44 libras esterl. (193$600 rs. moeda forte) por pipa, e o de qualidade superior, como *malvazia, sercial, tinta* e *boal*, é o dobro. Exporta-se todavia bastante de inferior qualidade, custando posto a bordo 70$000; calculando ser o embarque annual 7,500 pipas pelo termo medio de 140$000, teremos. . . . 1,050:000$000

Laranja, lima, urzella, doces, flôres de cera e de pennas, hortaliças, carnes frescas e outros objectos de refresco. . 36:000$000

1,086:000$000

Os principaes artigos de importação são: milho, farinha e aduella dos Estados-Unidos; trigo dos Açores, do reino e do Mediterraneo; da Inglaterra, fazendas de algodão, linho e seda, carvão de pedra, ferro e ferragens; da Suecia, Russia, Hamburgo, &c., taboado, linho, carne salgada, &c., e do reino, sal, telha, tabaco, sabão, drogas, artigos coloniaes, fazendas de algodão e seda, pescarias e azeite. Segundo Mac Gregor, 2.° vol. da *Statist.*, pag. 1178, chegou o valor da importação estrangeira de 1840 a 1841 a 62,762 libr. esterl., e a de Portugal e seus dominios a 90,000, perfazendo a 4$400 por libr. esterl. . . . . 672:152$800

Balanço a favor do commercio da Madeira 413:847$200

N. B. O movimento das embarcações que annualmente frequentão o porto do *Funchal* anda por 300, pela maior parte inglezas e portuguezas.

Ilhas dos Açores.

Exportação em globo. Cereaes 25,000 moios a 18$000 Rs.	£50:000$000
Laranja e *limão* 170,000 caixas a 2$800	£76:000$000
Vinho e *aguardente* 6,750 pipas a £44$	297:000$000
Carnes, batata, queijos, cebolas, urzella, pannos de linho, &c.	100:000$000
Total dos artigos exportados. . . .	1,323:000$000
As *importações* consistem no mesmo que a Madeira, e dos mesmos paizes á excepção de cereaes. Segundo a Estatistica de Mac Gregor a pag. 1175 do 2.° vol. constou ella em 1841 de 171,413 libr. esterl., que a £4$400 perfazem .	754:217$200
Saldo a favor do seu commercio .	568:782$800

Desta quantia forão perto de £50 contos de Portugal, 220 da Grã-Bretanha, e o resto do Brasil e Estados-Unidos. A exportação no mesmo anno não passou de 216,981 libr. esterl. ou 954:716$400 réis. Citamos o estatistico apontado, não julgamos porém serem estes os resultados de um anno commum: veja-se o artigo *Açores* no 1.° vol.

O mesmo autor accrescenta: «Em addição a este directo e real trafico, fazem-se ainda importantes negocios de transito no Fayal, onde perto de 170 navios balieiros americanos tocão annualmente e depositão o azeite que tem colhido. Este azeite é depois remettido para os mercados da União ou de outros paizes, e se calcula valer sempre de 10,000 a 50,000 libr. esterl., deixando solido interesse no Fayal.»

Dissemos a pag. 9 do 1.° vol., que os Açores exportavão 22,000 pipas de vinho e aguardente por anno, porém não se entenda que seja esse total para paizes estrangeiros. En-

globando parte dessa exportação com a da Madeira, tambem dissemos a pag. 22 do 2.° vol. que chegaria a 25,000 pipas: entenda-se porém que quanto á Madeira, é a que acima lhe vai arbitrada, e aos Açores é essa exportação de umas ilhas para outras, mais faltas desse artigo: até mesmo quando a colheita é escassa, S. Miguel principalmente, recebe algumas cargas do reino. A exportação limita-se ao algarismo acima mencionado de 6,750 pipas: já foi muito superior, e o seu preço mais que duplicado. A ilha que mais vinho produz é o *Pico* (veja-se pag. 28 do 1.° vol.), e o porto que mais o exporta é o da *Horta*. É porém incontestavelmente S. Miguel a mais importante de todas essas ilhas. Temos presente um mappa da sua exportação no anno de 1848, inserto no *Açoriano Oriental*, pelo qual se vê exportára 430:000$000 réis em grão, batata, e mais que tudo em laranja (92,611 caixas); vem transcripto na *Revista Lisbonense* de 1849, n.° 37, e na mesma, n.° 39, se vê que a pequena ilha Graciosa exportou o valor de 42:448$840 no mesmo anno. A Terceira é porém a mais abundante em grão, e o seu pequeno districto, na colheita de 1848 a 1849, produzio 15,428 moios (inclue as ilhas do mesmo). A ilha do Pico produz a grande maioria do vinho que se exporta por via do Fayal. Actualmente se está construindo em Ponta Delgada (S. Miguel), uma doca, que de muita utilidade será para o seu commercio. Consulte-se o artigo *Açores* no 1.° vol., para se colher mais pormenores a seu respeito.

Relativamente ao movimento commercial das *colonias* portuguezas, pouco temos que accrescentar ao que já expendêmos, tratando no 1.° vol. dos governos de *Cabo-Verde, Bissau e Cacheu, Angola e Benguela, Moçambique, Asia* portugueza, *Macáu* e seus governos subalternos. Todas estas possessões tem estado sempre quasi que abandonadas a si pela mãi-patria. As africanas, que são as mais

ricas, nem por mais proximas tem merecido maior desvelo na estrada dos melhoramentos, e de todas, parece que as da Africa oriental são as mais desprezadas.

Ora (diz o sensato autor do art. 845 da *Rev. Lisbon.* de 1846), assim como eu não entendo que se conserve uma repartição do Estado inutil, ou que por circumstancias a não queirão aproveitar para aquillo que ella foi instituida, pois é onus e repugnante na presença de outras severas economias, tambem não posso entender para que nos sirvão as colonias, se, em vez de nos aproveitar, gravão ainda o Estado. Todavia para tres cousas podem ellas servir: para commercio, para empregar homens que sobejão na metropoli e para augmento de renda do Estado. Quanto ao primeiro prestimo, rarissimos são os navios nacionaes que procedentes do reino tocão nas suas capitaes, á excepção de alguns de guerra empregados no cruzeiro de Angola, e de outros que pela maior parte levão destino a Goa e Macáu. —Pelo que respeita a emprego de homens, apezar do muito que nas colonias ha em que occupa-los, parece até que não se acredita na possibilidade de lá se poder viver. A emigração do reino, Açores e Madeira, é toda para o Brasil. Custa até achar gente proba que queira ser empregada nas nossas colonias africanas. Quasi que em todos os cargos de especialidade intellectual se não encontra ahi uma capacidade da metropoli: dos sacerdotes, não ha um que se offereça para lá ir doutrinar de boa fé esses povos. Entre todos está incutido um terror panico: para elles são essas regiões terras de *degradados:* as *carneiradas* não deixão folego vivo: a Africa é o torrão maldito da raça de Caim! Nem povos, nem governos mostrão conhecer que aquelle solo, aquelles climas são capazes de todas as melhores producções da terra; que uma grande parte dos generos mais procurados nos mercados do

mundo os ha ali quasi espontaneos; que os productos artificiaes podem lá ser tão importantes como são os naturaes, e finalmente que a asquerosa apparencia, insalubre atmosphera e hediondos habitos dos seus habitantes, oriundos de degradados criminosos com a raça indigena, são susceptiveis de rapidos melhoramentos, empenhando os governos e os homens a sua industria e esforços para os attingir, como bem claros exemplos nos apresentão antigas colonias, com toda a desmoralisação da escravidão e das fezes da sociedade européa, hoje tornadas Estados independentes e prosperos em que a arte tem aperfeiçoado a natureza. Quasi todos os males dessas colonias provém do terror que nos afugenta dellas. A sua civilisação e os melhoramentos materiaes que indicámos expulsarião a maior parte desses males : doenças endemicas ha-as em toda a parte. »

Poderião pois essas possessões gozar de grande prosperidade para si, e ser de avultado rendimento para a metropoli, pelo menos de grande utilidade indirectamente; porém directamente é verba que não figura nos orçamentos. Vemos em resultado que esses immensos terrenos da Africa, Asia e Oceania, com uma superficie de mais de 100,000 leguas quadradas, tem apenas 1,800,000 habitantes sujeitos ás autoridades legaes, e se tanto 140,000 brancos, e que o nosso commercio de importação e exportação com elles montava annualmente a 308:000$000 réis, segundo os mappas geraes do commercio de Portugal publicados em 1844, e relativos a 1842. * Verdade é que

* Esta verba é mui diminuta para hoje, pois que das immensas fazendas de linho, seda, lãa e algodão superior que do Rio de Janeiro ião principalmente para Angola, actualmente vão de Lisboa, e do Brasil só vão as proprias para o trafico de escravos, isto é, da mais infima qualidade. Os Inglezes, Anglo-americanos e Brasileiros tem avultado commercio em Angola, e em Moçambique os dous primeiros, os Mouros e Mascates da Asia, Canarins e Malaios da India :

desde essa época tem tido muito mais desenvolvimento esse ramo com a mãi-patria; porém á vista de tal resultado, quem não concordará na urgencia de uma de duas cousas: ou que melhoremos e aproveitemos as nossas colonias, se é possivel, ou se não é, que nos desfaçamos dellas por inuteis ou onerosas, pois hoje quem mais interessa sobretudo com as d'Africa occidental são os Inglezes, Americanos do Norte e Brasileiros, com as quaes mantém lucrativas transacções mercantis. Recordemo-nos que ainda em 1796 o commercio de Portugal com as suas colonias, não contando com o Brasil, montava a 2,235 contos de réis, e que em 1806 chegou a 4,350 contos!

A posição relativa pois destas colonias é tanto mais de lamentar, quanto mais diligencias fazem hoje as outras nações que as tem para melhora-las e utilisa-las. Além de outras companhias modernamente estabelecidas na Inglaterra, com o fim de fazer prosperar as suas colonias, uma se acaba de formar particularmente consagrada á cultura da canna de assucar nas Antilhas. Seria este, por exemplo, um genero de que as colonias portuguezas africanas poderião tirar grande utilidade. Todo o assucar que consumimos nos vem do Brasil, mas os braços para elle lá se fabricar vão das nossas colonias! Já a pag. 67 do 1.° vol. desta obra fallámos nesse genero de negocio de carne humana, perpetrado primeiramente pela Inglaterra em ponto grande licitamente, hoje illicito, e com o fim de o impedir despendendo com profunda politica milhões annualmente, porém baldados lhe tem sido seus esforços em sustentar cruzeiros, e quem unicamente tem perdido com esse nefando trafico é a corôa de Portugal, de cujos dominios na costa d'Africa sahe quasi toda a escravatura

---

deste commercio quasi nada reverte a Portugal nem póde figurar no seu orçamento; pela maior parte é illicito. Veja-se *Angola*, *Moçambique* e *Gôa*.

para o Brasil, colonias hespanholas do golfo do Mexico e India, em prejuizo da agricultura e industria dos paizes nataes e escandalo da humanidade. Ha pouco se apresentou no parlamento britannico a seguinte resenha dos escravos que de lá sahirão e dos apprehendidos: *

	Numero dos escravos exportados.	*Numero dos capturados.*
Annos 1840.	64,144	3,616
» 1841.	45,097	5,966
» 1842.	28,400	3,950
» 1843.	55,062	2,797
» 1844.	54,102	4,577
» 1845.	36,758	3,519
» 1846.	76,117	2,788
» 1847.	84,356	3,967

Por este mappa se colligirá quão pouco util tem sido os cruzeiros britannicos, brasileiros, portuguezes, americanos, &c., afim de impedir o transporte de escravos, que só causa grave damno ás colonias portuguezas, porém que vão fertilisar os paizes para onde são levados, principio este de prosperidade que o egoista governo inglez não póde tolerar. Assim porém o pudesse fazer effectivo, que dahi grandes beneficios resultarião aos dominios portuguezes africanos sabendo-se as autoridades aproveitar desse recurso; porém pela maior parte, conforme o que acima indicámos, prestão-se mais facilmente a um lucro espontaneo e rapido, bem que illicito, do que ao desempenho das suas obrigações.

Se a canna de assucar se cultivasse abundantemente em Cabo-Verde, Angola, S. Thomé e Principe, e Moçambique; se os prodigiosos meios mecanicos de que hoje dispõe a industria ali se empregassem para obter tão rico producto, colonias e metropoli terião achado uma nova fonte de riqueza dos mais valiosos resultados. A Inglaterra acaba de fazer livre o commercio do assucar:

* Veja-se o *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro 26 de Setembro de 1849.

os Estados-Unidos reduzirão de 50 por 100 os direitos deste genero, e nós que puderamos aproveitar uma boa parte destas concessões gigantescas, deixamos por incuria nossa caminhar o mundo a um novo estado commercial e economico, sem attendermos á civilisação do seculo.

Foi o assucar um dos generos que nos lembrou, um dos que hoje parecem mais importantes: poderia igualmente lembrar-nos café, arroz, tabaco, urzella, pimenta, &c., que em todas abundão.

DIVISÃO CIVIL, ECCLESIASTICA E MILITAR

DA MONARCHIA PORTUGUEZA;

SUA POPULAÇÃO, SUPERFICIE E CONTRIBUIÇÃO PREDIAL;

SUA RELIGIÃO E FORMA DE GOVERNO.

As divisões administrativas deste reino desde a regeneração politica constitucional tem sempre aprensentado um caracter de tão pouca estabilidade, particularmente na parte civil, que quasi se póde considerar depender do arbitrio de cada ministerio o fazer novas alterações. A actual divisão, que conta já perto de 15 annos, é por ventura a que por mais tempo tem permanecido, bem que recentes alvitres se tenhão já ventilado nas Camaras para lhe supprimir dous ou tres districtos por superfluos; julgamos comtudo que o regular andamento da administração publica se resentirá dessa suppressão. Faremos uma resenha das alterações que tem tido lugar na divisão territorial desde 1820.

Nessa época estava o reino dividido em seis provincias, que erão: *Tras os Montes*, *Entre Douro e Minho*, *Beira*, *Estremadura*, *Alemtejo* e o *Algarve*, com titulo de *reino*. Achavão-se estas provincias subdivididas em 44 comarcas,

cuja povoação total para a eleição de 100 deputados ás Côrtes foi calculada segundo os mappas do mesmo anno em 2:661,930 habitantes. As Côrtes de 1822 decretárão que as mesmas seis provincias se repartissem em 26 divisões eleitoraes para a eleição de 102 deputados, já com grande augmento de almas, na fórma seguinte:

	Divisões.	Concelhos.	Freguezias.	Habitantes.
Entre Douro e Minho...	6	136	1,207	743,662
Tras os Montes.....	2	78	709	280,208
Beira.....	9	330	1,273	922,433
Estremadura.....	5	125	492	681,311
Alemtejo.....	3	101	336	266,009
Algarve.....	1	15	69	120,322

Em Agosto de 1826 vimos outra vez classificar o reino na mesma fórma quanto a divisões e comarcas, porém afim de eleger 120 deputados não contando 11 dos Açores e Madeira. Em Junho de 1833 o ministro do reino Candido José Xavier apresentou um projecto de divisão do territorio, o qual foi sanccionado, resultando que o reino de Portugal e Algarve ficava dividido em oito provincias, cuja differença do mappa acima consistia em formar uma nova provincia com o nome de *Douro*, desannexando-a do Sul da de Entre Douro e Minho, e encravando-se de Norte a Sul na Beira até o Mondego, incluindo os districtos hoje de Aveiro e Coimbra, na distancia de umas 9 a 12 leguas do mar, e bem assim dividindo a Beira em duas provincias, a *Alta* e a *Baixa*, e incluindo na do Algarve quasi toda a superficie que hoje constitue o districto de Beja, ficando o reino continental dividido em 813 concelhos, 4,084 freguezias e 3:068,646 hab. Accrescentando a esta somma 30,000 soldados de 1.ª linha, os religiosos regulares que habitavão em 402 conventos e subião a 6,000, e as religiosas educandas, servas e annexos que habitavão em 175 conventos e chegarião a 5,000, o total da população era de 3:109,646 almas.

Estas 8 provincias forão subdivididas em 8 assembléas provinciaes, 40 comarcas, 796 concelhos, 47 juizados de direito, 8 prefeituras, 2 relações e 32 subprefeituras. Os concelhos, freguezias e população deste mappa forão extrahidos do que apresentou o governo em Junho de 1834, para proceder-se á eleição de 120 deputados, devendo-se advertir que essa era a população do reino em 1828, deduzida dos mappas das parochias, existentes na commissão de estatistica: a totalidade porém que delles resulta é sempre inferior á verdadeira, especialmente na avultada classe dos menores de 7 annos (*Urcullú*, 2.° *vol.*, *pag.* 72).

No mez de Julho de 1835, a divisão territorial soffreu outra alteração, em virtude de um decreto pelo qual o reino ficava dividido em 17 districtos administrativos, e em lugar de prefeitos e subprefeitos se nomeárão outros tantos governadores civis. Os districtos se subdividirão em concelhos, e estes se compozerão de uma ou mais freguezias. Apezar desta divisão não gozar ainda de caracter permanente como acima alludimos, transcrevê-la-hemos neste artigo por ser a ultima. Notaremos comtudo que, segundo ella, devia o reino conter 730 concelhos, 4,061 freguezias com 791,492 fogos; porém, conforme o mappa regulamentar de 1847 a 1848, já nella notamos diversas alterações, o que melhor ficará elucidado pelo seguinte:

Mappa da Divisão territorial, Superficie, População e Imposto predial da Monarchia Portugueza em 1848.

DISTRICTOS.	Superficie em leg. de 20 ao grão.	Concelhos.	Freguezias.	Fogos.	População.	Imposto predial arbitrado de 1846 a 1847.
Vianna	73	13	271	44,144	182,015	96:523$166
Braga	84	19	514	74,607	228,705	175:114$156
Porto	84	21	371	93,250	361,648	265:526$445
Villa-Real	143	25	259	44,650	182,382	90:383$068
Bragança	197	19	176	32,627	122,932	75:241$009
Aveiro	121	24	172	58,193	233,945	92:313$231
Coimbra	110	32	193	60,283	244,203	113:538$993
Viseu	148	40	344	72,647	289,038	126:396$939
Guarda	177	30	344	49,946	197,430	85:593$659
Castello-Branco	180	17	151	32,536	128,730	68:119$895
Leiria	150	16	110	30,523	132,895	79:601$923
Lisboa	284	39	212	101,666	477,000	785:565$150
Santarém	379	22	142	40,250	152,990	140:695$387
Portalegre	211	19	94	22,388	86,071	94:682$388
Evora	225	14	113	23,079	85,079	105:087$839
Beja	424	17	108	28,390	105,440	78:392$414
Faro	160	15	62	34,743	130,329	72:541$169
Totaes no reino . . .	3,150	382	3,636	840,922	3:397,432	2,545:316$831
Madeira e Porto Santo (Funchal)	50	11	45	29,319	120,000	Ainda pagão dizimos em especie ou outros tributos como no reino se pagava antes de 1834.
Açores Orintaes (Ponta Delgada)	51	7	60	25,413	104,540	
» Centraes (Angra)	52	8	37	20,924	80,026	
» Occidentaes (Horta)	86	7	36	16,098	67,144	
Ilhas de Cabo Verde (Praia)	1,223	8	33	18,316	88,400	
Governo d'Angola, Benguella, &c. (Loanda)	21,000	»	distr. 31	»	540,000	
» Bissáu, Cacheu, &c.	1,500?	»	distr. 3	»	27,000	
» S. Thomé e Principe, &c.	30?	5	8	»	39,660	
» de Moçambique	26,000?		distr. 7	»	408,000	
» da India Portugueza (Goa)	351		100	72,224	431,720	
» de Macáu e Oceania *	52,600?		distr. 51?		226,510	
	106,093				5:530,432	

A divisão do reino no sentido *judicial* consiste em dous districtos: o da Relação de Lisboa e o da do Porto. O districto judicial da Relação ou tribunal de segunda

* Veja-se a nota a pag. 4. O Almanak de Gotha para o anno de 1850 continúa a dar na Oceania á corôa portugueza a mesma extensão de 52,601 leg. de superficie, a qual julgamos demasiada, como já fica dito. Entretanto conservamos o mesmo algarismo nominal, por ser o resultado das grandes demarcações antigas ou limites que os soberanos portuguezes se arrogárão nessa longinqua região, embora nunca chegassem a effectivo dominio, nem mesmo reconhecimento de vassallagem, do mesmo modo que a Inglaterra considera a Nova Bretanha na America e a Nova Hollanda na Oceania; o Brasil os sertões de Matto Grosso e Pará, a Hollanda a maior parte das ilhas da Sonda, a França a Argelia, &c.

instancia de Lisboa, compõe-se de nove districtos administrativos incluindo a Madeira, além dos da Africa occidental, e são os de Castello Branco, Leiria, Lisboa, Santarém, Portalegre, Evora, Beja, Faro, Funchal; Africa occidental, a saber: archipelago de Cabo-Verde, S. Thomé e Principe, &c., e continente de Angola.

Os districtos seguintes pertencem á Relação do Porto: Vianna do Minho, Braga, Porto, Villa-Real, Bragança, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda.

Os tres seguintes pertencem á Relação dos Açores: Angra, Horta e Ponta Delgada. Finalmente á Relação de Goa ou de Pangim (onde reside a maior parte das autoridades) pertencem os districtos da India portugueza, da Africa oriental e das possessões de Macáu e Oceania.

Junto a cada Relação ha um procurador regio, e das Relações e mais tribunaes de segunda instancia se recorre para o supremo tribunal de justiça, junto do qual reside o procurador geral da corôa, que é o chefe de todos os magistrados que representão o ministerio publico em todos os Estados portuguezes. Em Lisboa e no Porto ha juizes de policia correccional, e nos outros districtos pertence a jurisdicção destes a tribunaes especiaes presididos pelos juizes de direito. Os delegados fazem junto a uns e outros as vezes de ministerio publico. Além destes tribunaes ha tambem no do Thesouro publico o Concelho fiscal de contas, cuja jurisdicção e destino é a liquidação das rendas presentes e preteritas do Estado, além da Junta do credito publico encarregada da liquidação dos bens nacionaes e do pagamento dos juros e amortização da divida publica, para cujos encargos tem uma dotação annual liquida de quasi 4 mil contos de réis.

Emquanto á parte commercial, ha em Lisboa e no Porto tribunaes de commercio de primeira instancia, e na primeira destas cidades o tribunal de commercio de segunda

instancia, para o qual se recorre dos de primeira, e dos juizes que fóra de Lisboa e Porto exercem jurisdicção commercial, que são os juizes civis. Em cada districto administrativo ha um governador civil, e em cada concelho um administrador deste, que tem junto a si a camara municipal. Em Lisboa e Porto cada bairro é governado pelo seu administrador: a primeira se divide em 6, e a segunda em 3 bairros. Além destes magistrados e corpos administrativos, ha na capital de cada districto um tribunal administrativo que se chama *concelho de districto*, e é presidido pelo governador civil.

A estas autoridades pertence a distribuição das contribuições e outros objectos administrativos; dellas se recorre para o governador civil (d'antes capitães generaes e prefeitos) e concelho de districto, e deste, segundo os objectos, para o tribunal do thesouro publico e para o concelho de Estado, que, além das attribuições que lhe concede a Carta junto do poder moderador, é hoje tambem o supremo tribunal administrativo. As contribuições cobrão-se por via de recebedores que ha em cada concelho, e que recorrem ao poder judicial para a execução das verbas que voluntariamente lhes não são entregues.

Pelo regulamento eleitoral ultimamente publicado, são divididos os 28 districtos administrativos de Portugal e seus dominios em 36 circulos eleitoraes, 25 no continente, 4 nos Açores e Madeira, e 7 nas provincias ultramarinas. Estes 36 circulos elegem 151 deputados e outros tantos substitutos. Deste modo a provincia do Minho dá 18 deputados, a do Douro 14, Tras os Montes 12, Beira Alta 18, Beira Baixa 23, Estremadura 26, Alemtejo 10, Algarve 5, Madeira 4, Açores 7, Cabo Verde 2, Angola 2, S. Thomé e Principe 2, Moçambique 2, Estados de Goa 4, Macáu 1, Solor e Timor 1.

No sentido *ecclesiastico* divide-se Portugal na Europa

em um patriarchado que é Lisboa, dous arcebispados que são: Braga que se intitula *Primaz das Hespanhas* e Evora; e 12 bispados que são: Leiria, Porto, Aveiro, Coimbra, Lamego, Bragança, Viseu, Guarda, Castello Branco, Portalegre, Beja e Faro; ha mais 5 dioceses episcopaes não providas ou annexadas a outras que são Elvas, Miranda do Douro, Pinhel, Silves e Penafiel (*Dezembro de* 1849). Fóra do reino ha o bispado do Funchal na Madeira, o de Angra nos Açores, o das ilhas de Cabo-Verde, o de S. Thomé e Principe, o de Angola, o de Moçambique (vigario capitular), o arcebispado primaz do Oriente ou de Goa, o bispado de Malacca, e alguns outros titulares de anel ou *in partibus* em possessões inglezas da India, taes como: Cranganor, Meliapor, Cochin, &c.

A religião do Estado é a catholica apostolica romana; são porém todas as outras baseadas no christianismo toleradas e protegidas. Julga-se haver sido introduzida na peninsula Iberica a religião christãa no 2.° seculo. Tendo-se os Mouros apoderado do paiz nos principios do 8.°seculo, supplantárão-a pelo mahometismo. Recobrando porém os naturaes a sua liberdade, tanto os sectarios do Alcorão como os Judeos forão constantemente perseguidos e a religião catholica a unica autorisada no reino. Havendo muitos Judeos por esse motivo abraçado o christianismo, dahi se originou a ridicula distincção de *christãos novos* e *christãos velhos*, alcunha que custou a vida só n'uma occasião a mais de dous mil desses infelizes, durante tres dias de carnificina feita pela plebe de Lisboa levantada em 1506: essa odiosa distincção subsistio até 1773, época em que D. José I a abolio completamente. Ao mesmo monarcha, ou antes ao seu ministro Pombal, tem a humanidade de agradecer, não a suppressão, mas sim o freio e respeito que impôz ao nefando tribunal da *Inquisição*,

introduzido no reino por D. João III, sem duvida com o religioso zelo de reformar os costumes e purificar a crença dos seus povos sem prever os atrozes excessos que veio no decurso do tempo a perpetrar essa odiosa instituição. No reinado de D. Maria I reassumio a Inquisição parte do seu terrivel imperio, o que fez emigrar diversas pessoas illustres: deve-se a sua total extincção á regeneração politica de 1820. Todos os paizes da monarchia, á excepção do Brasil, lhe erão submettidos. Nelles havião quatro tribunaes supremos: um em Lisboa que gozava de supremacia e se denominava *Concelho geral do Santo Officio*, um em Coimbra, outro em Evora, e o ultimo e mais cruel de todos em Goa. Os tres do reino custavão ao Estado 60 a 70 contos de réis por anno.

Existe ainda bastante confusão nos limites das dioceses nos cadastros dos róes de confissão, e por conseguinte nas almas, e até no numero das parochias pela extincção, desannexação e creação de outras. Segundo a estatistica official de Balbi, continha o reino 4,081 freguezias em 1820, divididas do modo seguinte:

Patriarcado, fundado em 1716 . . .		333 freguezias
(O arcebispado de Lisboa, fundado em 1394, foi abolido em 1741 para ser reunido ao patriarcado.)		
Bispado de Lamego, erecto	no 6.° seculo	238
» da Guarda	» em 1201. .	205
» de Leiria	» em 1545. .	50
» de Portalegre	» em 1550. .	41
» de Cast. Branco	» por D. José I.	81
Arcebispado de Braga	» em 92 da éra christãa	1,292
» de Evora	» em 1540. .	144
Bispado do Porto	» no 6.° seculo da era christãa	339

Bispado de Coimbra	erecto no 6.° seculo	278 freg.
» de Viseu	» » » .	200
» de Aveiro	» por D. José I .	72
» de Pinhel	» » » .	147
» de Miranda, hoje Bragança	(1545)	334
» do Algarve, antes era de Silves	(1196).	70
» d'Elvas	erecto em 1570 . . .	44
» de Beja,	» por D. José I. .	118

Havião mais 10 *Isentos* contendo 95 freguezias, a saber: do Crato, Grijó, Thomar, Tarouca, Santa Cruz de Coimbra, dita do Douro, Lafões, Salzedas, S. Pedro das Aguias e Villa-Viçosa, que é cabeça da ordem de Nossa Senhora da Conceição, com cabido que tem por deão um bispo que se intitula bispo-deão da mesma. Isto existia ainda ha pouco, ignoramos se hoje.

O Patriarca de Lisboa é o primeiro ecclesiastico do reino. Foi esta dignidade creada em 1716 a rogos de D. João V, empossando-a de parte do arcebispado de Lisboa, o qual se dividio em duas dioceses, uma das quaes, a oriental, ficou pertencendo á antiga séde, e a occidental passou para o patriarcado por bulla de Clemente XI. O prelado agraciado com este titulo goza desde 1739 da dignidade de cardeal, de capellão-mór do monarca, e é o primeiro membro do concelho d'Estado. O seu cabido era mui numeroso e ricamente dotado, porém os governos liberaes que se tem succedido desde 1820 lhe tem cerceado os rendimentos e diminuido o esplendor. Compunha-se então de 52 *dignidades* e 20 *conegos*. Das dignidades 16 tinhão o titulo de *principaes*, e 36 o de *monsenhores;* os primeiros com 12,000 cruzados de renda e vestuario mui semelhante ao cardinalicio, os segundos 4,000 cruzados além de propinas e usavão de trajos episcopaes, sem murça. Os

conegos percebião só de estipendio fixo 2,500 cruzados. Além destes, havia um grande numero de beneficiados.

Quando este principe da igreja lusitana officiava pontificalmente, apresentava uma pompa que rivalisava com a pontificia do Vaticano. O seu vigario geral tinha o titulo de arcebispo desde que essa parte oriental, como fica dito, se abolio em 1741, e que o cabido da antiga Sé archiepiscopal entrou na jurisdicção patriarcal com o titulo de *Basilica de Santa Maria*. O rendimento da igreja patriarcal no reinado de D. João V excedia 408 contos de reis: só os do patriarca erão de 100 contos. Em 1821 ainda chegava a 200, sendo 70 privativos deste. O da Sé nessa mesma ultima época andava por 60. O congresso de 1820 abolio a dignidade patriarcal e applicou o seu rendimento á amortisação da divida publica. Não se levou todavia a effeito essa medida em razão das oscillações politicas subsequentes. Hoje existe ainda quasi que *in nomine*, e se compõe de um patriarca com 10:740$000, com a sua curia no mosteiro de S. Vicente de Fóra, e igreja metropolitana na Sé com 59 dignidades, entre ellas 2 principaes, 18 conegos e 18 beneficiados, e mais 28 empregados inferiores, orçando a despeza por uns 50 contos de réis. Além dos rendimentos acima, possuia a patriarcal muitas propriedades, principalmente nas ilhas do Tejo denominadas *Lezirias*. Veja-se, e o artigo *Lisboa*.

O numero de ecclesiasticos existentes em Portugal foi em todos os tempos extraordinariamente exagerado por ignorantes estrangeiros. Adriano Balbi, que em 1821 (*Statistique*, 2.° vol., pag. 9) escrevia sobre esta materia, baseado em documentos officiaes ministrados pelo governo, calculava o seu numero quando muito em 29,000, ao passo que poucos annos ant[illegible] Dumouriez, Chatelet, Bourgoing e outros lhe davão 200,000 de ambos os sexos, e o officioso de Labord em 1808 arbitrava-lhe 280,000, e finalmente

os autores do artigo *Portugal* da Encyclopedia methodica no Diccionario de Economia politica elevão esse numero a 300,000! Calculava Balbi no anno de 1821, com dados mui provaveis, em 18,000 os ecclesiasticos seculares, 6,292 os frades e leigos e 4,430 religiosas, numero muito inferior então relativamente aos existentes na Hespanha, Napoles, na França antes da revolução, e na Austria em tempo de José II. Existião então 417 conventos e hospicios de frades, alguns dos quaes não habitados e sem rendimento, outros já extinctos. Dos habitados, ainda que alguns não forão mencionados, mandou o governo de então fazer uma resenha que publicou, e é o teor seguinte:

Mappa dos conventos e hospicios habitados do reino, dos religiosos que continhão, e seu rendimento em 1821.

	Num. dos conventos.	Numero dos religiosos.	Rendimento em dinheiro
Ordens militares, monges, conegos regrantes e seculares	29	1,160	336:380$000
Ordens mendicantes . . .	167	2,350	16:620$000
Mendicantes dotados . . .	155	2,070	243:680$000
Missionarios.	9	180	11:140$000
Totaes.	360	5,760	607:820$000

Deve-se accrescentar a este rendimento em dinheiro o seguinte:

92,600 alqueires	de trigo	termo medio a 400 réis.	64:560$000
45,800 »	de grão de segunda colheita		
23,900 »	de cevada		
1,100 »	de legumes		
300,000 almudes	de vinho, termo medio a 500 réis. . .		150:000$000
2,000 »	de azeite e muitas miudezas valendo . .		11:032$000
			853:412$000

Note-se que na época da suppressão em 1834 tinha já escasseado este rendimento; quanto ao dos bens de raiz veja-se a pag. 34 e 35.

As ordens militares contavão 5 conventos com 106 religiosos ou *freires* e 66 servos: os seus rendimentos se compunhão dos seguintes artigos: 31:343$437 réis em dinheiro, 16,548 alqueires de grão, 1,655 almudes de

vinho, 786 de azeite e outros objectos menos importantes. Os *conegos regrantes* de S. Agostinho erão os mais ricos; possuião 7 conventos com 169 religiosos, e o seu rendimento se compunha dos seguintes artigos: em dinheiro 93:806$754, e em cereaes 14,572 alqueires, além de algum vinho, azeite e menores pitanças. Os *carmelitas descalços* erão os mais ricos em capitaes a juros, uns perfeitos banqueiros usurarios, não podendo possuir bens de raiz. Com a sua total extincção em 1834 a maior parte desses capitaes que fazião gyrar em silencio, e que entrárão para o thesouro publico, excedêrão 1,300 contos, não fallando nos que se distrahirão. Os ornatos preciosos e utensilios de todas essas congregações avultárão igualmente a grande valor, afóra os que escandalosamente se subtrahirão nessa vandalica medida. Das propriedades urbanas e rusticas pertencentes aos 402 conventos que o governo incorporou nos bens nacionaes, já fallámos a pagina 34, veja-se.

Em 1821 existião no reino 126 conventos de freiras e 12 recolhimentos, total 138. Habitavão-os 2,725 professas, commendadeiras e noviças 217, leigas 151, senhoras seculares 164, educandas 739 e criadas 1,907, total 5,903, além de capellães e serventes em numero de 382. O seu rendimento era de 421 contos de réis annuaes, sendo 363 em dinheiro pela maior parte de capitaes a juro e foros.

Hoje o numero dos ecclesiasticos em Portugal se acha muito resumido e apenas sufficiente para parochiarem as suas 3,636 freguezias no reino. Se lhe arbitrarmos amplamente 4 por cada uma, incluindo as collegiadas, acharemos não excederem a 14,544; accrescentando a este numero a alta cleresia e os que servem capellanias, curatos e *sinecuras*, ainda não chegaráõ no total a 18,000. Os frades indultados (*egressos*) pelo decreto da sua extincção forão pela maior parte providos no serviço das parochias, outros secu-

larisados e empregados no civil, e os incursos no espirito do decreto forão lançados ao mundo sem officio nem beneficio. Das freiras, alguns conventos se supprimirão (veja-se pag. 34), cuja communidade não chegava a 12, e os seus bens forão igualmente incorporados nos proprios nacionaes, passando ellas para outras casas da mesma ordem. O seu numero hoje não chega no reino a 3,500, incluindo servas e recolhidas. No tocante ao ecclesiastico do resto da monarchia, consultem-se os seus competentes artigos.

No sentido *militar* se divide o reino em 8 governos das armas ou divisões militares, e 2 nas ilhas, cuja numeração e quarteis são do seguinte modo: 1.° o da côrte e Estremadura em Lisboa; 2.° o da Beira Alta em Viseu; 3.° o do Douro ou Partido do Porto na mesma cidade; 4.° o do Minho com quartel-general em Braga; 5.° de Trás-os-Montes com dito em Chaves ou Villa-Real; 6.° da Beira-Baixa com dito em Castello-Branco; 7.° do Alemtejo com a séde em Estremoz; 8.° no Algarve e Baixo Alemtejo quasi sempre em Tavira, e por vezes em Beja e Faro; 9.° o da Madeira e Porto Santo na cidade do Funchal; e 10.° o dos Açores em Ponta Delgada; antes residia em Angra. Quando tratarmos das forças militares do reino, voltaremos a este assumpto.

Finalisaremos este artigo esboçando a formação da monarchia, os diversos titulos que tem assumido seus Reis e sua antiquissima instituição de *Côrtes* ou fórma de governo constitucional.

A maior porção de Portugal continental fazia parte da antiga Lusitania, e foi, segundo a opinião de nossos mais acreditados archeologos, occupada por diversos povos estabelecidos em limitados districtos formando pequenas republicas. No decurso do tempo os Phenicios, attrahidos pela fama das riquezas mineraes da peninsula Hispanica, e querendo aproveitar seus excellentes portos

afim de estenderem seu commercio, em que erão nesses tempos a primeira nação do mundo, invadirão e dominárão a Lusitania. Aos Phenicios seguirão-se os Carthaginezes, que quizerão gozar das mesmas vantagens, e a sua dominação durou mais de 300 annos, até que forão expulsos pelos Romanos na éra de quasi dous seculos antes da vinda de Christo, ou cinco seculos e meio da fundação de Roma. Estes, quasi sempre em continuas guerras com os habitantes Ibericos, a quem nunca puderão completamente subjugar, dividirão a peninsula em Hespanha Citerior e Ulterior, e a esta ultima pertencia Portugal. Por sua vez forão tambem supplantados os Romanos pelos Vandalos, Suevos e Alanos, que invadirão toda a peninsula entre os annos de 409 a 416 da éra christãa, e a Lusitania coube aos Alanos e Suevos. Depois, Leovigildo, Rei dos Godos, venceu e expulsou aquelles pelos annos de 585, e principiou o dominio dos Godos, o qual durou até 711 da éra vulgar, em que o ultimo Rei D. Rodrigo foi derrotado pelos Arabes, que havião passado da Africa, auxiliados pelo celebre traidor conde Julião, os quaes em perto de dous annos conquistárão toda a peninsula, á excepção das montanhas das Asturias, Cantabricas e parte das da Gallisa. Nas primeiras se refugiou D. Pelaio, principe de sangue dos vencidos, com os Godos que se puderão reunir, e que ao depois o acclamárão Rei no valle de Cangas e se fundou o reino das Asturias e Leão, cujos Reis por vezes invadirão e conquistárão aos Arabes algumas cidades da Lusitania, e até mesmo Lisboa, que foi tomada e fortemente presidiada por D. Affonso o Casto. Forão nesses vaivens decorrendo os annos até que em 1090 a 93, reinando em Leão e Castella D. Affonso VI, deu em casamento ao conde D. Henrique, filho segundo da casa dos duques de Borgonha e neto de Hugo Capeto, sua filha Theresa (ou *Tareja*), com o dote das terras já conquistadas

na extrema peninsula occidental das Hespanhas (que hoje é a maior parte de nosso reino) e das mais terras que lhes pudesse conquistar.

O successor deste primeiro Monarca portuguez, o qual falleceu pelos annos de 1112, foi seu filho D. Affonso Henriques, que provavelmente nascêra em 1109, e que tendo conquistado varias terras e fortalecido a sua importancia politica, venceu finalmente a famosa batalha de Campo de Ourique contra 5 Reis mouros a 25 de Julho de 1139, havendo sido na vespera acclamado Rei por seus soldados, titulo que depois lhe foi confirmado pela nação reunida em *Côrtes* na igreja de Santa Maria de Almacave em Lamego no anno de 1143, e nessa mesma occasião é que se estabelecêrão as leis fundamentaes do reino, cuja authenticidade é posta em duvida, porém cujo contheúdo é indubitavelmente lei fundamental, por ter sido confirmado nas Côrtes de 1385, expressamente nas de 1641 e nas que se tem succedido desde 1820 até os dias de hoje.

Continuou pois a descendencia legitima do 1.° Rei D. Affonso Henriques, a qual durou até 1383, em que falleceu D. Fernando, que foi o decimo e ultimo Monarca desta dynastia denominada dos *Henriques*. A nação reunida em Côrtes acclamou então em 1385 a D. João, Mestre de Aviz (*Priormór da ordem de—*), irmão natural do finado D. Fernando, excluindo, na fórma das leis fundamentaes, a filha desse Rei (*D. Beatriz*) por haver casado com um principe estrangeiro que era o Rei de Castella, e os filhos do Rei portuguez D. Pedro I e da infeliz Ignez de Castro igualmente o forão por terem pegado em armas contra a patria, e outros motivos sagazmente apresentados nas Côrtes de Coimbra, onde foi acclamado Rei o Mestre de Aviz, o qual firmou a independencia da corôa recentemente adquirida, pelo seu valor, excellente administração, amor dos seus povos e gloria nacional. A descendencia deste inclyto eleito do

povo deu 8 Monarcas a Portugal até 1580, em que falleceu o Cardeal-Rei D. Henrique, irmão de D. João III e filho do *afortunado* D. Manoel, o qual clerigo succedeu a seu sobrinho D. Sebastião, morto na Africa em Alcacer-Quibir (1578). Dividio-se então o reino em facções, porque uns seguirão a D. Antonio, Prior do Crato, filho natural do Infante D. Luiz e neto d'El-Rei D. Manoel, outros se bandeárão com o partido estrangeiro de Philippe II de Hespanha, e alguns seguirão os direitos da Duqueza de Bragança D. Catharina, neta, por sua mãi, do Infante D. Duarte, filho d'El-Rei D. Manoel, e que tinha mais direito que os dous. Prevaleceu porém a força de Philippe II, e por 60 annos esteve abandonado o direito da casa de Bragança até o 1.° de Dezembro de 1640, em que foi acclamado D. João IV. A sua descendencia deu com elle 7 Monarcas a Portugal até D. João VI, fallecido em Março de 1826. Succedeu-lhe seu filho D. Pedro IV, o qual, proclamando-se Imperador do Brasil, e não podendo, segundo as suas leis, transferir-se para Portugal, abdicou essa corôa em sua filha primogenita a actual Rainha, ainda então de menor idade, e fiançando-a com o Infante D. Miguel seu irmão, a quem encarregou do governo do reino na qualidade de lugar-tenente. Como porém concedêra a Portugal uma constituição politica com o titulo de *Carta*, isto é, renovação dos antigos foros representativos de que sempre gozára a nação, a nobreza e o clero, que vião nessa mais ampliada e liberal instituição a ruina de muitos privilegios e direitos feudaes, se repartirão em facções com o favor das quaes se fez o Infante proclamar Rei; porém depois de uma renhida contenda teve de abdicar pela convenção de Evora-monte, e deixar á Rainha actual a posse do throno.

A narração destes factos pertence mais ao dominio da historia que a este, e só aqui os enunciamos para aclarar

em parte nosso principal assumpto, que é a natureza e fórma de governo actual do paiz: neste desempenho remontaremos a mais alto a nossa investigação.

O governo da nação portugueza é monarchico-representativo-hereditario, não sendo excluido da successão o sexo feminino; o poder legislativo é exercido pelas Côrtes, compostas hoje de duas Camaras, a dos dignos Pares e a de Deputados, residindo no Rei a sancção das leis e ao qual conpete o titulo de *Magestade Fidelissima*, que o Papa Benedicto XIV concedeu em 1748 a D. João V e seus successores. — Desde 1139 é que D. Affonso Henriques começou a tomar o titulo de *Rei* nos seus diplomas depois da batalha de Campo de Ourique; porém já os Portuguezes lhe davão esse titulo nos documentos publicos desde o anno de 1128 em que se apossára do governo debellando o partido de sua mãi: seu pai se intitulára simplesmente *comites* ou *conde*. D. Sancho I, que falleceu em 1211, assumio o titulo de *Rei de Portugal e do Algarve*, depois de haver conquistado aos Mouros parte do mesmo. D. João I, depois que em 1415 tomou Ceuta n'Africa, addicionou ao titulo de seus predecessores o de *Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'além mar*. (Veja-se o artigo *Algarve* no 1.° vol.) D. Affonso V, em consequencia de suas expedições á mesma região, accrescentou ao seu titulo o de — *mar em Africa* pelos annos de 1471, e nas Côrtes que em Lisboa celebrou o infante seu tio e tutor em 1439 se ordenou que dahi em diante se désse aos Reis o tratamento de *Alteza*, até ali tinhão o de *Senhoria*. Seu filho D. João II accrescentou o de — *Senhor de Guiné*, e seu successor D. Manoel os: — *da conquista, navegação e commercio da Arabia, Persia e India*, pois o epilogo dos descobrimentos e triumphos no seu reinado forma de per si um inclyto padrão de gloria. Finalmente D. João VI, unindo a Portugal o Estado do Brasil com categoria de reino

em 1816, usou dahi em diante do titulo de *Rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquem,* &c., e a Rainha Fidelissima actual, em consequencia da separação do Brasil, se intitula *Rainha de Portugal e dos Algarves, d'aquem, &c.,* ou simplesmente de *Portugal e seus Dominios.*

Diremos agora algumas palavras ácerca da antiga instituição das *Côrtes.* Desde os primeiros tempos da dynastia dos Godos, houverão *Concilios, Estados geraes* ou *Côrtes,* nas quaes se estatuia o direito publico e particular da nação. A monarchia portugueza herdou pois desde o seu começo o uso destas *Côrtes,* que constituião a sua *representação nacional.* É esta uma instituição mui sagrada, diz o illustre J. L. Freire de Carvalho, porque, sem haver sido sanccionada na sua origem por lei alguma escripta de que as historias fação menção, sempre gozou do caracter de uma certa lei natural que, sem necessitar escrever-se com caracteres humanos, passa de geração em geração gravada na memoria e no coração dos homens.

Já dissemos que D. Affonso Henriques fôra acclamado no campo de Ourique em 1139; porém para legitimar esta acclamação das tropas e dos nobres feita no campo da batalha, julgou indispensavel que o titulo de Rei lhe fosse conferido em *Côrtes,* ás quaes igualmente se chamava então *Ajuntamento* ou *Concelho.* Era indeterminado o tempo de sua convocação: na minoridade de D. Affonso V se decretou celebrarem-se todos os annos, e no reinado de D. João III só de dez em dez. Algumas vezes requerêrão os povos que se celebrassem annualmente ou de tres em tres annos, porém nunca os Reis exactamente o praticárão. Exemplos houve de, em caso de necessidade, se convocarem duas e tres vezes no mesmo anno, como em 1373 no Porto e Leiria, e em 1387 no reinado de D. João I em Braga, Coimbra e Porto.

Além dos nobres e prelados que tinhão assento em

Côrtes por costume, erão convidados os concelhos a enviarem seus procuradores para a representação nacional. O seu numero não guardava proporção alguma com a população do reino, nem ainda com a das cidades ou villas que os enviavão. Nem todos os concelhos tambem os podião enviar, mas sómente os daquellas cidades ou villas que por *foral* ou *privilegio* lhes era dado o terem assento em Côrtes. Erão 21 cidades e 71 villas, cujos procuradores se graduavão por 18 bancos.

As materias submettidas ás suas deliberações erão — ácerca da successão ao throno, a administracão da justiça — dos tributos — das expedições bellicas, celebração da paz, declaração de guerra — casamentos dos Reis ou dos Principes, bem como abrangião aos negocios particulares de cada concelho e aos negocios geraes de todo o Estado.

Pelo espaço de 555 annos a monarchia portugueza gozou desta representação nacional em Côrtes, as quaes forão convocadas 97 vezes, sendo as ultimas celebradas em 1697 no reinado de D. Pedro II. Desde então 125 annos decorrêrão até ás de 1821, durante cujo periodo os Reis nunca as convocárão. Estas ultimas erão identicamente as mesmas que a nação possuira de facto por mais de cinco seculos; as circumstancias porém é que autorisárão a alterar o modo de as convocar e a sua contextura. Não se innovou pois um systema no Estado: melhorou-se porém um que era estabelecido com fórmas obsoletas. As luzes do seculo polirão a legislação, usos e costumes dos povos. A par dellas um systema de ordem e harmonia devêra produzir melhoramentos nessas instituições nacionaes. Como já dissemos, as antigas Camaras ou Côrtes, derivadas dos costumes rudes dos Godos e Alanos, não abrangião inteira a representação nacional, porque, além de os nobres e prelados ahi terem assento pelo unico direito que lhe conferião suas hierarchias, nem todas as povoações

a ellas enviavão procuradores, nem as que os enviavão erão em proporção dos seus fogos, e só o podião fazer em numero restricto ou accidental aquellas a quem por *foral* fôra concedido. Deste modo um tal systema representativo tinha todas as difformidades e tropeços do feudalismo que no Sul da Europa plantára a invasão dos barbaros do Norte, e que a moderna civilisação reformára.

RENDIMENTO, DESPEZA E DIVIDA PUBLICA DE PORTUGAL.

Estas tres materias transcendentes constituem uma tão difficultosa e delicada tarefa, que mal se compadece com nossas forças o podê-la devidamente investigar. Nunca possuio Portugal um systema perfeito na administração de suas rendas, um cadastro normal e orçamento official da sua receita e despeza annual pelo qual se pudesse averiguar o seu estado financeiro. Desde a regeneração politica de 1821 os relatorios ministeriaes alguma cousa tem esclarecido, porém ainda mais exagerado segundo os interesses ou paixões de quem os redige. Vemos, por exemplo, o orçamento de Julho de 1836 a Junho de 1837 feito pelo ministro Francisco Antonio de Campos, descripto com as mais sinistras e assustadoras côres, caprichosamente amalgamado com especiosos materiaes trazidos *ad hoc* para lançarem odioso sobre as anteriores administrações. Este relatorio, segundo a opinião dos homens que com boa fé encaravão a questão, foi demasiadamente acrimonioso e exagerado. Mostrou em resultado um deficit annual enorme, ao passo que o orçamento de 1845 a 1846 nos dá um saldo positivo a favor da receita, como adiante

se verá. As convulsões politicas tem-se de continuo succedido neste paiz desde 1820, a não fallar já nas tres invasões francezas, residencia da séde do governo no Brasil, separação deste, infausto reinado de D. Miguel e cruenta guerra civil que o derrubou do throno. É infelizmente notorio que as administrações liberaes que o supplantárão, bem longe de melhorarem o lastimoso estado de finanças, já reduzidas pela serie de pessimas administrações passadas e já pelos sacrificios dolorosos a que se recorreu para sustentar uma guerra e estabelecer nova dynastia, esses ministros liberaes pois, tão liberalmente legislárão, que compromettêrão gravemente a substancia do Estado, não só complicando-o e tornando um labyrintho o seu systema financeiro, mas tambem deixando-lhe a cargo uma divida espantosa, não obstante o immenso manancial dos bens nacionaes, das extinctas ordens regulares e das militares, da patriarcal, da casa do Infantado e outros com cujo producto a poderião mui bem diminuir. Estes tres artigos pois, no estado de oscillação e incerteza de que ainda se resente a nação, após mesmo de uma guerra civil de liberaes contra liberaes, não podem apresentar satisfactorio aspecto nem exactamente calcular-se. A divida cresceu muito do que era anterior ao fim do reinado absoluto; alguns rendimentos tem diminuido, não só porque se extinguirão certos impostos de grande importancia, mas pelas alterações politicas e conflicto de adversas paixões em que se tem achado a monarchia. Os orçamentos pela maior parte não são ainda realisaveis; é todavia a unica fonte onde poderemos colher os mais provaveis dados, e delles nos serviremos para esclarecer o mais que nos fôr possivel tão escabrosa tarefa. *

* Fallando do rendimento do reino no tempo de D. Affonso Henriques, diz Frei Bernardo de Brito, na chronica do mosteiro de Alcobaça, o seguinte: — Esta grandiosa obra ia em grande crescimento pela diligencia que El-Rei

Como já n'outra parte dissemos, sempre o maior mysterio envolveu tudo quanto dizia respeito ás finanças e forças de Portugal. Esse segredo, que era considerado por muitos governos anteriores ao seculo actual como o sustentaculo dos seus recursos, era guardado tão escrupulosamente neste paiz, que ninguem podia calcular a importancia destes dous objectos, pois a revelação dos documentos principalmente relativos á receita e despeza do Estado, era considerada um crime e como tal severamente castigado. O proprio marquez de Pombal, no dizer de Baibi, se não isentou a este prejuizo, e quando reduzio a systema o cháos das finanças concentrando todos os seus ramos n'um só thesouro, o repartio em quatro contadorias

---

punha em a fazer, gastando liberalmente quanto era necessario para sua grandeza. E com serem as rendas do seu reino tão limitadas naquelle tempo, que não passavão de *onze contos de réis* e mais *cento e dezaseis mil réis*, conforme a uns rascunhos de receita e despeza que vi do seu tempo, sustentava continua guerra contra os Mouros, sem faltarem pagas ordinarias á gente da guerra, e fundava mosteiros tão sumptuosos, e todos quasi a um tempo, como erão Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fóra, S. João de Tarouca, com muitos outros que ha pelo reino, e os dotava de tantas rendas, que tem alguns delles hoje muito mais do que então lhe rendia Portugal. Com todos estes gastou todavia muito, e, quando morreu, deixou a seu filho D. Sancho um thesouro de mais de *oitocentos e vinte mil cruzados* em moeda de ouro, cousa que era para esse tempo uma somma de dinheiro amoedado, que tinhão poucos Reis christãos.» Sem comtudo darmos explicita fé á opinião do antigo chronista, sabemos tambem que nessa época, isto é, pelos annos de 1150 a 1180 um alqueire de trigo se vendia por 2 reaes, o jornal de um pedreiro ou carpinteiro 3, e o soldo de um soldado de pé 1-1/2, o que vem a regular 2-1/6 reaes por termo medio. Ora, custando hoje um alqueire de trigo 500 rs., vem esses 2-1/2 reaes a equivaler 200 vezes mais, e na mesma proporção se multiplicarmos os 11:600$000 por esse equivalente, teremos que hoje representão 2,225:200$000, os quaes todavia apenas são a 5.ª parte do rendimento actual. A subsequente abundancia de metaes preciosos é que os tem depreciado em toda a parte do mundo.—Já em 1430 escrevia o infante D. Henrique a João Gonçalvez da Camara, donatario da Madeira, dizendo-lhe: «que lhe mandasse de lá todo o grão que restasse, pois lhe aprazia paga-lo a 4 réis ao alqueire.»

independentes umas das outras, afim de impedir que cada um dos quatro chefes conhecesse o resultado geral das outras tres contadorias. Póde-se dizer que só tres pessoas no reino se achavão habilitadas a isso: o Rei, o ministro da fazenda e o thesoureiro-mór. Esse systema de segredo, que muito contribuia para occultar fraudes, introduzir e multiplicar abusos, inspirar desconfiança, e privar de credito ao governo, foi a origem dos desperdicios e da desordem que se introduzirão nas finanças do paiz, e as levárão á maior penuria, a ponto que, no momento da installação do governo constitucional em 15 de Setembro de 1820, os balanços das caixas do erario apresentavão um saldo existente, inferior talvez ao de qualquer negociante de mediocre fortuna. (*Balbi, Estat.*, 1.° vol., pag. 303.) Essa penuria do thesouro recorda o estado em que se achára em 1750 na occasião da morte de D. João V, o qual, apezar dos avultadissimos valores em numerario, metaes preciosos e brilhantes (veja-se a nota a pag. 59), que no seu reinado entrárão em Portugal e que tão loucamente forão prodigalisados, não deixou nos cofres publicos com que se lhe fizesse o funeral, nem credito para um emprestimo. Felizmente ainda se achou um individuo que quiz adiantar essa somma para dar á terra um dos soberanos mais ricos do mundo!

Segundo o que fica dito, facilmente se acreditará que tudo quanto se publicava anterior a 1820 sobre o rendimento e despeza do reino não merece confiança alguma. Por isso encontramos avaliações ou orçamentos das mais oppostas opiniões. O escriptor Schmauss calcula em 1706 o seu rendimento em 8 milhões de cruzados, e na mesma época o duque de Chatelet os faz subir a 28! O mesmo duque orçava-os em 1777 em mais de 40, época em que o abbade Raynal os avaliava em pouco mais de 15-1/2 milhões de cruzados! No fim do seculo passado o inglez Murphy os

limitava entre 24 e 32, e Bourgoing em 100 milhões de francos equivalentes a perto de 40 de cruzados.

Rejeitando estas desencontradas estimativas, elucidaremos o leitor do melhor modo ao nosso alcance, apresentando-lhe primeiramente algumas verbas isoladas e principaes da receita e despeza nas duas primeiras decadas do seculo actual, afim de que, comparando-as com o actual orçamento votado em côrtes, possão ajuizar da materia no modo mais conveniente.

1. —*Orçamento da receita do reino de diversas verbas, calculado sobre os annos* 1815, 1816, 1817, 1818 *e* 1819 *em numeros redondos.*

Alfandegas e casas de arrecadação 3,664 contos. *Decima* * 775. *Siza* 351. *Real d'agua* 43. *Terças* 69. *Chancellaria* e novos direitos 101. *Proprios* Reaes e *almoxarifados* 155. *Sello* de mercês e de papeis forenses 97. *Tabaco* e *Saboarias* 1,374. *Marfim* e *urzella* 12. *Casa da moeda* 141. *Anno morto* ou vago e outros rendimentos 93. *Casa de Bragança* 140. *Bulla* da cruzada 59. *Terreiro do trigo* 76. *Correio, polvora e agua-livre* 49. Da *Junta dos juros* dos Reas emprestimos 1,603. *Subsidio litterario* 101. *Donativo* de 4 por % 291. *Commendas* e *captivos* 163. Diversas rendas applicadas á *Patriarcal* e *Sé* 353. *Ditas* pertencentes á *casa das Rainhas* 55: Total geral destas verbas e outras menores aqui omittidas—9,758:940$000 réis, sem contar com o rendimento das provincias de ultramar.

A despeza media calculada pela dos mesmos 5 annos

* Não se confunda a *decima* com o *dizimo*: esta é a decima parte dos rendimentos dos predios urbanos e de raiz em numerario: o *dizimo* era o dos cereaes, vinhos, frutas e gados; erão applicados á manutenção do clero; por isso não figurão neste orçamento.

foi de—9,719:300$000 réis, entre cujas verbas se nota a *dotação* Real em 470 contos; no *sustento do exercito, arsenaes* e *fortificações* 6,042 e 903 *no ministerio da marinha*. Ainda que houvesse um saldo de 4 contos a favor da receita, existia comtudo uma divida do thesouro procedente de diversas verbas atrasadas no valor de 1,193 contos, deficit que passou para o anno de 1821 e se podia cobrir com o rendimento das possessões de ultramar.

2.—*Orçamento das principaes verbas de receita e despeza do reino para o anno de 1822, approvado pelas Côrtes constituintes. (Em numeros redondos.)*

Alfandegas 2,700 contos de réis. *Decima* 800. *Siza* 280. *Real d'agua* 50. *Terças* 50. *Chancellaria e sello* 150. *Donativo dos 4 por °/₀* 260. *Subsidio litterario* 100. *Commendas* 80. *Proprios* chamados da *corôa* 50. *Anno vago* 10. *Casa da moeda* 40. *Terreiro publico* 45. *Bulla da cruzada* 42. *Cofre da ordem de Malta* 15. *Dito das esmolas para a Terra Santa* 15. *Correio* 10. *Polvora* 6. *Companhia do Alto-Douro* 260. *Cartas de jogar* 60. *Casa de Bragança* 140. *Contracto do tabaco e sabão* com outras verbas 1,417. *Diversos rendimentos menores* 50. *Prestações de dividas activas* 80. Da *Junta dos juros* por compensação das *apolices grandes* 50. *Casa da Rainha* 38 (estava confiscada e ella exautorada). *Patriarcal* 220. *Sé de Lisboa* 60. *Saldo* disponivel em papel e metal 200; finalmente, total das sommas acima mencionadas e outras menores de receita, sem contar com o rendimento das provincias ultramarinas, 7,252:000$000 réis.

Entre as verbas da despeza do mesmo orçamento nota-se a do ministerio da guerra em 4,379 contos! É preciso saber porém que incluia diversas repartições, por exemplo: a do commissariado em 1,044, arsenal do exercito

em 604, obras e hospitaes militares em 233, consignação á junta de fornecimentos de bocca em 104, &c.

O ministerio da marinha juntamente com o seu arsenal e brigada absorvião não menos de 1,182 contos, e as dotações da familia Real 518. As Côrtes 216, a folha dos ordenados em geral 550, as pensões ordinarias e ajudas de custo 150 e as tenças 200. O corpo diplomatico 100 com mais 127 de atrasados. Os juros Reaes 270. As obras publicas tiverão mais uma consignação de 144 contos, bem como a do inutil palacio da Ajuda outra de 177, e os outros palacios Reaes uma de 27. A illuminação de Lisboa, que então estava a cargo do governo, custou 84. Em summa, estes e os diversos items que aqui omittimos, produzirão de despeza um total de 8,839:000$000, e por consequencia um deficit de 1,607 contos de réis sobre a receita, no caso de não ser coberto pelo rendimento das possessões ultramarinas.

Á vista destes dous documentos officiaes, a primeira consideração que salta aos olhos é a enorme despeza feita com o exercito, a qual se acha disparatadamente fóra de proporção com a receita do Estado, e os limitados meios da população para a fornecer. A segunda é que o deficit, em vez de diminuir, augmentou uma quarta parte do que era em 1819, e isso depois de 7 annos de paz, e com uma marinha a qual, apezar do seu enorme costeamento, se póde dizer que apenas apresentava o pessoal; e finalmente que se um ministro da fazenda não se acha bastantemente habilitado a calcular o deficit annual do rendimento sobre a despeza nas provincias ultramarinas, nunca se poderá formar uma exacta idéia do estado de finanças de um paiz. Démos uma corrida de olhos sobre o movimento de receita e despeza do reino até a sua regeneração politica, trataremos agora mais individualmente deste tão importante ramo da vitalidade publica

na época actual, do melhor modo que pudermos, com os dados officiaes ao nosso alcance, apresentando igualmente dous orçamentos explicitos afim de habilitar o leitor a melhor ajuizar desta materia.

O primeiro é o apresentado ás Côrtes pelo ministro da fazenda conde do Tojal para o anno financeiro de 1845 a 1846 revestido de mui veridico caracter, porém cuja realisação não garantimos. Começa elle por apresentar um augmento de receita annual na quantia de 72:427$000 no preço da nova arrematação do contracto do tabaco, bem como um emprestimo ao par feito pela mesma companhia ao governo, de 4,000:000$000 com o modico juro de 5 por 100 e 23 annos de amortisação.

Em segundo lugar apresenta uma differença economica de 451:017$663 nos 6 ministerios, em relação ao orçamento de 1844 a 1845. Além desta, avulta mais outra economia calculada em 64:035$905 annuaes, procedente de reducções de ordenados de pensionistas, subsidiados, &c., descontos em accumulações de vencimentos, &c.

A Receita do Estado de 1845-1846 é fixa em réis.	10,756:954$668
A Despeza » » » em	10,717:542$442
Saldo a favor do Thesouro Nacional.	39:412$226

EXPEDIENTE DA DESPEZA.

3. — *Junta do Credito Publico**.

Juros da Divida interna consolidada.	1,455:565$458
Encargos da Divida externa. . . .	1,386:539$180
Ordenados dos empregados da Junta e mais despezas.	26:352$779
	2,868:457$417

* Esta Junta tem a seu cargo o pagamento dos juros dos emprestimos, encargos de dividas internas e externas, &c.; por isso é dotada neste orça-

Somma transportada.	2,868:457$417

Encargos Geraes.

Dotações da Familia Real	564:800$000
Juros e amortizações. Classes inactivas	1,110:048$029
Côrtes. Concelho d'Estado. . . .	74:315$040
Despezas diversas.	316:044$658
Ministerio dos Negocios do Reino. . .	1,098:351$193
» » *da Fazenda* .	676:314$662
» *da Justiça e Neg. ecclesiasticos.*	423:216$760
» *dos Negocios da Guerra.* . .	2,494:523$300
» » » *da Marinha* . .	868:194$378
» » » *Estrangeiros* . .	223:277$005
Despeza arbitrada.	10,717:542$442
Saldo calculado a favor da Fazenda .	39:412$226
Receita arbitrada.	10,756:954$668

(*N. B.* Em todas estas verbas se achão incluidas as ilhas da Madeira e dos Açores.)

PRINCIPAES RENDIMENTOS PUBLICOS.

4. — *Impostos Directos.*

Decima predial, industrial e de juros.	1,308:929$000
Quinto dos Bens da Corôa 22:000$; 3 por 100 de predios 50:000$; 4 por 100 nas rendas das casas 55:000$; impostos de criados e cavalgaduras 35:000$; maneio de fabricas 3:500$.	165:500$000
Decima de ordenados e soldos das classes activas	317:400$000

mento com 2,868:941$225 que sobrão ainda para os seus encargos (verba que hoje excede 3,600 contos), donde lhe resulta um saldo de 483$808. Esta consignação é imposta nas rendas das alfandegas de Lisboa e Porto, Contracto do tabaco, pescado fresco, &c.

Direitos de mercês	79:360$000
Dizimos das Ilhas e finto na Madeira.	134:000$000
Matriculas e multas judiciaes . . .	35:796$000
Papel sellado 180:000$; sello de verba 167:036$	347:036$000
Siza 258:265$; subsidio litterario 128:963$, e augmento de dito no vinho verde 30:000$.	417:228$000
Terças dos concelhos.	32:000$000
Transmissões de propriedade 20:000$; augmento 30:000$.	50:000$000
Imposto addicional de 5 por 100 em diversos rendimentos, estabelecido em Dezembro de 1844.	370:000$000
	3.257:249$000

Impostos Indirectos.

Alfandega Grande de Lisboa . . .	1,840:000$000
Dita das Sete Casas de dita *(Consulado)*	745:000$000
Dita do Porto (de 1847 a 1848 rendeu 1,506:660$000)	1,323:000$000
Dita do Funchal	68:211$000
Dita de Ponta Delgada 55:000$; dita de Horta e Angra 26:300$ . . .	81:800$000
Ditas menores ao Sul do reino. . .	23:197$000
Ditas » ao Norte de dito . . (Nestas entra Vianna com 30:000$ e a Figueira com 31:000$000.)	80:530$000
Augmento de direitos no ferro e linho (lei de 1844).	40:000$000
Impostos addicionaes em fazendas estrangeiras e cereaes.	416:425$000
Addicionamento nos emolumentos das alfandegas.	246:000$000

Casa da moeda 9:708$; direito da carne em S. Miguel 2:400$000. . . .	12:108$000
Contracto do tabaco, sabão e polvora.	1.241:118$633
Correio geral e postas do reino. . .	98:331$000
Direitos sobre o consumo do sal 80:000$; ditos sobre dito de carne 128:000$; ambos por lei de 1844.	228:000$000
Imposto do pescado 70:000$; real d'agua 85:853$800	155:853$800
Imposições nas ilhas 3:508$; Terreiro publico 101:409$; 1 por 100 do contracto do sabão 1:202$000. . .	106:119$000
	6,705:693$433

Proprios Nacionaes e Rendimentos Diversos.

Fabrica da polvora 25:870$; imprensa e fretes de navios do Estado, &c. .	40:000$000
Pinhaes 15:400$; minas 10:000$; producto em dinheiro de venda de bens nacionaes 50:000$. . . .	75:400$000
Venda e remissão de foros. . . .	100:000$000
Rendas, foros, juros e laudemios. .	107:100$000
Urzella 20:000$; rendimento do Collegio dos nobres.	25:393$000
Donativo de Sua Magestade a Rainha.	36:000$000
Dito de S. M. El-Rei D. Fernando. .	30:000$000
Heranças jacentes e donativos . . .	4:536$000
	418:429$000

(*N. B.* Em todas estas verbas vão incluidos os archipelagos dos Açores e Madeira.)

As 3 addições acima importão em 10,381:371$433, e a quantia que falta para preencher a do orçamento provém de diversos outros rendimentos, que, por exigirem minucia e espaço não vem aqui transcriptos, por exem-

plo: o das maquias da ilha de S. Miguel, quotas para a universidade, decima de classes não activas, rendimentos da imprensa e lithographia, &c., e outros muitos adventicios. Tambem da somma de 1,521:000$ por que foi arrematado o contracto do tabaco, sabão e polvora, subtrahe-se a de 120:250$ por que foi contractado o sabão até Junho de 1846, e a de 120:000$ para a junta do credito publico como equivalente do augmento do preço do tabaco em pó por lei de 1838, ficando liquido para o Thesouro 1,280:750$000.

Finalisaremos este artigo com o seguinte mais moderno documento, no qual se verá em que consiste hoje o rendimento do Estado e a differença das suas verbas das acima apresentadas; é o mais recente que podémos alcançar.

5. — *Orçamento official da Receita do Estado para o anno economico financeiro desde o* 1.° *de Julho de* 1846 *até* 30 *de Junho de* 1847.

A Receita é fixada em . . .	Rs.	11,625:069$132
A Despeza » »	»	11,660:851$066
Deficit.		35:781$934

Receita no Continente de Portugal.

Contribuição Predial, Pessoal e de Mancio no Reino	2,369:294$000
Subsidio litterario 176:021$[1]; Multas judiciaes 14:477$.	190:498$000
Direitos de mercês 82:172$; Papel sellado 180:000$	262:172$000
Siza 291:973$000; Sello de verba 135:410$.	427:383$000
	3,249:347$000

[1] *Subsidio litterario* é um imposto sobre vinho e aguardente, para a manutenção das escolas de primeiras letras.

Somma transportada	3.249:347$000
Matriculas e Cartas 24:625$; Lithographia 2:113$.	26:738$000
Decima e 5 por 100 sobre os ordenados dos empregados das alfandegas 6:001$; 5 por 100 do rendimento das minas 137$, e dos empregados da Junta, addicionaes 115$022. .	6:253$022
Transmissões de propriedade . . .	50:000$000
Alfandega grande de Lisboa. . . .	2.214:179$000
» das Sete Casas (Consulado)	854:463$000
» da cidade do Porto. . .	1.614:086$000
Ditas menores de portos de mar. .	129:989$000
Ditas » » seccos . .	24:267$000
Contracto do tabaco, sabão e polvora.	1.521:000$000
Casa da moeda 4:227$; Correio e postas do reino 97:513$. . . .	101:740$000
Direitos sobre o consumo do sal [2] . .	84:000$000
» » a carne	85:692$420
Imposto sobre o pescado.	61:211$000
Real d'agua 78:792$ [3]; Terreiro do Trigo 151:492$ [4]	230:284$000
	10.253:249$442

[2] O novo imposto sobre o *consumo do sal* foi estabelecido por carta de lei de 21 de Novembro de 1844.

[3] *Real d'agua* é o tributo de 1 real sobre cada arratel de carne e quartilho de vinho que se cobra, e applicado para a despeza de construir e reparar canos, chafarizes, &c. Parece que tivera origem quando os moradores de Elvas voluntariamente se offereceêrão a paga-lo, afim de ser destinada a sua importancia para a grande obra dos arcos e canos que foi necessario construir para introduzir na mesma cidade a agua da nascente chamada da *Amoreira*. Acabou-se porém a obra, e o tributo continuou não só em Elvas, mas espalhou-se por todo o reino e possessões para diversos fins.

[4] Direitos cobrados sobre os cereaes dos particulares depositados e vendidos no *Terreiro* ou receptaculo geral.

Somma transportada	10,253:249$442
Producto da venda de Bens nacionaes	30:000$000
» de remissão e ditas de foros.	100:000$000
Rendas, Foros, Juros e Laudemios. .	76:978$000
Pinhaes 12:942$; Contracto das minas	22:942$000
Fretes dos navios do Estado 4:834$; Imprensa nacional 313$. . . .	5:147$000
Rendimento do Collegio dos Nobres 5:663$125; Páo Brasil 877$ . .	6:540$125
Imprensa da universidade 60$; Armazenagens nas alfandegas 7:045$. .	7:105$000
Donativos de Suas Magestades e Altezas.	72:300$000
Juros dos *Bonds* de 1837 de libr. sterl. 450,900 a 4 por 100	78:702$545
Donativos avulsos 20:000$; Heranças jacentes e Residuos 3:000$ . . .	23:000$000
Decima de juros da Divida interna 151:111$; Supprimento pela sociedade Folgosa Junqueira Santos & C.ª 265:846$; Decimas dos empregados da Junta e da Agencia financeira em Londres e outras verbas que perfazem	428:344$120
Receita dos Açores e Madeira.	
Decima 9:673$; Dizimos 131:425$; Sizas 26:372$	167:470$000
Direitos de mercês 4:390$; Finto na Madeira 3:024$ [5]	7:414$000
	11,283:192$232

[5] O rendimento do *finto*, no districto do Funchal, provém da quantia em que annualmente são fintados os seus habitantes com relação ao valor das suas propriedades. É um imposto particular deste districto.

Somma transportada	11,283:192$232
Multas, Matriculas e Sello	8:047$000
Maquias dos moinhos em S. Miguel 2:688$ [6]; Papel sellado 623$. .	3:311$000
Transmissões de propriedade 371$; Subsidio litterario 4:358$ . . .	4:729$000
Impressão, Lithographia e Quinto. [7] .	331$000
Alfandega do Funchal 85:359$ [8]; dita de Ponta Delgada 64:296$	149:655$000
» d'Angra 24:622$; dita da Horta 20:916$, d.os menores 1:104$	46:642$000
Direitos sobre o consumo da carne 5:534$300; ditos sobre o pescado 2:856$600	8:390$900
Emolumentos da capitania do porto da Horta 237$; Consumo do sal 2:828$	3:065$000
Real d'Agua sobre carnes verdes e vinho	11:900$000
Producto da venda de Bens nacionaes 20:160$; dito de remissão e venda de foros 26:000$	46:160$000
Rendas, Foros, Juros e Laudemios. .	58:000$000
Armazenagens e Receitas avulsas . .	1:646$000
Receita total do Reino, Açores e Madeira	11,625:069$132

[6] Este direito, a que se chamava *as maquias d'El-Rei*, provém do privilegio da moenda de grão no districto de Ponta Delgada.

[7] O imposto do *Quinto* pertence ao districto do Funchal.

[8] O rendimento da alfandega do Funchal calculado pelo termo medio da sua receita nos dous annos economicos de 1843 a 1844, e 1844 a 1845, é o seguinte: — Importação e exportação 64:651$842; Imposto addicional e augmento nos emolumentos 16:537$850; Mais 5 por 100 addicionaes e tomadias 4:159$443. — O rendimento da alfandega de Ponta Delgada calculado do mesmo modo, corresponde á primeira verba 53:952$000, e ás outras duas 10:344$640.

6. — *Orçamento official da Despeza no mesmo anno economico.*

Juros da Divida interna	1,588:255$329
» » *externa*	1,763:562$961
Encargos á Companhia das Obras publicas	600:000$000
» *Geraes*, comprehendendo: 594:800$ de *dotação da familia Real*, 707:768$ de *classes inactivas*, &c.	2,040:022$740
Ministerio dos Negocios do Reino . .	1,043:445$865
» » *da Fazenda* .	708:416$556
» » *Ecclesiasticos e Justiça* . .	383:286$784
» » *da Guerra* . .	2,435:561$273
» » *da Marinha e Ultramar* .	865:726$172
» » *Estrangeiros* .	232:573$386
Total da Despeza	11,660:851$066
» da Receita	11,625:069$132
Deficit do anno de 1846 a 1847. . .	35:781$934

Este saldo contra o Thesouro pretendia o ministro conde do Tojal preencher por via de uma melhor distribuição e cobrança sobre a contribuição do papel sellado e sello de verba. [9]

Quanto ao rendimento das provincias ultramarinas, isto é *colonias*, é arrecadado por cofres independentes do

[9] O ultimo orçamento da despeza autorisada, apresentado ás Côrtes, para o anno economico de 1849 a 1850, nos districtos do reino, Açores e Madeira, é o seguinte: Encargos geraes 1,906:597$460. — Junta do Credito publico 3,680:148$352. Ministerios: Reino 1,224:945$005. — Fazenda 757:266$530. — Justiça e Ecclesiasticos 428:592$688. — Guerra 2,886:128$487. Marinha 775:391$202. — Estrangeiros 212:741$254. — Fundo especial de amortisação 326:800$000. — Despezas extraordinarias 368:724$905, total 12,567:335$883 r.s, apresentando um deficit sobre a receita de 1,488:908$414.

thesouro publico, e não entrão no quadro do orçamento por serem applicados quasi que na totalidade em sua manutenção, bem como nas despezas a que contribuem pelos ministerios da guerra e marinha, cujas forças sustentão emquanto lá estacionão. O ministro José da Silva Carvalho, no seu orçamento de receita e despeza de 1835 a 1836 (de Julho a Junho), calculou esse rendimento em 1,482:236$034. Julgamo-lo demasiado: póde razoavelmente ser arbitrado do modo seguinte: Archipelago de Cabo-Verde, Bissáu e Cacheo 120 contos de réis, Angola e Benguella 260; Moçambique 280; Estados da India 520; Macáu e possessões da Oceania 130.

Pela individuação das verbas de que se compõe o orçamento da receita de Portugal e suas notas explicativas, ter-se-ha o leitor sufficientemente informado do assumpto.

Fallaremos agora na *Divida Publica* de Portugal, nesse cancro roedor que lhe consome annualmente em juros e amortisações (sem comtudo diminuir) uma terça parte do seu rendimento. É uma anomalia na moderna civilisação da Europa e da America, que em todos os seus governos christãos não exista um só onde não pese este onus devorador do rendimento publico, succedendo o contrario nos paizes de differente religião e mais atrasados em luzes. A muitas pessoas parecerá difficil o saber com exactidão a somma dessas obrigações nacionaes: ha comtudo calculos bem approximados que muito auxiliaráõ o seu exame. *

* Essas dividas, tambem chamadas *fundos publicos*, tiverão a seguinte origem: Os ministros progetistas adoptárão varios methodos para induzirem os capitalistas a emprestarem o seu dinheiro ao Estado, e o meio de os attrahir foi de prometter aos concorrentes maior juro do que obtirião dedicando os mesmos capitaes a quaesquer outras especulações. Primeiramente celebrárão-se estes contractos por meio de annuidades, isto é, uma somma que o Estado se obriga a pagar annualmente ao credor para resgate gradual dos seus capitaes, ou n'outros prazos, findos os quaes se considerava o mutuante bem recom-

Póde-se razoavelmente calcular no presente anno de 1850 o total das dividas nacionaes e provinciaes dos Esta-

---

pensado. Outro methodo que os governos adoptárão para obter dinheiro foi o de *fundo vitalicio*, *perdido* ou *morto*, consistindo n'um contracto em virtude do qual o Estado se obrigava a pagar certo juro annual durante a vida do prestanista. — *Fundo perdido* ou *morto* é uma transacção em que uma companhia de accionistas empresta certa somma ao Estado, obrigando-se a pagar-lhe um juro maior. Emquanto qualquer dos mutuantes vive, recebe a parte do juro que lhe toca, e quando morre, divide-se pelos outros a quantia que lhe pertencia. — Deste modo o que sobrevive a todos recebe o juro por inteiro emquanto vive, e quando morre é o Estado o seu herdeiro, resgatando assim a divida que contrahira.

O que avulta porém mais nesta sorte de transacções são os *emprestimos*. Os governos procurão este meio de haver dinheiro quando as suas rendas não chegão para os gastos. Contrahem-se elles de dous modos: — ou o governo promette amortisar o capital n'uma época fixa pagando no entanto o juro correspondente, ou ajusta satisfazê-lo quando puder, continuando inalteravel a entrega periodica dos juros. Os governos raramente adoptão o primeiro methodo pela difficuldade de satisfazerem á estipulação no prazo determinado, e por isso quasi sempre adoptão o segundo. Fazem-se estes contractos com os individuos que mais vantagens offerecem, apre-entando as suas propostas conforme a prosperidade e segurança do Estado, circumstancia donde depende a regularidade e certeza no pagamento do juro. Estas dividas, fundos publicos ou *rendas perpetuas*, isto é, fundos que o governo não é obrigado a amortisar, mas dos quaes só deve pagar os juros estipulados, a facilidade com que se transfere a sua propriedade de uma para outra pessoa, é de summa vantagem para os interessados, não sendo de menos utilidade para os governos o modo como tal propriedade póde augmentar.

O valor dos fundos publicos está em continua fluctuação, umas vezes por causas reaes, outras por simples boatos contrarios á paz ou segurança do Estado. — Qualquer occurrencia que traga comsigo estes dous males ou algum outro contrario á publica prosperidade, embora só tenha existencia imaginaria, altera o preço dos fundos publicos. Uma grande victoria ou um tratado de paz lhes faz subir o valor, e a perda de uma batalha, a declaração de guerra ou a morte do Soberano influem na baixa, conforme a gravidade de que vem revestidos esses acontecimentos. Quando ha muitos vendedores e poucos compradores, ou *vice-versa*, tambem se observa alteração tanto no preço dos fundos como no agio.

Comprão-se fundos dando-se uma somma real em dinheiro por uma quantidade nominal em papeis geralmente de superior representação. Este é o methodo legal e util, podendo qualquer pessoa empregar o seu dinheiro em

dos europeos e americanos em 7 milhares e 500 mil contos, seja 7.500.000:000$000 réis moeda forte, cujo juro annual, calculado só a 4-1/2 por 100, chega quasi a 300 mil contos! neste sorvedouro entra Portugal com pouco menos de 4 mil contos. É de notar que neste e n'alguns

---

tempo de paz, receber um premio seguro e haver outra vez á mão, por via de transferencia, o seu capital no dia em que lhe quizer dar outro destino. Ha tambem um methodo *illegal* de que se faz todavia grandissimo uso e ao qual se dá o nome de *jogar nos fundos*.

Praticão esta agiotagem individuos que supprem a falta de capitaes pelo grande conhecimento da materia, que consiste em contractar a venda e transferencia de certa qualidade de fundos publicos n'um periodo futuro por um preço convencionado, por exemplo: *A*, ajustou com *B* vender-lhe o valor de 10,000 lib. sterl. em acções do banco de Inglaterra por 12,000, cuja venda se suppõe terá effeito no termo de 20 dias. — *A*, não tem comtudo semelhante quantidade de acções: no entanto, se o preço dellas baixar no dia marcado para a transacção a 18 por 100, poderá elle comprar nesse dia as 10,000 libras por 11,800, ganhando assim 200. — Se, pelo contrario, as acções subirem no referido dia a 25 por 100, as 10,000 libras lhe custarão 12,500, vindo então a perder 500 na especulação. Mas como nem *A* tem semelhantes acções para vender, nem *B* possue dinheiro para as comprar, a transacção se conclue pagando um ao outro a differença do preço. — Isto não é mais que uma perfeita aposta sobre o valor que terão os fundos em tal ou tal dia. Na lingua technica destes agiotas na Inglaterra, o que faz a venda se denomina *bull* (touro), e o que compra *bear* (urso). Como nenhum póde ser obrigado a cumprir o contracto por ir de encontro á lei, o unico principio que os dirige é a *honra*, que nelles tem a mesma força que nos jogadores de cartas e apostadores. — Para mutua conveniencia tem elles estabelecido um dia fixo em cada mez, a que chamão *settling day* (dia do ajuste). A pessoa que, chegando esse dia, não pagar, dá-se o nome de *lame duck* (pato côxo), e é expulsa com ignominia do local onde se reunem. Os mais honrados, para não soffrerem descredito com os consocios, se não podem satisfazer aos seus empenhos, declarão-se fallidos, entregando aos credores o que possuem, podendo continuar na mesma traficancia, a qual tem arruinado immensas fortunas e familias, apezar de serem multadas por lei as pessoas convencidas de entrarem em semelhantes transacções, bem como as que ajustem a venda de fundos que não possuão no momento do contracto. Apezar disso, o jogo de fundos em Londres não cessa um só dia, chegando o descaramento a publicarem-se em papeis publicos os nomes dos *touros*, *ursos* e *patos côxos* que apparecêrão nos dias em que findárão os prazos respectivos. Veja-se o *Panorama* de 1841, pag. 146.

outros paizes não se conta a divida pelo capital nominal, mas sim pela importancia do juro que ella custa cada anno, o que dá melhor ideia da sua extensão e gravame.

Relativamente á *Divida publica* portugueza que temos a investigar, recorreremos a um folheto do Dr. Agostinho Albano, obra mui recommendavel pelos conhecimentos e boa critica que encerra. « Segundo minuciosas averiguações, diz o autor, a divida de Portugal data do reinado de D. Manoel. Desse tempo ainda alguns documentos ou titulos de divida existem que de ha muito se denominárão *padrões*. Achamos, além disso, que D. João III contrahio um emprestimo para as despezas da guerra d'Africa, do qual ainda existem alguns titulos. Achamos tambem que a divida cresceu consideravelmente nos infelizes reinados de D. Sebastião e dos tres Philippes, e muito mais pela prolongada guerra subsequente á restauração de D. João IV. Ha noticia de um emprestimo de 200 mil cruzados com juros de 6-1/4 por 100 offerecido pelo commercio em 1647 para o apresto da armada, a cuja amortisação foi consignado o rendimento dos direitos do assucar. — Outro em 1662 para as despezas da infantaria. — Existem documentos que provão que D. Pedro II, desde 1704 a 1706, tomára de emprestimo 480 contos de réis sobre os rendimentos das alfandegas de Lisboa. Realisárão-se estes emprestimos por meio de pensões estabelecidas sobre differentes ramos da renda publica, com a faculdade de serem ou não amortisaveis. »

A Divida portugueza tanto interna como externa no fim do anno de 1838, comprehendendo a antiga até 1797, e as contrahidas até Julho de 1833, e dahi em diante, épocas em que a divide o Dr. Albano, subia a 79.235:340$463 réis, e no fim de Dezembro de 1838, mais 2.885:406$388 de juros, e 1.219:502$037 de amortisação. Os papeis que representavão a mesma divida na primeira época

denominavão-se *padrões de juros*—*padrões reaes*—*juros reaes*, e vencião 4-1/2 e 5 por 100.—As *apolices* de 6 por 100 forão convertidas em *inscripções* de 4 por 100 em 1834 e 1835.

Dá-se entre nós o nome de *divida fundada* ou *consolidada* á que não tem promessa de reembolso, podendo só o credor exigir o juro e amortisação annual respectiva; —*fluctuante*, á que não vence juros, e é representada por papeis de credito admissiveis nas repartições fiscaes;— e emfim *corrente*, á que resulta da falta de pagamento das despezas actuaes ou correntes, taes como ordenados, soldos, generos comprados, &c. Daqui procedem os *atrasados*, que em ultima analyse são um emprestimo forçado que os governos fazem sobre os seus funccionarios e fornecedores. Só os governos gozão do funesto poder de enganar os particulares que pensárão que nelles nunca póde considerar-se outra cousa que não seja principio de rectidão e justiça: só os governos exercem o triste privilegio de faltar a seus contractos e á fé publica, e com o pretexto de necessidades do Estado desculpão todas as faltas. Os particulares estão na feliz impossibilidade de deixar atrasados sem o consentimento dos seus credores; as leis e os tribunaes são a salva-guarda da fidelidade e execução das transacções privadas, e quando ellas são firmes e inviolaveis, fundão e consolidão o credito publico, que é um dos mais fecundos mananciaes da fortuna geral.

Desgraçadamente não podem dar-se as mesmas garantias para com os governos, que não reconhecendo autoridade superior áquella de que se achão revestidos, os unicos tribunaes de appellação a que os credores podem recorrer é á moralidade, á opinião publica e á importancia do credito publico: fracas barreiras na verdade para os impedir de accumular atrasados ou para não

recorrerem como meio de pagamento a banca-rotas directas ou indirectas!

Tal é uma das mais consideraveis origens da nossa divida publica. Falta de pagamentos devidos, prodigalidades, má fiscalisação por um lado, guerras, luxo desnecessario em estabelecimentos inuteis ou sobremodo dispendiosos por outro, são as causas productoras da nossa divida actual, e se lhe addicionarmos o mais indesculpavel deleixo na arrecadação, já no provimento da prosperidade das fontes da riqueza e do abandono de nossas provincias ultramarinas donde se pudéra ter colhido vantajosos meios para acudir ás exigencias, acharemos as causas efficientes do melancolico estado das finanças do paiz, do qual se póde porém ainda sahir com os recursos que a nação por ora possue, e de que póde tirar bom partido uma sabia administração.

Recorrendo agora a documentos officiaes, isto é, á exposição da mesma divida no orçamento ministerial do anno economico de 1845 a 1846, se encontrão as seguintes verbas que mais elucidaráõ esta materia:

Divida Interna.

Divida interna de 4 por 100. . . .	11,744:173$000
Dita de 5 por 100.	18,729:032$000
Titulos de distrate de 6 por 100 . .	376:000$000
Loterias Reaes de 1801 a 4 e 6 por 100	681:000$000
Divida dos Açores, a 2, 3 e 5 por 100	153:000$000
Emprestimo de 1831, libr. sterl. 1.500	6:500$000
Titulos emittidos depois de 1844, e outros de 4 por 100	293:800$000
Reclamações do Brasil	53:100$000
Titulos de distrate a 6 por 100. . .	16:800$000
Minimos de capitaes não invertiveis, cujo juro é 5:755$979 a 5 por 100.	287:800$000
Total approximativo que se póde deduzir do juro e despezas annuaes de 1,481:918$237 que figurava no orçamento de 1845 a 46 (sendo só 1,455:565$458 de juro), isto é, pouco mais de 4-1/2 por 100 . .	32,341:205$000

Divida Externa.

Conversões realisadas até 1844, e fundos que ainda existião para emittir libr. sterl. 9:583:991	41,824:536$724
Annuidades de 1836, libr. sterl. 17,500	76:363$636
Despezas annuaes com a agencia . .	8:784$000
Corretagens, descontos, juros ao banco, &c.	46:759$000
Total (igual a lib. st. 9,614:109 a 55 dr.)	41,956:443$360
(Vencia de encargos annuaes de 1845 a 46 1,386:539$180.)	
Divida interna como retro	32,341:205$000
Novo emprestimo do Contracto, como do orçamento a pag. 123. . . .	4,000:000$000
Novos empenhos que desde o orçamento de 1845 a 1846 o governo contrahio até á época actual, pois que, como vem na nota a pag. 131, o augmento dos encargos das dividas interna e externa é de 811:690$935, e que calculado a 4-1/2 por 100 dá de capital	18,011:200$570
Total approximativo de toda a divida.	96,308:848$930

Os seus encargos annuaes de 3,680:148$352, como a pag. 131 na nota, correspondem a pouco mais de 3-6/7 por 100.

Não se julgue comtudo que tão elevado algarismo, nunca realisavel, e o doloroso sacrificio para lhe pagar os competentes juros e encargos annuaes, seja uma calamidade irremediavel que ameace ruina ou dissolução no corpo social, como acintosamente propalão os inimigos do governo. Como fica dito, nação nenhuma ha na Europa que não tenha a cargo dividas de 5 a 10 vezes

superiores ao seu rendimento; entretanto vão regular ou irregularmente satisfazendo aos seus encargos annuaes, e á amortisação quando lhes é possivel, sem ameaço de banca-rota.

Toda a nação onde os differentes ramos da industria prosperarem, e dos quaes aos respectivos industriaes provenhão lucros, condição que suppõe a existencia de avultados capitaes em acção, applicados como motores da industria nacional, ou mananciaes de riqueza futura ainda não explorados, taes como colonias, minas e augmento rapido de artefactos para exportar, &c., essa justamente, ainda que á primeira vista pareça excessivamente onerada com impostos, é a que, a despeito dos algarismos, se deve pouco assustar com a sua divida publica. Claro é que a existencia de capitaes em gyro presuppõe outras, taes como segurança publica, inviolabilidade do direito de propriedade, severa administração da justiça, proporção na derrama dos impostos, &c., e finalmente paz publica. Quanto á possessão das colonias, ainda que ricas por natureza, exige a possibilidade de as fazer prosperar; a das minas, o fazê-las explorar, e ao desenvolvimento fabril e producções naturaes, o proporcionar-lhe exportação, bons mercados estrangeiros, prosperidade e abastança no paiz, na falta de grandes povoações, para seu consumo. Não podemos afiançar a Portugal todas estas condições; porém toda a nação onde ellas se preencherem póde estar tranquilla ácerca da sua divida, pois obterá meios abundantes sem vexame para pagar os seus encargos ou amortiza-la. A divida refere-se sempre ao capital que a paga: se a prosperidade nacional valer muito, a divida valerá menos na mesma proporção; na mesma razão estão as contribuições. Quanto ao nosso reino, estamos longe de considerar assustador o seu estado actual de finanças, sendo bem governado e

se souberem aproveitar-se do muito que ainda possue; porém antes de tudo, tornamos a repeti-lo, é indispensavel que desappareça ou ao menos se torne inoffensiva a mania das mudanças e revoluções politicas: devem todos esquecer semelhantes flagellos e consolar-se da perda do Brasil e da passada prosperidade de melhores dias; pôr de parte odios de partido, illicita ambição, progredir na carreira da industria e da agricultura, e ajudar a acção governativa em vez de a rodear de tropêços e desmoralisa-la. Neste ponto somos da opinião do Inglez Mac Gregor, o qual, a pag. 1120 do 2.° vol. da sua Estatistica, depois de ter descripto ou antes denegrido com as mais hediondas côres tudo quanto diz respeito a Portugal, accrescenta: « Este reino perdeu os seus vastos dominios do Novo Mundo; todavia os seus recursos naturaes e a grande extensão de colonias que ainda possue, o habilitão á posse de adequados elementos, para outra vez figurar como uma das grandes nações commerciaes que já foi. »

Voltando ao assumpto da divida publica, para melhor o elucidar e corroborar-mos o acima expendido, apresentamos o seguinte:

Mappa da População, Superficie, Rendimento annual e Divida publica em moeda de Portugal, de diversos Estados em 1850.

PAIZES.	População.	Superf. em leg. de 20 ao grau.	Rendimento.	Divida Publica.
Monarchia portugueza	5:530,432	106,340	11,078:428$000	96,308:849$000
» ingleza *	171:254,000	231,800	351,142:000$000	3,489,200:000$000
Republica franceza e colonias	36:163,878	27,447	286,545:000$000	1,125,000:000$000
Imperio d'Austria . .	35:842,564	21,560	91,436:000$000	487 963:000$000
» da Russia ** . .	66:083,420	640,203	226,540:000$000	612,847:000$000
» do Brasil *** . .	5:000,000	231,100	12,698:000$000	72,741:000$000
Monarchia hollandeza	24:994,400	50 078	37,862:000$000	359,417:000$000
» hespanhola	16:869,714	24,240	28,109:000$000	875,389:000$000
Reino da Belgica. . .	4:335,900	952	18,720:000$000	94,000:000$000

* Com as colonias, territorios da companhia da India, novas conquistas e paizes tributarios: veja-se Almanak de Gotha de 1850.

** Com a Siberia, America russa e reino da Polonia.

*** O rendimento do Brasil é de 27,300 contos fracos, e a sua divida na mesma moeda e como segue: Externa 6:187,050 de libr. sterl.: fundada 51,237:400$000 réis; fluctuante 5,089:000$000 ditos: papel moeda 46,920:508$000 ditos: á caixa d'orphãos e ausentes 1,021:745$000 ditos: total 156,594:048$250 réis fracos. O cambio foi calculado a 215 por 100.

EXERCITO. MARINHA. PRAÇAS FORTES DO REINO.

Conforme fica dito a pag. 109, divide-se Portugal no sentido militar em 8 governos ou districtos militares no continente, vindo a ser 9.° o da Madeira, e 10.° o dos Açores. Os demais dominios da monarchia, sendo ainda considerados colonias, são regidos por governadores geraes ou subordinados que reunem ambas as attribuições civis e militares.

O exercito portuguez actual apresenta um quadro inteiramente diverso do que nunca fôra. As circumstancias politicas por que tem passado o paiz, a indole dos homens ou espirito dos governos que se lhe tem succedido, o seu estado financeiro pouco prospero, as utopias ultra-liberaes assoalhadas publicamente por muitos ambiciosos inimigos da ordem, tudo tem contribuido para influir no pessoal, no espirito e na consideração desta respeitavel classe. Se historicas recordações apresentão o povo portuguez como um dos mais bellicosos, valentes e heroicos da Europa, sem duvida a elle o devem principalmente. As proezas e prodigios de valor no conquistar o reino palmo a palmo aos Mouros, expulsa-los para a Africa, e lá mesmo ir plantar o estandarte de Christo nos muros de Ceuta, Arzilla, Tanger, Mazagão e outras atalaias do Alcorão: as encarniçadas guerras da Asia em que se cobrirão de gloria os Castros, Pachecos, Almeidas, Albuquerques, &c.: a renhida e feliz contenda sustentada antes e depois da restauração contra o colossal poder da Hespanha, em que Portugal, depois de se defender victoriosamente, tomou a offensiva; tantos prodigios justificão quanto a historia foi fiel a seu respeito. Todavia esse valor militar que por tantos seculos animou a nação ficou quasi que inteiramente esmagado pelo pesado jugo

de 60 annos em que permaneceu no dominio castelhano, durante o qual se vio arrebatar a prosperidade do seu commercio e a preponderancia politica de que gozava como uma das primeiras potencias maritimas da Europa.

Com a restauração de 1640, a necessidade de sustentar a independencia nacional, e o receio de uma sanguinolenta vingança da parte dos expulsos dominadores, derão novo arrojo á energia da nação. Vio-se com assombro então Portugal sem finanças, sem marinha, sem exercito, sem colonias até, pois, como bem o nota Balbi, tudo havia sido destruido pelo systematico plano de rapina e anniquilação do governo hespanhol, vio-se este pequeno reino sustentar gloriosamente durante 28 annos uma luta desigual, e della sahir-se victorioso, obtendo dos inimigos o reconhecimento da sua independencia e a restituição das suas colonias. Desde essa época comtudo, o governo deleixou-se tanto da repartição militar, que a disciplina introduzida no exercito pelo conde de Schomberg, chamado em 1661 para o reorganisar, se achava inteiramente postergada, e os vencedores de cem combates contra os Castelhanos não parecião já os mesmos. A guerra da successão da Hespanha veio depois, pela segunda vez, despertar a disciplina do exercito, e como nisso entrasse brio nacional e rivalidade, por duas vezes forão as quinas portuguezas hasteadas, e vingar em Madrid o longo ultraje que havião recebido do estandarte castelhano, que fluctuára 60 annos em Portugal, proclamando Rei nessa capital em 1706 o archiduque Carlos d'Austria.

Tornou porém a cahir em decadencia e esquecimento tudo que dizia respeito a esta respeitavel corporação, a quem todos os Estados confião a sua defesa; extinguira-se outra vez o espirito militar, a instrucção na classe dos officiaes e a disciplina na dos soldados. Achava-se pela invasão de 1762 o exercito reduzido a uns 10,000 homens

mal armados e equipados, e ia sem duvida Portugal ser victima de tão imperdoavel negligencia, quando o conde de Lippe, chamado pelo marquez de Pombal, reorganisou esses fragmentos de exercito e formou outro; reedificou as fortificações das praças fronteiras e construio o inexpugnavel castello ou cidadella de *Lippe* em Elvas, considerada pelos conhecedores obra prima de architectura militar. Passado o perigo, tornou-se a olhar com indifferença esta classe; todavia, o receio de um rompimento com a Hespanha deu momentanea actividade ao seu departamento. A memoravel revolução da França chamou de novo a attenção do governo sobre o exercito e marinha. A curta campanha contra os Francezes no Russilhão, e a de 1801 no Alemtejo contra os Hespanhóes, despertárão nos homens do poder a ideia de algumas reformas e augmento na força armada, porém resentindo-se tudo de pouca energia e centralisação de força.

Tal era o estado de Portugal quando foi invadido em 1807 pelos Francezes, o que facilmente conseguirão não só pela positiva ordem do regente para os receber em paz, mas tambem por se não achar preparado para resistir a um bom exercito vencedor de exercitos allemães e italianos, e commandado por Junot. Bem depressa porém se cuidou em oppôr-lhe resistencia organisando massas populares, que, unidas ao resto do exercito e auxiliadas pelos Inglezes, não só libertárão o reino em 1808, dando severas lições aos Francezes na Roliça, Vimeiro, Bussaco, Badajoz, Talavera, Chiclana, S. Sebastião, Fuentes de Honor, Victoria, Salamanca, Arapiles, &c., mas até os levárão de envolta pela propria França dentro até Bayona, Bordeos e Tolosa, onde forão os primeiros dos alliados em arvorar o estandarte dos Bourbons em 1814. Nestes e n'outros importantes e gloriosos feitos d'armas pouco avulta o nome portuguez, nas partes officiaes dadas pelos

commandantes dos seus diversos corpos e brigadas, que todos erão inglezes e servião com os soldados da mesma nação ás ordens do generalissimo lord Wellington, o qual tributou os maiores elogios á conducta dos soldados portuguezes, qualificando-a de *admiravel*, durante essa encarniçada campanha de 6 annos. O marechal Beresford, encarregado nessa época da reorganisação do mesmo exercito, introduzio nelle a mais severa disciplina, ordem e economia.

As subsequentes mudanças politicas e diversos principios governativos por que tem passado o paiz necessariamente, como já acima dissemos, deverão ter influido na existencia de tão conspicua e importante corporação, e esta na dos diversos partidos que um após outro se tem succedido. Vemos, por exemplo, o exercito fazer unanimemente causa commum com os innovadores liberaes em 1820; em 1823 derruba o mesmo pacto: fórma-se pouco depois em fracções que alternativamente sustentão o absolutismo, o liberalismo, o miguelismo, o cartismo, o setembrismo e até o republicanismo (nas intenções de muitos dos que se unirão ao miguelismo na ultima guerra civil de 1846). Seja qual fôr porém a côr politica que siga o militar portuguez, no tocante ao valor, brio e mais partes que tanto distinguirão seus antepassados, são credores dos maiores elogios. « Posso certificar, diz um acreditado autor moderno, ter visto manobrar as melhores tropas francezas, italianas e allemãas, e não poderia, sem faltar á verdade, conceder-lhes a menor superioridade sobre as tropas portuguezas, tanto no que respeita ao garbo militar como á exactidão, rapidez e ligeireza das manobras, tão verdade é que só a disciplina e bons chefes lhes faltavão para as emparelhar com as melhores da Europa. O camponio portuguez, além da vantagem que tem de supportar com extraordinaria faci-

lidade os extremos do calor e do frio, como bem se presenciou durante a campanha peninsular e na da Russia, onde a legião lusitana ahi levada por Napoleão foi um dos corpos que menos soffreu do frio e da fome, possue ainda duas das mais preciosas qualidades necessarias para formarem um bom soldado, a *sobriedade* e *cega obediencia ás ordens dos seus superiores*. A primeira facilita muitissimo as operações militares, por isso que exige menos abastecimentos em longinquas expedições onde a rapidez é tão necessaria ao bom exito da empreza; a segunda contribue maximamente em habilitar o poder a realisar planos, na execução dos quaes até grandes cabos de guerra á frente de exellente tropa por muitas vezes naufragárão por falta dessa cega obediencia que tão difficil é obter de um soldado que tem o intimo sentimento da sua força e do seu valor. »

« A frequente reunião do exercito portuguez ao britannico, diz o general principe Lichnowsky, bem como o commando superior que teve o marechal Beresford, derão em grande parte ao uniforme portuguez a fórma ingleza; e o que ainda faltava para inteira semelhança teve lugar depois da guerra contra D. Miguel, quando foi modificado o fardamento quasi inteiramente pelo padrão inglez, com a conservação porém da antiga côr principal. As tropas que eu vi tinhão a mais elegante apparencia, e formavão um contraste singular com os soldados hespanhóes, desde ha alguns annos completamente desorganisados e miseravelmente equipados. Os lanceiros, particularmente, apresentavão-se com o mais donoso garbo e asseio. — A infantaria tem muito bellos uniformes azues e barretinas de fórma pronteaguda. Os caçadores forão os que mais me admirárão: são gente inteiramente escolhida, de figura reforçada, bem formados e com a mais perfeita proporção de membros; movem-se com a agilidade só propria dos povos meridionaes. As barbas singularmente

compridas não deixão de ficar bem áquelles rostos sombrios onde se vem brilhar quasi sempre olhos ardentes. Os uniformes são de uma elegancia grave mas apurada: fardetas de côr escura com golas e carcelas pretas, dragonas da mesma côr, barretinas conicas de couro, espingardas curtas, &c., o todo vem a formar uma maneira distincta, um termo medio entre o *rifle* inglez e o *chasseur* de Vincennes. — É um facto reconhecido e confirmado em todas as guerras deste seculo, que o soldado portuguez bate-se excellentemente todas as vezes que é bem commandado. — Deve-se dizer em seu louvor que seguem com inteira obediencia os caudilhos que os conduzem á victoria: disto se tem observado muitos exemplos nos ultimos tempos, e é uma prova desta asserção a illimitada influencia que o duque da Terceira exerce sobre o espirito das tropas. — Antes da guerra com a França era empregado o maior desvelo em Portugal com a cavallaria: muitos cavallos vinhão da Andaluzia e os restantes dos districtos arraianos da Beira, Alemtejo e Tras-os-Montes. Então gozava a cavallaria portugueza da fama de rapida e vigorosa; muitas vezes esquadrões inteiros em linha cerrada saltavão por cima de vallados e de sebes; comtudo a sua pericia e disciplina erão objecto muito contestado, &c. » A respeito da remonta e material desta arma, veja-se o que fica dito a pag. 16.

Depois de centos de projectos e reformas, o governo concordou afinal em resumir o quadro do exercito de primeira linha de Portugal, Açores e Madeira, em 16 regimentos de infantaria, 8 batalhões de caçadores, 8 regimentos de cavallaria, 4 de artilharia, 1 batalhão da marinha, um regimento de sapadores, um corpo de veteranos, outro de granadeiros e outro telegraphico; quanto á tropa de 1.ª linha, referimo-nos ao Almanak de Gotha para o anno de 1850, que é o seguinte:

Quadro effectivo do exercito de linha Portuguez em 1849.

16 regimentos de infantaria.	14,670
1 » de granadeiros da Rainha: . .	900
8 batalhões de caçadores a 400	3,200
1 » da marinha.	780
Guardas municipaes de infant. em Lisb. e Porto	1,780
8 regimentos de cavallaria a 400	3,200
Guardas municipaes a cavallo em Lisboa e Porto	350
4 regimentos de artilharia e engenharia . . .	3,200
2 companhias de sapadores	200
Total de praças em activo serviço	28,280
Total de praças de veteranos, de outras em disponibilidade, de addidos, de empregados em presidios militares, arsenaes, hospitaes, depositos, no corpo telegraphico, &c., no reino e nas Ilhas	4,169
Exercito de linha do ultramar empregado nas colonias	9,000
	41,449

Este quadro vai comtudo ser totalmente refundido pelo do decreto recente que abaixo vai mencionado.

(Desta força ultramarina ha 4,600 homens na Africa e 4,400 na Asia. Veja-se Almanak de Gotha para 1850 a pag. 531.)

Segundo o relatorio do ministro da guerra duque da Terceira, apresentado ás Côrtes para o anno de 1846 a 1847, orçava a despeza do seu ministerio em 2,435:561$275, e o effectivo da officialidade do exercito do reino, Madeira e Açores, era o seguinte:

2 Marechaes do exercito (duques da Terceira e de Saldanha).
1 Marechal general (Beresford, marquez de Campo-Maior).
14 Tenentes generaes.
14 Marechaes de campo.
38 Brigadeiros.
94 Coroneis.
125 Tenentes coroneis.
249 Majores.
610 Capitães e ajudantes.
556 Tenentes e segundos tenentes.
549 Alferes e quarteis-mestres.
119 Cirurgiões e ajudantes de cirurgia.
78 Capellães de corpos e presidios.

2,449

Todos os officiaes desta lista figurão no posto da sua effectividade e graduação, e inclue tanto os activos como reformados, desligados, sedentarios, em disponibilidade, &c., porém só pertencentes ao exercito da Europa.

No relatorio de 1845 a 1846 chegava este algarismo a 2,669 individuos incluindo 62 quarteis-mestres; as praças de pret erão então no reino e ilhas 27,265.

Por decreto de 20 de Dezembro de 1849 foi novamente reformado o quadro do exercito portuguez no reino e ilhas, e se deverá compôr dos seguintes corpos:

1 batalhão de engenheiros com 700 homens, e 4 cavallos em tempo de guerra, e 467 e 4 no de paz.

3 regimentos de artilheria com 10 baterias cada um, de 6 boccas de fogo, apeadas e de montanha, com um effectivo de 4,098 homens, 292 cavallos e 984 bestas de tiro em tempo de guerra, e 2,707 homens, 141 cavallos e 300 bestas de tiro no de paz.

8 regimentos de cavallaria, sendo o 1.° e 2.° de lanceiros, e denominando-se este ultimo—*Lanceiros da Rainha.* —Todos prefazem uma força de 4,512 homens com 4,016 cavallos em tempo de guerra, e no de paz 3,488 homens e 2,528 cavallos.

18 regimentos de infantaria, sendo um denominado —*Granadeiros da Rainha*— todos com um effectivo de 27,090 homens e 216 cavallos em tempo de paz, e 13,284 e 108 no de guerra.

9 batalhões de caçadores, assim denominados em tempo de paz, contendo só 5,455 homens e 36 cavallos, porém em tempo de guerra organisão-se em regimentos, e contém 13,527 homens e 108 cavallos.

Recapitulação da força dos Corpos do Exercito portuguez da Europa segundo o novissimo decreto de Dezembro de 1849.

	PÉ DE GUERRA.			PÉ DE PAZ.		
	Homens.	Cavallos.	Bestas de tiro.	Homens.	Cavallos.	Bestas de tiro.
Corpo d'E.-Maior	28	»	»	28	»	»
» d'Engenharia.	700	4	»	467	4	»
» d'Artilharia. .	4,098	292	984	2,707	141	300
» de Cavallaria.	4,512	4,016	»	3,488	2,528	»
» de Inf. e Caç.	40,617	324	»	18,738	144	»
Depos. de Cavall.ª	164	150	»	20	8	»
Totaes.	50,119	4,786	984	25,448	2,825	300

Haverá mais 3 batalhões de veteranos com a força de 1,221 homens, que fornecerão destacamentos para os pontos onde se carecer do seu serviço, e terão por quartel permanente, o 1.° na torre de S. Julião da Barra, o 2.° na Praça d'Elvas, e o 3.° na de Valença. No quadro acima não se achão comprehendidos os corpos de linha municipaes dependentes do ministerio dos negocios do reino, nem o batalhão naval, dependente do da marinha.

Com o restabelecimento do governo constitucional no reino e ilhas em 1834, ficárão extinctos todos os antigos corpos militares de segunda linha, e em seu lugar se creárão uns 100 batalhões de guardas nacionaes de que só em Lisboa havia 20. Porém, considerando o governo que esses braços indistinctamente armados erão um foco de continuas dissensões politicas, os dissolveu em Junho de 1838. Creárão-se depois outros corpos provisorios

arregimentados com mais selecção, quasi todos de caçadores, e que hoje chegarão a 32 batalhões repartidos pelas principaes povoações do reino. Lisboa contém 1 esquadrão de cavallaria, 2 batalhões de infantaria do commercio, 1 regimento de empregados publicos, outro de artilharia, e mais 3 batalhões de caçadores provisorios. Esta força da capital póde quando muito apresentar um effectivo de 6,000 praças, e as do resto do reino, contando as companhias de artilharia de posição, mais uns 20,000.

Consagraremos agora algumas linhas sobre a antiga organisação do exercito: nada esclarece melhor uma materia do que examinando-a sob os diversos typos em que tenha sido representada.

Mui pouco se sabe a respeito da milicia do reino durante e mesmo depois da idade media, e de modo nenhum se póde comparar com o actual systema de tropas de linha permanentes que todos os paizes civilisados tem adoptado, privando a agricultura de outros tantos braços. Nas guerras que por muitas vezes teve o paiz que sustentar, os exercitos se compunhão de tres ordens differentes de soldados: uns pertencião aos Reis e por elles erão pagos; outros postos pela nobreza, a qual recebia do Soberano terras e soldos com obrigação de terem prompto certo numero de lanças ou infantes, e a ultima, paga pelos concelhos e chamada da *ordenança*. Além destes, havião os *acontiados*, ou que, segundo o censo ou quantia de fazenda que tinhão, erão obrigados a ter *bêstas* com armas defensivas ou a mandar tambem cavallo *raso* ou armado. Cada terra, segundo a sua povoação, tinha certo *conto* ou numero de besteiros, que, por serem de numero ordenado, se dizião *de conto*, e não porque usassem de lança ou alabarda com *conto*, como os lanceiros e piqueiros. O numero da gente de cavallo não consta ao certo qual fosse durante a primeira dynastia; sabe-se porém que para o augmentar se

ordenou não poderem entrar na governança de terras senão os que sustentassem cavalgadura de *montaria*, andando de 6 a 8 mil cavallos os que se chegárão a pôr em campo n'um ou n'outro dos differentes reinados da dynastia Joanina ou d'Aviz. Da gente de pé, como acima fica dito, não havia numero certo, por depender o seu alistamento da vontade dos Reis que o ordenavão em maior ou menor escala. Vemos, por exemplo, D. Affonso Henriques apresentar 13,000 homens em Campo d'Ourique, D. João I° 6,500 em Aljubarrota e 20,000 na tomada de Ceuta, D. Affonso V 30,000 na conquista d'Arzilla, &c. Em tempos modernos depois da organisação da força permanente de primeira linha, na guerra contra os Francezes, a cavallaria portugueza, comprehendendo 12 regimentos, apresentava na sua maior força 6,710 cavallos em 1811, e no anno anterior 4,500. Durante a mesma guerra peninsular em 1811 teve na sua maior força 4 regimentos de artilharia com 4,936 homens; 24 regimentos de infantaria com 34,558, e 12 batalhões de caçadores com 7,913, total 54,117 individuos, e 8 as baterias de artilharia que entravão em campanha.

No numero acima não se comprehende o casco de um batalhão de engenheiros, 4 companhias de artilheiros conductores e 30 de veteranos, a guarda real da policia de Lisboa, que tinha 1,250 infantes e 260 cavallos, nem 5,000 recrutas que em 1811 e 1812 existião no deposito geral, nem a força de 1.ª e 2.ª linha dos Açores e Madeira, nem finalmente 53 regimentos de milicias com 52,000 homens de guarnição no continente e 10 nas ilhas com 9,664, nem 487 capitanias-móres com 1,691 companhias de ordenanças no reino e ilhas.

Era então este pouco mais ou menos o quadro do exercito de 1.ª linha que os acontecimentos politicos desde 1807 obrigárão o governo a adoptar, pois a força anterior

consistia só em 24 regimentos de infantaria, 12 de cavallaria e 4 de artilharia. A guerra da restauração terminada em 1814 lhe deu um grande desenvolvimento e exigio a formação de novas repartições civis, e na época da paz, quando todos os governos da Europa tratavão de resumir os seus exercitos para restabelecer as finanças, os homens que então governavão Portugal não só desprezárão adoptar essa saudavel medida de reducção, mas até se esforçárão para levar o exercito deste paiz ao maior algarismo possivel por instigações do seu commandante em chefe e membro da regencia, lord Beresford, marquez de Campo-Maior, sem attender que os encargos dahi derivados estavão realmente fóra de toda a proporção com a mediocridade do seu rendimento e população. Devia então pelo regulamento de 1816 compôr-se da seguinte força:

24 regimentos de infantaria com. . .	37,248	homens
12 » de cavallaria	7,140	»
4 » de artilharia	3,568	»
12 batalhões de caçadores.	8,316	»
1 batalhão de artifices engenheiros .	681	»
1 corpo da guarda real da policia. .	1,164	»
1 brigada real da marinha	932	»
4 comp.as de artilheiros conductores.	276	»
30 » de veteranos	3,028	»
Praças de pret de 1.ª linha	62,353	»
Accrescente-se: Milicias.	58,600	»
» Ordenanças de espingarda.	82,843	»
» Ditas armadas de chuços .	133,588	»
	337,384	»

Esta era a força existente no reino; nas ilhas havião 3 fortes batalhões de 1.ª linha, no Brasil 6 de Europeus, na Africa e Asia outros tantos, além de numerosos regimentos de milicias e ordenanças em todas as provincias ultramarinas.

Todo o exercito continental se formava em 3 divisões, a do Norte, Centro e Sul, tendo cada uma o mesmo numero de regimentos de infantaria, cavallaria e artilharia á excepção da do Sul, que occupava 2 regimentos de artilharia, por causa do grande numero de praças fortes do Alemtejo. O total se subdividia em 12 brigadas constando cada uma de 2 regimentos de infantaria, 1 de cavallaria e 1 batalhão de caçadores. Cada arma tinha e ainda hoje tem o seu inspector geral. Os quarteis dos corpos erão nos districtos em que recrutavão, geralmente em cidades ou villas, e dellas tomavão o nome, os quaes erão do modo seguinte:

Infantaria 24 regimentos, seus quarteis ou districtos.

N.º 1—Belem (chamado de *Lippe*).	N.º 13—Peniche.
2—Lagos.	14—Tavira.
3—Braga (foi d'Olivença).	15—Guimarães (foi d'Olivença).
4—Torres-Vedras (cham. *Freire*).	16—Santarem (ch. *Vieira Telles*)
5—Estremoz (foi d Elvas).	17—Monte Móro Novo (foi d'Elvas)
6—Oliv.ª d'Azemeis (foi do Porto).	18—Porto.
7—Setubal.	19—Cascaes.
8—Castello Branco.	20—Abrantes (foi de Campo Maior)
9—Vianna.	21—Caminha (foi de Valença)
10—Lisboa (foi da Figueira).	22—Leiria (foi de Serpa).
11—Viseu (foi de Penamacor).	23—Lamego.
12—Chaves.	24—Bragança.

Cavallaria 12 regimentos, seus quarteis ou districtos.

N.º 1—Alcantara (foi de Villa Franca).	N.º 7—Cascaes (foi de Torres Novas).
2—Evora (foi de Moura).	8—Elvas (foi de Niza).
3—Aveiro (foi de Olivença).	9—Chaves.
4—Azambuja (ch. *Mecklemburgo*).	10—Santarem.
5—Beja.	11—Castello Branco (foi d'Almeida)
6—Bragança (foi de Monção).	12—Miranda (foi de Bragança).

Artilharia 4 regimentos, seus quarteis ou districtos.

N.º 1—S. Julião da Barra (foi de Lisb.	N.º 3—Elvas (foi de Estremoz.)
2—Faro.	4—Porto.

Caçadores 12 batalhões, seus quarteis ou districtos.

N.º 1—Portalegre.	N.º 7—Fundão.
2—Thomar.	8—Trancoso.
3—Villa-Real.	9—Lourinhãa.
4—Mertola.	10—Aveiro.
5—Feitoria (Peso da Regua)	11—Feira.
6—Penafiel.	12—Ponte do Lima.

Finalmente dos acreditados mappas do engenheiro J. P. Casado Giraldes, colhemos os seguintes dados com que completaremos este artigo: « Por alvará de 21 de Fevereiro de 1816, o reino de Portugal continental foi dividido em 24 districtos de ordenanças, cada um commandado por 1 coronel e dividido em 8 capitanias-móres. Cada uma destas era commandada por um capitão-mór com 1 sargento-mór, e se subdividia em 8 companhias. Recapitulação: 24 districtos, 192 capitanias-móres e 1,530 companhias, no reino.

Os 24 regimentos de infantaria de linha compunhão-se de 1,552 praças segundo o mesmo alvará; os 12 batalhões de caçadores de 633; cada um dos 12 regimentos de cavallaria de 565 praças montadas; os 4 de artilharia de 892; o batalhão de artifices com 681, e os artilheiros de conducção 4 companhias a 69, o que dava um total geral de 57,229 praças de 1.ª linha, afóra policia e veteranos. Os 48 antigos regimentos de milicias compunhão-se de 1,148 praças cada um; formárão-se depois mais 5 regimentos de ditos do commercio em Lisboa e Porto, de infantaria e cavallaria; total que devião apresentar 59,826 praças, porém que nunca passou de 52,000. *

Já no primeiro volume fizemos menção de todas as *praças fortes* e povoações acastelladas do reino e ilhas;

---

* As terras de que tomavão nome estas milicias erão as seguintes: *Feira, Porto, Guimarães, Basto, Maia, Penafiel, Braga, Villa do Conde, Barca, Barcellos, Arcos, Vianna, Chaves, Villa Real, Bragança, Miranda*: total 16 regimentos com forro amarello. *Lisboa* 1.º, *dito* 2.º, *dito oriental, dito occidental, Torres Vedras, Santarem, Thomar, Louzãa, Setubal, Alcacer, Leiria, Soure, Aveiro, Oliveira d'Azemeis, Figueira, Coimbra*, total 16 regimentos com forro branco. *Lagos, Tavira, Beja, Extra, Villa-Viçosa, Portalegre, Castello Branco, Idanha, Covilhãa, Arganil, Tondella, Viseu, Lamego, Arouca, Trancoso, Guarda*, total 16 regimentos com forro encarnado. *Novas Milicias, Voluntarios de Lisboa do Commercio a pé, ditos do Porto, ditos a cavallo de Lisboa, ditos do Porto, Milicias de Lisboa a cavallo, batalhão de artilharia de dita a pé.*

mencionaremos agora só os nomes das mais importantes referindo a sua descripção aos competentes artigos, os quaes são: *Elvas, Valença, Almeida, Estremoz, Campo-Maior, Marvão, Peniche, Santarem, S. Julião da Barra, Chaves, Evora, Cascaes, S. João da Foz* (Porto), *Portalegre, Torre de Oitão* e *Castello de S. Philippe* em Setubal, *Lagos, Abrantes, Palmella, Jurumenha, Aveiro, Castello Branco, Moura, Guarda, Bragança, Monforte, Vianna, Coimbra*, e nas ilhas e ultramar *Funchal, Angra, Ponta Delgada, Loanda, Moçambique, Goa, Diu, Damão* e *Macáu*.

Trataremos agora da *Marinha militar* de Portugal, repartição que ainda mais alterações e decadencia tem experimentado do que o exercito, e isto com grande detrimento do paiz. Com effeito, como diz Balbi, este reino, pela sua feliz situação geographica, pela das suas importantes e numerosas colonias, e pela extensão e riqueza do seu commercio maritimo, carece de uma respeitavel marinha militar. — Sem duvidarmos deste principio politico, pois que é esse o elemento que prende as colonias á mãi-patria, notaremos que Balbi escrevia em 1819, época em que ainda o Brasil era parte integrante do reino unido e sua mais extensa e valiosa posses-são. Pouco depois, fazendo a sua independencia, inutilisou, por assim dizer, metade da marinha portugueza por esse facto, accrescendo os seus estaleiros que a forneciáo dos melhores vasos, se lhe fechárão de todo, e as náos e fragatas que em 1808 acompanhárão a familia real, quasi tudo ahi apodreceu e pouco voltou ao reino; é pois desde a transposição da séde do governo para o Rio de Janeiro que se deve datar a verdadeira decadencia da marinha portugueza, a qual, desde então, a insensata regencia de Lisboa e os ministerios que se lhe seguirão parece terem abandonado contra os verdadeiros interesses do reino, ao passo que augmentárão excessivamente o exercito.

Nos seculos XV e XVI erão os Portuguezes juntamente com os Venezianos o que hoje são os Inglezes, isto é, as primeiras potencias maritimas do mundo. A armada que levou D. João I em 1415 á tomada de Ceuta, compunha-se de 33 náos de alto bordo, que hoje se podem considerar de linha, 59 galeões, 110 transportes n'um total de 223 vellas, com 50,000 homens entre soldados e marinhagem. D. Affonso V passou á Africa em 1456 a conquistar Alcacer Ceguer com 200 vellas e 20,000 homens, e em 1471 á tomada d'Arzilla com 30,000 e maior numero de embarcações. D. João II promoveu muito o adiantamento da marinha e preparou o dominio dos mares e os grandes descobrimentos ao reinado do seu successor o *afortunado* D. Manoel. D. João III não foi menos diligente e affeiçoado ao adiantamento e prosperidade dos negocios maritimos. Durante o seu reinado e na regencia de D. Sebastião, umas 20 náos e meia duzia de grandes galeões cruzavão continuamente nas costas do reino para as proteger dos piratas africanos e do Norte da Europa, e até á altura dos Açores para comboiar as ricas frotas que affluião das colonias. Além destes navios de comboi, havião outros constantemente de estação na India, Sul da China e estreito da Sonda, para proteger o commercio e dar cabo dos numerosos piratas que infestavão esses mares, como afinal o conseguirão, em recompensa do que o Imperador da China fez mercê ao Rei de Portugal do territorio de *Macáo*. Veja-se este artigo.

Esta florescente marinha ficou inteiramente arruinada com o dominio castelhano, e quando em 1640 a casa de Bragança subio ao throno, apenas existia algum insignificante casco que escapára á systematica rapina e devastadora inveja dos Hespanhóes, e aos desastres que soffrêrão os Portuguezes com elles nas suas guerras contra os Inglezes e Hollandezes, nas quaes se virão obrigados a

tomar parte. A longa guerra da independencia contra Castella, que durou mais de um quarto de seculo, e só finalisou em 1668, não permittio attender com a devida consideração ao ramo da força maritima, entretanto que os Hollandezes, em menoscabo da independencia da nação que acabava de sacudir o jugo de uma potencia com quem se achavão em guerra, continuárão a apresar navios portuguezes e a apoderarem-se de algumas capitanias do Brasil e Angola, com a mais descarada aberração do direito das gentes. Ao fradesco reinado de D. João V não bastárão os immensos milhões para edificar conventos, crear patriarchaes, engordar seus inherentes ociosos e os de Roma, quanto mais para despender com esses dous sustentaculos da prosperidade do Estado, os quaes elle cordialmente detestava — exercito e marinha. Assim mesmo, no começo do seu reinado, mandou em soccorro do Papa e dos Venezianos contra os Turcos uma lusida esquadra ás ordens do conde da Ribeira, a qual, unida ás galés de Malta, concorreu muito para o desbarato dos Musulmanos em Corfú e fez outros serviços importantes nas costas da Italia.

Em Novembro de 1724 soprou em Lisboa tão violento furacão de Sueste, que em duas horas derão á costa 62 embarcações (Balbi menciona 180), nas quaes se perdêrão muitas vidas e riquezas immensas, ficando os cáes arruinados; o da alfandega com o que nelle se achava foi arrebatado pelas aguas; cahirão algumas torres, arrancárão-se arvores pela raiz, e muitas casas da cidade e cercanias desabárão. Esta catastrophe, da qual principalmente soffrêrão os grandes cascos de guerra vazios e desarmados, fez grande destroço na marinha militar, que então ficou reduzida a 5 ou 6 náos, 7 a 8 fragatas e uma duzia de vasos menores, porém tudo em máo estado. No reinado de D. José I, o marquez de Pombal

empregou toda a sua actividade no restabelecimento da marinha militar, e, como em tudo quanto emprehendeu, com a sua vontade de ferro e braço de gigante, tudo alcançou. Em poucos annos, isto é, já em 1766 a marinha compunha-se de 12 náos de linha, 14 a 15 fragatas, e dobrado numero de vasos inferiores, tudo regularmente organisado. No reinado de D. Maria I, teve esta repartição um sabio e benemerito ministro, Martinho de Mello e Castro, que não só se esforçou quanto lhe era possivel de conserva-la no respeitavel pé em que a achára, mas até a levou ao maior auge de força a que jámais chegara em tempos modernos, pois que pelos fins do XVIII seculo se compunha de 71 vasos de guerra, fóra os em construcção e hiates, e montando peças de todo o calibre, a saber:

ESTADO DA MARINHA DE GUERRA PORTUGUEZA EM 1797. *

Náos de Linha 12.

Principe Real. . . . . *Peças*	110	Affonso de Albuquerque. . *Peças*	74
Conde D. Henrique.	80	S. Sebastião	72
Rainha de Portugal	74	Gigante.	72
Maria Primeira	74	Infante D. Pedro.	72
Medusa.	74	D. João de Castro	72
Vasco da Gama	74	Princeza da Beira.	72

Fragatas 12.

Fenix	50	Ulysses	36
Carlota.	48	S. João Principe.	36
Minerva	46	S. Raphael.	36
Cisne	40	Princeza do Brasil	36
Venus	38	Golfinho	36
Tritão	38	Thetis	36

Corvetas 6.

Princeza da Beira.	28	Real Voador	24
Activa	28	Corveta de ensino	24
Benjamim.	24	Aurora.	24

* Na classe de náos e fragatas seguimos neste mappa o de Balbi a pag 3 3 do 1.º vol do *Essai stat.*, accrescentando as primeiras a differença de 50 peças no total, e ás segundas 22 ditas, como elle mesmo o menciona na nota. Quanto aos de mais navios, extrahimos a sua nomenclatura e força do archivo do arsenal da marinha de Lisboa, anno de 1799.

Brigues, Brigues-escunas, Escunas, Paquetes, 32.

Serpente	24	Galgo	20
Falcão	24	Gavião	20
Mercurio	24	Lebre veloz	20
Neptuno	24	Postilhão da America	20
Phaetonte	24	Espadarte	20
Principe Real	24	Voador do mar	20
Caçador	24	Balão, cuter (22?)	20
Vigilante	24	Milhafre	16
Lebre	24	Andorinha	12
Voador	24	Espia	12
Palhaço ou Diligente	24	Gavião	10
Victoria	24	Embuscada	8
Olinda	24	Esther	8
Gaivota	24	Leão	8
Dragão	20	Corvo	6
Alvacora	20	Onça	6

Charruas 9.

Polyphemo	24	Augusta	20
Neptuno	22	Orestes	18
Principe do Brasil	22	Monte do Carmo	12
Agaia	22	Santa Anna	8
Correio da India	20		

Total 71 embarcações com 2.166 peças, e mais 8 hiates transportes pertencentes ao serviço do arsenal, e 6 cascos de diversos tamanhos nos estaleiros de Lisboa, Bahia, Pernambuco, Damão e Goa.

Ainda que o pessoal desta respeitavel marinha não fosse proporcionado ao numero dos vasos, todavia uma boa divisão della fez parte, no anno de 1793 e seguintes, das esquadras combinadas armadas contra a republica franceza, no Mediterraneo e Oceano, distinguindo-se na tomada de Malta, e dando severas lições aos corsarios barbarescos. Deve-se neste mesmo reinado igualmente ao activo ministro da marinha Martinho de Mello, e depois a D. Rodrigo de Souza Coutinho, a creação da Academia dos guardas marinhas, cuja emulação se excitou com honras e recompensas, a construcção do famoso dique do arsenal da marinha de Lisboa, o tribunal do almirantado, a brigada real da marinha, o hospital da mesma e a real Cordoaria, vasto edificio que aformoséa a capital, e util estabelecimento que abastece a armada de todos os

tecidos e cabos de que carece, com a mesma perfeição dos Inglezes e Russos.

Infelizmente para Portugal, em vez de se continuar na carreira de tão acertadas providencias, e pelo menos conservar as forças maritimas no estado em que se achavão, deixárão-as desfallecer, tanto que quando a 28 de Novembro de 1807 a familia real embarcou para o Brasil, toda a armada existente em Lisboa, que era e é o unico porto militar da monarchia na Europa, se reduzia aos seguintes vasos: — Náos: *Principe Real*, *Rainha*, *Conde D. Henrique*, *Medusa*, *Affonso d'Albuquerque*, *D. João de Castro*, *Principe do Brasil* de 74 e *Martim de Freitas* de 64. Fragatas: *Minerva*, *Golphinho* e *Urania* de 32: mais 3 corvetas e 2 brigues. Foi esta a esquadra que acompanhou a Rainha D. Maria e o Principe Regente para o Brasil, ficando em Lisboa por carecerem de carenagem, mastreação, reparos, &c., 4 náos, 5 fragatas e alguns vasos menores.

Foi comtudo depois da translacção da séde do governo para o Novo Mundo que a decadencia da marinha militar se mostrou mais sensivel, deixando-se-lhe até arruinar o seu material pela mais imperdoavel estupidez. Por isso, como diz Balbi, se virão pouco depois quasi inteiramente suspensas as relações commerciaes entre Portugal e suas numerosas possessões ultramarinas ou tornarem-se perigosas por causa dos corsarios anglo-americanos e barbarescos, que lhe fizerão grande numero de presas, e chegárão até a insultar esses antigos dominadores dos mares debaixo das suas baterias, e mesmo á vista das da foz do Tejo.

Depois da volta do Rei constava a marinha ainda de 5 náos, a saber: *S. Sebastião*, *João VI*, *Rainha*, *Infante D. Pedro* e *Affonso d'Albuquerque*. Fragatas 11, contando com 2 nos estaleiros da Bahia e Pará; as outras erão:

União, Princeza Real, Amazonas, Perola, Venus, D. Pedro, Thetis, Carolina e *Maria da Gloria.* Corvetas 7: *Calypso, Gentil Americana, Princeza Real, Lealdade, Congresso, Voador* e *Gaivota.* Brigues 6: *Providencia, Real João, Tejo, Audaz, Infante D. Miguel* e *Reino Unido:* todas estas embarcações, além de meia duzia de charruas, pouco mais montavão que 1,100 peças, achando-se pela maior parte damnificadas, velhas e carecendo de reparos.

Como já fica dito, as administrações que modernamente se tem succedido em Portugal nada fizerão a prol da sua marinha, antes pelo contrario parece terem caprichado em anniquila-la, se exceptuarmos a do incansavel ministro J. J. Falcão, o qual, vencendo mil difficuldades, a primeira das quaes se deve considerar a limitada verba votada á sua repartição, desempenhou as partes de um patriotico, diligente e economico administrador de tão importante ramo de vitalidade para a monarchia, e que tão grande desdouro soffreu em nossos dias: a primeira vez consentindo que em 1830 os Francezes forçassem a foz do Tejo e lhe levassem alguns vasos prisioneiros, e a segunda em 1832 deixando-se bater e tomar por forças muito inferiores commandadas por Napier, as quaes, ainda que com pavilhão portuguez—liberal—erão pela maior parte inglezas; não fallando já na ultima guerra civil de 1846, que muito teria podido servir para a suffocar no Porto, impedir a diversão do Algarve, tomar Setubal, &c., porém que de nada servio senão para em parte augmentar as forças dos inimigos. Daremos agora a sua força actual.

ESTATISTICA DA MARINHA DE GUERRA PORTUGUEZA EM 1850.

Náos 3.

D. João VI	*Peças* 80	Cabo de S. Vicente. . .	*Peças* 74
Vasco da Gama	80		

(*S. Vicente* é a antiga náo *Rainha*, que ainda em 1832 servio de almirante; hoje serve de cabrêa, e em 1851 foi completamente reparada.)

Fragatas 7.

D. Fernando	60	D. Maria II	44
Duqueza de Bragança	56	Rainha	44
Diana	54	1 no estaleiro de Damão	52
D. Pedro	52		

Corvetas 12.

Infanta Regente	24	Isabel Maria	20
Damão	24	Oito de Julho	20
Porto	24	Relampago	20
Elisa	24	1 em construcção em Goa	20
Iris	24	1 » em Damão	20
D. João Primeiro	22	(*N. B.* Devem estar promptas no	
Urania	22	principio do anno de 1850.)	

Brigues 10.

Tejo	22	Vouga	16
Audaz	20	Villa Flôr	16
Mondego	18	D. Pedro	14
Douro	18	Boa Ventura	8
Serra do Pilar	18	Carvalho	6

Brigues-Escunas 2.

Tamega	16	Faro	16

Escunas 7.

Esperança	6	Constituição	4
Cabo Verde	6	Meteoro	4
Fayal	4	Duque da Terceira	4
Boa Vista	4		

Cutters 2.

Andorinha	6	Conde de Thomar	4

Cahiques 5.

Terceira	5	Serra do Pilar	5
Tejo	5	Inveja	5
Mindello	5	(1 rodizio e 4 pequenas peças cada um.)	

Vapores 4.

Mindello, é da força de 220 cavallos, monta 2 rodizios de 68, e 4 peças de 32	6	Infante D. Luiz, dito, dito	6
		Conde do Tojal	4
		Terceira	4

Charruas.

Princeza Real	24	Maia Cardoso	16
Principe Real	16		

Total das embarcações acima designadas. Náos 3; fragatas 7; corvetas 12; brigues e escunas 19; cutters, cahiques, vapores e charruas 14, perfazendo 55 vasos de guerra com 1,189 peças, contando os 3 nos estaleiros da India, e a náo *Cabo de S. Vicente*, que serve de cabrea. Note-se que a charrua *Maia Cardoso* póde armar 50 peças: é tambem conhecida pelos nomes de *Trovoada* e de *Martim de Freitas*.

O corpo da marinha effectivo actual compõe-se de 1 almirante honorario (*Napier*, conde do cabo de S. Vicente); 1 vice-almirante (Antonio Manoel de Noronha); 3 chefes de esquadra; 5 chefes de divisão; 9 capitães de mar e guerra; 11 ditos graduados; 8 capitães de fragata; 15 capitães-tenentes e 2 graduados; 37 primeiros tenentes; 111 segundos tenentes e 14 graduados; 26 guardas-marinhas; 8 aspirantes da 1.ª classe, 10 da 2.ª e 13 da 3.ª embarcados; total 274; não se inclue neste numero os officiaes reformados, os desligados, os da 3.ª secção, &c., e os da extincta brigada da marinha.

Em 1846 para 1847 achárão-se armadas 2 fragatas (1 em meio armamento), 5 corvetas, 7 brigues, 6 correios, 2 transportes e 2 vapores; o total da tripulação embarcada era 3,000, sendo 2,210 da classe de maruja, fóra as guarnições do batalhão naval; as suas 8 companhias contavão então 654 praças: hoje apresenta muito maior numero de individuos além da officialidade.

O *arsenal da marinha* empregava no mesmo anno 1,076 operarios no quadro effectivo e 307 separados do quadro; com todos se fazia de despeza em ferias 177:422$000 rs., e era orçada a despeza de enxarcia, linho, madeirame, ferragem, &c., para a sua elaboração em 120:574$000.

A *cordoaria* contava 308 empregados, sendo 122 mulheres fiandeiras, e fazia de despeza em ordenados 27:047$000 rs.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. CARACTER E COSTUMES DOS HABITANTES.

No *Ensaio* sobre a litteratura portugueza que adiante vai publicado, encetámos levemente e de modo irregular

esta materia; nem possivel fôra investigar magistralmente um assumpto sobre o qual dados nenhuns estatisticos ou officiaes existem do que era anterior ao seculo actual, se exceptuarmos o que nos contão as chronicas relativo aos estudos da universidade de Coimbra e dos collegios jesuiticos. A mesma lacuna encontrou A. Balbi para a sua Estatistica, limitando-se por isso a fallar em materias alheias ao estado da instrucção publica em Portugal. Todavia a considerava elle em 1821 bem longe de estar tão atrasada como o pretendião alguns escriptores contemporaneos: possuia o reino toda a qualidade de estabelecimentos relativos á instrucção primaria e secundaria, onde se podião facilmente aprender todas as artes e sciencias; era só no que dizia respeito á perfeição e importancia dessas instituições que o paiz se achava inferior á maior parte dos da Europa. Hoje mesmo, no anno medio do seculo XIX, conscienciosamente o consideramos nesse estado, apezar dos mui rapidos progressos intellectuaes que nesta ultima quinzena tem desenvolvido.

Relativamente á formação e aperfeiçoamento da lingua e aos autores que em diversas épocas florescêrão na litteratura, artes e sciencias, reenviamos o leitor ao ensaio litterario. Nosso intuito nestas linhas, sendo só dar alguma noticia sobre o estado da instrucção publica, evitaremos remontar a uma época remota por falta de documentos. Nem mesmo existião então, antes do XVI seculo, á excepção da universidade, corporações cathedraticas ou scientificas, e essa propria, muito incompleta e differente do que hoje é. Nem academias, nem lyceos seculares nos consta que houvesse para instruir a mocidade. Anterior a essa época, ensinavão-se os rudimentos das letras nos conventos pelos frades, nas cathedraes e igrejas parochiaes ou pelos proprios parochos ou por

pessoas por elles escolhidas, geralmente presbyteros. Era então esta a pratica geral em todos os paizes da Europa desde o começo da idade media até o renascimento das letras.

Desde o reinado de D. Manoel começão a apparecer em Portugal estabelecimentos litterarios e de instrucção, distinctos e numerosos. Em todas as dioceses, desde o concilio tridentino, se organisárão seminarios e escolas mais ou menos regulares para a instrucção dos sacerdotes. As ordens religiosas, como á porfia, por toda a parte elevavão a collegios as suas antigas escolas. Os Jesuitas, sobre tudo desde a sua entrada no reino em tempo de D. João III (1540), tomarão á sua conta a tarefa da instrucção publica como objecto principal de seu instituto, em detrimento das luzes do seculo e do desenvolvimento do espirito da nação que se esforçarão de sopear e inspirar-lhe maximas erroneas para melhor a poderem dominar, como afinal conseguirão. Obtiverão do cardeal-Rei D. Henrique elevar o seu collegio de Evora á categoria de universidade, e nas cidades principaes abrirão ao publico as suas escolas, que conservarão uma superioridade scientifica decidida, a qual só a final lhe foi balanceada pelos padres da congregação do Oratorio e os conegos regrantes. Todos estes estabelecimentos porém erão centros de instrucção em que se preparava a mocidade que se dirigia á carreira das letras e principalmente a ecclesiastica; as escolas de ensino primario estavão ahi incorporadas como a porta para a ellas dar ingresso. Porém fóra destas que se póde chamar aristocracia litteraria, ninguem se lembrou de estabelecer escolas isoladas para as classes baixas, porque então a ninguem occorria a necessidade dellas serem instruidas.

Foi assim continuando o magisterio da instrucção publica primaria e secundaria entregue ás ordens religiosas, ao

clero secular, e sobretudo aos padres da companhia que exercião indisputavel inspecção e influencia sobre o ensino litterario e as consciencias do povo e com tal ou qual expansão de luzes e sãa philosophia, que se compadecesse com o egoismo de seu instituto e as peas e ignorancia do despotico tribunal da Inquisição, até que a reforma geral por que passou a nação portugueza no reinado de D. José I se não fez sentir menos na instrucção e nas letras do que nos ramos da administração publica. O marquez de Pombal que era superior ao prejuizo ascetico até ahi commum de que a instrucção não devia ter outra mira senão a da salvação eterna (veja-se a *Revista academica* de 1845 a 1848, pag. 323), achou conforme a sua illustrada philosophia que nem por isso devia comprehender menos os interesses materiaes dos cidadãos, e portanto seu primeiro cuidado foi de subtrahi-la á influencia e direcção das ordens religiosas. Por outro lado tendo a peito promover as artes e a industria, conheceu a necessidade de instruir as classes que nellas tinhão de se occupar. Secularisar pois a instrucção e ministra-la ao povo com efficacia, foi o seu pensamento. — E dahi possuido de rancor contra os Jesuitas, chegou até ao excesso de proscrever como damnado o methodo e livros até ahi usados, tentando no arrojo da sua paixão não deixar passar aos vindouros as provas do credito litterario de que sem duvida merecidamente gozára essa congregação. Creou logo um director geral dos estudos, porém as providencias que este adoptou versarão unicamente sobre o ensino das humanidades, e as primeiras letras ficarão esquecidas.

Em 1768 havia sido creado o tribunal da *Mesa censoria* para exercer sobre os livros e impressos a censura que d'antes competia á Inquisição: a ella foi commettida a direcção das escolas, Collegio dos nobres, e de quaesquer

magisterios para os estudos das primeiras idades. Além das existentes, por lei de 1772 forão creadas 440 escolas publicas de primeiras letras no reino, 15 nas ilhas, 17 nos dominios da America, 4 nos d'Africa, e 3 nos d'Asia: pouco depois se crearão mais 37 no reino. Fazendo o marquez de Pombal deste modo a instrucção popular um ramo do serviço publico, não se descuidou de fixar e garantir os ordenados dos professores. Com a mesma penna com que referendava o decreto da creação das cadeiras, assignava a lei de 10 de Novembro de 1772 em que se estabelecia o tributo ou collecta sobre os vinhos, chamado *subsidio litterario* para a sustentação das escolas. Esta contribuição, para não ser desviada do seu destino, entrou sempre em cofre separado em cada uma das provedorias: só depois de 1834 é que passou para a massa geral do thesouro.

Tendo por morte d'El-Rei D. José sido extincta a Mesa censoria, foi em seu lugar creada em 1787 a *Mesa da commissão geral* sobre o exame e censura dos livros, para a qual passou tambem a direcção dos estudos menores. A instrucção ressentio-se desta mudança: no novo tribunal faltava a alma do marquez e a energia dos homens da sua confiança. Isto fez com que o reitor e reformador da universidade, principal Castro, aproveitando-se das circumstancias conseguio obter em 1791 a direcção e inspecção de todas as escolas menores da provedoria de Coimbra, com o que abrio caminho para se concentrar depois na universidade a direcção geral dos estudos de todo o reino. Effectivamente em 1794 foi extincta a Mesa da commissão geral, e creada em Coimbra a *Junta da Directoria geral dos Estudos e Escolas do reino*, com a mesma jurisdicção, menos emquanto ás escolas do ultramar, cujo governo ficava a cargo dos respectivos bispos. A junta procurou promover a instrucção primaria, creando para esse fim novas cadeiras conforme o pedião as neces-

sidades dos povos e as distancias dos locaes das antigas escolas, inspeccionando não só as publicas mas tambem as particulares, e os seus delegados nas differentes provincias, de maneira que em 1827 o numero das escolas de primeiras letras pagas pelo governo no reino era de 975.

Estes e outros esforços que ainda caminharão por algum tempo no trilho da sombra do grande estadista, produzirão ainda resultados felizes; porém os homens que se forão succedendo não seguirão o seu plano com o mesmo ardor. Os progressos que se quiz fazer ou ensaiar no reinado de D. Maria I.ª, e regencia do seu filho, ainda que dirigidos no mesmo sentido, contribuirão mais a dar á nação sabios distinctos e bons artistas, do que a espalhar no seu todo uma geral instrucção. Erão sem duvida as escolas que se devião submetter não só a um melhor methodo, mas tambem augmentar-lhe o numero para conseguir um tal intento. Esta falta nos dá a razão porque os Portuguezes depois de haverem feito tão assignalados progressos na instrucção individual, ficarão tão atrazados relativamente á maior parte dos Estados da Europa, no tocante á instrucção geral do povo.

A propagação dos principios de liberdade politica trouxe comsigo a necessidade da reforma da instrucção, principalmente da popular: ninguem duvida que o systema constitucional não póde subsistir sem a illustração do povo; por isso os governos liberaes tem dado a este objecto especial cuidado.

Depois de 1834, o governo nomeou uma commissão preparatoria dos trabalhos necessarios sobre a instrucção, os quaes não chegarão a ser publicados, porque em 1835 o ministro do reino creou para o fim de a dirigir um concelho supremo. Este todavia não póde continuar por ser estabelecido em Lisboa, e portanto indirectamente excluidos delle os professores da universidade—o corpo

litterario do paiz que em seu abono goza do prestigio da antiguidade, incontestavel credito de seu intrinseco merecimento e conceito dos pais de familia. Por occasião do movimento politico de 1836 foi encarregada a reforma de toda a instrucção ao vice-reitor da Universidade cujos trabalhos forão confirmados por decretos, e é nesta reforma que a antiga divisão foi substituida pela moderna de—*Ensino primario—secundario—e superior.*

A mudança politica em Janeiro de 1842 trouxe comsigo a reforma de todos ou quasi todos os regulamentos publicados durante o predominio do partido da revolução de Setembro. Em materias de instrucção, bastarião algumas emendas em poucos artigos, porém quiz-se publicar um codigo grande e pomposo, o que se effectuou no decreto de 20 de Setembro de 1844. (Veja-se a *Revista Academica*, pag. 355). Nesta reforma lançarão-se muitas disposições da anterior legislação sem outra differença senão de redacção; confirmarão-se outras por meio de simplices remissões, e misturarão-se outras novas de uma maneira confusa. O executor não póde prescindir de consultar continuadamente as anteriores, tendo além disso o trabalho de as combinar e pôr em accordo, o que nem sempre é facil.

Finalisaremos pois este artigo dando algumas noções sobre o ultimo estado da *Instrucção primaria* pelos annos de 1844 a 1845, referindo-nos á citada *Revista* pag. 357. Bem quizeramos possuir dados mais copiosos e modernos para esclarecer tão interessante materia. A sua systematica classificação é porém ainda entre nós mui recente, e muito irregular o trilho que nos podéra orientar sem discrepancia e acertadamente.

Por lei de 30 de Julho de 1839 forão creadas mais 100 escolas do governo, de fórma que em 1844 para 1845 o numero destas no continente era de 1,116 frequentadas

por 45,723 alumnos: as escolas particulares de que havia conhecimento official erão 1,084 frequentadas por 18,776, total dos alumnos no reino 64,499. Ora sendo a população do reino continental de 3:412,500 almas, vem os alumnos a estar na proporção de 1 para 52 no anno de 1844. * Em muitos paizes da Europa que passão por cultos, esta proporção não é maior: entretanto estamos bem longe de acreditar que o nosso povo seja instruido. Qual será então o motivo? — É porque grande numero dos alumnos das nossas escolas sómente figura na cifra da matricula, e pouco aproveita na instrucção. — As principaes causas desta falta de aproveitamento são: 1.ª a incuria e desmazelo dos pais que não promovem a assiduidade e adiantamento dos filhos; 2.ª a pouca capacidade litteraria dos professores, e a falta de zelo no cumprimento dos seus deveres, e 3.º a falta de bons livros elementares.

Nas ilhas, onde se tem seguido a pratica, digna de ser imitada, de applicar á instrucção primaria os sobejos dos rendimentos das confrarias e juntas de parochias, ha proporcionalmente maior numero de escolas particulares, não nos sendo possivel neste momento designar o numero total por falta de esclarecimentos. A despeza arbitrada de

---

* De autoridade competente acabamos de receber neste mez de Fevereiro de 1850 as seguintes informações officiaes, dignas de todo o credito a esse respeito.—Em Novembro de 1849 existem no continente do reino 1,173 cadeiras de instrucção primaria com 54,761 alumnos; 198 de secundaria com 2,719 ditos; 93 de instrucção superior com 2,364 ditos, e nas aulas particulares 23,062: total das cadeiras do governo 1,464, e dos alumnos incluindo os collegios particulares 82,906. Além disso ha mais 38 escolas regimentaes nos corpos de 1.ª linha, leccionadas pelos seus competentes capellães e 1.os sargentos, e frequentadas hoje por mais de 2,500 praças de pret e alguns paisanos, o que nos dá um total geral de alumnos das escolas primarias no reino de 85,406, isto é, 1 em cada 39 habitantes na proporção da população. Neste numero não entrão os que frequentão os estudos superiores e humanidades na universidade, os das escolas polytechnicas de Lisboa e Porto, os das academias de ambas, os do collegio militar, casa pia de Belém, &c.

1846 para 1847 para estabelecimentos de instrucção publica, scientificos, litterarios, de bellas artes e officios no reino e ilhas foi de 308:389$285 réis; hoje a verba relativa á instrucção primaria pouco excederá a 113 contos de réis em ambos.

Passaremos agora a fallar sobre o *Caracter physico e moral, usos e costumes* dos Portuguezes, porém do mais resumido modo, pois nos não é dado ser juiz em propria causa, além de que já no 1.° volume sobre essa materia delineámos alguns traços geraes, tratando individualmente das antigas provincias. A este respeito preferimos emittir a opinião de um illustre e bem informado estrangeiro, como seja Adriano Balbi, acrescentando o que julgarmos a proposito. Diz elle no 2.° vol. da sua Estatistica, a pag. 20, que são os Portuguezes geralmente bem conformados, porém de mediana altura e frequentemente de notavel robustez, quasi todos com olhos e cabellos pretos, a tez mais escura que a dos povos septentrionaes da Europa, compleição muito sadia, e entre elles se depara com diminuto numero de aleijados e disformes por natureza; póde-se até asseverar que quasi todos são fortemente constituidos. São geralmente formosas as mulheres, e seus principaes distinctivos consistem em ter cabellos e olhos pretos e brilhantes, dentes alvissimos, feições agradaveis, semblante regular, vivo e apaixonado, corpo bem proporcionado, airoso e elegante. Os homens mais corpulentos se encontrão em Tras os Montes, Alemtejo, e na montanhosa região da Beira: entre elles ha alguns com cabellos louros e até ruivos, e pelle muito alva, sobretudo nos districtos de Bragança, Braga e Vianna. O Alemtejão e Algarvio é geralmente mais moreno que alvo: ferve-lhe nas veias mais fogo e volubilidade meridional, não só em consideração ao seu clima e natureza do terreno que no excesso de calor não tem proporção com o das

outras provincias, mas tambem pelos seus particulares usos que ainda muito se resentem de seus proximos avós de seis seculos, os Mouros.

É o Portuguez essencialmente socegado e caridoso; a sua urbanidade e até polidez excessiva, sem mesmo exceptuarmos a classe indigente, é muito officiosa e se patentêa para com todos. Geralmente é mui devoto e aferrado á crença de seus pais, todavia não fanatico em materias religiosas, nem mesmo até quando seus Monarchas lhe davão o exemplo. A tolerancia religiosa de hoje que todos os cultos ou seitas encontrão neste paiz, é uma irrefragavel prova do seu adiantamento em civilisação e verdadeira tolerancia christãa, que infelizmente se não encontra ainda em nações europeas de primeira ordem. Outro tanto se não póde dizer a respeito das opiniões politicas, as quaes influindo mais directamente sobre os interesses e paixões individuaes, os impellem a excessos, tropelias e até atrocidades de que desgraçadamente se acha recheada a sua historia, sobretudo desde que as ideias ultramontanas modernas francezas e suas doutrinas perigosas invadirão este paiz. Só o partido dominante se considera habilitado aos empregos, ás honras, embora supplantasse outro da mesma communhão politica; por exemplo, o cartista é o encarniçado inimigo do setembrista, e este prefere unir-se ao miguelista para o derrubar, ao passo que o realista (bem que não entrasse ainda em campo), anathematisa a todos tres, nutrindo-se de suas utopias optimistas de um governo á semelhança da theocracia, onde um só impere despoticamente, sem condição dynastica. Após todos vem o energumeno republicano, o verdadeiro nivellador da liberdade e das fortunas, o eterno declamador contra tudo que é autoridade e ordem, e que por igualdade perante a lei interpreta a repartição de tudo quanto é dos outros, por elle e os seus

que geralmente nada tem. Felizmente para Portugal esses adeptos da purissima democracia tem encontrado no paiz bem poucas sympathias. Apezar porém de tantas fracções politicas em que se acha retalhado o povo, cumpre notar que todos gozão do privilegio de apregoar sem restricção nem estorvo ou publicar pela imprensa as suas opiniões e até de imprimir poemas sobre esta ou aquella entidade, embora inimiga da côr politica da ordem do dia, o que bem prova o espirito civilisado da nação.

Voltando porém ao assumpto enunciado, acrescentaremos que tem geralmente os Portuguezes muita aptidão para as sciencias e artes, e maximamente para a poesia, em cujo ramo tem produzido numerosos e excellentes modêlos, como adiante se verá quando se tratar da *litteratura*. Um genero em que muito se avantajão e esteve em moda até estes ultimos annos, é o das composições extemporaneas rimadas, que muito brilhavão nos outeiros, theatros e arraiaes: entre estes *improvisadores* de ephemera gloria, muitos houve e ainda ha iguaes aos melhores da Italia. Nas artes mechanicas e industriosas, após um longo e profundo lethargo, tem ultimamente feito notaveis progressos, e geralmente com facilidade imitão qualquer obra prima de manufactura estrangeira. Cultivão do mesmo modo com proficiencia e assiduidade as sciencias exactas, e de calculo, pois unem ao phlegma e paciencia dos povos do Norte a brilhante imaginação dos meridionaes. Póde-se-lhes dar como traços caracteristicos o serem geralmente circumspectos; constantes nas suas emprezas e na adversidade, leaes, fieis á sua palavra, amigos generosos e escrupulosos cumpridores de suas obrigações. Entre outras boas qualidades de que são dotados, nota-se a sua sobriedade no comer e beber, cousa que já notámos a pag. 144 e seg. ser um dos principaes elemen-

tos para formar boas tropas, o que effectivamente sempre distinguio o exercito portuguez quando commandado por bons officiaes. — As pessoas da primeira classe e burguezia abastada, tem adoptado o trajo e modas francezas, vestindo-se todavia quasi que só com fazendas inglezas; as classes inferiores fóra das capitaes porém, são essencialmente inimigas de innovações, e trajão á antiga portugueza. O sexo feminino da media e inferior sociedade conserva em todo o reino ainda um modo de trajar uniforme e simples: é este a *capa e lenço.* « Uma talentosa senhora estrangeira que ha pouco viajou no paiz, diz Ferdinand Denis, gaba muito as vantagens desse capote escuro que outr'ora foi tambem usado pelas senhoras da alta sociedade, e que em Lisboa ainda nos apresenta o antigo vestuario nacional feminino. Quando se está acostumado á sua uniforme e sombria côr, diz a senhora P. de F., fallando da *capa*, acha-se-lhe uma sympathica graça, certa dignidade, e que suas amplas pregas e dobras se deslizão com nobreza e garbo. Toda a pessoa que usa da *capa*, usa tambem do *lenço*, não póde ir um sem o outro. Este lenço é geralmente de bretanha ou cambraia, muito alva e gommada, com o qual as Portuguezas sabem arranjar um penteado encantador. Figuremo-nos uma floresta de abundantissimos cabellos, o mais das vezes de uma côr preta, resplandecente como azeviche, e outros de côr mais clara, porém sempre artistica e cuidadosamente atados em roda da cabeça: superior a estas numerosas tranças, um pente com a orla levantada como um diadema, e sobre esta especie de corôa esse lenço de alvissima cambraia, collocado levemente, por assim dizer de uma aeria maneira, afim de não occultar uma unica madeixa, um só anel de cabello, deixando-o todavia bem como a fronte e rosto ao abrigo do sol, como a alongada aba de um

chapellinho parisiense, porém infinitamente mais leve, gracioso e elegante. As duas extremidades deste lenço se reunem junto ao pescoço com um alfinete de ouro ou outro metal. Com este penteado, quasi todas as mulheres portuguezas parecem bonitas. »

O combate dos touros é o predilecto divertimento do povo; este barbaro passatempo data da mais remota antiguidade; a propria fidalguia nelle toma parte frequentemente, e capricha na arte de tourear tanto a cavallo como a pé. Não ha cidade, villa e até poucas aldeias no reino que não tenhão circo ou curro : os touros são em geral de excellente raça.

Se quizessemos classificar alguns caracteristicos aos habitantes das diversas regiões de que na Europa se compõe a monarchia, poderiamos citar os de Lisboa, Funchal, Porto, Coimbra e Ponta-Delgada como os mais instruidos e civilisados, como vizinhos de cidades onde mais que em nenhuma outra tem feito progressos a civilisação moderna. Os moradores de Entre Douro e Minho distinguem-se pelo seu espirito de industria, de ordem e tenacidade em fazer agricultar e prosperar a sua pequena provincia, escassa para tantos habitantes. Os de Tras os Montes são notaveis pela sua proverbial boa fé, simplicidade de costumes, aferro a seus antigos usos e modo de pensar; são no geral physicamente bem apessoados, e como taes os melhores soldados de cavallaria do exercito. A extrema riqueza vinhateira, de seda, gados, linho e fructos em que abunda a sua provincia, os compensa da sua frigidez em bastantes sitios de insalubre atmosphera. Os habitantes das duas Beiras são os que menos communicação tem com o resto do paiz por ser pouco transitavel por terra ou agua. É uma grande região e encerra povos de caracter e indole diversa : podem-se considerar no geral os mais atrazados em civi-

lisação e nos commodos da vida; é forçoso porém confessar que são honestos e honrados, valentes, activos, pacientes e laboriosos. Em muitas aldeias e povoações das varzeas e valles desta montanhosa provincia, se conserva ainda toda a innocencia e simplicidade dos antigos costumes, e os habitantes aturão e resistem com a maior constancia e esforço á sua intemperie e desabrido clima. Entre os corpos militares que fornece ao exercito os caçadores são considerados excellentes. Grande numero de camponezes beirões, transmontanos e minhotos, passão durante o inverno para a Estremadura e Alemtejo, onde se assugeitão aos mais penosos trabalhos campestres; alguns tambem vão para a Hespanha a prestar a mesma coadjuvação.

A Estremadura passa pela mais civilisada e rica de todas as provincias, bem como depois do Algarve a que goza de clima mais temperado; igualmente é constante e sadio. A fertilidade do terreno é geral, produzindo abundantemente cereaes, fructas e vinho, o que junto ao sal, constitue sua maior riqueza, e aos habitantes abundancia. Estes são geralmente sobrios, vigorosos, corpulentos, soffredores de improbos trabalhos e privações. O soldado extremenho houve sempre em distinctivo denodado valor no campo, excellente conducta civil e rigorosa disciplina: tem produzido distinctos corpos de infanteria e cavallaria. O Alemtejo é uma região quasi toda plana, em muitos sitios pantanosa e arenta, pelo menos a que fica nas adjacencias do Tejo e Sado, porém em varios lugares de extrema amenidade, frondosas matas de sovereiros e carvalhos, outras de arvores fructiferas, e por toda a parte fertil em cereaes, de que effectivamente é a provincia que mais produz, todavia nem metade do que podéra fornecer, o que principalmente se attribue á incuria e preguiça dos seus habitantes; accrescentemos

a isso a falta de estradas e canaes em tão dilatado espaço para o transporte dos generos, a aridez do solo e gráo de calor n'algumas partes, e a falta de população. Esta geralmente se acha atrasada em civilisação e industria mesmo caseira, por falta de communicações exteriores, donde lhe possão ser importadas uteis innovações. Esta provincia, apezar de ser defendida na raia hespanhola por muitas praças d'armas, nem por isso é mais defensavel por ser de extensa planicie onde a arma da cavallaria encontra vantajosa manobra. Tanto nesta arma como na de infantaria se tem sempre distinguido o soldado alemtejano, quasi que todos corpulentos, robustos, de extrema viveza, porém soffredores das maiores privações: mais de uma vez debaixo de marchas forçadas e de ardente calor se tem elle sustentado com um pedaço de pão mal preparado, e sardinha salgada quando a ha, e isto sem quebra de disciplina, nem murmurar. Um dos distinctivos deste povo é a sua seriedade, maneiras reservadas, e pouca disposição para fallar ou expansão communicativa, no que muito contrastão com os seus vizinhos Algarvios, cuja loquacidade e volubilidade são proverbiaes. É este pequeno reino dos Algarves limitado ao S., a O. e a E. por agua; possue numerosos portos, navios, trafico maritimo e pescarias, por isso tambem os melhores marinheiros de Portugal. Finalmente, o que sobre as provincias dos Açores e Madeira poderiamos dizer, já vai mais largamente expendido, bem como nas do reino em seus competentes artigos no 1.° vol. desta obra, para onde referimos o leitor.

ORDENS MILITARES OU DE CAVALLARIA EM PORTUGAL.

São estas ordens, corporações que primitivamente reunião aos votos religiosos as funcções da guerra, principalmente em Portugal, contra os Mouros em favor dos Christãos, e na Terra-Santa contra os Turcos em defesa de Jerusalem, dos santos lugares e dos peregrinos, na idade media. Essa necessidade induzio, pelos annos de 1050 os monges do mosteiro de Santa Maria ou do Hospital, na Palestina, a armarem-se, e depois da tomada da cidade santa pelos Cruzados em 1099 constituirão-se em corpo semi-religioso e militar com o titulo de Cavalleiros de S. João. Daqui se originárão differentes ordens, taes como a dos Templarios, do Santo Sepulcro, e a Teutonica. A consideração que adquirirão e sua influencia politica originárão successivamente as de Calatrava, S. Tiago, d'Alcantara, de S. Bento d'Aviz, da Torre e Espada, &c., e outras que já não existem. No decurso do tempo, estas confrarias militares, tornando-se corporações honorificas e poderosas, já com legados particulares, despojos de infieis e dadivas de Monarchas de quem erão geralmente seguro esteio, estes se aproveitárão da honra e vantagens que ellas conferião a seus membros, para com tal titulo recompensarem os seus subditos ou estranhos que se distinguião no ministerio civil, religioso, militar, nas sciencias, nas artes e na sua affeição. Essas instituições, originariamente filhas do enthusiasmo religioso, e nascidas no meio da anarchia e da ignorancia de calamitosos tempos para a humanidade, nelles servirão de refugio e protecção aos fracos e de terror aos criminosos ou inimigos. Sustentadas

pelo espirito de união que lhes formava o principal elemento e pelas heroicas proezas de seus membros que lhes realçavão o merecimento, prestárão ellas importantes serviços aos paizes onde se achavão estabelecidas, mas principalmente a Hespanha e Portugal na expulsão dos Mouros. Vierão porém a decahir com o lapso do tempo esses seus votos e exercicios, e as insignias dellas se convertêrão em moeda honorifica com que hoje se pagão serviços.

As ordens militares existentes hoje em Portugal são seis, a saber: *S. Bento d'Aviz, Christo, Conceição, S. Thiago, Torre e Espada* e *Santa Isabel Rainha de Portugal.* Oito erão as que se extinguirão ou se aggregárão á corôa, como adiante veremos, a saber: as de *Malta, Templarios, S. João do Pereiro, Ala* ou *Aza de S. Miguel, Madre Silva, Namorados,* da *Espora* e da *Frecha.*

ORDENS EXISTENTES EM PORTUGAL.

Ordem de S. Bento d'Aviz.

Teve principio esta ordem militar, uma das mais antigas da monarchia, pela união de alguns cavalleiros portuguezes que em prol do altar e do throno fizerão tantas obras valorosas, pelejando contra os Mouros na acção de Campo d'Ourique, tomada de Lisboa, de Evora, e n'outras occasiões, que, conhecendo D. Affonso Henriques quão proveitosa seria esta liga para a conquista do reino, a instituio e regularisou em 1147 concedendo-lhe decentes rendas. Para este fim reunindo um concilio de bispos em Coimbra em 1162, presidido pelo legado do papa Alexandre III, estes lhe derão a regra de S. Bento com a reforma da de Cister, e elegêrão por 1.° mestre desta nova milicia a

D. Pedro Affonso, irmão natural do Rei. Foi progredindo esta confraria militar, então com o nome de *ordem nova*, e como fôra tomada Evora por ardil de Giraldo Sem Pavor, para ahi a transferio D. Affonso Henriques, e lhe assignou uma parte da cidade onde os freires construirão uma torre chamada ainda hoje da *Freiria*, e nella possuião um bairro, e edificárão igreja e hospital para os feridos dos combates que de continuo tinhão com os Mouros, pelo que se ficárão intitulando Cavalleiros da *Ordem de Evora*. Como porém D. Pedro Affonso entrasse monge em Alcobaça, elegêrão por mestre a Gonçalo Viegas, que foi o 1.° que por sua eleição tiverão os freires. Alguns annos depois, vendo El-Rei que a ordem hespanhola de Calatrava fôra confirmada pelo Papa em 1164, e a de Evora ainda o não estava, determinou reduzi-la á obediencia de Calatrava, o que conseguio ficando os cavalleiros da ordem de S. Bento sujeitos á visitação do Castelhano, presidindo nas suas eleições, e mandando-lhe executar os estatutos convenientes ao seu bom governo. Morto Gonçalo Viegas, foi eleito em seu lugar D. Fernando Annes, o qual fez tão renhida e implacavel guerra aos infieis, que lhes conquistou muitos lugares fortificados. Foi este mestre de grande nome e temor dos Mouros, pois ficára entre elles por muitos annos em proverbio, e quando rogavão alguma praga, julgavão que era a maior dizer: « golpe de Fernando Annes te alcance. » Porém já a morada de Evora não era conveniente á observancia dos cavalleiros por ficar afastada do povoado de infieis; por isso resolveu o Mestre buscar outro mais mettido entre o inimigo. Com este deparárão junto a um rio, em sitio alcantilado, 8 leg. ao Norte de Evora, e como vissem pousadas n'uma arvore duas aguias ou grandes *aves* (segundo consta da tradição), e tendo-as por favoraveis agouros, ahi lançárão os alicerces de uma fortaleza que

das aves tomou o nome de *Aviz*, e para ella se passou a ordem em 1213, separando-se inteiramente da de Calatrava, eximindo-se da subordinação della, para o que precedêrão muitas representações; porém D. João I que fôra Mestre de Aviz antes de ser Rei, impetrou do papa perpetua isenção para esta ordem, e se alcançou no reinado de seu filho D. Duarte, pela qual ficou livre da de Calatrava.

D. Frei Fernando Rodrigues de Siqueira, 24.° Mestre da ordem de Aviz, acclamado em 1386 em substituição do infante D. João, que passou a ser Rei, 1.° do nome, foi o ultimo que por eleição della subio a essa dignidade. Por sua morte, em 1434, tratou El-Rei D. Duarte de prover no mestrado o infante D. Fernando, seu irmão, o qual foi o 1.° *governador* e *administrador* da ordem. Em 1443 morrendo captivo em Fez, succedeu-lhe seu sobrinho D. Pedro, filho do infante do mesmo nome, duque de Coimbra, e por sua morte passou a administração a El-Rei D. João II, que cedeu della em favor de seu filho D. Affonso. Succedeu-lhe finalmente D. Jorge, filho bastardo do mesmo D. João II, e por sua morte se annexárão na corôa os Mestrados das ordens militares do reino, tomando os Reis o titulo de perpetuos administradores dellas.

Era o habito dos freires d'Aviz um escapulario curto com capello preto. Innocencio VI transmutou o capello em cruz verde, expedindo em 1352 um breve pelo qual ordena que tragão a cruz verde sobre o peito esquerdo em fórma de flôr de liz, visto ser o escapulario embaraço para as armas. Usavão, além da cruz, de um habito branco, roçagante, e o remate da fimbria posterior mui comprido. O patrimonio desta ordem consistia em 49 commendas mui rendosas, tanto dentro como fóra do Mestrado, e 18 villas.

Ordem de Christo.

No anno de 1311 o papa Clemente V abolio em toda a christandade a ordem dos Templarios a rogos de Philippe o Bello Rei da França, afim de, elle Rei, apossar-se de suas immensas riquezas, precedendo contra elles, atrozes castigos. Não aconteceu porém o mesmo n'outros paizes, onde, reconhecida a innocencia desses defensores da fé, permittio-se-lhes mudar de nome, e seus bens ou lhes forão conservados ou doados ás ordens de S. João de Jerusalem, á de Calatrava, e em Portugal a uma que a substituio, a qual é a de que agora fallamos.

Oppôz El-Rei D. Diniz á bulla de exterminio dos Templarios, vinda de Roma, uma vontade cheia de dignidade e energia; pois, apezar dessa ordem de condemnação, forão só os seus bens incorporados aos da coróa, tanto que, quando os Templarios portuguezes, declarados innocentes, regressárão á patria, forão-lhes pouco a pouco restituidos a titulo de doações; o seu nome distinctivo não foi até abolido, pois ficárão designados com o de *quondam milites* ou antigos Templarios; e quando mais tarde em 1319 segunda bulla ordenava a formação de outra ordem de cavalleiros em Portugal, a de *Christo (militiæ Christi)* substituio a do Templo, sem que seus membros mudassem de denominação, havendo-se anteriormente sempre considerado sustentaculos da Cruz ou do Templo.

Concedeu-lhes mais D. Diniz para estabelecimento de sua ordem a praça de Castro Marim no Algarve, donde, tanto por mar como por terra podião fazer guerra aos Mouros d'Africa e de Granada. Foi ahi seu 1.° Mestre D. Gil Martins, que o era então da ordem de Aviz, e veio nomeado pelo papa João XXII, querendo que

entrasse logo nesta nova milicia, habil varão para a instruir. Este publicou as suas primeiras constituições em 1321: cinco annos depois fez outras o 2.° Mestre D. João Lourenço, e o mesmo continuárão seus successores, additando e renovando as cousas conforme exigia o tempo, até que em 1443, sendo governador da ordem o infante D. Henrique, seu principal ampliador, lhe accrescentou outras definições com que se ficou governando. Havia-se porém já em 1356 transportado a ordem de Castro-Marim para Thomar, por ser essa villa de pouca povoação e custosa de fortalecer, e esta haver sido convento e cabeça da ordem dos Templarios, e estar situada no centro do reino, donde facilmente se podia prover aos seus compromissos e capacidade do edificio, que ainda hoje é o mais vasto de Portugal, bem que fôra augmentado no decurso do tempo. (Veja-se *Thomar*, no 1.° vol.) Desde esta época ficou ella sendo cabeça da ordem militar de Christo.

Voltando porém ao infante D. Henrique, duque de Viseu, foi o primeiro que a administrou com o titulo de *governador*, não querendo fazer profissão do voto de pobreza para não perder o ducado e mais senhorios que lograva. Com o mesmo titulo lhe succedeu o infante D. Fernando, seu sobrinho, irmão d'El-Rei D. Affonso V, e a elle seus tres filhos D. João, D. Diogo e D. Manoel, o qual conservou o governo da ordem em todo o tempo do seu reinado. Por sua morte a administrou El-Rei D. João III, até que, por bulla de 1551, lhe foi conferido e a todos os seus successores na corôa, ainda que femeas, a administração perpetua dos Mestrados das ordens militares do reino.

É o habito dos cavalleiros uma cruz vermelha quasi quadrada, fendida no meio por outra branca, differindo só da antiga dos Templarios por ser esta toda verme-

lha. Não só teve esta ordem um consideravel patrimonio dentro do reino, mas tambem se estendia a sua jurisdicção a todas as conquistas e descobrimentos de Portugal, de que foi devedor ao immortal infante D. Henrique, sendo as primeiras as ilhas de Porto Santo e Madeira. El-Rei D. Duarte, seu irmão, ponderando os grandes dispendios que elle fizera no descobrimento, povoação e culto destas ilhas, lh'as doou por tempo de sua vida, concedendo á ordem de Christo a perpetua jurisdicção espiritual dellas. Nos mais descobrimentos e conquistas que se principiárão debaixo do estandarte da ordem e com os cabedaes do mesmo infante, se patenteou ao mundo quanto ella valia, e os Reis que tinhão a esta milicia por sua, a honrárão e enriquecêrão mais que a nenhuma, dando-lhe 21 villas e lugares, e 454 commendas.

Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa-Viçosa.

Pela occasião da sua exaltação ao throno em 1818 creou o Principe Regente D. João VI esta ordem a 6 de Fevereiro, por ser igualmente anniversario, que celebra a igreja, da immaculada Conceição da Virgem, Protectora do reino: para séde de cabeça da mesma ordem, lhe cedeu a collegiada dessa invocação sita em Villa-Viçosa no Alemtejo e pertencente á casa de Bragança. Compõe-se de Gran-cruzes effectivos, que são todas as pessoas Reaes de ambos os sexos; 12 grão-cruzes honorarios; 40 commendadores; 100 cavalleiros, e dos serventes que o Monarcha quizer nomear.

Tem sempre sido os Monarchas e fidalgos portuguezes muito devotos desse mysterio; por isso não admira que a eximia piedade de D. João VI lhe erigisse uma ordem

militar. Abaixo transcrevemos sobre este assumpto um paragrapho do *Ann. hist. de Frei Francisco de S. Mar.*, tom. 1, pag. 383: « No anno de 1640, a 25 de Março, celebrando-se em Lisboa Côrtes dos Tres Estados do reino, jurou El-Rei D. João IV e com elle os tres Estados defenderem, com dispendio até da propria vida, se necessario fosse, a conceição immaculada da mãi de Deos, impondo pena de desnaturalisação a toda a pessoa que tivesse a consciencia menos pia, e elegeu a mesma Senhora neste glorioso ministerio, Protectora e Defensora de Portugal, fazendo-lhe a monarchia tributaria por si e seus successores em 50 cruzados de ouro cada anno, applicados para a igreja parochial de Villa-Viçosa, a qual se affirma ser a primeira que se edificou nas Hespanhas com o titulo de *Conceição.* » Antonio de Souza de Macedo, fallando no mesmo assumpto, passa a descrever a inscripção commemorativa dessa deliberação do Rei e das Côrtes, para ser esculpida sobre as portas das cidades e fortalezas, o que ainda em muitas se conserva e foi composta pelo mesmo Macedo. Em 1717 expedio D. João V cartas regias aos prelados mitrados para que em suas dioceses se celebrasse a festividade annual em commemoração do mesmo mysterio; iguaes ordens havião já desde a sua installação sido remettidas ao corpo cathedratico de Coimbra para o mesmo juramento.

Ordem da Torre e Espada.

Havendo o papa Calixto III proclamado em 1458 uma cruzada contra os Turcos, mandou El-Rei D. Affonso V preparar uma forte armada para concorrer na empreza, porém que não teve effeito pela morte do pontifice, e para esse fim se cunhou pela primeira vez *cruzados* em

Portugal, do primeiro ouro que tinha vindo de Guiné. El-Rei, para aproveitar as grandes despezas feitas com esse armamento, resolveu emprega-lo contra os Mouros d'Africa, e auxiliado pelo infante D. Henrique, foi em pessoa com uma poderosa armada de 200 embarcações e 20,000 combatentes pôr cerco a Alcacer Ceguer ou Quebir, que immediatamente tomou. Por tres vezes consecutivas tentárão os Mouros recobrar a praça, mas outras tantas forão valorosamente repellidos. Nesta conjunctura (1459) creou D. Affonso a ordem militar da *Torre e Espada*, para condecorar os cavalleiros que fossem ás conquistas d'Africa, com a qual brevemente teve occasião de recompensar aos que com elle lá passárão á tomada de Arzila e Tanger. Sendo esta ordem extincta pouco depois, ou se não fazendo mais uso della para os fins creados, foi de novo instaurada pelo Principe regente D. João a 29 de Novembro de 1808, para condecorar os militares não catholicos a quem a differença de religião não permittia usar dos distinctivos das outras ordens do reino: a sua condecoração é uma fita azul clara.

Na regencia de D. Pedro, por alvará de 28 de Julho de 1833 foi de novo reformada esta ordem, a qual desde então se ficou intitulando: *Antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito.* Hoje é a mais nobre e estimada de todas as do reino, e é concedida a pessoas de todas as religiões e profissões, mórmente á do exercito e marinha.

Ordem de S. Thiago da Espada.

É de fundação castelhana, de D. Ramiro I ou de D. Fernando o Magno, e foi introduzida em Portugal por D. Affonso Henriques, o qual, vendo o auxilio que a invo-

cação do apostolo S. Thiago operava nos exercitos dos Christãos contra os Mouros, começou a invoca-lo na tomada de Santarem, e agradecido da victoria, admittio e favoreceu a sua milicia, concedendo-lhe muitas terras e commendas. Seu filho Sancho I lhe fez mercê das villas de Palmella, Alcacer do Sal, Arruda e Almada. Nos dous reinados seguintes augmentou-se ainda consideravelmente a ordem, porque então florescendo seu Grão-Mestre D. Paio Peres Corrêa, e ganhando aos Mouros quasi todo o Algarve, forão-lhe doadas muitas das suas terras.

O seu primeiro assento foi em Lisboa no mosteiro de Santos o velho, onde permanecêrão os freires até D. Affonso II; então se mudárão para Alcacer, sendo esta villa ganha aos infieis; dahi passárão para a de Mertola, até que em 1482 se estabelecêrão no convento de Palmella, o qual ficou sendo cabeça da ordem. Andou porém ella sempre sujeita á de Castella, apezar das suas representações para a separação, até que finalmente em 1320, a rogos de D. Diniz, o papa João XXII a eximio dessa obediencia. Contava ella já 15 Grão-Mestres, quando D. João II fez mercê do Mestrado a seu filho bastardo D. Jorge em 1492. Por sua morte se incorporou na corôa, reinando D. João III em 1522, e assim tem continuado até o presente.

O habito dos cavalleiros era uma espada corôada em fórma de cruz rôxa sobre manto branco ou vestidos ordinarios. O patrimonio da ordem abrangia 47 villas e lugares com 150 commendas, 75 igrejas e muitos beneficios.

Ordem de Santa Isabel Rainha de Portugal.

Foi instituida em 1801 pela então princeza D. Carlota Joaquina, esposa do principe D. João, que ao depois foi

Rei, 6.° do nome, e por elle autorisada como regente que era. Devia condecorar unicamente 26 damas da alta nobreza. Hoje é raramente distribuida.

ORDENS QUE HOUVE EM PORTUGAL E HOJE SE ACHÃO EXTINCTAS.

Ordem de Malta ou de S. João de Jerusalem.

Esta mais antiga de todas as ordens militares foi instituida em Jerusalem por Godofredo de Bouillon em 1100, e introduzida em Portugal pelo conde D. Henrique, e seu filho D. Affonso Henriques lhe fez grandes doações, obrigando-a, como ás outras ordens, a auxilia-lo com gente de pé e de cavallo contra os Mouros; consta tambem que enviára uma dadiva de 80 mil dinheiros de ouro ao hospital de Jerusalem afim de assistir aos seus enfermos.

Desde a sua introducção no reino se constituio em priorado separado, que com o de Castella formavão a *lingua* (nações de que se compunha a ordem) de Castella e Portugal, das oito que continha. Os cavalleiros que nelle tinhão o governo se chamavão *Priores do Hospital*, e D. Frei Ayres foi o 1.°, e a quem D. Affonso Henriques concedeu varios privilegios em 1157; porém em 1340 no tempo do grão-mestre Ville-Neuve, mudárão esse titulo no de *Prior do Crato*, sendo o 1.° que assim se chamou D. Alvaro Gonçalves Pereira, tronco da Real casa de Bragança. Trinta e cinco Grão-Priores se contão até á sua extincção em 1834, e entre elles muitos varões celebres. Desde ha muito havia esta dignidade sido exclusiva dos infantes, como o forão successivamente os principes D. Francisco, D. Pedro depois Rei, D. João depois 6.° do nome, D. Pedro depois Imperador e D. Miguel seu irmão: gozavão das honras de conde quando as não tinhão maiores.

A Rainha D. Maria I.ª, por decreto de 1790, ordenou que a administração do Grão-Priorado do Crato ficasse para sempre incorporada á casa do Infantado, passasse sem interrupção ao primogenito que a administrasse, e que se o infante viesse a subir ao throno, passasse ao 2.º, e extinguindo-se a linha directa deste, volvesse outra vez para o filho 2.º do Rei, de modo que o administrador da casa do Infantado seria Grão-Prior sem nova concessão.

Este priorado do Crato, quasi todo situado no Alemtejo, comprehendia 18 leguas de comprido, 9 de largura e 56 de circuito, com 13 villas nas cercanias da do Crato, além de outros lugares, 5 balliados e commendas, em que o Grão-Prior e a Assembléa exercião toda a jurisdicção civil, ecclesiastica e apresentação das justiças. As suas 25 commendas erão lotadas em 33 contos de réis, porém rendião muito mais; as rendas do Grão-Prior andavão por 24 contos, de que pagava 2:400$000 ao thesouro de Malta. Estas commendas forão totalmente abolidas pelo decreto da extincção dos dizimos, de 30 de Julho de 1832, e executado em 1834, o qual mandou administrar pela junta dos juros todas as commendas da ordem de S. João de Jerusalem. Todos os mais direitos, jurisdicções e regalias, tem sido inteiramente extinctos por diversas disposições legislativas. Entre os Grão-Mestres que governárão a ordem de Malta, houverão 4 portuguezes a saber: D. Affonso de Portugal, filho natural d'El-Rei D. Affonso Henriques; D. Luiz Mendes de Vasconcellos; D. Antonio Manoel de Vilhena e Manoel Pinto da Fonseca. O habito dos freires ou cavalleiros de Malta era uma tunica preta com cruz de panno branco oitavada, sobre o lado esquerdo, de cujo hombro lhe pendia um cordão de seda preto e branco, e nelle bordados ou figurados os mysterios da paixão.

Ordem da Ala ou da *Aza de S. Miguel.*

Foi instituida por El-Rei D. Affonso Henriques, no anno de 1167 ou 1171, em Alcobaça, para commemorar a grande victoria que alcançou sobre os Mouros em Santarem, á intervenção de cujo santo a attribuio, pois fôra visto, no dizer dos chronistas nesse mesmo dia, que era o da sua apparição, a 8 de Maio, coberto de uma aza pelejando em seu auxilio. Os cavalleiros trazião por insignia uma aza purpurea cercada de raios de ouro. Era sua vocação defender a religião chistãa, e as fronteiras do novo reino, guardar castidade e proteger viuvas e orphaõs. Acabou esta ordem com a vida de seu instituidor.

Ordem da Frecha.

Foi instituida por El-Rei D. Sebastião em 1576 em commemoração do Santo do seu nome, denominado o Defensor da Igreja Romana, em cujo intuito soffreu cruel martyrio no anno de 288, asseteado pelas guardas do Imperador Maximiano. Começou o dito Monarcha a fundar um templo para cabeça da ordem junto á alfandega de Lisboa, do qual hoje não ha memoria. A unica que ainda póde existir dessa instituição se acha no templo de S. Vicente de Fóra, pois nelle pelos frizos ha frechas aspadas. Com effeito, segundo João B. de Castro, no seu Mappa, a pag. 443 do 3.° vol., se encontra o seguinte: « Philipe II em 1582 mandou demolir uma igreja que D. Sebastião tinha começado á borda do Tejo na ponta do Terreiro do Paço, &c., a qual parecendo incongruente para o serviço divino naquelle sitio, applicou os seus

materiaes e consignação para reedificar o templo de S. Vicente extra-muros. » Não consta ter-se chegado a formar esta ordem em consistorio nem mesmo apresentar membros designados.

Ordem de S. Julião do Pereiro.

Segundo o que diz João B. de Castro no 2.° vol. do Mappa, a pag. 48, teve por autor esta ordem a um ermitão portuguez chamado Amando, no tempo do conde D. Henrique, o qual vivia n'uma ermida junto do rio Coa e da villa do Pereiro, termo de Pinhel, o qual aconselhou a erecção desta ordem de cavallaria a um nobre mancebo por nome D. Sueiro, que foi seu 1.° superior. Passou-se depois esta milicia para Castella e existe hoje florescente com o titulo d'*Alcantara* ou de *S. João*. É esse o motivo por que aqui a mencionamos.

Ordem dos Templarios.

Foi esta ordem militar e religiosa a mais celebre que houve no orbe christão e que tanto brilhou em valentia como em opulencia, fundada em 1118 em Jerusalem. Distribuida por todos os paizes christãos, entrou em Portugal em 1126, onde foi seu 1.° Mestre D. Galdim Paes, natural de Braga. O lugar que começárão a habitar foi a villa de Castro-Marim e depois o vasto edificio de Thomar; veja-se pag. 448 e 449 do 1.° volume. Neste reino teve esta milicia muitas commendas e bens de raiz, até que o papa Clemente V, por varias queixas que houve dos cavalleiros, principalmente dos existentes em França, extinguio esta ordem militar em 1311. Os que existião em Portugal

não forão comprehendidos nessas accusações, porém como a instituição ficou abolida, forão-lhes confiscados os bens, e quasi todos os freires passárão para a nova ordem de Christo que em seu lugar estabeleceu El-Rei D. Diniz. Veja-se o mesmo artigo a pag. 182.

Ordens da Madre-Silva e *Ala dos Namorados.*

Teve principio a primeira, no reinado de D. João I em uns moços fidalgos que com beneplacito do Monarca tomárão por divisa a flôr da madre-silva, e com este distinctivo de união se distinguirão em acções valorosas. —A ordem da *Ala dos Namorados* começou tambem na mesma época, e constava de uma sociedade de fidalgos portuguezes, que na batalha d'Aljubarrota se formou tomando por distinctivo uma bandeira verde que symbolisava com os seus pensamentos cheios de esperança, os quaes consistião em defender sempre valorosamente o posto que na campanha se lhes confiasse: acabou com seus instituidores. Na opinião de bons escriptores portuguezes, não devem estas duas instituições adventicias ser consideradas ordens militares regulares.

GENEALOGIA DOS REIS, RAINHAS, PRINCIPES E PRINCEZAS

QUE TEM HAVIDO EM PORTUGAL ATÉ O TEMPO PRESENTE.

A Lusitania foi successivamente sujeita aos Phenicios, Carthaginezes, Romanos, Alanos, Suevos, Godos e Sarracenos; estes ultimos nella dominarão perto de 4 seculos. Porém, desde que se apoderárão da Hespanha, logo D. Pelaio, principe godo, pelos annos de 718 da éra

christãa lhes resistio nas Asturias, e lançou os fundamentos do reino de Castella e Leão, cujos successores em contínua guerra com os Sarracenos tomárão e perdêrão repetidas vezes as principaes terras da Lusitania. D. Affonso V e D. Fernando o Magno nella forão fazendo permanentes conquistas, e então se lhe deu o nome de Portugal (veja-se os artigos *Gaia* e *Porto* no 1.° vol.), que conservou sempre unido á corôa de Leão, com incerto territorio desde o Norte do Mondego ao Minho, e o forão governando até D. Affonso VI, que em 1092 ou 1093 o deu ao Conde D. Henrique em dote com sua filha D. Thereza.

Foi pois este Conde Soberano, o 1.° Monarcha de Portugal independente, e como tal o consideramos neste catalogo, apezar de não ter gozado do titulo de Rei.

Antes de entrarmos na seguinte nomenclatura, notaremos uma curiosa e rarissima anomalia, e vem a ser: que de todas as corôas Reaes da Europa, sendo a de Portugal uma das mais antigas, a qual conta 757 annos de existencia (de 1093 a 1850), e uma successão de 31 Monarchas, só apresenta 5 herdeiros primogenitos varões, e destes mesmos se póde dizer que só dous forão indubitaveis herdeiros primogenitos e possuidores do throno, porquanto: sendo o 1.° desse numero D. Affonso Henriques, não gozára seu pai da dignidade Real, mas só da de Conde Donatario; portanto não é incluido no catalogo dos Reis. Accresce, além disso, que diversos autores o dão como filho 2.° do mesmo Conde D. Henrique, e nascido antes de se apossar das terras da doação; em todo o caso não foi seu pai Rei de facto nem de direito, mas só Conde Soberano de Portugal, e dependente de seu sogro. — Vem depois D. Affonso II, primogenito de D. Sancho I, e após elle D. Sancho II, o qual porém foi desthronisado pelo Papa, pelas Côrtes e por seu irmão que lhe succedeu; temos portanto que só reinou temporariamente. —

É o quarto D. Philippe IV de Hespanha, cujo reinado foi igualmente temporario. Finalmente os dous unicos Monarchas primogenitos que entre os 31 chegárão a reinar em Portugal, sem interrupção ou duvida, forão D. Affonso II, filho de D. Sancho I, e D. Affonso IV, filho de D. Diniz.

Na casa de Bragança, porém, que desde 1640 subio ao throno, ainda não houve o exemplo do filho primogenito varão chegar a herdar a corôa. Só na linha feminina se verificou a successão na pessoa da Rainha D. Maria I. — É igualmente curioso que no ramo primogenito desta dynastia, que passou para o Brasil, tenha acontecido o mesmo, pois que o 1.° Imperador nominal D. João VI, morreu só Rei de Portugal; o fundador do imperio acabou como particular; seu herdeiro presumptivo, o Principe D. João, morreu sem herdar, e os dous herdeiros varões do actual Imperador tem sido arrebatados da vida em sua mais tenra infancia.

As dynastias que em Portugal tem reinado são tres. A 1.ª começou com o intrepido Conde D. Henrique e acabou no effeminado D. Fernando em 1383: é esta a dos *Henriques*. Deu nome e origem á 2.ª o Grão-Mestre de *Aviz*, D. João I, o heroico, o valoroso Rei escolhido do povo, e acabou em 1580 na pessoa do fraco e decrepito Cardeal-Rei D. Henrique. Começou a 3.ª, a de *Bragança*, no 8.° Duque do mesmo titulo, D. João, 4.° do nome, em 1640, e hoje reina felizmente em Portugal, sendo o seu varão primogenito o Imperador do Brasil. Não fallaremos na dos tres intrusos Philippes por ter sido transitoria.

O Conde *D. Henrique de Borgonha*, 1.° Monarcha de Portugal. Foi o tronco dos Reis portuguezes; casou em 1092 ou 1093 com:

D. Tareja ou Thereza, Castelhana, que morreu em 1130, e jaz na Sé de Braga. Teve os seguintes filhos:

D. Affonso Henriques, Successor.
D. Sancha Henriques, Casada com Fernão Mendes, Senhor de Bragança.
D. Urraca, Casada com o Conde de Transtamara D. Bermudo Paes.
D. Thereza, Casada com D. Sancho Nunes.
D. Pedro Affonso, *Filho natural* do Conde D. Henrique.

D. Affonso Henriques o Conquistador, 2.° Monarcha de Portugal e seu 1.° Rei.

Nasceu em Guimarães em 1109, foi acclamado Rei em 1139, e morreu em 1185; jaz em Santa Cruz de Coimbra; casou com:

D. Mafalda, filha de Amadeu 3.° Conde de Saboia, em 1146, e morreu em 1157; jaz em Santa Cruz de Coimbra. Teve os seguintes filhos:

D. Henrique, Primogenito, morto menino.
D. Sancho, Successor.
D. Urraca, Rainha de Castella.
D. Mafalda.
D. Thereza, Condessa de Flandres.
D. Sancha, D. Henrique e D. João morrêrão meninos.

Filhos naturaes de D. Affonso Henriques.

Fernando Affonso, Alferes mór do reino.
D. Affonso, Grão mestre da ordem de S. João de Jerusalem.
D. Urraca Affonso, Casada com D. Pedro Affonso Viegas, neto de D. Egas Muniz.

D. Sancho I o Povoador, 3.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Coimbra em 1154, e reinou desde 1185 a 1211 em que morreu; jaz em Santa Cruz de Coimbra. Casou com:

D. Dulce, filha de D. Ramon Berenguer, Conde de Barcelona e Principe de Aragão em 1175, a qual morreu em Coimbra em 1198, e jaz em Santa Cruz. Filhos que teve:

D. Constança.
D. Thereza, Beata, Rainha de Leão.
D. Sancha, *Santa*, Senhora d'Alemquer.
D. Affonso, Successor.
D. Pedro, Conde de Urgel.
D. Fernando, Conde de Flandres.
D. Henrique.
D. Raymundo.
D. Mafalda, Rainha de Castella.
D. Branca, Senhora de Guadalaxara.
D. Berenguella ou Berengaria, Rainha de Dinamarca.

Filhos naturaes de D. Sancho I.

D. Martim Sanches.
D. Urraca Sanches.
D. Rodrigo Sanches.
D. Gil Sanches.
D. Nuno Sanches. } Mortos em tenra idade.
D. Maior Sanches. }
D. Constança Sanches.
D. Thereza Sanches.

D. Affonso II o Gordo, 4.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Coimbra em 1185, e reinou desde 1211

até 1223, em que morreu na cidade de Coimbra, e jaz em Alcobaça. Casou com:

D. Urraca, filha de D. Affonso IX de Castella em 1201, morreu em Coimbra em 1220, e jaz em Alcobaça; teve:

D. Sancho, Successor.
D. Affonso, Conde de Bolonha, Successor.
D. Leonor, Rainha de Dinamarca.
D. Fernando, Senhor de Serpa.
Filho natural João Affonso.

D. Sancho II o Capello, 5.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Coimbra em 1202 (outros pretendem que em 1209), e reinou desde 1223 até 1245 em que foi deposto por bulla do Papa, e os Tres Estados do reino; morreu em Toledo em 1248. Casou com:

D. Maria Lopes de Haro, filha de D. Lopo de Haro, Soberano da Biscaia. Sem descendencia.

D. Affonso III o Bolonhez, 6.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Coimbra em 1210, foi acclamado em 1245, e morreu em Lisboa em 1279; jaz em Alcobaça. Casou pela primeira vez com:

Matilde, Soberana de Bolonha em França, de quem teve dous filhos; de um delles se dizia descendente Catherina de Medicis, para pretender a corôa de Portugal em 1580; sabe-se só com certeza de uma filha chamada D. Joanna. Acclamado Rei repudiou a 1.ª mulher e casou, durante a vida della, em 1253, com:

D. Brites, filha de D. Sancho IV de Castella, que morreu em Lisboa em 1303, e jaz em Alcobaça. Teve:

D. Branca, Abbadeça dos mosteiros de Lorvão e Huelgas.
D. Fernando, Morto menino.
D. Diniz, Successor.
D. Affonso, Senhor de Portalegre.
D. Sancha.
D. Maria, Freira em Santa Cruz de Coimbra.
D. Vicente e D. Fernando, Mortos meninos.

Filhos naturaes de D. Affonso III.

D. Affonso Diniz.
D. Martim Affonso Chichorro.
D. Fernando Affonso, Templario.
D. Gil Affonso, Dito e Balio da igreja de S. Braz em Lisboa.
D. Rodrigo Affonso.
D. Leonor Affonso.
D. Urraca Affonso.
Leonor Affonso, 2.ª, Freira em Santa Clara de Santarem.
D. Urraca Affonso, 2.ª, Dita no mosteiro de Lorvão.
D. Henrique Affonso (duvidoso).

D. Diniz o Lavrador, 7.º Monarcha de Portugal. Nasceu em 1261 em Lisboa, e reinou de 1279 a 1325. Morreu em Santarem e jaz no convento de S. Dionizio de Odivellas junto a Lisboa. Casou com:
D. Isabel, a *Santa*, em 1282, a qual morreu em Estremoz no anno de 1336, e jaz em Santa Clara de Coimbra. Era filha de D. Pedro III o Grande, Rei de Aragão. Teve:

D. Constança, Rainha de Castella.
D. Affonso, Successor.

Filhos naturaes d'El-Rei D. Diniz.

D. Affonso Sanches, Senhor de Villa do Conde e outras.
D. Pedro Affonso, Conde de Barcellos, Alferes mór do Reino, e autor do celebre Nobiliario das familias nobres de Portugal e Hespanha.
D. Pedro Affonso, 2.° do mesmo nome.
D. João Affonso, Mordomo da Rainha Santa Isabel.
Fernão Sanches de Briteiros.
D. Maria Affonso. Morreu freira em Odivellas, e outra do mesmo nome, fundadora da igreja de Santa Marinha de Lisboa.

D. Affonso IV o Bravo, 8.° Monarcha de Portugal.
Nasceu no anno de 1291 em Coimbra, e reinou de 1325 a 1357, no qual morreu em Lisboa e jaz na Sé da mesma.
Casou em 1309 com:
D. Brites, filha de D. Affonso X de Castella, a qual morreu em 1359 na cidade de Lisboa, e jaz na Sé da mesma.
Teve os 7 filhos seguintes:

D. Maria, Rainha de Castella.
D. Affonso, Diniz } Morrêrão meninos.
D. Pedro, Successor.
D. Isabel, D. João } Morrêrão meninos.
D. Leonor, Rainha de Aragão.

D. Pedro I o Justiceiro, 9.° Monarcha de Portugal.
Nasceu em Coimbra no anno de 1320 e reinou de 1357

a 1367, no qual morreu em Estremoz, e jaz em Alcobaça junto com a segunda esposa. Casou com:

D. Constança, Castelhana, filha do Duque de Penafiel e Marquez de Vilhena, em 1340, e morreu de parto do Infante D. Fernando em 1345 em Santarem; jaz no convento de S. Francisco da mesma villa. Em segundas nupcias casou em 1354 occultamente com:

D. Ignez de Castro, Filha de D. Pedro Fernandes de Castro, a qual foi justiçada em 1355 por razões de Estado em Coimbra, e jaz n'um sumptuoso mausoleo em Alcobaça.

Do 1.° matrimonio teve D. Pedro I:

D. Maria, Casada com um Infante d'Aragão.
D. Luiz, Morreu menino.
D. Fernando, Successor.

Do 2.° matrimonio teve:

D. Affonso, Morto menino.
D. João, Foragido de Portugal por haver assassinado sua mulher D. Maria Telles, tornou a casar com uma filha natural do Rei Henrique II de Castella, e lá ficou.
D. Diniz, Tambem casou com outra filha natural do mesmo, e lá ficou.
D. Brites, Casou em Castella com o Conde d'Albuquerque.

Filhos naturaes de D. Pedro I.

D. João, Mestre d'Aviz, que depois foi Rei, 1.° do nome.
F.... outra filha, educada em Santa Clara de Coimbra.

D. Fernando o Formoso, 10.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em 1345 e reinou desde 1367 a 1383, em cujo anno morreu em Lisboa e jaz no convento de S. Francisco

de Santarem. Nelle acabou a linha legitima dos Reis de Portugal da Casa dos Henriques. Casou illegalmente, por ter o marido vivo, com:

D. Leonor Telles em 1371, a qual falleceu no de 1386 em Tordesilhas, e jaz em Valladolid; e teve:

D. Pedro
D. Affonso } Mortos na infancia.

D. Brites ou Beatriz, Rainha de Castella.

Filha natural d'El-Rei, D. Isabel, casada com o bastardo Real de D. Henrique II de Castella, o Conde de Gijon.

D. João I de Boa Memoria, 11.° Monarcha de Portugal. Foi filho natural de D. Pedro I, assim mesmo o Rei eleito do povo, preterindo os direitos legitimos de sua sobrinha, casada com D. João I de Castella.

Nasceu em Lisboa no anno de 1357, foi acclamado Rei em 1385, morreu em Lisboa no de 1433, e jaz no templo da Batalha, por elle edificado. Casou com:

D. Philippa de Lancaster ou de *Alencastro*, filha do Duque do mesmo titulo João de Gaunt, Inglez, em 1387; morreu em Odivellas em 1415 e jaz n'um sumptuoso mausoleu na Batalha. Filhos que teve:

D. Branca.

D. Affonso, Jurado herdeiro e morto com 10 annos em 1400.

D. Duarte, Successor.

D. Pedro, Duque de Coimbra, Regente e grande sabio.

D. Henrique, O immortal *Descubridor* e Mathematico. (Veja-se a pag. 419 do 1.° vol.)

D. Isabel, Duqueza de Borgonha, por cujo casamento se instituio a ordem do *Tosão de Ouro*.

D. João, Condestavel do reino.
D. Fernando, O *Santo* captivo de Fez.

Filhos naturaes de D. João I.

D. Affonso, Conde de Barcellos, 1.° Duque de Bragança e tronco desta dynastia Real.
D. Brites, Condessa d'Arundel.

D. Duarte o Eloquente, 12.° Monarcha de Portugal. Nasceu na cidade de Viseu em 1391, subio ao throno em 1433, e morreu de peste em Thomar em 1438; jaz no templo da Batalha. Casou em 1428 com:
D. Leonor, Filha de D. Henrique I de Aragão, a qual morreu em 1445 na cidade de Toledo, e jaz no templo da Batalha. Filhos que teve:

D. João
D. Philippe } Mortos em tenra idade.
D. Affonso, Successor.
D. Maria, Nasceu semi-morta.
D. Fernando, Duque de Viseu e Condestavel do reino.
D. Leonor, Imperatriz d'Allemanha.
D. Catherina, Freira em Santa Clara de Lisboa.
D. Joanna, Rainha de Castella.

Filho natural d'El-Rei D. Duarte.

D. João Manoel, Bispo de Ceuta e da Guarda.

D. Affonso V o Africano, 13.° Monarcha de Portugal. Nasceu na villa de Cintra em 1432, herdou a corôa em

1438, foi acclamado Rei em 1446, e falleceu em 1481 na mesma villa; jaz na Batalha. Casou em 1448 com:

D. Isabel, Filha do Infante D. Pedro seu tio, a qual morreu em Evora no anno de 1455, e jaz no templo da Batalha. Filhos que teve:

D. João, Morto em tenra idade.

D. Joanna, *Beata;* foi freira em Aveiro.

D. João, Successor.

Passou D. João II a segundas nupcias com *D. Joanna*, filha de D. Henrique de Castella. *

D. João II o Principe perfeito, 14.° Monarcha de Portugal. Nasceu no anno de 1455 em Lisboa, subio ao throno em 1481, e morreu na villa de Alvor em 1495; jaz na Batalha. Casou em 1470 com:

D. Leonor, Filha do Infante D. Fernando, Duque de Viseu, a qual morreu em Lisboa no anno de 1525, e jaz no convento da Madre de Deos de Xabregas da mesma. Teve a:

D. Affonso, Principe Real porém que não chegou a succeder no throno; morreu de uma quéda de cavallo em 1491.

Teve mais a D. Jorge, Duque de Coimbra, *filho natural.*

---

* Este matrimonio celebrado em 1475 não se consumou porque lhe embaraçarão a dispensa de parentesco, a Rainha Isabel de Castella e Fernando o *Catholico* de Aragão. Apezar de haver sido jurada herdeira da corôa castelhana, não a gozou, sem embargo de que conservou até á morte, estado de Rainha, a quem davão o sobrenome de — *Excellente Senhora.* — Morreu em Lisboa nos paços do Castello em 1530, e jaz no mosteiro de Santa Clara da mesma.

Com a falta de successão legitima na pessoa de D. João II foi interrompida a linha dynastica primogenita de *Aviz*, passando a corôa para a transversal, na pessoa de seu primo D. Manoel.

D. Manoel o Venturoso, 15.° Monarcha de Portugal. Nasceu na villa d'Alcochete de Ribatejo em 1469; subio ao throno em 1495, e morreu em Lisboa em 1521; jaz no templo dos Jeronymos de Belem. Casou em primeiras nupcias, no anno de 1497, com:

D. Isabel, Filha dos Reis Catholicos Fernando e Isabel, a qual morreu em Saragoça no anno de 1498, e jaz em Santa Isabel de Toledo. Teve um só filho que morreu menino.

Passou D. Manoel a segundas nupcias em 1500 com:

D. Maria, Filha dos mesmos Reis Catholicos e sua cunhada, a qual morreu em Lisboa no anno de 1517 e jaz no templo de Belem. Teve deste matrimonio 10 filhos.

Passou El-Rei a terceiras nupcias em 1518 com:

D. Leonor, Filha de Philippe I de Castella, a qual por morte d'El-Rei tornou a casar com Francisco I de França, e falleceu em Talavera junto a Badajoz em 1558, e jaz no Escurial. Do Monarcha portuguez teve 2 filhos.

Filhos d'El-Rei D. Manoel. Do 1.° matrimonio:

D. Miguel da Paz, jurado herdeiro de Castella, Aragão e Portugal nas Côrtes de Toledo e Lisboa. Morreu em Saragoça onde nascêra, com 2 annos de idade.

Do 2.° matrimonio.

D. João, Successor.
D. Isabel, Esposa do Imperador Carlos V.
D. Brites ou Beatriz, Dita do Duque de Saboia Carlos III.
D. Luiz, Duque de Beja e Condestavel do reino.
D. Fernando, Duque da Guarda.
D. Affonso, Cardeal.
D. Henrique, Cardeal e depois Rei.
D. Maria, Morreu menina.
D. Duarte, Duque de Guimarães.
D. Antonio, Morreu menino.

Do 3.° matrimonio.

D. Carlos, Morreu menino.
D. Maria, Senhora de grande saber e virtude.

D. João III o Piedoso, 16.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Lisboa no anno de 1502, começou a reinar no de 1521 e falleceu na mesma cidade em 1557; jaz no templo de Belem, que acabára. Casou em 1525 com: *D. Catherina*, Filha do Rei de Castella Philippe I. Morreu em Lisboa no anno de 1578 e jaz em Belem. Filhos que teve:

D. Affonso, Morreu menino.
D. Maria, Princeza de Castella.
D. Isabel. } Mortos na infancia.
D. Brites. }
D. Manoel. }
D. Philippe. }
D. Diniz. }

D. João, Foi jurado Principe herdeiro, casou com D. Joanna, filha do Imperador Carlos V, de cujo matrimonio nasceu D. Sebastião, que foi successor.

D. Antonio, Morreu com 1 anno de idade.

Filhos naturaes de D. João III.

D. Duarte, Arcebispo de Braga.

D. Manoel.

D. Sebastião o Desejado, 17.° Monarcha de Portugal. Nasceu em 1554, herdou o throno em 1557, foi declarado maior em 1568 e morreu na Africa em 1578. No templo de S. Jeronymo de Belem existem uns restos mortaes que se lhe attribuem, para ahi mandados por Philippe II. Sem descendencia.

D. Henrique o Casto, 18.° Monarcha de Portugal. Nasceu em 1512 na villa de Almeirim, subio ao throno em 1578 por morte de seu sobrinho D. Sebastião, e morreu na mesma villa em 30 de Janeiro de 1580; jaz em Belem. Foi Cardeal, Arcebispo d'Evora, Inquisidor-mór, e Regente. Convocou Côrtes para designar o successor da corôa disputada por 5 netos de D. Manoel, além de outros pretendentes, e por sua fatal indecisão morreu sem o nomear deixando o governo a uma regencia, e a porta aberta á usurpação da Hespanha. Reinou 17 mezes.

D. Philippe II de Castella, o Prudente, 19.° Monarcha de Portugal, eleito pelos cinco Governadores do Reino.

Nasceu em Valhadolid no anno de 1527; usurpou a corôa portugueza no de 1580, e morreu em 1598 no Escurial, onde jaz. Casou 4 vezes e nenhuma das Rainhas o chegou a ser de Portugal, porque a ultima, *D. Anna d'Austria*, filha do Imperador Maximiliano II, morreu em 1580. De todas teve os seguintes filhos:

D. Carlos. Mandou-o matar o pai em 1568 por pretendidas razões d'Estado. Do 1.° matrimonio.

D. Isabel, Archiduqueza d'Austria
D. Catherina, Duqueza de Saboia } Do 2.° matrimonio.

D. Fernando.
D. Carlos Lourenço.
D. Diogo.
D. Philippe, Successor.
D. Maria. } Do 4.° matrimonio.

D. Philippe III de Castella, o Indolente ou *o Pio*, 20.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Madrid no anno de 1578; herdou a usurpada corôa portugueza de seu pai em 1598, e morreu na mesma cidade em 1621; jaz no Escurial. Casou em 1599 com:

D. Margarida d'Austria, filha do Archiduque Carlos, a qual morreu no Escurial onde jaz, em 1611. Teve:

D. Anna Mauricia, Rainha de França (Luiz XIII).
D. Philippe, Successor.
D. Maria, Imperatriz d'Allemanha (Fernando III).
D. Carlos.

D. Fernando, Cardeal, Arcebispo de Toledo e Governador dos Paizes Baixos.

D. Margarida.
D. Affonso Mauricio. } Mortos na infancia.

D. Philippe IV de Castella, o *Rei Olivares*, ou o *Desditoso*, 21.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Valhadolid no anno de 1605; succedeu a seu pai neste reino usurpado em 1621, e morreu em Madrid em 1665 (jaz no Escurial), depois de ter visto Portugal sacudir-lhe o jugo na restauração de 1640. Casou em 1615 com:

D. Isabel de Bourbon, Filha de Henrique IV, a qual morreu em 1664 e jaz no Escurial. Filhos que della teve:

D. Margarida.
D. Maria Margarida.
D. Maria.
D. Balthasar Carlos. } Mortos na infancia.
D. Isabel Thereza.
D. Anna Antonia.

D. Maria Thereza, Rainha de França (Luiz XIV).

Filhos do 2.° matrimonio.

D. Margarida Maria Thereza, Imperatriz d'Allemanha.
D. Maria Ambrosia.
D. Philippe Prospero. } Mortos na infancia.
D. Fernando.

D. Carlos, Successor; nasceu em 1661 e morreu em 1700.

Filho natural de Philippe IV.

D. João d'Austria, Grão-Prior de Malta, Vice-Rei da Sicilia, Governador de Flandres, Grande-Almirante de Castella, e um dos mais valorosos soldados do seculo.

D. João IV, o Restaurador, 22.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Villa Viçosa no anno de 1604, foi acclamado Rei na heroica restauração de 1640, sendo então 8.° Duque de Bragança, e morreu em Lisboa no anno de 1656; jaz em S. Vicente de Fóra. Casou em 1633 com:

D. Luiza Francisca de Gusmão, Filha do 8.° Duque de Medina-Sidonia; morreu em 1660 em Lisboa, e jaz no mosteiro das Grillas. Filhos que teve:

D. Theodosio, Jurado herdeiro e morto em 1653.
D. Anna. } Mortas na infancia.
D. Joanna. }
D. Catherina, Rainha de Inglaterra (Carlos II).
D. Manoel.
D. Affonso, Successor.
D. Pedro, Dito de seu irmão.

Filha natural de D. João IV.

D. Maria, Freira no mosteiro de Carnide.

D. Affonso VI o Victorioso, 23.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Lisboa no anno de 1643; succedeu a seu pai em 1656, foi deposto do throno em 1667, e morreu

em 1683 em Cintra, 16 annos depois de preso. Casou em 1666 sem successão com:

D. Maria Francisca Isabel de Saboia, Filha do Duque de Nemours Carlos Amadeu; cujo consorcio sendo julgado nullo, passou ella a segundas nupcias com seu cunhado o Regente D. Pedro em 1668, e morreu em 1683 em Palhavãa; jaz no mosteiro das Francezinhas de Lisboa, que edificára.

D. Pedro II o Pacifico, 24.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Lisboa no anno de 1648, foi nomeado Regente na deposição de seu irmão em 1667, Rei em 1683 e morreu em 1706 em Alcantara; jaz em S. Vicente de Fóra. Cazou com:

D. Maria Francisca Isabel de Saboia, como fica dito. Passou a segundas nupcias em 1687, com:

D. Maria Sofia Isabel de Newbourg, Filha do Eleitor Palatino do Rheno, a qual morreu em Lisboa no anno de 1699, e jaz em S. Vicente de Fóra.

Filhos do 1.° matrimonio:

D. Isabel, Jurada Princeza herdeira e contratada, mas não unida, por morrer antes, com o Duque de Saboia.

Do 2.° matrimonio.

D. João, Morto muito novo.
D. João, Successor.
D. Francisco, Grão-Prior do Crato.
D. Antonio.
D. Thereza, Contratada em casamento com o Archiduque Carlos, porém morreu ella antes de effectuado.

D. Manoel, Servio nos exercitos imperiaes allemães.
D. Francisca.

Filhos naturaes de D. Pedro II.

D. Luiza, Casada com o Duque de Cadaval.
D. Miguel, Dito com a herdeira d'Arronches.
D. José, Arcebispo de Braga.

D. João V o Fidelissimo, 25.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Lisboa no anno de 1689, subio ao throno em 1706 e morreu na mesma cidade em 1750; jaz em S. Vicente de Fóra. Casou em 1708, com:

D. Maria Anna d'Austria, Filha do Imperador Leopoldo I, a qual falleceu em Lisboa no anno de 1754, e jaz na igreja do convento de religiosos Carmelitas Allemães de S. João Nepomuceno, que fundára, em grandioso mausoleo. Filhos que teve:

D. Maria Barbara, Casada com o Principe das Asturias.
D. Pedro, Morto na infancia.
D. José, Successor.
D. Carlos, Morto na infancia.
D. Pedro, Grão-Prior do Crato, e depois casado com a Rainha D. Maria I, sua sobrinha.
D. Alexandre, Morto na infancia.

Filhos naturaes de D. João V.

D. Antonio.
D. Gaspar, Arcebispo de Braga.
D. José, Inquisidor geral.

} Todos tres conhecidos pelo titulo de *Senhores* ou *Meninos de Palhavãa.*

D. José I o Magnanimo, 26.° Monarcha de Portugal. Nasceu em Lisboa no anno de 1715, succedeu no throno em 1750 e falleceu em 1777. Casou em 1729, com: *D. Maria Anna Victoria*, Filha de Philippe V de Hespanha, a qual morreu em Lisboa no anno de 1781, e jaz no templo do convento de S. Francisco de Paula, que edificára. Filhos que teve:

D. Maria Francisca Isabel, Successora.
D. Maria Anna.
D. Maria Francisca Dorothea.
D. Maria Francisca Benedicta, Casada com seu sobrinho o Principe successor D. José, que não chegou a herdar.

D. Maria I a Piedosa, 27.° Monarcha de Portugal. Nasceu em 1734, e reinou desde 1777 até 1792 juntamente com seu esposo emquanto foi vivo; porém nesse anno, em consequencia de alienação mental, o Principe D. João seu filho se declarou Regente em nome della, até á sua morte que teve lugar no Rio de Janeiro em 1816; jaz no templo da Estrella. Casou em 1760 com seu tio: *O Infante D. Pedro*, O qual tomou o titulo de 3.° do nome quando teve filho varão, e se cunhárão as moedas de ouro com ambas as effigies unidas e a legenda « D. Maria I e D. Pedro III Reis de Portugal e dos Algarves. »

Nasceu em Lisboa no anno de 1717 e falleceu na mesma em 1760; jaz em S. Vicente de Fóra. Filhos deste consorcio:

D. José, Herdeiro de grandes esperanças, morreu sem successão na idade de 27 annos.

D. João, Successor, 6.° do nome.
D. Marianna Victoria, Infanta de Hespanha.
D. João.
D. Maria.
D. Maria Clementina. } Mortos na infancia.

D. João VI, 28.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Queluz no anno de 1767, foi Regente desde 1792 a 1816 em que subio ao throno, e morreu em Lisboa no de 1826. Casou em 1785, com:

D. Carlota Joaquina de Bourbon, filha de Carlos IV de Hespanha, a qual morreu em Lisboa a 7 de Janeiro de 1830. Filhos deste consorcio:

D. Maria Thereza, duas vezes infanta de Hespanha (D. Pedro Carlos e D. Carlos, irmãos de Fernando VII).
D. Antonio, Morto na infancia.
D. Maria Isabel, Rainha de Hespanha (Fernando VII).
D. Pedro, Herdeiro, 4.° do nome.
D. Maria Francisca, Infanta de Hespanha (D. Carlos).
D. Isabel Maria, Regente de 1826 a 1828.
D. Miguel, Proclamado Rei em 1828 pelas Côrtes.
D. Maria d'Assumpção.
D. Anna de Jesus Maria.

D. Pedro IV, 29.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em Queluz no anno de 1798; em 1826, foi declarado herdeiro, porém abdicou logo em sua filha D. Maria da Gloria, actual Rainha Fidelissima, reservando para si o Brasil independente. Vicissitudes da fortuna o

trouxerão ao paiz natal, e no proprio quarto do palacio onde nasceu, acabou a existencia em 1834; jaz em S. Vicente de Fóra. Casou pela 1.ª vez em 1818 com a Archiduqueza:

D. Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco II, a qual falleceu em 1826 no Rio de Janeiro. Filhos que teve:

D. Maria da Gloria, Herdeira de Portugal.
D. João, Morto na infancia.
D. Januaria, Condessa d'Aquila.
D. Paula, Morta na infancia.
D. Francisca, Princeza de Joinville.
D. Pedro, Herdeiro do Brasil.

Passou D. Pedro, já Imperador, a segundas nupcias em 1829, com D. Amelia de Leuchtemberg, de quem teve:

D. Amelia de Bragança.

Filha natural de D. Pedro.

D. Isabel Maria, Duqueza de Goyaz.

D. Miguel I, 30.º Monarcha de Portugal.

Nasceu em 1802. Residindo em Vienna d'Austria, contrahio esponsaes com sua sobrinha a Rainha menor D. Maria da Gloria. Voltando ao reino para assumir a Regencia, convocou Côrtes segundo a fórma antiga, e estas o acclamárão Rei, pelos fundamentos de se haver D. Pedro desnaturalisado, como tal ser estrangeiro e não poder transmittir o direito de successão, bem como pelo estabelecido nas Côrtes de 1641. Depois de perto de

5 annos de tormentoso e tyrannico reinado, vencido em porfiada campanha pelos Constitucionaes commandados por D. Pedro, foi obrigado a sahir do reino pela convenção de Evora Monte, em 26 de Maio de 1834. Não entramos na questão da legitimidade ou illegitimidade deste principe ao throno, como o fizemos com Philippe II. Sabemos só que reinou de facto em toda a monarchia portugueza, menos nas ilhas dos Açores, pelo espaço de 5 annos, e como tal o collocámos no catalogo dos Monarchas portuguezes. Sem descendencia.

D. Maria II, da Gloria, 31.° Monarcha de Portugal.

Nasceu em 1819 no Rio de Janeiro, e succedeu de direito á corôa de Portugal pelo acto de abdicação de D. Pedro de 2 de Maio de 1826. Tomou o titulo de Rainha, porém de facto só lhe obedecêrão por tres annos as ilhas dos Açores, donde sahio uma expedição que derrubou do throno do reino a seu tio. Tomou posse do governo em Setembro de 1834, sendo declarada maior em consequencia da perigosa molestia do Regente. Casou duas vezes, a 1.ª com o Principe Augusto de Leuchtemberg, sem descendencia, o qual morreu em 1835. Casou 2.ª vez com:

D. Fernando de Saxe-Cobourg-Gotha, actual Rei de Portugal, cuja união tem produzido a seguinte descendencia:

D. Pedro d'Alcantara, Principe Real; nasceu a 16 de Setembro de 1837.

D. Luiz Philippe, Duque do Porto; nasceu a 31 de Outubro de 1838.

Uma Infanta, Nasceu semi-morta.

D. João Maria, Duque de Beja; nasceu a 16 de Março de 1842.

D. Maria Anna, Nasceu a 21 de Julho de 1843.

D. Antonia Maria Fernanda, Nasceu a 17 de Fev. de 1845.

D Fernando, Nasceu a 23 de Julho de 1846.

D. Augusto, Nasceu a 4 de Novembro de 1847.

CAPITULO I.

DESDE OS PRIMEIROS VESTIGIOS DE LITTERATURA NA LUSITANIA

ATÉ Á ELEVAÇÃO DO PAIZ EM REINO INDEPENDENTE.

ORIGEM E FORMAÇÃO DA LINGUA PORTUGUEZA.

O engenho e applicação ás bellas-artes, sciencias e litteratura, forão em todos os tempos distinctivos dos povos da familia portugueza, não só nos florescentes reinados da dynastia de Aviz e na actual, mas tambem nas priscas éras da Lusitania. Verdade é que nessa época de ignorancia e rudeza em que jazia a Europa, poucos de seus habitantes avultárão em talentos dignos de passarem á posteridade, nem os podia razoavelmente produzir como lhe aconteceu depois, quando o impulso geral dado ás letras os fez rivalisar com os mais conspicuos da Europa, pois que o estrondo das armas e confusão das guerras nesses calamitosos tempos, não permittião a tranquillidade que requerem as musas e as artes da paz. Não obstante, ainda nas mais remotas éras, nunca deixou o paiz de contar homens eminentes, cuja memoria passou atravéz dos seculos, e maior seria o seu numero, quasi só limitado ao conhecimento do archeologo, e que ennobrece ainda os fastos da nação, se a rivalidade dos Romanos, seus dominadores, não se esforçasse por escurecê-la, bem

como se desvelou por abafar a lusitana reputação militar, e a de qualquer outro povo por elles avassallado.

Nem cause admiração o não existirem hoje essas memorias litterarias de tempos tão remotos pelo proprio punho dos mesmos vencidos povos, porquanto, sem fazer menção agora de muitas outras invasões estrangeiras na Lusitania, promovidas pela doçura do seu clima, e abundantes riquezas, bastará recordar que foi occupada successivamente por Phenicios, Carthaginezes e Romanos, os quaes sempre em guerra, ora uns com os outros, ora com os naturaes do paiz, mal puderão ser cultivados os fructos da sabedoria sobre um terreno que quasi nunca deixou de ser regado com o humano sangue, pois as letras só folgão no seio da paz, e, pelo contrario, esmorecem nas publicas perturbações, extravião-se no meio das commoções civis, e de todo desapparecem na presença de calamidades ou de um ferreo jugo.

Todavia, acima desse escuro pelago, vemos sobrenadar os nomes de alguns illustres Lusitanos: o primeiro foi salvo da injuria do tempo pelo incansavel Bern. de Brito (*Mon. Lusit., liv.* 5, *cap.* 9), o qual, escrevendo do governo de Vespasiano, diz assim: « Floresceu em tempo deste Imperador um Lusitano por nome *Daciano*, grande philosopho e poeta insigne, cujas virtudes e grande erudição louvão o poeta Marcial e Gregorio Libio; parece ter sido natural de Merida. » É o segundo, *Caio Allio Januario*, natural de Beja, e *Julia Saturnina*, ambos dignos de reputação por sua pericia medica, &c. Folheando a historia de Portugal por La Clede, lá deparamos com um nome de merecimento que não deve ficar esquecido; eis as suas palavras: « Dotára a natureza de valor natural a estes povos: não era porém essa a unica prenda que os tornava recommendaveis: igualmente o erão pelas artes e sciencias, que cultivavão com progressos. *Marco Arterio*

teve grande nome na esculptura.» Pelo correr deste mesmo periodo fez-se igualmente notavel por sua pericia na architectura *Caio Servio Lupo*, natural de Aguas-Flavias (Chaves), debaixo de cuja direcção foi levantada a famosa torre e farol denominado de Hercules, junto á Corunha, o que consta da sua inscripção.

O terceiro seculo depois da época da redempção apresenta o fim da litteratura profana e o começo da litteratura christãa, periodo importante, por uma parte assignalado pela anarchia e decadencia do imperio romano, e de outra pelo virtuoso enthusiasmo de uma religião baseada sobre a moral, a tolerancia, e assignalada pelo complemento das prophecias e os segredos da Providencia. — Corre em seguida o quarto seculo, sem que os escriptores estrangeiros da época nos transmittão nome algum sabio da nação, além do de poucos prelados talvez de equivoca reputação, aos quaes com muito mais jus podemos accrescentar o do papa *S. Damaso*, natural de Guimarães, varão tão illustre por suas virtudes como benemerito da litteratura por seus escriptos poeticos e theologicos. Vem após elle *S. Martinho*, arcebispo de Braga, a quem foi devida a conversão dos Suevos com o seu Rei Theodomiro, abjurando o arianismo. Escreveu este arcebispo diversos tratados de theologia e moral.

Principia o quinto seculo com a invasão dos Godos na Hespanha, os quaes, trazendo na frente de seus enxames a barbaridade e a ignorancia, expulsárão para longe dos paizes que invadirão as luzes e a paz. « Não havia ainda decorrido um seculo, diz Robertson, depois que esses barbaros do Norte da Europa se tinhão estabelecido no paiz conquistado, e já os vestigios dos conhecimentos e da polidez que os Romanos havião derramado por todo o imperio estavão de todo apagados. Achavão-se cahidas em desprezo ou se tinhão perdido não só as artes elegantes

de que o luxo se serve, e o mesmo luxo alimenta, porém até muitas daquellas a quem devemos as commodidades da vida. Nessa tenebrosa época erão apenas conhecidos os nomes de litteratura, philosophia e gosto. As pessoas da mais alta hierarchia encarregadas dos empregos de maior importancia, nem ler ou escrever sabião. A maior parte dos ecclesiasticos não entendião o breviario que todos erão obrigados a recitar, e muitos havia que nem ler o sabião. Perdêra-se a tradição dos acontecimentos passados, ou era apenas conservada em chronicas recheadas de circumstancias pueris. Os proprios codices de leis publicados pelas nações que se estabelecêrão nas differentes partes da Europa deixárão de ter autoridade alguma, e forão substituidos por costumes vagos e extravagantes. Os povos, sem liberdade, sem cultura, sem emulação, cahirão na mais profunda ignorancia. Por espaço de quatrocentos annos a Europa inteira não produzio um só autor que mereça ser lido, nem se apontará uma unica invenção util ou agradavel á sociedade, de que honrar-se possa esse longo periodo. »

Ao fatal governo dos Godos, Suevos, Alanos, &c., succedeu a fatalissima invasão e dominio dos Mouros nas Hespanhas em 714, onde começárão logo a exercer seu furor e devastação, excepto naquellas porções das Asturias Leão e Galliza, que pela aspereza de suas brenhas se conservárão inaccessiveis ás armas invasoras. Com a sua dominação esmorecêrão ainda mais, e por muito tempo os resquicios de adiantamento ou civilisação que ainda fluctuavão por ventura na Lusitania : porquanto com tamanho denodo e pertinacia começou desde logo a sua luta contra a oppressão dos novos conquistadores, que lhe não restou um momento de brando ocio para se entregar ás amenidades litterarias, e, como diz o sensato chronista Arraes: « Tanto tiverão os nossos que entender

nesta abominanda perseguição, que nenhum teve ocio para escrever historia, nem havia para que a escrever senão para referir desventuras e renovar suas magoas: nem os Mouros merecião que christão algum fizesse memoria de suas abominações em historia sua. »

Nesse calamitoso periodo chegarião de todo as letras na peninsula Iberica á ultima ruina sem o asylo dos claustros, que escapárão ao ferro e fogo dos barbaros vencedores, pelo interesse dos tributos que lhes pagavão. A piedade dos fidalgos lusitanos contendia com a fereza e impiedade dos vencedores, levantando das ruinas os mosteiros para manterem a religião e desterrarem a ignorancia: por isso se encontrão tantas dessas instituições fundadas ou restabelecidas desde o seculo IX até o XII, tempo em que quasi todo o paiz gemeu debaixo do jugo do Alcorão: por isso já no fim deste periodo começavão as letras a querer levantar-se de seu longo abatimento. É do mesmo parecer o sabio João Pinto Ribeiro, pois nos assevera haverem já em Portugal então cursos publicos de sciencias em tempo de D. Affonso VI de Castella e Leão, sogro do conde D. Henrique. É indubitavel que havendo o conde D. Sisnando recuperado por esse tempo o senhorio de Coimbra, nella instituira aulas; bem como D. Paterno seu primeiro bispo, depois de conquistada aos Mouros, estabeleceu nella um seminario na sua propria cathedral, e aos seus alumnos foi dispondo para receberem o gráo do presbyterio, como affirma Frei Antonio Brandão. Por taes motivos pois se vê que nesse mesmo tenebroso periodo possuia esta cidade lyceos de bellas-letras onde se formava a mocidade portugueza, e que erão como o preludio da universidade que em mais bonançosas éras tinha de adornar a lusitana Athenas.

No espaço de mais de quatro seculos que mediárão desde a invasão dos Mauritanos á época seguinte do glo-

rioso começo da nossa monarchia, é fóra de duvida que no paiz existirão cultores das letras, e até escriptores, dos quaes não colhe pequeno lustre a sua gloria litteraria, mórmente n'um tempo em que tudo na Europa era barbaridade e trevas. Dá noticia de alguns litteratos desse periodo o *Catalogo dos monumentos arabico-hispanos* que existe na bibliotheca do Escurial, composto por D. Miguel Casiri (2 *vol. in fol.* 1760—1770). De não poucos outros sabios contemporaneos portuguezes nos informa o extracto da historia que compôz Abu Baker Alcudad, valenciano, no XIII seculo, intitulada: *Virorum genero et dignitate illustrium qui apud Hispanos Poeseos laude claruerunt;* e no catalogo que este mesmo Arabe fez das bibliothecas da sua nação nas Hespanhas, enumera vinte e cinco Portuguezes illustres, cujos nomes se podem ver no 1.° tomo. Consultem-se igualmente as *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. 7.°, pag. 102.

Cabe neste lugar noticiarmos a origem e formação da lingua portugueza: vasto é o assumpto e digno de mimosa penna, porém neste rascunho destinado a resumidamente recordar o que mais saliente possue a nossa litteratura, nos não é possivel investigar eruditamente a parte da materia que diz respeito á origem e aperfeiçoamento da lingua. Um illustre autor contemporaneo*, neste momento se occupa em preencher devidamente essa delicada tarefa: limitar-nos-hemos pois a poucas linhas.

Absurdo é querer fazer coincidir a formação da lingua portugueza com o estabelecimento do paiz em reino independente, ou mesmo antes, na época da doação ao conde D. Henrique; ambas estas opiniões tem achado defensores e oppositores. Das diversas nações que em differentes épocas invadirão e dominárão Portugal, necessariamente

---

* Alexandre Herculano de Carvalho.

tal ou qual influxo havião os habitantes participar de sua linguagem e costumes. Qual fosse a primitiva da Lusitania, ou antes a existente, anterior ao dominio romano, não o podemos saber, monumento nenhum intellectual ou material existe para o comprovar; pretendem alguns philologos plausivelmente ter sido o idioma *Celtico*, não reprovamos essa opinião. O certo porém é que longo foi o jugo dos Romanos, e que indubitavelmente a elles devemos o casco da nossa lingua, tão semelhante á latina; de todas as della derivadas a mais semelhante. Dos Barbaros septentrionaes que os supplantárão, poucas modificações o idioma do paiz havia de experimentar, pois além de dominarem menos tempo e intervalladamente, erão exclusivamente dados á vida agreste e marcial, mostrando o maior desprezo e aversão por quaesquer laços sociaes que tendessem a civilisa-los. A estes succedêrão os Arabes, povos muito mais cultos, amantes do saber e dos confortos de uma vida recheada de prazeres sensuaes. Estes, incorporados durante quatro seculos com a nação, transmittirão-lhe facilmente os seus costumes, a sua linguagem, e a influencia da vida oriental se lhes communicou, apezar da differença de religião, com toda a vehemencia. O idioma indigena adquirio numerosos de seus vocabulos, que ainda hoje são do melhor estilo, bem como esse phraseado hyperbolico cheio de imagens e fogo, que tanto embelleza as linguas orientaes.

Na transição para a dynastia de Borgonha, com a lenta expulsão dos Mouros, foi o paiz gradualmente perdendo esse estilo oriental, mas não as diccões, já nimiamente amalgamadas com a lingua. Eis como, em summa, della diz o autor do Bosquejo que precede o Parnaso lusitano: —Sem duvida, que a lingua portugueza começou com os seus trovadores, unicos no meio do estrepito das armas que algum tal qual cultivo lhe puderão dar, e provavel é

que assim fosse com pouco melhoramento, até os tempos de D. Diniz, que no remanso da paz do seu reinado protegeu as letras, que elle mesmo cultivou. D. João I o eleito do povo, deu ao idioma patrio valente impulso, mandando usar delle em todos os instrumentos publicos que até então se fazião em latim. É esta a verdadeira aurora das letras em Portugal, e até á morte de D. Manoel tudo cresceu, artes, sciencias, riqueza e espirito nacional. Nesse seculo de gloria, Gil Vicente abrio os fundamentos ao theatro das linguas vivas, Bernardim Ribeiro polio e adereçou com alguns mimos da antiguidade o genero inculto dos romances, e ao cabo mostrou aos rusticos pastores do Tejo, alguns dos suaves modos da flauta de Sicilia que nenhuma lingua viva até então ouvira soar. A suavidade do idioma portuguez e a melancolia de seus tão variados sons levárão á cultura deste genero pastoril em que raro poeta nosso deixou de escrever bem, porque a lingua os ajudava. O que tambem muito contribuio para o seu aperfeiçoamento e progressos da litteratura, e que a D. João III se deve, foi o cultivo dos classicos estrangeiros, que na reforma da universidade de Coimbra muito augmentou. Aperfeiçoou-se pois a lingua, enriqueceu-se, adquirio uma solemnidade classica; seus periodos se arredondárão ao modo latino, e suas vozes tomárão muito da euphonia grega. » Tinha chegado ao zenith de sua madureza e gloria quando um regimen politico estranho tentou eclipsa-la, mas em vão. Alguns Portuguezes bastardos houve que, pela usurpação dos Philippes, desprezárão o seu riquissimo idioma para escreverem no guttural hespanhol, julgando nisso lisongearem aos tyrannos: nem por isso comtudo deixou de se conservar intacto, manejado por bom numero de respeitaveis escriptores, que no decurso dos seguintes periodos teremos occasião de citar com gloria.

Achamos muito a proposito para corroborar o remate do que deixamos dito, o seguinte trecho da *Arte poetica:*

Uma lingua tão dura como as armas
Qu'em nosso pró terçavão nas pelejas,
Era a lingua dos Lusos valorosos,
Antes que os claros lumes do alto Pindo
Queimassem fezes godas e mouriscas
Da tosca algaravia, que em seu seio
Lavrou até o seculo apurado
De João segundo, de Manoel ditoso.
Quem, vendo em carcomidos pergaminhos
Foraes de goda-arabica escriptura,
Dirá que elles descendem da elegancia
Da lingua dos Romanos que a foi nossa,
Que a bem fallámos muitos centos de annos? —
Que foi depois que as guerras e infortunios
Alagárão os predios de Minerva,
Derribárão columnas do seu templo,
Rodárão na torrente os moveis sacros,
Deixando só ruinas mal cobertas
D'apodrecidos limos e d'abrolhos?
Então rebenta o fio precioso
Do collar de medalhas, guarnecido
C'os nomes de eruditos Portuguezes,
Que atou depois com laço mal seguro
O Freire e aind'algum mais, mas raro e frouxo.
Que o pouco cabedal levou comsigo
Do pouco Portuguez qu'inda restava;
E em lingua ouca, coco-rimbomba ou freira
Nua de valentia e de doçura
Lardeadas de ensossos baixos termos
Foi a classica lingua convertida.
Tal era a geringonça mais da moda
Quando eu nasci, nos pulpitos gritada
E cantada nas nobres academias;
Quando engenhos mais altos indignados
Da fatal corrupção, a resurgirão
Das campas, do lethargo em que a puzerão
Balofos biltres, mazorraes syndapsos, &c.

Filinto Elysio. *Arte poetica.*

CAPITULO II.

RESENHA LITTERARIA DE PORTUGAL

DESDE QUE SE CONSTITUIO REINO INDEPENDENTE ATÉ OS FINS DO XV SÉCULO NO REINADO DE D. JOÃO II.

Um dos mais bellos periodos da nossa historia, periodo a que dá principio a gloriosa acclamação do fundador da monarchia em 1139, e donde podemos começar a tratar com maior abundancia e certeza as illustres memorias para o nosso bosquejo litterario, vai offerecer-se agora á nossa consideração.

Já atrás dissemos ser uma verdade confirmada, que as sciencias e letras só se podem domiciliar n'um paiz quando este no remanso da paz goza das doces commodidades da vida. Fôra só depois que Augusto fechára as portas do templo de Jano pacificando o imperio, que Roma vio dentro de seus muros os thesouros das illustrações que então offerecia o mundo, e ás quaes attingio o povo dominador sem as pêas da guerra e da discordia. Assim Roma, antes que subisse á gloria litteraria levantada nas pennas de Tito Livio, Cicero, Tacito, Virgilio, Ovidio e Horacio, já se havia immortalisado no templo da fama com os feitos d'armas dos Scipiões, Marios, Lucullos, Pompeos e Cesares. Igual sorte pois coube a Portugal: o seculo dos guerreiros famosos precedeu ao dos mathematicos, dos historiadores e dos poetas. Foi primeiramente mister varrer de inimigos o paiz, fortalecê-lo, promover a agricultura arruinada com as continuas guerras, animar

o commercio e segurar com leis sabias a propriedade e vida dos cidadãos, para depois, á sombra de sua protecção, poderem nascer e medrar em descanso as letras. — É constante que já por essa época havião ellas adquirido vigorosa estabilidade por todo o reino, principalmente em Coimbra, o que corrobora a asserção do erudito Rezende, o qual, escrevendo a vida do nosso compatriota *São Gil*, bem conhecido como medico e chimico, então synonymos de magico, cujo nascimento foi em 1155, diz assim: « Desde a sua puericia entrou o bemaventurado Gil a frequentar os lyceus de Coimbra, onde, como côrte que então era dos monarchas portuguezes, se achavão em grande vigor os estudos das letras. » O mesmo assevera Frei Luiz de Souza; e Frei Francisco Brandão, além de confirmar o mesmo, diz que para os que as estudavão, havião livrarias publicas, e se ensinavão nas cathedraes do reino, tanto que na Sé de Lisboa, as estudou *Santo Antonio*, natural da mesma. Não forão portanto infecundos os litterarios engenhos dessa época, cuja fama nos veio recommendada á posteridade, sendo um delles o proprio Rei D. *Affonso Henriques*, do que dá fé a sua historia da *Conquista de Santarem* em elegante estilo latino, a qual se conservava manuscripta no mosteiro d'Alcobaça, e se póde ver impressa em Frei Antonio Brandão. (*Monarch. Lusit.*, *parte* 5.ª, *livr.* 17.) — *João Camello*, capellão do mesmo Monarcha e primeiro chronista do reino, autor do *Summario das Familias e primeiros Conquistadores do Reino*: — *D. Gastão de Fox*, bispo d'Evora, descendente dos principes de Guienna, porém nascido em Portugal, e um dos seus mais bellos ornamentos, distincto philologo, escreveu em Arabe para a conversão dos Mouros uma obra sobre materias theologicas, na qual El-Rei D. Diniz achou tanto merecimento que a mandou traduzir para Portuguez por D. Pedro Galvão arcebispo de Braga, e a

verteu depois em latim o cardeal D. Miguel da Silva. Vem após estes um *Pedro Alfarde*, chronista-mór e successor de João Camello, encarregado de continuar os fastos do reinado do primeiro Affonso. —*D. João de Frocs*, natural de Coimbra, arcebispo de Besançon, lente na universidade de Paris, e depois feito cardeal por Gregorio IX, bem como prégador de Philippe II de França; delle se conserva illustre memoria em varios documentos do extincto mosteiro de Santa Cruz. —*Santo Antonio de Lisboa*, erradamente denominado de *Padua*, autor de muitas obras de grande erudição theologica, pelas quaes logrou reputação de tanto saber como a lograva já de grandissimo Santo por suas heroicas virtudes. —O papa *João XXI*, natural de Lisboa e elevado á cadeira pontificia em 1276, depois de haver exercido por muito tempo a profissão de medico, é igualmente autor de varios escriptos sobre medicina e theologia pelos quaes mereceu louvores dos seus contemporaneos. Finalmente *Mestre Menegaldo*, o qual escreveu em latim uma *Historia geral do Mundo*, sobre cuja existencia e merecimento se póde consultar a *Monarchia Lusit.*, na parte 1.ª Recordamos estes nomes entre muitos outros, por não ser nosso plano tecer um miudo catalogo de todas as notabilidades litterarias que começárão a illustrar os primeiros reinados da nascente monarchia, da qual nos achamos já nos fins do XIII seculo envolto ainda em trevas.

Temos-nos encaminhado pois para uma época memoravel, a qual, propriamente fallando, foi para o nosso paiz o luminoso oriente das letras: chegamos finalmente ao reinado de D. Diniz, do qual tem origem o primeiro estabelecimento litterario-scientifico que com o nome de *universidade* se organisou em Portugal. Foi em Lisboa, no anno de 1290, que este Monarcha levantou ás Deosas das artes esse primeiro templo, para o qual mandou vir

professores de reconhecida sciencia. Não tardou porém muito em comprehender que esta cidade era lugar improprio para séde de um tal estabelecimento por causa das distracções e luxo que encerra uma grande capital. Resolveu-se portanto, 18 annos depois, de transferir a universidade para Coimbra, cidade que, por sua situação central, pela amenidade do clima e barateza dos viveres, se tornava o mais proprio assento da Athenas lusitana. D. Affonso IV porém, 30 annos depois, a mudou para Lisboa, onde elle proprio e a côrte começárão a fazer sua fixa residencia. Todavia, por motivos plausiveis, o mesmo Monarcha a transferio novamente para Coimbra em 1354, ampliando-a com grandes privilegios. Assim foi esta cidade continuando a ser o receptaculo das sciencias da mocidade portugueza, começando desde então a germinarem as sementes que produzirão nos dous seculos seguintes varões esclarecidos, despertando os talentos admiraveis que ao depois enchêrão o mundo inteiro com a fama de seus descobrimentos, conquistas e raros engenhos, que a propria difficuldade das maritimas emprezas havião de ir progressivamente desenvolvendo e engrandecendo, até que no correr do anno de 1377 forão as aulas academicas de novo transferidas para Lisboa pela razão de não quererem alguns professores mandados vir de fóra do reino por El-Rei D. Fernando, dar-se ao ensino em outro lugar que não fosse a capital. Aqui pois permaneceu a universidade por largo tempo com grande protecção e privilegios que os Monarchas lhe concedêrão, esmerando-se todos como á porfia em se lhe mostrarem affeiçoados.

Por estes tempos havia já lançado tão profundas raizes a arvore da sciencia no terreno portuguez, que, sem embargo das guerras assoladoras que o paiz foi obrigado a sustentar contra a potencia castelhana, tanto no infeliz reinado de D. Fernando, como no glorioso de D. João I,

forão sempre as letras progredindo em grande augmento. Chegou finalmente o prazo em que a nação tinha de patentear ao mundo o seu engenho creador na applicação dos principios bebidos nas escolas de Urania, obrando acções sobre as quaes assentasse triumphadora do tempo e dos caprichos humanos a sua reputação litteraria e o seu caracter emprehendedor na carreira da civilisação, dando novo andamento ao destino dos imperios, e estreitando os laços da sociedade: alludimos ás primeiras bases dos seus descobrimentos maritimos e do commercio universal que o mundo inteiro deve innegavelmente ao sabio e infatigavel infante D. Henrique, e aos alumnos da sua academia de Sagres, primeira sociedade maritima instituida na Europa, na qual este principe reunio os seus mais doutos compatriotas com outros chamados de nações estrangeiras, para nella se discutirem importantes questões de geographia, cosmographia e nautica. Desta academia sahirão os illustres varões que ao depois tanto brado derão ao mundo civilisado. E para que nos não taxem de parcialidade em assumpto que tanto honra a nossa nacionalidade, permitta-se-nos transcrever neste lugar as proprias expressões com que um afamado geographo francez nos acreditou á face da Europa: « Os Portuguezes tem a gloria de ser o primeiro povo da Europa que aperfeiçoou a navegação, fazendo-lhe applicação dos conhecimentos astronomicos. O principe D. Henrique, filho de D. João I, fundou em Sagres um observatorio no qual mandou instruir alguns jovens na sciencia da astronomia. O mesmo suspeitou que os navegadores podião tirar grandes vantagens da bussola, a qual havia já tres seculos que era conhecida, mas de que ninguem ainda se tinha lembrado fazer uso para regular as longas viagens maritimas. » (*Geograph. de Lacroix, edic. de* 1800, *tom.* 1.°,

art. Portugal.) Taes são os prodigiosos fructos do engenho quando as sciencias lhes fecundão os germens!

Autores ha que asseverão fôra o mesmo infante o inventor das cartas de marear. (Veja-se no *Dicc. de Bluteau* o art. *Cartas de marear.*) O que porém não padece duvida é que foi elle quem abrio caminho ás famosas emprezas maritimas que servirão para levar á immortalidade tantos seus compatriotas, nas navegações que puzerão em esquecimento todas as outras dos antigos. Assim continuou a nação nos seguintes reinados até os fins do seculo XVII a dar a mais polida e luminosa cultura com progressos na pratica das sciencias, e não menos que nas artes de imaginação e gosto, as quaes são como festões de flôres que servem de recrear a vista e o olfato, e de amaciar os passos escabrosos que com tamanha frequencia se apresentão nos atalhos da vida.

Todavia em 1440, quando o governo da monarchia ainda se achava na tutella da Rainha mãi de D. Affonso V, começou a universidade portugueza a soffrer visivel decadencia, devida talvez ás domesticas perturbações procedidas do descontentamento do povo, que olhava mal soffrido a regencia da Rainha, á qual era desaffeiçoada a nação por ser estrangeira, e haverem infantes tios d'El-Rei, talentosos, a quem parecia competir esse cargo, e chegou a tal ponto essa animosidade, que os povos aberta e espontaneamente elegêrão por governador do reino na minoridade d'El-Rei ao infante D. Pedro.

A estas perturbações domesticas pois e áquellas que se seguirão, logo que o novo Monarcha entrou na posse da administração do reino, as quaes terminárão infelizmente pela morte violenta e affrontosa do sabio e honrado infante nos campos d'Alfarrobeira, assim como ás militares emprezas d'Africa, e afinal com as calamitosas guerras em que Portugal se vio empenhado por causa da successão de

Castella, cujos marciaes rebates occupárão quasi todo o seu reinado, poderemos attribuir em grande parte a decadencia da universidade, a qual durou até aos annos de 1480, penultimo do seu reinado; sendo que tambem não concorreu pouco para ella os escassos ordenados dos professores e sua pouca consideração.

Foi este mesmo Monarcha que no seu palacio primeiro ajuntou em Evora copiosa livraria « uso (diz um moderno escriptor francez Mr. Sané) até áquelle tempo desconhecido nas outras côrtes » e o mesmo que determinou que se escrevesse em lingua latina as historias portuguezas, mandando para este effeito vir da Italia a Frei Justo Baldino, insigne litterato, a quem depois nomeou bispo de Ceuta, e outros homens talentosos.

O reinado de D. João II principiou com felizes auspicios para o litterario de Portugal, porquanto desde o seu começo entrou este principe *perfeito* a assignalar-se entre os amantes das letras applicando-se a tomar conhecimento de todas as pessoas que as tornavão distinctas, as quaes honrava e premiava. A curta duração porém da sua vida e as contestações que teve com a primeira nobreza do reino o impossibilitárão de mais largamente estender o augmento das letras, as quaes já por esses tempos fazião admiraveis e rapidos progressos por toda a Europa. Foi comtudo no seu reinado que Portugal, já então bastantemente rico em conhecimentos litterarios e scientificos de toda a ordem, teve a honra de apresentar ao mundo o feliz invento do *Astrolabio maritimo*, de grandiosa utilidade para todos os que se dão ás longinquas viagens do mar. Forão seus inventores *Mestre Rodrigo* e *Mestre Joseph*, judeo, ambos medicos de D. João II, e um *Martim de Bohemia*, ao serviço do mesmo.

Forão fructos do aperfeiçoamento das mathematicas e outras applicações á nautica, os descobrimentos do Porto

Santo, Madeira e Açores, e de toda a costa occidental da Africa até haver vista do cabo de *Boa Esperança*, pelo insigne Bartholomeu Dias, que D. João II havia mandado com dobrados navios dos até áquelle tempo, que foi em 1486. Pertence, além disso, aos ultimos annos do seu governo um acontecimento famoso na historia do mundo pelas consequencias de summa importancia que trouxe ao commercio da Europa, e aos destinos de uma grande porção de seus individuos: foi o descobrimento do Novo-Mundo.

Certo é que a opinião geral tem até ao presente attribuido a Christovão Colombo a gloria desta descoberta; porém, sem fallar mesmo das anteriores navegações dos Scandinavios aos mares boreaes, bem conhecida é a viagem de *João Vaz Côrte-Real*, maritimo portuguez empregado do infante D. Fernando pai d'El-Rei D. Manoel, de companhia com *Alvaro Martins Homem*, até ás costas da Terra-Nova em 1463, isto é, 29 annos antes de Colombo chegar ás ilhas Lucaias em 1492, bem como a de outro nauta portuguez, Affonso Sanches, o qual antes de nenhum descobrira a America. * Ainda mesmo pelo que respeita á primeira noticia de alguns paizes mais ao Sul dessa região, escriptores ha que tem pretendido laurear a Portugal com esta nova grinalda, attribuindo a individuos desta nação a honra, muito embora casual, de seu descobrimento; os que porém com toda a certeza podemos citar é o Brasil e estreito de Magalhães.

Poremos remate a este brilhante periodo, o qual termina com o reinado de D. João II nos fins do XV seculo, mencionando alguns sabios Portuguezes, os quaes entre

* Veja-se na 1.ª parte desta obra o artigo *Cascaes*. Consulte-se igualmente a *Memoria sobre os Descobrimentos e Commercio dos Portuguezes nas terras septentrionaes da America*, por A. Ribeiro dos Santos, no 8.º vol. das *Memorias da Academia Real das Sciencias*, a pag. 309.

muitos o illustrárão, sem que deva inferir-se que em presença desses poucos reputemos inferiores em merito outros de que não fazemos lembrança, visto ser o intento deste bosquejo mostrar que em todas as épocas que vamos rapidamente percorrendo, existirão em Portugal homens abalisados em todo o genero de conhecimentos proprios do tempo, contra a errada opinião de muitos estrangeiros, os quaes, ignorantissimos da nossa historia, se tem intromettido a fallar nella com grave discredito.

Illustrárão pois esse periodo, além de muitos outros, *El-Rei D. Diniz*, o qual foi o primeiro que nas Hespanhas, á imitação dos poetas Provençaes, metrificou em rimas, deixando-nos para documento de sua litteratura differentes obras, taes como o—*Cancioneiro de Nossa Senhora*—*Cancioneiro de varias obras*—*Dos Officios principaes da Milicia e de outras cousas pertencentes a ella*, &c. Mandou traduzir differentes livros uteis, tornando-se credor de elogios dos doutos.—*D. Pedro Affonso*, conde de Barcellos, filho natural do mesmo Monarcha, pelo seu livro de genealogias, ou *Nobiliario*, bem que hoje corra adulterado, grangeou grandes creditos de erudito entre nacionaes e Castelhanos. Applicou-se tambem com feliz talento á cultura das musas, a cujo respeito diz Frei Francisco Brandão o seguinte: « Temos certeza de ser varão inclinado a estudo, segundo vemos em seu testamento, no qual deixou a El-Rei de Castella o seu livro de *Cantigas*; e quem tinha composto um Cancioneiro que podia ser presenteado a um Rei, pessoa era com noticia de boas-letras. » *—*Frei Mendo Vasques de Briteiros*, cujo poema

---

* Deparamos no *Compendio de Historia portugueza* de Tiburcio A. Craveiro a pag. 200, a seguinte nota, cuja veracidade não garantimos, porém que poderá vir em parte aclarar a materia de que estamos tratando; eis suas formaes palavras: « Sabe-se que Sir Carlos Stuart tem um exemplar do *Cancioneiro geral* que Rezende publicára em 1516, onde vem estas e outras poesias

da tomada de Lisboa, Obidos e Alemquer, e das guerras feitas em tempo de D. Diniz, foi de grande estima nessa idade. — *Alvaro Paes*, bispo de Silves, o qual em Paris foi discipulo do celebre Escoto e secretario do Papa João XXII, deixou um claro documento do seu saber em differentes composições eruditas, a principal das quaes é *De Plantu Ecclesiæ*, obra reimpressa por muitas vezes e traduzida em varias linguas. — *El-Rei D. Pedro I* foi dotado de grande inclinação e geito para a poesia. Este principe, que tão doidamente amou, não podia deixar de cultivar as letras: e apezar da rudez guerreira e quasi selvagem delle e da sua côrte, celebrou em versos nascidos de coração, e portanto expressivos, o amor e infortunios de sua tão formosa quanto infeliz amante Ignez de Castro. — *O Infante D. Pedro*, duque de Coimbra, filho 2.° de D. João I, cultivou efficazmente o seu engenho, e foi perito em diversas linguas por se haver dado a viajar pela Europa, Asia e Africa, legando á posteridade claros testemunhos de seus talentos em varias composições de verso e prosa. As suas *Poesias varias* vem no Cancioneiro de Rezende de 1516, e o *Auto do Infante D. Pedro e das Sete Partidas do Mundo*, o qual foi tantas vezes reimpresso, corre porém com tantos erros geographicos, que se torna producção indigna de ser attribuida a tão illustre autor. — O *Infante D. Henrique*, duque de Viseu, 3.° filho de D. João I, desde os seus primeiros annos se votou com tamanho desvelo ás mathematicas, que por suas

antiquissimas. Informárão-nos de que El-Rei D. João VI concedêra a Lord Strangford servir-se da livraria hoje N. e I. do Rio de Janeiro, que outr'ora era a d'El-Rei no palacio d'Ajuda, e que para o Rio foi transportada em 1810: e de que na sua sahida levára o Lord um *Cancioneiro* de Rezende. Tudo confirma de que o que hoje tem Sir Carlos Stuart é o que levára o Lord. O *Cancioneiro* de Rezende e o dos *Nobres* não se achão hoje em bibliotheca alguma: bem quizeramos pois que se nos restituisse um dos monumentos de nossa gloria litteraria. »

profundas observações e rara constancia pelo espaço de 40 annos, emprehendendo novos descobrimentos, patenteou ao mundo preciosos conhecimentos nessa sciencia, na geographia e cosmographia, como atrás fica dito. (Veja-se o art. *Sagres* no 1.° vol., e pag. 230 deste.)

Vasco de Lobeira (julga-se ter morrido em 1403) foi um dos primeiros autores que escrevêrão *romances* intitulados *livros de cavallarias*, dos quaes é principal o *Amadis de Gaula:* foi tão grande o merecimento que nesta obra reconhecêrão os estrangeiros, que se traduzio logo em differentes idiomas, entre elles no italiano pelo pai de Tasso e mereceu elogios de abalisadas pennas. Algumas pessoas que virão o original quando passou aos archivos Reaes pela confiscação dos bens do duque de Aveiro, em cujo poder se achava, assegurão que era perfeitamente semelhante na linguagem e escripta aos manuscriptos do tempo de D. Diniz. —*João das Regras* ou *de Aregas* distinguio-se como o mais ardiloso jurisconsulto da época; classificou as leis do reino accrescentando-lhes interpretações, e traduzio o codigo de Justiniano. Foi elle que com a sua verbosa dialectica nas Côrtes de Coimbra de 1385 decidio os procuradores dos povos a pôrem a corôa na cabeça do Mestre d'Aviz, em prejuizo de sua sobrinha e dos dous filhos de D. Pedro I emigrados na Hespanha. — Foi *El-Rei D. Duarte*, denominado o *Eloquente*, affeiçoadissimo ás sciencias e n'algumas mui versado, favorecendo liberalmente os homens doutos e engenhosos. Este Monarcha, a quem se póde dar o titulo de sabio, escreveu diversas obras de grande importancia, merecendo entre ellas recommendação a que tem por titulo *Leal Conselheiro*, dedicada á Rainha sua esposa. Desta obra, á qual se ajuntou outra do mesmo autor com o titulo de *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sella*, ha poucos annos se fez em Paris uma bem elaborada edição, copiada

do manuscripto depositado na bibliotheca Real, e da mesma sahio outra edição em 1843, ainda mais exacta, em Lisboa. — *Vasco Fernandes de Lucena*, chronista-mór do reino, guarda-mór da Torre do Tombo, e conde Palatino, foi um dos sabios jurisconsultos que D. João I mandou ao concilio de Basilea, no qual se fez admirar pelo seu profundo saber diplomatico e eloquentes orações latinas que recitou a diversos pontifices. — Do appellido de *Zacuto* houverão em Portugal neste periodo tres sabios escriptores, se é que não forão dous, tal é a incerteza das noticias que sobre elles correm: sabe-se porém que forão Judeos portuguezes. Um escreveu o *Tratado do Clima da Lusitania*, em lingua portugueza muito antiga, e esteve manuscripto no mosteiro d'Alcobaça. Outro, conhecido pelo nome de *Diogo Rodrigues Zacuto*, é commemorado pelas suas *Taboas Astronomicas*, e segundo a *Evora Gloriosa* de F. Fonseca, nascêra nesta cidade. Este mesmo ou um terceiro, cuja existencia é incontestavel, teve o nome de *Abraham Zacuto*, astronomo d'El-Rei D. Manoel, o qual escreveu, anterior ao anno de 1473, o rarissimo livro intitulado *Almanak perpetuum celestium Motum astronomi Zacuti*, impresso em Leiria em 1496, e dedicado ao bispo de Salamanca, em cuja universidade foi lente.

Fernão Lopez, habil chronista-mór do reino, desempenhou o seu lugar escrevendo as historias dos Soberanos portuguezes desde o conde D. Henrique até D. Duarte, reinando no seu estilo uma nobre simplicidade, frequentemente até trivial e incorrecta por nada sacrificar á singileza da sua narração e acrisolada fidelidade historica. Na opinião de Ferdinand Denis, é um « historiador verdadeiramente superior ao seu seculo. » Escreveu mais a *Chronica d'El-Rei D. João I*, impressa posteriormente em 2 vol., 1644. — *Gomes Eanes de Azurara* teve os mesmos

empregos que o antecedente e não menor talento coadjuvado com as mercês de D. Affonso V. Uma de suas melhores obras foi pela primeira vez impressa em Paris no anno de 1841, com o titulo de *Chronica de Guiné*: além de outras, ha muitas conhecidas e publicadas, taes como a de *D. Duarte de Menezes* e a *d'El-Rei D. Duarte*; a *Tomada de Ceuta*, — *Compilação de varias escripturas, ordenações*, &c., desde D. Pedro I até D. João I. — *Duarte Galvão* foi igualmente chronista-mór de D. João II, escreveu a de D. Affonso Henriques com bastante erudição, e uma noticia sobre a Abyssinia, onde tinha ido por embaixador: conserva-se manuscripta na Torre do Tombo.

CAPITULO III.

BOSQUEJO DA LITTERATURA PORTUGUEZA

DESDE O COMEÇO DO XVI SECULO NO REINADO DE D. MANOEL ATÉ Á USURPAÇÃO CASTELHANA EM 1580.

O fim do seculo XV patenteia os umbraes ao mais bello periodo da litteratura portugueza. Foi no *afortunado* governo do grande D. Manoel tão justamente nomeado, e nos dous que se lhe seguirão, que as letras attingirão em Portugal o seu zenith, pois que esse periodo, ao qual já dera impulso D. João II, reune em si os illustres nomes da maior parte dos grandes homens que immortalisárão os fastos litterarios da nação, attendendo a que todos os ramos do saber humano nesses priscos tempos professados nos paizes mais cultos da Europa, chegárão entre nós a um grão de perfeição admiravel.

O conhecimento de um novo mundo e o commercio de remotos paizes havião disposto o genio portuguez a conceber novas e gigantescas idéas, e sem o vangloriar, podemos admittir que nenhuma outra nação europea reunia tantos elementos, pelas suas vastas descobertas maritimas e terrestres, de cujos fructos ainda possuia, até o fim do infeliz reinado de D. Sebastião, o exclusivo dominio. Essas navegações que incessantemente eramos obrigados a emprehender afim de progredir nas conquistas da Asia, Africa e America, puzerão-nos na necessidade de levar a um grande auge de adiantamento as theorias nauticas diariamente aperfeiçoadas por continua pratica; e admittida a estreita ligação que tem a sciencia nautica com as da geographia e astronomia, os progressos que na primeira fizemos deverião convencer até aos mais preoccupados de que nas duas ultimas seriamos tambem distinctos e até superiores ás nações então mais adiantadas nesses dous ramos. Comprova esta verdade a opinião de alguns sabios estrangeiros, e desse numero citaremos aqui as formaes palavras do geographo *Guthrie*: « Os antepassados dos Portuguezes possuirão de certo mais verdadeiros conhecimentos astronomicos, geographicos e nauticos, do que talvez todas as outras nações europeas, até o meiado do seculo XVI, e ainda por muito tempo depois. » Com effeito só o espirito de uma cega parcialidade poderia negar a esta nação a superioridade ás outras nas sciencias de que fallamos, nesse periodo. Existia então, além de outros muitos insignes mathematicos, um *Pedro Nunes*, cujo nome seria sufficiente para illustrar qualquer nação culta. A perfeição que este sabio deu ao *astrolabio*, o qual do nome do aperfeiçoador ficou sendo chamado *nonius*, denominação pela qual ainda é conhecido entre os naturaes e estrangeiros, e os luminosos escriptos com que enriqueceu as mathematicas, tirão toda a suspeita de

sentimentalismo a este elogio. Forão suas obras publicadas em Latim e Portuguez, formão uma collecção de mais de 14 vol., e tem sido muito preconisadas por diversos sabios e academias. Foi formado Pedro Nunes em medicina, philosophia e mathematica, lente na universidade de Coimbra, cosmographo mór do reino; leccionou geometria, algebra e outras sciencias aos infantes filhos de D. João I, e navegou para todas as terras até então descobertas ou conquistadas pelos Portuguezes.

Foi a poesia um dos ramos em que muito sobresahimos nesse periodo a outras nações, apenas emparelhando comnosco a Italia: nem houve genero algum de poesia antiga que não fosse por nós desempenhado com gloria, e assim devia acontecer, pois o variado espectaculo da virgem natureza que em toda a sua gala e magestade se apresentava aos olhos dos nossos descobridores nos paizes d'antes desconhecidos, de ambos os hemispherios, dando origem a novas e sublimes idéas, inspirava os mais bellos conceitos, expressados pelos nossos poetas na opulenta e flexivel lingua portugueza, levada então ao zenith da sua perfeição. O sabio bem que rigido governo de D. João II predispôz toda a grandeza de seus tres successores. Correspondêra-se elle com o grão-duque Lourenço de Medicis e Angelo Policiano, e as artes e litteratura que tanto medravão em Florencia ao abrigo da casa de Medicis, se transportárão para Portugal. *Ruy de Pina*, chronista-mór do reino e guarda-mór da torre do Tombo, autor de varias chronicas de Reis, foi o digno successor de Fernão Lopez e de Azurara. Estes tres escriptores que illustravão o fim do XV seculo forão os fundadores da historia portugueza. Apezar de que em seu estilo ressumbra um orientalismo bebido na litteratura dos Arabes e ateado pelas inspirações dos climas meridionaes, e mórmente pelo alvoroto nacional de proezas e novas scenas, todavia tiverão a gloria de

fixar a lingua, e encetar o grande seculo. Forão as chronicas de Ruy de Pina as seguintes na ordem da publicação: a de D. Affonso IV; D. Sancho I; D. Affonso II; D. Sancho II; D. Affonso III; D. Diniz; D. Affonso V; D. João II; D. Pedro I e D. Manoel. Escreveu tambem um *Compendio das grandezas e cousas notaveis d'Entre Douro e Minho.* E ainda não despontára a gloria dos poetas por excellencia, os classicos do seculo XVI, desdenhados hoje e infelizmente pouco imitados, mas o gosto e estilo prosaico se depurára, e já bruxuleavão os precursores de Camões. Não tardarão elles a raiar como os albores matutinos de um formoso dia de estio.

Desde 1495 até o fim de 1521 reinára D. Manoel com razão cognominado o *afortunado*, e desde o seu começo rompeu a gloria portugueza desse seculo com mais brilhantismo quanto nunca tivera. As façanhas desse periodo, admiradas hoje de todo o mundo, revelão sufficientemente que todos os ramos scientificos forão proficuamente cultivados: abre-se a rota do Oriente e do Occidente: dilatão-se os terminos da navegação e muda-se a civilisação da Europa, mas particularmente em Portugal desde o governo de D. João I até o de D. Sebastião em 1578. Seria nunca acabar o alargar as raias desta Noticia com a miuda enumeração de todos os generos de escriptos que adornárão a nossa litteratura nesse brilhante periodo. Os nossos melhores historiadores de então applicárão-se cuidadosamente a imitarem os grandes mestres que o seculo de Augusto lhes havia deixado para modelos. Assim *Diogo de Teive* imitou com bastante felicidade a Tacito nas suas numerosas obras historicas, quasi todas escriptas em latim.—Na mesma lingua, e ainda com superior merecimento, escreveu *D. Jeronymo Osorio*, bispo de Silves, a *Vida d'Et-Rei D. Manoel*, com grande erudição e eloquencia, bem como muitos outros escriptos que lhe grangeá-

rão o titulo de Cicero christão, e *João de Barros* nas suas *Decadas da Asia* foi tão exacto em guardar as partes de um bom historiador, quaes sejão a clareza, verdade e juizo, que por muitos escriptores estrangeiros tem sido denominado o *Tito Livio portuguez*, e a sua obra traduzida em Inglez, Francez, Italiano, Allemão e Hespanhol. Foi, além disso, tido pelo melhor grammatico portuguez, em cuja lingua escreveu uma arte da mesma, e diversos tratados sobre geographia e historia. Estreou a sua carreira por uma chronica ou romance — *Clarimundo*, e comquanto esta obra parecesse mais notavel pelo estilo do que pela imaginação, annunciou logo em seu autor uma penna brilhante digna de transmittir á posteridade as façanhas de seus compatriotas. Teve elle a gloria de ser o primeiro que deu a conhecer bem a India aos Europeos, descrevendo fielmente os paizes, os costumes dos povos, e os caracteres das personagens, &c. A pureza da sua linguagem, elegancia e energia de seu estilo, justificão assaz a eminente reputação em que ainda é tido.

Não deve admirar que levassemos a palma a qualquer outra nação europea n'alguns ramos scientificos de erudição e de gosto, n'um tempo em que, muito embora animados do espirito geral do seculo como por força irresistivel, tendiamos a emanciparmos-nos da anterior barbaridade. Portugal, sem fallar nas razões que lhe erão particularissimas para distinguir-se em certas applicações litterarias, teve de mais a mais a fortuna de ver neste periodo á frente do seu estabelecimento social, Monarchas illustrados e amantes dos progressos das letras e sciencias. A começar por D. Manoel, um de seus mais assiduos cuidados, foi o restituir á universidade que ainda então tinha o seu assento em Lisboa, aquelle gráo de esplendor que lhe era devido, dando-lhe mais bem ordenados estatutos, e creando nella novas cadeiras e augmento de

ordenados a todos os seus lentes. Não foi igualmente brazão de menor gloria para este Soberano o esmero que mostrou em levar á perfeição, no seu reino, a *arte typographica*, inventada pelo meiado do seculo XV, porquanto pouco depois do começo do seu governo, mandou elle vir o Allemão *João Cromberger*, impressor, o qual se distinguira nessa arte, e por um alvará de 1508 (antes que Luiz XII de França privilegiasse em 1513 aos impressores da universidade de Paris, como se lê no *Dicc. de Trevoux*, 3.° vol., pag. 910), lhes fez mercê e a todos que nos seus senhorios usassem dessa nobre invenção, de privilegios e honras. Não fôra todavia elle o primeiro Monarcha portuguez que mostrára zelo pelo acolhimento dessa nova admiravel descoberta, Palladio venerando dos conhecimentos humanos, pois é fóra de duvida que desde o reinado de D. Affonso V fôra a typographia introduzida neste reino. Erigira-se ella em Portugal em 1466 ou 1467, isto é, nove annos depois da edição do *Psalterio* de Maguncia *(Mayence)* em 1457, porque as *Coplas do Infante D. Pedro* forão impressas em Leiria em 1466. Assim que, depois de Maguncia, Bamberg e Subiaco, foi Leiria a 4.ª cidade onde na Europa se usára de typographia. * Este prompto acolhimento de tão proveitoso invento é sem duvida Real e digno de ser conhecido pela posteridade. Contra a nossa opinião porém (a respeito da data) citaremos a de Fran-

* Julgamos todavia ser meia duzia de annos posterior. Esta Noticia a extrahimos do Compendio de T. A. Craveiro, o qual accrescenta n'uma nota a pag. 203, edição do Rio de Janeiro de 1833 : « — Logo após tres cidades a tiverão em Portugal: passados tempos sete, além de Salsete na India. No seculo XVI doze cidades a tiverão em Portugal e na India, Goa, Macáu, Salsete e Amacusa, no Japão. No seculo XVII treze em Portugal, as outras na India além de Cantão, Nangasaki no Japão, Hiang-Ho na China e na America Rio de Janeiro. De 1467 a 1500 fizerão-se em Portugal 26 edições; de 1501 a 1536 emittirão-se 47 edições em Portugal e em Salsete. » (*Extracto das Memorias da Academia Real das Sciencias.*)

cisco Freire de Carvalho, no seu *Ensaio*, a pag. 86, a qual é do theor seguinte: « Fundamentamos pois com os documentos mais plausiveis o nosso juizo a respeito da introducção dessa arte em Portugal, a qual teve lugar quasi desde o seu berço pelos annos de 1464 ou 1465, talvez anticipando-se tambem neste novo genero de gloria, bem como em outros muitos, ás mais nações europeas (exceptuando por ventura sómente a Hollanda e Italia), o que serve para mostrar mais claramente ainda o zelo e ardor com que os nossos antepassados lançárão mão de tudo quanto servia para promover a litteratura e as sciencias, &c. »

Não menos do que El-Rei D. Manoel se mostrou desvelado seu filho D. João III em promover os litterarios estabelecimentos do reino, começando pela transferencia da Athenas lusitana, de Lisboa para as amenas margens do Mondego, as quaes saudosas havia tanto da sua companhia e do suave commercio que de tempos antigos havião travado com os alumnos de Minerva, depois do longo espaço de 160 annos de ausencia, virão restituir-se-lhes de novo na classica Coimbra em 1537 esse precioso deposito do saber nacional, agora muito mais accrescentado em privilegios, rendas e numero de faculdades regidas por habeis engenhos portuguezes e estrangeiros mandados buscar pelo mesmo Monarcha ás mais insignes universidades da Europa, com grande dispendio.

Aquella parte da historia dos homens, por ventura a mais interessante, e que tem por objecto fazer patente o desenvolvimento e progressos do espirito humano, apresenta o facto que, geralmente fallando, o gosto pelas artes de engenho e imaginação, precede ao da philosophia e de outras sciencias severas, quando circumstancias extraordinarias não vem perturbar essa marcha, pois, como diz Robertson, « Acontece ás nações o mesmo que

aos individuos: as faculdades da imaginação tem já adquirido vigor antes de se exercitarem sobre materias abstractas e especulativas. São os homens poetas antes de philosophos. Sentem vivamente e sabem pintar ou descrever com energia antes de poderem bem raciocinar. O seculo de Homero e de Hesiodo precedeu muito o de Thales e de Socrates, &c. Se porém no nosso paiz forão cultivados com gloria, desde a instituição das academias de Lisboa ou Sagres aquelles ramos das sciencias mathematicas, que tem uma influencia directa sobre as felizes emprezas maritimas, circumstancias extraordinarias difficeis de verificar-se n'uma nação de vulgares espiritos, mas que felizmente se achárão reunidas na familia portugueza de então, poderáõ formar uma notavel excepção a essa marcha da natureza.

Continuaremos promiscuamente a citar alguns nomes illustres que nessa época florescêrão em todos os generos de litteratura, começando pelos que nas universidades estrangeiras occuparão cadeiras, patenteando a sua erudição. Ensinárão pois theologia na de Paris *Alvaro Gomes* e seu irmão *Pedro Fernandes Sardinha*, 1.° bispo do Brasil, pelos annos de 1550. —*André de Gouvêa* foi lente da mesma na de Bordeos onde igualmente foi professor de humanidades *Diogo de Teive*. —Na universidade de Paris foi lente de philosophia *Paio Rodrigues Villarinho*, e de eloquencia *D. Antonio Pinheiro*. —Na de Tolosa foi reitor e theologo *Frei Agostinho da Trindade*, e depois lente na de Bordeos. —Na mesma de Tolosa ensinárão medicina *Pedro Vaz Castilho* e *Francisco Sanches*, o ultimo dos quaes regeu tambem nella uma cadeira de philosophia e de ambas estas faculdades foi lente na de Montpellier. Na de Tolosa e Valença (no Delphinado), nas de Cahors e Grenoble dictou jurisprudencia *Antonio de Gouvêa*, e seu tio *Diogo de Gouvêa* foi reitor no collegio de Santa Barbara em Paris.

Na de Salamanca foi lente de rhetorica e lingua grega *Ayres Barbosa*, um dos mais sabios hellenistas das Hespanhas. —Forão igualmente na mesma universidade lentes de direito *M. Mendes de Castro*, *M. da Costa*, *Heitor Rodrigues* e *Ayres Pinhel*, &c.; de mathematica *Pedro da Cunha*; de philosophia *Pedro Margalho*, e de medicina *M. Nunes* e *Gabriel Gomes*, o qual tambem a ensinou em Valhadolid. —Na mesma o foi de philosophia *Henrique Fernandes* e *Henrique Jorge Henriques*, e *Luiz de Lemos*, de medicina em Lorena. —*Antonio Alvares*, *Fernando de Moura*, *Nicoláu Coelho*, e mais uns 20 a 30 dos principaes preencherão nestas sciencias distinctas cadeiras nas academias principaes da Hespanha.

Na Sapiencia em Roma forão lentes pontificios de direito *Jorge Calhandro*, *Paulo Calhandro* e *Paulo Cordeiro*; de humanidades *João Vaz da Motta*, *Archilles Estaço* e *Thomé Corrêa*, o qual tambem foi lente em Palermo e Bolonha, bem como *João de Deos*, e na universidade de Napoles *Antonio da Gama*. —Em Ferrara *Luiz Teixeira Lobo*, o qual ao depois foi mestre de D. João III; em Pisa *Bento Pinhel*, e depois em Praga na Bohemia. —*Francisco de Brito* em Padua; em Lovaina forão igualmente cathedraticos *Frei Agostinho da Graça* e *Frei Antonio de Senna*, e entre outros foi lente de medicina em Ferrara *João Rodrigues de Castello Branco*, mais conhecido pelo nome de *Amato Lusitano*. Todos estes sabios e muitos outros cuja nomenclatura mal se compadece com este bosquejo, pelas suas doutrinas e escriptos, fizerão patente ao mundo litterato que em Portugal se havião naturalisado as plantas da erudição.

Além destes, citaremos ainda *Diogo de Paiva de Andrade*, que no concilio de Trento admirou a todos com a sua erudição, da qual dão testemunho seus escriptos. — *Dom Frei Bartholomeu dos Martyres*, arcebispo de Braga,

depois canonisado pelo papa Clemente XIV em 1773, foi um dos mais conspicuos principes da igreja do seu tempo, e que mais se distinguirão no mesmo concilio. As suas numerosas obras sahirão quasi todas em latim, e versão sobre theologia e moral; entre outras cita-se com celebridade o *Compendio da doutrina espiritual*, e um *Stimulus pastorum*, ambas traduzidas em Francez, Italiano e Hespanhol. Morreu em 1590 n'um convento de Vianna, para onde se retirára 8 annos antes renunciando o arcebispado. Após elle veio *Frei Francisco Foreiro*, em cujo concilio servio de secretario, e compôz por ordem do Papa um *Cathecismo Romano* em latim e varias outras obras espirituaes.—Igualmente em latinidade, e no ministerio do pulpito, foi eximio *Dom Frei João Soares de Urró*, bispo de Coimbra, preceptor dos filhos de D. João III, o qual tambem escreveu no mesmo genero. *Frei Heitor Pinto* mereceu grandes elogios pela sua *Imagem da vida christãa*, obra que mereceu ser traduzida em Latim, Francez, Italiano e Hespanhol, e muitas vezes reimpressa. Foi este monge um dos principaes moralistas e classicos do seu seculo (morreu em 1584), accrescendo que os seus *Dialogos* são modelo de pureza de linguagem e encanto de estilo.

Como *poetas* illustrarão esta época, além dos já apontados, *Francisco de Sá de Miranda*, um dos primeiros que introduzio no genero pastoril um estilo moral, empregando nas suas eglogas e redondilhas uma linguagem natural e sentenciosa que lhe grangeou o titulo de Platão portuguez: foi tambem o que primeiro no paiz compozera comedias regulares. Delle diz o autor do Bosquejo (no *Parnaso Lusitano*), fôra o verdadeiro pai da nossa poesia, um dos maiores homens do seu seculo, poeta da razão e da virtude, philosophára com as musas e poetisára com a philosophia: exercêra sobre todos os poetas da sua

época a mesma especie de imperio que Boileau na França, e mais modernamente Filinto Elysio entre nós. Exercitou-se em diversos estilos e metros, porém em nenhum igualou a pureza correcção e sublime simplicidade de suas redondilhas e naturalidade das suas epistolas, que são seu maior titulo de gloria.

São de admirar suas comedias (os *Estrangeiros* e *Vilhalpandos*), e notavel monumento para a historia das artes pela feliz imitação dos antigos, e pelo que excedem tudo que até então se escrevêra. Não tinhão porém caracter nacional, e erão classicas em demasia para reformarem o theatro ha pouco creado por Gil Vicente. Por isso o publico frequentava mais aquelle a que estava habituado e o divertia, preferindo as grosseirias dos autos populares, com os quaes ria, a adormecer-se com as finuras da arte dessas comedias, que tudo tinhão, menos interesse, e onde todo o espirito havia, menos o nacional.—*Jorge de Montemor* ou *Monte-Mayor*, poeta de notavel elegancia, o qual na primeira parte da sua *Diana*, escripta em hespanhol, merece ser proposto para modelo, e no *Pyramo e Tisbe* quasi não tem quem o iguale.—*Fernão Alves do Oriente*, natural de Goa, na sua *Lusitania Transformada* deixou claras mostras de excellente e raro engenho: os seus versos, ainda que em parte diffusos e intrincados de conceitos, são de grande doçura e suavidade, e trechos contém lyricos e bucolicos excellentes. Assim elle nos dissesse mais do seu Oriente, e enriquecesse a litteratura com mais imagens de tantas que a Asia lhe offerecia: onde o fez, é verdadeiramente poeta. Imitou felizmente a Sannazaro.—*Pedro de Andrade Caminha*, lyrico elegante e de ingenuidade, sem embargo da dureza da sua versificação. É geralmente porém frouxo de invenção, e em 20 compridas elegias que nos deixou, rara é aquella que faça excitar no leitor uma faisca dessas emoções poeticas, dessas saudosas recordações tão fria-

mente descriptas. No geral suppre o machinismo da melodia á imaginação. Tem comtudo algumas odes e epigrammas excellentes. — *Jeronymo Corte-Real* nas suas composições poeticas, mas principalmente no seu *Naufragio de Sepulveda*, escripto pela maior parte em verso solto, deixou-nos creditos de poeta digno de ser lido pela posteridade erudita, mas nunca para ser comparado com os *Lusiadas*, como tem parecido a alguns de seus enthusiastas. O critico acima citado diz deste autor: O *Cerco de Diu*, de Corte-Real, é notavel monumento litterario, porém um tanto fria narração em que ha bellas ideias áquem e além, muita riqueza de linguagem, pouca de poesia e máos versos. É comtudo elle em data o primeiro poeta descriptivo, e creou por ventura esse genero de que tanto blasonão hoje Inglezes, Allemães e Francezes, e que todavia nós tinhamos seculos antes. Já no *Cerco de Diu* ha boas descripções, mas no *Naufragio* ha dellas sublimes.

Antonio Ferreira (jurisconsulto) foi um dos mais correctos e famosos poetas do seu tempo, particularmente no genero lyrico e epistolar, sendo que neste ultimo, mais do que em todos, quasi que cada um dos seus versos é uma sentença: igualmente se distinguio no comico em prosa. Ouçamos agora o seu juizo pelo autor acima citado, no qual inteiramente nos conformamos. « O profundo conhecimento dos classicos gregos e latinos, a facilidade com que sempre os imitou, a pureza da phrase, a riqueza com que adornou a lingua, derão aos versos de Ferreira grande popularidade e fixárão entre nós o gosto classico. Todavia copiou elle mais do que imitou, e tão cegamente, que seus proprios versos geralmente asperos, parece que assim os fizera de proposito por querer usar das ellipses gregas e latinas, a que repugna a indole do Portuguez. Os seus sonetos são insipidos, nas eglogas há bellezas muitas e mui grandes, mas espalhadas; porém das odes ha dellas

que são puramente horacianas, e se lhes fallece imaginação, sobeja-lhes a graça, a elegancia e adornada philosophia. O que é sem duvida, é que nas linguas vivas foi Ferreira o primeiro feliz imitador de Horacio. Das epistolas ha algumas que podem em concisão e fino dizer emparelhar com o lyrico romano. É porém a verdadeira gloria de Ferreira a *Ignez de Castro*, producção admiravel para o tempo em que a escreveu, por todos os lados em que se considere. Ignora-se o ter visto elle a *Sophonisba* de Trissino, que poucos annos antes apparecêra; é porém incontestavel a superioridade da tragedia portugueza á italiana. Pasma como, sem ver um theatro, sem mais modelos que os Gregos e Latinos, pudesse Ferreira tratar tão delicadamente um tal assumpto n'um genero e de tal modo desconhecido da antiguidade. »

Vem após estes o homem de quem o coração portuguez não póde recordar-se sem palpitar de nobre orgulho, e julgar-se avantajado em gloria litteraria a qualquer outro povo: foi este *Luiz de Camões*, o Homero dos modernos tempos. Nascêra em 1525 de parentes nobres, e havendo cursado os estudos da universidade, apaixonára-se por uma dama do paço D. Catherina de Ataide. Sua má fortuna, porém, e contrariedades no amor o decidirão a entrar na vida militar, e em Ceuta, n'um combate onde se achou, perdeu o olho direito. Regressando a Lisboa, esperando receber como bom guerreiro a recompensa que como poeta não obtivera, vio baldados todos os seus esforços para entrar n'uma situação independente. Maldizendo pois a ingrata patria, embarcou para a India. Não lhe sendo do mesmo modo possivel conseguir melhor sorte, e reduzido a infima miseria, foi combater contra Cochim, onde quasi todos os seus companheiros perecêrão victimas de combates e de um mortifero clima. Em todas as demais expedições teve sempre occasião de entregar-se

á sua paixão dominante pela poesia. As novas imagens e scenas asiaticas revestião-se de fórmas poeticas na sua imaginação, e o seu patriotismo se inflammava á proporção que pisava o solo da gloria militar portugueza. De outro lado os vicios da administração e um caracter dado á critica, o induzirão a escrever contra as autoridades uma diatribe intitulada *Disparates na India*, em consequencia do que foi desterrado para Macáu. Ahi a pobreza o fez aceitar o emprego de provedor dos defuntos, e viveu cinco annos a trabalhar na epopeia que devia eternisar seu nome. Ainda hoje se mostra em Macáu n'uma desabrida encosta uma gruta solitaria, onde o illustre poeta Garrett no seu bellissimo poema Camões, põe na bocca do autor dos Lusiadas:

Oh gruta de Macáu soidão querida
Onde tão doces horas de tristeza
E saudade passei! gruta benigna,
Que escutaste meus languidos suspiros,
Que ouviste minhas queixas lamentosas:
Oh solidão amena, oh grato asylo
Onde m'ia acoitar de acerbos males,
Onde amor, onde a patria me inspirárão
Os maviosos sons e os sons terriveis
Que hão de affrontar os tempos e a injustiça!...

O novo vice-Rei D. Constantino de Bragança concedeu-lhe licença para regressar a Goa, mas na volta fez naufragio na costa de Cambaia, onde se salvou a nado conservando na mão esquerda o seu immortal poema, sua unica riqueza. Apenas restituido a esta cidade, intrigas dos seus inimigos o levárão á cadeia, onde ficou retido até que uma subscripção de alguns amigos o pôz em estado de transportar-se a Lisboa, onde aportou em 1569. Devastava então o reino uma horrivel peste, e no meio do luto e do pavor ninguem sonhava em poesia ou tomava interesse pelos cantos do infeliz bardo, seu derradeiro recurso.

A sua dedicação a El-Rei D. Sebastião valeu-lhe o modico subsidio annual de 15$000 que no curso de hoje poderia valer dez vezes mais, porém insufficientes para uma alma tão ambiciosa. Esse mesmo auxilio lhe foi negado algum tempo depois. Por vezes lhe faltou até o alimento primario, o qual lhe mendigava nas ruas de Lisboa um escravo Jáo que trouxera da India,—para aquelle que era já a gloria das Hespanhas! A protecção regia se extinguira nos areaes d'Acacer Quibir com toda a nobreza e o prestigio da passada grandeza de Portugal; eclipsára-se-lhe a gloria, succumbira a sua independencia, e para o futuro só se presagiára escravidão e opprobrio. Camões, que tinha supportado tantas calamidades proprias com resignação, não pôde resistir ás da patria. Findou sua amargurada existencia sob o peso de tantas affecções moraes em um hospital no anno de 1579, alguns mezes depois da ominosa expedição do joven Rei.

Já em 1572 tinha sido impresso o seu immortal poema os *Lusiadas*, epopeia essencialmente nacional; é a gloria de seus compatriotas que elle canta, tudo quanto a historia ou as tradições populares contém de glorioso para elles: é um padrão com o qual não entraráõ as idades, e que conservaria ainda o nome portuguez quando elle tivesse desapparecido da face da terra. Todas as linguas cultas o possuem traduzido. As suas descripções são geralmente cheias de fogo e verdade; costumes, caracteres, paixões, lugares, &c., tudo é descripto sem o menor desvio da natureza com a mais elegante, pura e harmoniosa poesia: póde-se pôr a par de tudo quanto ha mais sublime antigo ou moderno. Em consideração a tantos dons, deve-se relevar neste poema alguma falta de união, o trivial ás vezes misturado com o pathetico, as divindades pagãas misturadas com o christianismo, &c., gosto da época em que viveu. Quasi que não houve genero de poesia que

não tratasse: tem sonetos e eglogas admiraveis: as canções, genero a que deu uma nobreza e elevação desconhecida mesmo em Petrarca, são as mais sublimes e perfeitas que se conhecem. Essas poesias menores avultão a uns 300 sonetos, 16 cantatas, 12 odes, 14 sextinas, canções, eglogas, &c., algumas comedias como *Seleuco*, *Filodemo*, os *Amphitriões*, os *Disparates*, &c., e 21 elegias.

—*Diogo Bernardes* ennobreceu o genero pastoril, e foi o unico poeta do seu tempo que se mostrou, senão affeiçoado do coração ao grande Camões, pelo menos uma vez sequer pregoeiro dos seus sublimes talentos que tanta inveja causárão aos seus contemporaneos, dos quaes nem um só, á excepcão de Bernardes, se dignou nomea-lo. Celebrou elle o rio *Lima* em todas as suas poesias, sob cujo nome contém 20 compridos eglogas e 33 epistolas. Ainda que o seu estilo seja monotono e pouco correcto e a sua elevação poetica acanhada, a melodia e suavidade de seus versos, e certa melancolia de expressão que lhe requebra o estilo, lhe daráõ sempre um distincto lugar entre nossos classicos.—*Gil Vicente*, poeta comico, foi o verdadeiro fundador do theatro portuguez, e as suas peças, em numero de 17 *autos*, 7 *comedias* e 11 *farças*, forão compostas e representadas na côrte de D. João III, o qual por vezes nellas tomava parte. Essas informes producções da nascente arte dramatica, gozárão então de grande nomeada e servirão de modelo a Lopes de Vega, Calderon e outros, o que não deve admirar, pois o seu merecimento dependia de circumstancias do tempo e locaes, além de que até podem ainda justificar sua engenhosa invenção a vivacidade do dialogo, suavidade de expressão e certa jocosidade no contínuo uso de rifãos. Sua filha, *Paula Vicente*, herdeira do poetico talento do pai, igualmente compôz varias comedias e a *Arte das linguas ingleza e hollandeza.*

Bernardim Ribeiro foi dotado de natural propensão para a poesia, porém nas suas eglogas é monotono. Tambem compôz a novella intitulada *Menina e Moça*, na qual pinta engenhosamente os costumes da côrte de D. Manoel e allegoricamente a sua infeliz paixão pela infanta D. Beatriz. As magoas de um amante apaixonado são o eterno thema de suas composições, e o seu estilo, aliás sonoro e expressivo é frequentemente semeado de *conceitos* ou antitheses repetidas com affectação; é comtudo original em sua simplicidade; o que lhe falta de sublime e culto sobeja-lhe em brandura, e n'uma ingenua ternura que faz suspirar de saudade, mas dessa saudade que o devorou e cujos suaves tormentos tão longo padeceu e tão singelamente pintou. — *Francisco Rodrigues Lobo* dedicou-se com assiduidade á poesia, porém dotou-o a natureza de acanhada imaginação. Escreveu algumas *Eglogas*, a *Primavera*, a *Côrte na Aldêa*, *Noites do Inverno*, o *Desenganado*, o *Pastor Peregrino*, *Eufrozina*, algumas peças comicas pastoris e heroicas, e o poema *Condestabre*, epopeia em oitava rima sobre as façanhas do inclito D. Nuno Alvares Pereira. Em todas essas composições mostra-se fiel imitador dos classicos latinos sem attingir seus dotes de imaginação. Nesse Condestavel, sua mais ardua producção, mal se depara com algum fogo ou inspiração poetica, e em tão longa narração, prescindindo de escassas faiscas de belleza descriptiva, o bom gosto apenas a poderá tomar por uma chronica rimada. Seguindo a mania do tempo, tambem versejou em hespanhol, e atravessando o Tejo, que tanto havia celebrado, nelle morreu afogado em 1558. Nas eglogas, que são sua melhor obra, se encontra suavidade de estilo, simplicidade, saudosa melodia e natureza. A prosa com que andão entremeadas tem os mesmos dotes e finalisão por vezes com delicadas sentenças; é alludindo a ella que

diz o autor do Ensaio sobre a litteratura portugueza F. Freire de Carvalho, a pag 160: « As suas graças e delicadezas de expressão arrebatão: nessas suas prosas poeticas é um senhor absoluto dos sentidos e das almas dos leitores que são capazes de bem o apreciar. » Quão differente era porém a frauta que ia soando pelos campos de Leiria sua patria, quando comparada com a tuba heroica para cuja sublimidade lhe fallecem natureza e arte! Nesses sim, bem como na *Primavera*, *Amor peregrino* e *Côrte na Aldêa*, ha pedaços lyricos de summa belleza e excellentes romances.

Vasco Mousinho de Quevedo é autor do poema *Affonso Africano*, cujo heróe é El-Rei D. Affonso V, e materia a tomada de Arzila e Tanger. Na opinião de Faria e Souza, só conhece superioridade nos Lusiadas em Portuguez. Sem duvida nelle se encontrão não communs bellezas de imaginação e poetico enthusiasmo, mas por vezes é nimiamente frouxo: os episodios da visão, da descida aos infernos, da tempestade, &c., são trechos de excellente poesia. Contém 12 cantos em oitava rima, e até o fim do seculo passado gozou de grande nomeada. O autor do Bosquejo que precede o *Parnaso Lusitano* classifica-o tambem nosso primeiro epico logo depois de Camões. Acha não ser regular o poema nem um todo perfeito, o maravilhoso frio e a acção mal deduzida, porém quantos riquissimos episodios a enfeitão! Alguns são cunhados com o sello da verdadeira poesia e animados da luz que só dá o engenho. Quanto ao estilo, é com poucas excepções fluido e elegante, e custa a achar em tão longa epopeia uma rima forçada ou má.—*Braz da Silva Mascarenhas*, autor do poema *Viriato*, fundado sobre erroneas conjecturas, torna-se por vezes agradavel pela variedade da materia e sublimes trechos de poesia, bem que raros, que nelle brilhão. Gozou esta producção no seu tempo

de grande fama, porém hoje é apenas apreciada por algum bibliophilo archaista.—*Marçal de Gouvêa*, lente em universidades estrangeiras, e poeta laureado em Paris, nas suas composições latinas que sahirão á luz com o titulo de *Carmina* e *Epistolæ*, imitou a facundia e elegancia de Ovidio.—*Henrique Caiado* escreveu igualmente com elegancia na mesma lingua, e foi discipulo de Angelo Policiano na Italia. A sua communicação com os engenhos que nesse tempo florescião em Florencia e Bolonha o aperfeiçoou de maneira que foi geralmente apreciada a sua veia poetica, desenvolvida em eglogas, sylvas e epigrammas de bastante engenho.

Na historia, além dos já apontados no principio deste periodo, outros grandes escriptores teve a nação que caminharão a par do grande seculo. Entre elles contaremos *Fernão Mendes Pinto*, que compoz o celebre livro das suas *Peregrinações*, apreciaveis reminiscencias de um curioso e sensato viajante: as muitas edições e traducções que desta obra existem em differentes linguas comprovão a grande estimação que della fizerão nacionaes e estrangeiros.—*Fernão Lopes de Castanheda* foi o primeiro que escreveu a historia do descobrimento e das armas portuguezas na India, a qual comprehende 10 livros até o governo de D. João de Castro. Collaborou esta obra com grande individuação e verdade, supprindo a simplicidade da narração a elegancia do estilo, pelo que mereceu ser traduzida em Francez, Italiano e Hespanhol.—*André de Rezende* (tambem chamado *Lucio*), escreveu grande numero de obras historicas de applaudido merito, tanto no idioma latino como no portuguez, sendo uma das principaes a que tem por titulo *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, em 4 livros, bem como a outra não menos profunda e curiosa, *Antiguidades de Evora*, sua patria. Foi o mais sabio antiquario do seculo XVI, e suas obras, que

elucidão tantos pontos obscuros da nossa historia no tempo dos Romanos, Arabes e anteriores, são muito estimadas até entre archaistas estrangeiros. Escreveu mais grande numero de opusculos sobre historia, theologia, polygraphia, poesia, &c., pela maior parte em latim, e se todos os seus escriptos estivessem impressos, formarião uns 50 vols. de 8.° — *Gaspar Barreiros*, discipulo e sobrinho do historiador João de Barros, foi escriptor em quem concorrêrão muito as letras e engenho, como bem o patenteia a sua *Corographia*, em que descreve curiosa e miudamente todos os lugares por onde passou desde Badajoz a Milão quando ahi foi mandado pelo arcebispo de Evora D. Henrique (depois Rei) agradecer ao pontifice Paulo III a dignidade cardinalicia. — *Francisco de Moraes* escreveu em pura e elegante linguagem a fabulosa historia de *Palmeirim de Inglaterra*, novella de cavallaria no gosto da época (1567), ainda hoje apreciada pelos amadores de castiço portuguez, onde podem fazer util estudo.

João de Lucena, jesuita insigne, habil historiador da *Vida de S. Francisco Xavier*, na qual trata de muitas curiosidades da Asia, e foi traduzida em Allemão, Francez, Italiano, Hespanhol e Latim, signal evidente de haver sido reputada valiosa, não pelo seu assumpto principal, mas sim pelos accessorios ornatos, o que tudo a constitue uma das mais classicas obras da nossa lingua. — *Damião de Goes*, guarda-mór da Torre do Tombo, e chronista-mór em tempo de D. João III, compôz em Latim varios escriptos historicos relativamente á Asia e Africa, Portugal e Hespanha, e em Portuguez as Chronicas de D. João II e D. Manoel, a que deu um gráo de perfeição de linguagem desconhecido aos chronistas seus antecessores. Todos os seus escriptos são interessantes, tanto por suas idéas e estilo quanto pelos curiosos factos que fielmente conta. Encarregado por D. João III de varias missões á França,

Suecia, Polonia, Dinamarca, &c., e amadurecendo o seu juizo pela instrucção adquirida nas viagens e trato com homens doutos, tornou-se idoneo para escrever a historia. Traduzio tambem de Cicero o livro da *Velhice*. —*Amador Arraes*, bispo de Portalegre, é autor de uns *Dialogos* cheios de excellentes trechos e saber, e agradaveis pela elegancia da expressão, entre os quaes se distingue o que versa sobre os triumphos dos Portuguezes.

Nas *Mathematicas* fizerão-se celebres neste periodo, além do já lembrado Pedro Nunes e outros, o *infante D. Luiz*, filho de D. Manoel, discipulo do dito Nunes. —*Thomaz de Torres* professou insignemente a mesma sciencia, e foi medico do mesmo Monarcha, o qual o occupou mandando-lhe fazer alguns calculos astronomicos, e em leccionar na mesma e outras sciencias a D. João III. —*Fernando Alvares Secco*, escreveu uma descripção de Portugal muito exacta, a qual mandou imprimir em Roma o illustre Achilles Estaço em 1560. —*Fernando de Magalhães* foi um dos homens mais peritos do seu tempo em nautica. Contrariado em sua ambiciosa carreira na patria, passou a offerecer o seu serviço ao Imperador Carlos V, no qual desenvolveu com gloria seus variados talentos. Foi elle o primeiro que emprehendeu a circumnavegação do globo, buscando caminho para as Indias Orientaes pelo rumo do Poente, e atravessando o estreito do Sul da America, que do seu nome se ficou denominando de *Magalhães*, desembocou no Oceano Pacifico, e seguindo o mesmo rumo, apossou-se das ilhas dos Ladrões, depois das Philippinas em nome da corôa hespanhola, e ahi foi morto pelos indigenas em 1521, combatendo em favor de um regulo seu alliado: escreveu o roteiro da sua viagem. —*Gaspar Barreiros*, já mencionado como historiador, foi tambem distincto nas mathematicas, e principalmente na parte geographica, na qual os seus escriptos servirão

de grande proveito para emendar os erros dos mappas da Asia pelo muito que sabia da nossa navegação e elementos que a esse respeito recebeu de João de Barros. —*Luiz Teixeira*, foi cosmographo-mór do reino, e recommendavel por suas geographicas producções, quasi todas em latim, v. g.: *Descripção do Japão.* —*Magna Orbis Terrarum nova Geographica et Hydrographica Fabula* —*Descriptio Insularum Tertiarum*, e outros tratados da mesma sciencia. —*D. João de Castro*, cognominado o *grande*, o qual depois de uma vida empregada toda com a maior honra e desinteresse no serviço da patria, findára seus dias vice-Rei da India, merece tambem aqui ser commemorado por seus conhecimentos mathematicos, mórmente no ramo applicado á nautica, do que temos um testemunho sem replica no seu *Roteiro de Goa até Suez*. Parece que fôra primitivamente escripto em latim, e por elle mesmo depois traduzido (*Itinerarium Maris Rubri*): permaneceu inedito até 1833, anno em que, sendo encontrado no museo britannico de Londres, ahi foi impresso á custa de alguns benemeritos emigrados.

Na *Medicina* alcançárão nome distincto, além dos já apontados, *Manoel Brudo Lusitano*, mais conhecido entre os Inglezes que entre nós, e pela sua obra *De ratione victus in febribus.* —*Diogo da Silva*, excellente professor da mesma sciencia em Rotterdam e Paris. —*Garcia da Horta* ou *de Orta*, tão habil medico como botanico e verdadeiro Linnêo portuguez, pelo desvelo com que se applicou a indagar as virtudes das plantas indianas de que deixou uma obra intitulada *Colloquios dos Simples e Drogas medicinaes da India*, impressa em Goa em 1563, e foi traduzida nas cinco principaes linguas da Europa, bem como em Latim. Foi sabio de merito intrinseco, e delle disse Elpino Duriense:

Eis um novo varão te pede a lyra,
Horta preclaro, physico sublime,
Espanto d'Asia que primeiro pôde
Das gangeticas Deosas inspirado
Quebrar o encanto e ver a Natureza:
Que primeiro ensinou á rude Europa
Das especies das plantas, dos aromas
Qu'a aurora cria no paiz do Ganges
As virtudes beneficas, prestantes,
Não sabidas dos Gregos, dos Romanos, &c.

Christovão da Costa escreveu sobre a mesma sciencia, illustrando-a com as figuras das plantas e frutas. — *Thomaz Rodrigues da Veiga* foi physico-mór de D. João III e D. Sebastião, gozando de grande nome. — *Antonio Luiz* passou por um dos melhores hellenistas e latinistas do seu tempo, bem como em medicina, que leccionou em Coimbra, por escolha de D. João III. O que todavia põe a corôa ao seu elogio é ter sido o primeiro que conheceu as forças da *attracção universal*, conforme o dão a conhecer as suas formaes palavras no proemio do seu tratado *De occultis Proprietatibus*, o que naturalmente induzio a Newton, seculo e meio depois a publicar essa famosa hypothese da *attracção* em todos os corpos da natureza, a qual sem duvida pertence de direito primordial ao nosso Antonio Luiz, de quem cantou Elpino Duriense:

. . . . . novo engenho excelso
Que precedeu a Newton nos principios
Da famosa attracção alma dos orbes:
Rico de erudição da antiguidade
Argiva e Lacial, do nobre peito
Quão profundo saber não volve ufano,
Quando os problemas physicos resolve
E tanta luz no orbe inteiro espalha!

Finalmente tambem foi nesse periodo que floresceu uma *Publia Hortencia de Castro*, camareira da infanta D. Maria,

filha de D. Manoel, da qual se contão prodigios. Frequentára em trajes de homem com um irmão a universidade de Coimbra, defendêra conclusões publicas em Evora, na idade de 17 annos, com admiração dos espectadores; respondêra categoricamente aos mais intrincados argumentos propostos por homens doutos empenhados em combater as suas theses, os quaes todavia desfizera com summa delicadeza e graça. Fôra tambem insigne em theologia, de que deu provas sustentando em Elvas outras conclusões, tendo por ouvinte a D. Philippe II, o qual lhe tributou applauso e concedeu uma tença. Escreveu tambem algumas poesias em portuguez e latim, e um *Flosculus theologicalis*.

Pertence igualmente a este periodo a fundação da universidade de Evora pelo Cardeal D. Henrique em 1558, edificando-lhe uma sumptuosa casa dotada de grossas rendas, e encarregando os seus estudos aos Jesuitas, donde resultou não se derivarem desse litterario instituto as vantagens de seu Real fundador, como em breve exporemos.

De bom grado passariamos em silencio os dias de decadencia e de luto para a litteratura portugueza que apresenta este seguinte desastroso periodo, se nos não tivessemos proposto dar ideias geraes sobre a illustração do nosso paiz, não só nos seus periodos de florescencia, mas tambem nos de aridez por que tiverão de passar, apontando, assim como as causas principaes da sua elevação, aquellas que as fizerão esmorecer depois de haverem chegado a um subido ponto de gloria e de luzimento. E quem diria, olhando para o formoso quadro que ao mundo offereceu a nossa litteratura no periodo que acabámos de descrever, que, no que immediatamente se lhe seguio, em vez de continuar, havia de elle ir mingoando até algumas dezenas de annos depois, e

ver-se o paiz reduzido a um estado tão decadente? E isto n'um seculo em que a maior parte das nações da Europa ião dando passos cada vez mais largos em sua cultura intellectual!

É todavia isso uma verdade indubitavel, e foi ella que servio de pretexto para o menos avantajado conceito que da nossa litteratura em geral ha formado e ainda em parte hoje em dia fórma um bom numero de escriptores estrangeiros. Tal conceito é porém destituido de solido fundamento, pois assenta na ignorancia em que laborão, louvando só a lustrosa reputação litteraria de Portugal adquirida nos antecedentes reinados, pelo seu brilhante esplendor que mais tibio brilhou depois; porém não fizerão elles caso da sua subsequente reacção e renascimento, e do aperfeiçoamento a que chegárão na derradeira metade do seculo passado, e dahi por diante até hoje em uma progressão sempre crescente, e digamo-lo sem rebuço, é um injustissimo principio ajuizar do estado desta nação agora, e de outros venturosos tempos que desfructou por aquelles luctuosos dias do captiveiro hespanhol desde 1580 até 1640, acompanhado da tenebrosa escravidão inquisitorial e jesuitica até meaido do XVIII seculo. —Com effeito, um destes abafadores de luz era de per si bastante para reduzir qualquer nação ainda mais poderosa a uma nullidade, quanto mais reunidos todos tres, por não fallarmos de outros tropeços igualmente conhecidos.

Quem ignorará pois que as trevas da ignorancia são um necessario effeito da usurpação violenta e tyrannica de um poder estrangeiro em qualquer paiz por mais florescente que d'antes estivesse?—Nas paginas da historia de quasi todos os povos se encontrão provas desta triste verdade.

A flôr da gente e a marcial reputação portugueza se perdêrão nos areaes de Alcacer Quibir com o seu Monar-

cha, acarretando sobre si infinitas calamidades, e entre ellas a extincção da dynastia reinante, o que fez despertar na alma de Philippe II a ambição, ha muito alimentada, de reunir aos seus vastos dominios os da corôa portugueza, a qual então depois da delle era a mais vasta e rica da Europa em colonias. Nas tristes circumstancias pois a que ficára reduzida ella por multiplicados revezes, não era necessaria a astuciosa politica de um Monarcha como esse profundissimo e hypocrita politico, nem a sua poderosa força comparada com a nossa nesses calamitosos dias para se apoderar de um sceptro que lhe não pertencia de direito.—As luzes pois que com tamanho esplendor tinhão brilhado em Portugal, porém que já ao approximar-se esse infausto periodo começavão a desmaiar, quasi de todo se apagárão neste reino com o castelhano dominio. Consummada que foi essa abominanda catastrophe, a nenhuns talentos se perdoou: era o maior de todos os crimes amar a patria:—porém como a poderá deixar de amar o homem illustrado? Transcrevendo aqui as formaes palavras do illustrado padre Vieira, é citar o mesmo que todos os historiadores do reino tem feito: « Mandou (Philippe II) declarar rebeldes e traidores com privação de vida e fazenda a todos os que com opinião mais que provavel, tentárão da defensão de sua patria, sem lhe terem jurado a elle, nem promettido fidelidade. Por este principio deu garrote secreto a immensos religiosos e cidadãos que mandou lançar no mar com pedras aos pescoços. »

Facultou-se unicamente o perdão a alguns espiritos condescendentes, e obtiverão as boas graças do usurpador homens venaes, sem sombra de honra ou de patriotismo, de que não faltárão exemplos até nas classes mais elevadas da nação, que não hesitárão, uns em comprar sua existencia politica, outros novas mercês e empregos

lucrativos á custa da ignominiosa promessa que fizerão de contribuir para retrogradar o espirito de seus conterraneos. Este plano de anniquilação litteraria, traçado pelo ardiloso vencedor, foi mais extensamente desenvolvido no reinado do seu successor, e chegou ao ultimo remate no de Philippe IV, sendo já tão profundas as raizes que com a dominação castelhana chegou a lançar no terreno portuguez a arvore da ignorancia, que para delle as arrancar e substituir-lhe o habito dos antigos e proveitosos estudos, não foi bastante a restauração da independencia nacional sacudindo o pesado jugo de 60 annos. Para continuação dessa calamidade concorreu em grande parte a diuturnidade das guerras que a nação sustentou durante 28 annos (desde 1640 até 1678), a fim de consolidar o restaurado throno da Casa de Bragança, durante cujo espaço não fizemos pouco para mostrar-nos dignos descendentes dos intrepidos guerreiros nossos antepassados.

Entre todas as causas todavia, que mais contribuírão para o litterario adormecimento da nação depois dos seus bellos dias de gloria na carreira das artes e sciencias, foi a ferrea dominação jesuitica e inquisitorial que tão pesadamente a opprimio desde que foi entregue (á primeira) o ensino da mocidade, o ministerio do pulpito e do confessionario, e á segunda o erigir-se em supremo e illimitado tribunal das consciencias e haveres dos incursos nas suas sanguinarias alçadas. — Depois do grande numero de escriptos que ha mais de um seculo tem sido publicados por eruditas pennas contra os males que causou ao mundo esse monstruoso tribunal e a sociedade religiosa denominada *Companhia de Jesus*, seria ocioso propôr-nos escrever sobre um assumpto, no qual já cousa nenhuma poderá dizer-se de novo. Isto não obstante, pois que a essas duas instituições foi que Portugal deveu em grande parte os

funestos effeitos que por espaço de quasi dous seculos teve que soffrer, e apontarmos sequer em resumo as causas da decadencia de nossos estudos, referiremos aqui algumas noticias por ventura ainda não conhecidas.

A El-Rei D. Manoel succedêra seu filho D. João III, desigual em tudo a seu pai. Desde a sua infancia pouco inclinado ás letras, apezar dos insignes mestres que tivera, seguio por consequencia o caminho opposto ás luzes, e então não é para admirar que caminhando nas trévas fosse tambem o seu reinado menos brilhante que o de seu *afortunado* pai, e como mais ignorante que elle, maior devia ser a sua propensão para o poder absoluto. Para melhor o conseguir pois, tomou por alliados a superstição e o fanatismo, monstros medonhos que embrulhados nas negras vestes do *Jesuitismo* e da *Inquisição*, derão o primeiro golpe fatal nas liberdades e intelligencia da nação. Não lhe sendo comtudo possivel derribar por um só golpe o antigo edificio da constituição politica do reino, deu-lhe o primeiro ataque fazendo com que as Côrtes fossem menos frequentes, e por este modo se fossem tambem pouco a pouco riscando da memoria dos povos. * Em consequencia dessa innovação só por tres vezes se convocárão durante o seu reinado, e na primeira, em 1525, reunidas em Torres Novas se decidio que só de 10 em 10 annos se convocarião para o futuro, concorrendo deste modo os proprios procuradores do povo para lançar a si e a seus constituintes os primeiros grilhões da servidão.

Quando dissemos que o poder absoluto, começando a desenvolver-se neste reinado, havia tido por auxiliares o Jesuitismo e a Inquisição, é porque nelle com effeito forão admittidos esses dous fataes auxiliares ** Apezar de

---

* *Ensaio Hist. Polit.*, por J. L. Freire de Carvalho, a pag. 55.

** A respeito do estabelecimento da *Inquisição* em Portugal varião os autores

que a Inquisição entrasse por uma escandalosa fraude no reino, achou-se todavia que ella era de tanto proveito para crear e radicar o novo systema de governo,

---

mais judiciosos no modo da introducção e na época. Se houvermos porém de dar credito a certa relação com visos de veridica, facil é saber o que devemos tomar por certo. Conta ella que um tal religioso João Peres de Saavedra, natural de Cordova, fingindo-se Cardeal-Legado de Paulo III trouxe uma bulla pela qual creava certos Inquisidores que *inquirissem* (syndicassem) contra os Judeos, Christãos-novos e outros dissidentes da religião do Estado, porém fautores de perigosas doutrinas. Esta bulla, acompanhada de todos os caracteres de authenticidade, foi forjada com grande circunspecção, e aquelles a quem vinha dirigida a executárão com o maior zelo. Mas por algumas suspeitas que houve, examinando-se melhor a bulla, veio a descobrir-se que era completamente forjada e supposta, e o religioso que a trouxe foi condemnado a galés perpetuas, porém solto alguns annos depois a rogos do pontifice.

Lemos n'outro autor acreditado, que o insigne impostor com o titulo de legado *à latere*, foi de Badajoz que enviou as suas credenciaes apostolicas a D. João III, e que este se mostrára sorpreso e até offendido pela falta de attenção previa do Papa. Todavia o falso nuncio com ameaças e termos vehementes conseguio intimida-lo, e obteve a licença de entrar no reino com mais tres inquisidores. Tres mezes permaneceu na côrte e outros tres gastou em percorrer o reino, impondo castigos aos Mouriscos, Judeos, &c., condemnando ao fogo os que lhe oppunhão resistencia, e confiscando seus bens dos quaes liquidou grande somma, findo o que conhecida a fraude, lhe aconteceu o que acima fica dito.

Todavia os Inquisidores continuarão o exercicio de sua missão. Era propicia a occasião de acabar com o drama, e D. João III ao facto de tudo que acabava de ter lugar, podia abolir a fundação de Saavedra; persuadirão-o porém que a Inquisição era util ao serviço do throno e do altar, por tanto impetrou de Roma o seu estabelecimento legal no reino, e brevemente se vio que o lugar de Inquisidor Geral era de tal importancia que com elle se condecorou o Cardeal Infante D. Henrique, e dahi por diante se reputou sempre a primeira dignidade ecclesiastica do reino.

Os documentos desse singular processo forão avocados a Roma, e Paulo III nada vio nelles de admiravel, mais que os designios da Providencia, que muitas vezes se serve dos mais abominandos facinoros para um fim util, e rectificando com a plenitude da sua infallibilidade as irregularidades da transacção, lançou um caracter de legalidade n'aquillo que ao principio só fôra mentira e fraude. (Veja-se pag. 103.) Quanto á introducção dos *Jesuitas* em Portugal, foi em 1540 que o mesmo D. João III pedio a Roma alguns dessa

que foi confirmado o seu latrocinio e se legalisou a sua fraudulenta posse. Os Jesuitas, tambem novas plantas venenosas domiciliadas em Portugal, empregárão todas as suas artes a favor da sua boa alliada a Inquisição: e assim se preparou a nossa futura decadencia litteraria, e em seguida a perda da independencia nacional. Creárão-se commissões para examinarem todos os livros e até os já impressos, e nelles todos, mãos assassinas mutilárão e corrompêrão tudo quanto a razão tinha produzido de mais nobre ou mais livre. Começou-se a estabelecer essa ambiciosa *companhia* em Coimbra, nas casas que servião de estudo de humanidades, o seu primeiro *collegio* (convento) constando de 10 padres e só destes 3 portuguezes. Progredindo em suas tretas, tanto diffamárão e calumniárão os lentes do Real Collegio das Artes, denunciando-os até á Inquisição por herejes, que D. João III, em 1555, mandou-lhes entregar a direcção e ensino do mesmo estabelecimento, despedindo os outros. E como este constituia uma parte da Universidade, dependente da jurisdicção do seu reitor, alcançárão por meio de suas

---

recente sociedade, ou ella propria conseguio inspirar-lhe esse desejo com o fim de irem prégar o evangelho na India, Africa e America, onde com effeito prestarão assignalados serviços, porém que brevemente dominárão todo o Estado. O reconhecimento pelas suas catecheses foi desgraçadamente demasiado; deixárão-os estabelecer-se por toda a parte e como em todos os outros paizes onde entrarão, apoderar-se da instrucção da mocidade, ingerir-se em todos os negocios, tornar-se por assim dizer arbitros dos governos, &c. Não cabe nos limites desta nota circunstanciar as suas numerosas usurpações e tropelias; essas as indicamos neste capitulo: recordemos só que 225 annos depois quando o marquez de Pombal tratou de derrubar a potencia colossal dos humildes successores do mendigante Simão Rodrigues, que foi o 1.° Jesuita entrado neste reino, contavão elles já em Portugal 24 grandes collegios e 17 casas ou residencias abastadas, situadas nos melhores lugares, além de muitas fazendas de avultado rendimento e capitaes a juro; erão considerados a sociedade mais rica do paiz e nos dominios portuguezes o não erão menos e até mais poderosos.

manobras ao depois ficar com o seu inteiro governo, afim de melhor poderem com toda a impunidade exercer os seus attentados contra as bases do solido ensino.

Assim se forão com artificiosos geitos insinuando um após outro em todos os estabelecimentos litterarios, o que não passou muito tempo, governando-os conforme o seu plano de trévas para levantar depois, como effectivamente chegárão a aperfeiçoar o colosso de sua perniciosa influencia. Não parou ainda aqui a despotica ambição dos Jesuitas: não descansárão emquanto não virão estendido por cima de todo o paiz o véo da ignorancia á sombra do qual podessem melhor tyrannisa-lo depois, pondo-lhe remate no reinado de Philppe IV com um *Index expurgatorio*, o qual fizerão publicar pelo Inquisidor geral Fern. Martins Mascarenhas, sua creatura votada de corpo e alma. — Seguio-se portanto um regimen de terror, e com elle a desconfiança. Não só se investigárão as acções, porém os pensamentos, e por meio das delações e das espias se derramárão por toda a parte os receios, as inquietações e a tristeza. Esta se introduzio até na côrte que havendo sido antes tão polida, affavel e jovial, se cobrio de repente do escuro véo da melancolia.

A El-Rei D. João III succedeu D. Sebastião, seu neto, na idade de 3 annos, ficando o reino ao principio na regencia de sua avó, e logo na do Cardeal D. Henrique, seu tio. Com esta minoridade a impia liga que já d'antes se havia formado entre o poder absoluto, o jesuitico e o inquisitorial, tomou novas forças, com as quaes se derão os ultimos golpes na nossa illustração litteraria, na nossa liberdade e por fim até na nossa independencia. A regencia da Rainha D. Catherina foi curta, nem outra cousa era de esperar quando o partido do absolutismo e da ignorancia pretendia lançar mão das rédeas do governo, e a regente lhe não parecia instrumento conveniente para

a execução dos seus planos. Em consequencia disso resignou ella o seu alto emprego nas mãos do Cardeal, homem proprio para completar o assassinio politico da nação, porque, além de ser Inquisidor-mór, era mui affeiçoada creatura dos Jesuitas e fiel servo de suas vontades.

Um dos primeiros actos desta regencia foi o entregar a educação do joven Rei a um ardiloso membro dessa sociedade, Luiz Gonçalves da Camara, o qual se apossou inteiramente do animo do incauto discipulo, e por suas perniciosas lições o preparou para a desastrosa catastrophe que o perdeu e á monarchia. Por meio dessa educação o malfadado não aprendeu senão maximas de absolutismo, superstição e intolerancia.

É de notar que entre todas as suas mal combinadas emprezas, havendo-se mettido na mais desastrosa de todas, a expedição da Africa, nem uma só vez durante o seu reinado convocasse Côrtes, e por meio dellas buscasse os conselhos com que seus avós tanto se havião illustrado. — Muitos escriptores do tempo concordão em que essa fatal jornada fôra obra dos Jesuitas, vendidos á politica de Hespanha, que mui de proposito se servio da sua influencia para juntar a Corôa portugueza aos seus muitos Estados. Isto mesmo concorda com o caracter tenebroso e hypocrita de Philippe II, e essas demonstrações apparentes que elle deu de não approvar esta infeliz empreza, e até de a procurar dissuadir, consideradas bem a falsidade e hypocrisia do seu caracter, são evidentes provas de que a machinou, e a fez realisar por meio de todos os artificios jesuiticos, accrescendo além disso o faltar com o seu promettido contingente de tropas auxiliares depois de prompta a expedição.

Em consequencia da enorme perda moral e physica soffrida nessa expedição d'Alcacer Quibir, ficou a monarchia á borda da sepultura, e o Cardeal D. Henrique, seu

successor, poucos mezes depois a enterrou. Decrepito velho e Inquisidor, além disso entregue nas mãos do seu confessor o Jesuita Leão Henriques, completamente vendido ao tigre hespanhol, todo o seu curto e ominoso reinado foi uma serie de traições, actos de irresolução e fraqueza. Não se atrevendo a nomeiar um successor, o que ainda podia salvar a monarchia quando fosse a contento dos povos, não só não deu esse passo, mas até suffocou o patriotismo de alguns que nas Côrtes, por elle duas vezes convocadas, mostrárão ainda amor pela patria e independencia. Nas ultimas convocadas em Almeirim em 1580, o imbecil Cardeal-Rei, já todo voltado para os interesses de seu sobrinho Philippe II, propôz que o unico meio de conservar a paz era de entrar em ajuste com elle. A isto annuio o clero e nobreza, porém o povo geralmente o reprovou, e á frente delle se distinguio *Febo Moniz*, deputado por Coimbra, o qual, servindo de guia aos seus collegas, rogou instantemente ao estupido Monarcha que os não entregasse a Castella, mas sim nomeasse successor portuguez, fosse elle quem fosse. Falleceu porém poucos dias depois, sendo logo dissolvidas as Côrtes pelos cinco traidores governadores do reino por elle escolhidos.

Pela compra e pela força das armas se apossou emfim Philippe II de Portugal; convocou as Côrtes em Thomar, nas quaes se fez acclamar, e jurou guardar os foros e liberdades do reino, porém depois faltou a tudo quanto promettêra. Revestio-se a Inquisição religiosa dos mais amplos poderes, e unida esta á Inquisição politica e estrategia jesuitica, começárão a anniquilar o que ainda havia de saber, de patriotismo e de honra. Assim mesmo o reinado deste Tiberio não foi tão extravagante, estulto e atroz como os dos seus dous successores, que preenchêrão as medidas de todas as iniquidades, porque elle,

mais esperto em todos os artificios da tyrannia, uma vez ou outra, a sabia disfarçar por equivocos de uma dissimulada politica. — Os castigos dos que proferião qualquer queixa contra o governo e dos que se não votárão ao partido da usurpação forão innumeraveis e em grande parte occultos. Erão arrebatadas as victimas quando menos o pensavão, levadas para a torre de S. Julião da barra e dahi lançadas ao mar. Nas rêdes dos pescadores apparecião diariamente cadaveres: cobrio-se o reino de malsins e delatores que espionavão quanto se dizia dos governantes: davão-se arbitrios iniquissimos para roubar tanto a fazenda publica como a dos particulares, e só erão premiados esses satellites, prendendo-se á menor suspeita os homens de bem ou obrigando-os a sahir do reino. Não se perdoava nem ás mulheres, cujos bens se confiscavão, e as ricas erão mandadas para Castella. Em uma palavra, deixárão-se de guardar todos os foros e liberdades do paiz, e de proposito se fazia tudo para o aviltar e enfraquecer.

Por esta estrada de um estupido despotismo, verdadeiro systema de anniquilação, caminhárão os tres Philippes pelo espaço de sessenta annos. Essa atroz politica de enfraquecer para dominar, teria por ventura afinal conseguido com mais moderação fazer de Portugal uma provincia ou até colonia da Hespanha; apressárão-se todavia de mais os dominadores: despertou finalmente o orgulho nacional; trasbordou o vaso das oppressões e das ignominias, fez-se justiça á indignação popular e foi salva a patria. No 1.° de Dezembro de 1640 foi proclamado em Lisboa Rei de Portugal D. João IV.

Os pormenores que acabamos de apontar são mais proprios do dominio da historia politica do que deste bosquejo litterario; todavia não nos podémos eximir á sua narração, afim de apresentar o quadro do auge a que

chegárão as sciencias e letras neste reino e as causas tão numerosas da sua decadencia, que ahi ficão relatadas.*

Voltando desta digressão ao nosso primitivo assumpto, notaremos que foi tal a paralysia communicada pelos Jesuitas ás letras em Portugal, que até os proprios membros desta sociedade ahi existentes, se os compararmos com os seus consocios n'outros paizes, differirão delles no tocante á sua curta esphera de talentos litterarios, sendo sua principal mira o dominarem nas consciencias e na politica, retrogradando ou extinguindo a illustração do seculo, e apoderar-se de grandes riquezas em todo o genero, como ainda hoje se póde ver pelos seus restantes edificios tanto em Portugal como no Brasil, Ilhas e Estado da India, sempre grandiosos e sitos nas melhores posições. Sem embargo do extenso catalogo dos seus escriptores tecido pelo autor da Bibliotheca Lusitana, o qual excede a 450, apenas um ou outro houve que rivalisar podesse com os outros da França, Italia e Allemanha. Não duvidamos todavia que entre os Jesuitas portuguezes os não houvesse insignes nos ramos scientificos e litterarios, porém tanto mais nocivos se tornavão aproveitando-se desses dotes fazendo-os valer só a prol da Companhia para promover mais facilmente a extincção das luzes que lhes convinha possuir, mas não divulgar. Se exceptuarmos uns vinte dos seus membros que compuzerão obras descriptivas dos varios paizes da Africa, Asia e America, para onde os levára o emprego da missão evangelica, a maior parte de cujas obras estão ainda manuscriptas,— de alguma philosophia e theologia rançosa e inintelligivel, —de alguma fraca poesia e oratoria, eis o que nos legárão os fastos litterarios dos *Padres da Companhia.*

---

* Consulte-se a este respeito e no mais relativo ás vicissitudes politicas de Portugal o excellente *Ensaio Hist. Pol.* de J. Liberato F. de Carvalho.

Não obstante as pêas lançadas ao engenho e illustração nesse calamitoso periodo, alguns homens abalisados tivemos que souberão conservar, a despeito dessa perseguição, a fama e o merito de nossa anterior erudição, pois a um seculo de bem combinados esforços para a promover, se não podia seguir logo de repente um periodo barbaro. Passamos a fazer a enumeração de alguns que se mostrárão seus dignos herdeiros.

Destes alguns honrárão a patria em paizes estrangeiros, regendo cadeiras em differentes universidades. Entre elles *Fernando Mendes* foi lente de medicina na de Montpellier: parece ser a elle que se deve o invento do remedio contra as febres intermittentes conhecido pelo nome de *Agua de Inglaterra*, havendo-lhe elle dado esse titulo por lá o ter composto. — Em Salamanca leccionárão direito canonico *João Altamirano* e *Fernando Alvares de Meza*, que tambem em Napoles foi lente de jurisprudencia civil. — Na mesma universidade de Salamanca, forão lentes de direito civil *Amador Rodrigues*, *Francisco Caldeira* e *Francisco Homem de Abreu*: de philosophia *João Soares de Brito* e *Sebastião Gomes de Figueiredo*, e de medicina *Ambrosio Nunes* e *Luiz Rodrigues Pedroso*. — Na de Alcalá forão-o de theologia *Thimotheo de Seabra* e *Frei João de Santo Thomaz*, dominico que na mesma regeu a cadeira de philosophia: e a de medicina *Paulo Corrêa* e *Thomaz de Aguiar*. — Na de Ossuna foi lente de medicina *Affonso Nunes de Castro*. — Nas de Paris e Lovaina o foi de theologia, o conselheiro de Henrique IV e bispo de Saïs D. Frei Diogo Soares. — Na de Tolosa leccionou philosophia e theologia *Frei Agostinho da Trindade*, — na Sapiencia em Roma *Francisco da Costa* e *Diogo Sêcco*, Jesuitas, e *Frei Francisco de S. Agostinho de Macedo*, o qual tambem na de Padua foi lente de philosophia. — Na mesma Sapiencia e na de Pisa o foi de medicina *Gabriel*

da Fonseca. — Na de Bolonha dictárão direito civil *Manoel Rodrigues Navarro* (tambem na de Napoles) e de theologia *Fr. Luiz de Beja*, o qual tambem a leccionou na de Florença. — Na de Pisa regeu a cadeira de philosophia *Martinho de Mesquita*, a de mathematica *Pedro Taveira*, — a de medicina *Estevão Rodrigues de Castro* e *Jorge de Moraes*, que tambem a leccionou em Veneza, e *Philippe Montalto*, chamado vulgarmente *Philoteo Elias*, o qual regeo depois uma cadeira da mesma em *Lovaina.* — *Bento Pinhel* leccionou tambem medicina e jurisprudencia em Praga — *Duarte Madeira* e *Estevão das Neves Cardeira* forão lentes de medicina em Padua. — Na universidade de Wilna regeu uma cadeira de theologia o Jesuita *Manoel da Veiga* e o dominico *Frei Luiz de Souto-Maior.*

Dentro do reino cultivárão com merecido applauso a *theologia*, além de outros, *D. André de Almada* ou *d'Almeida*, distincto cathedratico de Coimbra: — *Christovão Gil*, Jesuita, pela pureza de sua doutrina theologica bem pouco se assemelhou á totalidade de seus consocios, e por tantos dotes scientificos foi estimado como um dos maiores theologos do seu tempo: — *Frei Egidio da Apresentação*, vice-reitor da universidade; *Frei Isidoro da Luz*, seu primeiro lente de controversia, o padre *Vicente da Resurreição*, chamado por sua vasta litteratura e sciencia theologica o *Salomão lusitano*, e *D. Pedro de Figueiró*, vulgarmente denominado o Hebreu, por sua pericia neste idioma e outras materias.

Em *jurisprudencia* tornárão-se notaveis nesse periodo entre outros *Rodrigo Ribeiro Leiva*, lente de prima da universidade de Coimbra, — *Antonio da Cunha*, igualmente expositor na mesma; *Gonçalo Alvo Godinho*, *Antonio Homem Leitão*, *Thomaz Velasco*, *Antonio da Gama*, *Gabriel Pereira de Castro*, eximio jurisconsulto e insigne poeta de quem adiante fallaremos. — *Manoel Mendes de Castro* foi

um dos mais consummados praticos em jurisprudencia do seu tempo.—*João Pinto Ribeiro*, insigne jurista e o principal que por sua industria, animado por zelosa fidelidade e patriotismo mais trabalhou para a acclamação de D. João IV e sacudir o jugo de Hespanha em 1640.—Muitos outros insignes jurisconsultos florescêrão igualmente então, que se podem ver apontados na *Historia do Direito civil Lusitano* do benemerito *Pascoal José de Mello Freire*.

Na *oratoria*, o mais famoso Portuguez dessa epoca foi o bem conhecido Jesuita *Antonio Vieira*, por alguns chamado o *Cicero catholico* e o *Pai da eloquencia portugueza*, cuja lingua soube manejar com verdadeira energia e natural propriedade, merecendo nas differentes côrtes da Europa que visitou, e onde prégou em Latim e Francez, os applausos de todos os doutos. Nos seus sermões, descobrem-se os accessorios tanto sagrados como profanos que devem adornar o espirito de quantos aspirão a desempenhar com dignidade e fructo o evangelico ministerio. Nelles domina uma phrase pura, imaginação fecunda, pinturas vivas e descripções brilhantes, ainda que por vezes este apparato de riqueza oratoria seja empregado em subtilisar e provar com sentimentalismo seu peculiar modo de pensar; donde resulta que, podendo as suas obras ser consideradas como modêlo de pura linguagem, não o são, escolhidas ás cegas para norma de verdadeira doutrina. Delle diz o nosso contemporaneo A. C. Borges de Figueiredo: «Escreveu *Cartas*, *Vozes Saudosas*, *Historia do futuro*, &c.; porém a parte mais volumosa consiste em *Sermões*. Possuio em gráo sublime todas as delicadezas, propriedades, pureza e energia da nossa lingua, e é para muitos o classico mais autorisado. Adquirio singular fama na eloquencia do pulpito e alguns o comparão a Bossuet.»

Como *historiadores*, adquirírão bastante celebridade

nessa época e ainda hoje nos servem de archivos os seguintes: — *Manoel de Faria e Souza*, famigerado até entre os estrangeiros por sua erudição e engenho, qualidades de que deu claras mostras nas suas *Europa*, *Asia* e *Africa Portuguezas* e no seu *Epitome da Historia de Portugal*, na 1.ª e 2.ª parte da qual resumio ou seguio, conforme elle proprio diz no prologo, a Fr. Bernardo de Brito. Escreveu Faria em Hespanha e procurou agradar com uma continuada narração não interrompida, o fio da sua historia sem averiguações: conseguio porém parecer mais discreto que agradavel, mais erudito que elegante, pois o seu estilo é fastidioso e a boa razão lhe notará que seguio opiniões pouco provaveis e improprias da verdade historica. — *Diogo de Couto*, habil mathematico, poeta e historiador, foi escolhido por Philippe II para continuar as Decadas da Asia de João de Barros, as quaes completou até o numero de onze, principiando desde a quarta, em estilo claro e sentencioso. Percorrêra classicamente a India e parte da Africa; por isso estava ao alcance de bem descrever os paizes que visitára e avaliar os acontecimentos que refere. Dotado de uma grande sagacidade de imaginação, previo elle a quéda dos conquistadores e nos indicou as principaes causas da decadencia dos Portuguezes na India no seu — *Soldado Pratico* —, obra excellente que a Academia das Sciencias mandou imprimir em 1790. — *Fr. Bernardo de Brito*, chronista mór do reino, emprego que desempenhou com boa reputação sua e da patria, deixando para documentos de sua grande erudição tanto profana como sagrada a sua *Monarchia Lusitana* e a *Chronica de Cister*, de cuja ordem foi membro, obras na opinião dos eruditos dignas de especial recommendação pela elegancia do estilo e pureza da phrase. Foi zeloso indagador das antiguidades portuguezas e grandemente versado na sua

historia. Delle disse Faria e Souza que só lhe faltára nascer em Roma alguns seculos antes para a posteridade o emparelhar com Tito Livio, pois o brilhar em Portugal com tanta erudição pouco avultava: todos a admiravão e ninguem a protegia. Não tem faltado porém quem lhe desejasse mais criterio e severidade, o que não duvidamos alcançaria com os annos, pois morreu moço, bem como se o demasiado amor da patria lhe podesse desculpar as imperfeições de crêr levemente e de seguir opiniões pouco fundadas. Foi nimiamente minucioso no que sem quebra de exacto podia dispensar: a *Monarchia Lusitana*, titulo que unicamente o devia limitar a escrever desde que o paiz se constituio em reino independente, começa nos mais fabulosos e arredados tempos, desde a creação do mundo, de modo que o seu 2.° e ultimo volume *in folio* apenas chega ao principio da independencia do reino. Escreveu mais uma *Geographia antiga da Lusitania* — *Elogios dos Reis de Portugal* — *Chronica d'El-Rei D. Sebastião* (manuscr.) e uma collecção de sonetos, eglogas e romances de bastante merecimento.

Fr. Luiz de Souza escreveu a *Chronica de S. Domingos* em Portugal, a *Vida do Arcebispo de Braga D. Bartholomeu dos Martyres* e os *Annaes d'El-Rei D. João III*, obra ha poucos annos impressa e mutilada pelo tempo ou não inteiramente concluida pelo autor. As duas primeiras, comquanto se não facão muito recommendaveis para o geral dos leitores pela importancia dos assumptos, todavia pelas qualidades do seu estilo elegante e sentencioso, breve, claro, pittoresco, puro de enfeites e artificios viciosos, são de todos os livros escriptos em portuguez no seculo XVII aquelles em que se descobre mais polidez e perfeição; por isso se podem considerar os mais perfeitos modelos desta lingua, ou se attenda á viveza das descripções e magica dos affectos, ou ás graças e poli-

mento da expressão. — *Francisco de Brito Freire* foi autor digno de estima pelo bem que escreveu a sua *Historia do Brasil* ou *Nova Lusitania*, da qual só chegou a publicar uma decada e dez livros nos quaes descreve a guerra com os Hollandezes até 1638. — *Manoel Severim de Faria*, chantre da Sé de Evora, deixou varias obras que lhe grangeárão bastante celebridade, taes são os seus *Discursos politicos*, *Noticias de Portugal* e uma immensidade de escriptos genealogicos, heraldicos, historicos, que o classificão um dos grandes polygraphos dessa época. Se não affectasse frequentemente antiguidade de lingoagem, usando de vocabulos que no seu tempo estavão já fóra do uso, mais agradavel seria o seu estilo, que aliás offerece pureza bastante. — *Duarte Nunes de Leão* começou fazendo-se conhecido por algumas poesias mediocres; porém no que alcançou merecida reputação foi na historia patria, em que era profundo: para ella compôz as *Chronicas* dos seus Soberanos desde o conde D. Henrique até El-rei D. Affonso V, com diligente e verdadeira investigação. Publicou muitas outras obras, entre as quaes se distingue a *Descripção de Portugal* — *Origem e Orthographia da Lingua portugueza* — *Vida d'El-Rei D. Sebastião* — *Repertorio das ordenações e leis extravagantes* e um *Tratado de Varões illustres portuguezes*, que julgamos ainda manuscripto. O seu estilo é geralmente puro, simples, e por vezes mui nobre: era desembargador e morreu em 1608. — *Fr. Antonio Brandão*, chronista mór do reino e continuador da *Monarchia Lusitana* de B. de Brito, della escreveu as partes 3.ª e 4.ª com muita intelligencia, clareza, bom estilo e infatigavel indagação, tornando-se digno successor no emprego e na continuação da sua obra, o qual foi o primeiro em a fazer conhecer. Este *Brandão*, assim como *Francisco Brandão*, tambem monge d'Alcobaça, e que mais tarde continuou

a mesma historia, tem ambos penna indagadora, ingenua e veridica; fallece-lhes porém aquella propriedade e pureza que sobresahe em seu antecessor. — *Jacinto Freire de Andrade*, na sua *Vida de D. João de Castro*, ganhou universal estimação pela elegancia e pureza da sua frase, e posto que no estilo desconforme do que exigião os altos feitos de tão grave, porém singelo heróe, nem por isso deixou de ser chamado Quinto Curcio portuguez. Fez para a nossa prosa o que Camões fizera para a poesia. Seu eloquente estilo passa ás vezes a uma affectação declamatoria, mas na pureza da lingoagem guardou exacto respeito ás veneraveis cans de nosso genuino idioma.

Jorge Cardoso foi o primeiro que escreveu memorias para a historia ecclesiastica do reino, das quaes deixou tres volumosos tomos e intitulou *Agiologio Lusitano*, enriquecendo-o com eruditissimas annotações e interessantes antiguidades portuguezas. — *D. Rodrigo da Cunha*, arcebispo de Braga e de Lisboa, foi incansavel no exercicio das letras e compôz a historia ecclesiastica destas duas dioceses e da do Porto com muita averiguação e verdade. É obra que tem recebido elogios de diversos homens doutos. — Igualmente de *Varias Antiguidades* de Portugal nos deixou um livro mui curioso o conego *Gaspar Estaço*. — *Pedro de Mariz* escreveu uns *Dialogos de varia Historia* dos Reis de Portugal até D. Sebastião. Este compendio, continuado até á regencia de D. João VI em 2 vol. in 4.°, é uma das melhores obras elementares que nesse genero se achão, ainda que muito abunde em parcialidade e pouco criterio. Publicou mais uma *Vida de Camões* e outra de *André Furtado de Mendonça*. — *Gaspar Alvares de Louzada*, um dos mais conspicuos antiquarios do seu tempo, trabalhou muito em investigar as antiguidades deste reino, de que deixou importantes escriptos, bem que alguns delles, segundo a opinião de

bons criticos, recheados de muitas fabulas, devidas á nimia credulidade do autor.

Na *poesia* adquirirão merecida fama, entre outros: *Gabriel Pereira de Castro*, já mencionado como insigne jurisconsulto, na sua *Ulysséa* ou edificação de Lisboa, deixou vivo documento de sublime engenho, por ser um poema composto em oitavas excellentes, bem que em estilo hyperbolico com pequenas excepções, elegancia e formosura de rima, por cujos dons até houve, porém sem sombras de razão, quem o emparelhasse e até julgasse superior aos *Lusiadas*. Citaremos a seu respeito a opinião do autor do Bosquejo que precede o *Parnaso Lusitano* a pag. XXXI. « Da então commum baixeza de escrever em Hespanhol se alevantou o douto magistrado G. P. de Castro, que, depois de ter aberto na jurisprudencia um caminho novo e naquelle tempo tão difficil por grandes verdades então perigosas, tomou ousada a trombeta de Homero, e não se arrojou a menos que a competir ao mesmo tempo com a *Illiada* e *Odysséa*, que tanto abraça o assumpto do seu poema. Grande é a concepção, bem distribuidas as partes, regularissimo o todo, regular e bella a acção, bem entendidos os episodios, mas o estilo.... é o prototypo, o requinte do *gongorismo*, cujo patriarca foi entre nós, pervertendo-nos a lingoagem á sombra da sua grande fama e brilhante engenho, e intrincando-nos n'um dedalo de conceitos, de argucias, de exagerações, de affectada sublimidade, com que maculou a poesia nacional e a grande obra de Camões e Ferreira! » —*Francisco de Sá Menezes*, floresceu na mesma arte seguindo o hyperbolico e campanudo estilo do antecedente, na sua *Malaca Conquistada*, monumento levantado á gloria militar portugueza e mais particularmente á do grande D. Affonso d'Albuquerque. Nelle dá o poeta claras mostras de sua brilhante ima-

ginação posto que peque por incorrecções de estilo. É comtudo poema bem regular, bem concebido, e frequentemente se lhe encontrão grandes rasgos de gentileza poetica. A falla de Asmodeu no concelho infernal recorda muito a de Lucifer no Paraiso perdido. Porém quando agitado o poeta do genio mau que endemoninhava os gongoristas d'então começa a guindar-se e a transpôr os limites da naturalidade, esquece todo o deleite que algumas estancias nos havião causado, aborrece tal estilo, tal phrase, tanto hyperbolico luxo e destemperado alambicar. —*Antonio de Souza de Macedo*, occupa um distincto lugar na poesia (entre outros meritos de erudito) o qual lhe grangeou a sua *Ulyssipo*, poema de oitava rima e conforme aos preceitos da arte. Consta-nos estar-se actualmente reimprimindo em Lisboa por se haver exhaurido a sua 1.ª edição de 1640. Foi secretario d'Estado de D. Affonso VI; publicou grande numero de obras em Latim, Hespanhol e Portuguez, e além da já citada são mais notaveis a *Genealogia Regum Lusitaniæ* e *Flores de Hespanha* e *Excellencias de Portugal*. —*D.ª Bernarda Ferreira de Lacerda*, a quem Lopez de Vega intitulou *Decima Musa*, e os mais celebres escriptores do reino e da Hespanha celebrárão, não só foi insigne em diversos ramos do humano saber, mas particularmente na poesia de que nos deixou manifesto testemunho no seu poema *Hespanha Libertada* e nas *Soledades del Bussaco*, ambos escriptos em Hespanhol, além de outras obras poeticas de menor vulto com que mostrou a abundante fertilidade do seu engenho e sublimidade de estro. —*Frei Bernardo de Brito*, já apontado como insigne historiador, na verdura dos annos adquirio tambem fama como alumno das musas. Delle existe uma collecção de sonetos, eglogas e outras poesias miudas intitulada *Silvia de Lizardo*, nas quaes se mostra por vezes comparavel a Bernardes. —*Miguel Cer-*

queira Doce; muito folgamos poder inserir devidamente o nome deste presbytero no catalogo dos nossos autores classicos, do que somos devedores ao diligente patriotismo e illustração do litterato Ayres Pinto de Souza, n'uma noticia que a seu respeito inserio na *Revista Lisbonense* de 1849 a pag. 340. Pela sua depurada critica se deprehende ser elle autor de um excellente poema epico intitulado — *Victorias de Duarte Pacheco* — na India, em oitavas e 10 cantos, com data de 1631. Muito merecimento lhe encontra o nosso contemporaneo; regularidade nos epicos accessorios e geralmente bons versos: muito talento poetico e fluidez, sonorosidade metrica e vasto conhecimento da historia e da mythologia ao par de subidos pensamentos e imagens tão lindas que captivão. Anhelamos a sua publicação. Escreveu mais o autor outro poema sobre *São Gonçalo d'Amarante*, tambem inedito e outras poesias.

Adquirirão alguma reputação neste periodo como *Mathematicos*: *André de Avellar*, douto lente de Coimbra nesta sciencia, o qual deixou para documentos de seu saber um *Tratado da Esphera*, um *Repertorio*, &c. — *Luiz Serrão Pimentel*, engenheiro-mór e cosmographo-mór do reino, o qual no seu *Methodo Lusitano de fortificar as Praças* e no seu *Roteiro dos Pilotos*, transmittio á posteridade os livros de mais solida e exacta instrucção para o tempo, que em taes sciencias sahirão até o meiado do XVII seculo. — *Antonio de Carvalho*, compôz eruditamente alguns tratados astronomicos e geographicos, e é entre estes de especial celebridade a sua *Corographia Portugueza*. — *Manoel Pimentel*, cosmographo-mór do reino: a sua *Arte de navegar* foi no seu tempo havida por texto e mereceu os applausos dos professores estrangeiros.

Em *Medicina* fizerão-se igualmente dignos de nota nessa época: *Alvaro Nunes*, physico-mór do archiduque Al-

berto o qual acompanhou na Allemanha onde adquirio notavel reputação. — *Manoel Bocarro Francez*, insigne medico, mathematico e poeta, doutorou-se em Montpellier, Alcalá e Coimbra: foi medico de alguns principes da Europa e até do Sultão. Correu grande parte da terra e teve trato familiar com diversos grandes homens da época, v. g.: Galileo, Kepler, &c.: compôz muitas obras em differentes faculdades que lhe grangeárão nome de distincto litterato. — Além de outros muitos que tedioso seria aqui enumerar, merecêrão principal nomeada na mesma sciencia *Antonio da Fonceca*, o qual exerceu a sua arte na Allemanha e Hollanda; *Diogo Mourão*, igualmente facultativo e autor de diversos opusculos, e *João Marques Corrêa*, autor do celebre *Tratado physiologico-medico, physico e anatomico da circulação do sangue* &c., obra profunda e que gozou de grande voga.

O genero epistolar contou nesse periodo dous individuos que merecem particular recommendação: foi o primeiro e de quem já fallámos o jesuita *Antonio Vieira*, o mais eloquente orador portuguez do seu tempo cuja collecção de cartas impressas em tres vol. de 4.° emparelhárão em virtudes de estilo e pureza de linguagem com as de Cicero, ou pouco menos, e como taes são elogiadas e estimadas por todos quantos se prézão de bom gosto litterario. — Da segunda, mais conhecida dos estrangeiros que dos seus nacionaes pelo nome de *D. Marianna Alcanforado*, religiosa de Beja e a quem um official francez inspirára os mais vivos transportes da paixão do amor, existem cinco cartas no genero das de Heloisa a Abeilard, cada uma das quaes apresenta o caracter e a expressão desse sentimento apaixonado que deixa gravada sempre uma impressão impossivel de ser contrafeita. Estas cartas escriptas em portuguez e nunca de certo para verem a luz publica, fe-las traduzir o

seu pouco delicado amante em Francez, e desta lingua, depois de haverem passado por perto de vinte edições e lidas sempre com extremos de sensibilidade, forão trasladadas para Portuguez por D. José M. de Souza e Fylinto Elysio, e andão impressas com mais sete falsamente attribuidas á mesma autora.

A sciencia da politica conta tambem nesse periodo um benemerito escriptor em *Duarte Ribeiro de Macedo*, embaixador em Paris, Madrid e Turim, de cujos trabalhos diplomaticos deixou preciosos documentos em dous vol. de 4.° — Finalmente em erudição varia brilhou *Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo*, já citado como insigne lente em academias estrangeiras, homem scientifico de uma esfera extraordinaria, eximio em theologia, philosophia, jurisprudencia, oratoria, &c., e na poesia tão fecundo e facil, que perguntado sobre qualquer assumpto, dava logo a resposta em verso fosse em portuguez ou latim. Diz-se que tinha de memoria todas as obras classicas latinas e estava perfeitamente ao facto da historia geral civil e religiosa; que possuia, além da portugueza, vinte e duas linguas, e que se não achava thema algum complicado ou impenetravel em autor hebreu, grego ou latino, que elle não soubesse explicar incontinente: sendo tal a sua erudição que lhe chamavão seus contemporaneos *encyclopedia viva*. Foi natural de Coimbra, fogoso defensor dos direitos d'el-rei D. João IV, e Alexandre VII apreciou e recompensou o seu merecimento promovendo-o a honrosos empregos em Roma. Em Veneza onde o seu nome já era celebre, assombrou um numeroso auditorio explicando e defendendo as mais intrincadas theses sobre diversas materias com profunda erudição. Durante oito dias sustentou as famosas conclusões que intitulou — *Rugidos do Leão de S. Marcos* — e em Roma por tres dias questões publicas *de omni scibili*. Diz-se que

já na idade de onze annos fazia versos, e se dermos credito ao que elle proprio assevera em seus ultimos escriptos publicados em Veneza no anno de sua morte 1681, e que tem sido repetido pelos historiographos, o catalogo de suas obras é o seguinte: 53 panegiricos, 60 discursos latinos, 32 orações funebres, 48 poemas, 123 elegias, 115 epitaphios, 212 epistolas, 700 cartas familiares, 2,600 poemas heroicos e peças de poesia, 110 odes, 3,000 epigrammas, 4 comedias latinas, &c. De toda essa farragem que não sobreviveu ao autor apenas se menciona hoje com merito algumas de suas producções sobre moral e philosophia.

Não acabariamos se quizessemos commemorar todos os escriptores desse periodo, alguns dos quaes se fizerão conhecidos ainda em tempo que Portugal gemia debaixo do dominio castelhano. Grandes talentos se mostrárão na sujeição da patria, o que prova que a decadencia das letras entre nós não foi tão rápida como a das armas. Foi tal porém a influencia das circumstancias, que se preferio muitas vezes a lingoagem dos vencedores para celebrar a patria desgraçada. Comprimidos os espiritos da nação por esse ferreo estranho jugo e pelos seus adherentes, poder monachal, jesuitico e inquisitorial, procurárão elles idéas que julgárão engenhosas; occupárão-se de bagatellas e se entregárão a todos os erros da imaginação. Em vez do bom gosto dos precedentes classicos grassou pois um estilo contrafeito, cheio d'argucias, exagerações, affectada sublimidade e trocadilho de palavras, vicio que tomou o nome de *gongorismo*, do Cordovez *Gongora*, que, comquanto por seus talentos enriquecesse a litteratura hespanhola, veio ao mesmo tempo inficcionala, assim como á nossa, com essas figuras gigantescas, metaphoras atrevidas e outros falsos ornatos que desagrádão aos amadores da bella natureza. Este máo gosto

continuou a dominar quasi todas as composições poeticas e prosaicas do tempo.

Antes de concluirmos esse periodo, responderemos a um obvio reparo que nos póde ser feito á vista do numeroso catalogo de escriptores que acabamos de apresentar e a elle pertencentes; porquanto havendo nós escripto no decurso deste Ensaio que « de bom grado passariamos em silencio os dias de decadencia e de luto para a litteratura portugueza que apresenta esse seguinte desastroso periodo &c. » : como é que sendo assim, contou Portugal um numero tamanho de individuos benemeritos nas letras? — Respondemos que não sendo essa desgraça levada repentinamente de salto, mas sim indo gradualmente, era de esperar que fossem apparecendo centelhas de engenho e de bom gosto, posto que menos vivas, comparadas em luzimento com as do esclarecido periodo antecedente, e que essas causas apontadas da nossa decadencia litteraria não abrangendo os espiritos já formados, restavão ainda para nos consolarem muitos sabios varões da antiga criação, os quaes conservárão ainda em parte o deposito das artes e sciencias, e são desses a maior parte os que apontámos.

CAPITULO IV.

DESDE A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA REAL DE HISTORIA E OUTRAS EM PORTUGAL

NOS PRINCIPIOS DO XVIII SECULO ATÉ O TEMPO PRESENTE.

Começaremos este ultimo periodo da historia litteraria portugueza, desde o anno de 1720 em que El-Rei

D. João V instituio a Academia de Historia nacional, formando-a de 50 membros de reconhecidos talentos, entre os quaes distribuio os differentes ramos que tinhão de tratar. Muitos delles desempenhárão com louvor tão importante incumbencia, de que são provas os numerosos escriptos com que enriquecêrão essa parte da litteratura. Compõe-se essa collecção de volumosos documentos, e sem embargo de que nem todos fossem collaborados com apurada critica e seu estilo seja geralmente affectado, vãamente pomposo ou *gongorista*, que entre nós introduzira a sujeição á Hespanha, o seu todo constitue um vasto e precioso deposito de *Memorias* colhidas com improbo trabalho, relativas tanto á historia civil como á ecclesiastica.

Já em outro lugar dissemos que os esforços do engenho portuguez havião começado a fazer-se sentir de novo no reinado de D. Pedro II, bem que durando ainda a prepotencia monachal, jesuitica e inquisitorial. Nem julgamos crivel que nação alguma, a quem a combinação de tantas circumstancias houvessem reduzido á desgraça em que nos achavamos, fosse capaz de mostrar-se superior, attendendo aos seus litterarios revezes por tão longo tempo supportados, e levantar-se tão cedo do seu abatimento. É todavia uma verdade apoiada em factos, que Portugal tornára a contar um avultado numero de homens de variada instrucção, os quaes, bem que ás escondidas, se esforçavão por faze-la reviver nas differentes *Academias* por elles instituidas. Merecem entre estas menção a *Instantanea*, estabelecida pelo bispo do Porto *D. Fernando Corrêa de Lacerda*; — a dos *Generosos*, creada em 1674 por *D. Antonio Alvares da Cunha*, a qual durou 21 annos, continuada por *D. Francisco Xavier de Menezes*, Conde da Erycceira e *D. Raphael Bluteau* em 1717. — *As Conferencias Eruditas* que em 1696 fazia o mesmo Conde, onde se reu-

não sabios de todas as classes para resolverem questões physicas e moraes. —A dos *Solitarios*, instituida em Santarem no anno de 1664, bem como a dos *Anonymos*; a dos *Illustrados*, a dos *Occultos*, a dos *Singulares* e a dos *Insignes*, para não fallarmos de outras menos conhecidas, se bem que não menos dignas de o serem, já pelo distincto saber de seus membros, já pelo louvavel objecto a que nellas se propunhão.

Por estes e outros estabelecimentos scientificos, conhecerá o publico, comparando-os com as datas de outros semelhantes na Europa, que os avantajámos na era; se a isso attendessem, de certo não cahirião tantos criticos na leviandade de escrever a nosso respeito indignidades que menos nos desacreditão do que a elles proprios, pela ignorancia que patenteião. Principio certo é que as academias particulares são mais proveitosas para o progresso do saber do que as publicas: estas em lugar de aperfeiçoarem, frequentes vezes estorvão o progresso das sciencias. —Não pretendemos todavia inculcar as que ficão citadas como modêlos no estado actual do humano saber, porém grande desenvolvimento lhe derão.

Se comtudo os resultados academicos não satisfizerão plenamente ás espectações do publico, nem por isso esses estabelecimentos deixárão de influir poderozamente sobre a maior illustração que estava reservada para o reinado de D. José I, tempo em que removidos por um vigoroso córte os obstaculos que retardavão os progressos litterarios da nação, se vio nella derramarem amplamente os fructos das boas artes e da verdadeira sabedoria.

Já igualmente nos ultimos annos do reinado de D. João V o gosto da sãa philosophia aperfeiçoada entre os estrangeiros tinha adquirido um numero tamanho de sectarios em Portugal, que alguns vendo a difficuldade de

poderem cabalmente instruir-se nas doutrinas dessa luminosa sciencia, se determinárão a ir adquiri-las entre os sabios dos outros paizes, e entre elles notaremos *Luiz Antonio Verney* e *Jacob de Castro Sarmento*. O judicioso livro publicado pelo primeiro com o titulo de *Verdadeiro Methodo de estudar*, &c., causou uma completa revolução no litterario do paiz, pois apenas começárão a espalhar-se os seus numerosos exemplares, excitárão nelle uma sublevação quasi geral contra os estudos jesuiticos, que o autor nervosamente ridiculisava e combatia. Debalde tentárão esses padres por meio de astutas manobras oppor-lhe resistencia, pois que as cousas se achavão já muito mudadas do seu antigo andamento. Em vão oppozerão ás doutrinas do *Methodo* um de seus mais valentes campeões, *José de Araujo*, para que com as suas *Reflexões apologeticas* sustentasse o seu systema de ignorancia: forão ellas geralmente havidas por ineptas e calumniosas. Acabou Verney por desmascara-los na sua *Resposta ás Reflexões*, relevando-lhes as calumnias e clamando de Roma pela necessaria reforma dos estudos em Portugal. Quanto a *Jacob de C. Sarmento*, foi elle o primeiro que da Inglaterra presenteou á sua patria com a traducção das obras de *Bacon*, restaurador da philosophia.

Por esta epoca (1735) convencido já D. João V que não era das escolas dos mesmos padres que tinha de se propagar a verdadeira instrucção, estabeleceu em Lisboa um lyceu de litteratos ecclesiasticos no convento que mandou edificar das *Necessidades* e o entregou á douta congregação de S. Philippe Neri para instruir a mocidade pelo modo que se praticava em Roma; essas aulas, cuja utilidade foi notoria desde o seu principio, continuárão a sêl-o durante todo o tempo que durárão. Igualmente em 1741 fundou na mesma cidade o *Seminario patriarchal* destinado ao ensino das letras sagradas para os que se

propozessem seguir a vida clerical, dotando-o de grandes rendas; foi porém transferido em 1780 para Santarem, onde permanece ainda. O mesmo amor ás letras que teve este Monarcha, bem que curvado á propotencia inquisitorial, fradesca e jesuitica, o levou a mandar edificar em Roma uma esplendida casa para a celebração das sessões da *Academia dos Arcades* ou da *Arcadia*, na qual se inscreveu como socio.

A grande effusão de luzes que havia penetrado no paiz por todo este periodo e se espalhára progressivamente em todas as classes, continuou sem interrupção por todo o reinado de D. José I. Nem as calamidades que forão consequencias do terremoto e incendio de Lisboa em 1755, e das quaes todas as provincias se resentirão, nem as domesticas commoções que trouxerão um grande bem, a expulsão da perniciosa sociedade jesuitica, e impozerão um freio ás atrocidades da Inquisição e fanatismo das ordens regulares, poderão obstar a que as artes e sciencias continuassem a arreigar-se com vigor. —Entre as litterarias instituições então introduzidas, merece occupar o primeiro lugar a *Arcadia de Lisboa*, sociedade de homens verdadeiramente eruditos, os quaes por seus assiduos trabalhos restituírão á litteratura patria o esplendor de que gozára em tempos mais felizes. — Merecem ser declarados por mais distinctos membros desta associação: 1.°, *Francisco José Freire*, nella conhecido pelo nome de *Candido Lusitano*, seu principal fundador, a quem a moderna litteratura muito deve pela sua excellente *Arte Poetica*, já publicada em 1748; — a de *Horacio*, tambem por elle traduzida e commentada, impressa em 1759, bem como as *Maximas sobre a Arte Oratoria*; o *Diccionario Poetico*, e a nova *Arte Historica*, em verso: — 2.°, *Pedro Antonio Corrêa Garção*, chamado na Arcadia *Coridão*, bem conhecido pelas suas *Odes* e *Dissertações*

sobre a importancia e caracter da tragedia; delle e dos seguintes se fallará adiante: — 3.°, *Manoel de Figueiredo*, pelas suas *Dissertações* sobre a comedia, — e 4.°, *Antonio Diniz da Cruz e Silva*, pelo que escreveu contra o insulso e ridiculo estilo que na poesia pastoril alguns autores do seculo precedente havião introduzido, bem como o mostrar que podia ella brilhar independente do jugo da rima ou do sonoro zum-zum dos consoantes.

Foi sem duvida poderosa a influencia dos *Arcades* sobre a restauração das bellas letras: entretanto a instabilidade das humanas instituições fez com que começasse a decahir depois de cinco annos de grande lustre, por effeito de discordia, até acabar finalmente em 1776, prendendo-se naturalmente a ella a *Academia Real das Sciencias*, erecta em 1779, de que adiante fallaremos.

Continuando a dar conta do movimento litterario do paiz e de tantas uteis instituições filhas do renascimento das bellas artes e sciencias, mencionaremos as erigidas pelo ministerio Pombal, e cingindo-nos á ordem chronologica, citaremos a da *Aula do Commercio*, em 1759, onde se proporcionão todos os conhecimentos theoricos inherentes a essa classe: — o *Real Collegio dos Nobres*, em 1761, para classica educação e ensino da nobreza nos ramos mais uteis das sciencias exactas e naturaes, esgrima e outras disciplinas manuaes. — Porém entre todos os estabelecimentos fundados de novo ou renovados pelo mesmo grande ministro, outro não houve do qual a nação recolhesse mais abundantes fructos como foi o da reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, levantando-a do opprobrio a que tinha sido reduzida havia quasi dous seculos pelas tenebrosas manobras e ruins maximas dos padres da Companhia, os quaes, bem como da de Evora, se havião astuciosamente apossado. Logo depois se lhe seguio o augmento de um *Observatorio astro-*

nomico, um *Museu de Historia natural*, um *Gabinete de Physica*, um *Laboratorio chimico*, um *Jardim botanico*, e finalmente uma cadeira de *Historia e Antiguidades*, annexa ao Real Collegio dependente do mesmo scientifico estabelecimento.

Diremos agora alguma cousa a respeito do seu estado actual. É a Universidade de Coimbra uma das mais antigas da Europa, como se terá visto a pag. 150 do 1.° vol., e a que menos conserva feições gothicas ou da media idade, em virtude de progressivos aperfeiçoamentos em sua organisação, systema de educação e methodo de ensino; é porém talvez uma das menos conhecidas. Os jornaes de instrucção, os almanaks e calendarios annuaes de muitas universidades, mencionando o que se passa nas estranhas, raro se occupão da de Coimbra, e com inexactidão quando o fazem.

Comprehende ella em sua composição cinco faculdades: — theologia, direito, medicina, mathematicas, philosophia, e um lyceu de estudos classicos annexo. Os estabelecimentos praticos igualmente annexos ás sciencias naturaes: — museu de historia natural, laboratorio chimico, gabinete de physica, o de anatomia e cirurgia, dispensatorio pharmaceutico, jardim botanico, tres hospitaes, observatorio astronomico, gabinete de geologia e mineralogia &c., são magnificos, em poucas universidades se acharão iguaes, e muitos delles a par do estado actual das sciencias. O numero dos seus estudantes regula annualmente por 1,700 contando os de preparatorios.

A fundação de institutos litterarios, após a citada reforma, que mais ennobrece este periodo, é sem duvida o da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, creada pelo duque de Lafoens, tio da Rainha D. Maria I, em 1780, a qual estendeu seus limites além dos da de *Historia portugueza*, creada em 1720, pois circumscrevendo

esta o objecto dos seus trabalhos ás discussões meramente historicas da nação, aquella foi composta de individuos abalisados em todo o genero de erudição, sendo desde o seu começo repartida a vastidão dos seus trabalhos nas seguintes classes: *Sciencias Naturaes — Exactas, Moraes* e *Bellas-Letras*. São um irrefragavel testemunho da aptidão e saber dos seus socios as muitas obras que tem publicado em collecções de *Memorias*, das quaes já em 1843 contava 15 vol. de 4.° e 3 de folio, além de perto de um cento de obras originaes dos socios sobre assumptos academicos, impressas avulsamente.

« Esse corpo scientifico, diz o autor do Bosquejo que precede o *Parnaso Lusitano*, de quem tanto bem se augurou para a lingoa e litteratura nacional, nem fez tudo o que delle se esperava, nem do que lhe cumpria fazer. A sua força moral até não foi bastante para vencer um mal terrivel que já no tempo da sua creação se manifestava, mas que depois cresceu e avultou a ponto que veio a tornar-se quasi indestructivel.

« Este mal foi a *gallo-mania*, que, sobre perverter o caracter da nação, adulterou a já combatida lingoagem: phrases barbaras e repugnantes á indole do idioma, termos hybridos e sem elegancia, formárão a algaravia da moda, e prestes invadírão todas as provincias das letras. Estudar a lingoa materna é dos mais difficeis estudos, ha mister longa e porfiada applicação. Que bella invenção para a ignorancia e a preguiça não foi esta nova lingoagem mascavada e de furta-côres que todos podião saber sem fadiga, cujas leis cada um moderava e arbitrava a seu modo com tão plena liberdade de consciencia! Foi a religião de Mafoma: propagou-a a incontinencia, a soltura, o desenfreio do appetite. Desprezárão-se os classicos, apodarão-se de rançosos, e os que não ousavão por algum resto de pejo desacatar assim as cans de nossos mestres,

allegárão o banal e ridiculo pretexto de que ninguem podia lêl-os pelas materias que tratávão, reduzindo-se a vidas de santos, de frades, sermões, historias de conventos, &c., como se as Decadas de Barros, as Viagens de Fernão Mendes Pinto, Theodoro d'Almeida, a Vida de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, que tem toda a valia das mais gabadas memorias historicas, e D. Francisco Manoel de Mello, Rodrigues Lobo, Camões, e grande copia d'outros, &c. Miseria foi que o geral dos Portuguezes acreditou nas palavras de meia duzia de peralvilhos que essas calumnias apregoárão: passou em julgado que os classicos se não podião ler, e ninguem mais quiz tomar trabalho nem sequer de examinar se sim ou não assim era! Neste estado de cousas apparecêrão alguns homens extraordinarios dotados pela Natureza de prodigioso engenho poetico, além de outros secundarios, que efficazmente tratárão de derrubar essa bastarda introducção, e entre elles Filinto Elysio, Garção, Bocage, &c., &c. » Vejão-se os seus artigos mais adiante.

É igualmente creação do reinado de D. Maria I a *Academia da Marinha* em 1779, bem como a dos *Guardas Marinhas* em 1782, ambas refundidas hoje na *Escola polythecnica* e a de *Fortificação Artilheria e Desenho*, em 1790 (hoje *Escola do Exercito*).

Das corporações religiosas soube este sensato reinado tirar bom partido, escolhendo dellas os individuos mais peritos para o ensino dos estudos preparatorios e humanidades, podendo servir em prova desta verdade (não fallando n'outros) a litteraria instrucção bebida nas escolas dos congregados do Oratorio (Neris), já ha muito destinados a esse intuito, e nas dos conegos regulares de Santo Agostinho (Vicentes). Não menor progresso dessa época foi a creação da *Bibliotheca publica* de Lisboa, em 1796, para a qual forão conduzidos muitos livros novos,

que, juntos aos que já compunhão a livraria da extincta *Mesa Censoria* e aos que ultimamente na extincção das casas religiosas se recolhêrão, formão hoje uma das maiores collecções existentes na Europa.

A creação da *Academia da Marinha* na cidade do Porto (hoje *Academia polythechnica*) em 1803, confirma os desvelos do Regente principe D. João para tornar mais extensa por todo o reino a effusão das luzes neste periodo. O mesmo diremos do melhoramento mandado adoptar em 1799 na universidade a respeito das demonstrações praticas da astronomia, constituindo um systema de observações regulares mui verificadas. Foi seu fructo as *Ephemerides de Coimbra*, cuja obra começou a sahir em 1804, e que merece os mais distinctos elogios. Entre outros que a souberão avaliar, *Mr. Delambre*, apresentando-a ao Instituto de França no mesmo anno a 22 de *prairial*, disse o seguinte: « Não me atreveria a occupar a vossa attenção com uma obra desta natureza se as *Ephemerides* da universidade de Coimbra não constituissem um trabalho inteiramente distincto de todos quantos tem apparecido com tal titulo; julgo-a a mais rica obra, em mudanças uteis e em memorias ácerca dos pontos mais delicados em astronomia. »

Desde o principio deste periodo com a nova applicação dada á sua litteratura, começou tambem a reviver a melodiosa e rica lingoa portugueza do XVI seculo. É todavia uma triste verdade que a livre e rapida introducção no reino de obras-francezas escriptas n'um estilo seductor e recheadas de idéas que por sua novidade e atrevimento arrebatão o espirito e dominão o coração, tornou a fazer esquecer os antigos classicos e entrou desde os fins do seculo XVIII por diante a corromper de novo a pureza do idioma com a introducção de vocabulos e phrases tiradas do Francez, as quaes dentro de pouco

tempo abastardárão grande parte dos escriptos dos autores e traductores portuguezes: já a pag. 293 mencionámos essa aviltante e inutil metamorphose; porém, graças aos esforços dos autores ahi apontados e outros, e aos da *Arcadia Portugueza* e da *Academia Real das Sciencias*, de quem todavia se podia esperar mais, esse corrompido gosto não fez dilatados progressos, sendo por suas pennas atalhado, de maneira que já hoje em dia se acha em grande parte substituido pelo bom gosto e lingoagem pura dos classicos antigos, cujas obras reimpressas, umas pela mesma Academia e outras por curiosos e editores, e mandadas consultar por ella, começárão de novo a ser procuradas e desenterradas do pó das carunchosas estantes, a serem lidas e estudadas com uma applicação e avidez summamente louvaveis. É tambem em grande parte devido a isso que se conta presentemente em Portugal grande numero de excellentes litteratos e eruditos, que se entregão com desvelo a este genero de estudo, do qual tem apparecido fructos preciosos em muitas obras escriptas com pureza de phrase e com maior correcção de estilo e gosto do que em tempos anteriores.

Passando agora a fazer menção de alguns sabios nacionaes que neste longo periodo se fizerão mais celebres nos differentes ramos de erudição, começando pela *Theologia*, entre outros muitos citaremos *Antonio Pereira de Figueiredo*, autor de uma boa *Grammatica latina*, reimpressa já umas vinte vezes. Este fertil polygrapho, de um profundo saber, tanto em theologia como em historia, bellas-letras e lingoas antigas, publicou grande parte das suas obras em Latim. As dissensões entre a Curia romana e o gabinete portuguez lhe suscitárão occasião de advogar a causa da patria na sua celebre *Tentativa theologica*, publicada em 1769, muito criticada por uns e applaudida por outros. El-Rei D. José em recompensa o nomeou inter-

prete-mór, cargo que conservou emquanto vivo, até 1797, sem comtudo cessar nos seus trabalhos litterarios que formão um numeroso catalogo, e entre elles a *Traducção da Bíbia* em Portuguez, com notas; *Luzitania sacra*, — *Elementos de historia ecclesiastica*, — *Vida e escriptos de João Gerson*, &c. Attribuio-se-lhe no tempo a celebre *Deducção chronologica* ou relatorio contra os Jesuitas; é porém obra de José de Seabra da Silva e do Marquez de Pombal. — *Dom Frei Caetano Brandão*, arcebispo de Braga, tornou-se recommendavel pelos seus escriptos e saber profundo em materias ecclesiasticas. — *Dom Frei Manoel do Senaculo Villas-Boas*, arcebispo de Evora, foi varão consumado nas letras divinas e humanas e de uma extraordinaria reputação, até entre as nações estrangeiras, não só por seus escriptos theologicos, como tambem por muitos outros sobre variados assumptos, cada um dos quaes seria bastante para lhe dar celebridade. — *Dom Frei Francisco de Santa Maria Sarmento*, foi homem summamente laborioso e incansavel, como o comprovão suas muitas composições theologicas.

Em *Jurisprudencia* merece occupar o primeiro lugar *Pascoal José de Mello Freire*, lente de Coimbra, nas obras que compôz com os titulos de: *Institutiones Juris civilis Lusitani* — *De Juris criminalis*, idem, as quaes fez preceder de uma *Historia Juris civilis Lusitani*, deixou lavrado um insigne documento da sua grande sciencia, sãas idéas e pura latinidade, merecendo por esses dotes o serem escolhidas para obras elementares da universidade. Morreu em 1798, e é justamente considerado o mais habil escriptor da nação, nesta parte da jurisprudencia. — *Manoel Fernandes Thomaz*, desembargador e secretario d'Estado depois da revolução de 24 d'Agosto de 1820, da qual foi um dos treze membros, e por ventura o de maior prestigio e influencia, escreveu o *Repertorio geral das Leis*

Extravagantes publicadas depois das Ordenações, &c., e *Observações sobre os Direitos dominicaes da Corôa, Donatarios e Particulares.* —*Manoel d'Almeida e Souza*, vulgarmente denominado *Lobão*, de cuja aldêa da Beira-Alta era natural, foi um dos mais eminentes jurisconsultos deste periodo e como tal consultado em transcendentes questões, cujos pareceres erão quasi sempre confirmados por sentenças rectas, foi e é não menos famigerado pelos seus numerosos escriptos sobre todos os ramos da legislação civil com que enriqueceu o foro portuguez. —*Manoel Borges Carneiro* foi um dos treze membros que fizerão a revolução de 1820 no Porto, distincto magistrado e patriotico deputado ás Côrtes até á revolução de 1828, da qual foi uma das victimas, acabando a gloriosa existencia n'um calabouço de S. Julião da Barra. Cultivou as bellas-letras, nas quaes deixou preciosos escriptos, bem como na jurisprudencia, o que attestão as obras que delle correm impressas com titulo de *Direito civil portuguez* e alguns *Indices chronologicos* sobre a legislação extravagante. —*José Ferreira Borges*, igualmente um dos mais ardentes patriotas que proclamárão a mesma revolução, foi membro da Junta, deputado ás Côrtes, &c., e em 1833 creador do Tribunal do Commercio e seu presidente, para cuja repartição escreveu o *Codigo commercial portuguez*,— *Diccionario juridico-commercial*,—*Instituições de Direito cambial*,—*Jurisprudencia do Contracto de Sociedade*,— *Synopsis juridica do Contracto do Risco*,— *Commentario*, &c. *sobre as Avarias*,—*Commentario sobre Seguros maritimos*,— *Principios de Synthelologia*, além de outras obras de cunho magistral, como *Instituições de Economia politica*,—*Instituições de medicina forense*, &c., que todas virão a luz.

Patenteárão singular merecimento nesta quadra em *assumptos historicos*, além de outros, *Francisco Leitão Ferreira*, pelas suas *Noticias chronologicas* da universidade de

Coimbra, e outros opusculos. —*João Baptista de Castro* no seu *Mappa de Portugal* (até 1760), obra de tres grossos volumes e grande trabalho, mostra vasta erudição historica, porém pouca critica nos factos que relata. —*Damião Antonio de Lemos Faria e Castro*, deixou-nos uma bem trabalhada *Historia de Portugal*, além de outras obras de merecimento. —*D. Antonio Caetano de Souza*, foi o conspicuo autor da volumosa *Historia genealogica da Casa Real portugueza*, obra preciosa pelos extensos e valiosos materiaes historicos que encerra, bem como continuou o *Agiologio lusitano* de Jorge Cardoso, e escreveu muitas outras obras historicas de merecida reputação. — *Frei Manoel dos Santos*, chronista-mór do reino, applicou-se incansavelmente no mesmo ramo, do qual nos deixou claros testemunhos em diversos escriptos, sendo os principaes a *Historia Sebastica*, —*Alcobaça illustrada*, — *Alcobaça vindicada*, bem como outros muitos identicos, e foi o continuador da *Monarchia Lusitana*, da qual escreveu as partes de 7 a 10, que hoje são raras por terem sido só impressas uma vez em 1729 a 31. —*Diogo Barbosa Machado* na sua *Bibliotheca lusitana* em 4 vol. *in fol.*, começados a publicar em 1741, dedicada a pôr em memoria os mais distinctos escriptores da sua nação, levantou um duradouro padrão de gloria ao engenho litterario portuguez: assim fosse o autor mais circumspecto nos demasiados elogios que prodigalisa por vezes sem criterio, colhidos talvez de erroneas fontes ou por falta de exame: é todavia a sua obra uma preciosa encyclopedia litteraria. Escreveu mais 4 volumes de *Memorias para a Historia de Portugal*.

—*João Pedro Ribeiro*, desembargador e lente de jurisprudencia em Coimbra com exercicio na cadeira de diplomatica em Lisboa, improbo trabalhador em averiguar as antiguidades historicas de Portugal, como bem o provão as suas differentes *Memorias*, impressas nas da Academia

das Sciencias, da qual foi laborioso socio, e mais que tudo os 6 vol. em 4.° impressos pela mesma com o titulo de *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia civil e ecclesiastica de Portugal*, e *Observações para servirem de Memorias ao systema de Diplomatica portugueza*. &c. —*José de Seabra da Silva* começou por illustrar a sua carreira na magistratura como procurador da corôa, publicando a celebre *Deducção chronologica e analitica* contra os Jesuitas, a qual foi, por assim dizer, a clava de Hercules que esmagou esta corporação. Seus transcendentes talentos fizerão com que o Marquez de Pombal o associasse a si como ministro do reino; porém a sua imprudencia em revelar segredos d'Estado o perdeu, indo degradado para as Pedras Negras em Angola, donde só voltou por morte de D. José em 1777.

Como *Mathematicos* alcançárão celebridade neste periodo, entre outros, *Manoel de Azevedo Fortes*, engenheiro-mór, lente de philosophia na universidade de Sienna, o qual deixou illustre nomeada do seu saber em varios escriptos de notavel recommendação.

José Anastacio da Cunha, lente da mesma sciencia em Coimbra, no seu livro intitulado *Principios mathematicos*, se attendermos ao methodo, concisão e rigor escrupuloso de demonstração com que é escripto, compôz uma das melhores obras elementares para o seu ensino, que a Europa vio até esse tempo. Merece igualmente um distincto lugar entre os poetas de nossa idade. Todas as suas poesias são philosophicas e repassadas de tão meiga sensibilidade, que deixão n'alma um como echo de harmonia interior provinda das idéas e pensamentos: pena é que não existão ainda impressas em collecção; apenas correm algumas abastardadas, outras são-lhe attribuidas. A Inquisição o fez queimar em estatua pelas suas idéas expendidas na *Voz da Razão*.

Tristão Alvares da Costa Silveira, coronel de engenheiros e lente de mathematica na universidade de Coimbra, foi eximio na sua profissão, deixando para corroborar sua reputação a obra com o titulo de *Lições de Calculo differencial* ou *Methodo directo das Fluxões*, &c. —*Manoel Joaquim Coelho de Vasconcellos da Costa Maia*, lente de astronomia na mesma universidade, foi no geral conceito da nação um dos mais transcendentes mathematicos da epoca e o primeiro que explicou a *Mecanica celeste* de La Place. A estes dons accrescentava ainda outros em litteratura amena. Delle existe uma Memoria corôada pela Academia das Sciencias, da qual foi digno socio, e que tem por titulo *Solução do Problema sobre o methodo de approximação de Mr. Fontaine*, proposto pela mesma. — *José Monteiro da Rocha*, vice-reitor e lente de mathematica na universidade de Coimbra, foi uma das pessoas que nestes ultimos tempos na mesma sciencia e em astronomia fizerão mais honra a Portugal, e cujos creditos tem passado além da patria, devidos em parte á sua *Reducção* das Ephemerides do Observatorio de Coimbra ás *Memorias* que acompanhão muitos dos seus volumes e a outras que se encontrão na collecção da Academia. — O tenente-general Barão de Villa da Praia, *Francisco de Borja Garção Stockler*, antigo lente de mathematica na academia de marinha de Lisboa e secretario da das Sciencias, occupou-se proficuamente no seu ministerio, fixando além disso a sua reputação com obras importantes, impressas taes como: *Compendio da Theorica dos Limites* ou *Introducção ao Methodo das Fluxões*, e quatro *Memorias* sobre varios assumptos mathematicos, insertas nas da Academia. —*Joaquim Maria d'Andrade*, distincto lente da mesma faculdade em Coimbra e um dos directores do seu Observatorio cujas Ephemerides enriqueceu com duas interessantes obras a saber: *Taboas da differença dos Meridianos*,

dos lugares principaes da terra relativamente aos da universidade de Coimbra, e *Taboa cosmographica dos portos, ilhas, cabos*, &c., *do globo, suas latitudes e longitudes contadas do observatorio de Coimbra.* Do mesmo mathematico existe impresso pela Academia das Sciencias, de que foi socio, um *Ensaio de Trigonometria espherica.*

Na *philosophia* fizerão-se notaveis neste mesmo periodo *Bartholomeu Lourenço de Gusmão*, natural de Santos, no Brasil, irmão do celebre politico *Alexandre de Gusmão;* pondo de parte seus differentes escriptos philosophicos, que comprovão a sua profunda sciencia, bastou-lhe para firmar sua immortal reputação o invento dos *balões aerostaticos*, os quaes ao depois a Europa vio aperfeiçoados pelos irmãos Mongolfier e Pilatre du Rosier, aproveitando-se da invenção do Brasileiro. — O Padre *Theodoro d'Almeida*, socio da Academia das Sciencias de Lisboa, da de Londres, Biscaia, &c., é bem conhecido pelas suas obras philosophicas, escriptas em estilo tal que se fizerão ler com avidez por todas as classes, generalisando em Portugal o gosto destas interessantes sciencias, o qual naquelle tempo se limitava ainda ao gabinete de poucos apreciadores. Póde-se considerar como um dos primeiros que no paiz ousou sacudir o jugo da physica escolastica e ensinar a philosophia natural consultada pela experiencia na Natureza. As suas *Recreações philosophicas* em 10 vol. de 8.° produzirão uma grande revolução nos estudos physicos entre os seus numerosos leitores e attrahirião perseguições sobre elle se os Jesuitas não fossem pouco depois banidos. Publicou tambem umas *Cartas physico-mathematicas*, porém todas essas obras já hoje são pouco consultadas em vista dos progressos que desde então tem feito as sciencias naturaes. Do mesmo modo o seu *Feliz Independente*, novella moral, mas insipida, só hoje é legivel pela sua boa lingoagem, por isso o bom

gosto o alcunhou de *Infeliz Impertinente*. Morreu este virtuoso polygrapho em 1803, com 81 annos.

Bento de Moura Portugal, póde ser contado entre os principaes philosophos e mathematicos do tempo já pelos seus grandes talentos para o calculo, já por seus importantissimos inventos mecanicos, o que se conclue na presença da preciosa collecção de alguns de seus escriptos por tão longo tempo ineditos e publicados em 1821 com o titulo de *Planos de Melhoramento para o Reino de Portugal*, obra escripta no forte da Junqueira onde esteve muitos annos preso e lá morreu no ministerio do marquez de Pombal. Além destes prometteu o editor a publicação de outros insignes manuscriptos do mesmo, mas não nos consta haverem sahido á luz. Não faz a Bento de Moura menor honra o ter sido o primeiro explicador da hypothese de Newton sobre o phenomeno das marés. —*Antonio Soares Barboza*, lente de philosophia na universidade, foi sabio cultivador e zeloso dos progressos da mesma, na qual deixou escriptos alguns ensaios impressos na collecção da Academia das Sciencias de Lisboa da qual era socio, merecendo recommendação especial o seu *Tratado elementar de Philosophia moral*. —*João de Loureiro*, tambem socio da mesma e missionario na India, enriqueceu a litteratura patria com a sua estimada *Flora Cochinchinensis*, e outras memorias sobre diversos assumptos philosophicos. —*Frei José Marianno da Conceição Velloso*, natural do Brasil, distincto botanico, é autor de uma *Flora Fluminense*, obra tida em grande apreço, e que por muito tempo esteve manuscripta na bibliotheca da Academia das Sciencias. —*João Jacinto de Magalhães*, entre as nações estrangeiras deu claras mostras de lhes não serem os Portuguezes inferiores em amor ás sciencias naturaes, assiduidade de estudo, agudeza de engenho e espirito de investigação: as Academias das Sciencias de

S. Petersburgo, de Paris e de Lisboa, a Real de Madrid, a Sociedade Real de Londres, além de outras, o admittirão para seu socio. O governo portuguez utilisou-se do seu notorio saber encarregando-o de fazer executar na Inglaterra cinco collecções de instrumentos de astronomia e de physica, e pouco depois a côrte de Hespanha o incumbio de outra semelhante commissão. Foi elle o inventor de uma *balança* de nova fórma, estimada pela sua grande exacção: inventou tambem um barometro de novo methodo, no qual reunio as vantagens dos já conhecidos, e deu idéa de um novo instrumento a que pôz o nome de *Meteorógrapho constante*, de summa importancia para as observações meteorologicas. Entre os differentes escriptos deste sabio Portuguez, mui pouco conhecido entre os seus, podemos mencionar os dous seguintes: *Traité sur les Octans et Sextans marins*, e *Description et usage des nouveaux Barométres*.

José Corrêa da Serra, vulgarmente designado, abbade Corrêa da Serra, 1.° Secretario da Academia das Sciencias e membro de muitas outras estrangeiras, em cujos paizes residio longos annos, distinguio-se por sua profunda erudição e ameno trato. Muito teriamos que allegar em seu abono, porém ouçamos só duas linhas de Mr. Sané. «Bastar-nos-ha citar como um dos principaes ornatos da Real Academia de Lisboa, membro do Instituto de França e de outras corporações scientificas da Europa o abbade Serra, profundo litterato, botanico da primeira classe, cujos trabalhos se achão insertos nas Transacções philosophicas da Sociedade Real de Londres e nos Annaes do Musêo de Paris. Merecem ser conhecidos entre os escriptos deste sabio as tres Memorias com que enriqueceu o periodico litterario que outr'ora se publicava em Paris com o titulo de *Archives litteraires de l'Europe*, e cujos assumptos são os seguintes: *De l'Etat des sciences et des lettres en Portugal*

à la fin du 18.° *siècle* (vol. 1.° pag. 63 e 269), —*Sur l'Origine des Arabes en Espagne* (2.° vol. pag. 239 e 404), —*Sur les vrais successeurs des Templiers et leur état actuel*, &c.

Constantino Botelho de Lacerda, lente de Coimbra, grande amador e perito nas sciencias physicas, das quaes publicou algumas Memorias, impressas na Collecção da Academia de Lisboa, da qual era socio. —*Felix de Avellar Brotero*, lente de botanica na mesma universidade, director do jardim botanico e museu de Lisboa, medico e membro de diversas sociedades scientificas da Europa, illustrou a faculdade da sua profissão com as obras seguintes: *Compendio de Botanica*, em Portuguez; *Flora de Portugal*, em Latim (2 vol. in 4.°, Lisboa 1804); *Fitographia lusitana* (2 vol. in fol. dito 1816); *Historia natural dos Pinheiros e Abetos* (1 vol. 1817 dito); além de muitas Memorias, &c., e uma com o titulo de *Reflexões sobre a Agricultura de Portugal*. Foi Brotero um dos mais distinctos botanicos europeus. Havendo viajado na Europa por conta do governo perto de 14 annos, afim de se aperfeiçoar na mineralogia, botanica e geologia, recolheu-se ao reino, forte destas sciencias. Entre os seus numerosos escriptos, alguns dos quaes não tem vindo á luz e outros se extraviárão, o *Compendio de Botanica* impresso em Paris 1788 em 2 grandes vol. de 8.°, lhe faz summa honra, e contribuio mais que outra qualquer obra a espalhar no paiz o estudo da botanica, a qual lhe deve o descobrimento de mais de 100 especies diversas, e muitas *Memorias*.

José Bonifacio de Andrada e Silva, natural de Santos no Brasil, desembargador, lente de metallurgia na universidade de Coimbra, de cuja cadeira foi o creador, socio da Academia das Sciencias de Lisboa e seu secretario perpetuo, membro de grande numero de outras e de sociedades scientificas da Europa onde viajou pensionado pelo governo portuguez, foi um sabio de distincta recom-

mendação. Entre os seus numerosos trabalhos litterario-scientificos, apenas deixou impressas algumas Memorias (pelo menos no nosso conhecimento), e a maior parte dellas nas da Academia das Sciencias de Lisboa, cujos titulos são os seguintes: *Memoria sobre a pesca da baleia e extracção do azeite*, &c., dita sobre a *Nova mina ao Sul do Tejo;* dita sobre as *Pesquizas e Lavra* dos veios de chumbo de Chacim, Ventozello e Villar de Rei em Trás-os-Montes, e outra sobre a *Necessidade* do plantio de novos bosques em Portugal, cheias de ponderações da maior transcendencia. Existem ainda ineditos volumosos escriptos, merecedores do maior elogio, deste sabio polygrapho, principalmente sobre physica e botanica. —*Antonio dos Reis*, foi igualmente perito em sciencias naturaes, porém ainda mais notavel se mostrou na eloquencia do pulpito e nas suas poesias latinas. As melhores são os epigrammas, nos quaes sempre conserva a decencia devida á sua vocação, e agudeza de Marcial. Os seus outros escriptos são: a *Vida do Conde da Eryceira*, e o volumoso *Corpus illustrium poetarum lusitanorum qui latinè scripserunt*, em 7 vol. de 4°. Tinha este autor extensos conhecimentos e a sua critica é sãa e imparcial.

Acreditárão a *Medicina* em Portugal entre outros, *Jacob de Castro Sarmento*, do Collegio Real dos medicos de Londres e do corpo cathedratico da universidade de Aberdeen, sabio de grande reputação entre os estrangeiros e naturaes de quem já fallámos a pag. 289. —*Antonio Nunes Ribeiro Sanches*, primeiro medico da Imperatriz Catherina II da Russia e seu conselheiro d'Estado, socio das Academias Reaes de Lisboa, Paris e S. Petersburgo; estudou tres annos com o celebre Boerhaave, e mereceu grande elogio de Buffon (no 3.° vol. da *Hist. natural*). Constão as suas obras de numerosos volumes sobre varios assumptos de medicina, physica, politica e moral. A côrte

de Lisboa, que conhecia quanto o Dr. Sanches sempre amára a sua patria apezar de se achar ausente, o consultou ácerca do modo com que nella florescerião as sciencias, e alguns meios a adoptar a bem da hygiene publica, ao que elle respondeu com duas obras em lingoa portugueza, a saber: *Tratado da Conservação da Saude dos Povos*, ao qual accrescentou um Appendice sobre os terremotos, e o—*Methodo para aprender a estudar a Medicina*, illustrado com apontamentos, &c. Estes dous estimaveis opusculos servirão de muito para a boa reforma da universidade de Coimbra, em 1772. Ajuntou ainda seu illustre autor á vasta extensão de seus conhecimentos a mais complacente disposição moral para attender á sua enfadonha profissão. Afim de transmittir á posteridade a recordação das suas raras virtudes por muito tempo admiradas na Russia, foi especial vontade da Imperatriz Catherina II que as armas do Dr. Sanches fossem decoradas com a seguinte legenda:

Non sibi, sed toti gentium se credere mundo,

legenda tão honorifica para a sua memoria, diz Mr. Vicq d'Azyr, no remate do elogio que fez a R. Sanches, quanto adaptada para designar um homem que se esquecia de si para se empregar na felicidade alheia. — *Francisco Tavares*, lente e decano da faculdade de medicina de Coimbra e primeiro facultativo da Rainha D. Maria I, escreveu differentes tratados sobre assumptos da sua profissão, reconhecidos por obras de merito ainda entre estrangeiros, tanto que um delles o — *Opusculo sobre a Gotta*, mereceu ser inserido por o celebre Le Roi no seu *Tratado das Molestias gotosas*, depois de haver publicado um extracto do mesmo opusculo n'um jornal francez. — *Francisco Soares Franco*, lente de medicina em Coimbra, presidente do concelho de saude do exercito, medico da

camara de S. M. F., membro da Academia das Sciencias e do Conservatorio Real, &c., foi um dos modernos cultores das letras e sciencias, e recentemente fallecido, que muito honrou a patria e com cuja collecção de obras scientificas enriqueceu versando pela maior parte sobre assumptos medicos, philosophicos e economico-politicos. As de que temos conhecimento, são o seu *Compendio de Anatomia*, o qual, por ter obtido o suffragio dos peritos na arte, foi adoptado para texto das lições nas faculdades de Coimbra, Lisboa e Porto;—*Memoria sobre a Identidade do Systema muscular na economia animal*;—*Diccionario de Agricultura*, em 5 vol. de 8.°, e finalmente *Memorias economico-politicas*, que tem por fim indicar os meios de promover a agricultura, população, fabricas e commercio em Portugal.

Entre o grande numero de cultores de poesia que conta este periodo, merecem no nosso entender distincta commemoração os seguintes: *Pedro Antonio Corrêa Garção*, já lembrado a pag. 290. como um dos fundadores da Arcadia, insigne lyrico e um dos primeiros Portuguezes que começárão a escrever limpamente em poesia depois do corrompido gosto do gongorismo. Delle diz um fiel ajuizador nosso contemporaneo: « Haverá n'outros mais fogo; em outros ferverá mais enthusiasmo; creárão acaso mais, porém a delicadeza de Garção só tem rival na antiguidade. A musa pura, casta e ingenua nunca lhe desvairou: em suas composições, ha dellas onde a mais aguçada critica não esmiunçará um defeito: tal é a cantata de Dido, uma das mais sublimes concepções e producções do engenho humano. Todo se deu ao genero horaciano, e nesse ninguem o excedeu, antes ninguem o igualou. » Temos delle comedias, satyras, epistolas, sonetos, &c., que suas bellissimas odes eclipsárão comtudo.

—Vem após Garção, porém não da mesma sorte, o desembargador *Antonio Diniz da Cruz*, que, mais arrojado, mais

pomposo, menos correcto e elegante, correu mais caudalosa, porém menos pura torrente. Emquanto lyrico, tem rasgos pindaricos verdadeiramente sublimes, mas o todo de suas odes é em demasia ornamentado e peccão por monotonia e repetições. Talvez o jugo dos consoantes que tão desnecessariamente se impôz o acanhou a isso, porém nas anacreonticas é elle sem disputa o primeiro poeta portuguez e digno rival de Anacreonte. No genero bucolico tambem nos deixou mui bonitas producções, nenhuma perfeita. Todavia a verdadeira corôa poetica de Diniz, Thalia lh'a teceu, e não outra musa. O *Hyssope* é o mais perfeito poema heroi-comico do seu genero, que ainda se compôz em lingua nenhuma. Se no castigado da dicção o excede o *Lutrin*, no desenho da obra, na regularidade do edificio, na imaginação, foi o discipulo de Boileau muito além de seu grande mestre; encerra episodios que serão, emquanto houver gosto, estudados com o maior prazer como exemplares, e relidos por todas as pessoas de bom gosto. »

Frei José de Santa Rita Durão, natural de Minas Geraes, foi dotado de espirito vasto e fertil imaginação. No seu poema heroico escripto em oitava rima intitulado *Caramurú* ou descobrimento da Bahia, mostrou sublime engenho, brilhante versificação, nobreza e fidelidade de imagens. O assumpto não era heroico, abundava porém em ricas scenas e tinha vasto campo para a poesia descriptiva, mas o autor se estendeu em menos poeticos objectos. O geral do poema é frio e por vezes affectado; onde o poeta porém se contentou com a Natureza e simples expressão da verdade, ha oitavas bellissimas e até sublimes. — *João Baptista Gomes*, escriptor dramatico de alguma nomeada e bom traductor, eis o juizo que delle dá o autor do Bosquejo: « Na sua tragedia *Nova Castro* mostrou muito talento poetico e dramatico. D'en-

tre os defeitos dessa tragedia sobresahem muitas bellezas. Desvaira ao autor o *Elmanismo:* derrama-se por madrigaes quando a austeridade de Melpomene exige concisão, força e naturalidade; extravaga em declamações e antitheses, e destroe a illusão com versos a miudo sesquipedaes e entumecidos; mas por meio de toda essa nevoa brilha muita luz de engenho, sensibilidade e energia do coração, predicados que, com o estudo da lingua e a experiencia que lhe fallecião, virião a fazer de J. B. Gomes o nosso melhor tragico. Atalhou-o a morte na flôr da vida em tão illustre carreira, e deixou orphão o theatro portuguez, que de tamanho talento esperava reforma e abastança. » Traduzio a *Fayel* d'Arnaud, ou *Gabriella de Vergy*, e os *Mancebos.*

Conde da Eryceira (D. Francisco Xavier de Menezes), autor da *Henriqueida*, poema epico cuja acção é a conquista de Portugal sobre os Mouros e o heróe o Conde D. Henrique de Borgonha. Todas as regras da poesia, assim como da verosimilhança historica, são cuidadosamente nelle observadas, porém no geral é de uma tibieza mortal e insulsa monotonia, e a belleza da versificação não basta para supprir a energia poetica. Morreu este fidalgo em 1743, e foi membro de muitas academias principaes da Europa; correspondeu-se com diversas sociedades scientificas e é autor de muitos escriptos. Boileau, de quem traduzio a Arte poetica, sustentou até morrer uma correspondencia epistolar com elle. Durante a guerra da successão da Hespanha fez diversas campanhas e chegou ao posto de mestre de campo. Já a pag. 287 fallámos deste benemerito autor. Não se confunda porém elle com: — *D. Fernando de Menezes* (erradamente chamado *D. Luiz*), segundo *Conde da Eryceira*, avô do precedente, morto em 1699, o qual consagrou ás letras todos os momentos que pôde subtrahir a uma

vida gloriosamente occupada em servir ao Estado nas armas e nas letras. Foi elle que, quando em 1662 se tratou de entregar Tanger aos Inglezes, praça onde havia governado seis annos, e agora passava em dote de casamento com a infanta D. Catherina a Carlos II, recusou todas as recompensas e proposições que o governo da regente D. Luiza lhe fizera para a transferencia: recordava-se o leal Portuguez que Tanger tinha sido por mais de uma vez heroicamente defendida pelos Menezes, seus antepassados. Temos deste autor uma *Vida de D. João I*, que os amadores do *gongorismo* aprecião pelo estilo; uma *Historia de Tanger;* uma *Historia de Portugal Restaurado* desde 1640 a 1657, e outras diversas obras em prosa e verso em Portuguez, Latim, Italiano, Hespanhol, algumas de merecimento, sobretudo em historia e politica, materias em que era muito versado.

Domingos dos Reis Quita. Entre os illustres nomes da época, diz o autor do Bosquejo, avulta o do honrado Quita a quem pagou apatria com miseria e fome as riquezas que para a lingoa e litteratura, de seus versos herdou. Um pobre cabelleireiro a quem as musas que servio, os grandes que com ellas honrou, nunca tirárão do seu triste officio, pôde de sua baixa condição social alevantar-se ao primeiro gráu litterario, que acaso lhe disputão ignorantes ou presumpçosos; nenhum homem de gosto deixará de lh'o dar. Em meu humilde conceito, é elle o nosso melhor bucolico; tomo a liberdade de contrastar a opinião commum, porque o meu dever de critico me obriga a enunciar lealmente o meu pensamento. » —*João Xavier de Mattos* foi contemporaneo de Quita, e poeta fertil, porém de segunda ordem. Deixou-nos grande numero de composições de mediano merito, como sonetos, lyras e eglogas — sua melhor producção. Peccão geralmente por tibieza poetica, acanhada imaginação e falta

de harmonia na versificação. — Muito superior a elle colloca um nosso illustre critico moderno ao official de marinha *Belchior Manoel Corvo Semedo*, de quem faz o seguinte elogio, que porém julgamos exagerado: « As *Metamorphoses* de C. Semedo são um modelo no seu genero; os seus *Apologos* respirão graça, singeleza e moral; as *Quadras* são de um gosto delicado, e os *Sonetos* rivalisarião com os de Bocage se os igualassem na versificação. As suas *Lyras* e *Eglogas* são de uma graça encantadora: n'uma palavra, as suas poesias são todas filhas de um verdadeiro talento poetico. Tambem traduzio as *Fabulas* de Lafontaine. »

Nicoláu Tolentino d'Almeida, um de nossos mais populares autores, foi successivamente professor de rhetorica e poeta satyrico de immensa graça e chiste. A formosura e pureza de sua versificação, idéas originaes e mordaz decencia de sua critica o classificão entre Sá de Miranda, J. Ag. de Macedo e Bocage. As suas modicas circunstancias por vezes lhe forçárão a musa a lisongear os grandes e os ricos, e é talvez alludindo a esta fraqueza ou necessidade que Sismondi aproveita a occasião de criticar suas inimitaveis e tão nacionaes poesias, tão impressas do cunho nacional que elle proprio critico estrangeiro talvez não podesse apreciar. D. João VI as mandou imprimir e offereceu ao autor. As suas *quintilhas* são hoje quasi geralmente sabidas de cór pelas pessoas de bom gosto. Muito poderiamos dizer em abono deste illustre escriptor de nossos dias, mal fadado da fortuna como todos os outros: o melhor porém será apresentar delle o seguinte juizo dado por um de nossos compatriotas mais abalisados na materia: « N. Tolentino, diz elle, é o poeta eminentemente nacional no seu genero: Boileau teve mais força, porém não tanta graça como o nosso bom mestre de rhetorica. E de suas satyras ninguem se póde escanda-

lisar; começa sempre por casa, e primeiro se ri de si antes que zombeteie com os outros. As pinturas dos costumes da sociedade, tudo é tão natural, tão verdadeiro! Confesso que de todos os poetas que meu triste mister de critico me tem obrigado a analysar, unico é este em cuja causa me dou por suspeito: tanta é a paixão, a cegueira que tenho pelo mais verdadeiro, mais engraçado, mais *bom homem* de todos os nossos escriptores. Aquelle *bilhar*, aquella *funcção de burrinhos*, aquelle *chá*, aquellas despedidas do *cavallo lançado á margem*; o *memorial* ao principe, o presente do *perú*, são bellezas que só não admiraráõ atrabilarios zangãos em perpetuo estado de guerra com a franca alegria, com o ingenuo gosto do natural. »

Manoel Caetano Pimenta d'Aguiar, insigne poeta madeirense, deputado ás Côrtes, e morto em 1831, é um dos modernos autores que mais trabalhou para introduzir na scena portugueza o gosto dramatico francez, porém infelizmente o máu successo das suas composições dramaticas não coincidio com os seus desejos. Nas tragedias de Pimenta abunda mais o cinzel da arte do que os rasgos sublimes e energicos de Melpomene, e apezar de offerecerem algumas scenas de um pathetico tragico, peccão muito pela falta de unidade, simplicidade no poema e outros accessorios que todavia não soube imitar nos seus modelos. — Contemporaneo e patricio de Pimenta, porém de muito mais elevado estro, foi *Francisco de Paula Medina e Vasconcellos*, autor do poema heroico *Zargueida* ou descobrimento da Madeira: por vezes brilhão nelle bellissimas estancias e interessantes episodios, em linguagem fluente e maviosa, o que lhe grangeou de Bocage os seguintes versos:

Do misero Machim, da triste dama
Choras o infausto amor tão docemente,
Que o tronco o sabe, que o rochedo o sente,
Que a terra o chora.... e que fará quem ama?
A que de Homero a par no Elysio avulta
Sombra do grão Camões alta e divina,
Crê que falla em teus sons, attende, exulta:
A face para ti sorrindo inclina,
E ao teu canto immortal que o tempo insulta
Lugar não longe do seu lá te destina.

Todavia devemos tomar esses elogios como de poeta. A acção e o contexto geral do poema são defeituosos, e algumas passagens tem que mais proprias são do genero comico que heroico. Morreu o autor nas ilhas de Cabo Verde, para onde fôra desterrado por opiniões liberaes em 1823.

José Daniel Rodrigues da Costa foi um fertilissimo escriptor no genero burlesco, fornecedor mór dos livreiros de barbante de Lisboa, porém falto de gosto e selecção. É autor de diversas obras periodicas em prosa e verso, nas quaes se encontra por vezes algum chiste e sal, porém a sua linguagem é pouco correcta; entre ellas se nota o *Almocreve de Petas*, *Barco da carreira dos Tolos*, &c., e algumas farças e poesias burlescas.

José Agostinho de Macedo, um dos mais celebres escriptores de nossa época, cuja vasta diversidade de conhecimentos nos faz recordar outro polygraho do mesmo appellido (veja-se pag. 284). Apezar da inveja e do espirito de partido que tanto tem pretendido diffama-lo, a imparcialidade lhe dará sempre um lugar muito distincto entre aquelles que mais tem enriquecido a litteratura e a illustração portuguezas. Não serão, nem a aliás bem tecida e sarcastica *Agostinheida* de *Pato Moniz*, nem as immensas satyras dos contemporaneos, nem a parcialidade do partido liberal contra o mais dialectico e fogoso de-

fensor do Miguelismo, que escurecerão sua fama de homem dotado de extraordinarios conhecimentos em diversos ramos, de fertilissima imaginação e facillima veia poetica, por vezes sublime. Suas producções neste ultimo ramo, hoje imparcialmente lidas, são com justiça apreciadas. O poema *Newton*, o *Novo Argonauta*, a refundida *Viagem estatica*, a *Natureza* e outras, offerecem n'uma immensa copia de bellos versos a historia da philosophia, dos varões que a tem illustrado, dão uma idéa das suas differentes seitas, e em todas desenvolve muito discernimento, erudição e fluente estilo. A *Meditação*, no conceito de muitos sua melhor obra, só tem sido censurada por quem não é capaz de a entender: sublimidade, copia de doutrina, linguagem valente e verbosa, e grandes idéas, só lhe negará a paixão ou cegueira. No seu *Oriente*, poema que primeiro vio a luz com o titulo de *Gama*, propôz-se José Agostinho corrigir alguns chamados defeitos do immortal poema de Camões, porém ficou-lhe inferior a perder de vista, bem que contenha algumas oitavas das mais sublimes que possue a nossa lingoa, comparaveis ás melhores dos *Lusiadas*.

Não tocámos porém ainda o verdadeiro genero em que elle brilhou, ramo em que excedeu neste ultimo periodo da litteratura europea a outro qualquer escriptor: alludimos á *satyra*. Foi este o seu elemento, quer em verso ou prosa, e o latego da sua mordacidade a ninguem poupou que o desafiasse. Quasi que não deveramos prostituir estas paginas mencionando obscenas e escandalosas publicações, com as quaes quasi que exclusivamente se occupava no resto da vida; contribuirão porém tanto para caracterizar o cynismo e impudencia de um homem respeitavel pelo seu vasto saber e dignidade ecclesiastica, que nos não podemos eximir de fallar d'envolta de um *Poema dos Burros*, cujo heroe é o chronista

João Bernardo da Rocha. Esse tecido de improperios desaba a mais virulenta, obscena e jocosa ladainha satyrica e chalaça contra as principaes personagens da época em Portugal. Note-se porém que a edição que com esse titulo corre se acha adulterada com numerosos pedaços que não são de J. Agostinho, e facilmente se conhecem pela sua fraqueza d'estro e incorrecções. Na *Besta esfolada*, *Desengano ao Povo*, e diversas outras polemicas e diatribes, que com a maior facilidade publicava, desenvolve sempre o autor os seus profundos dotes de vastissima erudição e chiste para tudo quanto quiz ridicularizar. As suas obras, se fossem regularmente impressas, formarião uma collecção de 30 vol. de 8.°

Thomaz Antonio Gonzaga, que por muito tempo passou por natural do Brasil, porém que é filho do Porto, póde com justo titulo ser considerado o nosso melhor poeta anacreontico logo depois de Diniz. As suas diversas lyras recolhidas n'um volumesinho com a denominação de *Marilia de Dircêo*, são um modelo do que mais perfeito ha nesse genero. Delle falla o litterato Garrett nos seguintes termos: « Tenho para mim que ha dessas lyras algumas de perfeita e incomparavel belleza; é um livro a quem o publico fez immediata a boa justiça. Se houvesse por minha parte de fazer-lhe alguma censura, quizera que em vez de nos debuxar no Brasil scenas da Arcadia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus paineis com as côres do paiz onde os situou, &c., &c. » Gonzaga morreu em principios deste seculo degradado em Angola por delictos politicos; as suas poesias achão-se traduzidas em Inglez, Francez, Italiano, Allemão e Hespanhol. — *José Basilio da Gama;* seguindo a opinião do critico que acabamos de apontar, diremos que merece justo elogio o sensivel cantor da infeliz Lindoya, que foi mais natural amador das scenas locaes que nenhum de seus

conterraneos brasileiros. O *Uruguay* de José Basilio é um dos poemas modernos que mais merito tem: scenas naturaes mui bem pintadas, de grande e bella execução descriptiva: phrase pura e sem affectação, versos naturaes sem serem prosaicos, e, quando cumpre, sublimes sem serem guindados: não são qualidades communs. Sua poesia é verdadeiramente nacional e legitima americana. Magoa é que tão distincto poeta não limasse mais o seu poema, lhe não désse mais amplidão, e quadro tão magnifico o acanhasse tanto. Se houvera tomado esse trabalho, desapparecerião algumas incorrecções de estilo, algumas repetições e um certo desalinho geral que muitas vezes é belleza, mas continuado n'um longo poema é grande defeito.

Visconde de S. Lourenço (Francisco Bento Maria Targini), foi um dos litteratos que mais se distinguirão pelos seus vastos conhecimentos na litteratura patria, na ingleza, allemãa, franceza, italiana, grega, latina, &c. Traduzio do Inglez Pope o *Ensaio sobre o Homem*, verso por verso, não só excellentes e de difficil versão, mas obra inapreciavel tambem pela vasta erudição que elle apresenta nas notas sobre a litteratura ingleza e das outras nações da Europa, sobre a economia politica, a administração, as sciencias naturaes e a metaphysica. A edição foi feita em Londres (á custa de D. João VI, a quem foi offerecida) com todo o luxo da typographia e gravura; é a mais bella edição de obra portugueza que ha, e mais elegante que a dos *Lusiadas* do morgado Matheus.

Antonio José da Silva, christão-novo natural do Rio de Janeiro, victima da Inquisição em 1745, escreveu algumas peças de theatro comicas e de bastante sal. Muitos lhe derão o titulo de Plauto portuguez, e sem duvida alguns direitos tem a elle. Em seus informes dramas algumas scenas ha engraçadas, alguns ditos summamente

picantes e facetos, porém esse comico degenera a miudo em baixo e vulgar. As principaes são: *Amor vencido de amor; Os amantes de escabeche; Guerras do Alecrim e da Mangerona; Amphitrião; D. Quixote; Faetonte; Apollo e Daphne*, &c. — *Antonio Pereira de Souza Caldas*, tambem natural da mesma cidade, foi distincto litterato e um dos melhores lyricos modernos. A poesia biblica até então apenas encetada por autores de merito, foi por elle maravilhosamente tratada, e desde Milton a Klopstock ninguem chegou tanto acima neste genero. A sua cantata de Pygmalião e a ode ao homem selvagem, são obras primas. No ministerio do pulpito foi igualmente insigne.

Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, homem de letras erudito, e poeta distincto, compôz um bom numero de peças dramaticas, redigio o *Portuguez constitucional* por algum tempo, e o jornal publicado pela Sociedade patriotica de Lisboa. Entre as suas composições poeticas se distinguem a *Apparição*, e a *Apotheose* da Rainha D. Maria I, &c., &c., e o poema *Agostinheida*, virulenta diatribe contra J. Agostinho de Macedo, cheia de sal e chiste e da mais refinada mordacidade. Morreu nas ilhas de Cabo Verde, para onde foi desterrado depois da queda do governo de 1823.

Bocage (Manoel Maria Barbosa de), um dos mais insignes poetas portuguezes e o melhor improvisador moderno, nasceu em Setubal em 1766. A natureza desde a sua infancia lhe infundio o genio da poesia. Ardente cantor das paixões, enthusiasta, agitado do seu proprio natural violento, não respirando senão aventuras e fama, seu fado adverso para em tudo o assemelhar a Camões, o levou ao theatro da antiga gloria militar portugueza. Em uma digressão que fizera a Macáu de Goa como militar, naufragou, salvando porém a nado a maior parte das poesias do 1.° volume das suas obras. Cansado de

dissabores nessa remota região onde não encontrára senão ingratos, voltou em 1791 para a Europa, e morreu em Lisboa no fim de 1805. A sua vida foi um continuo labyrintho de desgostos, miseria, perseguições, suavisando-lhe apenas tão amargurada existencia a gloria poetica que gozou em vida sem sombra de rivalidade. Foi Bocage o poeta mais popular, natural, bemquisto e festejado, de quantos em Portugal tem existido. As suas producções erão acolhidas e admiradas com avidez; o magico prestigio de seu nome era sufficiente para fazer passar por sublimidades aquillo que ás vezes não era mais que hyperboles e imaginações perdidas nos espaços imaginarios da sua phantasia: na maior parte dos seus improvisos assim lhe acontecia. É todavia elle o mais eloquente, variado e mavioso de todos os poetas portuguezes: a sua melliflua e verbosa linguagem presta-se a todo o genero de composição, e sempre magistralmente. Não fez elle em suas immensas composições poeticas um unico verso duro, mal-soante ou frouxo. Dos centenares de sonetos que compôz, muitos ha que não tem iguaes em lingoa alguma. Até agora poeta nenhum portuguez soube como elle reunir a harmonia imitativa á força das idéas, accrescendo o ser dotado de uma prodigiosa reminiscencia. Pena é porém que tão raro engenho se não occupasse em legar á posteridade um mais solido monumento de sua gloria. Todas as suas obras consistem unicamente em sonetos, odes, idylios, glosas, epistolas, &c., e algumas traducções do Francez e Latim. Entre as ultimas os extractos das *Metamorphoses* de Ovidio devem ser considerados como os mais bellos que existem na lingoa portugueza. Compôz tambem algumas tragedias, cujas melhores são: *Eufemia* e *Ericia*, e grande numero de poesias eroticas, philosophicas e satyricas, algumas ainda ineditas. As suas traducções da *Agricultura* de Rosset,

dos *Jardins* de Delille, do *Ralhador* de Brueys e Palaprat, são primorosas. Attribue-se-lhe tambem o poema das *Plantas* e o drama heroico *Affonso Henriques*, não acabado e que encerra bellos trechos.

Francisco Manoel do Nascimento, mais conhecido pelo poetico nome de *Filinto Elysio*, nasceu em Lisboa em 1734. Parece que a sua illustrada philosophia que lhe fazia encarar a sociedade no seu verdadeiro ponto de vista, um caracter sarcastico e intimidade que tinha com alguns estrangeiros o tornárão suspeito á Inquisição, que em 1778 o quiz prender, porém a sua presença d'espirito soube lhe illudir a vigilancia, e atravez mil difficuldades conseguio emigrar para França, onde se conservou até 1819, em que morreu. Ouçamos o que delle diz um illustre litterato: « Filinto foi filho da escola de Garção e Diniz; cultivou muito tempo as musas classicas, e já imbuido no gosto da antiguidade, já imitador e rival de Horacio, começou a ser conhecido em idade madura. No emtanto gemia no exilio, e de lá, com os olhos fitos na patria, se preparava para lutar com a hydra cujas cabeças erão o gallicismo, a ignorancia, a vaidade e todos os outros cancros que ião devorando a litteratura nacional. A sua epistola sobre a *arte poetica* rivalisa com a de Horacio. Quanto ás suas *odes*, minha opinião é que nunca lingoa alguma subíra tão alto como a portugueza na sua lyra. Que ha em Pindaro comparavel á ode a Affonso d'Albuquerque? Onde haverá poesia sublime, elegante, immensa como seu assumpto, como na dos Novos Gamas? E quando a liberdade troa na espada de Washington ou tece pelas mãos de Penn os laços de fraterna união faz exclamar ao poeta:

Philosopho Franklin que arrebataste
Aos ceos o raio e o sceptro á tyrannia...

que immenso, que grandioso o cantor de tamanhos ob-

jectos! Entre as epistolas ha muitas admiraveis; dos contos e fabulas alguns com sal e chiste. As traducções do *Oberon* de Wieland, da *Guerra punica* de Silio Italico, das *Fabulas* de Lafontaine e outras, mas principalmente a dos *Martyres* de Chateaubriand, são thesouros de linguagem e de poesia. Nenhum poeta desde Camões havia feito tantos serviços á lingoa portugueza: só per si Francisco Manoel valeu uma academia e fez mais que ella. Muita gente abrio os olhos e adquirio amor a seu tão rico quanto despresado idioma; e se ainda em Portugal ha quem estude os classicos, e se não envergonhe de ler Barros, Lucena e Luiz de Souza, deve-se ao exemplo, aos brados e ás invectivas do grande propugnador dos seus foros e liberdades. » Nos ultimos periodos de sua longa vida, affrouxárão um tanto as energicas faculdades deste grande poeta, e, excepto a traducção dos *Martyres*, as outras são pela maior parte tibias e mornas como de um octogenario se podia esperar. O nimio temor de commetter gallicismos o fez cahir em archaismos e affectação demasiada de palavras antiquadas e hyperbatos. Não são porém estas faltas nem tantas nem tamanhas como o apregoou a inveja e a ignorancia.

Domingos Maximiano Torres, entre os membros da Arcadia *Alfeno Cynthio*, possuio a fundo o patrio idioma e o escreveu com a maior pureza. As suas obras, ainda que não respirem elevado enthusiasmo poetico, são modêlos de bom gosto e correcção. As suas eglogas rivalisão com as de Quita e Gessner, e as cançonetas com as melhores que temos. Morreu em 1808.

Antonio Ribeiro dos Santos, honra da magistratura portugueza, foi emulo de Ferreira; poucos engenhos, caracteres e estilos ha tão parecidos; todavia se deprehende que o autor da *Castro* era mais poeta, e o cantor do grande D. Henrique melhor metrificador. A sua ode

a este sabio infante, algumas outras a varios heróes portuguezes, algumas epistolas, principalmente as dictadas pela amizade, são de uma elegancia e pureza de linguagem dignas de nota.

Illustrárão igualmente no ramo de poesia em Portugal, neste mesmo ultimo periodo, entre outras Senhoras, a *Viscondessa de Balsemão*, D. Catherina, e a *Marqueza d'Alorna;* foi o genero lyrico que cultivárão com primor. Cingindo-nos á opinião do litterato F. Freire de Carvalho, notaremos que não existindo impressas as obras da primeira, dellas faz honrosa menção, pelas ter examinado no original; diz respirarem fecundidade de engenho e serem escriptas com pureza e ameno estilo. Já antes delle, Balbi lhes fizera grande elogio. Da Marqueza d'Alorna nos diz que: as suas producções já publicadas, além de outras ineditas, tem sido devidamente apreciadas como o reclamão seu eximio valor e merito. Possuio a autora as principaes lingoas da Europa, das quaes traduzio excellentemente algumas obras, bem como do Latim, do qual verteu todo o *Psalterio de David*, o *Roubo de Proserpina* de Claudiano, a *Carta aos Pisões* de Horacio, e algumas odes do mesmo; do Inglez, o *Ensaio sobre a Critica* de Pope, e o 1.° livro das *Estações*, de Thompson; do Allemão os 6 primeiros cantos do *Oberon* de Wieland e outras imitações, &c. Escreveu tambem o poema *Recreações botanicas*.

Mui longe vamos nós já do nosso primeiro intuito quando démos começo a este Bosquejo sobre a litteratura portugueza, que só mui de leve pretendiamos tocar patenteando o mais saliente; porém o immenso numero de illustres nomes que uns apóz outros se nos forão insensivelmente antolhando, o desejo de a todos tributar o devido e de esclarecer o nosso assumpto do melhor modo coherente com o espaço a isso destinado, nos alongou

nesta tarefa, sem que todavia julguemos have-la desempenhado. Muitos outros conspicuos nomes teriamos ainda que apontar, os quaes illustrárão a patria em mais de um genero: deixamos porém esse mais minucioso trabalho a melhor penna, por não caber no quadro limitado desta obra; o assumpto é vasto e fertil, e, segundo Lafontaine:

> Tout ce champ ne se peut tellement moissonner
> Que des derniers venus ne trouvent à glaner.

Poderiamos igualmente resenhar e passar em revista as obras de muitissimos autores ainda vivos; é porém contra os nossos principios tanto louvar como censurar os vivos, pois não desejamos arriscar-mos a ser tidos em conta de lisongeiros ou de invejosos, ou provocar paixões. Accresce tambem que escrupulos de delicadeza, connexões sociaes e o pouco estudo que dellas havemos feito, nos desvião do intento de as analysar. N'uma obra recentemente publicada, o *Ensaio Critico*, achará o publico os nomes de muitos e a critica de suas obras. Citaremos della os principaes existentes, e alguns ha pouco fallecidos pertencentes ao periodo actual. Nessa illustre nomenclatura são salientes os Srs.: *

J. B. de Almeida Garrett, Antonio Feliciano de Castilho, Cardeal-Patriarcha São Luiz, Alexandre Herculano, Mendes Leal, Mousinho d'Albuquerque, José Maria da Costa e Silva, Silvestre Pinheiro Ferreira, Claudio Adriano da Costa, Marreca, João Bernardo da Rocha, José Victorino Barreto Feio, Sebastião Xavier Botelho, José Liberato Freire de Carvalho e seu irmão Francisco

---

* Note-se que a classificação destes nomes não denota a do merecimento nem da idade; forão escriptos á proporção que lembrados. Note-se igualmente que só aqui se trata de talentos *litterarios* ou notaveis em bellas letras e não scientificos n'outras materias, que aliás são numerosos.

Freire de Carvalho, Simão José da Luz Soriano, Francisco Solano Constancio, Visconde de Santarem, Duque de Palmella, Visconde de Villarinho de S. Romão, Marino Miguel Franzini, José Accurcio das Neves, J. Pedro Casado Giraldes, Jeronymo Soares Barbosa, D. Francisca de Paula Puzolo da Costa, José Joaquim Rodrigues de Bastos, Hypolito da Costa, Candido José Xavier, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Agostinho José Freire, Antonio José Osorio Pina Leitão, Antonio José de Lima Leitão, Tiburcio Barreto Feio, João de Lemos Seixas Castello Branco, Francisco José Pereira Palha, José Freire de Serpa Pimentel, Antonio Freire de Serpa Pimentel, José Osorio de Castro Cabral, L. Augusto Xavier Palmeirim, Raymundo Antonio de Bulhão Pato, Antonio Pereira da Cunha, Antonio Maria do Couto Monteiro, Ayres Pinto de Souza, Dom José Maria da Piedade e Lencastre, D. Antonia Gertrudes Pusich, Joaquim da Costa Cascaes, Antonio Pedro Lopes de Mendonça, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, Dom João de Azevedo, Ignacio Pizarro, J. M. Corrêa d'Aboim, Marcelliano Ribeiro de Mendonça, José Teixeira Monteiro, José Maria do Cazal Ribeiro, A. Emilio Zaluar, Luiz Corrêa Caldeira, João Maria Sueiro, Luiz de Mello e Castro, Cunha Soto-Mayor, Pereira de Mello, Latino Coelho, Bruschy, Almada, Malhão, Andrade Corvo, Castro (abbade), Ribeiro Saraiva, Rebello da Silva, Couto Monteiro, Couceiro, Basto, Corrêa Caldeira, e um avultado numero de outros que actualmente brilhão e fazem florecer a litteratura portugueza. N'uma obra que semanalmente se publica no Rio de Janeiro com o titulo de *Lysia Poetica*, vem transcriptos os melhores trechos ou composições avulsas desta nova folha de poetas, que muitas esperanças dão de illustrarem a patria.

COMPENDIO

DA HISTORIA DE PORTUGAL

ATÉ O TEMPO PRESENTE.

CAPITULO I.

Antiga Lusitania; limites e origem do seu nome; usos e costumes dos seus habitantes.

Invasão e dominio dos Phenicios e Carthaginezes. Sua expulsão e conquista pelos Romanos.

Os historiadores divinos e profanos collocão na Asia o berço da especie humana. Seja porém verdade ou maravilhoso, sabemos pelas suas tradições que dahi se dispersárão os primeiros homens, as primeiras tribus, que forão successivamente povoando a superficie da terra.

Autores ha que pretendem demonstrar por observações geologicas feitas nos dous pontos da Europa e Africa separados pelo estreito de Gibraltar, pelas producções dos reinos organicos, por tradições concordes de mythologia e historia, que a peninsula Iberica fôra unida á Africa e della a separára o canal que hoje conhecemos pelo nome de Estreito de Gibraltar, occasionado por algum cataclismo, trasbordamento do Oceano ou explosão volcanica. Accrescentão que os Atlantides Hesperios (povos que habitavão as cercanias do Atlas) entrárão a pé enxuto na peninsula Iberica; após estes, os Celtas ou Turdetanos, descêrão uns pela vertente Cantabrica ao longo das margens norte e occidentaes da Iberia até ao

Douro, Tejo e Promontorio Sacro, que a estes chamárão *Iberios;* e a outros da mesma familia que se dispersárão pelas cabeceiras do Ebro, se deu o nome de *Celtiberios.* Os Hebreos, que nos transmittirão a origem de muitos povos, nada disserão deste territorio. Após elles deparamos com os Romanos, que alguma cousa sobre a materia escrevêrão, porém são escassos e confusos os documentos que deixárão.

Sabe-se só positivamente que foi em seguida a Lusitania sujeita: 1.° aos *Phenicios,* 2.° aos *Carthaginezes,* 3.° aos *Romanos,* 4.° aos *Allanos, Suevos* e *Godos,* 5.° aos *Sarracenos;* 6.° *aos Reis de Leão* e 7.° *aos Reis de Portugal,* em que mudou o nome. Deprehende-se de antigos documentos que uma colonia do Oriente abicára ás praias do Tejo, e se estendêra nas terras que elle rega ao desaguar no Oceano: é mui provavel que fossem os Phenicios, attrahidos da fama das minas, e da fertilidade da terra. Forão pois elles os primeiros Orientaes que abrírão commercio com a Hesperia, em cujas praias meridionaes se estabelecêrão; não se póde porém fixar nem a época em que a ellas aportárão nem o tempo que ahi estiverão. Sabe-se comtudo que os Carthaginezes os supplantárão. Nesta incerteza, qualquer que fosse a ascendencia dos aborigenes da Lusitania, como a historia nos não deixasse quasi nenhuns monumentos que ajudem a sua investigação, contentemos-nos com o que apenas podermos saber, e afastemos-nos de conjecturas arriscadas ou eruditas; com ellas não se poderião cimentar alicerces solidos, quaes é mister que o sejão, aquelles em que descansa a historia.

Os limites da antiga *Lusitania* comprehendião tudo o que hoje se chama Portugal e Algarves, exceptuando Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, que formavão o reino limitrophe com a Galliza e outras terras, e a Lusitania se entranhava consideravelmente pela Hespanha

nas provincias da Andaluzia, Estremadura hespanhola e Leão, abrangendo *Merida*, sobre o Tejo, a 53 leguas parallelas ao cabo da Roca, e *Salamanca* 46 tambem a Leste do Porto. Toda a região da Lusitania se dividia em 4 provincias ou divisões habitadas pelos seguintes povos principaes:

1.° Os *Lusitanos* ou *Lusones* propriamente ditos, que occupavão quasi tudo entre o Tejo, Douro e Zezere até á serra da Estrella e Lamego, para o lado occidental.

2.° Os *Vetões*, que tambem occupavão ao Norte do Tejo e Sul do Douro, porém do lado oriental comprehendendo a Beira Baixa e Riba Coa, parte de Leão e Estremadura castelhana.

3.° Os *Celtas*, os *Turdulos* e *Turdetanos* occupando todo o Alemtejo, parte da Andaluzia e Estremadura hespanhola.

4.° Os *Cuneos* e *Cynetas* habitavão o Algarve.

Differe um pouco Balbi nesta divisão, e diz que todo o paiz ao Sul do Douro até ás praias do Algarve, e tendo por limites ao Occidente o Oceano, constituia a provincia da *Lusitania*, a qual se estendia para o Oriente até á da Mancha, e desde esse ponto uma linha imaginaria a limitava, passando por Puente del Arçobispo e acabando na confluencia do Pisuerga com o Douro. A sua extensão era pois muito mais consideravel que o Portugal de hoje. As duas provincias de Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, formavão parte da grande divisão da Hespanha denominada *Tarraconensis*, e a pequena parte do Alemtejo situada á esquerda do Guadiana, achava-se comprehendida na *Betica*.

Pretendem alguns historiadores que a palavra *Lusitania*, derive de *Lusus* ou *Lysias* seu famigerado Rei e companheiro de Baccho, que a governára pelos annos de 800 depois do diluvio; La Clede porém tem por etymologia mais certa deduzi-la dos antigos povos chamados *Luzones*

que a habitavão como acabamos de ver, e cujo nome na lingua Celtica, significava homem alto e forte, vocabulo bem adequado ao valor e esforço desses antigos povos. Passados seculos, do porto de uma povoação chamada *Gaya* ou *Cale* se derivou o de Portugal. Vejão-se os artigos *Gaya* e *Porto* no 1.° vol. Em todos os tempos e em toda a parte tem deste modo procurado os povos supprir com fabulas as lacunas e incertezas da historia, preferindo sempre ás dissertações criticas, os erros e legendas nacionaes, partos engenhosos dos poetas que sempre seduzem imaginações gloriosas. Accrescentão igualmente que Tubal, neto de Noé, que fundára Setubal, fôra o primeiro povoador de toda a Hespanha, seguindo-se-lhe uma serie de Reis que governárão o p[illegible], e assim como de Lusus ou Lysias lhe veio o nome que [illegible]e ficou, Ulysses aportando ao Tejo, depois do cerco de Troya, fundou *Ulissipo* ou *Ulyssea* e dahi *Lisboa*. A historia desses tempos é cheia de fabulas e obscuridades como a dos principios de todas as nações.

A lingua existente dos Lusitanos nesses priscos tempos parece ter sido a celtica e turdetana, as quaes se corrompêrão ao depois pelo trato com os Phenicios, Gregos, Carthaginezes e Romanos.

Excedião o numero de trinta os povos que habitavão esta região, vivendo independentes entre si, regendo-se mais por costumes particulares e singelos do que por leis. Da liberdade que recebêrão da Natureza demittião de si quanto era mister á segurança em commum. Em tempos de guerra elegião um chefe; a autoridade deste acabava na paz.

Um campo de continuas batalhas, ora com os Phenicios, ora com os Carthaginezes, foi o primeiro estado da Lusitania que ainda os Romanos chegárão a presenciar. Estes povos, guerreiros por indole ou necessidade, nunca depunhão as armas, e quando lhes faltavão ini-

migos de fóra os buscavão nos domesticos, e uns contra outros guerreavão.

A sua legislação era tão simples como seus costumes. Quando querião consultar ao bem commum, formavão assembléas geraes analogas á pura democracia, nas quaes cada membro tinha arbitrio livre de approvar ou regeitar o que se propunha. Um bater de espada no broquel era o signal de approvação: um susurro inquieto significava o contrario. Sobrios no comer e beber, singelos no vestir, não mercadejavão pela sêde de oiro; de modo que o seu commercio se limitava ao simples troco das cousas de primeira necessidade.

Os homens se occupavão de guerra, e, nos intervallos della, de exercicios analogos: as mulheres da cultura dos campos e do trafego domestico, a mocidade adolescente no apascentamento dos rebanhos. Dormião geralmente no chão, e usavão do trajo preto nos misteres ordinarios da vida; ião porém á guerra vestidos de uma tunica de linho escarlate: as suas armas erão o escudo ou broquel, a lança, o dardo, a funda e a espada de dous gumes.

Celebravão festas, bailes e cantares; erão á maneira dos Gregos os seus jogos, certames publicos, sacrificios e casamentos. Davão culto a um ente superior; erão porém sanguinolentos e barbaros todos os actos de religião que praticavão em honra de divindades ideadas á sua mesma semelhança.

Os Phenicios, que forão os maiores commerciantes da antiguidade, estabelecêrão-se em Cadiz pelos annos de 1147 antes da era christãa, e sugeitárão parte da Lusitania, que então se achava dividida em tribus errantes e independentes que se região por costumes e leis particulares, e adoravão Hercules e outros Deuzes do gent li-mo. Cançados estes povos com as invasões e vassalagem dos Phenicios se levantárão contra elles nomeando por seu

chefe Baucio Capeto, que os obrigou a pedir soccorro aos Carthaginezes. Estes chegárão em seu auxilio commandados por Maherbal ou Mezerbal, e desembarcárão no anno de 550 antes de Christo em Sidonia. Combatêrão em seu contra os Turdetanos e outros povos, voltárão-se porém favor contra os proprios Phenicios que expulsárão de Cadiz, e dominárão na Lusitania e em toda a Hespanha. As suas tribus defendêrão por muito tempo a sua independencia; mas sem disciplina e quasi sem armas, cedêrão ao poder dos conquistadores, os quaes pouco a pouco dilatárão o seu dominio, ora pelos triumphos, ora pela sagacidade dos seus generaes. Os successores de Mezerbal consolidárão mais e mais a occupação da Lusitania, e nella fundárão povoações onde os seus se estabelecêrão. Os aborigenes porém, ciosos da independencia de que se vião despojados, se sublevárão por vezes contra os invasores, e com elles se travavão ora em campo ora em emboscadas, de modo que o dominio de Carthago na Lusitania não foi muito extenso nem sempre tranquillo.

Amilcar no anno de 264, acompanhado de forte expedição, pretendeu avassallar a Hespanha, e foi o que até então mais largamente dominou. O seu intento era restabelecer a disciplina das tropas carthaginezas, encher os cofres exhaustos da republica e eleva-la ao ponto de poder disputar a preeminencia á sua rival da Italia. Porém os seus triumphos se estancárão nas ribas do Tejo, onde foi morto pelos Lusitanos.

Asdrubal IV o substituio, e o paiz pareceu de boamente submetter-se á prudencia e brandura do seu governo. Roma cobrou susto dos progressos que os Carthaginezes rapidamente iáo fazendo na Hespanha e na Lusitania, e procurou federar-se com alguns povos dellas para oppôr um dique á torrente devastadora que já ameaçava transpôr os Pyrineos e os Alpes. Os Romanos porém, depois

de algumas batalhas terrestres e navaes na Africa e no Mediterraneo, derão paz aos Carthaginezes, pelos annos de 240 antes de Christo, sob a condição de que evacuarião a Sicilia e as de mais ilhas entre a Italia e a Africa; foi este o desfecho da primeira guerra punica.

A Hespanha e a Lusitania continuárão a permanecer no dominio dos Carthaginezes, e Roma fiada na invencivel barreira dos Alpes que a punhão a cuberto das invasões inimigas, nem incluira aos povos da peninsula Iberica, na paz, nem ainda um cabal conhecimento das riquezas deste paiz havia despertado sua insaciavel cubiça.

Carthago, por outro lado, não estava ainda satisfeita com o seu dominio. Os thesouros que da peninsula extorquia, podião saciar a sua ambição, porém não o odio que tinha á sua rival. Era tempo de effectuar o plano de Amilcar: o destino deparára um homem digno da empreza. Annibal desembarcou na Hespanha com um poderoso exercito. Penetrou na Lusitania, onde os seus capitães percorrêrão vastas montanhas no alcance de domar aos destemidos habitantes. Atravessou depois o Ebro: em sua marcha os povos espontaneamente se lhe união, e as suas armas subjugavão outros. Menos terror inspirava o conquistador carthaginez, do que a ambição e tyrannia de Roma.

A peninsula Iberica pareceu tranquilla: Annibal commetteu a Asdrubal o defendê-la, e resolveu transpôr os Alpes e atacar Roma em seus proprios lares. Além do exercito que trouxera, vinte mil soldados peninsulares marchavão debaixo dos seus estandartes, de quem partilhárão as gloriosas victorias de Ticino, Trebia, Trasimeno e Cannas. Mas para empecer a marcha do inimigo e retardar a sua propria queda, Roma promovêra a guerra no centro das Hespanhas. Caio Scipião foi ahi mandado á frente de muitas legiões, e as armas romanas dominá-

rão desde os Pyrineos ao Ebro. Pouco a pouco se forão estendendo para o Occidente não sem grande resistencia até se travarem com os Lusitanos, que trabalhavão afincadamente em sacudir o jugo ora de Carthago ora de Roma. Quaesquer que fossem as insignias a que a sorte das batalhas os entregasse, sempre as reputárão como contrarias. Marchavão alternativamente ao campo debaixo dos estandartes de um de seus dois conquistadores; aquelle em cujo poder ficára a victoria era todavia sempre o seu inimigo. As suas armas ora se imbebião em seu proprio sangue, ora no de seus ambiciosos tyrannos.

Tal se houve a Lusitania nesta luta pertinaz entre duas nações as mais poderosas e aguerridas, e que disputavão o dominio universal. Finalmente, forão as armas carthaginezas expulsas da peninsula Iberica; Annibal evacuou a Italia; as aguias romanas triumphárão. Comtudo os Lusitanos não forão totalmente domados, e ainda conservárão ares de sua antiga independencia. Roma pareceu desdenhar a estes povos, quer pela distancia que os separava, quer pelas inaccessiveis montanhas onde se abrigavão, contra as quaes era baldado todo o valor e disciplina das legiões romanas.

CAPITULO II.

A Lusitania sob o dominio dos Romanos. Invasões dos povos do Norte no Sul da Europa. Dominio dos Alanos, Suevos e Godos na Lusitania. Reflexões ácerca do estado civil do paiz.

Mal que as armas de Carthago forão totalmente expulsas, ficou a peninsula Iberica em poder dos vencedores,

pois que, attenuada por longas guerras e calamidades, não lhe foi possivel conservar a sua liberdade. Roma a contou no numero das suas provincias e lhe enviou pretores e proconsules eleitos em comicios para a governarem. De quando em quando porém algumas sublevações rebentavão e as legiões romanas não estavão em ocio. Conhecêra finalmente o povo soberano que mal podia dominar em tão extenso territorio, e que para abafar as rebelliões era necessario enfraquecê-lo, retalhar a sua administração e nelle estacionar maior porção de legiões.

Começárão por dividir a peninsula em duas prefecturas —*ulterior* e *citerior;* esta ultima abrangia as terras que mediavão entre o Ebro e os Pyrineos, e a primeira todas assituadas entre o mesmo rio e o Oceano occidental. Tornou a decretar o Senado pouco depois que todas as Hespanhas formassem uma unica prefectura, porque lhe era mister empregar maior numero de legiões na guerra da Macedonia. Outras divisões houverão ainda, acabando porém com tudo Octaviano Cesar dividindo todo o paiz em tres provincias, a saber: *Lusitania, Betica* e *Tarraconense.* A Lusitania incluia a maior parte do que hoje forma Portugal. O rio Douro a separava ao Norte da Tarraconense; do lado oriental uma linha sinuosa que partindo do mesmo rio na confluencia do Pisuerga e vinha entestar com o Guadiana na confluencia do Estema, lhe servia de limites, e finalmente o mesmo *Ana* ou Guadiana até á sua foz a separava da Betica ou Hespanha meridional.

Pelos annos de 118 da era christãa, visitando o Imperador Adriano a peninsula, dividio-a em 6 provincias: *Tarraconense, Carthaginense, Betica, Lusitania, Gallicia* e *Tingitania;* outras divisões tiverão lugar no decurso do tempo, porém são muito duvidosas. O certo, porém, é que os Romanos tinhão dividido cada uma das provincias em chancellarias, a que chamavão *Conventos Juridicos,*

tania, a saber Merida (*Augusta Emerita*), *Medelim* (*Metallinensis*) e Alcantara (*Narbo Cesario*).

Os moradores dos *municipios* romanos gozavão de todo o direito publico e particular dos cidadaõs de Roma; no primeiro se comprehendia: —gozar do censo romano e poder occupar cargos em qualquer dominio da Republica; ter duas patrias, a de Roma e a municipal; reger-se por leis romanas ou municipaes, &c. *Colonias* romanas erão as povoações fundadas ou augmentadas por familias delles. Os seus moradores gozavão de todo o direito particular, afóra os privilegios das curias e da religião: contribuião com gente de guerra e tributos. Era uma especie de Republica separada e regida por leis prescriptas pelos magistrados romanos que a creavão ou della tinhão a curadoria.

Pelos annos 138 da éra christãa, Adriano supprimio as dioceses e dividio o imperio em onze regiões subdivididas em 73 provincias; a Hespanha e a Lusitania formárão então cinco destas, as quaes forão administradas por duques ou chefes (*duces*) e condes (*comites*).

Vespasiano concedeu muitos *foros* a todas as Hespanhas: Adriano o de *colonia*, e Caracalla o de *cidadão* romano, o qual ficou gozando a Lusitania. Esta provincia, para a administração da justiça, foi dividida em quatro circulos juridicos, a saber: Merida, Beja, Santarem e Braga. Os seus tributos crescêrão em proporção dos fôros e privilegios que lhe concedêrão os Imperadores, e assim devêra ser, porque o luxo começára a lavrar no imperio e os costumes probos e singelos de todas as classes a corromperem-se. A religião, usos e costumes, linguagem e vestidos dos Lusitanos forão-se pouco a pouco tornando taes como os dos Romanos.

Deste estado civil da Lusitania não se achão monumentos de legislação privativamente della, quer feita em seus

municipios, quer emanada de Roma. Regia-se pelas leis da cidade eterna; porém a vontade dos Imperadores e o capricho dos pretores e delegados constituião todo o seu codigo. Taes forão em summa os foros e privilegios que a politica ou a necessidade concedêrão á Lusitania, pelas quaes estes povos, de livres e invenciveis que erão, perdêrão a liberdade e primitivo caracter.

Roma todavia caminhava acceleradamente á decadencia de seu imperio: a corrupção dos costumes lavrava altamente em todas as classes do Estado, e o contagio se estendia sobre os povos que formavão esse espantoso colosso. Bem depressa elle vai subverter-se, e a eterna cidade não legará aos povos que conquistára senão vicios. Sumirão-se as virtudes que a ornavão nos primeiros seculos de heroismo e prosperidade.

Tal foi o estado da Lusitania pelo espaço de mais de quatrocentos annos depois da era christãa, durante os quaes foi regida como provincia romana, e gozou de tal ou qual tranquillidade. Pelos fins do seculo segundo, começou a propagar-se nella o christianismo.

O imperio romano porém caminhava para a sua ruina total: não podendo reprimir as rebelliões internas nem repulsar as invasões dos barbaros do Norte, aluidos os seus fundamentos, ameaçava geral dissolução. Enxames desses povos denominados Godos se espalhárão pela margem esquerda do baixo Danubio no anno de 376, depois que os Romanos abandonárão a antiga Dacia, provincia do outro lado do mesmo rio, que Trajano domára. —Pelos annos de 406 novas multidões de Vandalos invadirão o paiz dos Francos, atravessárão o Rheno e as Gallias, e forão postar-se ao pé dos Pyrinêos. —Pouco depois Alarico Rei dos Godos, invadio a Italia, tomou e saqueou Roma, ao passo que os Vandalos e Alanos transpunhão os Pyrinêos e se derramavão pelas Hespanhas, onde pelo seu espan-

toso numero e bellicoso caracter tudo vencêrão ou tomárão, tanto que, suspensas já as hostilidades e a resistencia, lançárão sortes para a divisão das terras. Os Vandalos e Suevos ficárão na Galliza, Asturias e Leão, os Alanos na Lusitania e os Vandalos Silingos na Andaluzia. Estes porém forão derrotados em 417 pelos Visigodos, aos quaes se unirão os Vandalos e Suevos da Galliza e Asturias. Hermenrico, Rei destes e dos Alanos, foi o primeiro que imperou na Lusitania. Desbaratou aos generaes romanos Eccio e Castino; o seu governo foi brando e prudente. Reciario seu filho lhe succedeu em 448. Exterminou de seus Estados os Romanos, e combatendo com Theodorico Rei dos Godos, perdeu a acção e se refugiou no Norte da Lusitania; porém cahindo em poder do seu vencedor, foi degollado. — Apóz esta vingança, Theodorico penetrou em 457 no Sul da Lusitania, onde subjugou a maior parte dos Suevos. Maldra foi por elle eleito Rei, e Remismundo seu filho lhe succedeu; Theodorico lhe deu uma filha em casamento e confirmou a sua elevação ao throno dos Suevos. Depois deste, perto de um seculo decorreu sem que a historia, pelo desabrimento e incuria dos tempos, nos transmittisse a successão dos Reis Suevos, nem o que de mais notavel houvera. Pelos annos de 560, Theodomiro, o qual se converteu á religião christãa, occupou esse vacillante throno. Em 583 Endeca, fidalgo ambicioso, o usurpou; porém Leovigildo Rei dos Godos o expulsou e assumio o governo dos Suevos. Todas as Hespanhas d'ora em diante ficárão sob o dominio dos Godos.

Teve este Leovigildo dois filhos, Hermenigildo e Recaredo. O primeiro fez-se christão, subio ao throno dos Godos em 567 e succedeu no dos Suevos em 585; depois de um reinado, se bem agitado por convulsões politicas, comtudo prospero, lhe succedeu seu filho Recaredo,

o qual debellou os Francos em muitos recontros; professou o christianismo, exhortou a nação a segui-lo e governou sabiamente os seus dominios. Succedeu-lhe seu filho Luibo, Monarcha pusillanime, a quem um ambicioso Witerico usurpou o throno e matou. Este tyranno porém firme usurpador, acabou de consolidar o dominio Godo das Hespanhas em 603 a 610. Seguirão-se-lhe mais nove Monarchas no throno até o anno de 672, apenas merecedores de serem nomeados; suas virtudes contrabalanceárão seus vicios ou crimes, e forão: Gondemaro; Sizebuto, que perseguio encarniçadamente os Judeos e e se apoderou de Tanger, Ceuta e outras praças da Africa; Recaredo; Suintilla o vicioso, e que foi deposto; Sisenando, governador das Gallias; Chintilla seu irmão que obrigou todos os seus vassalos a fazerem-se Christãos e perseguio os Judeos: Tulca seu filho, ente estupido, sem virtudes nem vicios, tambem deposto; Hindasvinho, amante das letras e de genio guerreiro, e Recisvindo seu filho, clemente no governo, e denodado no campo.

Apoz estes, foi eleito Wamba, natural de Idanha a Velha povoação da Beira. Conquistou diversas provincias na Hespanha; transpoz os Pyrinêos, destroçou os seus rebeldes generaes Paulo e Hilderico, e por duas vezes as armadas dos Sarracenos. Foi deposto por Ervigio; pretendem outros que, desgostoso dos dissabores inherentes a uma coroa, abandonou o throno sem pezar, bem como o occupára sem ambição e lhe succedeu o mesmo Ervigio; este nomeou em sua vida para lhe succeder a Egicanes e lhe deu em casamento sua filha Xixilhona. Ervigio perseguio os Judeos e derrotou por duas vezes os Mouros no mar. Vitiza seu filho lhe succedeu: ao principio houve-se bem, mas a final entregou-se á mais infame crapula e desatinos e promulgou a polygamia. Rodrigo, filho de Theodofredo e duque de Cordova, a quem Vitiza man-

dára arrancar os olhos, o despojou do throno e o matou em tormentos, isto pelos annos de 700. Os vicios porém deste forão ainda mais torpes que os de Vitiza; desposou *Cava* ou *Florinda*, filha do conde Julião, mas apaixonado de Egilona princeza mauritana, a fez aclamar, e Julião escandalisado deste insulto, se bandeou com os filhos de Vitiza, com alguns nobres e prelados das Hespanhas, e convidou Muça ou Muza, governador da Africa septentrional para as invadir, o que elle brevemente praticou com grande exercito.

Rodrigo marchou com um numeroso exercito e deu batalha campal aos Arabes junto do rio Guadalete em 713 perto da cidade de Xerez de la Frontera, a qual acção perdeu. Fugio depois e passa por tradição que morrêra anachoreta n'um monte perto de Viseu: outra, reza que se precipitára no Guadalquivir. A sêde de vingança e a ambição de partilhar os despojos da patria, abalárão os remorsos do conde Julião, tornárão-o traidor e fizerão acabar o imperio dos Godos substituindo-lhe o alfange mahometano e suas funestas consequencias.

Voltemos agora as vistas para o estado civil das Hespanhas. O seu governo domestico quasi que se não deixa descobrir pelo estampido das armas, barbaridade e ignorancia dos conquistadores. Foi esta região prêza de povos livres e ferozes que se alimentavão de guerras sem systema, e unicamente procuravão conquistar para devastar e enriquecer-se em despojos. N'um tal estado de cousas, como deparar com as leis civis? Não apparecem. A antiga legislação romana com a qual se região os Lusitanos, jázia em silencio e em escravidão como seus autores, e a dos novos dominadores consistia apenas em costumes simples de homens sylvestres, agricolas ou de guerra. Os Alanos e Vandalos desapparecêrão brevemente, e deixárão apenas traços de desolações e ruinas.

Os Suevos os absorvêrão em si, e mais valentes, ou mais felizes do que elles, combatêrão algum tempo com os naturaes e com os Romanos, até que attenuados pelos Godos se sumirão tambem de todo, e não formárão mais que uma debil monarchia no reinado de Leovigildo.

Nada nos resta pois ácerca da historia civil da Lusitania sob o dominio dos Suevos e outros povos do Norte. Poucas forão as testemunhas que nesses calamitosos tempos nos legassem por escripto alguma util reminiscencia—espavoridas das guerras e seus mortiferos estragos—e isso mesmo pouco além de scenas de crueza e barbaridade. Sabemos que esses povos vivião em corpo subordinado a um chefe ou Rei, e se reunião quando as circunstancias o exigião em *Ajuntamentos* ou Côrtes tumultuarias afim de regularem os principaes negocios da nação, costume herdado de seus maiores antes de terem abandonnado as selvas septentrionaes da Europa, e deixavão aos naturaes dos paizes que conquistavão o livre gôzo das leis, usos e costumes que d'antes tinhão. A lingoa dos Lusitanos ainda nesta epoca era a dos Romanos, abastardada porém com a dos Suevos, Alanos, Visigodos, &c.

CAPITULO III.

Invasão dos Mouros na Peninsula Iberica. Dynastia dos Reis Godos nas Asturias, depois em Leão e Castella. Reflexões ácerca do estado das Hespanhas sob o dominio dos Mouros.

Os dois governadores da Africa septentrional e occidental, Muza e Tarik, depois da fatal batalha de Guadalete em 713, á frente de suas tropas se forão apoderando de

quasi toda a peninsula Iberica. Alguns fugitivos Christãos se abrigárão nas montanhas e escabrosidades do Norte do paiz, e seguindo as leis e costumes de seus avós, ahi respirárão independentes, elegendo por chefe em 718 a Pelayo, Godo de nação, e bisneto de Kindasvinho, dando-lhe o titulo de *Dom* n'uma assembleia nacional, isto é, reunião dos *Tres Estados* ou *Côrtes*.

Estes foragidos juntos com os montanhezes das Asturias commandados por elle, se travárão com os Arabes em diversas occasiões e os derrotárão, dilatando pouco a pouco os Estados do novo Rei. As armas musulmanas passárão depois além dos Pyrinêos, e conquistárão as provincias meridionaes da Gallia. Os inimigos do Crescente cobrárão novas forças neste intervallo, e a ferocidade dos invasores se adoçou na prosperidade e ocio. Repetiremos ainda que, desde a dynastia dos Godos andando sempre ligada a sorte da Lusitania ao resto da Hespanha, será unicamente por traços genericos, que lhe apontaremos o relativo á sua historia, salvo em circunstancias peculiares.

Em 737 D. Favilla, filho de D. Pelayo, lhe succedeu, e a este seu cunhado D. Affonso I o *Catholico*, o qual depois de sanguinolentos combates com os Mouros, pelos quaes dilatou seus Estados, desceu das montanhas das Asturias e estabeleceu a sua côrte em Astorga. Seu filho D. Froila lhe succedeu em 757; guerreou victoriosamente com os inimigos da fé, e edificou Oviedo, a qual fez capital dos seus dominios. Após este se seguio D. Aurelio em 768. D. Silo, Sarraceno de origem, em 774; D. Mauregato em 783; era filho bastardo de D. Affonso o *Catholico*; usurpou o throno, viveu como um satrapa, e obrigou-se a pagar ao califa um tributo annual de 100 donzellas.

Seguirão-se-lhe D. Bermudes I, frade benedictino, e

D. Affonso II denominado o *Casto* em 791; este bateu os Mouros em muitos combates, e levantou o tributo das 100 donzellas. Em seu reinado começárão a revoltar-se os condes de Castella. Sendo de idade avançada, abdicou. Succedeu-lhe D. Ramiro I em 842, o qual castigou asperamente alguns condes e vassallos rebeldes e desbaratou os piratas normandos que infestavão as costas dos seus Estados. D. Ordonho I, seu filho, lhe succedeu e rebateu as armas musulmanas que invadirão o seu reino por terra e mar; sentindo-se porém aggravado de enfermidades, abdicou no anno de 866 em seu filho D. Affonso III denominado o *Magno*. Este reprimio a rebellião dos nobres, desbaratou por muitas vezes as armas musulmanas, por cujos triumphos dilatou os seus Estados. Depois de um longo e brilhante reinado, D. Garcia seu primogenito se rebellou. D. Affonso convocou Côrtes em Oviedo, e para evitar a guerra civil, abdicou em seus dous filhos: no rebelde os reinos de Leão e Castella, e em D. Ordonho o de Galliza e Lusitania. O primeiro subio ao throno, respeitou então a magnanimidade do pai, e desbaratou por duas vezes os Musulmanos.

D. Ordonho lhe succedeu, fez morrer sem formulas de processo a alguns condes de Castella que se rebellárão, e tomou o titulo de Rei de Leão, para onde mudou a sua côrte. Em 924 D. Froila, seu irmão, usurpou o throno a seus sobrinhos, e fez morrer a todos os nobres que se oppuzerão á sua elevação. O imbecil Affonso IV, o *Monge*, lhe succedeu, e a este D. Ramiro II em 931, a quem fez arrancar os olhos. Derrotou os Mouros de Aragão, e abafou a rebellião dos condes D. Fernando Gonçalves e D. Diogo Nunes; achando-se velho e decrepito abdicou em seu filho D. Ordonho III; em seu menoscabo porém foi eleito seu irmão D. Sancho I denominado o *Gordo* em 955. D. Ordonho o *Cruel* o desthronisou, e no curto inter-

vallo que reinou, manchou com toda a sorte de crimes o throno que usurpára; porém D. Sancho o expulsou com o auxilio dos Musulmanos. Foi o seu reinado perturbado pelas guerras intestinas e rebellião dos condes de Castella. Morreu envenenado pelo conde D. Gonçalves. Succedeu-lhe o filho D. Ramiro III, menor de cinco annos, debaixo da tutella de sua mãi D. Thereza; mas apenas subio ao throno, entregou-se aos mais hediondos vicios e infamias, pelo que irritou os nobres, e com elles teve encarniçada guerra. Foi eleito apoz elle em 982 D. Bermudes II, o *Gotoso*, filho de D. Ordonho III. Mostrou-se principe valoroso e prudente, porém já as guerras civis havião debilitado a monarchia, a prosperidade e o luxo corrompêrão o valor, e o clero altivo e turbulento semeára intrigas e divisões. Os Musulmanos tinhão tornado a estender outra vez o seu dominio na maior parte da peninsula sob o commando de Almansor, e D. Bermudes foi desbaratado nas margens do Esla. No reinado de seu filho porém que lhe succedeu em 999 com 6 annos de idade, forão estes inimigos da fé rechaçados e batidos em muitos recontros pelos seus generaes. Sanou quanto pôde as calamidades do Estado e castigou alguns condes e vassallos rebellados. É fama que assistindo ao assedio de Viseu, tirára a couraça pelo calor da estação, e passando em roda dos baluartes foi morto por uma frecha.

D. Bermudes III seu filho lhe succedeu em 1028; os Musulmanos em continuas dissensões entre si não perturbárão a paz de seus Estados. Teve guerras com D. Sancho o *Magno*, Rei de Navarra, que pretendeu usurpar-lhe alguns dominios, e morreu de uma lançada na batalha de Lantade. Com elle acabou a dynastia dos descendentes de D. Pelayo.

D. Fernando I o *Magno* succedeu-lhe no throno de

Leão em 1037 e formou de todos um só Estado com o nome de reino de *Castella*. Ganhou triumphos contra os Musulmanos. Pretendeu usurpar o throno a seus irmãos D. Garcia de Navarra e D. Ramiro de Aragão, e ambos elles morrêrão em acção combatendo pelos seus direitos. Deixou o reino dividido a seus tres filhos:—a D. Sancho, Castella; a D. Affonso, Leão, e a D. Garcia, a Galliza e a Lusitania.—Desde esta subdivisão esta ultima perdêra o seu antigo nome, o qual foi substituido pelo de *Portugal*. (Veja-se os artigos *Gaia* e *Porto* no 1.° vol.)

Em 1065 D. Affonso VI de Leão foi despojado de seus Estados por D. Sancho, fazendo prevalecer os direitos de primogenitura; o despojado se retirou para Toledo, bem como seu irmão D. Garcia para Sevilha. D. Sancho, depois, em 1072 foi morto no cerco de Zamora (*Numancia*), e D. Affonso occupou o throno de Leão e Castella. Convidou pouco depois seu irmão D. Garcia para uma conferencia na cidade de Leão; prendeu-o no castello de Luna, e se apoderou das provincias de Galliza e de Portugal (1074). Este sagaz e politico Monarcha ganhou successivos triumphos contra os Mouros domiciliados nas Hespanhas, e um numeroso exercito delles commandado pelo califa de Fez e Marrocos; apoderou-se de toda a Biscaya, e de grande parte das terras entre Douro e Tejo em Portugal, entre ellas Lisboa, Viseu, Guarda, Abrantes e Cintra, que alternativamente ora possuião os Mouros ora Christãos. Fez Toledo a capital de seus vastos Estados; foi acompanhado em seus triumphos pelo Conde D. Henrique, o qual veio a ser primeiro Monarcha de Portugal. Morreu o Monarcha hespanhol em 1109.

Pelos fins do XI seculo achava-se então *Portugal* mui differente em limites do que fôra quando denominado *Lusitania* e repartido entre os Reis de Leão e Castella que supplantárão o de Oviedo, e os Estados mahometa-

nos levantados sobre as ruinas do califato da Hespanha. A parte submettida aos Christãos formava um governo particular, e apenas comprehendia as terras de Tras-os-Montes, Minho e parte da Beira Alta. Quasi todo o restante do paiz actual até o Guadiana era regido por principes mouros. O mais poderoso era o de Lisboa, cujas cidades principaes erão, além desta, Santarem, Coimbra, Evora e Beja. Foi em 1092 ou 1093, que Henrique de Borgonha recebeu em dote de seu sogro Affonso VI, Rei de Castella e Leão, a soberania de Portugal, com o titulo de Condado. Este nascente Estado comprehendia apenas o territorio entre o Douro e Minho e Tras-os-Montes, e alguns retalhos da Beira que elle conquistára aos Mouros, abrangendo Coimbra, Lamego e Viseu. Guimarães era a sua capital.

Como adiante veremos, seu filho D. Affonso Henriques ou I.°, conquistou o resto da Beira, a Estremadura e quasi todo o Alemtejo. Portugal começou a tomar a sua configuração actual e a ser denominado reino, desde a victoria de Campo de Ourique. D. Sancho I.° estendeu-lhe as fronteiras pela conquista de uma parte do Algarve, e Affonso III, completando a acquisição deste pequeno reino em 1249, deu a Portugal os limites que desde então sempre tem conservado, com a excepção do pequeno territorio d'Olivença na fronteira oriental, que a Hespanha lhe roubou em 1801, apezar da boa fé dos tratados e só pela força bruta das armas.

Durante esse longo periodo e os precedentes, os nomes proprios das cidades, villas, rios, montes, e até de provincias, se forão gradualmente mudando nos que actualmente com pequena differença conserva. Não anticipemos porém a ordem de factos que em seu competente lugar teem de ser relatados.

Nenhum monumento nos resta do estado privativo da

Lusitania nessas epocas; mas descrevendo o da Hespanha conheceremos o desta região como parte do territorio peninsular e da corôa a que estava unida. Depara-se apenas com o lastimoso espectaculo de terras taladas e povos escravisados: uns gemendo curvados ao jugo dos Arabes, outros fugindo e acolhendo-se ás asperezas das Asturias, Galliza e Biscaya. Com a invasão dos Godos sumirão-se os Romanos, e estes tambem por seu turno no decurso do tempo. Seus costumes, leis e religião refundirão-se até, surgindo de suas ruinas uma nova raça ou nação. Não aconteceu porém o mesmo com o dominio dos Arabes: conquistadores e conquistados se distinguião: a tenacidade dos filhos do Crescente na religião do propheta, a discordancia de costumes e leis, extremavão sempre os limites que os dividião. Se não trabalhassem pelo dominio das Gallias, e as suas armas não ultrapassassem os Pyrinêos até o rio Loire, é provavel que delles ficasse para sempre, ou ao menos com mais solidez, a peninsula Iberica inteira, e os debeis esforços dos foragidos ao mando de D. Pelayo não pudessem oppôr a menor resistencia.

Depois da batalha de Guadalete ou Xerez (713), governadores subordinados aos califas da Asia, regêrão as novas conquistas musulmanas. Sevilha foi sua capital até 716, e d'ahi em diante Cordova, onde Abderraman I.° se acclamou califa das Hespanhas, independente do de Damasco. Abderraman II moveu cruenta guerra aos Christãos, na qual proseguio seu filho Mohamed. Abderraman III que subio ao throno em 913 adquirio grande poder e se fez respeitar pelos Soberanos da Europa. Seu filho e successor Alhakem (961), o igualou em armas e o excedeu nas artes e litteratura. Apoz este veio Haxan em 976, cujo reinado foi fatal aos Christãos, pelas hostilidades do celebre Almansor, seu habil general. Porém,

desde o principio, o odio, o interesse ou ciume dividirão os Musulmanos; cada provincia se converteu em Estado de um novo regulo e as forças dos conquistadores se debilitárão. Um clima rigoroso tambem lhes tolheu approximarem-se das Asturias e Navarra; mostrárão-se negligentes com esse foco de inimigos, e prestes o amor da independencia fez surgir ás armas e desprezar a morte a esses indomitos montanhezes, os quaes desde D. Pelayo se travárão de continuo com os Arabes, e á medida de seus triumphos forão dilatando os limites do novo reino.

Pelos fins do seculo X, principiou a decadencia destes, debilitados pelas ultimas perdas com os Reis das Asturias, e pelas divisões intestinas dos regulos, até que forão ao depois pouco a pouco totalmente expulsos da peninsula Iberica as armas do Crescente, porém na Lusitania muito antes que nos reinos do paiz visinho.

A agricultura chegou a estar quasi totalmente aniquilada entre estes bellicosos povos. Além dos males do systema feudal que ora deixava incultos vastos terrenos, ora os dava a rotear a miseros servos e feudatarios aos quaes um senhor cruel extorquia o fructo do trabalho e deixava apenas escasso alimento, uma vida sempre em armas para recobrar as terras invadidas ou defende-las, afugentava os ocios da paz e distrahia o tempo que devera dar-se aos amanhos campestres e melhoramentos agricolas. Á falta de braços e de cultura sobrevcio tambem a da criação de gados: assim que pela falta do superfluo, não podia existir commercio: o luxo perdia os alimentos, e as artes, que destas fontes derivão, não podião desenvolver-se.

No reinado de Alhakem (961) Cordova foi o emporio das sciencias, da litteratura e das artes. Os Arabes, ao avesso dos Turcos, estupidamente estacionarios, se polirão, e erão nessa epoca os homens mais esclarecidos do mundo.

A Lusitania porém mal poude sentir os influxos desse foco das sciencias. Dos monumemtos, de escripturas e doações que desses tempos restão, apenas se divisa um latim bastardo e adulterado com vocabulos do idioma patrio, desses monumentos arabico-hispanos que existem na bibliotheca do Escurial, se publicárão em 1760 e 1770 em Madrid dous volumes que abrangem 1851 *Codices*, e no catalogo que Abu-Baker compilou no seculo XIII, enuméra 25 autores portuguezes.

CAPITULO IV.

Conde Dom Henrique de Borgonha, tronco dos Monarchas Portuguezes.

Governou desde 1093 a 1112 ou 1114.

Segundo o que fica relatado nos capitulos precedentes, em que englobámos tão numerosos factos por mingoa de espaço, ter-se-ha visto quaes forão os elementos que presidirão á formação do reino de Portugal em corôa independente. É porém o principal delles a doação feita ao conde D. Henrique, e della trataremos com mais particularidade, por ser aliás tambem materia em parte controvertida.

D. Affonso VI de Leão tinha reunido em si, como já se disse, os Estados de Leão, Castella, Asturias, Galliza e Portugal, e, para se oppôr aos Mouros que de toda a parte o atacavão, chamou em seu auxilio a D. Sancho, Rei de Aragão, e do Meio-dia da França muitos cavalleiros de comprovado valor (*). Os exercitos arabe e

(*) Fôra este D. Affonso, 6.° do nome e 25.° dos Reis Godos, no principio de seu reinado, feliz em suas conquistas sobre os Infieis, ajudado pelo esforço

christão se encontrárão com effeito batalhando na sanguinolenta acção de Sagalias em 1086 que os christãos perdêrão, vendo-se o Monarcha de Leão obrigado a abandonar o campo fugindo com bem poucos dos seus. Entre os cavalleiros francos que nesta ou n'outra occasião vierão militar debaixo do estandarte de Affonso VI, encontrão-se Raymundo, filho de Guilherme, conde de Borgonha, e seu primo *Henrique*, neto de Roberto II, duque de Borgonha, e irmão de Henrique II, Rei de França. Pretendem outros que fôra quarto filho do Conde Henrique de Borgonha e bisneto paterno de Roberto Rei de França. Ambos estes cavalleiros forão tão bem aceitos na côrte de Leão, que o primeiro recebeu com a mão de D. Urraca, filha de Affonso VI, o condado de Galliza, nesse tempo muito extenso, e o segundo teve ao depois em casamento sua irmãa D. Tareja ou Thereza com a provincia ou paiz de Portugal, que desmembrado d'outros seus Estados, se estendia desde o Minho ao Tejo, e por vezes só até o Mondego, por causa das oscillações da guerra, do qual já havia sido governador o mesmo D. Henrique, e esta doação com o titulo de condado e permissão de conquistar quanto podesse aos Mouros até o rio Guadiana.

Forão de opinião alguns autores que D. Thereza era filha natural de Affonso VI, e que o condado de *Portucale* fôra concedido a D. Henrique como feudatario de Castella: parece porém provavel que a infanta fosse filha legitima do mesmo Rei e de D. Ximena de Gusmão com quem elle casára; e posto que esse matrimonio fosse depois annullado pelo Papa por motivo de parentesco, não

---

do famoso Cid, Rui Dias de Bivar, e havendo reunido em sua cabeça as corôas acima ditas tomou o titulo de *Imperador*. Todavia declinou-lhe a fortuna, e não o soffrendo os Mouros em descanso e attentos em vingar suas derrotas, por toda a parte tocárão ás armas contra elle.

deixa ella de ser filha de matrimonio contrahido de boa fé. É duvidoso se a soberania do condado foi livre e independente; mais provavel é porém que o fosse, pois que do contracto dotal não consta obrigação ou onus algum, que, a existir, seria sem duvida nelle declarado. O que mais corrobora ainda estas duas objecções é que depois da morte de Affonso VI a Condessa D. Tareja tomou o titulo de *Rainha*, querendo evidenciar a independencia que existia do condado sobre o qual, quando muito, se teria apenas estipulado uma dependencia durante a vida de Affonso VI, e verificar seus direitos eventuaes á corôa de Castella. Decorrêrão apenas cinco ou seis annos quando a mesma D. Tareja fez uma invasão na Galliza apoderando-se de Tuy e de outras praças, que devião formar, segundo pretendia, o complemento do seu dote; porém sua irmãa D. Urraca marchou contra ella á frente de um exercito, obrigando-a a retirar-se para o Sul do Minho, e recuperou os lugares tomados.

É provavel que a vinda do Conde á Hespanha fosse pelos annos de 1088 e o seu casamento se effectuára em 1093, findo o qual partírão ambos para a villa de Guimarães onde assentárão sua côrte. O gozo de sua nova independencia e a presença do seu Monarcha muito alegrou os Portuguezes, pelo que D. Henrique aproveitando tão propicia disposição se pôz em campo contra os Mouros, sobre os quaes conquistou muitas terras, com cuja posse se foi tornando mais poderoso. Hecha, regulo mouro de Lamego, havendo-se rebellado contra elle, entrou pelos seus dominios com grande exercito. O Conde porém acompanhado de Egas Moniz, varão de consummada pericia na guerra e nos conselhos, seguio o Mouro que se retirava já carregado de despojos e o encontrou no val de Arouca, perto do rio Paiva. O inimigo para salvar a honra de sua mulher e as riquezas que o

acompanhavão, se fosse desbaratado, mandou tudo com ella para o alto da *Serra secca*, que lhe pareceu inaccessivel. O exercito christão assentou os seus arraiaes nas margens do Paiva, e vendo Egas Moniz os inimigos assim postados, destacou uma columna a galgar o alto da serra, accommetter pela alvorada os que nella se refugiárão, e dar ao mesmo tempo nos que occupavão as faldas do monte. Executou-se tudo como o traçára e com feliz exito, ficando prisioneiros o regulo, a mulher, grande numero de Infieis e seus despojos; porém fazendo-se Christãos ambos, o Conde lhes restituio Lamego com obrigação de lhe pagarem certo tributo.

Pouco depois, rebellando-se os vassallos de Hecha por motivo da sua conversão, fugio este para Guimarães a implorar a protecção de D. Henrique, o qual marchou logo sobre Lamego, bateu os revoltosos e restituio a cidade e dependencias ao seu Soberano, deixando-lhe, para maior segurança, bom numero de Portuguezes.

Pretendem alguns historiadores que o Conde D. Henrique, assegurando a paz nos seus Estados, partíra para a Terra Santa juntamente com outros illustres Cruzados, e lá obrára prodigios de valor: era esta a mania e mais alta ambição do seculo; porém disto não ha prova alguma, antes boas razões para affirmar o contrario. Nem precisava elle ir buscar á Palestina os inimigos da fé para os combater, pois bem perto de si os tinha e lhe não fallecião occasiões de os guerrear. Muitos forão os combates em que derrotou os Mouros, e entre elles um que particularmente muito honra os habitantes de Coimbra. No anno de 1107 pôz-lhe cerco o Rei musulmano de Marrocos, Hali Aben Joseph, com exercito tão numeroso e bem provido, que parecia querer empenhar nesta conquista todo o seu poder, pois mandando vir muitos combatentes dos seus Estados d'Africa e de toda a Hespanha

ajuntou grande copia de guerreiros. Foi a cidade combatida com fortes e continuos ataques pelo espaço de vinte dias, sem que de todos lhe resultasse mais que o desdouro de serem inutilisados seus esforços e vencidos elles por numero infinitamente inferior, vendo-se por fim obrigado a levantar campo e retirar-se diante de poder tão limitado como então era o do Conde, o exercito do mais poderoso Principe mouro dessa época.

Não foi só ás arduas tarefas de Marte que se applicou D. Henrique: fez do melhor modo ao seu alcance prosperar os seus Estados. Muitos Christãos que vivião foragidos ao alfange sarraceno pelas brenhas, acudírão a estabelecer-se debaixo da sua protecção. A ella se acolheu tambem muita gente da Galliza, fugida ás perturbações politicas que a dilaceravão, e até grande numero de Mouros preferírão ficar vivendo onde nascêrão, sujeitando-se a um leve tributo do que supportar o despotico dominio de seus alcaides.

Achando-se em Astorga onde fôra auxiliar sua cunhada D. Urraca contra D. Affonso, Rei de Aragão e Navarra, seu segundo marido, que a pretendia despojar dos seus Estados, enfermou gravemente o Conde D. Henrique e ahi falleceu no anno de 1112, pretendem outros que em 1114, com 77 de idade. Seu corpo foi transportado para a Sé de Braga, e 400 annos depois o arcebispo D. Diogo de Souza o trasladou para um magnifico tumulo da mesma. Foi Principe generoso, prudente e esforçado. Governou seus Estados com tanta sabedoria quanta podia possuir-se em tempos tão rudes em de tão criticas circumstancias. Augmentou muito as terras da sua doação, principalmente com a conquista de Lamego e suas cercanias, e venceu os Mouros em dezasete batalhas. Antes de morrer encommendou a seu filho, dizem que por escripto, tres cousas: a 1.ª que propagasse com zêlo

a fé christãa: 2.ª, que tratasse a seus subditos como filhos, cuidando em promulgar boas leis e faze-las executar: e 3.ª, que elle proprio as cumprisse á risca para dar o exemplo aos subditos; vigiasse sobre os ricos e poderosos para que não opprimissem os pobres e desvalidos. Por sua morte, na minoridade de D. Affonso Henriques, ficou governando D. Thereza; era então este seu primogenito, porém julgão alguns historiadores que já tivera outro que morrêra na infancia: veja-se a pag. 193 a 195.

D. Affonso Henriques o Conquistador, 2.° Monarcha e 1.° Rei de Portugal.

Reinou desde 1112 ou 1114 até 1185.

Por morte do Conde D. Henrique succedeu-lhe seu filho D. Affonso em tenra idade, pois nascêra em Guimarães pelos annos de 1107 a 1109. Durante a sua minoridade tomou D. Thereza as redeas do governo, e tratou primeiro que tudo de fortificar as fronteiras contra as incursões dos Mouros, fazendo, entre outras sabias disposições, edificar o castello de Soure para abrigar Coimbra do lado meridional do Mondego, attendendo tambem á boa manutenção das tropas em todo o paiz, temendo que os Infieis o não acommettessem vendo-o privado do seu valente Monarcha. Com effeito gozou elle perfeita tranquillidade durante alguns annos, não se atrevendo os Mouros a inquietar os Portuguezes, o que se deve igualmente attribuir a que se achavão então divididos em pequenos principados, nenhum dos quaes igualava os dominios de D. Affonso Henriques na extensão nem no poder, e este bem regido; de sorte que difficilmente poderião alcançar alguma vantagem, pois seus

chefes raramente estavão bem avindos, e nunca se colligavão, a não serem acommettidos ou ameaçados pelos principes christãos.

Não gozou porém Portugal dessa paz longo tempo, pois foi ella perturbada pela regente D. Thereza. Apezar de não ser menos ambiciosa do que seu esposo, nem que de menos vulto appareção as suas tentativas para o engrandecimento proprio, nos primeiros annos decorridos depois da morte do Conde, apresentou-se tranquilla, reconhecendo até a superioridade de suas duas irmãas D. Urraca, e D. Elvira que era mais velha, na reunião de côrtes celebradas em Oviedo em 1115. Por morte de D. Henrique assumira o titulo de *Rainha*, quando d'antes usava o de *infantessa* e *comitessa*, e não lhe permittindo quietação seu espirito revolto, rompeu finalmente com sua irmãa D. Urraca, pretendendo ter direito por doação ou testamento de seu pai sobre algumas terras de Galliza: entrou pois com mão armada naquelle reino, e se apoderou de Tuy e outros lugares que brevemente perdeu reconquistados por forças superiores. Estas desavenças com sua irmãa, regente de seu sobrinho D. Affonso Raymundes, Rei de Castella e Leão, ora compostas, ora renovadas, desgostárão summamente os Portuguezes, desgosto que ainda mais se augmentou com a prisão arbitraria do arcebispo de Braga por lhe ser opposto, eoutras tropelias. Apezar disso pôde a Rainha de Portugal em 1121 concluir um vantajoso tratado com a de Leão, pelo qual se lhe consignava um avultado augmento de territorio em Galliza e nos districtos de Zamora, Toro, Avila, Salamanca e Valladolid. Forão porém as relações politicas com os nobres de Galliza inimigos de D. Urraca, que derão lugar á sua criminosa affeição para com o conde de Transtamara, D. Fernando Perez fidalgo hespanhol, a quem fez seu ministro, Conde do Porto e de Coimbra.

Havia D. Affonso Henriques sido confiado por seu pai á direcção de Egas Moniz, o qual lhe deu uma excellente educação propria de um principe que tinha de reinar. Aos dezaseis annos foi armado cavalleiro, segundo o uso dos tempos, velando as armas e tomando-as elle proprio na igreja de S. Salvador de Samora. Alguns annos depois, varios fidalgos portuguezes descontentes da conducta irregular de D. Thereza, e invejosos do valimento do conde de Transtamara, com quem se dizia que ella se casára em segredo e tentava faze-lo reconhecer Soberano de Portugal, aconselhárão ao joven principe que tomasse as redeas do governo. Tinha elle então perto de dezoito annos, julgando-se já com capacidade e direito para governar: começou portanto a exercer a suprema autoridade e foi geralmente obedecido. Não se passou isto comtudo sem opposição de sua mãi. No meio de suas ligações com o odioso Transtamara, antepondo o valido ao filho no manejo dos negocios publicos, fez com que este rompesse em 1128 a obediencia e deveres de filho para com sua mãi, pegando em armas contra ella; a qual, formando um partido numeroso, marchou para Guimarães a encontrar o principe. Reunio este a sua gente, e ambos os partidos vierão ás mãos no campo de S. Mamede, junto á dita villa, a 24 de Junho de 1128. Forão derrotados os partidarios de D. Thereza, de que resultou ficar presa no castello de Lanhoso, e ser depois expulsa do reino com o amante ou marido.

Em consequencia deste escandaloso proceder, tanto da mãi como do filho, pretendem alguns historiadores, com bastante probabilidade, que o Rei de Leão, seu sobrinho, chamado por ella, viera auxilia-la, mas fôra desbaratado nos campos de Val-de-Vez com grande perda de gente. Estimulado desta derrota, parece que voltára e cercou a D. Affonso Henriques em Guimarães, sua ca-

pital, onde de certo o aprisionaria se Egas Moniz, vendo as apertadas circumstancias de seu amo e pupillo, não fôra occultamente procurar o Monarcha de Leão e ajustára com elle um tratado em nome de D. Affonso, pelo qual este se obrigava a render-lhe vassallagem. Retirou-se elle então; porém D. Affonso, desapprovando abertamente o tratado, recusou cumprir as suas condições. O fiel aio, compromettido neste caso, foi com sua mulher e filhos apresentar-se ao Rei de Leão com um baraço ao pescoço, offerecendo-se ao merecido castigo, pela falta do cumprimento do tratado, e com essa leal devoção desarmou a colera do offendido Monarcha.

D. Affonso Henriques, entrado que foi no seu governo, adoptou desde logo o titulo de *Infante*, e depois o de *Principe*. As tentativas por elle empregadas para fazer valer o tratado de 1121 entre sua mãi e sua tia D. Urraca, tratado com que se não conformou seu primo D. Affonso Raymundes ou Affonso VII Rei de Leão, bem mostrão que os seus designios em ponto de engrandecimento não erão mais comedidos que os de seus pais. Appellando pois para a sorte das armas, teve em 1137 de se conformar com uma paz desfavoravel para si, a isso levado naturalmente pelos revezes que experimentou contra os Mouros, que não só lhe tomárão Leiria, castello forte por elle reedificado, mas lhe destroçárão tambem junto ao rio Nabão um troço de tropas. Desde então voltou-se inteiramente para as conquistas do Sul do reino e sua defeza. Recobrou a villa de Trancoso, que lhe tinha sido tomada durante as dissensões domesticas, e desbaratou segunda vez os Infieis que o acommettêrão na sua volta para Guimarães, onde depositou na Sé os trophéos da sua victoria. Em seguida puzerão os Mouros cerco a Coimbra, e era seu exercito tão superior ao portuguez, que lhe não deixava a menor esperança de a poder des-

cercar; porém deu a peste nos inimigos com tal estrago, que os fez abandonar a empreza. No anno seguinte tomou Leiria, que doou a S. Theotonio, primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, porém que os Mouros depois recobrárão; foi todavia novamente retomada por D. Affonso, que a fez reedificar e passou os habitantes ao fio da espada pela grande resistencia que lhe fizerão. Continuando suas conquistas, tomou Torres-Novas, Beja, Evora, Serpa e Moura. Do Alemtejo voltou para oppôr-se a seu primo D. Affonso de Castella e Leão, que com poderoso exercito entrára em Portugal pondo tudo a ferro e fogo; ajustou-se porém com elle cedendo parte dos lugares conquistados em Galliza e Leão.

Chegára porém a época de maior gloria para o principe Affonso. Abu Ali Texefin, Rei de Marrocos, informado do progresso das suas conquistas, ordenou a Ismar ou Ismael, seu vice-rei na Hespanha, que repellisse os Christãos para além do Douro. Este reune todas as suas forças, e, combinando-se com outros cinco regulos, forma um exercito poderoso. O principe portuguez passa immediatamente além do Tejo e acampa em um lugar chamado *Castro-Verde:* os Mouros se arraiárão no visinho *Campo de Ourique*, onde melhor esperavão fazer valer a sua cavallaria de que se compunha grandemente o seu exercito. Erão muito desiguaes as forças, pois segundo as mais veridicas opiniões o exercito portuguez apenas contava 12,000 a 13,000 homens, e o dos inimigos chegava a 200,000, porém julgou D. Affonso o retirar-se descredito para as suas armas, e resolveu-se a combater.

É legenda nacional que, andando elle muito perplexo pelo seu resultado, se retirára para a sua tenda, e n'alta noite, lendo na Biblia a milagrosa historia de Gedeão, que com 300 homens derrotou os Madianitas em numero de 135,000, adormecêra sobre o livro e víra em sonhos

um veneravel ancião que lhe promettia a victoria. A este tempo foi acordado pelo seu camareiro para lhe participar que um ermitão muito velho pretendia fallar-lhe; e mandando-o entrar, reconheceu o principe nelle o mesmo ancião que lhe apparecêra em sonhos. Este homem lhe disse que era um peccador que ha muitos annos fazia penitencia naquellas brenhas, vinha por mandado de Deos predizer-lhe uma victoria certa, e que em ouvindo tocar a campainha da sua ermida, sahisse fóra dos arraiaes. D. Affonso, tendo ouvido o signal depois da segunda vigilia da noite, armou-se, sahio do acampamento e vio da parte do Oriente uma cruz luminosa em que estava crucificado o Redemptor, e dos lados dous anjos. Ouvio então uma voz que promettendo-lhe a victoria e protecção para si e seus descendentes, lhe ordenava que aceitasse o titulo de Rei com que o seu exercito o ia acclamar (*). Deu-se com effeito essa memoravel batalha de *Campo de Ourique* a 25 de Julho de 1139, antes da qual, e outros pretendem que logo depois, foi Affonso Henriques acclamado *Rei* pela sua tropa. A peleja durou seis horas; o exercito portuguez, supprindo a sua inferioridade pelo valor e enthusiasmo, desbaratou completamente o inimigo. Diz-se que os dous regatos visinhos, Corbes e Terges, levárão ondas de sangue ao Guadiana. Innumeravel multidão de Mouros, e entre elles cinco regulos, ficárão no campo; muitos milhares de prisioneiros, estandartes, ricos despojos cahirão nas mãos dos vencedores. D. Affonso, em memoria de tão maravilhoso successo, mudou o escudo d'armas que lhe dei-

(*) Esta apparição é referida por todos os chronistas nacionaes e consta de uma attestação escripta em latim, jurada e assignada pelo proprio D. Affonso, a qual foi achada em Alcobaça por Frei Bernardo de Brito. Ha fortes razões para duvidar da sua authenticidade; muitos porém a sustentão: ajuize della cada um como melhor lhe parecer.

xára seu pai, e, em vez da cruz azul em campo de prata, que nelle trazia, pôz no escudo cinco besantes em honra das cinco chagas de Christo: outros pretendem que tomára os cinco escudetes de azul postos em cruz, e em cada um delles cinco besantes de prata, em memoria das cinco feridas que recebeu no combate e dos cinco Reis mouros que nelle morrêrão.

Tamanhas forão as vantagens moraes desta acção, que com ella tem sempre andado ligada até hoje a fundação da monarchia, valendo para o general que a venceu o titulo Real com que o victoriára o seu exercito. Ainda que possivel seja haver exageração nas nossas chronicas e tradições sobre este feito, certo é que desde essa época o 1.° Affonso usou constantemente do titulo de Rei, o qual não só se lhe suppõe ratificado pelas côrtes de Lamego (*) em 1143, mas até no mesmo anno por seu primo Affonso VII, que nesta qualidade o reconheceu, ficando por fim ultimada a emancipação de Portugal da corôa de Castella, se feudatario chegou a ser. O que positivamente se póde deduzir de todas essas maravilhas fabuladas ou verdadeiras é que o principe Affonso foi acclamado Rei no Campo de Ourique, titulo que lhe foi confirmado por essas côrtes, e tudo o mais se póde suppôr accessorios para realçar este acontecimento e tirar á côrte de Castella quaesquer pretenções de vassallagem do novo Monarcha independente.

Afim de melhor aproveitar os fructos desta importante victoria, retrocedeu o novo Rei com o seu exercito para o

(*) A existencia destas côrtes, ainda que sugeita a fortes contestações, toda a nação a tem recebido como verdadeira e como tal citadas em repetidos documentos além do universal assentimento que as côrtes de 1641 tacitamente lhe derão. Accresce além disso que, sendo principio fundamental da monarchia dos Godos a eleição dos Reis, não é para admirar que Affonso Henriques recorresse tambem a este meio de sancção nacional.

Norte do Tejo, visto não possuir ao Sul deste rio praças fortes abastecidas e achar-se quasi toda a provincia exposta ás depredações do inimigo: passou pois a acampar sobre Coimbra.

Por este tempo o poder dos Papas aspirava á monarchia universal, e a influencia religiosa tinha chegado a tal auge, que os Monarchas christãos procuravão com toda a devoção aplacar as iras ou ter por si o apoio da côrte de Roma, que por vezes se víra legitimando as mais flagrantes usurpações. Não era possivel que D. Affonso Henriques, tendo tambem já tido algumas vezes em pequena conta o pontual desempenho das obrigações contrahidas, despresasse a grande conveniencia que lhe podia trazer a valiosa protecção da curia pontificia, mas sagazmente se aproveitou della contra as forças do leonez, entendendo que as suas bullas erão um meio menos dispendioso e mais efficaz que as armas, para assegurar a independencia do seu Estado. Com estas vistas escreveu em 1143 ao papa Innocencio II, offerecendo o reino em homenagem á Santa Sé mediante um censo annual e perpetuo de quatro onças de ouro, tributo que mal satisfez, e peior os seus successores, seguindo-se sómente daqui pretenções dos Papas para se ingerirem nos negocios do reino, cujos Monarchas, na sua elevação ao throno, chegárão a receber até a confirmação de Roma, como se a monarchia fosse um feudo della. Sobre esta pretenção decorrêrão tempos; Castella foi-se conformando com a desmembração de Portugal, cujo Rei o foi augmentando com novas e importantes conquistas.

Nos tres annos seguintes á memoravel batalha do Campo de Ourique, nenhum grande feito d'armas nos marca a sua historia. Pelo contrario, mostrou-se-lhe adversa a sorte, obrigando-o a retirar precipitadamente da Galliza onde entrára de accordo com o Rei de Navarra, per-

dendo o que lá conquistou, e repellindo por vezes os Mouros que não cessavão de assolar as terras de Portugal.

Voltando porém á reunião das côrtes de que acima fallámos, concordão todos os nossos chronistas que teve lugar em 1143 na igreja de Almacave da cidade de Lamego. Nellas appareceu D. Affonso sentado n'um throno, mas sem insignias Reaes, e da sua parte perguntou o procurador Lourenço Viegas a toda a assembléa se em conformidade da acclamação de Campo de Ourique e da confirmação do Papa o querião por seu Rei? — Respondêrão todos unanimemente que sim, e não só elle, mas seus descendentes. « Se tal é pois a vossa vontade, respondeu Viegas, supplicai-lhe que tome as insignias Reaes. » Havendo-se assim decidido, pôz o arcebispo de Braga sobre a cabeça do Rei uma corôa de ouro que fôra dos Reis Godos, e a tinhão dado ao mosteiro de Lorvão. O Rei então com a espada desembainhada fallou assim á assembléa: « Bemdito seja o Senhor Deos que sempre me ajudou quando tratei de livrar-vos de vossos inimigos com esta espada que sustento para vossa defeza. Vós me fizestes Rei, e eu devo repartir comvosco o trabalho de governar. Façamos leis que mantenhão no reino a publica tranquillidade. »

Propôz então o Monarcha ás côrtes que se fizessem leis sobre a successão do throno, sobre a nobreza e a justiça, as quaes forão feitas e approvadas. Propôz em seguida Lourenço Viegas a grande questão « Se querião que El-Rei fosse a Leão prestar homenagem ao seu Monarcha ou lhe pagasse tributo segundo antigas pretenções, ou a algum outro motivo. » Ao que, erguendo-se os procuradores do povo com as espadas na mão, disserão em altas vozes: « Nós somos livres, e o nosso Rei o é como nós; a nosso esforço devemos a nossa liberdade, e se elle consentir em fazer tal, é indigno da vida, nem reinará

sobre nós.» Approvou D. Affonso esta declaração, e assim se fechárão as côrtes.

Poucos annos depois, em 1144, marchou com grande numero de gente de guerra sobre Santarem, praça grande, bem fortificada e defendida por numerosa guarnição de Mouros. Conhecendo que sitia-la seria dar-lhes tempo de juntar forças que a soccorressem, resolveu toma-la por surpreza, e o conseguio com singular felicidade. Com esta importante conquista ganhou aos inimigos grande extensão de territorio, segurou as suas fronteiras e libertou muitos vassallos que se achavão presos nessa praça. No mesmo anno foi com todas as suas forças sitiar Lisboa; porém, como a cidade fosse mui forte e numerosa a sua guarnição, duvidosa ou dilatada seria a sua conquista, se felizmente nessa occasião não viesse fundear no Tejo uma armada de cruzados inglezes, francezes e allemães, que passavão á conquista da Terra Santa, e dos quaes D. Affonso conseguio que o ajudassem nessa empreza, visto ser o intento dos mesmos guerrear Infieis. Forte com este auxilio, atacou El-Rei a cidade e a rendeu, depois de alguns mezes de cerco, a 21 de Outubro de 1147, obrando-se de parte a parte gentilezas de valor, entre as quaes sobresahe a de Martim Moniz, que, para impedir aos Mouros fecharem a porta do Norte do castello de S. Jorge, se atravessou nella, facilitando a entrada dos Christãos, e é o primeiro lugar por onde foi tomada a cidade, com o mais generoso sacrificio seu: por cima della se acha hoje esculpido este glorioso feito. Deu El-Rei aos estrangeiros que o auxiliárão nesta empreza grande parte do saque da mesma, com o que se despedirão satisfeitos em proseguimento da sua derrota; porém muitos, attrahidos pela bondade do clima e liberalidade do Rei, se deixárão

ficar no reino estabelecendo-se nos sitios de Villa Franca, Almada, Arruda e outros onde se lhes facultou terras.

Esta conquista augmentou tanto o terror de suas armas, que, antes de acabar a campanha, tomou Palmella, Almada, Cintra, &c., e dentro de poucos annos tudo o que jaz entre Tejo e Mondego, lançando os Mouros de Leiria, Torres-Novas, Obidos, Alemquer e outras muitas terras. Nem só tratava de conquistar, mas tambem de reparar as praças arruinadas, prover a bem dos povos e edificar cathedraes nas povoações que as havião tido no tempo dos Godos. Em 1148 collocou a primeira pedra do mosteiro d'Alcobaça, em cumprimento do voto que fizera pelo bom exito da tentativa sobre Santarem; augmentou e dotou ricamente Santa Cruz de Coimbra, começou o mosteiro de S. Vicente de Fóra e outros, e em Lisboa restabeleceu a Sé episcopal, da qual nomeou primeiro bispo a D. Gilberto, theologo inglez, ao qual persuadio a ficar no reino, e para ahi fez trasladar o corpo de S. Vicente martyr, achado no promontorio sacro do Algarve (Cabo de S. Vicente).

Havendo-se renovado suas antigas desavenças com o Rei de Leão D. Fernando II, seu genro, novos esforços fez D. Affonso para augmentar os seus Estados á custa do outro, invadindo pessoalmente com prospero resultado a Galliza, voltando depois a Portugal assenhoreadas que teve lá algumas terras. Na primavera de 1169 accommetteu Badajoz, que, sendo promptamente soccorrida por seu genro, occasionou-lhe esta empreza a quebradella de uma coxa por bater com ella d'encontro ao ferrolho de uma das portas da cidade quando por ella vinha a sahir a toda a brida. Cahio então sem sentidos, e teve a desgraça de ficar prisioneiro nas mãos de Fernando, de quem todavia obteve a liberdade mediante a resti-

tuição das praças que tomára na Galliza, ficando outra vez marcados pelo rio Minho os limites do Norte do reino, como presentemente.

Segundo alguns chronistas, parece que uma das condições era tambem reconhecer-se vassallo do genro, e ir ás côrtes de Leão logo que podesse andar a cavallo; o que nunca mais fez, ou porque na realidade ficasse com lesão que o impossibilitasse de cavalgar, ou para por este modo se livrar de cumprir a promessa que fizera.

O fulgor da estrella que guiára Affonso Henriques em tão gloriosa carreira tinha percorrido o seu giro: aquella longa vida, lassa pelos brilhantes feitos que praticára, já não era impellida pela energia e arrebatamento das paixões, porque emfim os annos não só destroem o physico, mas tambem o moral: desde esse tempo affrouxou a sua actividade de espirito, amargurado sem duvida pelo desgosto que lhe accarretára o revez de Badajoz.

Todavia ainda em 1178 mandou seu filho D. Sancho com um forte exercito invadir a Andaluzia. Penetrou o infante victorioso até Sevilha, onde desde a invasão dos Mouros se não tinha visto tremular o estandarte christão. Estes lhe apresentárão batalha, porém D. Sancho os derrotou e se recolheu ao reino com bastantes despojos. No anno seguinte Aben Jacob, para se vingar desta affronta, entrou em Portugal e pôz cerco a Abrantes; apenas soube porém que o infante marchava em soccorro da praça, não ousando espera-lo se retirou. Em 1180 Miramolim, Imperador de Marrocos, invadio Portugal por terra e mar com grandes forças, porém chegando a Porto de Moz o seu exercito, D. Fuas Roupinho, 1.° almirante do reino e fronteiro mór dessa raia, lhe tinha armado uma emboscada, e sahindo repentinamente della o destroçou e fez prisioneiro a Gami, seu general. Passando depois D. Fuas a commandar a frota, com ella destroçou uma

armada dos Infieis, da qual abordou e fez prisioneiras 9 galés. Animado com este prospero successo, atreveu-se só com 21 embarcações a accommetter a grande frota mourisca que se compunha de 54 galeaças afóra muitos barineis de menor lote: sahio-lhe porém cara esta temeridade, porque, cercando-lhe os Mouros os seus navios, de tal modo o combatêrão, que lhe veio a servir de sepultura o mesmo theatro da sua gloria. Foi este combate dado nas aguas do estreito de Gibraltar.

Em compensação colhêrão um glorioso triumpho as armas de D. Affonso no anno antecedente á sua morte. Voltára o Imperador de Marrocos com mais treze regulos e poderoso exercito a cercar Santarem onde se recolhêra D. Sancho com parte de sua gente, achando-se El-Rei enfermo em Coimbra. Resistio o infante a varios assaltos apezar da inferioridade das suas forças, até que seu velho pai viesse em pessoa fazer levantar o cerco. A sua presença espalhou tanto terror entre os inimigos, que atacando-os a 24 de Julho de 1184 alcançou sobre elles uma completa victoria: fugio espavorido o resto do exercito mouro deixando a maior parte com o proprio Miramolim e alguns dos regulos mortos, com todo o seu riquissimo trem e bagagens. Ficou tão abatido com este golpe o poder dos Infieis, que por muito tempo deixárão aos Portuguezes folga para se refazerem de recursos.

Chegou finalmente o anno de 1185, em que augmentando-se as molestias d'El-Rei D. Affonso Henriques, opprimido dos annos e consumido das fadigas militares, mas coberto de triumphos e de gloria, morreu na idade de 76 a 79 annos, dos quaes governou 56 a 58, porém 47 com o titulo de Rei. Foi sepultado com grande pompa em Santa Cruz de Coimbra. Instituio ou adoptou as seguintes ordens: *S. Bento de Aviz*, *S. Thiago*, *Malta* e *Ala de S. Miguel*. Veja-se a pag. 179, 186, 188, 190, e 195.

D. Sancho I o Povoador e Agricola, 3.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1185 até 1211.

Succedeu este Monarcha a seu pai no anno de 1185, contando de idade 31, pois nascêra em 1154. Com as lições dos sabios mestres a quem foi confiada a sua educação, com os exemplos de sua virtuosa mãi D. Mafalda, e de seu illustre progenitor, adquirio os mais distinctos dotes que constituem um bom Rei. Gozou comtudo de um reinado muito mais curto e menos feliz que elle, ainda que lhe herdára o valor, tendo de combater todos os flagellos juntos: os Mouros, a peste e a fome. Na idade de quatorze annos se achou na batalha de Arganhal contra seu primo de Leão, onde combateu ao lado de seu pai, a quem nunca mais deixou de acompanhar em todas as emprezas militares, dando provas de seu heroico valor, o que bem contrastou com a sua conducta logo que foi Rei, pois se tornou pacifico e se applicou inteiramente a melhorar o interior do reino, povoando terras, reparando muitas cidades e praças arruinadas, edificando outras, provendo-as de magistrados e concedendo-lhes foraes. Com tão assiduos desvelos e acertadas providencias grangeou os appellidos de *Povoador* e *Agricultor*.

Bem que sua indole fosse de extrema mansidão, não duvidou lançar-se na conquista do Algarve. Em 1188, entrando no porto de Lisboa uma armada de Cruzados pela maior parte Inglezes, D. Sancho os acolheu benignamente e proveu de tudo que carecião. Tendo-os persuadido a que o ajudassem na tomada de Silves, navegárão elles unidos com as galés portuguezas para esta praça, a

qual El-Rei foi accommetter por terra e a rendeu depois de porfiados combates. Segundo a promessa que lhes fizera, deu aos Cruzados o saque della, reservando só para si o senhorio. Satisfeitos se retirárão elles, e D. Sancho se deu ao cuidado de assegurar a sua nova conquista, reparando-lhe os muros e municiando-a de gente e petrechos para a pôr em segurança. Estimulado comtudo o Monarcha de Marrocos, Aben Joseph, da perda de tão importante praça, juntou poderoso exercito e com elle invadio o Algarve para a recobrar; os moradores porém resistirão victoriosamente a todos os ataques, o que vendo o Mouro, passou a cercar apertadamente Santarem; mas chegando felizmente a Lisboa outra armada de Cruzados, El-Rei, com o auxilio delles e o de seu genro, Rei de Leão, obrigou os cercadores a retirarem-se. Não desistio comtudo o Miramolim da sua pretenção de recobrar Silves, para o que entrou em 1190 com tão poderoso exercito no Algarve, que não só tomou esta praça, mas tambem muitos outros lugares já conquistados, e mais fatal seria ainda a sorte futura de Portugal, se não se rompesse a paz que existia entre os Mouros e Castelhanos, em cujo auxilio mandou D. Sancho um bom troço de gente que foi desbaratada na sanguinosa batalha de Alarcos (1195). A estas desgraças seguio-se o interdicto posto em todo o reino, por El-Rei ter resistido á vontade do Papa que queria annullar o casamento de D. Thereza, sua filha, com D. Affonso, Rei de Leão, por motivo de parentesco.

Outra nova invasão dos Almohades, sectarios mahometanos unitarios, devastou e despovoou o reino, seguindo-se-lhe a peste, fome, terremotos, e, no meio de tudo isto, a perda das praças de Torres Novas, Alcacer do Sal, Palmella, Cezimbra, Almada, &c., que por estes motivos desanimadores cahirão em poder dos Mouros, e

cujas fortificações depois arrazárão até os alicerces. Foi admiravel a constancia com que D. Sancho soffreu tantos revezes; a tudo remediou seu incansavel desvelo pelo bem publico. Tendo encetado a luta do poder Real com o do clero, onde fez valer a sua supremacia, e notificado igualmente por Innocencio III para pagar á Santa Sé o censo estipulado por seu pai, não se achou com forças de resistir, e se vio na contingencia de pagar até o atrazado. Nos seus ultimos dois annos de vida perdeu a energia com que sustentára as prerogativas da corôa contra o clero, fazendo-se absolver pelo arcebispo de Braga da excommunhão que lhe lançára o bispo de Coimbra. Foi sua ultima acção notavel a recuperação de Elvas, que os Mouros havião tomado durante as calamidades domesticas: fê-la repovoar, fortificar e purificar os seus templos.

Tem-se esmerado nossos chronistas em exaltar os thesouros que por sua morte legou este Monarcha. Segundo os mais acreditados, sem carregar os povos de tributos, e sendo mais liberal que mesquinho, deixou um thesouro de mais de 700 mil cruzados, somma enorme para a época, além de 1,400 marcos de prata e 100 de baixella de ouro. Tratou de estabelecer bem seus filhos, para o que fez confirmar seu testamento por bulla de Innocencio III, e obrigou o principe seu successor com juramento a cumprir todas as suas disposições. Morreu em Coimbra no anno de 1211 com 57 de idade e 26 de reinado. Veja-se á pag. 196.

D. Affonso II o Gordo, 4.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1211 até 1223.

Este quarto Monarcha de Portugal, appellidado o *Gordo* pela sua extrema nutrição, succedeu a D. Sancho I, seu

pai, com 26 annos de idade, havendo nascido em 1185, e sendo já casado com D. Urraca, filha do Rei de Aragão. Logo que subio ao throno fez duas acções generosas que lhe grangeárão honra e estima: imitando os seus predecessores no zelo pela fé christãa, enviou em auxilio do Rei de Castella um luzido corpo de tropas que muito contribuio para a famosa batalha das *Navas de Tolosa* assignalada como a estréa da ruina do Islamismo na Hespanha; foi a segunda a doação da praça de Aviz aos cavalleiros desta ordem, doação aliás motivada por seus relevantes serviços e alta reputação.

Conhecendo quanto elle era pouco affeiçoado a seus irmãos, havia seu pai procurado fazer-lhes uma sorte ou estabelecimento independente, doando a seus filhos mais novos grandes quantias em joias e dinheiro, e ás filhas algumas terras, a saber: a D. Thereza, viuva do Rei de Leão, as villas de Montemor e Esgueira, e a D. Sancha a de Alemquer. Tentou D. Affonso persuadi-las a que cedessem estas villas, allegando que seu pai não tinha direito de alhear as terras da corôa; porém como as infantas recusassem, quiz obriga-las com as armas. Defenderão-se ellas ajudadas por muitos fidalgos e descontentes, e recorrêrão á protecção do Papa e do Rei de Leão. Este enviou um exercito em seu favor, e o Pontifice fulminou excommunhão contra elle se se não congraçasse com as irmãas. Oppôz-se El-Rei ao exercito do leonez, com quem depois fez a paz por intermedio do Rei de Castella, e desculpou-se do melhor modo com o Papa. Havendo assim temporisado com as irmãas, nem por isso tratou D. Affonso melhor a seus irmãos, os quaes se achárão tão affrontados que sahirão do reino; D. Fernando retirou-se para Castella, e D. Pedro foi procurar a protecção do Imperador de Marrocos, em cujos exercitos servio, porém não contra Christãos.

Vendo o Papa a resistencia d'El-Rei ás suas admoestações, lhe lançou finalmente a excommunhão, o que em seu espirito causou bem pouca sensação, porém muita entre os povos. Quiz todavia desarmar ou congraçar-se com o Pontifice representando-lhe que: « A desavença em que andava com suas irmãas e irmãos não competia decidir-se pelo poder espiritual. Que os lugares que seu pai lhes deixára pertencião á corôa, e como taes erão inalienaveis. Que o Santo Padre queria introduzir um pessimo exemplo encaminhando á perda um reino fundado pelo valor e á custa do sangue dos Portuguezes, a quem D. Sancho, ou ao menos seu pai D. Affonso Henriques, era devedor do sceptro, cuja dignidade se não devia diminuir alheando os bens da corôa. » Forão estas razões sem fructo: o Papa insistio, e D. Affonso teve de ceder e reconciliar-se com as irmãas para ser absolvido.

Recuperado apenas o socego interno, vio-se o reino perturbado pelas incursões dos Mouros, que, senhores da forte praça de Alcacer do Sal, d'ahi sahião a devastar as terras comarcãas. Reunindo pois as suas forças ás do conde de Hollanda, chefe de uma armada de Cruzados que fundeára no Tejo para refrescar, foi El-Rei pôr-lhe cerco. Era grande a importancia desta praça para que os Mouros não tentassem soccorrê-la: com effeito, reunirão suas forças os regulos de Badajoz, Sevilha, Jaen e Cordova, e com um exercito superior a 90,000 homens forão descercar Alcacer. Apresentou-lhes batalha porém D. Affonso n'uma planicie proxima da villa a que ainda hoje denominão *Valle da matança*, e os destroçou completamente, morrendo muitos milhares dos Infieis, e, entre elles, os regulos de Cordova e Badajoz; e rendida a forte praça (1213 ou 1214), El-Rei a deu aos cavalleiros da ordem militar de S. Thiago.

Como fosse D. Affonso mui zeloso da recta adminis-

tração da justiça, convocou côrtes em Coimbra afim de se estabelecerem leis por onde os magistrados se regulassem na governança das suas attribuições. O clero tambem não podia supportar o direito que elle concedêra aos leigos de recorrerem aos magistrados civis quando se aggravasse dos juizes ecclesiasticos, assim como o verem-se obrigados a contribuir com gente e dinheiro para a guerra contra os Infieis; forão estas medidas a profanação da Arca-Santa: o povo tambem que não se achava em estado de apreciar o beneficio que o Monarcha lhe concedia, clamou á impiedade. Esta arrogação moveu o poderoso arcebispo de Braga a excommungar Gonçalo Mendes, official d'El-Rei: porém este confiscou-lhe as rendas do arcebispado e o obrigou a sahir do reino. Offendido deste procedimento, mandou o Papa por seus commissarios excommunga-lo e pôr interdicto em todo o reino, taxando-o de tyranno: porém a sua tyrannia se limitava a não consentir que os ecclesiasticos vexassem seus vassallos. Havião-se os Pontifices feito gratuitamente protectores de Portugal, intromettendo-se até em negocios domesticos do Rei com as irmãas, as quaes recorrêrão igualmente ao inimigo natural do seu Rei, que por causa dellas invadio o reino, como fica dito.

Atravez de todos estes debates indignos da historia, ficou illeso o caracter de D. Affonso como de um Monarcha razoavel, energico e amante da justiça, e só inimigo dos abusos; por isso não foi isento de ser fulminado pelos raios espirituaes do chefe da igreja christãa, pois que por duas vezes o excommungou: a primeira por se apoderar das terras illegalmente doadas ás irmãas, e a segunda por ter justamente punido e expulsado o arcebispo de Braga. Isto pôz o reino em grande perturbação, porque durante o interdicto andou o povo consternado com a falta de sacramentos e officios divinos, e depois se en-

tregou á licenciosidade e desprezo da religião, de que foi difficil depois revoca-lo á solida piedade. A razão da sua conducta para com este prelado era porque elle autorisava e animava as perturbações sediciosas dos Dominicanos que insolentemente se envolvião nos negocios do Estado. Estes frades audazes nada menos querião que arrogar-se o juizo das causas criminaes, e um Frei Sueiro Gomes, prior do convento de Santarem, levou a ousadia até publicar leis novas para as diversas administrações ecclesiasticas, condemnando ao supplicio e penas infernaes quem as infringisse. Este exemplo tinha sido pernicioso: outros ecclesiasticos, igualmente esquecidos das maximas do Evangelho, recusarão obedecer á jurisdicção secular e contribuir para as despezas da guerra contra o inimigo commum, que principalmente o era da fé. Vê-se pois que a nascente monarchia se achava já atormentada por um clero ambicioso e sem espirito nacional, não reconhecendo por Soberano senão ao Papa. É digno de lastima ver uma nação tão valente e generosa, que repellia todos os jugos, todos os obstaculos com incrivel resolução, curvar-se á prepotencia clerical. Falleceu Affonso II em 1223, tendo de idade 48 annos.

D. Sancho II o Capello, 5.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1223 a 1245, em que foi deposto.

Succedeu este Monarcha a seu pai D. Affonso II; nasceu em 1202 ou 1203, e tinha pouco mais de 20 annos quando subio ao throno. Determinado a pôr termo ás discordias que tinhão amargurado os ultimos dias de seu

pai, nomeou arbitros que compozessem as pretenções do arcebispo de Braga com o que era devido ás prerogativas da corôa, e convindo nisto esse prelado, terminou-se a contenda e levantou-se o interdicto. Do mesmo modo se accommodou o negocio das infantas suas tias, decidindo-se que ellas desfructassem o rendimento das villas que lhes doára seu pai, com a condição de que por ellas renderião, assim como as justiças que ahi pozessem, vassallagem a El-Rei.

Restabelecida por este lado a paz, não tardou que novas dissenções não perturbassem o reino. Casara D. Sancho com D. Mencia, filha de D. Lopo de Haro, Senhor da Biscaya, e deste consorcio nascêrão todos os infortunios que o perdêrão. Era esta senhora dotada de rara formosura e grandes attractivos, com os quaes soube de tal modo grangear a vontade d'El-Rei, que inteiramente o governava e dispunha delle como queria. Os grandes não podião soffrer a insolencia dos validos de quem elle se deixára rodear, e a quem a Rainha, em recompensa de a haverem elevado ao throno, sustentava com todo o seu credito. O povo clamava contra as vexações que experimentava da parte destes ávidos favoritos, e o clero, que não podia alcançar valimento na côrte, ajuntava os seus clamores aos do povo.

Era comtudo este Monarcha naturalmente bom e humano. Para reformar os abusos que se havião introduzido com as perturbações do reinado de seu pai, visitou as terras do reino, e por toda a parte deixava provas de sua justiça e clemencia. Levou depois suas armas contra os Mouros, aos quaes tomou Arronches, Cacella, Mertola, Aljustrel e Tavira, de 1232 a 42; recobrou Elvas, Jerumenha, Serpa e outras. Avistando-se no Sabugal com D. Fernando, Rei de Castella, delle alcançou a restituição de Chaves, que estava em poder dos Castelhanos.

Por este modo tinha D. Sancho dado sobejas provas do não ser descuidado nas obrigações da guerra e da paz.

Principiava então a apresentar um caracter serio o descontentamento dos povos, os quaes até ali se havião dado bem com D. Sancho. Bradavão todos contra as violencias dos viciosos validos, e porque os não castigava assaz, começárão a clamar contra elle. Os nobres, descontentes da Rainha e dos seus privados, excitavão o povo á revolta e se dividirão em partidos. Não podendo por isso continuar em pessoa a guerra contra os Mouros, nomeou El-Rei por seu general a D. Payo Peres Corrêa, commendador de S. Thiago, guerreiro dotado de intrepido valor, prudencia e sangue frio, o qual entrando pelo Algarve foi tomando aos Mouros diversos lugares. Estando a sitiar Paderne, soube D. Payo que o governador de Silves sahíra com a maior parte da sua guarnição para o fazer levantar o sitio: pelo que, deixando Paderne de noite, marchou por outro caminho sobre Silves e a investio. Quiz o general mouro emendar um erro com uma victoria, e levando comsigo a guarnição de Paderne, voltou a Silves e accommetteu a D. Payo, porém depois de renhida peleja foi desbaratado. Os da cidade que sahirão a soccorrer os seus e se ião retirando, derão lugar a entrarem os Portuguezes d'envolta com elles, e a praça foi tomada. D. Payo voltou depois a Paderne e a tomou tambem de assalto. Estas grandes acções porém que lhe alcançárão muita reputação, privárão ao Monarcha de um tão insigne cabo de guerra, porque morrendo em Castella o Grão-Mestre da ordem de S. Thiago, os commendadores elegêrão em seu lugar a D. Payo. A falta deste general conheceu-se bem depressa, porque os Mouros começárão logo a fazer estragos nas terras dos Christãos, e os descontentes tudo imputavão á negligencia

d'El-Rei, cujo braço direito, que era D. Payo, agora lhe faltava para se fazer respeitar.

Nesse intervallo (1241), instigado pelos ambiciosos validos da Rainha, passou um decreto autorisando os Judeus a comprarem os cargos publicos, e pouco depois lançou novas contribuições. O povo perde emfim o soffrimento, e os fidalgos, juntos com o clero, renovão ambos suas instancias ao Papa para que tirasse a D. Sancho a administração do reino, como negligente e incapaz de governar. Alguns povos das provincias do Norte se levantão debaixo do commando de Raymundo Viegas Portocarreiro, governador do castello d'Ourem; marchão sobre Coimbra, cujos habitantes se lhes reunem, atacão o palacio da Rainha que roubão e destroem, e a levão presa: na opinião de alguns historiadores, para lugar donde nunca mais se soube della, e na de outros para Castella, onde ao depois se reunio em Toledo com El-Rei. Debalde tentou elle com os do seu partido alcançar e punir os revoltosos; o espirito de insubordinação reinava já por toda a parte, e as suas ordens forão despresadas.

Celebrava então o Papa um concilio em Avinhão, no qual tinha deposto o Imperador Frederico: os Portuguezes descontentes aproveitárão a conjunctura. O arcebispo de Braga, os bispos de Coimbra e Porto e alguns nobres, lhe são deputados e lhe expoem com acrimonia todas as queixas da nação. Innocencio IV, usando do abusivo direito que os Papas tão escandalosamente pretendião usurpar sobre os thronos, priva D. Sancho da administração dos seus Estados por bulla de 1245, e o infante D. Affonso seu irmão, é nomeado regente do reino.

Não obstante esta decisão, muitos vassallos e algumas praças fortes se conservárão fieis ao seu Soberano, como veremos no seguinte reinado; porém D. Sancho, para

poupar o sangue de seus subditos, e sentido em extremo da sua ingratidão, se retirou para Toledo, onde foi muito bem recebido pelo Rei D. Fernando, o qual, julgando incompetente o juizo do Pontifice, ainda o quiz restabelecer com as armas no throno. Pouco depois appareceu o desterrado Monarcha na fronteira acompanhado do infante de Castella, e ganhou até um combate contra os partidistas de seu irmão; tendo-se porém alguns religiosos introduzido no seu campo, puzerão-lhe em fuga as suas tropas com a simples leitura da bulla que o excommungava. Sendo infructuosa esta tentativa, retirou-se D. Sancho para Toledo onde passou os dois restantes annos de vida em exercicios de devoção, e morreu em Janeiro de 1248, vinte e cinco annos depois que subio ao throno.

Este principe foi muito doente na sua infancia, pelo que sua mãi o dedicou a Santo Agostinho, fazendo-lhe vestir o habito dos conegos regrantes com o *capello* de que usavão, donde lhe ficou o cognome. Com elle acabou a linha directa dos Reis de Portugal, passando a corôa para seu irmão. Não deixou descendencia.

O fatal consorcio deste Rei e a sua nimia condescendencia ou brandura de caracter que o perderão, achão-se bem descriptas nos seguintes versos de Camões:

Morto depois Affonso, lhe succede
Sancho segundo, manso e descuidado,
Que tanto em seus descuidos se desmede,
Que de outrem, quem mandava era mandado.
De governar o reino que outro pede,
Por causa dos privados foi privado;
Porque como por elles se regia,
Em todos os seus vicios consentia.

. . . . . .

Mas o reino de altivo, e costumado
A Monarchas em tudo Soberanos,
A Rei não obedece nem consente
Que não fôr mais que todos excellente.

D. Affonso III o Bolonhez, 6.° Monarcha de Portugal.

Foi acclamado regente em 1245 e reinou de 1248 a 1279.

Nasceu este principe em 1210 e succedeu a D. Sancho II como fica dito. Casou com Mathilde, Condessa soberana de Bolonha na Picardia, donde lhe veio o sobrenome de Bolonhez, e cujos Estados governava quando foi nomeado regente de Portugal. Aos deputados do reino que o forão buscar, prestou lá mesmo juramento de reger segundo as leis do Estado, conservar-lhe os foros, liberdades e privilegios, e partio sem ser acompanhado da mulher para o seu novo destino.

Posto que nada deixasse por tentar para trazer á sua obediencia todos os nobres, os poderosos e praças do reino, muitas se conservárão inalteraveis na obediencia que havião jurado a seu irmão. Do numero destas praças entre outras são notaveis Obidos, Celerico-da-Beira e Coimbra; as demais quasi todas amedrontadas pela côrte de Roma lhe abrirão as portas. Vendo baldados todos os meios da persuasão, teve D. Affonso de recorrer ás armas e começou por cercar Obidos, que se rendeu. O mesmo não aconteceu a Celorico porque Fernão Rodrigues Pacheco a defendeu com tal valor que baldou todos os esforços dos sitiantes. Conta-se que escasseando-lhe já os mantimentos a ponto de se não poder sustentar por mais de tres dias, uma ave de rapina deixára cahir das garras na praça uma grande truta que havia sem duvida apanhado no visinho Mondego. Fernão Pacheco a mandou de regalo ao regente. O ardil surtio effeito, pois vendo este que quem fazia semelhantes presentes não estava a ponto de

render-se por fome, levantou o cerco. Desde então tomou Celorico por armas esta ave, que se chama *guincho*. Em Coimbra onde passou a pôr cerco não foi mais feliz. Martim de Freitas seu alcaide mór, resistindo constantemente a todos os esforços de D. Affonso, conservou esta praça por El-Rei D. Sancho até á sua morte, da qual tanto que o regente teve aviso o mandou communicar a Martim de Freitas, intimando-lhe que lh'a entregasse; elle porém mostrando não acreditar a noticia, pedio-lhe homenagem para ir a Toledo certificar-se della; e sendo-lhe concedida, para ahi se dirigio, e abrindo-se-lhe a sepultura, depositou as chaves do castello dentro do caixão do cadaver do defunto. Feito isto voltou a Portugal, e reconheceu o novo Rei por seu Soberano.

Logo que D. Affonso subio ao throno, mostrou quão digno era de o occupar, pondo de parte a todos aquelles que o tinhão servido á custa da propria honra, começando a escolher para conselheiros e ministros aquelles que havião sido fieis a seu irmão; destes foi um, Martim de Freitas, a quem confirmou na alcaidaria mór de Coimbra. No segundo anno do seu reinado (1249) passou ao Algarve acompanhado de um bom exercito e frota; cercou Faro, capital dos Mouros, a qual se rendeu depois de renhido cerco. Depois dirigio-se a Loulé que resistindo ás condições vantajosas que lhe propunha, foi levada de assalto e todos os seus habitantes passados á espada: este castigo rigoroso obrigou muitos lugares a sugeitarem-se ao seu dominio.

Não só se mostrava D. Affonso III denodado guerreiro em campo, mas tambem sabio e prudente na direcção dos negocios politicos. Convocou duas vezes côrtes em Leiria e nellas se fizerão muitas leis sabias com as quaes se reprimirão inveterados abusos. Castigou os fidalgos revoltosos atacando-os uns depois dos outros nas suas

terras, e apagando ao mesmo tempo com alguma victoria contra os Mouros, a lembrança desses castigos que era obrigado a fazer. Soube grangear a amizade de Innocencio IV, e illudir as ultimas pretenções do clero com promessas, não lhe concedendo comtudo mais do que palavras.

Induzido pela prosperidade que até então o acompanhára, tentou D. Affonso estender os limites do reino para a parte de Andaluzia tomando ao Rei mouro de Niebla seus Estados, e o conseguira se não viesse em auxilio delle o Rei de Leão e Castella que o havia tomado debaixo da sua protecção; o qual valendo-se da superioridade das suas forças não só repellio D. Affonso, mas entrando pelo Algarve se apossou de quasi todo. Conheceu o Monarcha portuguez que se não podia oppôr ás armas do hespanhol, por isso recorreu ao Papa para que concertasse as pazes entre elle e D. Affonso o Sabio, e conhecendo o muito que este amava sua filha natural D. Beatriz, lha mandou pedir em casamento e a obteve (posto que só tivesse 10 annos) e em dote o reino do Algarve com reconhecimento de vassalagem, menos a cidade de Silves que o Rei castelhano reservou para si *. Oppunha-se a este casamento o obstaculo de ser ainda viva a condessa Mathilde, comtudo confiava no seu valimento com o Papa. Pelo que logo que D. Beatriz teve a idade competente celebrou-se o consorcio; não estavão porém ainda acabados os festejos quando Alexandre IV, que succedêra a Innocencio, movido das queixas da condessa, mandou intimar a El-Rei ordem de se separar della até á decisão da causa. Não lhe obedeceu D. Affonso, assim como não quiz attender á repudiada esposa, que veio pessoalmente a Portugal para concluir esse negocio.

* Note-se que por equivoco vem a pag. 198 D. Brites ou Beatriz como filha de Sancho IV de Castella, trocada com a de pag. 199 filha de Affonso X ou o Sabio. É facil a substituição.

Voltou ella pois para a França, e o commissario do Papa vendo a pertinacia do Monarcha, pôz interdicto no reino, o qual durou 12 annos com grande prejuizo espiritual dos povos. Nem assim mesmo quiz ainda ceder, e continuou a viver com Beatriz, applicando-se em reparar e fortificar as cidades e villas do reino, lançando de novo os fundamentos de Estremoz, melhorando a administração e policia dos povos e com tanto mais disvellos que se via já com um filho e uma filha. Subio então á cadeira pontificia Urbano IV; e quando D. Affonso tentava ver se o acharia mais propicio que o seu antecessor, veio a morrer a condessa Mathilde, que não só lhe perdoou, mas até lhe deixou um grande legado em prova do seu amor. Este feliz successo fez com que convocasse os prelados do reino afim de pedirem ao Pontifice que dispensasse o parentesco que havia entre ambos e lhe legitimasse seus filhos. O Papa annuio á supplica e levantou o interdicto.

Corria o anno de 1264 quando os Reis de Portugal e Castella querendo pôr termo ás dissensões entre ambos os reinos, nomearão commissarios que fixassem os seus limites; ao mesmo tempo se acordou que o reconhecimento de vassalagem a que o de Portugal era obrigado ao de Castella pelo Algarve consistiria em mandar-lhe 50 lanceiros todas as vezes que lhe fossem exigidos; já Silves então tinha sido entregue a D. Affonso III, pois no seguinte anno consta ter delle recebido privilegios.

O estado seguro do reino e o prospero successo de todas as suas emprezas determinárão-o pugnar pelos direitos da corôa, obrigando o clero a contribuir para o bem publico e despezas do Estado. D'isto renascêrão logo as antigas dissensões, e o arcebispo de Braga pondo interdicto no reino, se retirou com outros prelados para Roma. Porém a tudo remediou a fina politica d'El-Rei fazendo ver ao Papa a sem-razão dos prelados para obra-

rem desse modo e que poderião voltar quando lhes parecesse.

Desejando eximir-se da homenagem que devia a Castella, enviou a Rainha Beatriz com o principe D. Diniz seu filho a visitar o mesmo seu sogro D. Fernando que então se achava em Sevilha, e tão bem se houve ella nesta visita que o Castelhano, em prova do prazer que lhe causava a vista da filha e do neto, desonerou para sempre Portugal da homenagem das 50 lanças. Alguns tempos depois tirou El-Rei aos cavalleiros das diversas ordens os castellos e lugares que possuião e os annexou á corôa, entendendo não ser conveniente á segurança do reino andar a guarda das fortalezas em poder de vassallos poderosos. Para compôr os aggravos e queixas do clero, convocou côrtes em Santarem; mas não sendo o resultado favoravel ás pretenções dos ecclesiasticos, estes recorrerão ao Papa que ameaçou o Rei; comtudo esta ameaça algumas vezes reiterada não lhe causou grande abalo. Pode-se dizer que todo o reinado de D. Affonso III foi uma scena de politica bem traçada e dextramente executada. Distribuio o premio e o castigo com perfeita igualdade, e era em extremo activo e vigilante no manejo do governo; e como visse que não podia alargar seus Estados, applicou-se em torna-los felizes e abundantes. Fundou muitas povoações, reedificou e fez povoar outras de novo. Em tempos de paz e quando o soffria o estado das suas rendas era grandioso, porém geralmente regrado, pois assim o pedia o estado das cousas. Folgava de que lhe chamassem o *amigo dos pobres* e fazia por merecer esse titulo, porque em tempos de fome e penurias chegou a empenhar as joias da corôa para os soccorrer. As desavenças que teve com os Papas forão em consequencia das diligencias que fez para obrigar os ecclesiasticos a concorrerem para as despezas do Estado, a

serem justos, viverem conforme o seu ministerio, e os castigos que lhes dava, era quando erravão, pois erão seus vassallos. Teve D. Affonso conselheiros, mas nunca validos. Ainda que amante dos prazeres e do fausto, regulou sempre a despeza pela receita e nunca poz tributo para propria satisfação; mas foi exacto em arrecadar o que se lhe devia. Quando annullou os donativos e as mercês que fizera sendo regente, não deu outra satisfação disso, senão dizer que as pessoas a quem as fizera erão desmerecedoras de taes beneficios.

Sentindo aproximar-se o fim da vida quiz reconciliar-se com a igreja dando uma satisfação publica, submettendo-se ao Papa e ordenando a seu filho que pozesse em execução o que a côrte de Roma exigisse: deste modo foi absolvido da excommunhão e falleceu em Fevereiro de 1279 com 69 annos de idade e 31 de reinado. Foi elle o Rei que deixou inteiro a seus successores o reino, por elle e seus antecessores formado pouco a pouco, e tal qual hoje existe, com diminuta differença: fôra tambem o primeiro que unira em campo vermelho os castellos d'ouro do Algarve que acabou de conquistar, ás quinas de Portugal assentando-as em orla á roda dellas. Vej. a pag. 197.

D. Diniz o Lavrador, 7.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1279 até 1325.

Succedeu a D. Affonso III seu filho D. Diniz, o qual nasceu em 1261 antes da morte da condessa Mathilde; por isso no começo da sua elevação ao throno vio os seus direitos contestados por seu irmão mais moço o infante D. Affonso. Alguns seus partidarios pretendião que este principe, sendo nascido depois da dissolução do primeiro

casamento, era o unico legitimo herdeiro de seu pai. Ainda que então só contasse 19 annos de idade quando subio ao throno, D. Diniz resistio com firmeza aos alvitres perigosos desses validos. Aborrecido igualmente do imperioso dominio que sua mãi queria exercer sobre elle, rompeu abertamente a harmonia que até então entre ambos subsistira, pretextando que um homem depois de chegar aos 15 annos não deve mais prestar ouvidos aos conselhos de mulheres. Depois deu-se a visitar todas as provincias do reino, e na volta pedio em casamento a infanta D. Isabel, filha de Pedro III d'Aragão, tão recommendavel pela sua belleza como pelas suas eminentes virtudes. Concluio-se o negocio com reciproca satisfação, e em 1282 entrou a princeza em Portugal sendo recebida na raia pelos senhores mais distinctos do reino e conduzida á villa de Trancoso onde se celebrou o casamento com o maior esplendor, conforme o genio d'El-Rei que foi o principe mais magnifico do seu tempo.

Isabel, pura e risonha creatura, resplandece em todo o reinado de D. Diniz como um anjo consolador: a sua missão é de suavisar todos os infortunios e de tornar as dissensões menos fataes. Os nossos historiadores tratando da vida della, a recheião de episodios demasiadamente milagrosos para serem acreditados, porém que fazem ver até que ponto chegava a admiração dos povos por esta excellente Rainha. Emquanto a mãi de D. Diniz retirada em Castella na côrte de seu pai excita o joven Affonso a pegar em armas contra seu irmão e Rei, Isabel por uma carinhosa e continua perseverança, consegue congraçar os dois rivaes. A sua bondade é tão engenhosa, tão persuasiva, que a propria Beatriz, desarmada, se liga generosamente com ella para restabelecer a paz entre Castella e Portugal. Tantas virtudes porém não impedirão que seu marido prestasse ouvidos ás mais infames calumnias:

o proprio crime comtudo se encarregou de justificar a virtude tão reconhecidamente acrisolada.

Um dos pagens do Rei, segundo a legenda, por odio contra outro da Rainha, ao qual encarregava ella por vezes de distribuir as suas esmolas, lançou odiosas suspeitas no espirito de seu amo, a quem zelos infundados tornava credulo neste ponto: jurou pois vingar-se. Um dia andando D. Diniz á caça e encontrando por acaso um homem que aquecia um forno para cozer cal, ordenou-lhe de assar nelle o primeiro pagem que se lhe apresentasse. Voltando para o palacio chamou á sua presença o pagem da Rainha e o mandou para o lugar onde uma morte certa o esperava. O innocente obedece, porém demora-se no caminho para ouvir missa. Chega entretanto o outro pagem a fim de certificar-se do exito de sua damnada fraude, e o forneiro conformando-se ás ordens d'El-Rei atira com elle apezar das suas supplicas para dentro. Este acontecimento foi olhado como um aviso do céo, e o principe mais bem esclarecido, ainda que frequentemente infiel, restituio á sua esposa senão o amor, ao menos a estima e respeito.

O clero sempre refractario, com o arcebispo de Braga á frente (1289), oppunha-se á reforma de alguns abusos introduzidos com a ultima excommunhão, e como o Soberano não attendesse a suas pretenções, o turbulento arcebispo lançou novo interdicto no reino. D. Diniz se portou com a maior moderação pedindo reduzisse a artigos os seus aggravos, cujos principaes erão: Que El-Rei recusava pagar dizimo de seus bens hereditarios; que lhes prohibia comprar bens de raiz; que os obrigava a pagar siza de tudo que compravão; que lhes prohibia a sahida de dinheiro do reino e exigia tributo pelas terras deixadas á igreja. Sobre isto cedeu El-Rei n'alguns pontos e fez uma concordata com o clero confirmada por Martinho IV.

Alguns annos depois D. Sancho, o bravo de Castella, entrou em Portugal com mão armada, onde, sem motivo algum declarado, pôz tudo a ferro e fogo, e D. Diniz, por não se achar prevenido para lhe resistir, o desafiou a singular combate. Avistando-se porém ambos os Monarchas, ajustárão, para maior união de suas familias, dous casamentos: o de Castella, D. Fernando, ao sahir do berço, ficou contractado com a princeza D. Constança, filha de D. Diniz, o qual apalavrou igualmente seu filho herdeiro, o joven Affonso, com a infanta D. Beatriz, irmãa de D. Fernando, e o pequeno districto denominado de *Riba-Coa*, na Beira Alta perto d'Almeida, foi cedido e ficou reunido ao territorio de Portugal. Esta vantagem concedeu o Castelhano a D. Diniz, porque se sentia ir em decadencia, seu herdeiro em minoridade e seus negocios muito envoltos. Os motivos dessa desavença da parte de D. Sancho parece ter sido o haver-se acolhido neste reino D. Nuno de Lara, seu vassallo descontente, bem como da intelligencia que com outros seus vassallos refractarios tinha o infante D. Affonso, irmão de D. Diniz. Por isso, para tranquillidade de ambos os reinos, tirou El-Rei ao dito irmão as praças da fronteira que seu pai lhe doára. Recusou o infante acceder a este ajuste, e tentou defender com as armas seu patrimonio; porém cercou El-Rei Portalegre, e o apertou de modo que aceitou as condições que lhe dictou, as quaes forão dar-lhe 40,000 escudos de renda e o senhorio das villas de Cintra e Ourem.

Nenhum principe do seu tempo era tão illustrado como D. Diniz: por isso nenhum favoreceu tanto as sciencias e os sabios. Para isso fundou em 1289 uma universidade em Lisboa, denominada *Escolas Geraes*, e mandou erigir escolas nas principaes povoações do reino. Nessa época de ignorancia e superstição, em que a maior parte dos Monarchas da Europa se gloriavão de acompanhar no

côro as matinas e vesperas aos frades, e os seus nobres fazião alarde da mais crassa estupidez, vio-se o Soberano deste pequeno reino nascente sentar-se no meio dos sabios reunidos por suas liberalidades, fallar a cada um a lingoa do seu paiz, discorrer com elles sobre o futuro das bellas-artes, e recitar-lhes excellentes versos de sua composição. Tantos beneficios lhe grangeárão os mais bellos titulos que possão adornar um Rei. Os historiadores, não sabendo qual de suas virtudes preferir, o tem alternativamente denominado *pai dos lavradores, o liberal, protector do commercio, pai das musas portuguezas*, e, confundindo todos os seus meritos n'um só, seus subditos o chamárão *pai da patria*. Fiel ás tradições nacionaes, o povo conserva ainda o rifão que recorda a prosperidade do seu reinado: « El-Rei D. Diniz fez tudo o que quiz » e outro « Feliz como El-Rei D. Diniz, &c. »

Essa felicidade que sempre dirigíra as suas emprezas foi perturbada pelos desgostos que soffreu da parte de seu filho D. Affonso. Este principe, deixando-se arrastar pelas suggestões de homens ambiciosos, começou a mostrar sentimentos bem oppostos ao respeito que devia a seu pai e Rei. Debalde procurou este faze-lo voltar aos seus deveres, mostrando-lhe quão perigoso era para quem um dia tinha de ser Rei o dar exemplo de rebeldia áquelles que havião de ser seus vassallos. Entretanto o principe, parece que tambem occultamente inflammado pela Rainha sua avó, regente de Castella, com quem se fôra encontrar contra as ordens expressas d'El-Rei, publicou um manifesto em que accusava seu pai de ter pedido ao Papa a legitimação de Affonso Sanches, seu filho natural, a fim de o declarar seu successor. Porém esta accusação, sendo desmentida pelo Monarcha e o Pontifice, tentou o principe mandar matar a Affonso Sanches, o que não podendo conseguir, mudou as ba-

terias, e accusou seu irmão natural de o ter querido envenenar. Desfeita tambem esta calumnia, declarou-se em aberta rebellião, e induzio o governador de Leiria a entregar-lhe a praça. Marchou logo El-Rei contra ella, e, auxiliado dos moradores que não participárão da infidelidade do governador, a retomou: recobrou igualmente Santarem, da qual o principe depois se apoderou.

Pungentemente magoado o coração da Santa Rainha Isabel pelo criminoso procedimento de seu filho, nada poupou para o trazer á devida obediencia de seu pai. Mostrando o rebelde annuir ás suas representações, encetou uma negociação para esse fim, porém só com o intento de divertir a attenção d'El-Rei e melhor poder surprender Lisboa. Indignado elle, marcha contra o filho, apresenta-lhe batalha junto de Cintra, desbarata-o, e o prendêra se quizesse; mas tão longe estava disso, que antes ordenou aos seus que nem o preseguissem, nem maltratassem. Nada porém aproveitou esta moderação, pois o principe Affonso logo que pôde tornou a sahir a campo, e, não respeitando já nada, devastou todas as terras por onde passava. D. Diniz, perdida a paciencia, marchou com grandes forças para Coimbra, que o principe havia tomado, e, logo que o soube, partio de Guimarães cujo cerco estava formando, para combater seu pai. Nisto acudio a virtuosa Rainha, a qual, posto que estivesse retirada em Alemquer por ordem d'El-Rei, porque, sendo della a cidade de Leiria e tendo-se esta entregue ao infante, presumia D. Diniz que ella favorecia secretamente a desobediencia do filho. Voou comtudo a Coimbra para ser medianeira da paz, e, passando varias vezes de um a outro campo, conseguio uma suspensão d'armas e que o principe viesse lançar-se aos pés do pai a pedir-lhe perdão dos seus erros. Concedeu-lh'o promptamente D. Diniz e restituio-o á sua graça: brevemente

porém voltou D. Affonso aos seus desvarios. Dirigio-lhe então El-Rei algumas exhortações pelas pessoas mais qualificadas do reino, como foi, entre outras, D. Gerardo, arcebispo d'Evora, o qual, tendo debalde esgotado todos os meios de brandura, o ameaçou com as censuras da igreja, ameaça que lhe custou a vida que o principe lhe mandou arrancar com a maior deshumanidade. Comtudo a Rainha tornou a congraça-lo com o pai, o qual novamente lhe perdoou e delle recebeu novos protestos de submissão e arrependimento. Porém não durou mais tempo esta reconciliação do que as outras, porque o principe, sempre rodeado de vis aduladores, voltou aos seus erros, fundando suas queixas na affeição que D. Diniz mostrava a seu filho natural, e requerendo que a este se tirassem os grandes cargos que servia. Recusava El-Rei assentir a isso, porém Affonso Sanches acabou com tudo, renunciando voluntariamente os seus empregos e retirando-se para Castella. Então voltou o principe á côrte, e se submetteu ás ordens d'El-Rei.

Não tardou muito que seu pai não adoecesse gravemente, e tendo-lhe dado sabios conselhos para prevenir as consequencias de seus erros, falleceu em Santarem no anno de 1325 com 64 de idade e 46 de reinado.

Foi D. Diniz um dos mais sabios e melhores Reis da Europa: animou tanto a industria, as artes e o commercio, que sem augmentar tributos, as suas riquezas erão o espanto do seu tempo: a sua liberalidade era proverbial. Diz-se que, além das manufacturas nacionaes, nunca admittira em sua mesa ou palacio genero algum estrangeiro. Tendo sido extincta em toda a Europa a ordem dos Templarios, tratou-os em Portugal com a maior clemencia, e com as suas rendas instituio a ordem de Christo. (Veja-se pag. 182.) Apenas exhalou o ultimo suspiro, que a Santa Rainha Isabel, livre do laço mais

poderoso que a unia á terra, tomou a resolução de se consagrar a Deos, e, cortando os cabellos e vestindo-se do habito de Santa Clara, apresentou-se neste novo trajo aos nobres que rodeavão o sarcophago do Monarcha, annunciando-lhes que pretendia abandonar o mundo para sempre. Representou-se-lhe que melhor seria permanecer entre seus subditos e sobre elles derramar suas bençãos e beneficios do que enterrar-se em vida n'um inutil claustro. Cedeu a Rainha, e viveu ainda dez annos occupada em continuos exercicios de devoção, despendendo o seu patrimonio em esmolas e fazendo annualmente a pé a romaria de S. Thiago de Compostella, sem comtudo deixar de empregar a influencia que lhe dava a sua virtude em manter a paz com Castella e em dar uteis lições a seu filho Affonso IV.

Dom Affonso IV o Bravo, 8.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1325 até 1357.

Depois de se haver mostrado tão impaciente de reinar, apenas D. Affonso foi acclamado Rei, affectou a maior indifferença por tudo quanto dizia respeito ao manejo do governo. Subindo ao throno com muito maus agouros, não só em razão da injusta guerra que havia feito a seu pai, mas por essa negligencia dos negocios publicos, teria de certo passado pela sorte de Sancho II, se não encontrasse conselheiros de integridade e caracter pouco communs, e se a boa indole de que era dotado o não fizesse emendar seus erros. Ainda que já na idade de 36 annos, só pensava nos seus passatempos; por vezes gastava dias inteiros na

caça sem vir a palacio, e quando por acaso assistia a conselho, era mais para occupar os seus ministros com proezas e aventuras de caçador do que com assumptos proprios do lugar. Um dia em que contava diversas aventuras deste genero, um dos seus conselheiros, homem austero e envelhecido nos negocios d'Estado, lhe disse: « Senhor, não nos reunimos aqui afim de ouvir de vossa Alteza a narração de semelhantes factos. Se quizerdes occupar-vos das necessidades do vosso povo, achareis subditos fieis e obedientes, quando não.... Quando não que?... interrompeu o Rei. — Quando não, continuou o ancião com tom firme, elles procuraráõ outro Rei que melhor os saiba governar. » O principe sahio immediatamente fazendo um gesto ameaçador; os collegas do ousado conselheiro tremião por elle pensando nas violencias que D. Affonso commettera outr'ora. Alguns momentos depois porém tornou a entrar e disse em tom brando: « A vossa censura é justa e della me aproveitarei. De hoje em diante nada mais tendes que tratar com D. Affonso o caçador, porém sim com D. Affonso Rei de Portugal. » Quaesquer que tivessem sido seus anteriores desvios, um principe que sabe cahir em si e proferir tão judiciosos sentimentos, é digno de reinar.

Em seguida applicou-se em reparar todo o mal que tinha causado com as suas revoltas, sendo seu primeiro cuidado o castigar seus antigos complices; depois passou em revista as leis que seus predecessores tinhão publicado, reformou os abusos, e fez sabios regulamentos para a policia interna. Não pôde comtudo vencer o odio que tinha a seu irmão natural Affonso Sanches: mandou syndicar da sua conducta, e com frivolas accusações o destituio de todas as honras, privando-o dos bens que possuia no reino, arrazando-lhe o seu castello de Codeceira e mudou em desterro o seu exilio voluntario. Informado

disto Sanches, escreveu-lhe uma carta respeitosa em que lhe protestava a sua innocencia e fidelidade e lhe pedia revogasse a rigorosa sentença. Insistindo El-Rei na mesma resolução, o infante exasperado a final julgou que a sua honra exigia formal vingança e invadio Portugal com um exercito castelhano e alguns descontentes de Portugal. O Grão-mestre da ordem de Aviz, Gonçalo Vaz, enviado por D. Affonsu para o combater, soffreu uma derrota, porém os Castelhanos enfraquecidos pela propria victoria, tiverão de se retirar. El-Rei fez novas levas, marchou em pessoa contra elle, e a guerra civil ia recomeçar quando a Rainha Santa Isabel o determinou a fazer justiça a seu irmão restituindo-lhe os seus bens e licença de viver no reino.

Havia D. Affonso IV casado sua filha D. Maria com D. Affonso XI de Castella; porém como este, namorado de D. Leonor de Gusmão, tratava mal á mulher e retardava com frivolos pretextos a vinda da infanta D. Constança, ajustada para casar com o principe D. Pedro de Portugal, recorreu El-Rei ás armas contra seu genro ateando-se uma cruenta guerra por terra e mar, a qual durou 12 annos com reciprocos estragos. Vendo-se porém o Monarcha castelhano ameaçado por todas as forças dos Reis mouros de Granada e Marrocos, mandou a Rainha D. Maria a Portugal a pedir soccorro a seu pai apezar da guerra que ainda contra elle sustentava. Acolheu D. Affonso benignamente os rogos de sua filha, e, compostas todas as desavenças, marchou em pessoa com a flôr do seu reino em auxilio do genro.

Em um conselho que tiverão os dois Reis, erão os Castelhanos de parecer que se largasse aos Mouros a praça de Tarifa, visto a grande superioridade de suas forças. Oppôz-se D. Affonso IV a tal proposta, dizendo que se puzera em campo para pelejar com os Infieis e não

para ser testemunha de seus triumphos. Travou-se pois a grande batalha de Tarifa a 30 de Outubro de 1340 junto ás margens do Salado, nome com que é mais conhecida: El-Rei de Portugal atacou o de Granada pelos montes, e o de Castella o marroquino pela parte do mar. Durou o combate muitas horas e foi um dos mais renhidos e sanguinolentos que tem visto a Hespanha: era immenso o numero dos Mouros que de muito excedião os Christãos, porém foi destes decisiva a victoria, e quasi total a anniquilação dos contrarios. Forão riquissimos os despojos; mas Affonso IV contentou-se com a gloria que adquirira, e só reservou para si alguns estandartes dos Infieis e o seu principe Aboham, que elle proprio aprisionára.

Para se vingarem de tão grande perda, fizerão elles um desembarque no Algarve e se apoderárão de Castro Marim; porém D. Affonso marchou logo contra elles, recobrou a praça e os expulsou de todo. Restabelecida a tranquillidade no reino, esforçou-se em o fazer florescer por meio de leis sabias e vigorosamente executadas. Entregava-se todo ao despacho dos negocios, e veria correr o seu reinado no seio da paz e satisfação geral, se não fôra um triste acontecimento que veio lançar indelevel macula nas paginas da sua historia, e é o seguinte:

Na companhia da princeza D. Constança, primeira esposa do principe D. Pedro, filho de D. Affonso IV, tinha vindo D. Ignez de Castro, filha de um fidalgo castelhano de grande nobreza. Era esta dama dotada de rara formosura e grandes attractivos, aos quaes não pôde ser insensivel o coração do principe; todavia conteve-se o seu amor nos limites da decencia emquanto viveu D. Constança; mas por sua morte, não encontrando já obstaculos á paixão que o dominava, casou-se com ella clandestinamente. Não faltou quem duvidasse da realidade deste consorcio: deve-se-lhe porém fazer justiça, pois que o

proprio principe, tendo já subido ao throno, jurou solemnemente que se recebêra com ella em Bragança, estando presentes o bispo da Guarda e o seu reposteiro-mór, os quaes confirmárão com seus juramentos a verdade desta declaração; mas por motivos politicos occultára então tanto esta circumstancia, a fim que o seu trato com D. Ignez passasse por um simples galanteio.

Alguns cortezãos, invejosos do valimento dos parentes della, insinuárão ao velho Rei que a honra da corôa e o bem do Estado exigião que o principe tornasse a casar, e que a obstinação que elle oppunha a estas segundas nupcias nascia do violento amor que tinha a D. Ignez e aos filhos que della houvera: paixão que talvez viesse a ser fatal ao principe D. Fernando, seu filho legitimo. —Triste e desgostoso lhes perguntou El-Rei de que modo se poderião atalhar os males que previão: —a isto souberão os barbaros conselheiros persuadi-lo de que a morte de Ignez era absolutamente necessaria para o socego publico e razões de Estado, e nestas vistas tratárão de o levar de Monte-Mór o Velho onde se achava, para Coimbra, donde sabião que então D. Pedro andava ausente n'uma caçada. Achava-se nessa occasião a desgraçada D. Ignez no convento de Santa Clara quando soube da chegada de El-Rei, e atemorisada desta vinda repentina, talvez receosa do seu intento, corre a lançar-se-lhe aos pés com os innocentes filhos. Este tocante espectaculo commoveu tanto o coração d'El-Rei, que se retirou sem nada decidir sobre o premeditado projecto. Porém Alvaro Gonsalves, Diogo Pacheco e Pedro Coelho, seus validos, o accusão de falto de valor e de se compadecer mais de uma mulher culpada do que do seu reino e vassallos cuja paz e socego ella só perturbava. Instão os crueis, empregão todas as razões que a ambição e o odio lhes suggerem, conseguem por fim convencer o velho Monarcha, o qual,

se teve piedade, faltou á constancia e aos laços do sangue. Munidos da sua ordem, partem os tres verdugos, correm ao quarto da infeliz e lhe descarregão sobre o palpitante peito repetidas punhaladas: exhala a innocente victima o ultimo suspiro entre as ondas do seu sangue, e com as mãos ainda delle gotejando, voltão a congratular-se com o Rei da sua atroz barbaridade. Succedeu este nefando caso a 7 de Janeiro de 1355.

Tinha-se D. Affonso deixado allucinar até ao ponto de approvar esta horrivel acção, e mandando sepultar a victima no claustro de Santa Clara, se retirou tão socegado como se não acabára de lançar eterna mancha sobre sua memoria!

Logo que D. Pedro foi informado deste tragico successo, nada pôde conter o seu furor. Cego e exasperado pela violencia da sua dôr, convoca os seus amigos, toma armas, apodera-se de alguns lugares, devasta e põe a ferro e fogo nas provincias do Norte os que lhe resistem. De novo se ia accender a guerra civil se a Rainha e o arcebispo de Braga não lhe representassem de quanta injustiça e deshumanidade era castigar sobre o povo uma culpa que não era sua, e assolar um reino que em breve havia de governar. Estas razões convencêrão o principe, naturalmente amante da justiça; aceitou as condições que se lhe propuzerão, e se submetteu ao Rei, o qual o restituio á sua graça, procurando com affavel trato fazer-lhe esquecer o lastimoso fim da desgraçada princeza e tirar-lhe assim o desejo de a vingar.

El-Rei comtudo, que se achava adiantado em idade e enfermo, sentindo aproximar-se o fim de seus dias, tratou de empregar os que lhe restavão em obras de religião. Receiando não poder riscar da memoria do filho o seu aggravo, procurou salvar aquelles sobre quem devia cahir sua vingança, dando muito dinheiro a Gonsalves, Pacheco

e Coelho, e mandando-os para Castella buscar a segurança que por seus violentos conselhos não podião esperar em Portugal. Alguns mezes pouco antes da sua morte teve ainda a sentir os estragos que no reino causou um grande terremoto a 24 d'Agosto de 1356, o qual durou quasi um quarto de hora e continuou com intervallos. Morreu finalmente em Maio de 1357 com 67 annos de idade e 32 de reinado. Disse-se de Affonso IV que fôra filho ingrato, irmão injusto e pai cruel. Apezar destas accusações, foi grande guerreiro, profundo politico e bom Rei. Soube conservar os direitos da sua corôa sem infringir as immunidades do povo, para a felicidade do qual trabalhou incessantemente. Tornou-se tambem um solido apoio da religião sem se aviltar aos caprichos da curia romana. Amigo da justiça e da humanidade, distribuio uma com exactidão e procurou desempenhar a outra com avidez. Fez poucas leis, porém todas boas e importantes, e mereceu finalmente pela sua conducta sabia e esclarecida o appellido de *Bravo*, pela elevação de sua coragem e grandeza d'alma. Veja-se a pag. 199.

D. Pedro I o Justiceiro, 9.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1357 até 1367.

Impaciente de vingar a morte de sua esposa, Pedro I.° se apressou de concluir uma alliança com Pedro o Cruel Rei de Castella e reunio a sua frota á deste principe contra o Monarcha de Aragão. Os homens mais experimentados do reino lhe representárão inutilmente que o interesse do paiz exigia a conservação da paz: a paixão todavia o arrastou. Esperava elle, declarando-se contra o

Rei d'Aragão, obter facilmente de seu novo alliado a extradição dos matadores de D. Ignez refugiados em Castella; porém Pedro o Cruel exigio que previamente lhe entregassem quatro fidalgos castelhanos que se achavão acoutados em Portugal. Conveio-se nessa infame traficancia. Pacheco avisado a tempo achou meios de pôr-se a salvo, porém os seus complices fôrão implacavelmente entregues a D. Pedro de Portugal. Vendo os reos em seu poder, abandonou-se inteiramente aos excessos de um satanico furor, o que só talvez mereça attenuação em um amante apaixonado. Inventárão-se as mais terriveis torturas, os mais requintados tormentos para fazer morrer lentamente os dois culpados. O proprio Rei quiz assistir ao seu supplicio, animando os carrascos com a voz e gesto, e levou a desatinada ira até ferir elle proprio a Coelho com um chicote que trazia. O paciente, que até então não tinha pronunciado uma unica palavra, voltou-se para elle, dizendo-lhe as maiores injurias: «— Bem o estaes ouvindo, exclamou D. Pedro com feroz alegria, tragão-me já alho, vinagre e salsa para cozinhar este damnado Coelho ». Mandou-lhes dar a ambos morte atroz, arrancando-lhes os corações a um pelo peito, a outro pelas costas, na villa de Santarem.

O vivo amor porém que D. Pedro tivera a D. Ignez não pôde moderar-se, nem com os annos, nem com o sangue dos verdugos de sua esposa. Tendo convocado côrtes em Cantanhede, ahi declarou e jurou solemnemente o seu casamento com ella, de que mandou lavrar auto que se espalhou por todo o reino. Depois (em 1361) fazendo desenterrar o seu cadaver, vestido com as insignias Reaes e a corôa na cabeça, o fez sentar no throno e ordenou que todos lhe beijassem a mão como sua Rainha, fazendo-lhe as demais honras como se viva fosse. De Coimbra mandou trasladar o cadaver para Alcobaça com uma pompa

e magnificencia até alli nunca vistas em Portugal, acompanhado de toda a côrte, grandes e fidalgos, a maior parte do clero e prelados, passando constantemente o corpo, em toda a extensão do caminho, por entre alas de homens com tochas de cera ardendo. Em Alcobaça foi depositado o cadaver em um soberbo tumulo de marmore, que mandara levantar ao lado de outro que para si destinara. Depois legitimou os filhos que della tinha, e deste modo desafogou a magoa de seu coração.

Applicou-se desde então D. Pedro á total reforma dos abusos que grassavão pelo reino, projecto de custosa execução, porém que a constancia e imparcial justiça tornárão praticavel. Começou a reforma por si e pela sua casa; e para melhor se esforçar no desempenho de suas obrigações, ia frequentemente a Alcobaça, onde sobre o tumulo que um dia tinha de encerrar suas cinzas, reflectia nas estreitas contas que daria a Deos sobre as suas acções. Querendo ver e ouvir tudo por si mesmo, viajava amiudadamente as provincias, syndicando sobre o bem viver e as pendencias dos povos, e se se lhes administrava recta justiça. Nestas occasiões costumava dar frequentes demonstracções de que o seu intuito era premiar e castigar. Suas desgraças e amor havião apparentemente esgotado aquelle ardor impetuoso que podera ter tomado tão funestas direcções; restou-lhe porém bastante socego para poder ser justo. Sua justiça comtudo tomava formas extravagantes e sem respeito com a disparidade dos objectos: costumava trazer na mão um sceptro como emblema da justiça e poder, e um azorrague, instrumento que quasi sempre usava pendente á cintura. A mesma falta de prudencia se mostrava nas prohibições com que pretendia reprimir o luxo: assim por uma das suas ordenações, não se podia, sob pena de morte, vender ou comprar a credito! Seja como fôr, o commercio, a navegação, as

pescarias, e toda a vida social que tinha recebido do paternal governo de D. Diniz tão poderoso impulso, continuárão em progresso.

O seu acompanhamento era de ordinario modesto andando muitas vezes a pé pelas ruas conversando com as medianas e inferiores classes do povo, porque pensando serem estas as mais aggravadas, serião por isso quem mais carecessem de o ouvir. Nunca em seus dias se vio a lei ter mais força sobre o pobre que sobre o poderoso, antes a estes mandava castigar ou elle proprio castigava com maior severidade. A sua principal maxima era que aquelles que mais trabalhavão e concorrião para a manutenção do Estado, erão os que mais cuidados e allivios merecião do seu Soberano. Da rigorosa justiça deste Rei, apontaremos alguns actos mais celebres na historia, os quaes são outros tantos traços do seu caracter, e insinúão a idéa que se deve formar do seu reinado.

Havendo certo clerigo poderoso matado a um pedreiro, os juizes o tiverão por bem castigado impondo-lhe a suspensão do exercicio das ordens por um anno. Os parentes do morto ficárão aggravados com tão leve castigo: mas D. Pedro, que de tudo estava informado, mandou secretamente dizer ao filho do pedreiro que vingasse a morte do pai com a do clerigo. Este assim o praticou: foi logo preso e condemnado á pena ultima; porém quando a sentença foi apresentada a El-Rei para a assignar, perguntou elle qual era a profissão do delinquente, e dizendo-se-lhe que era pedreiro, poz em despacho: « Condemno o reo a não trabalhar pelo seu officio durante um anno ».

Queixando-se-lhe um official de justiça que certo fidalgo lhe dera um murro e puxára pelas barbas, voltou-se D. Pedro para o corregedor da côrte e lhe disse: « Acudi-me, corregedor, pois um homem me bateu no rosto e arrancou as barbas. » Foi o fidalgo preso e degollado.

O almirante Lançarote Pessanha abusou de uma donzella a quem uma velha para esse fim seduzira. Informado D. Pedro disto, mandou queimar a velha e condemnou o almirante a ser degollado. Porém tendo-se provado não concorrer elle para a seducção da rapariga, mas só della haver-se aproveitado, e a rogos da republica de Genova d'onde era natural, perdoou a morte ao almirante, porém privou-o dos seus cargos e o degradou.

Castigou igualmente com pena de morte alguns réos ecclesiasticos, e requerendo-lhe o clero que remettesse as suas causas ao juizo superior (curia romana), respondeu-lhe mui firme: « Que se contentava em remetter os culpados perante o juiz superior delles e seu, que era Deos. » Um fidalgo teve a cabeça decepada por haver maliciosamente cortado os arcos de um tonel cheio de vinho a um lavrador; um secretario do thesouro foi enforcado por haver recebido peitas de um pretendente; duas mulheres forão queimadas vivas por adulterio, uma pelo haver commettido antes do casamento. Tinha finalmente por maxima que era preciso fazer justiça como ella seria feita quando os segredos do coração fossem revelados; como consequencia, parece ter-se esmerado em transportar para a terra alguns infernaes supplicios. Admirão-se os historiadores, e com razão, quando o caracterisão, porque sendo por uma parte mui severo, por outra era muito affavel, amigo de festejos, folgares e dansas; mui liberal, de modo que até dizia considerar um dia perdido aquelle em que não fazia mercês: unidas estas boas qualidades com a paz que conservou durante o seu reinado, soube infundir profundo amor em seus subditos.

Aos que se tornavão merecedores recompensava generosamente; perdoou até por alguns tempos todos os direitos que pagavão os povos. Deste modo sabia adoçar o rigor com

o beneficio e fazer conhecer que seus vassallos acharião tal retribuição em sua regularidade, que insensivelmente se forão emendando os abusos e costumes, e a final se achárão tão mudados como elle. Os povos mostrárão extremoso sentimento á sua morte acontecida em 1367, vendo que não duraria muito tempo a reforma e boa ordem que entre todos introduzira, pelo que dizião delle, como os Romanos de Tito: « Que D. Pedro ou nunca devêra nascer ou nunca morrer. » Pode-se descreve-lo, que nunca perdoou a quem tinha crime, nunca castigou a quem o não tinha, e nunca deixou de recompensar a virtude e o merito. Mereceu pois o titulo de Justiceiro pelo inflexivel caracter que mostrou não só em punir seus proprios inimigos, mas a todos os violadores das leis e da justiça. Veja-se a pag. 199.

D. Fernando o Formoso, 10.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1367 até 1383.

A fraqueza, incuria e leviandade deste Monarcha, filho da Raiuha D. Constança, destruirão em pouco tempo todo o bem que tinha feito seu pai, D. Pedro I, a quem succedeu, e o reino teve de soffrer todos os revezes e as vicissitudes do Soberano. Inteiramente occupado de prazeres, não soube elle nunca governar com acerto, fazer a guerra ou a paz em tempo opportuno; mudando incessantemente suas alliançcas, ora com os Mouros, com os Inglezes, com Castella ou Aragão, tornou-se suspeito a todos e por nenhum foi respeitado ou bem auxiliado. Irresoluto em todas as cousas, hesitou por muito tempo

em decidir-se pelo celibato ou matrimonio, e mais tarde prometteu solemnemente cinco vezes sua filha a diversos principes, antes de a casar com D. João I de Castella, ao qual tambem fez a guerra por duas vezes; mas o seu resultado não lhe foi favoravel, vendo-se obrigado a comprar a paz com dolorosas condições.

Nascêra no anno de 1345, e subindo ao throno na idade de 22, grande foi o contentamento do povo por ver nelle um principe na flor da idade, elegante, formoso, affavel e generoso: porém as esperanças que fazião conceber estas bellas qualidades forão brevemente substituidas pelo descontentamento que lhe causou sua irregular conducta, a qual desfez e alterou a prudente reforma que seu pai alcançara com tanta perseverança. Proclamado que foi, offereceu sua amizade e soccorro a D. Henrique II Rei de Castella, usurpador do throno, e apenas vio vacillante a sua fortuna o abandonou. Quando este fez morrer a seu irmão, Monarcha legitimo, então D. Fernando tomou para si o titulo de Rei de Castella, como bisneto de D. Sancho IV o Bravo; mandou cunhar moeda com as armas dos dois reinos, acolheu e encheu de mercês alguns fidalgos castelhanos descontentes, e conseguio pôr sob seu mando algumas praças da fronteira. O bom acolhimento que em Portugal achavão esses descontentes attrahio grande numero delles, e El-Rei dando-lhes com largueza villas, senhorios e dinheiro, se vio em pouco sem ter para os seus: julgava elle impossivel esgotar os thesouros que os tres ultimos Reis havião accumulado.

Todavia, como para obter um reino não basta um bando de descontentes, ligou-se então com o Rei mouro de Granada e o d'Aragão, pedindo a este sua filha Leonor para esposa. Com a pouca gente que pôde reunir entrou pela Galliza, onde tomou algumas praças; mas D. Henrique o fez bem depressa retirar, e entrando com as suas

forças em Portugal apoderou-se de Braga e fez grandes estragos na provincia. Entretanto mandava D. Fernando embaixadores a Aragão para se concluirem as negociações e 1,800 marcos de ouro para as despezas da tropa que ahi tomára a seu soldo. Fez tambem preparar uma esplendida galé com enxarcia e velas de seda, a qual, comboiada por outras seis, deveria conduzir a Portugal a princeza D. Leonor. Chegou esta armada a Barcelona, e quando já por procuração estava feito o casamento, ajusta D. Fernando as pazes com D. Henrique de Castella, obrigando-se a desamparar os seus alliados e auxiliar este Soberano contra todos os seus inimigos, casar com sua filha, recebendo em dote dinheiro e algumas praças nas fronteiras. Em vingança deste procedimento o Rei de Aragão lhe tomou as grandes sommas de dinheiro que lá tinha. Neste apuro appellou para um fatal recurso, o dos máus politicos, levantando o valor da moeda que restava, porém isto tão fóra de tempo, que o remedio não foi menos pernicioso que o mal.

Novos desatinos vierão ainda augmentar estes. Vio El-Rei D. Fernando a D. Leonor Telles, irmãa do conde de Barcellos e casada com João Lourenço da Cunha, e logo ficou tão cegamente apaixonado de sua formosura, que esta terceira Leonor lhe fez esquecer a de Aragão e a de Castella. Valeu-se de D. Maria Telles, irmãa della, para medianeira de seus intentos; porém esta senhora lhe fez as mais prudentes representações sobre a indecencia resultante de um tal consorcio: nada foi capaz de abalar D. Fernando, e por desgraça foi esta a unica vez que teve constancia. Nem os sabios conselhos de D. Maria para com sua irmãa forão mais proveitosos, pois, orgulhosa com a esperança de se ver Rainha, annuio logo aos projectos do fascinado Rei, o qual tratou immediatamente de annullar o casamento della com João L. da

Cunha sob o pretexto de parentesco sem dispensa: ao que este fidalgo não fez grande opposição prevendo o resultado, e retirando-se para Castella se concluio brevemente o negocio. Havendo-se occultamente desposado com Leonor, o povo de Lisboa, desgostoso deste casamento, se amotinou, e, dirigindo-se ao palacio Real, de noite, commettêra algum excesso, se o Monarcha, para o socegar, não declarasse que não estava casado com Leonor, promettendo ir no dia seguinte jurar o mesmo na igreja de S. Domingos. Entretanto retirou-se occultamente para Santarem, donde, julgando apaziguado o descontentamento do povo com o castigo e prisão dos cabeças de motim, partio com a formosa noiva para Braga, e ahi fez publico o seu consorcio, ordenando que toda a côrte e nobreza fosse beijar a mão á Rainha; e porque o infante D. Diniz, seu irmão, filho de D. Ignez de Castro, não annuio a isso, elle transportado de colera o quiz matar, do que o infante se salvou refugiando-se em Castella.

Tudo pôz em pratica a nova Rainha para firmar o seu predominio no animo do fraco D. Fernando, o qual, sabendo que o duque de Lencastre, filho de Duarte III de Inglaterra, tinha pretenções por cabeça de sua mulher á corôa de Castella, ligou-se com elle, para o que mandou ministros a Inglaterra, postergando os tratados que tinha com Henrique II, successor e assassino de seu irmão Pedro o Cruel, e esquecendo-se que elle proprio fôra pretendente da mesma corôa. Este, junto a outros aggravos, fez com que o Rei de Castella invadisse Portugal, e tomadas Coimbra, Guarda, Viseu e outras praças, marchasse sobre Lisboa. Dos muros de Santarem, onde residia, vio D. Fernando o exercito castelhano avançar para esta cidade, sem elle a poder soccorrer. Apoderou-se logo o inimigo das circumvisinhanças e embarcações que se achavão no Tejo; mas pela perda que soffrêra

na sua gente teve de levantar o cerco e retirar-se. Igualmente em Tras-os-Montes e Minho havião causado grandes estragos, porém a falta de apoio na povoação paralysou suas emprezas. Finalmente avistarão-se os dois Reis defronte de Santarem, no Tejo, e concordárão em suas mutuas pretenções.

Augmentava entretanto o espirito popular contra a Rainha Leonor, vendo o modo com que abusava da cega paixão d'El-Rei, dando aos seus validos os empregos mais consideraveis. Outras circumstancias pozerão remate ao odio que lhe ia votando a nação. Casára-se com sua irmãa D. Maria Telles o infante D. João, seu cunhado; porém, invejosa D. Leonor da affeição que os Portuguezes mostravão a este segundo filho de D. Pedro, a quem por ventura a pouca saude de D. Fernando dava algumas esperanças de chegar a reinar, tendo ella apenas uma unica filha, Beatriz, e sua irmãa diversos filhos, urdio contra ella a mais atroz perfidia. Fez Leonor pois conceber ao infante fortes suspeitas sobre a conducta moral de sua esposa, e taes ciumes lhe incutio, que este parte arrebatado e furioso para Coimbra, e, sem mais averiguações, ahi mata a innocente ás punhaladas. Tendo obtido o perdão deste crime, voltou á côrte, mas logo conheceu que a Rainha o enganára, e sabendo que, a instigações suas, os parentes da assassinada tratavão tambem de lhe dar igual supplicio, retirou-se para Castella. Esta hedionda traição da Rainha a ninguem foi occulta senão ao embrutecido Rei Fernando. Proseguindo em seu desleixo, fez um tratado com D. João I de Castella ajustando o casamento de sua filha D. Beatriz, já promettida ao irmão do mesmo. Ainda bem este tratado não estava assignado, quando D. Leonor achou meios de o dissolver, induzindo El-Rei a alliar-se de novo com o duque de Lencastre que trabalhava por revindicar os seus direitos á corôa de

Castella. Era motor deste conluio o mui celebre João Fernandes Andeiro, fidalgo castelhano, que tendo-se refugiado em Portugal alcançára os particulares favores da Rainha, e por via della grandes mercês.

Renovada a guerra com Castella, soffreu o reino alguns estragos, tanto por mar como por terra, e já o exercito castelhano marchava sobre Lisboa quando aportou ao Tejo uma esquadra ingleza commandada pelo irmão do duque de Lencastre. Forte com este soccorro, conseguio D. Fernando expulsar os Hespanhóes de Portugal, e apaixonado pelos Inglezes, ajustou logo o casamento de sua unica filha Beatriz com o filho do conde de Cambridge, casamento que teve o mesmo effeito dos antecedentes.

Continuou a guerra por alguns annos com perdas de ambas as partes, até que introduzindo-se a desunião entre Portuguezes e Inglezes, abandonou El-Rei a alliança destes e ajustou a paz com Castella. Os muitos favores porém que a Rainha L. Telles fazia a João Fernandes Andeiro, conde de Ourem, erão já o objecto das murmurações da côrte e do povo, e forão em augmento até seu tragico fim, como adiante veremos.

Concluio-se finalmente o casamento da infanta Beatriz com o Rei de Castella. Como o estado de saude de D. Fernando lhe não permittia ir pessoalmente, encarregou a Rainha da conducção e entrega da princeza, funcção que teve lugar em Elvas com a mais esplendida magnificencia. Emquanto D. Leonor e o seu valido Andeiro ahi se demoravão em festas, veio El Rei a ser sabedor da natureza das relações que entre elles havia, o que o enfureceu tanto que chegou a ordenar ao Mestre de Aviz que na primeira occasião opportuna o matasse. Todavia razões de politica fizerão revogar esta ordem, a qual ficou em tanto segredo que nunca D. Leonor teve della noticia. Este desgosto aggravou a tal ponto as molestias do

enfraquecido D. Fernando, que depois de crueis padecimentos desceu á sepultura em Outubro de 1383 na villa de Santarem, com 38 annos de idade e quasi 17 de reinado. Nelle acabou a linha directa da dynastia Affonsina.

Um historiador pintou este Rei em poucas palavras, dizendo: « Que fôra mediocre com discrição e fraco com esforço. » Com effeito se a grande inconstancia de seu caracter e a sua fatal paixão por D. Leonor causárão graves damnos aos povos, não se pode negar que fez tambem algumas cousas boas em seu favor. Mandou, por exemplo, arrazar os muros de Evora que existião desde o tempo de Sertorio, o que excitou grande descontentamento; mas fez levantar outros novos com que a cidade ficou mais bem fortificada; tambem cercou Lisboa de fortes muros, parte dos quaes ainda existem (1850) assim como a Santarem, Vianna, Almeida e outras povoações: fez excellentes leis sobre a agricultura e o commercio. Na segunda guerra que teve com Castella creou os dois grandes cargos de *condestavel* e de *marechal*. Foi tal a sua prodigalidade, que só de uma vez fez presente a D. João Affonso de Moxica, fidalgo castelhano, de 30 marcos de ouro, 30 cavallos e 30 mulas com riquissimos jaezes e varias andainas de tapeçarias, alem das terras que lhe dôou. Mostrou-se mui contrito do seu proceder nas vesperas de expirar, e pedio perdão a seus vassallos dos males que lhes causára, vindo por isso elles a mostrar mais sentimento pela sua morte do que lhe mostrárão affecto em vida.

« É durante o seu reinado, diz Mr. Ferd. Denis, que se publicárão a maior parte dos actos administrativos que d'algum modo compensão os numerosos erros que praticou. Uma de suas mais meritorias acções foi de comprehender nessa epoca qual era o verdadeiro papel que Portugal tinha de representar no mundo pela sua marinha. Occupou-se pois com perseverança digna de louvor desta

parte da administração, e é até do seu reinado que datão os seguros maritimos em Portugal. Começavão então os grandes pinheiraes mandados plantar por D. Diniz a realisarem para a construcção naval as previsões deste prudente Monarcha: D. Fernando concedeu á marinha mercante de nelles se abastecer gratuitamente de seus materiaes: então se construirão em regra grandes embarcações, fazendo tudo quanto estava em seu poder para favorecer a navegação de longo curso e o commercio exterior: pode-se considerar esta como a pagina de rehabilitação apóz as que o ferrete da inconstancia e fraqueza alcunhou seu reinado. Entretanto, durante elle sempre o mal excedeu o bem: em 1381, por exemplo, rompeu abertamente com Castella, e foi então que chamou, a titulo de alliados, os Inglezes ao reino, empregando para conseguir seus intentos um homem de quem a antiga lealdade portugueza nunca proferira o nome sem rancor ou desprezo. O conde de Ourem J. F. Andeiro, foi enviado por El-Rei a Londres para ahi reunir todos os elementos de uma guerra cujos resultados tinhão de lhe ser fataes. Este odioso trama teve por primeira consequencia a deshonra do Monarcha. Na volta de sua missão secreta, fôra Andeiro recebido por D. Fernando no seu palacio; a Rainha o amou, e o adulterio formou mais um elo á cadeia de seus outros crimes. Quanto á desastrosa guerra objecto da negociação do seu complice, não conta Portugal epoca alguma mais fertil em roubos e atrocidades de toda a especie. Os Inglezes introduzidos no reino como amigos e debaixo do estandarte de Lencastre, nelle commetterão tão horrendos crimes, que até se não presenceárão nas calamitosas guerras com os Mouros. A propria infancia não esteve ao abrigo da desenfreada e brutal lubricidade soldadesca, que não podião reprimir os chefes. (Veja-se *Fernando Lopes.*) Tivêrão essas atrocidades a

final um termo quando João I de Castella concluio a paz em 1383 casando com a infanta D. Brites ou Beatriz. Dizem que á noticia desta paz tão desejada, tanto Castelhanos como Portuguezes cançados de tão desastrosa guerra, mas principalmente desses homens do Norte, que ambos igualmente detestavão, se prostravão em terra ou de joelhos nos acampamentos oppostos dando graças a Deos. A guerra encarniçada e implacavel, como a fazião os Inglezes, lançára a perturbação nessas almas cavalheirosas dos Iberios que ao mesmo tempo se arrependião de sua alliança e de suas victorias. »

Interregno e Regencia de 1383 a 1385.

Com a morte de D. Fernando ficou Portugal em grande desordem pela oscillação do governo, sendo diversos os que se julgavão com direito a elle. Segundo as leis de Lamego e o contrato de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castella, pertencia-lhe a successão do reino, e a regencia á viuva D. Leonor. Os infantes filhos de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro pretendião legitimo direito á corôa, affirmando ser D. Beatriz filha adulterina. Os grandes estavão divididos em parcialidades, o povo descontente; tudo era desordem e consternação.

Apenas D. João de Castella soube da morte de seu sogro, requereu que se fizesse acclamar Rainha D. Beatriz. Assim o cumprio D. Leonor Telles; todavia não faltou tanto em Lisboa como n'outras terras quem interrompesse essa acclamação, gritando : « Viva o nosso legitimo Rei D. João, filho d'El-Rei D. Pedro e D. Ignez! » Isto sabido pelo Rei de Castella, ordenou se pozesse este infante em estreita prisão, de cuja pessoa se tinha asse-

gurado com antecedencia, e mandou reunir o seu exercito para invadir Portugal.

A regente, entretanto, receando muito do Mestre de Aviz D. João, lhe offereceu o governo do Alemtejo, afim de o afastar do povo de Lisboa, de quem era bemquisto: aceitou elle a nomeação e partio; porém Rui Pereira, o chanceller Alvaro Paes e o Conde de Barcellos, irmão da Rainha, não podendo soffrer a união de Portugal a Castella, e considerando que era de necessidade desfazerem-se do Conde de Ourem, communicárão este parecer ao Mestre de Aviz, o qual, depois de pesar bem o negocio, se encarregou de o matar. Para este fim voltou logo á côrte na companhia dos sobreditos fidalgos, e com elles foi ao paço com o pretexto de conferir com a Rainha, e ahi, chamando de parte para outra sala o Conde de Ourem, o apunhalou, e Rui Pereira o acabou de matar. Mandou depois D. João fechar as portas do paço, e afim de conhecer o animo do povo despedio alguns partidarios seus para que fossem gritando pelas ruas que lhe acudissem porque se achava preso no aposento da Rainha. N'um instante appareceu armada a immensa povoação de Lisboa correndo a libertar o infante. Seguro elle de que o povo adoptava a sua causa, mandou abrir as portas, publicou a morte do Conde, e com grande regozijos foi conduzido triumphante para casa.

No meio desta confusão o arcebispo de Lisboa, assustado da desordem em que via toda a cidade a tomar armas e correndo para o palacio da Rainha, que era no Limoeiro, perto da Sé onde elle assistia, subio a uma das torres e mandou tocar os sinos a rebate. O povo enfurecido porque o arcebispo era Castelhano arromba as portas, sobe á torre, precipita-o de lá abaixo, e, atando-lhe uma corda ás pernas, o arrasta pelas ruas até o Rocio, onde ficou exposto, e no dia seguinte lá mesmo

o enterrou. Quanto aos que defendião o castello de Lisboa e recusavão entrega-lo, corrêrão muitos dos populares ás casas dos que tinhão familia, e, trazendo-lhes ante os portões as mulheres e filhos, os ameaçavão de matar á sua vista se logo o não entregassem, o que elles fizerão para evitar maiores desgraças. Então foi o Mestre de Aviz acclamado defensor da nação e regente do reino, jurando defendê-lo contra os Castelhanos.

A Rainha retirou-se para a sua villa de Alemquer acompanhada das pessoas que seguião o seu partido. D'ahi mandou com grandes instancias pedir ao Rei de Castella que viesse com todas as suas forças tomar posse de Portugal, o que brevemente teve lugar entrando elle pela Beira e apossando-se da Guarda, que lhe foi entregue pelo bispo, chanceller da Rainha. D'ahi partio para Santarem, onde, encontrando-se com ella e alcançando a custo a cessação da regencia que lhe pertencia, se fez acclamar Rei de Portugal e Algarves. Muitos lugares e homens notaveis lhe prestárão obediencia; algumas praças recusárão fazê-lo, e entre ellas Coimbra, cujo governador, D. Gonçalo Telles, apezar de ser irmão da Rainha, nunca se lhe quiz render, o que tanto desgostou o Rei castelhano contra sua sogra, que com ella rompeu julgando-se atraiçoado. Tambem alguns dos fidalgos que ao principio tomárão o seu partido, não lhe encontrando aquella generosidade que esperavão, começárão a desgostar-se; de sorte que se ia tornando difficil ao novo Soberano o sustentar-se no throno com que contava: ia porém tratando de reunir forças, para cercar Lisboa, esperando com a posse da capital assegurar a de todo o reino.

Apenas o Mestre de Aviz tomou o titulo de regente, começou a dar as mais politicas providencias para a defeza do reino. Com prudente escolha nomeou conselheiros que o auxiliassem nessa custosa tarefa. Como o

antigo chanceller Alvaro Paes estava impossibilitado pela sua idade de exercer este emprego, o deu o regente a João das Regras, celebre jurisconsulto, que pelo seu immenso talento e eloquencia gozava de grande autoridade. Ao insigne D. Nuno Alvares Pereira, nomeou fronteiro-mór ou governador do Alemtejo. Mandou embaixadores á Inglaterra para formar alliança com o duque de Lencastre e obter soccorros de gente e munições; finalmente nada esqueceu a fim de engrossar o seu partido. Para occorrer ás despezas da guerra, valeu-se dos bens daquelles que seguião a facção castelhana denominados *Chamorros*, apossou-se da prata das igrejas, e obrigou o clero a contribuir para as mesmas despezas.

Todavia, apezar de todos os seus esforços, não havia probabilidade do regente poder resistir ao grande poder de Castella e partido de D. Leonor, se entre estes se não mettesse a discordia. A Rainha julgou-se tão offendida do procedimento que seu genro teve com ella, que cega de colera chegou a tramar uma conjuração contra a vida delle. Era principal cabeça deste trama o Conde de Transtamara, primo do mesmo Rei, ao qual D. Leonor promettêra com a sua mão o throno de Portugal; porém, descoberto o segredo, o Conde salvou-se na fugida, e a Rainha foi mandada presa para Castella. Servio isto de grande proveito para o Mestre de Aviz, por trazer ao seu partido muitos daquelles que até ali havião seguido o da usurpação. Resolveu então o Monarcha hespanhol levar tudo á força d'armas. Mandou apromptar em Sevilha a sua esquadra para accommetter Lisboa por mar ao passo que a atacaria por terra, e emquanto não chegavão as grandes levas de gente que para este fim mandou fazer, destacou corpos de guerrilhas a fim de assolarem todas as terras onde entrassem. A tudo acudio o regente mandando retirar para o Porto os navios que se achavão

no Tejo, e a D. Nuno Alvares Pereira ordenou que com toda a gente que podesse reunir atacasse os Castelhanos. Assim o fez este esforçado capitão, e, posto que muito inferior em forças, accommetteu o inimigo e alcançou sobre elle a famosa batalha dos *Atoleiros*, junto á villa de Fronteira, expulsando-o do Alemtejo.

Logo que o Monarcha invasor soube da chegada da sua frota ao Tejo, e havendo já recebido os reforços que esperava, marchou com o seu numeroso exercito para Lisboa. Era diminuta a força que guarnecia esta cidade; suppria porém ao numero a valentia e prudencia do regente, de sorte que os cercados não só se defendião com audacia, mas até fazião repetidas sortidas com damno dos sitiantes. Entretanto a esquadra portugueza reunida no Porto depois de ter feito presas nas costas de Hespanha, veio bloquear no Tejo a castelhana que até então havia combatido a cidade. Declarou-se ao mesmo tempo uma aguda epidemia no acampamento inimigo, a qual lhe fazia tal estrago, que o Rei se resolveu a tentar os meios da negociação.

Mostrou-se o Regente então disposto a entrar em ajustes para entretanto dar tempo a ir o contagio destruindo os inimigos, o qual chegando a alcançar a Rainha D. Beatriz, levantárão precipitadamente os Castelhanos o cerco e se retirárão para suas terras com os destroços restantes do exercito com que entrárão. No meio da alegria que sentio o povo de Lisboa, dava grandes louvores ao valor e vigilancia de D. João. Para o alliviar pois da fome que já era grande, e consideravel a mortalidade, sahio logo elle a campo com toda a gente de guerra.

O Monarcha castelhano comtudo não abandonou as suas pretenções, antes começou a levantar novo exercito para as sustentar, e não se confiando só nas armas, recorreu ao vil meio da traição. Mandou propôr ao conde de

Transtamara, que ha pouco havia tramado contra elle, para ser restituido á sua graça, o assassinar a D. João. Este aceitou o partido e para realisa-lo se colligou com D. Pedro de Castro, a quem o mesmo Regente salvou a vida quando elle traiçoeiramente quiz entregar Lisboa aos Castelhanos; foi porém descuberta a conjuração. Neste comenos fez elle uma acção digna de ser memorada: João Duque, um dos conjurados, que pôde salvar-se na fuga, tendo em seu poder alguns prisioneiros portuguezes, por vingança mandou cortar as mãos e os narizes a seis delles, e assim os enviou a D. João. Enfureceu-se este tanto com tal barbaridade, que no primeiro transporte deu ordem para que se fizesse o mesmo a seis Castelhanos; porém logo entrando em si a revogou dizendo: « Assaz desafoguei a minha colera em dar essa ordem; porém vergonha fôra o executa-la. »

Apezar de algumas vantagens que tinha obtido o Regente, conhecião os homens sensatos que tal estado de cousas não podia subsistir, e que para salvar a independencia nacional era preciso eleger um Rei que reunindo os votos da nação, pozesse termo ás demais pretenções. Para este fim se convocárão as côrtes no anno de 1385 em Coimbra. Nellas fez o arcebispo de Braga o discurso de abertura, e logo depois o chanceller João das Regras em uma eloquente peça oratoria sustentou que: « Estando o reino vago pela falta de legitimos successores a quem por herança pertencesse a corôa, tinha a nação, legitimamente representada nos seus Tres Estados, o incontestavel direito de eleger um Rei a seu arbitrio, e que neste caso ninguem o era mais digno que D. João, Grão-Mestre d'Aviz. » Sustentavão porém outros opinião contraria, e entre elles o illustre fidalgo D. Vasco da Cunha, dizendo: « Que tendo sido authenticamente reconhecido o casamento de D. Pedro I com D. Ignez de Castro, per-

tencia por isso a corôa a seu filho D. João. » O que começara a eloquencia de João das Regras completou o valor do condestavel D. Nuno, porque vendo que a opposição á eleição do Regente era sustentada por elle proprio Regente em favor de seus outros dois irmãos, cedendo aos laços do sangue interesses pessoaes, puchou pela espada e com ella quiz responder ás razões dos que seguião a mesma opinião: prohibio-lho porém D. João, não consentindo que se violentasse ninguem.

Fez então elle o seu discurso, mostrando que o reino se achava dividido em parcialidades e ameaçado pelas poderosas forças de um Rei estranho; que nesta extremidade só um Monarcha sabio e valoroso o poderia salvar da sua total destruição, e que portanto era indispensavel nomear este Rei. Impugnou, como já o fizera o chanceller, a validade do casamento de D. Pedro I com D. Ignez, ficando pois seus dous filhos sendo tão illegitimos como o Mestre d'Aviz, alem de que um delles, o infante D. João, se achava preso em poder do Castelhano; e que não sendo a nação culpada da desgraça desse principe, não devia tambem perder-se por elle. Sustentou as razões que excluião succeder no throno portuguez D. Beatriz por illegitima e seu marido ser estrangeiro. Concluio a final que sendo igualmente contrarios os direitos dos tres pretendentes, pois que nenhum se fundava em legitima successão, competia ás Côrtes nomear um Rei que mais conviesse á nação: que este era sem duvida D. João d'Aviz, unico capaz de a salvar da ruina. Mostrando-se então a isso inclinados os procuradores do povo, pedio o Regente a palavra e foi ouvido com profundo silencio. Mostrou em seguida: « Que as infelizes circumstancias actuaes do paiz o ameaçavão a prestes succumbir ás forças da nação visinha: ponderou os males que os Portuguezes terião de soffrer debaixo de uma potencia tanto sua inimiga e rival

Dilatou-se na exposição dos perigos e apertos a que se exposera como Regente para salvar a patria do jugo castelhano. Declarou que não pretendia ter direito á corôa nem a desejava, e estava prompto a reconhecer tanto D. Beatriz como o infante D. João por Monarchas e para qualquer delles defender o reino. Que sabia todos os pesados encargos de um Rei, por isso os temia, conhecendo faltarem-lhe as qualidades precisas para os satisfazer; porém que estava prompto a aventurar tudo para manter a liberdade da nação, e conservar o reino a seu legitimo possuidor. »

A modestia com que o Regente se escusava da corôa, foi o que mais concorreo para lha assegurar. Era facil perceber o fim a que se dirigia nesta falla: portanto sem gastar mais tempo em inuteis debates, reunirão as côrtes os seus votos, e a 6 d'Abril de 1385 foi o Mestre d'Aviz D. João, acclamado Rei de Portugal, sendo Vasco da Cunha, o chefe da opposição, um dos primeiros que o reconheceo e lhe foi offerecer os seus serviços, respeitando o voto geral da nação. Acabou deste modo um interregno de anno e meio que tão funesto fôra ao paiz, dividindo-o em parcialidades, trazendo até aos muros da capital um exercito inimigo e generalisando uma cruenta guerra. Com a acclamação de D. João I começárão as esperanças de se verem sanados tantos males, esperanças que o seu prudente e vigoroso reinado conseguio realisar.

D. João I de Boa Memoria, 11.° Monarcha de Portugal

Reinou desde 1385 até 1433.

Acolheu-se com enthusiasmo a escolha das côrtes de Coimbra, e brevemente se achou o novo Rei á frente de um exercito avido de combater.

Elevado ao throno aos 28 annos de idade, começou D. João I logo a mostrar-se digno delle, nomeando para os principaes cargos do Estado pessoas para elles habilitadas. Em seguida com o condestavel se apoderou de Braga, que presidiavão os Castelhanos, e outras praças, entre ellas Evora, com grande matança delles. Decidido então El-Rei de Castella a assenhorear-se á força de Portugal, tornou a entrar neste reino com um exercito de 38,000 homens, no qual vinha a flôr da nobreza castelhana, e assolando tudo até Trancoso, incendiou esta villa, porque junto della pouco antes tinha sido desbaratada uma divisão sua. Achava-se então El-Rei em Abrantes, donde sahio unicamente com 6,500 homens, (outros dizem 10,000), e á vista dos Castelhanos tomou posição nos campos entre Leiria e Aljubarrota. Rompêrão os inimigos o ataque, e com tanto impeto, que o condestavel, que commandava a vanguarda, foi obrigado a recuar. Fez então El-Rei abrir a sua linha, e accommettendo o inimigo pelos flancos, depois de um renhido combate o pôz em completa derrota. A maior parte da flôr do exercito castelhano foi passada á espada, e o seu Rei pôde apenas achar salvação na velocidade do seu cavallo; pois, correndo nessa noite nove leguas, distancia que ha do sitio da *Batalha*, a qual tambem chamão *Aljubarrota*, onde foi dado o combate, até Santarem, nesta ultima embarcou e se retirou para Sevilha. Perdêrão os Castelhanos nesta acção 10,000 homens com os seus principaes officiaes, sendo diminuta a perda dos Portuguezes; todos aquelles que seguião as bandeiras *chamorras* quasi que se esforçavão por morrer no combate, além de que erão logo mortos apenas ficavão prisioneiros: foi deste modo que pereceu o irmão do condestavel, o qual combatia contra a patria. Esta gloriosa victoria foi ganhada a 14 de Agosto de 1385, e dizem fôra tal o sentimento do Rei castelhano,

que por isso se vestio de luto e deu outras demonstrações de dôr, não pela perda de uma batalha, segundo dizia, mas por se ver vencido por tão pouca gente. Em commemoração della, e pelo voto que fizera, edificou o novo Rei junto ao sitio da acção o convento e sumptuoso templo de *Nossa Senhora da Batalha;* veja-se a pag. 83 do 1.º vol. Com a noticia deste destroço se rendêrão as praças que ainda estavão por Castella. Entrou neste comenos D. Nuno Alvares Pereira por esse reino, e junto a *Valverde*, 2 leguas distante de Merida, atacou o exercito inimigo desbaratando-o completamente. Cheio de gloria e de despojos, se recolheu o condestavel a Portugal, cuja sorte acabava de assegurar nesta campanha.

Premiou então D. João I de Portugal grandiosamente a todos que havião combatido pela sua causa, e ao condestavel fez Conde de Ourem. Em seguida, depois de recobrar Chaves, entrou pelo reino de Leão, onde foi pôr cerco a Coria, donde porém o obrigárão a retirar-se. Foi n'um momento de desgosto por ver mallogrado este cerco que esquecendo-se da sua costumada discrição disse gracejando: « Que não tomára Coria por lhe faltarem ahi os bons cavalleiros da *Table ronde* » (Tabola redonda, ordem de antiga cavallaria ingleza); do qual dito resentindo-se Mem Rodrigues de Vasconcellos, lhe respondeu: « Que se os bons cavalleiros lhe faltavão nas occasiões, a elles lhes faltava tambem o bom Rei Arthur, que melhor os soubesse apreciar. » Conhecendo El-Rei a indiscrição que commettêra, a reparou discretamente.

Em consequencia dos ajustes concluidos com o duque de Lencastre, entrou este em Portugal com um luzido exercito, trazendo comsigo sua mulher D. Constança, pela qual pretendia a corôa de Castella, e duas filhas. Com uma destas, Philippa, ajustou D. João I o seu casamento em 1387. Tendo continuado a guerra por algum

tempo com Castella, se retirou a Lisboa, onde enfermou, e o duque de Lencastre se embarcou com a sua gente, o qual, chegando a Baiona, concluio um tratado com o Rei castelhano, pelo qual seu filho primogenito devia casar com a outra filha do duque. Entretanto tornou D. João I a invadir a Galliza, onde tomou Tuy, e foi então que o Rei inimigo contractou com elle a paz, restituindo-se mutuamente as praças tomadas.

Pouco depois, morrendo este sem deixar filhos da Rainha Beatriz, cessárão com as suas pretenções os motivos de desintelligencia entre ambos os reinos, pelo que se prolongárão as tregoas por mais 15 annos, as quaes depois se convertêrão em tratado de paz. D. João, livre então de inimigos externos, reduzio e mutilou uma aristocracia poderosa que não podia deixar de ser objecto perpetuo de suspeitas a uma dynastia illegitima. Poucos Reis porém atacárão os nobres tão claramente e os domárão com tão pouco custo, nem se encontra um só que haja completado o seu estabelecimento monarchico com a mesma promptidão. Em toda a parte o abatimento dos grandes tem sido obra do tempo, de uma refinada politica e de felizes circumstancias. Sem duvida nada ha mais propicio para se fazer obedecer, como principiar o seu reinado com o gume de um punhal: em todos os tempos estes actos audaciosos e de feliz temeridade dominão os homens; o caso é ferir forte e justo, isto é, conseguir; porém a muitos audazes falta a ventura, e é isto o que restabelece os direitos da moral historica: nesse sentido foi a fortuna propicia a D. João.

Vemos portanto que a centralisação monarchica começa, e com ella o grande movimento social, industrial, do poder e da prosperidade dos Portuguezes, e já não tendo elles inimigos em torno de si, lanção as suas vistas para as praias fronteiras africanas, porque seu espirito

bellicoso necessita de batalhas, de acampamentos, das ondas do mar e das suas tormentas. Não podendo na rapidez forçosa da nossa narração entrar nessas individuações de costumes, citaremos um só rasgo assaz notavel para dar idéa do genio nacional nessa época.

Certos cavalleiros inglezes espalhárão em Londres uma violenta satyra contra algumas damas, com a qual atacavão ao mesmo tempo sua virtude, belleza e nascimento. Accrescentárão á deslealdade de um acto tão contrario ás leis do cavallheirismo um insolente desafio a todos os que ousassem desmenti-los. Ninguem se apresentou a favor das insultadas damas, as quaes então se dirigirão a El-Rei D. João I, casado com Philippa de Lencastre, sua patricia, supplicando-o lhes enviasse cavalheiros que as despicassem, pela fama que delles tinhão. Muitos se apresentárão, porém só 12 escolhidos por elle alcançárão essa honra (1390). Facil é imaginar o acolhimento que tiverão em Londres: o seu valor correspondeu ás esperanças das protegidas. Todos triumphárão dos campeões escolhidos pelos Inglezes. Foi o proprio Rei Henrique IV, dizem os chronistas, que designou o lugar do combate e distribuio as armas. Combatêrão com lança e espada, e as damas prodigalisárão a estes valentes estrangeiros coróas de flôres, lanças e espadas ornadas de disticos; alguns até lá se casárão. Este acontecimento forneceu um dos mais bellos episodios dos *Lusiadas*.

Havendo El-Rei posto boa ordem nos negocios do reino e provido á sua futura prosperidade, começou a attender aos grandes desejos em que ardia de voltar suas armas victoriosas contra os Mouros d'Africa, para o que mandou fazer grandes preparativos para guerra de mar e terra, occultando a todos a sua tenção, e só quando teve prompta a armada é que declarou á Rainha a resolução em que estava de ir pessoalmente estender os seus do-

minios além mar na Mourama. Sahio pois esta grande expedição de Lisboa, composta de 223 embarcações de guerra e transporte, na qual, entre soldados e marinhagem, iáo 50,000 homens. Chegando ao estreito de Gibraltar, mandou El-Rei aproar a Ceuta, a cuja vista chegárão a 14 de Agosto de 1415. Desembarcada a gente atacou a praça e a ganhou a 21 do mesmo mez, tendo grande parte nos perigos e na gloria dessa façanha os tres infantes seus filhos, D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro.

Todavia, apezar do bom exito desta empreza, houverão diversos votos no conselho sobre dever-se ou não conservar a praça. A maior parte era de opinião que se arrazasse esse receptaculo de pirataria que atormentava os Christãos, e assim poupar as grandes despezas que faria um presidio para a sua conservação. A isto acudio D. Pedro de Menezes, conde de Vianna, offerecendo-se para a defender contra o poder dos Mouros, concedendo-lhe El-Rei alguns contingentes. Foi approvado este partido, e se resolveu conserva-la, para o que se reparárão as suas fortificações e se purificou a mesquita maior afim de nella se celebrarem os officios divinos, e serem por elle armados cavalleiros os tres infantes companheiros de sua gloria e perigos. Tendo-lhe deixado uma forte guarnição ás ordens do valente D. Pedro de Menezes, se tornou a embarcar El-Rei com o resto da gente, e chegou a Portugal. Não tardou muito que se ligassem alguns regulos mauritanos para recobrarem Ceuta pondo-lhe apertado cerco; porém seu bravo governador attacando-os por terra e mar os derrotou sempre. Furiosos os Infieis, reunindo todas as suas forças e em grande multidão voltárão a pôr-lhe segundo cerco; informado porém El-Rei do grande aperto em que se ella achava, mandou seus dous filhos D. Henrique e D. João com uma poderosa armada em seu soccorro. Forão grandes as acções de intre-

pidez que então obrárão os Portuguezes, e muito mais trabalho houve em conserva-la do que em conquista-la; ficárão os Mouros desbaratados e ella nosso dominio.

Continuava pois com prosperidade o reinado de D. João I tanto na gloria das armas como nos negocios do interior, para o que ordenou ao chanceller João das Regras que colligisse em um corpo as leis do reino e lhe ajuntasse, traduzidas, as melhores do codigo de Justiniano. Em 1422 mandou que deixada a era de Augusto se usasse dahi em diante da de Christo já introduzida n'outros paizes. Ennobreceo o reino com muitos edificios grandiosos, entre elles o templo da Batalha, um dos mais grandiosos da Europa, de S. Francisco de Leiria, e diversos outros, assim como reedificou ou construio os paços Reaes de Cintra, Santarem, Almeirim e Lisboa: o sitio deste ultimo é duvidoso, por se julgar ter sido edificado ou no largo do Contador ou no da Abegoaria ou no Castello: augmentou tambem o d'Almada. Depois da tomada de Ceuta acrescentou ao seu titulo de Rei de Portugal e dos Algarves os de *d'aquem e d'alem mar em Africa.*

Conhecendo que as excessivas liberalidades e doações que fizera nos principios do seu reinado erão prejudiciaes aos interesses do Estado, revogou todas essas doações; mas ao mesmo tempo indemnisava os prejudicados. O principal delles era o condestavel D. Nuno, que não podendo alcançar a revogação dessa lei, mostrou querer sahir do reino; porém El-Rei o chamou á côrte e com termos de brandura e convincentes lhe expoz os motivos que o obrigavão áquelle procedimento, com o que o condestavel ficou satisfeito. Com os ecclesiasticos foi D. João muito mais feliz que seus antecessores, porque havendo elles nos outros reinados causado tantas dissensões, com elle se mostrárão tão razoaveis que não só lhe concedêrão a prata das igrejas quando lha pedio para

amoedar, mas até reconhecendo ser justo que concorressem com os demais vassallos a favor de um principe que se esgotava em defesa e gloria da patria, o socorrêrão com boa parte de suas rendas. Neste glorioso reinado tiverão principio esses famosos descobrimentos que tão vantajosos forão á mãi-patria bem como ao resto do mundo, e tanta honra ganhárão para o nome portuguez. O infante D. Henrique (vej. a pag. 418 do 1.° vol.) 5.° filho de D. João I mostrára desde seus tenros annos grande propensão para as mathematicas; aproveitou seu pai estas disposições dando-lhe os melhores mestres que então havião desta sciencia, na qual o principe se fez o mais perito do seu tempo. Depois da tomada de Ceuta teve a direcção dos negocios d'Africa, e com ella avultadas rendas, as quaes esse eximio patriota empregou em beneficio do seu cargo, a cujo adiantamento consagrou a sua gloriosa vida.

Para gremio de seus trabalhos e expedições, escolhera no Algarve, na ponta quasi mais occidental do continente europeu, um pequeno territorio ao qual denominou *Sagres*. Ahi estabeleceu uma especie d'academia mathematica, arsenaes e estaleiros onde se construião e equipavão á sua custa os navios que mandava debaixo da sua direcção descobrir novas terras e « mares nunca d'antes navegados » felicissima empreza da qual foi primeiro fructo o descobrimento da ilha do Porto Santo por Bartholomeu Perestrello em 1418 (veja-se a pag. 299 do 1.° vol.) e logo depois a Madeira por João Gonsalvez Zargo *ou* da Camara, e Tristão Vaz Teixeira. Estas ilhas deu o infante, como Grão-Mestre da Ordem de Christo, aos seus descobridores, onde se estabelecêrão e forão donatarios. Para mais pormenores veja-se a pag. acima citada e seguintes.

Continuava D. João I, no seio da paz de que gozavão os seus Estados, a dar-se todo aos cuidados da prosperidade de seus povos. Logo que as suas rendas tivêrão augmento,

cuidou em diminuir os tributos. Foi sempre estimado dos seus subditos pelo amor que tinha á justiça e pela affabilidade com que a todos tratava. A pezar disso não deixava de ser Rei inflexivel quando a occasião o exigia. Com profunda politica soube tambem formar vantajosas allianças para seus filhos adquirindo com ellas a boa correspondencia de Monarchas europeus. Aos seus antigos amigos sempre tratou com attenção, principalmente ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira por quem tinha tanta deferencia, que antes de emprehender qualquer negocio grave, sempre dizia: « Bom será que primeiro saibamos a opinião do condestavel. »

A morte deste grande homem, que havia já uns nove annos vivia retirado em devota vida no convento do Carmo de Lisboa que edificára, affligio sensivelmente o reconhecido Monarcha e amigo, e foi precursora da sua. Sentio desde então ir-se-lhe enfraquecendo a saude; e quando conheceu que se-lhe aproximava a morte, exhortou ao seu herdeiro D. Duarte a cumprir cuidadosamente os deveres de bom Rei, de bom Catholico, e em particular a concordia e amizade com seus irmãos. Falleceu finalmente a 28 de Agosto de 1433 com 76 annos de idade e 48 de reinado. Foi depositado na Sé de Lisboa até que um anno depois, por causa de peste que grassava, foi conduzido com extraordinaria pompa para o mosteiro da Batalha, que edificára, onde jaz com sua esposa e quatro filhos. (Veja-se o 1.° vol. a pag. 83.)

Foi D. João I o tronco da 2.ª familia Real portugueza, a de Aviz, dotado de gentil parecer e bem apessoado: o seu capacete e faixa d'armas que ainda se conservão, mostrão que havia de ser de grande estatura e muita força. Foi sem duvida um dos melhores e mais felizes Reis de Portugal, dotado de grande prudencia e profunda politica; soube sustentar-se no throno a que o amor dos

povos e não o seu direito o elevára, deixando seguro o sceptro para seus descendentes: foi sua morte muito sentida e chorada. Teve uma numerosa e illustre descendencia que já notámos a pag. 201, sendo della uma notabilidade o infante D. Henrique, insigne astronomo, a quem a Europa deve as vantagens que lhe tem vindo do descobrimento de innumeros paizes e dos seus progressos na arte de navegar. Fora do matrimonio teve a D. Affonso, conde de Barcellos e 1.° duque de Bragança, o qual casou com D. Beatriz Pereira, filha unica do condestavel D. Nuno donde descendem por varonia as actuaes casas reinantes de Portugal e do Brasil.

D. Duarte o Eloquente, 12.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1433 até 1438.

Na vida das nações, como na dos individuos, acontecimentos funestos ha que paralysão ou destroem os calculos da prudencia humana. Applicára-se D. João I, durante os ultimos annos de seu illustre reinado, a adestrar seu filho D. Duarte principalmente na pratica e theoria de reinar, a qual elle tão sabiamente exercêra: mostrára-se o principe digno de suas lições, e tudo parecia deste modo desmentir funestos vaticinios, porque, havendo-se destinado o dia para a sua coroação, um astrologo judeu lhe rogou de deferir essa ceremonia para outro dia, existindo nelle certas conjuncções de astros que lhe erão desfavoraveis e lhe prognosticavão grandes calamidades. Despresou porém El-Rei, como devia, taes superstições ou velhacarias de um embusteiro.

Para fugir á peste que grassava em Lisboa, retirou-se

para Cintra. Passou depois a Santarem, onde convocou côrtes, e nellas se tratou de reduzir a legislação portugueza a um codigo uniforme, obra que já fôra começada por J. das Regras na vida de D. João I, que só veio a concluir-se na de D. Affonso V, e por isso se ficou chamando *Ordenações Affonsinas*. Publicou igualmente leis contra o luxo tanto do vestido como da mesa, sendo elle e os grandes os que mais lhe prestarão observancia.

Desejando assignalar o seu reinado por alguma acção gloriosa que dilatasse os seus dominios d'Africa, pôz o negocio em conselho, e nelle se resolveu a tomada de Tanger. Para a execução da empreza preparou-se uma esquadra na qual devião embarcar 14 ou 15,000 homens ás ordens dos infantes D. Henrique e D. Fernando. Foi porém tal a precipitação com que sahio, que apenas se reunírão em Ceuta 7,000. Era sem duvida pequena força para tal intento; porém, não querendo os infantes dar tempo aos inimigos de se fortalecerem, decidírão marchar sobre Tanger. A 23 de Setembro de 1436 se pôz o cerco á praça. A isto acudio o Rei de Fez com grande exercito para a descercar e atacou os Portuguezes com denodo: estes se defendêrão com igual valor, chegando até a repelli-los; porém, entalados entre a praça e o exercito inimigo, cedêrão á immensa superioridade de forças. Ajustou-se por capitulação que ficaria em liberdade a gente portugueza, com a condição de se lhe entregar o infante D. Fernando como penhor da entrega da cidade de Ceuta. Recolheu-se depois D. Henrique com a frota para Lisboa, onde chegou tão envergonhado de se ver vencido, que dizia nunca mais ousaria pôr os olhos em El-Rei, e se retirou para a sua villa de Sagres.

Profundamente magoado D. Duarte pela cruel alternativa de entregar a praça de Ceuta ou de deixar seu irmão no captiveiro, convocou um grande conselho para de-

cidir esta delicada questão; foi porém a sua decisão que se offerecesse pelo infante avultado resgate, que se recorresse á intercessão de varios principes, e se praticasse emfim tudo para o resgatar, menos entregar uma cidade christãa portugueza a Mouros. Offerecerão-se com effeito ao Rei de Fez grandes sommas pela liberdade do infante; empenharão-se com os Reis de Castella e Granada, mas tudo sem proveito: respondia o Mahometano que tinha recebido o principe em penhor dos Christãos, e que o conservaria para mostrar como elles desempenharião a sua palavra. D. Fernando supportou o captiveiro com tão heroico valor e tão exemplar paciencia os máus tratamentos que lhe fizerão soffrer, que a final veio a alcançar a admiração dos proprios Infieis, vivendo entre ferros seis annos, findos os quaes passou a gozar o premio de suas virtudes e trabalhos que padeceu pela fé catholica. Foi seu corpo resgatado depois por D. Affonso V e sepultado no templo da Batalha, onde se lhe conserva anniversario como a martyr da igreja.

As fataes consequencias dessa expedição forão ainda aggravadas pelo estado em que se achava o reino, exhausto de dinheiro e diminuidas as rendas da corôa. Procurou El-Rei remediar tantos males com a publicação da *Lei mental*, que dizia elle ter-lhe sido recommendada por seu pai, e na qual se estabelecia que: « As terras da corôa, que tinhão sido doadas em premio de serviços, passarião aos herdeiros dos donatarios de varão em varão; porém, quando faltassem herdeiros varões, se devolverião para a corôa. » Esta lei racionavel foi-lhe aconselhada pelo antigo chanceller João das Regras, e muito notavel é que, sendo elle um dos incursos nella, porque só tinha uma filha, pedio a El-Rei dispensa da mesma, a qual obteve, graça que faz mais honra ao doador que ao supplicante em a pedir. Por muito tempo en-

curtou as despezas da sua casa para occorrer ás de uma armada que aprestava contra os Mouros para alcançar a liberdade do irmão, e no meio de outras diligencias se vio forçado a sahir de Lisboa para Thomar em consequencia de um violento contagio que ahi reinava; não foi porém invulneravel, e delle morreu em 1438 com 47 annos de idade e 5 de reinado. Jaz no templo da Batalha. Foi dotado de animo sublime, grande eloquencia, e dado á philosophia; escreveu um tratado com o titulo de *Leal Conselheiro*, outro sobre a equitação, em cuja arte foi muitissimo destro, e varios opusculos; veja-se a pag. 236 e 202. Teve em dote todas as qualidades de um eximio principe: assim tivera melhor ventura!

D. Affonso V o Africano, 13.° Monarcha de Portugal.

Succedeu em 1438; foi declarado Rei em 1446, e reinou até 1481.

Succedeu a D. Duarte em 1438 seu filho D. Affonso V com pouco mais de 6 annos, e logo uma viva inquietação precursora de desordens preoccupou os animos. A quem havia de pertencer a regencia do Estado e dirigir a educação do principe? Apezar de D. Duarte haver a tudo providenciado em seu testamento dispondo formalmente da regencia em favor da Rainha Leonor sua viuva, era ou não legal um direito que pertencia ser exclusivamente decidido em côrtes? Os irmãos do defunto Rei julgando-se habilitados a ter parte no governo excitavão o povo: apôz recriminações e murmurios seguio-se a revolta, accompanhada das mais hediondas circumstancias, como resumidamente o vamos expôr.

Nasceu Affonso V em 1432 e foi o 1.° a quem logo desde

seu nascimento se deu o titulo de *principe*, pois até então se dava ao filho do Rei herdeiro o de *infante*. Em sua ultima disposição declarou D. Duarte a Rainha sua espoza governadora absoluta do reino durante a minoridade do filho; porém os Portuguezes se mostrárão adversos a verem-se governados por uma mulher inexperiente e estrangeira, quando havião tantos principes do sangue talentosos e com nacional prestigio. Reinando esta dissidencia convocou-se côrtes em Torres-Novas, as quaes resolvêrão que á Rainha só ficaria pertencendo a educação do joven Rei, e a regencia do reino a seu tio D. Pedro, o qual era geralmente estimado do povo pela sua extrema affabilidade. Nestas côrtes celebradas em 1439, ordenou o infante que dahi em diante se desse aos Reis o tratamento de *Alteza*; até então tinhão o de *Senhoria*. A Rainha irritada retirou-se para Alemquer, e dahi para Crato onde auxiliada pelo Grão-Prior procurou levantar uma revolução contra o regente; vendo porém malogrados seus planos continuou inutilmente a querer em Castella empenhar o Rei bem como o de Leão em seu favor, mas estes a nada prestárão ouvidos. O conde de Barcellos tentou sustentar em Guimarães a sua causa, porém o regente marchando contra elle o fez depôr as armas. Seguro pois D. Pedro na regencia que a seu pesar aceitara, deu-se todo aos cuidados do governo, que dirigio com tanta prudencia e sabedoria que brevemente a nação se vio prospera no interior e respeitada dos visinhos: as leis forão exactamente postas em vigor, e a educação do joven Monarcha dirigida com o maior esmero. Teve sempre este sabio infante por unico fim de suas acções o bem dos povos a quem tratava com summa bondade. Foi tal em fim o seu governo, que o senado e moradores de Lisboa tentárão erigir-lhe uma estatua no Rocio, no que elle não quiz consentir, dizendo que se contentava com

as demonstrações de affecto que os povos lhe davão, sem aceitar aquelle publico monumento de seus sentimentos para se não expôr ao risco de o ver um dia derrubado pelas mãos da inveja.

Para penhor da sinceridade de sua reconciliação com o conde de Barcellos, seu irmão natural (veja-se a pag. 202), fez-lhe a mercê do senhorio de Bragança com o titulo de duque; porém isto em vez de lhe grangear a amizade do conde, servio só de augmentar o odio que lhe tinha e de o resolver a tentar todos os meios de o perder, só por espirito de inveja tanto da autoridade como da publica affeição de que gozava. Para esse fim começou o novo duque a atrahir a si alguns validos do Monarcha para que lhe fossem dispondo o animo contra a pessoa de D. Pedro pintando-lho como um temivel ambicioso de quem era prudente acautelar-se: não fizêrão comtudo estas intrigas astuciosas abalo nenhum no espirito de Affonso V, que sabia ainda fazer justiça ás virtudes do regente. Durante o governo deste, descobrirão os navegadores portuguezes as ilhas de Arguim em 1443, e em 1445 as ultimas dos Açores e Cabo-Verde com 60 leguas de costa mais para o Sul, cujos archipelagos mandou povoar.

Finalmente chegando D. Affonso V á idade que segundo as leis de Portugal os Reis erão julgados maiores, convocou o regente as côrtes, que declarárão a maioridade de seu sobrinho a quem então o infante entregou o governo, muito mais florescente do que quando o recebera 10 annos antes; deo em seguida contas da sua administração, pedindo perdão a El-Rei e aos povos dos erros que poderia ter commettido involuntariamente. As côrtes approvárão plenamente a sua boa regencia assim como o casamento de sua filha D. Isabel com El-Rei seu primo. Nesta occasião se houve o joven Monarcha com grande dignidade para com seu tutor sogro e tio, supplicando-lhe

quizesse continuar a ajuda-lo com os seus conselhos. As côrtes approvárão esta resolução, e os povos tambem com o maior prazer: continuou pois aindapor 2 annos o infante a dirigir o leme do Estado como até alli o fizera. Seus inimigos porém, que tinhão por chefe o duque de Bragança e o arcebispo de Lisboa, trabalhavão surdamente na sua ruina, insinuando no animo do joven Rei suspeitas sobre a sua rectidão, chegando até a dizer-lhe que o infante era demasiadamente ambicioso de governar ou antes de lhe usurpar a corôa. Posto que esta calumnia encontrasse apparencias de verdade em seu inexperiente juizo, e que se fosse esfriando a amizade que lhe tinha, não conseguirão os invejosos faze-lo expulsar da côrte, se o mesmo infante, desgostoso do modo com que era tratado, se não decidisse a retirar para as suas terras, o que deu mais azo aos seus inimigos para o calumniarem, tendo até a ousadia de accusa-lo de haver envenenado a El-Rei D. Duarte, a Rainha D. Leonor, e o infante D. João. Esta nefanda accusação não foi acreditada, e o infante D. Henrique partio logo de Sagres para vir justificar seu irmão, porém tambem a este fizêrão emudecer os calumniadores declarando-o complice. Todavia não faltárão defensores a D. Pedro, antes erão por elle os principaes nobres, e até D. Fernando filho 2.° do duque de Bragança, veio de proposito de Ceuta a Lisboa afim de defender o infante contra seu proprio pai. Porém o que mais notavel se fez nessa occasião, foi D. Alvaro de Almada conde de Abranches, o qual foi ao conselho revestido de todas as armas por baixo dos vestidos, e depois de ter feito a apologia da regencia do infante, levantou-se e disse: « Se alguem se atrever a sustentar que o infante D. Pedro duque de Coimbra não é fiel a El-Rei nem bom patriota, aqui estou prompto para o fazer confessar com a minha espada, que quem tal diz mente e é um aleivoso. » Os

inimigos de D. Pedro conseguirão comtudo perde-lo no animo do Monarcha: prohibio-se toda a communicação com elle, e se lhe ordenou que entregasse as suas fortalezas e armas. Quiz então elle vir á côrte mostrar a sua innocencia, e neste intento sahio de Coimbra acompanhado de um respeitavel numero de gente de pé e de cavallo. Foi este proceder logo classificado de rebellião, e o infante declarado traidor, pondo El-Rei as suas tropas em campo contra elle. Vendo-se assim aleivosamente acommettido teve de defender-se. Nada de mais tocante e nobre na vida deste grande principe que um triste acontecimento, que de ha muito prevêra ia ter lugar: quiz morrer com toda a dignidade de um homem que tinha manejado um sceptro, e convivido com muitos Reis da Europa. Reune elle então seus amigos, entre os quaes é mais notavel o conde de Abranches, um dos cavalleiros mais illustres e guerreiros da nação, e jurão de triumphar ou morrer ambos juntos: marchão sobre Lisboa com o seu sequito e chegando a Alfarrobeira, 3 leguas a N. E., encontrárão El-Rei com 30,000 infantes e 4,000 cavallos, que os esperava, força muito superior á do infante. Travou-se logo a peleja, e este foi morto quasi desde o principio (1449), o conde de Abranches e outros fidalgos que continuárão a pelejar como desesperados tiverão a mesma sorte. Ordenou D. Affonso que se não sepultasse o corpo do infante, o qual ficou tres dias no campo até que occultamente o forão sepultar em Alverca: veja-se a pag. 48 do 1.° vol.

Ainda assim não estava saciada a raiva dos seus inimigos: os filhos e amigos de D. Pedro forão perseguidos, e tivêrão de refugiar-se em Castella. Tal foi o fim desastroso do illustrado principe, innocente e digno de melhor sorte; regente, tio, tutor e sogro de El-Rei, que lhe pagou com ingratidão seu bom governo. Erão tão apreciadas na Eu-

ropa as suas boas qualidades, que o Papa e alguns Soberanos se empenhárão com Affonso V para que fizesse á memoria do infante a justiça que lhe era devida. Com effeito, passados tempos, reconhecida por exactas averiguações a sua innocencia, fez trasladar seus ossos para o mosteiro da Batalha, declarando por fieis vassallos não só a elle mas a seus filhos e todos os que seguirão o seu partido. Pouco depois em 1445 morreu a Rainha D. Isabel, havendo suspeitas de haver sido envenenada pelos inimigos de seu pai, os quaes vendo rehabilitada a sua memoria, receavão que delles se vingasse.

Em 1458 promulgando o Papa uma cruzada contra os Turcos, preparou Affonso V uma poderosa armada para concorrer na empreza a qual porém não teve lugar pela morte do Pontifice. (Veja-se a pag. 185.) Resolveu pois El-Rei emprega-la contra os Mouros d'Africa, e auxiliado por seu tio D. Henrique, dirigio-se com essa frota constante de 200 embarcações em que ião 20,000 combatentes, pôr cerco a Alcacer Kebir que logo tomou, e tendo-a entregado a D. Duarte de Menezes se recolheu com a frota ao reino. Desde então accrescentou aos seus titulos o de *Senhor de Ceuta e Alcacer Kebir* ou *Ceguer*. Trez vezes tentárão os Mouros recobrar esta praça, mas forão sempre repellidos por D. Duarte, e nessa occasião se creou a ordem da Torre e Espada.

Ambicionava muito D. Affonso a conquista de Tanger, praça marroquina, para vingar a derrota que nella tiverão os Portuguezes em tempo de seu pai, a qual custara a liberdade e a vida ao infante D. Fernando. Para este fim se fez de vella, e atacando a cidade com pouca tropa, foi completamente desbaratado, podendo salvar-se com grande custo. Para se vingar desta desgraça começou a fazer grandes estragos pelos campos visinhos, e ainda soffreria outra maior, qual era a de ficar prisioneiro, se o conde

de Vianna o não salvasse, a custo da propria vida, por que cahindo nas mãos dos Mouros foi morto com a maior barbaridade fazendo-lhe o corpo em miudos pedaços. Ficárão prisioneiros muitos homens da primeira gerarchia e officiaes, cujo resgate importou em grandes sommas.

El-Rei porém que conhecia quanto era conveniente para o commercio da Costa de Guiné, que já ia enriquecendo muitos dos seus subditos, o possuir algumas praças fortes nesse litoral, mal que teve restabelecido o seu thesouro, armou em 1470 nova frota, na qual embarcou muita gente ás ordens do duque de Viseu, seu irmão. Estes se houverão com tanta presteza e denodo, que logo tomárão Anafe no reino de Fez, situada no Oceano. D'ahi chegárão a D. Affonso informações tão favoraveis sobre outras praças importantes, que o movêrão a partir novamente para essas conquistas em 1471 com grandes forças, levando em sua companhia o principe D. João, herdeiro da corôa, e a maior parte da flôr da nobreza. Seguio sobre Arzila, que tomou apezar de grande resistencia e mortandade: neste ataque morreu gloriosamente o conde de Marialva, cujo corpo foi levado para uma mesquita, a qual El-Rei fez purificar para ahi armar cavalleiro o principe seu filho, no qual acto lhe disse, mostrando o cadaver do conde: « Deos te faça tão bom cavalleiro como aquelle que ali jaz! » Foi a preza, que na cidade se fez, riquissima: com duas mulheres do cheque d'Arzila e um filho resgatou-se o corpo do santo infante D. Fernando, que veio para o reino, e dos mais prisioneiros se tirou avultado resgate. A tomada desta então importante praça atemorisou de tal sorte os Mouros, que os de Tanger, cidade que lhe fica 11 legoas ao Norte e se julgava inconquistavel, a abandonárão, e da qual os Portuguezes logo se apossárão. Tão inesperada e importante acquisição encheu de jubilo

toda a nação. El-Rei, depois de haver providenciado na segurança de ambas, voltou para Portugal cheio de gloria e de despojos, pelo que obteve o cognome de *Africano*, de que muito se honrava. Mais feliz porém teria sido o seu reinado se a ambição de succeder na corôa de Castella lhe não causasse os desastres que amargurárão seus ultimos annos.

Havia Henrique IV de Castella casado com D. Joanna, irmãa d'El-Rei, e desta nasceu uma filha do mesmo nome, a quem os revoltosos hespanhóes chamavão *Beltraneja*, por a considerarem filha adulterina da Rainha e de D. Beltran de la Cueva, e não de D. Henrique, que declaravão impotente, apezar deste fazer patente em seu testamento, e antes, que era sua filha, e como tal herdeira. O Monarcha a quem tinhão votado á infamia vingou-se votando o povo aos desastres de uma cruenta guerra. Achava-se então viuvo Affonso V, e contratou com D. Henrique o casamento com a joven princeza, a quem depois chamárão a *excellente Senhora* (veja-se a pag. 203), adquirindo assim todos os direitos da successão. Induzido pelas proposições de algumas cidades e notabilidades castelhanas que se mostravão firmes em sustentar os direitos de D. Joanna, reunio um exercito de 25,000 homens, entrou em Castella, e foi em Placencia que primeiro vio aquella que por curto espaço gozou o titulo de Rainha, e que á espera das dispensas do Papa elle reconheceu (1475), por *simples promessa*, como sua esposa. Não pensára comtudo El-Rei nas serias consequencias da guerra em que se ia empenhar: mostrara-se em demasia confidente e ambicioso aceitando esse fatal legado que lhe disputava Isabel, irmãa de Henrique IV, e casada com D. Fernando de Aragão, o mais ardiloso principe do seu tempo, os quaes se intitulavão já Reis de Castella, excluindo da successão a princeza D.

Joanna com o pretexto de não ser filha de Henrique IV.

Esta guerra que durou até 1479 acarretou muitas desgraças a Portugal; durante ella teve lugar a celebre batalha de Toro (1476), da qual ambos os partidos cantárão victoria, porque, ao passo que D. Affonso era desbaratado, o principe D. João, seu filho, desbaratava os Castelhanos da sua parte, ficando a final triumphante no campo, d'onde só se recolheu depois de ter reunido o resto do exercito e feito retirar ao Rei Fernando, que, em desculpa de ser indecisa a victoria, dissera á Rainha Isabel: « Se o frango não tivesse vindo, teriamos apanhado o gallo » alludindo á valentia e pericia do joven principe. Os Portuguezes perdêrão neste combate perto de 4,000 homens, e os inimigos para mais, por serem mui numerosos, mas gente bisonha.

D. Affonso, a quem profundamente custára este desar, ficou tão affrontado, que, entregando o governo do reino a D. João, se embarcou no Porto com alguns fidalgos e foi aportar em França com o fim de obter de Luiz XI os precisos soccorros para continuar a guerra da successão. Foi recebido por este hypocrita e sagaz Rei com as maiores demonstrações de consideração, porém foi só isto o que pôde alcançar; porque, havendo-lhe ao principio promettido auxilio a fim de D. Affonso hostilisar D. Fernando, então inimigo da França, o entreteve com palavras que não tiverão effeito, e a final começou a negociar a paz com o mesmo Fernando e Isabel. Resentio-se tanto desta astucia Affonso V, que tomou a resolução de partir para Jerusalem e lá viver retirado o resto dos dias, escrevendo antes ao principe D. João, ordenando-lhe que se acclamasse Rei, porque elle não voltaria mais; comtudo, estando já de caminho alguns do seu sequito, o persuadirão a regressar para Portugal.

Entretanto havia o principe cumprido a ordem do pai,

fazendo-se acclamar a 10 de Novembro de 1477; porém a 15 do mesmo mez entrava D. Affonso pelo Tejo, e o filho o recebeu com prazer e respeito, e sem hesitar lhe entregou fielmente o governo. Queria D. Affonso que o principe conservasse o titulo e autoridade de Rei de Portugal e que elle ficaria com o de Rei do Algarve; porém aquelle lhe respondeu: « Que n'um reino não póde haver mais de um Soberano, e nunca consideraria abatimento de sua pessoa o ficar vassallo e sujeito de quem lhe dera o ser. » (*)

El-Rei restabelecido no throno continuou a guerra com Fernando e Isabel, profundamente magoado de ver privada sua sobrinha da corôa que lhe pertencia; mas depois de dous annos de inuteis tentativas ajustou a paz a rogos do principe D. João, estipulando-se da parte de Castella uma pensão para a dita princeza emquanto viva. (Veja-se a pag. 203.) Ao mesmo tempo continuavão os descobrimentos dos Portuguezes, e João de Santarem descobria a costa da Mina, de que resultárão grandes interesses ao commercio; Fernando Pó a ilha que tomou o seu nome, e a de Anno Bom; Fernão Gomes as de S. Thomé e Principe, algumas dos Açores e Cabo-Verde. Já em 1444 se havia estabelecido a *Companhia de Lagos* para continuar os descobrimentos e fazer o commercio da

(*) Referem diversos chronistas, a fim de caracterisarem D. João II, que, andando elle a passear nas margens do Tejo nesse mesmo dia com o duque de Bragança e o cardeal D. Jorge da Costa, quando recebeu a noticia da chegada do pai a Cascaes, sorprendido perguntou-lhes como o havia de receber; ao que o duque respondeu logo: « Como a vosso pai e Rei. » O principe ficou calado por alguns instantes, e depois, pegando n'uma pedra, a atirou com força contra o rio: o que sendo bem considerado pelo cardeal, disse em voz baixa ao duque: « Aquelle seixo nunca me ha de dar na cabeça; » e brevemente partio para Roma, resolução que o tempo mostrou acertada, conhecendo-se o tragico fim do duque no reinado do mesmo D. João II.

Africa, debaixo da direcção do infante D. Henrique. Em 1445 se descobrio o rio Barbacim, mais de 20 legoas ao Sul de Cabo-Verde, até o Gambia. Nesta viagem foi Luiz *Cadamosto*, e n'outra tres annos depois, descobrio a costa até o Rio Grande e quatro das ilhas de Cabo-Verde. Em 1449 se fundou o castello de Arguim, que foi a primeira povoação portugueza levantada no continente da Africa. Em 1469 descobrirão igualmente o Resgate do Ouro, que depois denominárão costa da *Mina;* alguns chegárão até 2 gráus austraes.

Finalmente quebrado de desgostos e trabalhos cuidou segunda vez El-Rei de abdicar em seu filho, e, partindo occultamente da côrte para se recolher ao convento do Varatojo, foi atacado de contagio em Cintra, e ahi morreu em 1481, no mesmo quarto onde nascêra, com 49 annos de idade e 43 de reinado. Foi D. Affonso dado ás sciencias e favorecedor dos sabios; fallava a lingua portugueza com tanta eloquencia como seu pai, tal que as suas fallas sempre parecião estudadas, e foi o primeiro Rei que ajuntou uma livraria, no paço d'Evora. Na guerra foi valoroso, porém na paz e na justiça descuidado, e nas mercês mais liberal do que permittia a estreiteza do reino, o que deu lugar a dizer o seu successor: « Meu pai deixou-me Rei só das estradas e praças. »

D. João II o Principe Perfeito, 14.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1481 até 1495.

Já vimos no precedente reinado o principe D. João representar um importante papel com o qual deu a antever que o seu governo em nada se assemelharia com

o de Affonso V seu pai. A nobreza principalmente e os que se tinhão aproveitado de sua leviandade temião o novo Rei. Mostrara-se um sempre generoso e clemente, o outro inspirara terror pela sua severidade: docil e credulo, Affonso V conferia graças e protecção a todos; seu filho só recompensava os serviços prestados, e olhava os cortezãos com desprezo. Seus pensamentos erão de alta esphera, seus projectos vastos, suas resoluções firmes, seus juizos decisivos; possuia pois todas as qualidades que formão um grande Rei, ao passo que seu pai nada mais tinha sido do que um homem honesto e valente cavalleiro.

Na idade de 16 annos se achara D. João na tomada de Arzilla e Tanger; em 1476 combateu valorosamente na batalha de Toro e durante a mysteriosa desapparição de seu pai a sua administração tinha sido habil. Proclamado segunda vez em Cintra no dia immediato á morte d'El-Rei, recebeu com altivez as homenagens do corpo da nobreza, as do clero com affectado respeito, mostrando-se porém benevolo e affectuoso com as do povo. Parece que havia já concebido o plano que tinha de seguir durante o seu reinado:—rigor para com os poderosos e fidalgos, e diminuição de sua autoridade em proveito do Rei;—respeito e algumas concessões ao clero afim de poder contar com o seu apoio e impedil-o de fazer causa commum com a nobreza;—acolhimento e liberalidade ao povo, inimigo natural dos cortezãos e o melhor defensor dos Reis.

Perante elle se humilhárão todos os privilegios, e todos os poderes, excepto o da igreja, se prosternárão. Não foi mais ao secretario de um ministro que se dirigirão as partes e os funccionarios de inferior classe; os castigos e as recompensas não baixárão mais do throno por agentes intermediarios. D. João, sempre vigilante e infatigavel, tudo quiz ver e conhecer. Para com elle as recommen-

dações erão inuteis; as graças sollicitadas em vão pela intriga, recusadas, e ião galardoar o mais digno, na sua obscuridade. Zeloso de conservar a riqueza publica assegurando a abastança de cada familia, mandou fechar algumas casas de jogo em Lisboa, e como apesar das suas ordens ainda nellas se reunião, mandou-as queimar, « Afim, dizia elle, de destruir por uma vez essas espeluncas onde o rico se arruina, o homem de bem se corrompe e o mau só encontra recursos para perseverar no mal. »

Era D. João II de poucas palavras, porém muitas vezes proferia alguns dictos-agudos mui caracteristicos. Estimava elle muito os guerreiros e gostava de lhes realçar o merito diante dos cortezãos. A um distincto militar que em certa occasião jantando com elle, deixou cahir o seu copo, cousa que provocou a riso aos fidalgos: « De que rides? perguntou El-Rei, deixou elle em Toro, Arzilla e n'outros lugares onde affrontou a morte, cahir a sua lança?» N'outra occasião disse a um homem que se expressava com acanhamento pedindo-lhe certa graça: « Já que tendes braços para me servir, porque não ter lingoa para me pedir recompensa? » Por vezes se prestava de boamente em pessoa a qualquer serviço eventual, emprestando até dinheiro do seu bolsinho. Um homem honrado do commercio querendo levantar certa quantia, pediolhe n'uma occasião urgente que se dignasse fallar-lhe com affecto passando em frente das loges de certos mercadores: querendo El-Rei saber até onde chegava a confiança dos seus subditos para com aquelles que honrava com sua affeição, consentio no singular pedido. No dia seguinte os mercadores offerecêrão ao negociante todo o dinheiro que precizava.

Tal era D. João II. Dissemos que a sua exaltação ao throno inspirara terror na classe da nobreza: este presentimento em breve se verificou. As guerras do prece-

dente reinado e pouca applicação de D. Affonso na administração publica tinhão produzido desordem e concussão em todos os ramos. O novo Monarcha estudou a acção governativa em todos os seus pormenores, e julgou descobrir que o grande mal procedia da demasiada autoridade que seu pai havia deixado tomar á nobreza. Celebrou com effeito côrtes em Evora no anno de 1481, e da nova forma de vassallagem nellas decretada que os grandes lhe devião render, assim como de mandar por todo o reino corregedores a conhecerem da execução das leis, com alçada sobre os ouvidores e mais justiças das terras dos donatarios, nascêrão as fataes discordias entre elle e a casa de Bragança. Ordenou tambem que não houvesse couto para os criminosos, e que estes fossem presos onde quer que se achassem, incluindo o seu proprio paço, e que todas as pessoas agraciadas com doações e mercês feitas por seus antecessores apresentassem os seus titulos para serem examinados. Estes continuos ataques sobre a aristocracia portugueza fazem presumir que o dominio da corôa se achava singularmente reduzido, e que de um ou outro modo os nobres no precedente reinado havião sabido reconquistar as doações incursas na *leimental* de D. Duarte. Esses titulos que tinhão da corôa D. João II os annullou pela maior parte; é este porém um facto pouco illustrado pelos historiadores. Ainda que seja obscuro, serve todavia a verificar a luta sempre subsistente entre o poder Real que se engrandecia, e a classe que forçadamente caminhava para o seu occaso. Os donatarios cessárão pois de ter nas suas terras o *direito de baraço e cutello* (jurisdicção até á pena ultima), as suas justiças forão suppridas por juizes Reaes cujos cargos ficárão accessiveis a qualquer nobre ou plebêo.

Esta reforma excitou o descontentamento da alta classe, que a olhava como um ultraje a seus antepas-

sados, que tinhão recebido esses privilegios em recompensa de serviços. Reunirão-se pois, resolvêrão advogar a sua causa perante os tribunaes, e encarregárão ao duque de Bragança desta delicada missão. Julgando este um dia a occasião favoravel, representou sobre o assumpto a El-Rei, o qual desabridamente lhe respondeu: « Que se tratava do interesse da nação; que, sendo elle Soberano, era o primeiro em observar as leis a isso conducentes; e que, em caso de resistencia, acharia meios de se fazer obedecer. » Desde então todas as acções do duque se tornárão suspeitas: algumas indiscrições do marquez de Monte-Mór, seu irmão, augmentárão ainda o resentimento de João II contra a familia de Bragança, poderosa por prestigio e riquezas. Dizem que o duque, aggravado da severidade de D. João, tratou secretamente com o Rei de Castella, e algumas cartas equivocas que lhe escrevêra forão apanhadas. Não continhão ellas prova clara de traição, porém existia um meio infallivel de dar a essa correspondencia a sua verdadeira interpretação.

A infeliz princeza D. Joanna (v. a pag. 203) jazia encerrada n'um mosteiro onde a politica a condemnára a viver, para descanso da Rainha Isabel e Fernando. João II a fez sahir e a tratou com as honras Reaes. A correspondencia do duque de Bragança tornou-se então mais activa com o ambicioso Rei Fernando. Muitas dessas cartas vierão parar ao poder de D. João, as quaes lhe não deixárão a menor duvida. Entretanto não queria elle usar de rigor antes que as condições do tratado de 1479 sobre restituições e exclusão de D. Joanna ao throno fossem cumpridas. O duque, comprehendendo o perigo da sua situação, empenhava-se com o Castelhano para não annuir; este porém que desejava mais que tudo alcançar a clausura da princeza, apressou-se em confirmar a paz: trocarão-se finalmente os refens em 1483,

e D. Joanna entrou para o mosteiro, onde professando deixou de pertencer ao mundo.

Nada se oppunha agora ao castigo do duque de Bragança. Este principe, avisado pelos seus amigos, pedio licença para viajar; concedeu-se-lh'a, e em vez de se ausentar quanto antes, foi tomar as ordens d'El-Rei, e lhe rogou de mandar examinar juridicamente os titulos dos privilegios da sua casa. «Isso é justo, lhe replica elle; entretanto ide recolher-vos ao castello, e lá recebereis a minha reposta.» Á porta já o esperavão alabardeiros para o levar preso. Os ministros e o povo approvárão este passo; o traiçoeiro Fernando de Castella lhe escrevia poucos dias depois dando-lhe os parabens de haver abafado a conspiração que se tramava contra a sua vida. Entretanto não se encontravão provas sufficientes para accusar o duque de querer usurpar o throno, mas só do descontentamento pela abolição dos seus privilegios. Foi comtudo processado em 24 dias. N'um delles, o duque de Viseu, irmão da Rainha, e cujas relações com a casa de Bragança erão notorias, ao sahir do conselho onde se debatião essas arguições, recebeu d'El-Rei uma admoestação, da qual não se soube aproveitar: «Duque, lhe disse, acautelai-vos; sei de todos os vossos passos e procedimento ambiguo: elle bastaria para vos perder; ainda suspendo a minha justiça em favor da vossa mocidade, porém cuidado!»

Durante os debates da accusação do duque, D. João assistio sempre, e, certo de não ser obedecido, prégava a clemencia aos juizes, em discursos hypocritamente estudados, levantando frequentes vezes os olhos para um retrato de Trajano que tinha mandado collocar na salla; apezar dessa exhortação os juizes condemnárão-o á pena ultima e confisco de bens: achou-se El-Rei presente ao votar e lavrar da sentença com imperturbavel serenidade.

Na manhãa seguinte o condemnado lhe escreveu impetrando-lhe piedade para com sua esposa e filhos, e declarando que se vis delatores atacassem a fidelidade de seus dous irmãos, era a elle Rei que competia defender sua innocencia. D. João dobrou a carta dizendo: « Justiça será feita a quem de direito fôr. » Alguns instantes depois ouvio-se o sino de uma igreja visinha; os cortezãos arripiárão-se todos como se tocados por um fio electrico, El-Rei lançou-se de joelhos desatando em lagrimas, e exclamou: « Recommendemos ao Omnipotente a alma do duque: elle cessa de viver neste momento. » Com effeito acabava de ser decapitado em Evora com coragem e sangue frio, como devia morrer o chefe da nobreza portugueza, D. Fernando II, duque de Bragança, a 22 de Junho de 1483. A duqueza, irmãa da Rainha, fugio para Castella com seus tres filhos e muitos fidalgos parentes e amigos da casa de Bragança; o marquez de Monte-mór e o conde de Faro, irmãos do duque, convencidos de fallarem com liberdade do governo, forão exautorados de suas honras e titulos, confiscados seus bens e condemnados á morte, sentença que teve lugar em suas estatuas, por se haverem acolhido em Castella.

Essas atrozes sentenças e o supplicio do duque attribuido ao odio do Monarcha excitárão uma conjuração verdadeira contra a sua vida. Em 1484 foi elle avisado de que D. Diogo, duque de Viseu, irmão da Rainha e cunhado do duque decapitado, era o chefe della, a qual foi descoberta por via de uma dama com quem tratava o bispo d'Evora, complice na conjuração. Fazendo as mais exactas averiguações, veio a conhecer não só a sua realidade, mas até que já por vezes estivera entre as mãos dos conjurados, dos quaes se livrára por felizes acasos. Achando-se então em Setubal, mandou chamar ao paço o duque de Viseu, e, levando-o para uma janella, se diz

que lhe perguntára: « Que farieis vós, primo, a quem tentasse tirar-vos a vida? » —Mata-lo-hia primeiro com minhas proprias mãos, » respondeu o duque. Ao que replicou El-Rei: « Morre pois, já que proferiste a tua sentença » e o estendeu a seus pés morto de uma punhalada. O bispo de Viseu foi mettido n'uma cisterna do castello de Palmella, onde, dizem, fôra comido dos bichos; D. Fernando de Menezes, seu irmão, e D. Pedro de Menezes, forão degollados, e os demais complices condemnados pelas provas do seu delicto. Mandou algum tempo depois chamar a D. Manoel (depois Rei), e, tendo-lhe fallado do crime de seu irmão, duque de Viseu, lhe disse com signaes de amizade: « Pelo seu crime todos os seus bens forão confiscados para a corôa; eu vos faço porém mercê delles, menos de Serpa e Moura, por serem fronteiras, com o titulo de duque de Beja, e condestavel do reino. Esquecei-vos de que tivestes um irmão traidor, e lembrai-vos de que vos tomo em conta de filho. » Ainda hoje se conserva na travessa das Amoreiras, em Setubal, uma cabeça de pedra, e na frente da mesma casa outra cabeça coroada em meio relevo, e por baixo um letreiro em Latim, as quaes forão ahi postas para commemorar que, passeando a pé com El-Rei por essa rua, meditava o duque consummar ahi o regicidio.

Havendo assim posto termo ás perturbações do reino causadas pelos nobres e os ambiciosos, voltou a sua attenção para as conquistas d'Africa. A cidade de Azamor se entregou em 1486, antes de lá ter chegado a expedição que se preparava para a Africa. Em 1490 as de Targa e de Comice na costa do Oceano forão tomadas por D. Fernando e D. Antonio de Menezes; muitas outras praças forão tomadas e perdidas pelos Portuguezes que percorrião livremente victoriosos desde Tanger a Alcacer. Enfadonho seria enumerar tantas eventualidades; cingindo-nos ao

resumo dos principaes descobrimentos e estabelecimentos citaremos os seguintes:

Em 1482 fundação do castello e povoação de S. Jorge da Mina por Diogo d'Azambuja, mandado por D. João II, o qual em 1486 elevou a cidade. Paz e commercio com Caramanza, regulo dessa costa. —1485 Diogo Cam, mandado á mesma costa, descobre o rio Zaire e o reino do Congo, onde estabelece feitorias, e chega na segunda viagem até 22 gráus austraes. — 1486 João Affonso descobre o reino de Benim em Guiné. — 1486 Feliz expedição de Bartholomeu Dias, mandado por D. João a descobrir o *grande cabo* que termina a Africa ao Sul. Este navegante o dobra e chega até o Rio do *Infante* já na costa oriental da Africa. O nome que elle deu ao cabo, chamando-lhe das *Tormentas*, foi mudado por El-Rei pelo de *Boa Esperança*. — 1497 Fundação da primeira igreja catholica no Congo.

Outras muitas descobertas fizerão os Portuguezes neste periodo; uma das cousas a que D. João se applicou mais foi em segurar as conquistas d'Africa; e como achasse já fortalecidos estes dominios, accrescentou em 1486 aos titulos dos Reis de Portugal o de *Senhor de Guiné*. Para melhor facilitar a descoberta do Oriente por mar, mandou em 1487 a Pedro da Covilhã e a Affonso de Paiva que fossem por terra á India e ao reino do *Preste João** de quem se contavão maravilhas, e lhe remettessem noticias de tudo que soubessem. Chegando ao Cairo apartárão-se, Paiva para a Abyssinia, e Covilhã para a India.

---

* Esse *Preste João*, ou *Prete-Chan* (que quer dizer Rei christão em persiano), gozára no 15.° seculo de singular nomeada na Europa; porém nada de positivo se sabia a seu respeito. Antes da descoberta da India por Vasco da Gama, fez D. João II grandes diligencias para travar amizade com esse principe christão, o qual reinava, dizia-se, na Abyssinia e Ethiopia, e tinha 70 Reis por vassallos. Reconheceu-se porém depois que o verdadeiro Preste João reinava na Tartaria.

Covilhã depois de penetrar na Asia e observar muitos reinos orientaes, voltou ao Cairo onde já havia morrido o seu companheiro: é incerto se chegou a Portugal, porém a relação da sua viagem, que existe na Torre do Tombo, servio de muito para o descobrimento do caminho por mar á India.

Apezar de sua illustração e prudencia, deixou El-Rei escapar a melhor occasião de fazer novas descobertas. Christovão Colombo, Genovez, informado pelas navegações dos Portuguezes ou antes, possuindo um roteiro do piloto Sanches, o qual houvera vista da America (veja-se o artigo *Cascaes* no 1.° vol.) intentou o descobrimento do Novo-Mundo, e para isso se lhe offereceu; porém reputando elle isso chimerica empresa a regeitou. Colombo se dirigio a Fernando e Isabel e obteve os necessarios apreste, com os quaes obteve os mais propicios resultados. Corria então o anno de 1493, quando alguns navios com o pavilhão de Castella forçados pelo tempo entravão pelo Tejo: era Colombo na volta de sua 1.ª viagem, trazendo doze homens dos paizes descobertos e riquezas do Novo-Mundo. Estas provas indubitaveis de um feliz resultado excitárão pezares e inveja na côrte. El-Rei porém repellio com horror o alvitre de fazer morrer Colombo ou de o conservar preso afim de impedir os Hespanhoes de se aproveitarem das suas descobertas. Comprehendia elle tanto a importancia desses descobrimentos, que temendo a concurrencia de navegantes estrangeiros com a dos seus subditos na costa d'Africa donde tiravão grandes riquezas, que usou de um singular

---

Foi-se mais bem informado ainda quando Estevão da Gama penetrou no mar Vermelho em 1541, e deixou a David, Imperador da Ethiopia, 400 Portuguezes para o ajudarem a recobrar os seus Estados, que os Turcos havião usurpado; pois por elles se soube que o Monarcha da Abyssinia era tambem christão, mas Jacobita, e o Preste existia na Asia central.

expediente: mandava publicar relações mentirosas em que os perigos dessa navegação erão muito exagerados e seus beneficios muito diminuidos.

A expedição de Colombo produzira tão viva sensação nos Portuguezes, que se equipou logo uma frota para lhe ir no trilho. A Hespanha, vendo nisso uma hostilidade, representou; submetteu-se a questão ao Papa. Alexandre VI não teve a menor difficuldade de repartir entre as duas nações o mundo não conhecido, dando a cada uma um hemispherio. Uma linha imaginaria traçada de Norte a Sul, a 370 legoas ao Poente das ilhas de Cabo-Verde, dava o Occidente á Hespanha e o Oriente a Portugal: este singular limite foi chamado *Linha de demarcação*, e estipulado em 1494. Foi nessa occasião que Francisco I de França disse que desejára ver o testamento em que o pai Adão o excluira da herança universal.

Desde a descuberta do cabo de Boa-Esperança ardia D. João em desejos de levar a navegação até á India, e pelo esplendor de suas conquistas na Asia offuscar a gloria de Colombo. Aparelhou pois 4 navios para esta expedição e escolheu para a commandar um habil nauta, cujo feliz desempenho tornou seu nome immortal: foi elle Vasco da Gama. Tudo se achava prompto quando a morte lhe veio acabar os dias, como adiante veremos.

Em 1491 havia-se casado em Evora o principe herdeiro D. Affonso com D. Isabel filha dos Reis de Castella, Affonso e Izabel. Pouco depois partio a côrte para Santarem onde continuárão os festejos e divertimentos por muito tempo; mas bem depressa se convertêrão em luto. No dia 12 de julho do mesmo anno, ao cahir da noite, correndo o principe pela margem do Tejo a cavallo, este se espantou e o atirou ao chão com tanta violencia que ahi ficou sem sentidos quasi morto, e falleceu no dia seguinte. O cadaver foi conduzido com extraordinaria pompa para

o templo da Batalha. A joven viuva profundamente magoada, não podendo soffrer a vista dos lugares onde perdêra um esposo que apenas gozára seis mezes, retirou-se para Castella, e El-Rei a sentio tão profundamente que esteve encerrado muito tempo, e todo o resto da sua vida passou entregue a uma profunda melancolia.

Todo o seu affecto se voltou então para seu filho natural D. Jorge, e na esperança de lhe preparar o caminho do throno o nomeou Grão-Mestre das ordens d'Aviz, de S. Thiago, e Grão-Prior do Crato. Porém para a sua legitimação, debalde tentou as côrtes do reino e ao Papa: esta pretenção foi plenamente denegada como contraria aos direitos do principe D. Manoel. Não deixou comtudo de attender com grande applicação aos negocios publicos fazendo excellentes leis, reformando abusos e promovendo por todos os modos a prosperidade publica. Assim, quando da Hespanha forão expulsos os Judeos, permittio, em attenção ás grandes riquezas que trazião, de se estabelecerem temporariamente em Portugal pagando um forte tributo. Mandou por este tempo restituir ás igrejas a prata que seu pai dellas tomára para sustentar a guerra, e pagou todas as dividas que havia deixado.

A antiga molestia de que D. João II padecia tendo-se por fim complicado com outras, degenerárão numa hydropisia, a qual aggravando-se em 1494, mandárão-o os medicos tomar as aguas sulphureas das visinhanças de Alvor no Algarve; porém sentindo-se enfraquecer começou a pensar no que cumpria á successão do reino. Não perdêra elle ainda o desejo de que o seu bastardo D. Jorge lhe succedesse no throno, e tanto que, fazendo o seu testamento, quando nelle se tratou de nomear successor, mandou que deixassem o nome em branco, e assim ficou alguns dias. Por fim annuindo á sua paixão ordenou ao secretario Antão de Faria que no claro escrevesse o nome de

D. Jorge. Porém as fortes representações que este honrado ministro ousou fazer-lhe commovêrão-o e mandou escrever o nome de D. Manoel. Feitas suas ultimas disposições e sentindo approximar-se-lhe a ultima hora, mandou por vezes chamar o duque de Beja para em suas mãos entregar o sceptro; mas fosse por desconfiança ou impedimento, não chegou a tempo de o achar em vida, pois falleceu em Alvor a 25 de Outubro de 1495 com 40 annos de idade e 14 de reinado.

Segundo todas as apparencias, morreu D. João envenenado, e até os proprios que se mostrárão mais desaffectos ao seu governo derão a entender que a vingança de algum inimigo pôde attingi-lo na occasião dos esplendidos festejos pelo casamento de seu filho. O que ainda mais hediondo se publicou é que os seus mais affeiçoados suppunhão que elle empregava tambem este vil meio para se ver livre occultamente dos que o contrariavão. Immediatamente depois da sua morte, alguns fidalgos encerrárão-se n'um gabinete e se apoderárão de uma caixinha que suppunhão conter esses terriveis agentes de destruição. O bispo de Tanger a abrio, porém só se lhe achou dentro um cilicio salpicado de sangue.

« Um dos maiores merecimentos deste Rei, diz Mr. Ferdinand Denis, e talvez o maior, foi de ter admiravelmente adivinhado o genio aventureiro da sua nação, tanto como o caracter individual dos homens com quem tratava..... Não só teve todos os conhecimentos mathematicos e cosmographicos que então existião, mas tambem da importante arte da construcção naval, e dos seus estaleiros sahio a maior embarcação de guerra que jámais sulcára os mares da Europa. Mandou fazer experiencias, estando presente, sobre o melhor modo de se empregar a artilharia a bordo e sobre o astrolabio inventado em 1482 por tres de seus subditos, Rodrigo, José e Martim

de Bohemia. O commercio o occupou essencialmente; mui persuadido de que Portugal estava destinado a substituir nos mercados da Europa os Venezianos e Genovezes. » Tinha por divisa um pelicano rasgando o peito com o bico, e o distico — *Pela Ley e pela Grey* —, dando a entender que prompto estava a derramar o seu sangue pela lei de Deos e pelo seu povo.

Na pessoa delle se quebrou pela terceira vez a linha directa dos Monarchas, porque, não deixando filho legitimo, passou a corôa para seu primo. Do pai desse Soberano e delle se disse com razão que havia aquelle sido melhor homem do que Rei, e que o filho melhor Rei do que homem. Póde dizer-se que foi elle quem consolidou a grandeza de Portugal, abrindo as portas para a navegação, commercio e conquistas da Asia, Africa e Brasil, e predispôz todos os elementos de prosperidade de seu successor. « D. João II, diz um autor moderno, representou o mesmo papel que seu contemporaneo Luiz XI em França. Facil seria estabelecer um parallelo até certo ponto entre ambos no relativo aos acontecimentos dos seus reinados. Ambos humilhárão os grandes, ambos forão familiares com o povo, ambos economicos e rigidos pugnadores pelos interesses do Estado, ambos dotados de profunda politica, e com ella prestárão relevantes serviços á sua patria; o Rei de França porém teve todos os vicios de um malvado, e o de Portugal só teve os de homem severo e os da sua época. »

D. Manoel o Afortunado ou o Grande, 15.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1495 até 1521.

Este grande principe, filho do infante D. Fernando, neto d'El-Rei D. Duarte e primo co-irmão de D. João II, lhe succedeu. Nascêra na villa d'Alcochete, em 1469, e tinha 26 annos quando subio ao throno, por ser o parente mais chegado do defunto Rei. Achava-se em Alcacer do Sal quando recebeu a noticia dessa morte, e ahi mesmo se fez logo acclamar com grande contentamento da nobreza e povo, de quem era geralmente amado.

Mal empunhou o sceptro, exigio de todos os ministros exacta conta de suas administrações, e, emquanto se não legalisou tudo que pertencia á Real fazenda, continuou a despender só de suas rendas particulares, que já de per si erão grandes, além das do ducado de seu irmão, que possuia por dadiva de D. João II. Convocou immediatamente côrtes em Monte-Mór o Novo, nas quaes se fizerão diversas disposições a bem do publico.

Até á época em que nos achamos, tem-se engrandecido o theatro dos acontecimentos em Portugal; durante mais de meio seculo vê-lo-hemos tornar-se vasto, e a final, quando tiver chegado ao apogeu da riqueza, da gloria e do poder, cahir derrubado por um jugo estrangeiro. Estas duas phases dos seus annaes são tão curiosas e dignas de serem estudadas como as mais salientes que já relatámos; entretanto esta marcha decrescente se reproduz por vezes na sua historia, ao passo que a prosperidade deste povo é unica e quasi incrivel. Pouco numeroso, occupando um limitado territorio, fez elle nas quatro partes

do mundo conquistas immensas e de igual extensão ás do imperio romano nos dias de sua maior prosperidade; sustentou por toda a parte a guerra victorioso e chegou a ser o dominador do commercio universal. Superior em tudo, inspirava terror, admiração, e os timidos povos da India assombrados da rapidez de suas victorias dizião em seu singelo modo de pensar: « Felizmente os Deoses não formárão muitos Portuguezes, porque o universo não bastaria para a sua ambição. » (Vej. *Hist. de Port.* por *Chaumel* et *Santeuil*, 1.° vol. pag. 180.)

Seguio D. Manoel diverso caminho do que tomára seu predecessor, procurando realçar o esplendor da nobreza, para o que mandou pintar nos paços de Cintra as armas das casas mais illustres, taes quaes ainda hoje existem (1850). Permittio que voltassem ao reino os filhos do duque de Bragança a quem restituio todos os bens e honras de que gozára seu pai, bem como aos outros complicados na mesma accusação; e para que esta clemencia não fizesse queixosos, compensou a todos aquelles que tivérão de restituir esses bens. Pouco depois pedio em casamento a princeza D. Isabel de Castella, viuva do principe D. Affonso filho de D. João II, e filha mais velha dos Reis Catholicos, ao que elles annuírão com a condição de El-Rei entrar na sua liga contra a França, e de expulsar os Judeos e Mouros dos seus Estados. Não aceitou D. Manoel a primeira condição; porém annuindo á segunda contra o parecer dos seus ministros, publicou um edito ordenando que esses sectarios se convertessem á fé catholica ou sahissem do reino em certo prazo, findo o qual ficarião reduzidos á escravidão. Esta atroz medida, tão contraria ás maximas do Evangelho, não o foi menos ás de uma solida politica, porque algumas conversões que houvérão não se podião julgar verdadeiras por forçadas, e com os Judeos que sahirão se forão immensas ri-

quezas, industria e commercio, com que prosperava o reino. Muitos se subtrahirão ás autoridades da capital, onde se lhes ordenou de residirem até se embarcarem ou se converterem, e forão habitar com nomes suppostos diversos pontos, mas principalmente as povoações das abas da serra da Estrella na Beira, onde ainda hoje são numerosos seus descendentes; até familias inteiras ha onde se não encontra um só individuo que não pertença á communhão catholica senão na apparencia. Tanto mais é para estranhar esse decreto, que, subindo D. Manoel ao throno, ordenou que os Judeos taxados por D. João II n'uma capitação enorme ficassem dahi por diante contribuindo na mesma proporção que os outros subditos, pois na sua mocidade havia recorrido por vezes á bolsa delles, e deste modo os queria recompensar; era porém de mais o querer então equiparar os Israelitas no mesmo nivel com os Christãos. O clero clamou á impiedade. Os poucos Mouros que ainda existião se retirárão para a Africa; porém por um novo genero de tyrannia foi prohibido aos Judeos levarem comsigo seus filhos menores de 14 annos: muitos preferirão mata-los do que os deixar em poder de seus perseguidores. Emigrárão alguns, e os que ficárão no paiz afim de conservarem a vida e riquezas, submettendo-se ás praticas catholicas, elles e seus descendentes ficárão sendo alcunhados *Christãos novos*, sem que deixassem de judaisar occultamente entre si; graças á civilisação porém, hoje é objecto do maior indifferentismo.*

Desde a descoberta da America e da fixação da linha divisoria, a ambição dos Portuguezes se dirigira para as

---

* Foi bem vil e vergonhoso o meio de que o astuto e invejoso Fernando usou para reduzir o namorado Rei de Portugal a expulsar os Judeos, com cujas riquezas prosperava este reino, das quaes elle por má politica se havia privado. Obrigou a princeza a escrever a D. Manoel exigindo essa condição.

terras do Oriente, tão ferteis em riquezas de toda a especie. D. Manoel achou a marinha florescente e uma expedição preparada por seu antecessor, como dissemos no capitulo passado, destinada a seguir o mesmo rumo que Bartholomeu Dias, e a costear o lado oriental da Africa de Sul a Norte; os navios estavão armados, municiados e o chefe designado: faltava só ordenar a partida. Era elle Vasco da Gama a quem El-Rei entregou cartas para os Reis indios com quem communicasse e um mappa maritimo que Covilhãa remettêra a D. João II com as suas memorias. Compunha-se a expedição de quatro embarcações com 186 homens, e seguindo para o Sul a costa occidental da Africa, depois de tres mezes de penosa navegação descobrio a foz de um grande rio n'uma bahia á qual derão os Portuguezes o nome de Santa Helena. A 16 de Outubro de 1497 os navios de Gama sahirão da hospitaleira bahia, e dous dias depois dobravão o cabo de Boa-Esperança. Ahi os marinheiros, persuadidos não estarem ainda a meia viagem, começárão a murmurar e a amotinar-se, achando-se Gama na mesma posição que Colombo quando quasi á vista das ilhas Lucayas esteve por um triz sendo lançado ao mar pela sua tripulação. Depois do cabo de Boa-Esperança dobrárão o das Agulhas; os Portuguezes espavoridos ao aspecto de um mar em extremo agitado querião regressar, porém Vasco da Gama conseguio outra vez apazigua-los.

Era este o lugar até onde Bartholomeu Dias tinha chegado. Dahi dirigio-se para N. E., afim de navegar nas aguas da costa de Natal até que chegou á desembocadura de um grande rio, o qual denominou dos Reis. As hortaliças e fructos que colhêrão em terra contribuírão a curar o escorbuto de que estava atacada a marinhagem; mas a gente meio selvagem que encontrarão não lhes soube dizer cousa alguma relativa aos fins que procuravão.

Entretanto ventos favoraveis conduzirão Vasco da Gama a Sofala * onde encontrou homens mais civilisados. Os navios da Meca empregados no commercio do Oriente ahi tinhão uma estação, e a maior parte dos habitantes entendião o Arabe. Esta lingua que na Peninsula Hispanica e na Barbaria era a dos inimigos jurados dos Portuguezes, tornou-se-lhes uma consolação nessas longinquas peragens onde se não poderião exprimir sem ella senão por sinaes. Nos primeiros dias de Março de 1498 a frota tocou em Moçambique e depois em Mombaça. Neste litoral erão numerosos os Mouros, e gozavão de grande influencia. Reconhecêrão desde logo nos companheiros de Gama os mesmos homens que n'outra extremidade da Africa fazião á sua nação uma guerra de exterminio; tratárão pois de lhes suscitar inimigos, tanto que para poder de lá sahir a expedição foi preciso fazer-lhes fogo de artilheria. Em Melinde forão recebidos com amizade e ahi tomárão um pratico que guiou a frota no Oceano indico, e chegou felizmente a 20 de Maio de 1498 a Calicut. O *Samorim* (Imperador) deste paiz fez a Gama uma esplendida recepção e annuio a um tratado de amizade e commercio com os Portuguezes; porém os Mouros que erão os exclusivos negociantes, temendo ficarem frustrados nos seus interesses, tanto intrigárão que não só elle se desdisse, mas até Gama correu grande perigo de vida, e a final vendo que nada conseguia e em breve chegaria do Mar Vermelho e do Egypto a frota moura, a qual esperavão para o combater, teve de sahir de Calicut abandonando em terra as mercadorias que levava para negociar, e fazendo-se de vela para a Europa chegou a Lisboa em Setembro de 1499, unicamente com 55 homens dos 186 que levára, afóra alguns Indios que trouxe.

---

* É o antigo *Ophyr* ou *Terra do Oiro*, de que tanto falla Salomão.

Os navegantes forão acolhidos com enthusiasmo; ouvião delles com admiração e avidez a narração das suas aventuras; El-Rei não sabia como premiar um tal serviço e todos se lisongeavão de verem realisados pela conquista e pelo commercio seus dourados sonhos de ambição; ninguem comtudo previa a influencia que este descobrimento devia exercer sobre a civilisação do mundo. Com effeito, a passagem para o Oriente pelo cabo de Boa-Esperança foi um acontecimento de tanta importancia como a descuberta da America, e pode mesmo dizer-se que seus resultados se fizerão mais immediatamente sentir na Europa. Estes resultados forão de natureza a mudarem repentinamente a situação de diversas potencias do Occidente, precipitar a decadencia de umas em quanto outras se elevavão com a mesma rapidez ao cume da prosperidade: assim Veneza e Genova cahem, o Egypto não serve mais de entreposto ás fazendas da India, e Lisboa se torna a cidade mais rica e commerciante do mundo, cedendo em tempos mais modernos esse exclusivo á Inglaterra e Hollanda.

Em Outubro de 1497, concluido o ajuste de casamento, passou El-Rei a Valença d'Alcantara, onde se recebeu com a princeza D. Izabel, ao mesmo tempo que o principe D. João, unico filho dos Reis Catholicos, dava o ultimo suspiro, ficando assim D. Izabel herdeira universal. No anno seguinte, achando-se já gravida, voltárão a Toledo, onde forão reconhecidos pelas côrtes herdeiros das corôas de Castella; d'ahi passárão a Saragoça, onde igualmente o forão do throno de Aragão. Nesta cidade deu a Rainha á luz o principe D. Miguel da Paz, e morreu duas horas depois. D. Manoel voltou para o reino, o principe ficou com os avós, e foi jurado em 1499 herdeiro dos reinos de Castella, Aragão, Leão, Portugal e

Algarves. Não se realisou porém a reunião de tantas corôas por este morrer no anno seguinte.

Emquanto estivera com o sogro ajustou D. Manoel o enviarem embaixadores ao Papa Alexandre VI para lhe representarem sobre a sua escandalosa conducta e exhorta-lo a viver com mais decencia; porém forão as suas admoestações tão desabridamente recebidas por elle, que os embaixadores tratárão de sahir á pressa de Roma para evitar o seu furor.

Para remediar as frequentes disputas occasionadas pelos conflictos das jurisdicções, mandou El-Rei rever e corrigir os foraes das terras do reino e os dos coutos, honras e donatarías, obra que se incluio em 5 vol. Pelo anno de 1500 passou a segundas nupcias com a infanta D. Maria, filha mais moça dos Reis Catholicos, a qual já recusára, e lhe trouxe de dote 200 mil escudos de ouro e mais 10 mil annuaes impostos na alfandega de Sevilha. * No mesmo dia em que ella deu á luz o seu primeiro filho D. João, que foi o terceiro (1502), houve em Lisboa uma tempestade tão horrivel, que até a esse tempo não se conservava memoria de outra tal. A esta calamidade seguio-se outra de uma grande fome que affligio todo o reino; porém o governo providenciou a tudo, e uma armada, que tinha prompta para levar de novo a guerra á Africa, foi mandada ao Egypto e diversos portos da Europa a comprar cereaes.

---

* Assim o assevera a *Hist. de Portug.* composta por uma sociedade de litteratos inglezes, traduzida por Antonio de Moraes e Silva, 3.º vol., pag. 231. Julgamos todavia exorbitante esse dote. O escudo de ouro de Hespanha até 1786 valia 1$680 réis fortes: por conseguinte fazião 336 contos; os 10 mil annuaes representarião um capital igual: portanto seria o dote de 672 contos; e se considerarmos que o ouro nesse tempo representava um valor 11 vezes maior que hoje, só os 336 de dinheiro de contado valerião actualmente 3,666 contos, além da annuidade.

Animado D. Manoel com o feliz exito da gloriosa expedição da India, fez partir outra de 13 navios debaixo do commando de Pedro Alvares Cabral, em 1500. Querendo evitar as calmarias e correntes da costa d'Africa, Cabral fez-se tanto ao largo, que, acossado por ventos de Leste, foi descahindo para o Poente, e com pasmo seu deparou com uma terra desconhecida em 10 gráus de Sul, e foi fundear n'uma commoda enseada a que deu o nome de *Porto Seguro*. Havendo desembarcado, mandou afincar um grande marco e uma cruz, dando ao paiz o nome de *Terra da Santa Cruz*, e, por elle produzir uma madeira vermelha semelhante á brasa, tomou depois o nome de *Brasil*. Cabral fez-se de vela a 2 de Maio de 1501 em demanda do cabo de Boa Esperança, depois de ter enviado a Gaspar de Lemos n'uma das embarcações levar esta noticia a D. Manoel.

O governo de Lisboa mandou explorar os portos, bahias, rios e beira-mar do novo paiz, e, persuadindo-se ter cabal conhecimento de que elle não encerrava ouro ou prata, despresou-o, e emquanto toda a actividade se dirigia para a Asia, contentou-se, durante perto de meio seculo, de para lá enviar os malfeitores e condemnados; foi só pelos fins do reinado de D. João III que começárão neste paiz alguns estabelecimentos portuguezes.

Depois de uma longa navegação Cabral chegou finalmente a Calicut, a 13 de Setembro, só com 6 navios, havendo os outros sido espalhados pelos temporaes. Desta vez pareceu o rajah mais disposto a travar amizade com os Europeus; fizerão-se ricos presentes de parte a parte; celebrou-se mesmo um tratado, que, ao dizer de Mr. Ferdinand Denis, foi gravado n'uma chapa de bronze: deduzio-se porém brevemente que alguma cousa ha mais perduravel do que as convenções buriladas em metal, e que os odios de religião e de raça inscriptos no fundo do

coração vivem ainda mais que semelhantes tratados. Depois de se haver o Samorim aproveitado de uma caravella portugueza para tomar uma rica preza carregada de elephantes, além d'outros objectos; depois de ter visto o prodigioso effeito da artilheria europêa, temporisou por alguns dias. Entretanto Cabral apoderou-se de um navio mouro carregado de especiarias, o que causou uma sublevação na cidade: os Mouros atacão a feitoria dos Portuguezes, matão perto de 60, e só 20 puderão chegar a bordo. Considerando então roto o tratado com o Indio, Cabral assenhoreou-se immediatamente de 10 navios seus que se achavão no porto, e toda a gente que nelles se achava foi cruelmente assassinada. Depois, sentindo falta de viveres, foi pedir asylo ao regulo de Cochim, que o recebeu amigavelmente, e foi tomando algumas embarcações do Samorim. D'ahi partio para Cananor, estabeleceu relações d'amizade e completou o seu carregamento com mais 40,000 quintaes de canela. Fez-se de vela, e chegou a Lisboa no fim de Julho. Dos 12 navios de que se compunha a expedição apenas o acompanhavão 6.

Logo depois da volta de Pedro Alvares, em 1502, partio de novo Vasco da Gama, já feito almirante do mar das Indias e conde da Vidigueira, com 10 náus seguidas de mais 5 ás ordens de Estevão da Gama, seu irmão. Foi nesta viagem que elle fundou os estabelecimentos de Moçambique e Sofala. Apresentando-se em frente de Calicut, exigio do chefe traidor a total expulsão dos Mouros da cidade; porém, não o conseguindo, bombardeou-a durante tres dias, fez-lhe algumas prezas maritimas, e lhe queimou parte dos navios, pendurando nas vergas uns 36 refens; depois fez-se de vela para Cochim, celebrou novo tratado com o seu chefe e com outros do litoral Malabar, onde tambem formou alguns estabelecimentos, e, deixando o cuidado de os defender a Vicente Sodré, que commandava uma

esquadra, fez-se de volta para Lisboa, onde chegou em Dezembro de 1503 com 13 navios abarrotados de riquissimo carregamento.

Sodré applicou-se em cruzar e fazer prezas pela costa e na entrada do Mar Vermelho, em vez de proteger os alliados, e n'uma occasião abalroando o seu navio contra uns recifes, pereceu elle e quasi toda a tripulação, ao passo que o seu alliado de Cochim atacado pelo Samorim fugia da sua capital; mas em breve Francisco d'Albuquerque nella o restabeleceu e obteve licença de ahi edificar um forte. Em seguida novas expedições chegárão de Portugal em 1503. Erão ellas 3 e compunha-se cada uma de 3 navios, uma das quaes levava ordem de cruzar na entrada do Mar Vermelho afim de se apoderar das embarcações turcas e arabes; era Antonio de Saldanha o encarregado desta commissão: vinhão nellas Francisco e Affonso d'Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira e outros.

Em pouco partio F. d'Albuquerque e a guerra se ateou outra vez entre Calicut e Cochim. O heroico e intrepido Duarte Pacheco, o « Achilles lusitano, » fiel defensor do seu alliado, ganhou 7 batalhas sobre os exercitos de Calicut. Este o foi cercar em Cochim com 50,000 homens, tendo Pacheco apenas 900 Portuguezes e a côrça do rajá com quem se não podia contar. Nesta contingencia desenvolveu a mais intelligente estrategia de [illegible] consummado general; as continuas victorias que nesse sitio denominado *Cambalão* alcançou, o tornárão immortal; vindo a final com esse punhado de Portuguezes a desbaratar completamente o Samorim, o qual durante 6 mezes d'ataques perdeu a terça parte do seu exercito, e retirando-se vergonhosamente os Brahmenes, o deposêrão e lhe nomearão successor, e este contractou pazes com Pacheco sob mui pesadas condições. Depois de haver colhido contribuições e riquezas immensas para o Estado,

e feito grandes tomadias aos Mouros, voltou a Cochim; porém já la achou um successor que o ia render com 12 galleões. De volta para Lisboa (1506) foi recebido por D. Manoel com uma pompa Real. Nomeou-o depois governador de S. Jorge de Mina; porém calumniado na sua administração foi deposto, remettido carregado de ferros para Portugal, onde jazeu muitos annos preso, e morreu na indigencia, ludibrio das vicissitudes da fortuna.

Atemorizado El-Rei, e com razão, de ter tantos inimigos a combater, julgou dever enviar á India D. Francisco d'Almeida com o titulo de vice-rei, e plenos poderes; com effeito para lá partio juntamente com Tristão da Cunha commandando 14 navios, e em caminho se apoderou de Quiloa na Africa oriental, incendiou Mombaça que recusou de se submeter, e aportou finalmente em Cananor. O regulo deste paiz concedeu-lhe edificar uma fortaleza, que recebeu o nome de S. Angelo. Dahi mandou Almeida seu filho D. Lourenço apossar-se das ilhas Maldivas e de Ceylão, e em quanto seu pai reunia todas as forças para destruir a liga dos rajahs da costa, elle atreveu-se a combater as frotas reunidas dos Guzurates e dos Egypcios. Apezar dos prodigios de valor que obrou, vencido pelo numero (1508) morreu como heroe. Por este tempo D. Affonso d'Albuquerque voltava á India para substituir Almeida. Chegado ao golfo Persico começou a assolar e destruir as cercanias de Ormuz, cidade opulenta, e intimou ao Rei que se reconhecesse tributario havendo-lhe aprezado muitos navios. Em resposta vierão-no atacar a sua frota e outras d'Arabes e Persas; Albuquerque porém com os seus 5 navios os desbaratou completamente. O Rei espavorido com tal triumpho fez-se tributario, e consentio em que o vencedor edificasse uma fortaleza, que dominasse os dois portos da cidade.

Almeida estava pouco disposto a entregar-lhe o governo,

pois havendo começado a guerra contra Calicut desejava acaba-la para tambem vingar a morte de seu filho. A fim de evitar o encontra-lo foi sitiar Dabul, cidade rica e poderosa; tomou-a, saqueou-a, reduzio-a a cinzas e passou os habitantes ao fio da espada. Depois atacou em separado as duas frotas que tinhão batido D. Lourenço, ganhou sobre ambas uma completa victoria, e dahi partio para Cochim onde prendeu Albuquerque apoz uma rixa pessoal. D. Fernando Coutinho porém reconciliou os dois rivaes, e Almeida partio para Portugal, mas tomando terra na bahia de Saldanha, perto do cabo de Boa-Esperança, foi morto com muitos da sua gente n'uma refrega que tivêrão com os Cafres (Março de 1810).

Entre os favores com que a Providencia mimoseou o afortunado D. Manoel, a existencia de Affonso d'Albuquerque é certamente a que lançou sobre o seu reinado mais esplendor. Este grande homem a quem a posteridade tem cognominado de *Grande* e de *Marte Lusitano* nasceu em 1452 em Lisboa, e quando foi nomeado vice-rei já se tinha distinguido pelo seu valor e talento, virtudes severas e desinteresse. Logo depois da partida d'Almeida, tendo recebido de Portugal 15 navios commandados pelo marechal D. Fernando Coutinho, foi atacar Calicut, tomou-a e incendiou-a; porém os naires reunindo-se atacárão-o por sua vez, matarão muitos Portuguezes e entre elles o proprio marechal, ficando ferido Albuquerque. Apenas restabelecido apoderou-se em 1510 de Goa, pertencente a Hidalcão *(Hidal-Khan)*, inimigo acerrimo dos Europeus, o qual immediatamente os vem atacar, e estes sem terem tido tempo para se fortificar recolhem-se a bordo da esquadra. Pouco tempo depois tendo o Rei de Narsinga invadido o territorio do mesmo rajá o vice-rei cahe inopinadamente sobre a cidade, defendida por 9,000 homens, e a toma. Este brilhante feito espa-

lhou terror e admiração ; os subditos do regulo se submetterão, e elle proprio depois de vãos esforços para rehaver a sua capital, abandonou as ilhas de Goa, Chorão e Combarjua com o territorio de Salsete. Esta conquista era o primeiro acto de execução do grandioso plano concebido pelo vice-rei, de fundar um imperio que se estendesse desde o golpho Persico até á *Aurea Chersoneso* dos antigos (peninsula de Malaca), do qual Goa seria a capital.

De volta a Cananor foi estabelecendo por toda a costa de Malabar feitorias, e edificando fortalezas para as defender ; depois voltou as suas vistas para a cidade de Malaca. Já em 1508 tinha ahi chegado Diogo de Sequeira para concluir um tratado com o regulo, porém os Malaios traiçoeiramente o prenderão e assassinárão muitos do seu sequito. Albuquerque em 1511 fundeou diante da cidade para exigir prompta satisfação dessa atroz violencia; mas achando-se bem fortificado o regulo despresou a intimação, antes ameaçou de assassinar os Portuguezes que ainda lá existião. Entre elles um Araujo escreveu a Albuquerque o seguinte: « Tende só em vista a gloria e as vantagens da nossa patria; já que eu não posso ser instrumento da vossa victoria, ao menos não lhe quero servir d'obstaculo : attacai e vencereis. » Albuquerque cobrou energia: a sua gente desembarcou e depois de forte resistencia tomou a cidade. Esta conquista aterrorisou os Reis do Oriente: os de Sumatra, de Sião e de Pegúa pressarão-se em lhe enviar embaixadores a impetrar amizade. Depois de ter construido uma fortaleza e provido á sua defeza, voltou para Cochim (1512). Neste mesmo anno depois da tomada de Benastarim o Rei de Bengapor e o novo Samorim de Calicut se lhe vierão submetter concedendo-lhe levantar fortalezas nos seus Estados; novas alliançãs se forão consecutivamente formando

no anno seguinte, e melhorando a administração do vice-reinado já em sensivel decadencia.

Vendo Albuquerque tão espalhadas as suas forças, e sabendo que os Venezianos não cessavão de lhe suscitar inimigos e obstaculos, comprehendeu que nunca poderia possuir a India sem dominar a navegação do Mar Vermelho; era preciso pois possuir Aden e Ormuz. A primeira bombardeou elle por duas vezes sem obter submissão; porém, ameaçando a segunda com 20 navios de guerra (1515), o seu regulo se submetteu, reconhecendo-se vassallo de D. Manoel. Então, julgando o Rei da Persia que os Portuguezes erão obrigados ao tributo que Ormuz lhe pagava d'antes, ousou reclama-lo: Albuquerque mandou vir perante o seu embaixador ballas e espadas: « Eis aqui, lhe disse, a moeda dos tributos que pagão os Reis de Portugal. » Não tendo podido porém assenhorear-se de toda a navegação do Mar Vermelho, formou alliança com o Imperador da Ethiopia com o fim de desviar o curso do Nilo, abrindo-lhe passagem para o mesmo mar: ter-se-hia então o Egypto tornado deshabitado e o porto de Suez, os seus armamentos e commercio tudo ficaria destruido, com grande beneficio da India portugueza, projecto gigantesco e digno de seu autor, ao qual só faltou o tempo para a execução.

Tantos serviços porém não o poderão proteger. D. Manoel deixou-se atemorisar por calumniadores que o persuadirão que o vice-rei tratava de se tornar independente da metropoli; e na sua volta triumphante a Goa achou-se por intrigas da côrte substituido por seu pessoal inimigo Lopo Soares d'Albergaria. Enfraquecido por uma vida tão laboriosa, e succumbindo aos pezares desta ingratidão, morreu a 16 de Dezembro de 1515. A sua morte encheu de consternação a Asia portugueza; os proprios regulos

vassallos o chorárão, e por muitos annos depois iáo em peregrinação ao seu tumulo pedir-lhe justiça contra as vexações dos seus successores. Os Indios e Arabes não podião acreditar na sua morte, e dizião « Que não morrêra, mas sim passára a commandar os exercitos do céo. »

Albergaria, no começo de 1517, com uma frota de 36 navios de guerra, levou o terror ás praias da Arabia e da Persia, onde fez importantes prezas sem comtudo tomar Aden, seu principal fim; destruio Cranganor e Panane, e incendiou algumas cidades de povos inimigos. Depois dirigio-se a Ceylão, fez tributario o Rei de Columbo, levantando uma fortaleza nesta ilha cuja posse se tornou tão importante, e alcançado algumas victorias, retirou-se para Goa. O seu governo durou tres annos; foi durante elle que os Portuguezes se estabelecêrão em Macáu.

Diogo Lopes de Siqueira, 4.° vice-rei, chegou á mesma capital em 1518 e governou até 1522. Foi elle que construio a fortaleza de Chaul, e durante o seu governo achou-se em estreitas relações com a Abyssinia. D. Duarte de Menezes, conde de Tarouca, seu successor, foi o ultimo vice-rei nomeado por D. Manoel. Como governador de Tanger adquirira muita gloria, e como vice-rei da India, muitas riquezas; veremos adiante como D. João III reparou os males da sua administração, substituindo-o por D. Vasco da Gama.

Seguimos até agora o fio dos negocios do Oriente, é tempo porém que lancemos a vista sobre os outros acontecimentos do mesmo reinado, tanto na Europa como na Africa. — Remontando ao anno de 1504, sentirão-se no reino ainda mais terriveis flagellos do que no antecedente. As tempestades succederão-se por muitos dias, e a ellas tremores de terra espantosos. Veio depois uma mortifera peste augmentar a desolação e o luto. Para fugir ao con-

tagio, andava El-Rei de povoação em povoação quando em Aviz lhe derão a noticia de um tragico acontecimento succedido em Lisboa, o qual é o seguinte:

Na igreja de S. Domingos da mesma cidade havia um grande crucifixo com um relicario do SS. Sacramento. Como estivesse exposto no domingo da pascoella de 1506, um devoto, julgando ver um clarão sobrenatural sahir do vidro, começou a bradar milagre. Um christão novo que por desgraça ahi se achava, asseverou não ser aquillo mais que o reflexo da luz: tanto bastou para levantar contra si um tumulto. Arrastárão pelos cabellos para fóra da igreja, matárão e o queimárão no Rocio. Acudio a populaça, e dois frades fanaticos a açulárão armados de crucifixos contra os novos convertidos, a quem ião assassinando por toda a cidade ajudados por marinhagem hollandeza e de outras nações que se achava no porto. No seguinte dia continuou a desordem ainda com mais encarniçamento, arrancando os Christãos novos e velhos de suas casas, e até das igrejas, e lançando-os vivos ou mortos nas fogueiras, não poupando mulheres nem crianças, e roubando-lhes os objectos de valor. Na cidade não havia quem ousasse resistir, pois quasi todos os homens de poder se achavão ausentes por causa do contagio, e as justiças que ao principio ousárão acudir bem depressa tiverão de se retirar para segurança de suas vidas. Ao terceiro dia continuava ainda a perseguição, e só de tarde entrou na cidade o seu governador com a gente que pôde ajuntar, e então se dispersárão esses malvados já fartos de matar e roubar: calculou-se em 3,000 pessoas as victimas dos tres dias.

Informado El-Rei do que se passára na capital, mandou tirar disso rigorosa devassa; forão demittidos alguns magistrados; morrêrão enforcados muitos dos sediciosos; aos dois frades que andárão pelas ruas excitando a popu-

laça se tirárão as ordens e forão queimados, e contra a cidade se passou sentença privando-a de todos os seus privilegios e isenções. Os estrangeiros, recolhendo-se aos seus navios com os roubos, soltárão as velas, e, fugindo do porto, escapárão ao merecido castigo. Por este tempo o Rei do Congo com seu filho se fizerão christãos cathequisados pelos missionarios portuguezes, e mandárão para Lisboa alguns dos principaes do paiz para se instruirem.

Em 1513 mandou El-Rei á Africa uma grande expedição commandada por D. Jayme, duque de Bragança; a frota compunha-se de 400 embarcações, e o exercito de 20,000 infantes e 2,000 cavallos; D. João de Menezes nella ia como director do duque. Era a missão deste armamento castigar os Mouros que a despeito dos tratados se tinhão apoderado de Azamor, a qual, apezar de bem fortificada, cahio em poder do duque por escalada, findo o que tomou mais outra praça e voltou para o reino. Em 1515 soffreu o exercito portuguez, de 8,000 homens, commandado por D. Antonio de Noronha, uma grande derrota junto ao rio Sabur, em Marrocos, pelos Reis de Fez e Mequinez, que tinhão, segundo dizem as chronicas, 200,000 Mouros, perdendo Noronha 4,000 homens. Este revez, e o ver El-Rei que todos os thesouros que lhe vinhão do Oriente se consumião n'uma guerra esteril em Africa, o que junto á perda de D. Alvaro de Ataide que lá morrêra n'uma peleja com a maior parte da gente que conduzia, e o mallogro d'outra expedição mandada para o vingar, affligio-lhe tanto o animo, que esteve para abandonar as possessões d'Africa Septentrional.

Já em 1514 Hellena, Imperatriz christãa da Ethiopia, havia mandado uma embaixada a D. Manoel, congratulando-o das suas victorias e conquistas no Oriente. O mesmo motivo determinou o Shah ou Sophi da Persia a

mandar a Lisboa um embaixador a fim de assentar amizade com o mesmo e propôr-lhe uma alliança contra os Turcos, inimigo commum de ambos. Taes embaixadas elevárão muito por toda a Europa o credito de D. Manoel: nem forão só estas as fortunas que servírão de consolação aos revezes d'Africa. A descoberta do caminho da India para a China por Fernão Pires d'Andrade e algumas victorias alcançadas sobre os regulos de Java e outras ilhas da Oceania, mas ainda mais o seu casamento com D. Leonor, irmãa de Carlos V, encherão-o de contentamento. As suas prosperidades forão sempre augmentando; e á vista da narração das felizes emprezas dos seus capitães e navegantes na America, Africa e Asia, quadra-lhe com justiça o cognome de *Afortunado*.

Depois de haver conseguido os seus grandes fins de subtrahir o commercio da India a Veneza, Genova e Egypto, tratou, por assim dizer, de legalisar essa posse á face do mundo christão mandando a Leão X uma embaixada com riquissimos presentes, e o apparente intuito de dar graças a Deos pelo feliz exito de suas numerosas emprezas (1514). Tristão da Cunha foi o embaixador, e tanto elle como o seu sequito patenteárão um extraordinario luxo na capital do mundo christão. *

---

* Esta embaixada offuscou, pelo seu fausto e suas poeticas magnificencias, tudo quanto a eterna cidade vira até então: ouçamos o que a esse respeito diz um contemporaneo: « Era 12 de Março de 1514 o dia que o Pontifice destinára para a recepção desta santa missão. Ás 2 horas da tarde sahírão os embaixadores de casa do cardeal Adriano; erão elles: Tristão da Cunha, Nuno da Cunha, seu filho. Simão e Pero Vaz da Cunha acompanhavão com grande sequito. Diogo Pacheco e J. de Faria, pessoas de grande instrucção, achavão-se addidos. Ião precedidos de infinito numero de musicos. Fechavão a comitiva 300 machos ricamente arreados; era a sua carga tapetes da India e preciosas sedas; ia igual numero de criados levando-os pela arreata com riquissimas librés. Vinha logo o Rei d'armas de D. Manoel coberto com um manto bordado de ouro, no qual brilhavão as armas de Portugal rodeadas de perolas e rubins.

Em 1519 Fernando de Magalhães desgostoso por não serem remunerados os seus serviços feitos na India, foi offerecer seus prestimos a Carlos V, que o recebeu com distincção e lhe confiou 5 navios afim de descobrir pelo Occidente caminho para as ilhas Molucas e India. Com effeito elle o descobrio pelo Sul da America atravessando pela primeira vez o estreito que do seu nome se ficou chamando de *Magalhães*, em 1520; descobrio depois as ilhas dos Ladrões ou Mariannas, e as Philipinas onde foi morto pelos Malaios. Esta deslealdade de Magalhães em

---

Vinhão depois 50 fidalgos a cavallo vestidos de brocado e com os chapéos cobertos de perolas e aljofares; os freios e estribos dos seus cavallos erão de ouro massiço e engastados de pedras de grande valor. — Entre os presentes notava-se um elephante indio; este gigantesco animal levava o cofre das joias e ouro para o Papa; um panno tecido de ouro com as armas Reaes o cobria até aos pés. O naire que o conduzia estava vestido de velludo e seda. Um cavallo persa de grande valor, que o Rei d'Ormuz tinha mandado ao seu novo alliado, seguia logo, montado por um caçador e levando na garupa uma dessas pantheras velozes que os Persas sabem tão bem adestrar para a caça dos antilopes. Todos os embaixadores estrangeiros se achavão presentes, e, com grande magoa, os de Veneza e Genova. Era no castello de S. Angelo que o Papa com o sacro collegio ia dar recepção á embaixada, a qual, apenas ahi chegou, foi saudada com uma triplice descarga d'artilheria e estrondosos vivas ao magnanimo D. Manoel. Quando o elephante chegou junto do Pontifice, obedecendo á ordem do seu naire, fez tres genuflexões, e, absorvendo uma copiosa quantidade de espiritos aromaticos preparados para esse fim, aspergio o Santo Padre e os cardeaes.

O presente que El-Rei mandou ao Papa constava: de um pontifical inteiro de brocado riquissimo todo bordado de magnificas pedras preciosas tão variadas pelo seu esplendor quanto pela côr com algumas romãas cinzeladas em ouro massiço e cujas pevides erão representadas por grandes rubins, ao passo que as flôres da bordadura erão figuradas por perolas e outras pedras preciosas. O diamante, a amethista, a esmeralda e o rubim sobresahião admiravelmente n'um fundo de ouro purissimo.—Bem assim mais uma mitra, um annel pontifical, cruzes, calices, thuribulos, &c., tudo de ouro purissimo e engastado de pedras preciosas; grande numero de medalhas de ouro *do tamanho de grandes maçãas*, valendo 500 cruzados cada uma, e finalmente immensas alcatifas e outras preciosidades orientaes.

patentear a uma nação estranha o segredo das navegações e descobrimentos do Oriente, causou grande pezar a El-Rei. O unico navio que lhe restava da expedição regressou á Europa pelo cabo de Boa-Esperança, sendo o primeiro que deu volta ao globo. A ultima empreza El-Rei foi armar diversos navios para dar em caça aos piratas do Mediterraneo, cujo commando deu a Tristão da Cunha, que felizmente desempenhou a sua commissão. No inverno de 1521 grassou de novo uma febre epidemica em Lisboa da qual veio a fallecer; contava então 55 annos de idade e 27 de reinado: ordenou que o sepultassem no templo de Belem, onde jaz n'um sumptuoso mausoleo. (Vej. a pag. 259 do 1.° vol. e 204 do 2.°) Foi Monarcha justo sem severidade, affavel e risonho sem affectação, e religioso sem hypocrisia; amava as sciencias e as favorecia, sabendo aproveitar os homens de merecimento, que no seu tempo abundarão. * Via o imperio portuguez na Asia elevado ao seu zenith de esplendor, e os povos que regia prosperos e riquissimos com os fructos do commercio e navegação que tanto promovera. A marinha portugueza chegou em seus dias a tal gráu de poder que todas as nações a temião e seus Soberanos muito se honravão em tê-lo por alliado. Era de trato mui lhano com todos; e se defeitos teve, procederão da candura da sua alma que lhe fazia acreditar terem os outros a mesma bondade: é por isso que algumas vezes foi enganado, como succedeu com Affonso d'Albu-

* Soube attender desapaixonadamente aos dictames da justiça: sirva de exemplo a anecdota do *Cececoso* principal magistrado d'Evora: impondo D. Manoel de seu motu proprio, sem consentimento das côrtes, um tributo sobre o trigo, este recto magistrado *resistio obstinadamente* a esta contribuição, não porque a julgasse desnecessaria, mas pelo mau exemplo de futuros arbitrarios tributos. Usou El-Rei de ameaças e prisão para o obrigar a annuir; porém nada conseguio; finalmente o mandou chamar e louvando-lhe a heroica resistencia á sua arbitrariedade abolio o tributo.

querque e Duarte Pacheco, o que se pode mais attribuir a erro e falsas insinuações do que a injustiça.

D. João III o Piedoso, 16.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1521 até 1557.

Fora o nascimento de D. João III acompanhado de publicos desastres; a peste e a fome assolavão o reino, e no dia do seu baptismo um horrivel incendio consumio parte do palacio Real de Lisboa, que então era sito no largo do Contador e se denominava das *Alcaçovas*, pois os *Paços da Ribeira* (onde hoje é o arsenal da marinha) levantados por seu pai ainda não estavão habitados. Quando chegou a um anno de idade El-Rei D. Manoel convocou côrtes para o fazer reconhecer herdeiro; esmerou-se depois em lhe dar uma excellente educação confiando-a a habeis professores, e, quando chegou aos dez annos, quiz que assistisse aos conselhos para lhe inspirar cedo aptidão para os negocios publicos. Todavia a gravidade destas occupações nunca lhe pôde fazer perder o genio satyrico e remisso de que era dotado, do qual só o decurso do tempo o corrigio. Tambem se mostrára indocil e pouco affeiçoado aos estudos, porém com a experiencia se foi corrigindo destes defeitos e adquirindo a intrucção que lhe faltava, de modo que por morte de seu pai e na idade de 20 annos se achava mais habilitado a reinar do que d'antes se julgava que nunca viria a ser.

Começou a sua administração mandando recolher o seu antigo valido D. Luiz da Silveira, que no reinado antecedente tinha sido desterrado; porém não lhe deu como d'antes a sua confiança, porque então já a tinha D. Antonio d'Ataide e a merecia. Era varão dotado de

grande capacidade, honra e desinteresse, possuindo todas as qualidades de um bom ministro; e por ventura foi a elle que D. João deveu as mais acertadas medidas do seu reinado.

Obrigado a sustentar a guerra na Asia e na Africa, teve sempre grande cuidado de conservar as mais amigaveis relações com os principes da Europa. Um duplo casamento veio estreitar os laços de Portugal com a Hespanha, tomando por esposa D. Catherina, irmãa de Carlos V, em 1524, e este, dois annos mais tarde, a infanta D. Izabel, irmãa de D. João II; então se regulárão as pretenções de ambas as corôas relativamente ás Molucas, as quaes ficárão pertencendo a Portugal, e de cujo assumpto já tratámos. Depois do celebre breve de Alexandre VI, caminhando os Portuguezes para o Oriente, e os Hespanhóes para o Occidente, abordárão quasi ao mesmo tempo ás Molucas. Carlos V pretendia que estas ilhas não estavão comprehendidas nos 180 gráus que pertencião aos seus rivaes. Fernando de Magalhães ahi aportára, e, depois de assassinado, tomára posse dellas, em nome de Carlos V, Espinosa; porém as agitações que soffria o Imperador na Europa o impedirão de sustentar suas pretenções na Asia de então, hoje Oceania. Os Portuguezes, que a querião toda para si, esperavão os Hespanhóes na passagem do cabo de Boa Esperança e mettião seus navios e tripulações desalmadamente a pique: tal fôra a positiva ordem de D. João II. Tratou o Monarcha imperial de decidir esta questão de limites, e a final, como necessitasse muito de dinheiro, abandonou estas ilhas litigiosas aos Portuguezes por um milhão de ducados. Os historiadores varião sobre a somma. Segundo Argensola, foi concluido esse tratado em Saragoça no anno de 1529 pela quantia de 360,000 ducados. Por essa época a apparição de piratas francezes nos mares do

Brasil chamou a attenção do governo sobre as suas possessões da America; para esse fim destinou D. João III uma esquadra para as Indias occidentaes. O orgulho hespanhol foi que deu á America esta impropria denominação que ainda hoje subsiste em parte, tanto que em toda ella se chama *Indios* aos indigenas. Os Castelhanos querião tambem ter Indias no Occidente, como os Portuguezes no Oriente.

A Rainha de Portugal deu nascimento consecutivamente nestes annos a 6 principes e 3 princezas, porém os vio todos morrer sem posteridade, á excepção de dois: D. João, seu 5.° filho, fallecido em 1554, deixando sua esposa D. Joanna d'Austria gravida de D. Sebastião, que veio a succeder ao avô; e D. Maria, casada com Philippe II. Estas infelicidades domesticas lançárão grande tristeza no caracter do Monarcha, já de per si bastante sombrio e tristonho.

Cabe-nos o narrar neste esboço a introducção em Portugal e seus dominios de duas perniciosas instituições, que a mal entendida piedade d'El-Rei e uma subrepticia politica fizerão adoptar com apparentes pretextos de beneficio para a nação; alludimos ao sanguinario tribunal da *Inquisição* e á machiavelica sociedade dos *Jesuitas:* já porém tratámos estes dous assumptos a paginas 265 e seguintes que o leitor deve consultar por serem objectos historicos transcendentes e conhecerem a influencia que operárão sobre a nação.

Quanto ao que dizia respeito aos negocios das colonias, baseou D. João a sua politica sobre tres principios geraes realmente mui sensatos: conservar e augmentar as possessões da Asia, abandonar as d'Africa continental e fundar estabelecimentos no Brasil. Este ultimo projecto foi geralmente approvado, e com effeito era prudente equilibrar a influencia dos Hespanhóes na America. Es-

tava então o Brasil retalhado principalmente do litoral até uma duzia de leguas para o centro em pequenas nações selvagens vivendo do producto da caça e da pesca, e pela maior parte comendo os prisioneiros ou inimigos que cahião em seu poder, e em continuo estado de guerra entre si n'uma perfeita anthropophagia.

Em 1549 foi Thomé de Souza nomeado seu primeiro governador; para lá partio acompanhado de alguns jesuitas e fundou a cidade da Bahia, dividindo o paiz em capitanias, ao passo que os padres jesuitas com verdadeiro fervor evangelico se expunhão denodadamente a catechisar os Indios. Frequentemente em guerra com elles, forão os Portuguezes progressivamente augmentando os seus estabelecimentos; porém só depois da restauração de 1640, quando entranhando-se no sertão descobrirão minas de ouro e diamantes, é que tirárão verdadeiras vantagens das suas colonias da America.

Durante o reinado de D. João havião-se já os Mouros apoderado d'alguns lugares da Africa pertencentes a Portugal, ajudados pelos Turcos que ahi tinhão mandado o celebre renegado corsario Barbaroxa para fazer aos Christãos todo o mal que podesse. Este destemido pirata tinha-se assenhoreado de Tunes e ajuntado ahi grande poder com que se fazia formidavel a Hespanhóes e Portuguezes. O Imperador Carlos V resolveu-se então passar á Africa para se desfazer de tão incommodo visinho. Pedio para este fim auxilio a D. João III, o qual lhe mandou tres grandes galeões com uma boa esquadra, na qual, além de muitos cavalleiros illustres, ia o famoso D. João de Castro, e nella se embarcou furtivamente o infante D. Luiz, desejoso de illustrar seu nome com algum honroso feito. Concluio-se felizmente esta expedição de Tunes; mas, com quanto fosse ella gloriosa, nenhuma utilidade produzio a Portugal, antes lhe foi prejudicial, porque em-

quanto ahi tinhão occupadas suas forças, deixavão os seus estabelecimentos d'Africa expostos aos ataques dos Mouros. Foi durante esta famosa expedição que se vio empregada a maior náu que até então sulcou os mares. Antes de ser chrismada *Bota-fogo* chamava-se *S. João Baptista*; montava 360 peças de bronze, e tinha a bordo, sem contar a tripulação, 600 fuzileiros, 400 soldados de broquel e adarga, e 300 artilheiros. É igualmente celebrada pela serra ou talhamar de finissimo aço que tinha na prôa afim de cortar a cadêa que fechava a entrada da Goleta, que é o porto de Tunes. No primeiro choque este instrumento não preencheu os fins a que era destinado, porém o infante D. Luiz, tendo ordenado ao piloto de tomar maior extensão ao largo e içar todas as velas, o impulso foi tal que a densissima corrente de ferro não pôde resistir. A náu entrou logo, e lançou tão prodigiosa quantidade de projectis, que recebeu o nome de *Bota-fogo*.

Conforme com a sua politica, fez El-Rei sempre pouco caso das suas possessões d'Africa septentrional; tambem já bem pouco produzião, e os ataques dos Mouros erão incessantes. Numerosos sacrificios e todas as riquezas da Asia nellas erão absorvidas, e ha mais tempo se devêra nisso ter pensado. Em 1536 os Marroquinos se apoderárão de Santa Cruz de Cabo de Aguer, e unindo-se-lhes o Rei de Fez, apenas puderão os Portuguezes sustentar uma guerra defensiva. Finalmente em 1549 deu João III ordem de abandonar Arzilla, Saphim, Azamor, Alcacer e outras praças menos importantes; foi pois a Africa sacrificada ás colonias do Oriente.

Governava a India, quando subio João III ao throno, D. Duarte de Menezes, 5.° vice-rei. Durante a sua administração os fracos estabelecimentos que se havião formado nas ilhas Molucas tomárão importancia: Antonio de Brito edificou a fortaleza de Ternate em 1522; os habitantes de Ormuz

revoltados forão obrigados a pagar um dobrado tributo; o Rei de Aden, atemorisado, reconheceu-se tributario de uma somma consideravel, a qual comtudo recusou pagar apenas se julgou seguro vendo afastar-se a esquadra e exercito. Apezar destas vantagens e de muitas outras ganhas sobre os Indios e Mouros, continuas queixas chegavão a Lisboa contra o vice-rei Menezes e seus officiaes, até que Vasco da Gama foi escolhido para o ir render e reparar os males da sua administração.

Com effeito para lá partio em 1524 com 14 náus, acompanhado de D. Henrique de Menezes, Pedro Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, todos tres designados successivamente para o vice-reinado quando Gama viesse a morrer. A sua severidade no exame dos negocios e o prompto castigo dos culpados espalhárão um salutar terror e restabelecêrão a ordem. Sampaio governava Cochim debaixo das suas ordens, e alguns mezes bastárão para restabelecer-lhe o esplendor, quando o conde-almirante-vice-rei veio a fallecer na mesma cidade a 25 de Dezembro do mesmo anno, carregado de annos e de gloria, deixando seu nome ligado á época mais brilhante da historia do seu paiz.

Emquanto este grande homem consagrava os ultimos instantes da vida ao serviço publico, discutia-se uma questão singular entre Carlos V e D. João III. Depois de haver atravessado o estreito do seu nome como vimos no anterior reinado, Fernando de Magalhães chegou em 1522 a Tidor, uma das ilhas Molucas; pouco depois os Portuguezes ao mando de Brito se estabelecião e levantavão fortalezas em Ternate, tambem uma dellas. Carlos V, persuadido que estas ilhas se achavão comprehendidas na parte do mundo que competia á Hespanha pela celebre linha de demarcação de Alexandre VI, de que atrás fallámos, exigio que se retirassem. Nomearão-se commissarios,

porém a sua decisão foi ambigua, e só as alliançcas de familia que por esse tempo unirão ambas as familias impedirão que a questão se tornasse seria: entretanto as Molucas ficárão pertencendo a Portugal por ajuste, como já dissemos a paginas 473.

O successor de Gama, D. Henrique de Menezes, 7.° vice-rei, apenas contava 28 annos e só governou um, porém foi a sua administração um continuo encadeamento de triumphos. Para melhor guerrear o Monarcha de Calicut resolveu ataca-lo na sua capital (1525). Era necessario antes, para maior segurança, arruinar a cidade e porto de Couleta, situada n'um largo canal onde estavão fundeados 40 navios de guerra e nos arredores se achavão 40,000 naires; estes forão atacados por terra e mar, completamente desbaratados e Couleta reduzida a cinzas. O Samorim negociou logo a paz, porém ao mesmo tempo um de seus generaes foi pôr cerco á fortaleza visinha desta cidade. João de Lima, que a commandava, defendeu-se valorosamente até 15 de Outubro de 1525, apezar dos 70,000 homens que o atacavão, quando chegou o vice-rei e fez levantar o cerco com grande mortandade dos inimigos. Pouco depois, voltando para Cananor, morreu prematuramente em 1526, em consequencia das feridas que tinha recebido na acção.

Pedro Mascarenhas era o 2.° vice-rei designado, porém só o foi de nome. Occupado além do Ganges quando morreu Menezes, foi tardia a sua volta; achava-se pois a autoridade nas mãos de Sampaio, e quando elle chegou a Cochim, depois de haver conquistado Bintam, não só aquelle recusou de lhe entregar o governo, mas até o prendeu. Felizmente pôde-se evadir, e partio para o reino a reclamar justiça. Apezar de aspero, altivo e avarento, não deixou Sampaio de ser valente e economico das rendas do Estado. A guerra foi a sua principal occu-

pação. Destruio a marinha dos Malabares, augmentou as fortificações de Chaul, Ormuz, Cananor, cercou Goa de fortes muralhas e formou uma frota de 136 navios armados, dos quaes seu successor, tão habil, porém mais honesto do que elle, fez um admiravel emprego, pois em 1528 Nuno da Cunha o rendeu, e unindo-a á que levou do reino apresentou-se em 1531 em frente de Diu, e Badur Rei de Cambaia não ousou resistir; Antonio da Silveira passou a commanda-la e concluio-se a paz. Apenas porém partira o vice-rei, veio Badur sitia-la; mas, voltando elle, derrotou os Indios, e o proprio Badur morreu de uma lançada. Goza de fama europea a celebre peça ou *canhão de Diu* ahi tomado nessa occasião e remettido para Portugal pelo vice-rei Nuno da Cunha. Este monumento de passadas glorias existe no arsenal do exercito de Lisboa: tem de comprimento 27-1/2 palmos; 10 de circumferencia na culatra, e na bocca 7-1/2; de diametro quasi 9 polegadas, e atira ballas de 110 libras. Este enorme basilisco foi por perto de tres seculos o mais monstruoso conhecido na christandade.

A sua administração, que durou 10 annos, foi assignalada por muitos outros feitos d'armas. Heitor da Silveira forçou os Reis de Panane e d'Aden a serem tributarios; em 1529 Antonio de Saldanha submette e depois destroe Goga, cidade do Malabar, e outros paizes circumvisinhos; os terrenos de Salsete e Bardez forão cedidos á corôa d'El-Rei, ao passo que Martim Affonso de Souza e Antonio de Brito derrubão o poder dos Calicutianos auxiliando o rajah de Cochim, alliado portuguez. *

---

* Foi por este tempo que Diogo Botelho Pereira praticou uma das mais arrojadas emprezas de que a historia faz menção. Nascêra em Cochim de pais portuguezes, e se instruira muito em geographia e nautica. Vindo ao reino requerer o lugar de seu pai—commandante da fortaleza de Chaul— e sendo-lhe

Por este tempo Solimão II°, Imperador da Turquia, depois de se ter apoderado do Egypto, construio em Suez

---

negado, parece que soltára termos atrevidos ao ministro D. Antonio de Noronha, dando a entender que mudaria de patria, o que sabido de D. João III e lembrando-se do caso de Fern. de Magalhães, a quem Botelho igualava em valor e excedia em conhecimentos, o mandou prender no castello de Lisboa e conservar a bom recado por alguns mezes, até que foi nomeado vice-rei da India o conde almirante D. Vasco da Gama, o qual conseguio d'El-Rei leva-lo comsigo debaixo da condição de não voltar á Europa sem expressa licença.

Em Goa e Cochim servio por algum tempo no exercito; andava porém espreitando occasião opportuna de voltar a Portugal, porém de um modo tão extraordinario, que demonstrasse a sua fidelidade e desmentisse a opinião de querer tomar serviço estranho. Com este intento obteve do vice-rei Nuno da Cunha licença para armar uma fusta com a qual servisse o Estado, e a construio em Cochim, *tendo 22 palmos de quilha e 6 de pontal*, isto é, da quilha até á coberta, munindo-a de todo o necessario para uma longa viagem. Era isto na occasião em que o vice-rei negociava com o Sultão Badur a construcção de uma fortaleza em Diu, e, devendo tão importante noticia ser logo communicada a El-Rei, tencionou Botelho ser o portador della; informou-se pois de todos os pormenores e se fez de vela em 1535 na sua fragil e pequena fusta, tendo de tripulação 5 Portuguezes e 8 escravos, e de carga 48 quintaes de cravo e mantimentos. Navegando já nas aguas de Melinde, descobrio á companhia o objecto da sua viagem, a quem pagou logo adiantado, e como se não fiasse nos escravos trazia sempre vestida uma saia de malhas e um grande punhal. Não forão vãos estes receios, pois elles se revoltárão, ferirão gravemente a Botelho e a outros dois brancos, mas perecêrão quatro no ataque. Após uma tormentosa e arriscadissima navegação chegárão milagrosamente aos Açores, onde o quiz prender o corregedor do Fayal, julgando-o fugido da India; porém pôde safar-se, e chegou a Lisboa a 21 de Maio com quasi 7 mezes da India. El-Rei estimou saber as prosperas noticias que do Oriente lhe communicou o atrevido aventureiro, perdoando-lhe a sua deserção e falta de obediencia. Foi pessoalmente examinar a fusta, a qual mandou recolher para o rio de Sacavem, onde concorrêrão immensos curiosos para admirarem um tão pequeno barco (do tamanho de uma falua regular de Lisboa) que atravessou tantas mil leguas dos dois Oceanos. É esta uma das viagens que deve entrar em parallelo com as mais atrevidas acções do espirito humano. Passados tempos, deu D. João III a Diogo Botelho a capitania de S. Thomé e depois a de Cananor, onde fez relevantes serviços. Lemos n'um acreditado manuscripto que a fusta fôra depois recolhida á Eryceira e ahi queimada afim de encobrir aos estrangeiros a possibilidade de tão facilmente navegar para a India.

uma armada para guerrear os Portuguezes no Oriente. Esta se fez de vela com muita tropa para Diu. O governador Silveira lhe resistio em dois terriveis assaltos e pedio soccorro ao vice-rei Cunha, o qual nesse momento estava sendo rendido por Garcia de Noronha (1538). Este se apressou em auxilia-lo; mas antes da sua chegada os Turcos escalárão a praça durante muitos dias, e não podendo submette-la retirarão-se com a noticia da sua chegada. Voltando a Goa e morrendo logo depois, succedeu-lhe D. Estevão da Gama, filho do conde-almirante, o qual, esforçando-se de imitar seu illustre progenitor, falhou comtudo na sua principal empreza, que era de destruir o porto de Suez; findos os seus tres annos de governo succedeu-lhe Martim Affonso de Souza, levando comsigo Francisco Xavier (depois canonisado) e alguns jesuitas, os quaes fizerão immensas cathecheses, prégando por toda a parte o Evangelho, principalmente no Japão, paiz recentemente conhecido dos Europeos. Martim Affonso, profundo politico e habil general, aproveitou este auxilio para pacificar os vastos dominios da sua jurisdicção; acabando porém o prazo do seu governo, foi-o render D. João de Castro. Governava então Diu D. J. Mascarenhas, não tendo para a defender mais que 300 Portuguezes, vendo-se ameaçado por centuplicada força commandada por Coge Sofar. O novo vice-rei enviou-lhe entretanto alguns contingentes de tropa e seus dois filhos; D. Fernando morreu na praça pela explosão de uma bomba, e D. Alvaro chegou depois anticipando-se pouco ao soccorro que acompanhava seu pai.

Um escriptor francez resumio sensatamente o periodo que precedeu este vice-reinado nos seguintes termos: « Os Romanos no auge da sua prosperidade não chegárão a ter um imperio mais consideravel: no meio de tanta gloria não se esquecêrão os Portuguezes dessa parte

da Africa situada entre o Mar Vermelho e o cabo de Boa Esperança, tão rica pelas suas producções. Os mercadores arabes que a occupavão forão subjugados, e sobre suas ruinas se levantou um imperio que se estendia desde Sofala até Melinde (não fallando na Asia), do qual a cidade de Moçambique era o centro; o seu porto tornou-se um consideravel entreposto para o vencedor. Tantas vantagens podião formar uma potencia inabalavel; porém a inepcia de alguns chefes, a embriaguez das vantagens, o abuso das riquezas e os vicios do luxo transformárão os vencedores em degenerados e crueis satrapas. O Rei de Tidor foi assassinado com seus filhos, que havia confiado aos cuidados dos Portuguezes; os povos de Ceylão forão tratados com a maior barbaridade; um sanguinario tribunal se estabeleceu em Goa (Inquisição); os tumulos dos Imperadores da China, na ilha de Calampin, forão profanados e saqueados por Faria; Souza derrubou todos os pagodes que pôde no Malabar, e degollava aos que vinhão carpir sobre as ruinas dos seus templos; Nuno da Cunha mandou passar á espada todos os habitantes de Damão que se querião retirar com os seus haveres. Diogo da Silveira se apoderou no Mar Vermelho de um riquissimo navio mouro com passaporte de um chefe portuguez, porém continha elle as seguintes palavras: « Rogo a qualquer commandante d'embarcação d'El-Rei de tomar este navio de Infieis. » Brevemente não tiverão os Portuguezes mais humanidade com os estranhos do que com os seus nacionaes. Os seus costumes transformárão-se n'um amalgama de avareza, devassidão, crueldade e hypocrisia, e os tributos que ao seu Rei pagavão mais de 150 Monarchas do Oriente erão dilapidados pela maior parte. »

Defendia-se então Diu heroicamente (1546) havia 6 mezes, quando chegou o grande Castro; conseguindo

illudir o inimigo, entrou na praça com 4,000 homens, e alguns dias depois fez uma sortida, atacou as trincheiras dos sitiantes commandados por Rumecão e ganhou uma completa victoria, uma das mais sanguinolentas e memoraveis que nos tem transmittido a historia. A cidade ficou inteiramente arruinada, pois o combate abrangeu ruas, largos e arredores. Era preciso reconstruir as fortificações, faltava porém dinheiro. Nesta perplexidade extrema, D. João de Castro cortou um lado da barba, e sobre este penhor pedio emprestados 20,000 pardaus (6,000 pesos) á municipalidade de Goa, que lhe forneceu todo o dinheiro que precisou, e a singular hypotheca foi resgatada no prazo fixo. Voltando triumphante para Goa, no seguinte anno de 1547 mandou Diogo Soares de Mello tomar uma estrondosa vingança dos Reis de Achem e de Pedir, da aggressão commettida contra alguns subditos maritimos portuguezes. A frota deste regulo foi atacada na foz do rio Parles ou das Perolas, perdendo muitos navios e mais de 300 peças de artilheria.

Havia pois D. João de Castro restabelecido a boa ordem e energia no vice-reinado, porém a morte o surprehendeu no mesmo anno, a 6 de Junho, no momento em que meditava ainda vastos projectos. Exhalou o ultimo suspiro nos braços de S. Francisco Xavier, no estado da mais infima pobreza (veja-se no 1.° vol. a pag. 144). Não se achou nos seus cofres mais que uns cilicios e tres reaes, pois que em vez de amontoar thesouros despendia generosamente os seus ordenados no serviço do Estado. Nasceu este probo e desinteressado heroe em 1500; passou á India no vice-reinado de Antonio de Noronha, e era governador de Ormuz quando foi chamado para essa dignidade. Tinha já militado em Tanger com D. Duarte de Menezes, e acompanhado Carlos V na tomada de Tunes; quando este lhe quiz dar a sua parte dos despojos,

elle a recusou, dizendo que só pertencia ao seu Soberano recompensa-lo como merecesse. Toda a sua vida foi um encadeamento de acções grandiosas. Vasco da Gama, Albuquerque, Pacheco e elle forão as mais illustres personagens que passárão á India.

O 1.° successor de D. João de Castro foi Garcia de Sá, ancião de 70 annos, que morreu no fim de tres mezes; o 2.°, Jorge Cabral, que empregou quasi todo o tempo que governou em preparar uma poderosa armada para guerrear o Rei de Cochim, e foi rendido (1550) por Affonso de Noronha no momento em que ia colher o fructo de seus trabalhos. Noronha, 17.° governador, não possuia qualidade alguma meritoria, mas sim muitos vicios; triumphou por vezes dos inimigos, porém malquistou-se com todos os alliados da corôa por causa da sua extrema avareza. Voltando a Cochim de uma expedição contra a ilha de Ceylão, ahi encontrou um embaixador do Imperador Japonez, encarregado de uma missão para El-Rei de Portugal. Este embaixador se embarcou na mesma náu com Manoel de Souza de Sepulveda e sua esposa D. Leonor. O navio afundou-se perto do cabo de Boa Esperança, e a gente, em numero de 500 pessoas, salvou-se para terra. Estes infelizes, apezar da distancia de 400 leguas, resolvêrão dirigir-se a pé até Moçambique; despojados porém pelos Cafres, quasi todos morrêrão desastrosamente. Sepulveda se achou abandonado só com a esposa e filhos, sem recursos e expostos ás injurias do tempo. Um dia em que este infeliz se afastára da familia para colher alguma fructa no matto, á sua volta achou a esposa e um filho estendidos mortos na areia; arrebatado pela desesperação embrenhou-se na floresta e nunca mais se soube delle. Tres escravos seus puderão escapar á morte e voltar para a India, onde contárão os deploraveis pormenores deste naufragio que tão sublime-

mente celebrou o eximio poeta Jeronymo Corte Real. Como já deixámos apontado a pag. 249, semelhantes acontecimentos não erão raros; essas viagens apresentavão muitos perigos; a arte da navegação achava-se pouco adiantada.

(1554) D. Pedro Mascarenhas, successor de Noronha, morreu no anno seguinte. Francisco Barreto lhe succedeu; fez uma activa guerra a Hidal-khan, o qual se submetteu a rigorosas condições. Se acreditarmos a satyra de Camões (que lhe valeu o desterro) dos *Disparates da India*, se o valor não tinha abandonado os habitantes deste paiz, o seu estado moral tinha-se tornado deploravel. Barreto desenvolveu energia e virtudes civicas na sua administração, que durou mais de tres annos. Durante ella se estabelecêrão os Portuguezes na peninsula de *Macáu* (China); veja-se o seu artigo no 1.° vol. a pag. 290, onde se encontrará o que de mais importante ha que lhe diga respeito. Accrescente-se que começando por aldeia de pescadores e contrabandistas, que fizerão relevantes serviços ao celeste Imperador, já em 1625 era importante povoação, e que, atacada por 19 navios de guerra hollandezes e forças terrestres consideraveis, soube sustentar a sua independencia; mais de 500 Portuguezes, afóra Canarins e subditos da corôa, perecêrão nesses ataques, e que as repeitaveis fortificações que ainda a defendem do lado da terra e mar forão construidas pelos prisioneiros de guerra hollandezes.

Tambem foi prospero na guerra este governador; tomou as fortalezas de Manorá e d'Asserim; mandou Peixoto contra a cidade de Suaquem, a qual tomou e destruio, e a Pedro Rollim ao reino de Sindhy, onde tomou algumas praças, sustentando victoriosamente as suas armas em Malaca. Dispunha-se a atacar o Rei de Achem, e depois o de Monomotapa, quando foi rendido por D. Constantino de Bragança. Voltou para Portugal, onde foi

recebido com distincção pela Rainha D. Catherina, regente do reino, pois D. João III tinha morrido em 1557, e seu neto D. Sebastião com 3 annos de idade havia sido proclamado Rei.

Proseguira D. João III nos descobrimentos e defeza de suas possessões americanas e asiaticas, promovendo o melhoramento de todas. Todavia dois flagellos — *Inquisição* e *Jesuitas* — por elle adoptados offuscárão a gloria do seu reinado. Permittio que estas duas viboras se alimentassem das entranhas do Estado, e deixou morrer na indigencia aos homens mais eminentes em letras, armas e virtudes. Foi de indole pacifica, mas de espirito nimiamente devoto e perplexo. Morreu em Almeirim em 1557.

Accrescente-se mais aos factos que detalhadamente ficão relatados que neste reinado quasi todos os Soberanos das Molucas se submettêrão ás armas portuguezas, e na volta dellas alguns navegantes da mesma nação descobrirão a Nova-Hollanda, isto pelos annos de 1525, época em que nasceu o principe dos poetas modernos, L. de Camões. —No de 1527 transferio El-Rei a Universidade, de Lisboa para Coimbra, na qual empregou abalisados professores. (Veja-se a pag. 150 do 1.° vol.) — No anno de 1543 a Rainha de Canará se lhe fez tributaria, e Tubarrija, Rei de Ternate, morrendo sem successores, o constituio seu herdeiro. Finalmente, além de muitos casos aqui omittidos por falta d'espaço, em 1556 o general Mem de Sá desbaratou os Francezes que tinhão invadido o Rio de Janeiro.

D. Sebastião o Desejado, 17.° Monarcha de Portugal.

Herdou o throno em 1557; foi declarado maior em 1568 e reinou até 1578.

O testamento do defunto D. João III legava a regencia do reino e a tutela de seu neto D. Sebastião á Rainha viuva D. Catherina, para seu aio a D. Aleixo de Menezes, e a Luiz Gonçalves da Camara para seu director espiritual. Era o primeiro pessoa distincta por sangue e conhecimentos, professava porém cego respeito pela Inquisição e Jesuitas, a cuja sociedade pertencia; o segundo era filho do donatario da Madeira, João Gonçalves da Camara, e tambem Jesuita; ajuizou-se pois desde logo quanto se enganára D. João III nos interesses da nação, introduzindo-lhe as instituições de S. Domingos e de Ignacio de Loyola.

Dotado de um genio esperto e penetrante, o joven Monarcha fez rapidos progressos em todos os conhecimentos que lhe ensinárão seus professores; porém apascentavão-lhe a memoria com mysteriosas interpretações da Biblia e factos adulterados adrede para um fim sagrado. Apresentavão-lhe, por exemplo, como base das virtudes Reaes a coragem e a religião; não a coragem reflectida que sustenta os thronos, mas a aventureira que póde conduzir um chefe d'Estado á sua perda; não a religião suave do Redemptor que pacifica e consola, porém o culto dogmatico, furibundo, que esclarece com fogueiras humanas e exige a morte de todo o incredulo. Excitando o fanatismo no coração do joven principe, inspirárão-lhe uma absurda temeridade afim de fazerem delle um missionario armado; destruírão-lhe o bom senso e exaltárão-lhe as qualidades que recebêra da Natureza.

Entretanto governava o reino a Rainha viuva mantendo

a mais profunda paz. Os povos abençoavão a sua administração; desgostosa porém das intrigas continuas que se tramavão em roda de si, renunciou a regencia e se retirou para um mosteiro (1562). Desde logo o cardeal D. Henrique, tio d'El-Rei, dirigio os negocios do Estado e os Jesuitas puderão sem obstaculo continuar seu deploravel systema de educação. O seu credito ainda mais se augmentou quando, chegado aos 14 annos, o principe tomou as redeas do governo. Tudo prosperava então para os Portuguezes; o reino nadava em riquezas, a Africa achava-se tranquilla, os estabelecimentos do Brasil começavão a adquirir importancia, os archipelagos dos Açores e Madeira avultavão já em população e consideravel riqueza agricola, e na India se obtinhão brilhantes feitos d'armas e valiosos tributos.

Afim de dar ao seu pupillo uma alta idéa do seu poder, Camara dobrou-lhe a guarda e o rodeou do mais pomposo apparato, prodigalisando-lhe vís lisonjas. Empunhando já o sceptro, delle se servio para satisfazer os seus caprichosos gostos e as extravagancias das suas phantasias. Ora montava um cavallo indomito e se deixava levar por elle sem destino nem companhia; ora passava semanas inteiras na caça; outras vezes mandava fazer no interior do reino ás tropas, marchas e contramarchas extensas e trabalhosas sem a menor utilidade. Ordenára aos commandantes das fortalezas de S. Julião, Bugio, Belém e Torre Velha, de não deixarem passar navio algum sem ser visitado, e de o metterem a pique no caso de resistencia: para verificar se a ordem era executada, elle proprio embarcado n'uma caravella passou entre as duas torres da barra, as quaes lhe fizerão um vivo fogo; mas por um feliz acaso escapou á morte, ficando o navio crivado de ballas, e recolhendo-se ao paço mui satisfeito de ser tão pontualmente obedecido.

Em 1574, á frente de um corpo de infanteria, desembarcou em Tanger e começou a bater o matto e caçar nos montes, como se estivesse a duas leguas da sua capital. Os Mouros o atacão, elle os dispersa, faz alguns prisioneiros e volta a Lisboa. O bom exito desta primeira jornada, ou antes louca correria, induzio-o a emprehender uma expedição mais importante; é o que desde então lhe occupou mais a mente. Adiante veremos como os acontecimentos secundárão seus designios, e seu desastroso desfecho. Antes disso porém occupar-nos-hemos com os negocios do Oriente.

O successor de Francisco Barreto no vice-reinado da India foi D. Constantino de Bragança, filho do duque D. Jayme; era moço e activo; o seu governo foi assignalado por brilhantes emprezas; em 1559, depois de uma sanguinolenta acção, apoderou-se da praça de Damão pertencente ao Rei de Cambaya e da visinha fortaleza de Balzar. O regulo de Jafanapatam foi castigado por causa das suas perfidias, e a capital do reino tomada e saqueada. Apoderou-se tambem da ilha de Manar, perto de Ceylão, onde edificou uma fortaleza e deixou forte guarnição com 10 navios de guerra para purgar os mares dos piratas; destruio Mangalor por falta de cumprimento de tratados, dominou em todo o litoral do Malabar, e levantou a fortaleza de Moçambique tal qual existio por muito tempo. Forão porém os Portuguezes batidos e expulsos da ilha de Baharem, tão rica pela pesca das perolas. Ficou a memoria deste amavel principe recommendada á posteridade pela amizade e protecção com que tratou a Camões, d'antes perseguido por seu predecessor A. Barreto.

No thesouro de Jafanapatam se achava uma singular reliquia: era um dente de macaco, objecto da veneração dos Indios, cuja theogonia continha um tecido dos mais

extravagantes absurdos: passára esse dente a diversos Reaes possuidores, e a final aos Portuguezes por direito de conquista. Apenas o Rei de Pegú foi informado desta circumstancia, offereceu uma somma enorme pela preciosa reliquia. O vice-rei ia aceitar a offerta, porém os Jesuitas representárão que esse dente de mono punha o christianismo no maior perigo, eis as razões: « Se se entregar a profana reliquia aos Indios, é mostrar-lhes que della se faz tanto caso como elles; vivendo na idolatria, nisso encontraráõ mais firmeza e inflexibilidade para se não deixarem converter: lance-se ao fogo o dente do bugio, e nada opporá obstaculo ás nossas catequezes.» D. Constantino não era da mesma opinião, bem como muitos homens cordatos; havia porém uma Inquisição em Goa, e Jesuitas por toda a parte: o maldito dente que se poderia ter substituido por meia duzia de naus sem o menor prejuizo, foi lançado n'um brazeiro em presença dos embaixadores de Pegú. O ultimo acontecimento importante do seu governo foi um grande combate ganho perto de Surrate por Rui Dias de Mello contra o Rei de Cambaya.

Em 1561 D. Francisco Coutinho, conde de Redondo, o foi render. Fez a guerra na ilha de Ceylão (1563); soccorreu Balthasar Guedes de Souza, sitiado em Columbo, e a Mello Coutinho governador de Manar. Garcia Rodrigues de Tavora, que commandava Damão, ganhou uma victoria assignalada contra os Turcos e Indios. O vice-rei concluio novo tratado com o Samorim, e morreu inopinadamente em 1564. João de Mendonça lhe succedeu, e só governou 6 mezes; tomou-lhe o lugar Antão de Noronha. Este derrotou os Malabares junto de Cananor, e lhes fez levantar o cerco desta cidade em 1565.

Em 1566, a 4 de Outubro, estando Portugal em paz com a França, aportárão á cidade do Funchal, capital da Ma-

deira, 8 galleões de huguenotes da Rochella bem equipados, e guiados por um traidor portuguez Gaspar Caldeira, o qual depois foi enforcado em Lisboa; trazião bastante gente, a qual desembarcando na *Praia formosa* a uma legua da cidade, logo a acommettêrão e tomárão. Nella permanecêrão 16 dias, saqueando a ilha de quanto podião levar mais importante dos particulares, dos templos a quem profanárão, e roubárão os objectos de valor, e matárão todos os frades que encontrárão. A perda que a ilha soffreu com esta pirataria calculou-se em 500 mil cruzados, alem de uns 350 homens. Os inimigos tiverão morto o seu chefe Mulerque, e ferido seu immediato e irmão.

Renovárão-se as guerras na ilha de Ceylão com singular ferocidade por motivos religiosos. O governador de Columbo, Pedro d'Atahide, protegia o Rei de Cota que se havia feito christão. Em breve os Chingulais commandados pelo regulo Rajú o vierão sitiar em Cota. Vendo-se rodeado por tanta gente, e com escassez de viveres, mandou salgar os cadaveres de 400 homens inimigos mortos em acção, para alimentar os seus soldados á espera que o viessem soccorrer: os Chingulais porém levantárão o cerco em tempo que se não tinha ainda feito uso desse alimento de cannibaes. N'uma acção que com os mesmos teve defendendo o seu alliado de Cota, deixárão elles n'um quadrado de 300 pés 2,000 mortos, contados, não perdendo os Portuguezes mais que um unico, o qual impedio que o milagre não fosse completo aos olhos dos Christãos, pois não puderão deixar de attribuir semelhante victoria a um poder sobrenatural. A propria cidade de Columbo que soffria um cerco dos mais apertados foi salva graças a 60 Portuguezes que estabelecêrão communicações com Goa, e que só n'uma occasião matárão 500 Chingulais.

Apezar porém destas façanhas, já não era o mesmo o

poder dos Portuguezes; erão elles mais um objecto de execração que de terror. Para os Europeus o clima do paiz produzira o seu effeito natural; e os soldados pela maior parte lá nascidos não possuião aquella perseverança dos primeiros conquistadores; a mãi-patria esgotada por demasiado numero de colonias não podia mais fornecer-lhes homens. Os governadores subalternos não punhão limites ás suas rapinas, exigencias e avareza: imitavão-os seus compatriotas; chegára a corrupção ao ultimo grau, e todos esses estabelecimentos ameaçavão desabamento se um grande homem não viesse salva-los.

Foi a ilha de Amboina, uma das Molucas, a primeira que deu o exemplo da resistencia (1568). N'um festejo nacional insultára certo Portuguez uma India de qualidade; correm os insulares ás armas, e os Europeus em diminuto numero se achão cercados e indefesos. Contentárão-se porém em expulsa-los da ilha exprobando-lhes sua perfidia, e cessando desde logo a alliança com elles. Lopes de Mesquita, governador de Ternate, mandava neste mesmo tempo matar o regulo da ilha. De Ternate e d'Amboina repercute o grito de vingança, e os Soberanos indios formão uma confederação para exterminar os insolentes Europeus. A côrte de Lisboa atemorisada mandou em seu auxilio D. Luiz d'Atahide com muitos guerreiros de distincta fama.

Quanto a Noronha, homem justamente apreciado e habil capitão, morreu na torna-viagem para o reino. Chegando Atahide á India, aconselhárão-lhe os seus officiaes de abandonar as possessões longinquas, e concentrar as suas forças na costa de Malabar: « Quero tudo conservar, respondeu elle, e em quanto viver espero em Deos, que os inimigos não ganharão um palmo de terreno. » Soube cumprir a sua palavra: enviou soccorros a todos os pontos ameaçados, e Goa foi admiravelmente

fortificada. Começou porém brevemente a luta. O Samorim ataca Mangalor, Cochim e Cananor; o Rei de Cambaya investe Chaul, Damão e Baçaim; o de Achem sitia Malaca, o de Ternate sustenta vigorosamente a guerra nas Molucas; todos os Portuguezes são retidos em Surrate por ordem do Imperador do Mogol, e outras muitas possessões se achão ameaçadas e em aperto.

Ainda que sitiado em Goa, envia o vice-rei 5 naus a Surrate e 13 a Malaca, e exige que os navios que annualmente levavão os tributos á metropoli partão do mesmo modo. Em vão se lhe representa que desse modo se privará de um recurso indispensavel nessa contingencia. Em seguida enviou soccorros a Ceylão e Cochim. O arcebispo de Goa se lhe oppõe allegando o desfalque que ia fazer na sua força; respondeu-lhe porém o vice-rei: « Não vos pertence investigar os negocios d'Estado: limitai-vos em os recommendar á protecção do Altissimo. » Sem fazer caso dos descontentes que murmuravão, continua nas suas medidas energicas, defende Goa durante um cerco de 10 mezes, e afinal obriga o inimigo a levanta-lo com um exercito arruinado. Parte immediatamente em auxilio de Chaul sitiada pelo Rei de Cambaia, e o destroça. Segue logo nas pégadas do Samorim que passa pela mesma sorte, e com elle conclue um tratado pelo qual o Asiatico se obriga a não ter mais navios de guerra.

As virtudes civicas renascem com a sua sabia administração, o valor torna-se heroico, e o que mais é, corrigem-se os maus costumes, e cessão as dilapidações da fazenda publica. Tão util reforma porém desappareceu com a remoção de Atahide. Persuadirão a D. Sebastião que nomear um unico governador do Oriente era habilita-lo com demasiado poderio; repartirão-se pois esses dominios em tres governos: o 1.° comprehendia desde o cabo Guardafui até Ceylão desde long. E. 49° até 80°, e

era o mais importante, com perto de 800 leguas de costa, e Goa por capital; o 2.° da costa oriental d'Africa desde 25° de lat. austral até aos confins septentrionaes do Zanguebar com perto de 500 leguas de litoral, com Moçambique por capital, e o 3.° abrangia diversos territorios na costa de Coromandel, incluindo Pegú até á China com interrompidas possessões, com o titulo de governo de Malaca. Antonio de Noronha, D. Francisco Barreto e D. Moniz Barreto forão os seus primeiros governadores. Noronha tinha o titulo de vice-rei, porém a autoridade assim dividida perdeu a sua força; não pôde elle mais fazer o que julgava adequado aos seus dominios; achou-se sem dinheiro, sem soldados, e importunado pelos seus dois collegas que lhe pedião soccorros.

Noronha representou sobre as suas difficuldades governativas para Lisboa, e o arcebispo de Goa recebeu ordem de o despojar do poder e substitui-lo por Moniz Barreto; pouco tempo bastou para resurgir a desordem. O jugo clerical achava-se estabelecido tanto na capital da India como em Lisboa, e o titulo de vice-rei corria parelhas ou até mesmo offuscava o da supremacia archiepiscopal. Pela mesma epoca (1574) teve lugar o celebre cerco de Malaca heroicamente defendida por Tristão Vaz da Veiga em que os Portuguezes ficárão victoriosos; porém menos felizes nas Molucas forão expulsos de Ternate.

Cahíra Barreto por sua vez no desagrado da côrte. D. Lourenço de Tavora o rendeu; após elle Menezes em 1576, o qual dois annos depois foi substituido por Luiz d'Atahide vice-rei pela 2.ª vez, cujos talentos se tornavão necessarios na India, além de que a sua franqueza e lealdade o fazião perigoso aos validos de D. Sebastião na Europa. Tres annos lhe bastárão para reorganisar o machinismo administrativo que já achára desorganisado; teve porém a dôr de ver a patria submettida a um jugo estranho, e

expirou ao mesmo tempo que o ião render governadores nomeados por Philippe II (1581).

Voltemos agora as vistas sobre os negocios do reino. Apenas de regresso da sua primeira expedição d'Africa, formára D. Sebastião o projecto de emprehender outra, apezar do seu conselho o desapprovar. Esta guerra contra os pacificos Marroquinos fôra resolvida sem outro motivo mais que uma religiosa intolerancia, o tomar cidades e converter os inimigos do Christianismo; um acontecimento fortuito veio tambem prestar-lhe certa apparencia especiosa de generosidade. Muley Mohamet, expulso do throno de Fez e Marrocos por seu tio Muley Moluco, reclamou soccorro do Monarcha portuguez. O usurpador, dotado de algumas virtudes, recuou diante desta guerra e fez a D. Sebastião offertas que qualquer outro principe teria aceitado; forão porém reputadas confissão de fraqueza, e os preparativos se proseguírão com maior energia. Toda a nobreza que devia acompanhar o Rei parecia celebrar com anticipação as festas do triumpho, e preludiava aos combates enervando-se com prazeres. Era tal a riqueza de seus atavios e trem pessoal, que mais parecião levar despojos para os inimigos do que armas para combater.

A partida da frota, composta de mais de 1,000 navios, teve lugar a 25 de Julho de 1578, e nella ião uns 20,000 homens, a saber: perto de 10,000 Portuguezes de infanteria, 3,000 Allemães, 2,000 Hespanhóes, 1,200 aventureiros da nação e estrangeiros, 3,000 de cavallaria e artilheria, e uns 800 Italianos de reserva que guarnecião as náus. O exercito de Muley Moluco compunha-se de 100,000 homens, 40,000 dos quaes formavão uma temivel cavallaria. Este immenso corpo recuou ao principio deixando os Christãos enganados com essa apparencia de victoria entranharem-se no seu centro, ao passo que suas alas rodeando-lhes a retaguarda os cercárão perfeita-

mente. O immediato resultado desta prudente manobra foi espalhar a confusão nas fileiras do exercito christão. A sua cavallaria achou-se envolvida com a infanteria, combatendo-se desde logo sem ordem, sem chefes; pelejou-se unicamente pela honra, para morrer. O joven Monarcha arremessou-se no mais forte do conflicto, matárão-lhe tres cavallos, e ensanguentado e coberto de feridas resistia ainda com a energia da desesperação, até que, disputando-se muitos Mouros para o apanharem vivo, acudio um que o acutilou mortalmente no alto da cabeça, pois já lhe tinha cahido o capacete.

Achava-se a expirar Muley Moluco já no principio da acção. Por uma rara força d'alma, triumphando do abatimento de uma natureza desfallecida, não deixou de mostrar-se em liteira, correndo de fileira em fileira para exhortar os Mouros á defeza da sua religião e patria; depois, recolhendo-se á sua tenda, deu o ultimo suspiro, pondo um dedo na bocca para recommendar segredo, o qual foi rigorosamente guardado durante a batalha. Um dos seus generaes, conservando-se junto da maca, abria de quando em quando as cortinas, como para receber as ordens daquelle que já não existia, e as dava em seu lugar; tanta presença de espirito foi coroada com os mais felizes resultados. Segundo a confissão dos chronistas portuguezes, mais de metade dos seus forão mortos. D. Diogo de Souza, commandante da frota, correu com os seus navios ao longo da costa de Tanger para salvar os restos espavoridos do exercito. Muley Hamet, por quem se havia combatido, sendo dos primeiros que fugírão, perdeu-se no riacho Mocassim, vindo a morrer nesta acção, denominada de *Alcacer Quibir*, tres Reis: O pretendente, afogado, o usurpador de doença e o protector na acção.

Eis o resultado da loucura de D. Sebastião, da impe-

ricia da sua nobreza e conselheiros. Antes de emprehender esta jornada, consultou com seu tio o astuto Philippe II, o qual desde logo contou com a sua ruina; e se a ella o não induzio abertamente, prometteu-lhe auxilios dos quaes só forneceu uma pequena parte. Igualmente illudido pelos seus cortezãos inexperientes, não deu ouvidos á prudencia de seus velhos guerreiros. D. João Mascarenhas, que se tinha coberto de gloria na India; esse illustre defensor de Diu, tendo censurado no conselho a expedição de Africa, ordenou o incauto principe uma irrisoria consulta de medicos sobre a questão de saber se a idade não podia mudar o valor de um homem que fôra valente, porém se achava septuagenario. — O velho guerreiro, cujas cans assim se ultrajavão em premio de seus longos trabalhos e serviços, se retirou mais cheio de piedade que de indignação.

Os Portuguezes, tão acostumados ás prosperidades da victoria, ficárão opprimidos com tal adversidade. Apezar da censura que D. Sebastião merecia por este luto geral, foi ainda a maior parte das lagrimas por seu respeito. Não tardou que corressem diversas tradições contradictorias sobre a sua morte; alguns mesmo affirmavão que não tinha morrido; soldados houve que attestárão havê-lo visto levar prisioneiro. A credulidade popular acolhia com transporte este vão alimento de suas esperanças. Formou-se até uma especie de seita denominada *Sebastianista*, desde então sempre obstinada na opinião de que não morrêra o principe, fazendo delle uma especie de Judeu errante; estes credulos ou hereticos em historia ainda hoje os ha: póde-se ajuizar do bom senso de pessoas que no anno de 1850 estão ainda á espera da vinda de um homem que em 1578 tinha de idade 25 annos e hoje teria quasi tres seculos! Essas relações mentirosas então favorecêrão a audacia de alguns aventureiros, que se intitulárão suc-

cessivamente D. Sebastião, conservando-lhe a memoria, sem comtudo dar credito ás suas insensatas hypotheses. *

Além disso oppõe-se-lhe como facto veridico, que depois da batalha Muley Hamet, irmão e successor de Muley Moluco, mandou ir á sua presença alguns fidalgos portuguezes, entre os quaes se achava D. Nuno Mascarenhas, os quaes affirmárão terem visto morrer El-Rei do modo e no lugar que fica dito. Mandou lá Hamet alguns a examinar a verdade, e Sebastião de Rezende, seu ex-camareiro, voltou com um cadaver, que affirmava ser o de seu amo, e por tal foi reconhecido por todos os prisioneiros presentes. Hamet o mandou para

---

* O 1.º destes especuladores appareceu em scena no anno de 1584, na villa de Penamacor; foi condemnado a galés. O 2.º foi um malvado Matheus Alvares, eremitão da Eryceira, chefe de salteadores; foi garrotado em 1585. Em 1595 Miguel dos Santos, frade de Santo Agostinho, dirigio a impostura de outro scelerado, e com elle morreu no cadafalso. Em 1598 é que appareceu em Veneza o mais celebre destes pertendentes e o que melhor representou o seu papel. A narração seguinte é extrahida da *Hist. Univ.* por Anquetil, tomo 7.º:

A relação que fundamentou entre os Portuguezes a sua longa e romanesca esperança da vinda de D. Sebastião foi de Luiz de Brito. « Retirando-se, diz elle, com a sua bandeira enrolada ao corpo, foi encontrado pelo Rei, o qual lhe dissera: « *Segurai o estandarte e morramos sobre elle.* » O principe cahio sobre os Mouros, os quaes o agarrárão. Brito o desenvolveu, mas ficou prisioneiro. Emquanto o conduzião maniatado, vio que o Rei não era perseguido. D. Luiz de Lima depôz da mesma fórma, o haver encontrado D. Sebastião, que se encaminhava para o rio, e foi a ultima vez que foi visto. »

Todas estas circumstancias são notaveis, porque, quasi 20 annos depois, appareceu em Veneza um homem que se intitulava D. Sebastião. Dava uma conta exacta de quanto lhe havia acontecido; contava que se tinha tirado debaixo dos mortos; que, depois de ter peregrinado pela Africa, tinha voltado a Portugal e estado no seu palacio (*Paços da Ribeira*), onde por vergonha e medo não quizera dar-se a conhecer. Tinha a figura, o ar, o gesto e a voz de D. Sebastião; mostrava as cicatrizes das suas feridas, que dizia serem vinte e cinco, sobretudo a da espadua e do olho. Alguns Portuguezes o reconhecêrão. Commissarios nomeados pelo senado o inquirirão, e ficárão espantados do que lhes contou das negociações secretas que tivera com a Republica. Admirados da sua segurança e da firmeza invariavel das suas respostas, modestia, piedade

Alcacer Quibir, e algum tempo depois o remetteu para Ceuta, a pedido de Philippe II, e d'ahi foi transportado para o templo de Belem com todas as honras Reaes, em 1582, onde D. Pedro II lhe mandou fazer um tumulo em 1682, com o seguinte epitaphio:

Hic jacet in tumulo, si vera est fama, Sebastus,
Quem dicunt Libycis occubuisse plagis.

O desastre de D. Sebastião conduzio á sepultura outra existencia celebre, que a miseria, as dôres, o esquecimento e a desgraça da patria fizerão morrer com a sua independencia. Desses ultrajes de uma adversa sorte já fallámos no periodo sobre o cantor dos Lusiadas, a pag. 250 e seguintes.

Grande parte dos escriptores do tempo concordão em que esta fatal jornada de Africa fôra obra dos Jesuitas,

---

e grande paciencia com que soffria a sua desgraça, não ousárão declara-lo impostor. O embaixador hespanhol exigio a sua expulsão, e o senado em grande embaraço não se atreveu a negar-lhe este pedido.

Retirou-se então o falso ou verdadeiro Monarcha para Florença, onde o grão duque de Toscana o fez prender, e entregou ao conde de Lemos, vice-rei de Napoles, pelo Rei de Hespanha. Quando o preso appareceu na sua presença, á pergunta de quem era? « Bem deveis reconhecer-me, respondeu, porque fostes encarregado de duas embaixadas para mim. » Referio-lhe então circumstancias particulares que só poderia saber um homem que tivesse sido Rei de Portugal. Depois da morte de Lemos, atormentárão-no para o obrigar a retractar-se, porém recusou sempre fazê-lo. Julgárão os Hespanhóes torna-lo desprezivel e mudar a opinião publica que se declarava em seu favor, fazendo-o correr as ruas de Napoles montado n'um jumento com a cabeça voltada para a cauda. Um pregoeiro o precedia, publicando que era um impostor intitulando-se D. Sebastião. A todas as vezes dizia o preso: « Sim, eu o sou. » Quando o pregoeiro gritava que elle era Calabrez, respondia então: « É mentira. » Depois desta humiliação, foi por algum tempo conservado preso em Napoles, e de lá transferido para a Hespanha, encerrado n'um castello central, e delle se não ouvio mais fallar. Na falta de melhores razões, os Hespanhóes publicárão que era magico e o demonio lhe fornecêra as illusões que fascinárão os credulos. Devêra concordar-se porém que, se era impostor, essas verosimilhanças merecião ser investigadas e desenganado o universo.

vendidos á politica de Hespanha, que muito a proposito se servio da sua influencia para juntar Portugal aos seus outros dominios. Isto até muito concorda com o caracter tenebroso, falso e hypocrita de Philippe II, que, vendo em seu sobrinho todas as disposições para realisar tão louca empreza e nella perder-se, ou pelo menos enfraquecer-se, não podia deixar passar por alto tão boa occasião de fazer valer os seus direitos da força e da perfidia. Já de ha muito a retrógrada e traiçoeira politica dos Jesuitas tinha aconselhado ao incauto principe de transportar a séde do seu governo para a India, naturalmente para com mais facilidade vender a independencia do reino ao seu patrono o *Demonio do Meio Dia*. (Veja-se a pag. 261 e seguintes o que ponderámos a este respeito.)

O Cardeal-Rei D. Henrique o Casto, 18.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1578 até 1580.

Este principe da igreja era o setimo filho d'El-Rei D. Manoel. Logo desde a mocidade o destinárão ao estado ecclesiastico, e contava apenas 22 annos quando foi nomeado arcebispo de Braga. Deste arcebispado passou para o d'Evora, e depois para o de Lisboa. Paulo III o creou cardeal e inquisidor geral do reino.

Achava-se então em Alcobaça, quando a Lisboa chegárão as primeiras noticias da derrota de Alcacer Quibir; e logo os governadores do reino lhe escrevêrão que viesse tomar conta do throno, de que era legitimo herdeiro como parente mais proximo do Rei defunto. Não sendo porém ainda segura a noticia da morte de D. Sebastião, só tomou o titulo de *Protector* do reino; mas chegando tres dias depois de Tanger o auto remettido por Belchior

do Amaral, no qual dizia ter elle mesmo enterrado o cadaver d'El-Rei D. Sebastião nas casas do alcaide, houve-se o throno por vago, e foi o cardeal acclamadoRei em Agosto de 1578, tendo então quasi 67 annos de idade.

Tratou logo de fazer pazes com os Mouros; por este meio conservou as poucas praças que lhe restavão em Africa, e conseguio resgatar os captivos que havião sobrevivido á batalha de Alcacer, para o que foi mister fazerem-se custosos sacrificios, visto o estado de abatimento em que ficára o reino. Por esta occasião derão as senhoras Portuguezas raro exemplo do seu patriotismo, offerecendo á porfia todas as suas joias e peças de valor para ajuda do resgate, ficando certamente mais ornadas com tão formosa acção, do que d'antes o erão com seus enfeites de ouro e diamantes.

Posto que sacerdote, velho e enfermo, instavão todos com elle para que se casasse afim de dar successor á corôa; e, depois de alguma irresolução, decidio-se em mandar sobre isto embaixadores ao Papa a pedir-lhe a necessaria dispensa. Mas baldadas forão todas as diligencias que se fizerão na côrte de Roma, porque Philipe II, que de ha muito tinha os olhos na corôa e Portugal, embaraçava o negocio por via de seus parentes, que a occultas tratavão com o Papa; de modo que este, protestando que tal caso demandava mui sem deliberação, o commetteu a uma junta de cardeaes, que nada decidio. Nisto se houve Gregorio XIII com muita duplicidade, porquanto, ao mesmo tempo que vendia esta fineza ao Rei de Hespanha, caminhava particularmente nos interesses da Santa Sé, porque tambem elle, como depois foi patente, teve pretenções á corôa de Portugal.

Via-se entretanto o Cardeal-Rei cheio de desgostos e na maior incerteza e perplexidade, porque, perdidas por aquelle lado as esperanças, os grandes, as camaras, o

povo, todo o reino emfim o apertavão para que designasse quem por sua morte lhe devia succeder no throno.

Sete forão os pretendentes da corôa que se apresentárão; mas entre elles havia tres, de quem se não julgava facil discernir a melhoria de direitos. Erão estes, o duque de Parma, nascido da infanta D. Maria, filha primogenita do infante D. Duarte; D. Catherina duqueza de Bragança, filha 2.ª do mesmo infante, e Philipe II, filho da infanta D. Izabel. Deste modo os dois ultimos erão sobrinhos directos, e o duque de Parma, 2.º sobrinho d'El-Rei.

A estas pretenções seguia-se D. Antonio, Grão-Prior do Crato, filho natural do infante D. Luiz, o qual affirmava que seu pai fôra occultamente casado com sua mãi, e se o podesse provar, sem dúvida que teria melhor direito que qualquer dos outros. O duque de Saboia, e Catherina de Medicis, Rainha de França, fundavão suas pretenções em direitos mais remotos, veja-se a pag. 197 e 205. Finalmente o Papa Gregorio XIII veio allegando que a corôa de Portugal lhe pertencia como espolio de um cardeal, e que por falta de herdeiros em linha recta esse throno devia pertencer á Santa Sé pela razão que Gregorio III tinha outr'ora feito Rei a Affonso Henriques, reconhecendo-se feudatario de Roma.

Mostrára-se o Cardeal-Rei ao principio mais inclinado a favor da duqueza de Bragança, cujo direito sem dúvida era o *melhor*; pois descendia por linha masculina (D. Duarte), e não casára com principe estrangeiro; mas assustava-o o poder de Philippe II, e o partido que D. Antonio se havia formado principalmente entre o baixo povo; nesta irresolução tomou o peior partido, que foi o de temporisar.

Nestas vistas mandou citar todos os pretendentes á corôa, para virem sustentar seus direitos; mas como os annos e enfermidades lhe não abonavão a probabilidade

de viver até final decisão deste processo, resolveu nomear cinco governadores, que por sua morte regessem o reino, e, examinados os direitos dos pretendentes, sentenciassem definitivamente a causa. *

Esta irresolução a todos desgostou; o povo murmurava e os grandes fizerão-lhe representações; porém elle obstinado, convocou as côrtes para confirmarem a sua decisão. Reunirão-se com effeito os Tres Estados do reino no 1.° de Abril de 1579; mas depois de longas discussões, vierão a separar-se sem haverem feito mais que confirmar a decisão do irresoluto Monarcha.

Philippe II não occultava a sua firme resolução de senhorear-se de Portugal a todo o custo. Para esse fim mandou a Lisboa D. Christovão de Moura, que com intrigas, grandes sommas de dinheiro e ainda maiores promessas, lhe comprou algumas das pessoas de maior influencia, ao passo que mandava fazer levas de gente em todos os seus Estados, e reunia um exercito nas fronteiras.

Estes aprestos ainda mais intimidárão o animo do decrepito Rei, e lhe fizerão abandonar os interesses da duqueza de Bragança, que até alli parecêra seguir. Algu-

---

* Tabella dos Pretendentes a' corôa.

El-Rei D. Manoel, entre outros filhos, teve:

D. Izabel, mãi de — *Philippe II*, Rei de Hespanha.
D. Beatriz, » » — *Manoel Philisberto*, Duque de Saboia e Piemonte.
D. Luiz, pai de — *D. Antonio, Prior do Crato*, filho natural.
D. Duarte casado com D. Izabel, filha de D. Jayme Duque de Bragança, a qual teve a { D. Maria, mãi de *Rainuncio*, Principe de Parma. / *D. Catharina*, casada com o Duque de Bragança D. João.

Destes forão excluidos: o Prior do Crato por illegitimo, o Duque de Saboia por estrangeiro, o Principe de Parma por estrangeiro, falta de representação e ser bisneto. O *Papa* e *Catharina de Medicis* fundavão suas pretenções em direitos irrisorios e frivolos aos quaes se não prestou a menor attenção.

mas demonstrações populares a favor do Prior do Crato acabárão de o encher de terror. Assim, de um lado antolhando-se-lhe já o reino despedaçado por uma guerra civil e invadido pelas forças de Castella, e do outro induzido pelas suggestões daquelles com quem o ouro hespanhol pudéra mais que o amor da patria, resolveu tratar particularmente com Philippe II sobre as condições com que o declararia herdeiro da corôa.

Entretanto mandou convocar novamente as côrtes, que se abrírão no paço de Almeirim a 9 de Janeiro de 1580, e communicou-lhes o seu projecto de fazer capitulações com El-Rei de Castella, como unico meio de conservar a paz e tranquillidade do reino. O braço do clero deu-lhe logo sua approvação; no da nobreza, depois de calorosos debates, venceu-se tambem, por um só voto; porém os procuradores do povo rejeitárão unanimemente tal proposta, e dirigírão ao timido Cardeal uma instante supplica para que não entregasse o reino aos Castelhanos, e elegesse um successor portuguez, fosse elle quem fosse. Não lhes sendo isso deferido, e entendendo elles que se achava decidido por Philippe II, declarárão abertamente que a nação tinha o direito de eleger Soberano, quando o throno viesse a ficar vago: á frente destes honrados patriotas figura o nome de *Febo Moniz*, como já fica dito a pag. 270.

No meio de todas estas dissenções acabou o estupido Rei a vida a 31 de Janeiro, no mesmo dia em que completava 68 annos de idade, tendo reinado 17 mezes. Foi a sua morte pouco sentida, porque, se algumas boas acções havia feito em sua vida particular, nenhuma fez depois de Monarcha, e foi, pelo contrario, á sua irresolução e fraqueza que os povos devêrão os males em que ficárão abysmados.

Já dissemos que parte activa tomára este cardeal-arcebispo-jesuita-inquisidor-mór e regente durante a minori-

dade de seu sobrinho, e, proclamado Rei que foi, tratou logo de se vingar daquelles que o havião offendido. Attribuio-se geralmente esta iracunda disposição ao máo humor talvez natural a um septuagenario, a quem ávidos collateraes estão anhelando a herança; e com effeito parece que unicamente subíra ao throno para presidir á discussão juridica dos direitos da sua successão. Querião alguns de seus conselheiros que impetrasse de Roma licença para poder casar e dar herdeiros directos ao throno. Expedírão-se até duas embaixadas ao Papa com este intuito, e se levou a indecencia a ponto de reunir os melhores medicos do reino para decidirem se na idade do Rei era ainda possivel ter filhos: erão porém esses facultativos cortezãos em demasia para responderem negativamente. Entretanto Philippe II não julgou a questão com tanta facilidade a respeito das physicas disposições de seu tio, porque, temendo ser qualquer delles victima d'alguma scena encoberta de reposteiro ou d'alcova, influio *argentinamente* com o Santo Padre para que não approvasse semelhante escandalo.

Interregno.—D. Antonio, Grão-Prior do Crato.

Pela morte do Cardeal-Rei, tomárão a regencia do reino os cinco governadores por elle nomeados. A duqueza de Bragança entregou seus direitos ao arbitrio d'elles, instando-os para que proferissem sem demora a sentença definitiva. Philippe II escreveu-lhes tambem, abonando seus direitos, e promettendo estar pelas capitulações propostas pelo defunto Rei, segundo as quaes continuaria sempre Portugal a ser governado por suas leis e costumes, com inteira separação da Hespanha.

Como dos cinco governadores erão tres do partido de Philippe II, fizerão logo publicar as capitulações. O clero

enobreza convierão em as aceitar; porém os procuradores do povo as regeitárão, não porque ellas fossem más, mas por entenderem que não serião observadas. Em vista do que, os governadores, impacientes de entregarem ao Hespanhol o reino que lhe havião vendido, dissolvêrão os Tres Estados, demittírão das fortalezas os fidalgos que lhes erão suspeitos, e empregárão todos os outros meios que os poderião ajudar a levar ao cabo sua obra de infidelidade.

Pouco tardou que entrasse em Portugal o celebre duque d'Alva á frente de 24,000 Hespanhóes de tropas escolhidas. O povo accusava altamente os governadores de quererem entregar o reino ao estrangeiro, e o descontentamento era geral, começando a renovar-se antigos odios nacionaes; por isso D. Antonio, aproveitando-se destas disposições dos animos, se fez acclamar Rei em Santarem. O povo declarou-se facilmente em seu favor; mas como dos fidalgos, os que não estavão vendidos a Castella erão pelos direitos da duqueza de Bragança, nenhum houve que o apoiasse, á excepção do conde de Vimioso, que se ligou a elle e seguio constantemente sua fortuna. D. Antonio marchou sobre Lisboa, onde foi recebido pelo povo miudo, porque a peste tinha obrigado os grandes e ricos a fugirem da cidade. Mandou logo o conde de Vimioso a Setubal, que se declarou tambem em seu favor, e os cinco regentes que então ali estavão fugírão a toda a pressa, e pronunciárão a sentença por Philippe II, declarando-o Rei de Portugal pela força das leis, quando estava a ponto de o ser pela força das armas.

D. Antonio, vendo-se senhor da capital, empregou todos os meios possiveis para haver gente e dinheiro: apoderou-se das joias da corôa, da prata das igrejas, e dos dinheiros do resgate dos captivos e obras pias, e deu a liberdade a todos os escravos que quizerão tomar armas por elle. Disto nascêrão mil desordens, porque os pretos

armados roubavão tudo que podião, e commettião muitos attentados. Mas ainda assim com esta gente mal armada e sem disciplina tentou D. Antonio defender a passagem do Tejo ao duque d'Alva. — Este general, já senhor de tudo quanto ficava ao Sul do mesmo rio, pois que os habitantes de Setubal, que pouco antes se havião declarado por D. Antonio, lhe entregárão a villa, passou sem difficuldade o seu exercito para áquem do rio, ajudado pela frota de Hespanha, que se achava fundeada em Cascaes. Esta praça e a de S. Julião da Barra se lhe rendêrão, e o duque marchou sem demora em direitura a Alcantara, onde D. Antonio o esperava com a sua gente. Mas não tinha elle capitães que soubessem mandar, nem soldados que obedecessem. O seu exercito, muito inferior a todos os respeitos, foi inteiramente desbaratado a 25 de Agosto de 1580, junto á ponte. Os Hespanhóes perseguirão os fugitivos até aos muros de Lisboa, que se lhe entregou por capitulação, escapando assim de ser entregue ao saque; porém os seus arrabaldes soffrêrão muitos roubos e violencias da parte dos vencedores.

Sahio D. Antonio perigosamente ferido da peleja, em que combatêra com muito valor, e sem deter-se em Lisboa retirou-se para Santarem, e d'ahi para Coimbra, onde conseguio reunir ainda uns 4 ou 5,000 homens, que forão pouco depois derrotados por D. Sancho d'Avila, general hespanhol que o duque d'Alva mandára sobre elles. Obrigado de novo a fugir, retirou-se para o Porto; mas, tendo D. Sancho atravessado o Douro e entrado nesta cidade, se dirigio o Prior a Vianna, onde embarcou em um navio para França. Mas porque os ventos contrarios lhe embaraçárão a sahida, lhe forão os Hespanhoes accommetter a embarcação, de modo que o obrigárão a salvar-se em uma lancha para a outra parte do rio, tendo a felicidade de escapar disfarçado por entre os

soldados inimigos que o procuravão. Escondido se demorou ainda em Portugal nove mezes sem que fosse possivel descobri-lo, não obstante offerecer o duque d'Alva 80 mil cruzados a quem o entregasse, e ter feito atormentar e soffrer a morte a alguns criados seus para os obrigar a atraiçoa-lo. Emfim depois de muitas tentativas inuteis em Lisboa e outros portos, conseguio embarcar em Setubal com doze amigos fieis, e foi aportar a Calais. Depois da sua retirada, todo o reino se sujeitou ás forças de Philippe II. Deixando por ora as cousas do seu governo para artigo separado, continuaremos com os successos de D. Antonio.

Apresentou-se este em França com o titulo de Rei de Portugal, e achou alli tal favor, que obteve de Henrique III os meios necessarios para armar uma frota de 60 vélas e 6,000 homens pela maior parte Huguenotes, que Henrique III muito estimou empregar longe de si, e elles não menos o irem combater Hespanhoes. Esta expedição commandada pelo conde de Brissac se dirigio sobre os Açores onde o Prior contava com bastantes partidarios. Em breve foi atacada pela frota hespanhola mui superior á franceza em numero de tropa, de vasos e em tamanho: foi o primeiro combate naval dado nessa parte do Oceano. Os Hespanhoes vencêrão, e abusárão da victoria. O marquez de Santa Cruz, seu general, mandou enforcar nas vergas quasi todos os prisioneiros, allegando que não tendo sido declarada a guerra entre a França e a Hespanha, os tratava como piratas. Achava-se então D. Antonio desembarcado na Terceira, excitando á revolta as outras ilhas, e ainda por algum tempo conservou alguns lugares della na sua obediencia, e ahi mandou cunhar moeda, e exerceu outros actos de soberania; mas por fim com muito trabalho conseguio voltar para França. De lá passou á Inglaterra, onde a Rainha

Izabel o recebeu e tratou como Rei de Portugal, e muitas pessoas armárão navios para andarem a corso contra os Hespanhoes, com cartas de marca por elle passadas.

Depois da destruição da *armada invencivel*, que Philippe II pôz no mar para a conquista da Inglaterra, a mesma Rainha concedeu a D. Antonio uma boa frota e exercito auxiliar, ao commando de Norris e Drake, para o restituirem ao throno. Afim de obter os fundos necessarios para o bom exito desta empreza, enviou D. Antonio a seu filho primogenito D. Manoel, ao Rei de Fez e Marrocos, em penhor de 200 mil cruzados que este lhe promettêra emprestar; porém Philippe II conseguio desviar o Mouro do cumprimento da sua promessa, restituindo-lhe em troco Arzila, pertencente a Portugal.

Partio a armada de Inglaterra em 1589, e apezar da grande perda que soffreu n'um infeliz ataque contra a Corunha, que o governo inglez mal aconselhado havia mandado se tentasse de caminho, veio aportar a Peniche, que logo se lhe rendeu. D'ali partio D. Antonio por terra com o general Norris sobre Lisboa, emquanto Drake com a esquadra demandava a barra do Tejo: chegou D. Antonio sem grande difficuldade a Santa Catharina de Riba-mar, tendo-se-lhe já unido alguns Portuguezes; e sem duvida Lisboa se lhe entregaria, porque era mui grande o descontentamento de todos contra os Hespanhoes, se o exercito chegasse a accommettê-la; mas, ou fosse porque o general Norris receiasse alguma traição, ou, como parece mais provavel, pelas desintelligencias que se levantárão entre elle e o almirante Drake, o certo é que a expedição se frustrou, e que as tropas voltárão para Inglaterra sem terem feito cousa notavel.

Ahi se demorou D. Antonio algum tempo, até que, entendendo que já não havia para elle a mesma boa vontade que d'antes se lhe mostrára, partio para França a solici-

tar de Henrique IV os meios necessarios para tentar de novo a fortuna. Mas erão mui grandes os apertos em que se via este Soberano no seu proprio reino, para que pudesse attender a causas estranhas.

Alguns annos passou D. Antonio em França já desenganado de suas esperanças, falto de meios, e vivendo de uma pequena pensão que lhe dava Henrique IV, até que veio a fallecer em Agosto de 1595, na idade de 64 annos.

Foi este principe ornado de muita instrucção e virtudes, porém a falta de prudencia, e uma ambição inquieta lhe cortárão de desgostos e trabalhos toda a sua vida. Acompanhou El-Rei D. Sebastião na fatal jornada d'Africa onde ficou prisioneiro, e occultando o seu nome foi resgatado como simples soldado. Não lhe faltou firmeza d'animo, e sendo filho de um infante que tinha merecido por suas grandes qualidades o titulo de *Delicias de Portugal*, foi o unico dos pretendentes que na usurpação do reino ousou resistir á invasão. Seria elle por ventura uma escôlha conveniente, e apezar da incerteza ou illegalidade do seu nascimento, se os resultados correspondessem ao seu zelo e valor, a historia não teria ainda hoje sufficientes elogios que tributar ao salvador da patria. Deixou dois filhos, D. Manoel, que casou na Hollanda com uma princeza da casa de Nassau, e D. Christovão que morreu solteiro em França.

D. Philippe II de Castella, o Prudente, 19.° Monarcha de Portugal.

Reinou neste paiz desde 1580 até 1598.

Pela derrota de D. Antonio, e sua retirada de Portugal, se sugeitou este reino inteiramente ás forças de Philippe II, e todas as colonias fizerão o mesmo umas após das

outras. A 2 de Setembro de 1580 foi elle acclamado solemnemente em Lisboa, e ficou reinando de facto, que não de direito, porque este subsistia incontestavelmente na pessoa da duqueza de Bragança D. Catharina.

Logo que todo o reino esteve pacificado, passou elle a Portugal. Entrando em Elvas, abolio os direitos de entrada de todos os generos que passavão de um reino para outro, cujo rendimento annual andava por 150 mil cruzados para qualquer delles; mas, não obstante, quando chegou a Lisboa, o povo o recebeu sem vivas nem signal de satisfação. Convocou logo as côrtes, que se abrirão em Thomar a 16 de Abril seguinte, e perante ellas confirmou as capitulações, cujos principaes artigos erão: « Que Portugal conservaria suas leis, estilos, liberdades e isenções; que todas as dignidades ecclesiasticas, militares, honras, senhorios, e finalmente tudo que tocava á corôa de Portugal na paz e na guerra seria dado a Portuguezes, com inteira exclusão de estrangeiros; que não seria vice-rei deste paiz senão pessoa Real ou filho; que a El-Rei acompanharia sempre certo número de pessoas com o titulo de conselho de Portugal, por cujas mãos correrião todos os despachos e negocios delle, e que estes serião escriptos em lingua portugueza; que os Portuguezes serião admittidos aos officios da casa Real; que as côrtes se não reunirião nunca fóra do reino, e só nellas se tratarião as materias de sua competencia; que vagando bens da corôa, se não incorporarião nella, mas serião conferidos a Portuguezes benemeritos; que nunca se levantarião subsidios das igrejas; que se acudiria ás conquistas de Portugal com as armas de toda a Monarchia; que seria franco o commercio pelos portos seccos, sem pagamento de direitos; que El-Rei assistiria em Portugal o mais tempo que lhe fosse possivel, e que o principe herdeiro ahi se criaria, para adquirir a affeição

dos novos subditos, &c. » Recusou porém confirmar o artigo no qual dizia que, no caso de quebrar alguma destas capitulações, os povos ficarião soltos do juramento de fidelidade para com elle, e livres de defenderem seus direitos pelas armas, sem incorrerem a nota de perjurio.

Antes de despedir as côrtes, publicou uma amnistia, mas tão limitada, que não merecia este nome; e por isso se dizia que não perdoára senão áquelles que o não havião offendido. Grande descontentamento houverão disto os Portuguezes, e muitos esforços se fizerão para que chegasse a todos o esquecimento do passado. Forão porém frustradas estas esperanças, e dentro em pouco se vio o paiz feito theatro de proscripção e de sangue. Processárão-se todos os excluidos da amnistia, que erão em avultadissimo numero. Muitos grandes e outras pessoas de qualidade forão punidas de morte, e muitas outras respeitaveis tratadas com extremo rigor e remettidas para Hespanha. * Nem mesmo se perdoou a mulheres, cujos bens forão confiscados, e muitas dellas mandadas para os conventos e prisões de Castella. Mais maltratados forão ainda os ecclesiasticos: o numero dos que morrêrão nos supplicios, ou dos crueis tratos que lhes fazião soffrer nas prisões, foi tão grande, que o cruel usurpador, pungido pelos remorsos de sua consciencia, impetrou do Papa uma bulla de absolvição pela morte de 2,000 religiosos,

---

* Por honra da innocencia se deve declarar que nem todos os fidalgos forão nesta occasião infieis á patria, como geralmente se pensa. Manoel de Faria cita um catalogo dos que se vendêrão á causa dos *Chamorros*, e bom será consulta-lo para differençar os fieis dos traidores. Muitos até houve que recusárão usar de titulos e empregos conferidos pelo Castelhano depois que déra em resposta a um nobre Portuguez que o urgia pelo cumprimento das capitulações que jurára: » Se o reino era meu, nada vos devo; se o não era, grande mercê vos faço me não vos castigar como a traidor, » resposta tão digna do refalsado tigre do meio dia, como bem applicada ao traidor que se lhe vendêra.

que tantos calculou ter feito morrer por diversos modos. A maior parte destes erão levados ás torres e de noite lançados no Tejo; veja-se o que fica dito a este respeito de pag. 261 até 271. O povo, imaginando que o rio estava excommungado, não queria comer o peixe, nem os pescadores continuar em seu exercicio: o que obrigou o arcebispo de Lisboa, em respeito a seus prejuizos, a ir solemnemente absolver o rio, e levantar-lhe a excommunhão com todas as ceremonias costumadas.

Tendo-se demorado mais de dois annos, voltou D. Philipe para Hespanha, deixando em Portugal o archiduque cardeal Alberto como vice-rei, com um conselho composto de nacionaes e todas as exterioridades do poder, mas na verdade sem autoridade alguma, o que lançou desde logo as primeiras sementes do geral descontentamento. Havia elle tentado por todos os meios adquirir o amor dos Portuguezes para si e sua familia; mas nunca o pôde conseguir, posto que mui liberal se mostrasse de honras e mercês, enfraquecendo deste modo o seu poder, exhaurindo as rendas da corôa, e tornando Portugal uma provincia pesada aos seus outros Estados. Áquelles mesmos que o havião servido em sua pretenção, deixou descontentes, porque, julgando elles ter direito a tudo em paga de sua traição, pedírão nas côrtes muitas cousas, que lhes forão negadas.

Porém se é indubitavel que o modo por que se governárão as cousas de Portugal, durante o reinado de Philipe II, foi mui prejudicial á nação, é justo tambem confessar que elle tratou a estes subditos melhor do que nenhum dos seus successores; não que isso nascesse de suas disposições benevolas, mas sim de sua machiavelica politica, como mais fortes motivos ha para acreditar, sendo dotado de immensos conhecimentos governativos e de uma vontade de ferro. Durante o seu reinado, ainda

alguns clarões apparecêrão na India da antiga grandeza e esplendor de Portugal; ainda alguns feitos de muito vulto vierão assellar a gloria do seu nome. Mas desde então esses negocios da India começárão a decahir. Os extraordinarios esforços que elle fez para apromptar a *armada invencivel*, com que pretendia invadir e conquistar a Inglaterra, empobrecêrão seus Estados, e esgotárão de todo as forças de Portugal. Sem marinha, sem dinheiro, sem homens, com que se podesse acudir ás possessões ultramarinas, forão ellas pouco a pouco cahindo em mãos dos Inglezes e dos Hollandezes, que nos hostilisavão porque estavão em guerra com Philipe II.

Accommettido de uma dolorosa enfermidade, veio Philipe II° de Hespanha e I° de Portugal a fallecer no Escurial a 13 de Setembro de 1598 com 72 annos de idade, 43 de reinado na Hespanha e 18 em Portugal. Foi o primeiro Soberano, depois dos Godos, que chegou a dominar toda a Peninsula Hispanica, e vio reunidos além della debaixo do seu dominio os seguintes paizes: Napoles e Sicilia; a Lombardia e Veneza; a Hollanda e Belgica. Na Africa possuia todos os dominios portuguezes que ainda hoje o são, além de outros, as Canarias e diversos da corôa hespanhola; todas as Americas, excepto os paizes ao Norte do Mexico, mas sim a California, e ao Sul até aos confins argentinos e chilenos com a Patagonia. Na Asia possuia tambem os vastos e ricos dominios portuguezes e os que já lhe pertencião na Oceania: sua corôa contava 100 milhões de subditos e uma superficie 20 vezes superior á França de hoje.

Delle tem os escriptores dito muito bem e muito mal, e todos com verdade. Chamárão-lhe o *Prudente*, com mais acerto lhe chamarião o *Dissimulado*, porque a dissimulação, a crueldade e a hypocrisia forão as chaves de toda a sua profunda e refalsada politica.

D. Philipe III de Castella, o Indolente ou o Pio, 20.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1598 até 1621.

Pela morte de Philipe II subio ao throno seu filho, III do nome, tendo então 20 annos de idade, e continuando a usurpação, fez-se tambem acclamar Rei de Portugal, onde foi 2.° do nome.

O principio do seu governo foi assignalado por uma horrivel peste, que se começou a sentir em Lisboa em Dezembro do mesmo anno, e foi a precursora das muitas calamidades que durante este reinado opprimírão os Portuguezes. Fieis ás maximas de Philipe II, os seus successores, persuadidos que valia mais reinar n'um paiz arruinado do que ver depender a submissão dos seus habitantes da sua livre vontade, deixárão despojar Portugal de uma multidão de conquistas que lhe havião custado tantos sacrificios e adquirido tanta gloria.

As capitulações juradas pelo 1.° Philipe, como pacto fundamental da obediencia deste, forão tantas vezes infringidas, e com tal despejo violadas por seu filho, ou antes pelos seus ministros, de quem absolutamente se deixava dominar, que referir os actos do seu governo seria fazer um infinito relatorio dessas infracções. Os cargos e officios da milicia, justiça e fazenda, que devião ser occupados só por Portuguezes, ou erão dados aos Hespanhoes, ou vendidos a dinheiro; os bens da corôa servião de recompensa aos ministros de Castella, e os rendimentos públicos que devião despender-se todos em Portugal, applicavão-se ás necessidades dos outros Estados da corôa dominadora, emquanto Portugal, sem

tropas e sem navios, com que defendesse suas possessões ultramarinas, as via ir umas apoz outras cahindo em poder das nações que d'antes amigas delle, se convertêrão suas inimigas, só porque estava sugeito a Castella; assim as suas mais importantes conquistas da Africa e India, e grande parte do Brasil, forão tomadas pelos Hollandezes e Inglezes. O commercio, até alli florescente, declinou com passos rapidos. Diminuio grandemente o numero dos navios da India, e desses poucos que ainda seguião a mesma derrota, uns se perdião por mal esquipados, e outros erão tomados á entrada dos portos pelos muitos corsarios de que os mares andavão coalhados: de sorte que durante a sua sugeição perdeu Portugal, além de outros navios menores, 200 galeões do maior porte. Os arsenaes estavão vazios, e sem armas de qualidade alguma, porque todas erão levadas para Hespanha, entrando neste número mais de 2,000 peças de artilheria de bronze, e infinitas de ferro, de modo que só na praça maior de Sevilha se virão de uma vez juntas 200 peças de artilheria com as armas Reaes das quinas.

E todavia, apezar de tão duro e oppressor governo, ainda ás vezes brilhavão centelhas da antiga gloria portugueza. Alcançárão-se na India assignaladas victorias contra os inimigos do Estado; no Brasil rebatião-se os ataques dos Hollandezes, e mesmo no mar se enfreou a ousadia das esquadras inimigas, fazendo-lhes presas mui consideraveis. Veja-se o que adiante vai dito sobre os 60 annos de captiveiro.

Desde os primeiros annos do seu reinado havia Philipe III promettido vir a Portugal, o que só verificou 20 annos depois no de 1619, fazendo sua entrada publica na capital a 29 de Junho. As festas que a cidade deu por esta occasião forão tão magnificas que obrigárão esse Rei a confessar publicamente que antes de entrar em Lisboa

nunca fizera justo conceito da sua grandeza. Mas tambem foi esta a unica recompensa que de tantos obsequios e despezas se tirou, ou antes tiverão ellas em resultado novas oppressões, por que fazendo-lhe conceber uma falsa idéa das riquezas de Portugal, lhe derão pretexto para o vexar com maiores extorsões. Logo que chegou, mandou convocar as côrtes nos paços da Ribeira, e nellas fez reconhecer successor á côroa de Portugal seu filho. Mandou igualmente recopilar as leis antigas deste reino, e colligir todas as que andavão extravagantes, e outras muitas que fez de novo, reduzindo tudo a um só codigo de modo mais conveniente á boa administração da justiça.

Depois de visitar Cintra, Cascaes, Santarem, e outras povoações visinhas, e ter celebrado capitulos geraes da ordem de S. Thiago da Espada em Palmella, e da de Christo em Thomar, voltou para Madrid, tendo gastado quasi sete mezes nesta jornada á qual pouco sobreviveu, porque veio a fallecer ahi aos 31 de Março de 1621, com 43 annos de idade, e quasi 23 de reinado, durante o qual o ambicioso duque de Lerma governou quasi sempre. Jaz no Real mosteiro do Escurial; veja-se a pag. 207.

Este Soberano era inclinado á piedade, e mereceu o nome de *Pio* pelas acções de sua vida, e particularmente pelas suas disposições no leito da morte. Amava os seus povos, e nos ultimos momentos mostrou muito pezar de os não ter sabido livrar da oppressão e vexames dos seus ministros e validos, de quem sempre se deixára cegamente governar, a ponto que para satisfazer ao impolitico e estupido capricho do seu confessor, desconfiando dos Christãos-novos e Mouros que se convertêrão na Hespanha, expulsou-os em 1609. O numero d'estes industriosos e pacificos subditos excedia 200,000.

Philipe IV de Castella, o Desditoso, 21.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1621 até 1640.

REFLEXÕES SOBRE OS 60 ANNOS DE CAPTIVEIRO DE PORTUGAL.

Pela morte de Philipe III em 1621, subio ao throno seu filho Philipe IV, então na idade de 16 annos, pois havia nascido em Valhadolid a 8 d'Abril de 1605.

Era este principe naturalmente dotado de boas partes, generoso, amante das letras, mui cavalheiro, discreto e affavel; porém forão estas qualidades escurecidas pela inteira negligencia com que sempre tratou as coisas do governo, abandonando todos os negocios delle á administração de alguns validos, em quem era muito maior a ambição que o desejo do bem publico. Destes era o principal o conde duque de Olivares, ministro todo poderoso, ou antes absoluto senhor da monarchia, pois que só vivendo o Rei para os prazeres, nada mais queria do throno senão o gozo para satisfazer seus desejos e phantasias.

A politica do conde duque foi muito mais fatal aos Portuguezes que a dos seus predecessores: reduzia-se ella a abater e enfraquecer de tal modo Portugal, que não podesse mais levantar-se. Para esse fim deixavão-se perder suas colonias e arruinar seu commercio; metterão-se Hespanhoes em todos os cargos e officios do reino; lançárão-se muitos e pesadissimos tributos, e porfim deu-se ordem de levantar um bom exercito de infanteria e cavallaria, para marcharem contra os rebeldes da Catalunha, ordenando-se tambem aos fidalgos e pessôas principaes do reino que marchassem com estas tropas. A maior parte dos que obedecêrão

forão presos em Hespanha sob differentes pretextos, e não conseguirão alguns a liberdade senão á custa de muito dinheiro. Os que procurárão desculpa para ficarem no reino, forão ameaçados com a declaração de traidores e a confiscação de todos os seus bens.

Estes rigores não podião deixar de aggravar o geral descontentamento e a aversão que os Portuguezes tinhão ao dominio estranho. Os desejos da independencia, por muito tempo comprimidos, tomárão maior força e começárão a manifestar-se por factos. No Algarve e Alemtejo, mas principalmente em Evora, houve grande sublevação, que pudéra ter graves consequencias, se a duqueza de Mantua, então vice-rainha de Portugal, não se portasse com vigor, e com sua prudencia não socegasse os animos.

Este acontecimento parece que deveria tornar mais moderado o governo de Madrid; aconteceu porém o contrario. O conde duque d'Olivares, que de muito tempo tinha a peito privar os Portuguezes da sombra de independencia que lhes restava, tirando-lhes até o nome de nação, e reduzindo o reino a uma provincia de Hespanha, julgou achar nisso um pretexto favoravel para levar o seu projecto á execução. Lançou um novo tributo de 5 por 100 ás terras e mercadorias, e pedio mais gente de guerra para ser enviada a combater nos mais remotos confins dos Estados d'El-Rei Catholico.

Tantas e tão pesadas vexações levárão ao cabo a paciencia dos Portuguezes. O descontentamento trocou-se em desesperação. Em varias cidades começárão os povos a declarar altamente seus pensamentos. A resolução de sacudir o jugo da Hespanha estava em todos os corações, e não se tratava senão de saber quem havia de governar. Os olhos de todos se virárão para o duque de Bragança, principe que, estando na flôr dos annos, era neto e her-

deiro dos legitimos direitos da duqueza D. Catharina á corôa do reino: sua bondade e moderação o fazião, além disso, de todos bemquisto e amado.

Olivares previa bem a conspiração que se preparava, julgava porém ter disposto todos os meios de a fazer abortar, convertendo-a em utilidade de seus projectos. Forão porém mui errados os calculos de sua cruel e arteira politica. Apezar dos muitos e fortes obstaculos que apresentava a empreza, foi ella com tanta prudencia e firmeza conduzida, que veio a romper no 1.° de Dezembro de 1640, e foi corôada do feliz resultado que pôz fim ao dominio da Hespanha sobre Portugal.

Todos os historiadores portuguezes, quando querem descrever o funesto periodo que se seguio á derrota d'Alcacer, e findou com a restauração do duque de Bragança, o designão sempre com o titulo de *Sessenta annos de Captiveiro.* Com effeito, toda a gloria politica acaba então para Portugal: seus guerreiros não sentem mais enthusiasmo para combaterem, e apenas resta aos seus poetas uma moribunda voz para lamentarem os males da patria. Não é possivel neste resumo documentar todas as calamidades que diminuirão dia por dia a gloria e prosperidade desta nação; falta espaço para inventariar essa ruina, pois que desde os fins do XVI seculo até quasi meado do XVII, foi perdendo successivamente suas melhores possessões no Brasil, na Africa, na India e Oceania. Citaremos em poucas linhas alguns factos que se ligão a esse deploravel periodo, e concorrêrão e reclamárão o grande acontecimento da restauração.

Começaremos pelas calamidades de que forão victimas os Açores em 1582 na entrada, e crueis vinganças exercidas pelos Hespanhóes, onde morreu o illustre conde de Vimioso. — Em seguida teve lugar a invasão dos Inglezes

no reino para proteger D. Antonio, onde se portárão como verdadeiros Vandalos e salteadores. —Em 1588 sahe do Tejo a *invencivel armada*, constante de 150 enormes galeões, sendo bom numero delles portuguezes, com 3,000 peças d'artilheria, afim de desembarcarem na Inglaterra, porém os Inglezes os derrotão completamente. —Em 1594 atacão estes a ilha de S. Miguel, d'onde são repellidos; porém seguem para Pernambuco, da qual se apoderão e de tudo o que ahi achão, incluindo uma náo de viagem da India ricamente carregada, e no anno seguinte tomão na Africa o castello de Arguim, a cidade de Faro, no Algarve, a qual saqueião; o mesmo fazem com Sagres, incendiando todas as povoações por onde passão. —Em 1596 tomão a villa de Buarcos no Mondego, a qual tem a mesma sorte; no anno seguinte desembarcão em S. Miguel, Pico e Fayal, onde saqueião tudo; d'ahi seguem para Santos, no Brasil, onde causão innumeraveis rapinas e atrocidades, e finalisão a sua expedição apoderando-se da importante ilha de Ormuz, na India.

Em 1616 os Mouros desembarcão na ilha de Santa Maria, onde captivão quasi todos os habitantes, saqueião e incendeião tudo, e no anno seguinte fazem o mesmo na de Porto Santo. —No Brasil desembarcão os Francezes em 1617, na ilha d'Itamaracá, roubão e incendeião muitos engenhos da Bahia e Ilhéos. —A ilha de S. Thiago, em Cabo Verde, é saqueada pelos Hollandezes, havendo-o já sido pelos Inglezes, bem como outras: Loanda, Benguella, Cacheu e S. Jorge da Mina são tomadas pelos Hollandezes. Na India apoderão-se das Molucas, sitião Goa, que lhes resistio valorosamente, bem como Malaca; incendeião elles porém uma frota commandada pelo vice-rei. No Brasil, em 1624, tomão a Bahia, e em 1630 Pernambuco, seguindo-se quasi todas as povoações do litoral n'uma extensão de 300 legoas. Os mesmos se forão pouco a

pouco assenhoreando das possessões portuguezas da Asia, excepto dos territorios de Goa, Damão, Dio, Macáu, porém da maior e melhor parte das ilhas da Oceania, cujas colonias os vice-reis da India se achavão muito enfraquecidos para sustentarem.

No reino caminhavão os negocios de mal para peior no tocante a todas as administrações publicas, faltando os ministros do Rei de Castella não só a tudo quanto jurára Philipe II, mas procurando todos os meios de enfraquecer e aviltar Portugal. Sirva de prova o tratado de tregoas que fizerão com a Hollanda: não abrangia elle senão os territorios propriamente hespanhóes, abandonando acintosamente os dominios de Portugal á rapacidade dos ambiciosos Bátavos e Britannicos.

As rendas publicas erão em grande parte levadas para Castella, e os seus naturaes providos nos melhores empregos, que escandalosamente exercião. Augmentarão-se sem proporção os tributos, e só dos novos subsidios desde 1626 a 1633 se arrecadárão 32 milhões e 320 mil cruzados, além dos cobrados até 1640. Alguns historiadores pretendem que o governo de Hespanha custou a Portugal para cima de 200 milhões de cruzados, não incluindo a perda da sua marinha, das colonias, do trem militar, das vidas, &c., extracção sufficiente para exhaurir um poderoso Estado. Era cada freguezia obrigada a fornecer de ballas os soldados. Não obstante haver Philipe II promettido que não impetraria bullas para taxar os beneficios do clero, Philipe IV os sobrecarregou de pensões, allegando que não faltava á sua palavra, visto que o fazia sem impetrar bullas. Já fica mencionado a pag. 265 e 512 o atroz castigo que esta classe principalmente soffreu nesse ominoso periodo, em que o proprio Rei dava o exemplo da mais indigna má fé, e em que inauditos rigores castigavão o menor signal de descontentamento.

A politica de Olivares seguida com perseverança e moderação teria sem duvida produzido o resultado que esperava: Portugal arruinado e enfraquecido deixar-se-hia insensivelmente incorporar aos outros Estados da Hespanha; quiz-se porém obrar rapido e demasiado ao mesmo tempo: isto provocou o orgulho nacional a resurgir e fazer-se racionavel justiça.

Governava então Portugal a vice-rainha duqueza de Mantua, prima de Philipe IV, porém só Miguel de Vasconcellos possuia a confiança do ministro. Era Vasconcellos secretario d'Estado e nascido em Portugal, aborrecido pelo povo, que via nelle juntos um traidor e um tyranno, e a quem imputava todos os seus males.

N'uma revolta acontecida em Evora em 1637 e outras no Algarve e no Alemtejo, havia o povo saudado Rei com muitos vivas a D. João, duque de Bragança. Este principe, que não tinha autorisado a insurreição, ficou sendo desde esse dia o objecto da vigilancia do conde-duque; e como não seria elle suspeito a seus olhos? Era neto da duqueza de Bragança, cujos direitos ao throno tinhão sido usurpados por uma força estrangeira; tinha 33 annos de idade, era dotado de affabilidade, e liberal para com o povo, que o considerava como unico rebentão de seus antigos Reis. Era porém estranho aos cuidados da ambição; limitava-se a gozar tranquillamente das suas immensas riquezas no seio dos prazeres, desprezando as suas pretenções ao throno, que muitos Portuguezes illustres e poderosos já por duas vezes lhe havião rogado de aceitar, de resgatar um povo que era seu, offerecendo-lhe seus bens, suas pessoas e vidas. A sua resposta a estas provocações forão repetidos protestos de submissão ao governo hespanhol. Continuando porém as suas vexações a tornarem-se quasi insupportaveis, foi pouco a pouco dando ouvidos aos conspiradores, e essa mesma irreso-

lução e delongas em se decidir é o que fez vingar a revolução; havendo-a as demoras do duque feito coincidir com a sublevação da Catalunha, disposições hostis da França contra a Hespanha e a protecção prestada por Luiz XIII com o mais feliz resultado.

A insurreição de Evora esclareceu o ministerio de Philipe IV sobre o perigo de deixar entre um povo opprimido o legitimo herdeiro de seus Monarchas. Foi resolvido em conselho de se assegurarem do duque, ou afastando-o de Portugal ou apoderando-se delle. Para esse fim nomeou-o o Monarcha hespanhol governador do Milanez, porém elle recusou allegando doença; mandou-o ir á côrte de Madrid sob diversos pretextos, porém elle a isso se escusava allegando falta de dinheiros para decentemente lá se apresentar; finalmente fez o Monarcha um convite geral aos fidalgos portuguezes para o acompanharem na guerra da Catalunha, remettendo ao duque 40 mil ducados, que não produzírão resultado algum. Esgotárão-se portanto todos os pretextos, convites e todas as perfidias para arrancar o futuro Rei á liberdade, e talvez á vida; usou elle de todos os subterfugios para se conservar em seus lares, e annuio a final decididamente á conjuração. Esta nobre resolução foi o fructo das animadas exhortações da duqueza, sua esposa, e de João Pinto Ribeiro, seu mordomo. A duqueza, filha do duque de Medina Sidonia, abjurára o ser Hespanhola em virtude dos direitos Reaes de seu esposo, transformando em patriotismo portuguez toda a altivez da sua raça. Pinto era um desses homens preciosos para a execução de vastos planos, e foi elle quem estabeleceu as ramificações populares desta conspiração manejada durante 10 mezes, sendo 40 o numero de conjurados, os quaes escolhêrão o 1.° de Dezembro de 1640 para dar o grande golpe.

Providos de armas que occultárão em carros e liteiras

esses patrioticos cidadãos que tinhão de sublevar o povo se dirigírão para o palacio da vice-rainha, e ahi se separou cada um para tomar o posto que lhe era designado. Estando tudo prompto e muitos do povo apalavrados na praça do palacio e ruas visinhas, um tiro de pistola dado de dentro foi o signal a que todos rompêrão. Então lançando-se alguns conjurados sobre a guarda allemãa gritando: *Liberdade! Liberdade! Viva El-Rei D. João IV!* e derrubando os que encontravão do partido contrario, em breve dispersárão a guarda desarmada. D. Miguel de Almeida appareceu n'uma janella que dava para o largo: *A's armas*, gritou elle, *bravos Portuguezes! o duque de Bragança é vosso legitimo Rei; juntai vossas armas ás nossas, restituamos-lhe a corôa e recobrai vossas liberdades!*

Um immenso grito de liberdade sahio de todo esse povo; em um abrir de olhos mais de 10,000 homens se achavão armados e promptos á carnagem de qualquer que sustentasse o partido castelhano. No palacio porém se concluia o acto mais interessante da tragedia. Os conjurados, depois de haverem morto um secretario e alguns empregados do paço, procuravão anciosamente a Miguel de Vasconcellos como principal alvo de sua vingança. Vendo baldadas as suas pesquizas, chegão finalmente a uma sala onde encontrando uma velha escrava a ameação com immediata morte se não descobre já o lugar onde se achava o traidor; vendo umas poucas de espadas levantadas sobre a cabeça, faz ella um gesto furtivo, indicando o ultimo asylo da victima, que era um armario. Um tiro de pistola o fere gravemente e obriga a sahir; immediatamente cahe traspassado de um cento de golpes antes até de poder contar seus inimigos. Foi lançado pela janella, ainda expirante, ao povo, o qual se entreteve com o seu cadaver até ao dia seguinte.

As diversas circumstancias deste dia dão a tal drama

historico grande variedade e insinuante interesse, cujos pormenores não é possivel aqui relatar. — Querendo a vice-rainha socegar o que apenas julgava um tumulto, tendo tido a felicidade, assim como o arcebispo de Braga, de que o respeito dos conjurados os salvasse da espada e dos insultos do povo, ella lhes propunha arrogantemente que entrassem em seu dever, dizendo que devião estar satisfeitos com a morte de Vasconcellos. Respondeu-lhe porém D. João de Menezes: « Que esse perverso só devêra morrer pela mão do algoz, e não fôra por uma victima tão vil que tantos fidalgos tomárão as armas, mas para restabelecer o duque de Bragança em seus direitos, sem o que não embainharemos nossas espadas. » Não satisfazendo esta explicação á duqueza de Mantua, quiz sahir do paço e continuar a persuadir ao povo que depuzesse as armas, promettendo conseguir o seu perdão. Representou-se-lhe que esse povo já não era a mesma manada de brandos cordeiros do dia anterior; insistindo porém em querer sahir, D. Carlos de Noronha, menos polido que Menezes, lhe disse: « Entrai, senhora, e não irriteis o povo contra vós.—Contra mim! responde ella com altivez, e que póde elle fazer-me? — Senhora, se não entrais por esta porta, accrescentou Noronha, póde o povo ou nós obrigar-vos a sahir por aquella janella. »

Bem depressa foi ella obrigada a assignar as ordens para que o governador do castello e outras fortalezas as entregassem; nenhum se recusou a isso, satisfeitos de salvarem por este modo sua vida e a apparencia de honra. Esta revolução se fez em Lisboa com tanta unanimidade, que na Relação, os magistrados que acabavão de proferir uma sentença em nome de Philipe IV, sem levantarem a sessão, julgárão outra em nome de D. João IV.

O novo Rei se havia feito acclamar em Evora, e instruido do successo de Lisboa, partio logo e veio desem-

barcar na sua nova capital á face de uma immensa povoação que a dois dias o esperava embriagada de alegria. O resto do reino se submetteu tranquillamente; todas as praças se rendêrão sem que um unico governador ousasse defender-se. N'uma palavra, o rapido incendio de um rastilho de polvora é a unica imagem que se póde apropriar á complela rapidez desta revolução.

D. João IV o Restaurador, 22.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1640 até 1656.

Nasceu D. João em Villa Viçosa, côrte dos duques de Bragança, a 19 de Março de 1604. Era neto da duqueza D. Catherina, herdeira legitima da corôa de Portugal, que Philipe II lhe usurpára.

Concluida tão felizmente a revolução que o levou ao throno, segundo já referimos, e vendo o novo Monarcha o fervor com que era recebido, e a alegria que o povo mostrava de se ver livre do jugo de Castella, resolveu convocar logo os Tres Estados do reino, para pôr o sello á sua autoridade. Reunirão-se com effeito as côrtes em Lisboa, a 28 de Janeiro de 1641, e por auto solemne reconhecêrão os direitos que El-Rei tinha á corôa, e jurárão o principe D. Theodosio, seu filho, herdeiro do throno. Nellas declarou o novo Rei que para manter a sua casa se contentava com os seus bens patrimoniaes, e que todos os rendimentos do Estado serião applicados para as necessidades publicas. Abolio os pesados impostos com que os Hespanhóes havião opprimido os povos; de modo que estes lucrárão mais na revolução do

que El-Rei, o qual só entrou na posse do que lhe pertencia, quando elles se vião desobrigados do muito que pagavão para satisfazer a avareza de seus oppressores.

Este generoso proceder lhe ganhou de tal modo os corações, que a maior parte das possessões ultramarinas o forão reconhecendo por seu Rei, tão depressa lá chegárão as noticias da revolução. Tambem foi por tal reconhecido das potencias da Europa, que não erão ligadas com a Casa d'Austria.

O máo estado dos negocios da Hespanha não permittia a Philipe IV fazer grandes armamentos para guerrear os Portuguezes, e assim se limitou a algumas entradas e correrias pelas fronteiras, que não causavão graves damnos, apellando de melhor vontade para o effeito de suas intrigas, em que confiava mais que na força das armas.

Havia ainda em Portugal um partido assaz poderoso votado aos interesses de Castella, principalmente entre os grandes, muitos dos quaes não se conformavão, sem concentrada inveja e rancor, a reconhecer como Soberano aquelle a quem ainda á pouco olhavão como seu igual. O arcebispo de Braga, que fôra creatura da vice-rainha, era o cabeça deste partido, e não obstante vêr o quanto era El-Rei bem aceito de toda a nação, tramou uma conjuração para o derribar do throno, e entregar novamente o reino aos Castelhanos. Entravão na conjuração o marquez de Villa Real, parente mui chegado de D. João, e que por isso não podia perdoar-lhe a sua elevação; o duque de Caminha e seu filho; o conde d'Armamar sobrinho do arcebispo; o inquisidor geral, e outras muitas pessoas da nobreza e povo. O projecto de rebellião estava bem traçado, e prestes todos os meios de o executar. Havião os Christãos novos de pôr fogo a varios bairros da capital: os conjurados que estivessem no paço darião entrada aos outros, e morto El-Rei a punhaladas e presa a Rainha

com seus filhos, sahirião o arcebispo inquisidor com todo o seu clero de cruzes alçadas pelas ruas a aquietar o povo, e inspirando-lhe confiança, ao mesmo passo que estarião promptas algumas tropas castelhanas para o castigar cruelmente de sua passada rebellião. Tal era a religião daquelles ecclesiasticos e traidores!

Mas felizmente foi descoberta a conjuração, e com tanta prudencia se houve D. João neste negocio, que, poucas horas antes daquella em que devia fazer-se o rompimento, estavão presos todos os conjurados. Quereria elle usar de clemencia, principalmente com os que lhe erão mais proximos; porém todo o conselho votou em contrario, e o povo gritava pedindo a cabeça dos traidores, de modo que forão os réos entregues aos tribunaes ordinarios, e brevemente nelles sentenciados. O marquez de Villa Real e seu filho, o conde d'Armamar e outro fidalgo, tiverão a cabeça cortada; o secretario do arcebispo com outros quatro réos morrêrão enforcados, e os dois prelados forão condemnados a prisão perpetua. Os valiosos bens confiscados a todos os conjurados servírão muito para as despezas da guerra, porque era na falta de meios que El-Rei tinha para a sustentar, que os traidores assentavão suas maiores esperanças.

Um navio da India, cuja carga valia perto de meio milhão de cruzados, entrou no Tejo, ignorando a mudança de governo que tinha havido, e foi confiscado, assim como dez que aportárão aos Açores, e cujas carregações erão igualmente importantes.

Mathias d'Albuquerque, general das tropas portuguezas na provincia da Estremadura, entrou com 6,000 homens de pé e 1,200 de cavallo pelas terras de Hespanha, no anno de 1644; sahírão-lhe logo os inimigos ao encontro com dobrada força de cavallaria, e junto a Montijo vierão os dois exercitos ás mãos: no primeiro recontro

tiverão os Castelhanos a vantagem, carregando com a sua cavallaria a gente portugueza de pé e fazendo-a recuar por largo espaço; mas vendo Albuquerque que a infanteria pesada delles ficára desamparada no campo, cahio sobre ella mui bravamente e conseguio desbarata-la, causando-lhe a perda de 2 a 3,000 homens. Este feito foi o primeiro de alguma importancia nesta guerra, e por isso tanto animo inspirou aos Portuguezes, quanto desalento aos Hespanhoes.

Para reparar tal perda, recorreu o duque de Olivares a suas antigas machinações, e por meio de infames intrigas e ardís conseguio tornar suspeita a El-Rei a fidelidade de alguns de seus melhores servidores, entre os quaes foi o secretario d'Estado Francisco de Lucena, cuja traição pareceu aos juizes tão manisfesta e provada, que o condemnárão á morte, a qual elle soffreu com heroica firmeza, protestando sempre pela sua innocencia. Pouco tempo depois tentou-se de novo assassinar El-Rei. Comprárão para isso um tal Domingos Leite, homem de baixa condição e perdido de costumes, o qual se encarregou de commettero crime no dia de Corpo de Deos, matando-o com um tiro de espingarda na occasião de acompanhar a procissão. Alugou para este effeito duas casas que se tocavão pela trazeira, e uma das quaes dava sobre a rua por onde passava a procissão, e a outra para uma travessa. Rompeu as paredes para abrir communicação de uma para outra casa, e na frente que dava sobre a rua onde passaria o prestito abrio diversos agulheiros, em que introduzio as boccas de algumas espingardas bem justas e apontadas. Mas quiz a Providencia que se não commettesse tão horrendo crime, porque á vista do Monarcha faltou o animo ao assassino, e encheu-se de tal susto e temor, que, sem ousar disparar, só tratou de escapar-se, e foi correndo aonde tinha os cavallos promptos para a fuga. Chegando

a Madrid, fizerão-lhe os ministros hespanhoes novas promessas, e o resolvêrão a vir de novo tentar a empreza. Desta vez abrio-se o Leite pelo caminho com um Manoel Roque, que já na primeira jornada o acompanhára, sem saber para o que; e este homem, mal que chegou a Lisboa, foi declarar o crime a El-Rei, e logo o traidor regicida foi preso e justiçado.

Entretanto continuavão os exercitos a hostilisar-se, sem resultado algum de parte a parte mais que a perda de muitos soldados e a oppressão geral dos povos. Conheceu o ministerio portuguez que a guerra offensiva lhe era principalmente pesada e damnosa, por ser a cavallaria hespanhola superior á sua em numero e disciplina, o que só com o tempo era possivel remediar; e posto que facilmente pudéra alcançar dos povos o dinheiro que quizesse, era D. João tão moderado a esse respeito, quanto os outros principes de ordinario são desmedidos; pelo que tomando pretexto para vender algumas terras suas, do producto dellas se proveu de mais cavallos. Vendo tambem que a relaxação se ia introduzindo na administração da justiça e na milicia, porque os magistrados e governadores das provincias fazião muitos vexames aos povos para satisfazerem sua cubiça, privou dos seus cargos a todos aquelles de quem havia queixas; com o que muito contentou os povos, que começavão já a desgostar-se da sua pacifica administração, vendo que se ia prolongando a guerra, sem nada se emprehender contra os inimigos. Os proprios membros do conselho e o principe herdeiro D. Theodosio, tomárão parte nesta censura, que se suppunha inacção ou falta de energia, tanto que o principe, levado do inconsiderado ardor da mocidade, chegou a sahir occultamente do paço e partio para o Alemtejo afim de pôr-se á frente do exercito; soube porém El-Rei obstar com prudencia aos males que

poderia causar o verdor dos annos do herdeiro da corôa, sem que todavia soffresse este o menor desar por seu mal aconselhado procedimento.

Era D. João muito fino politico, e sobretudo impenetravel em seus pensamentos. Como Philipe IV andava então em guerra com a França e com os Catalães rebellados, julgavão todos a occasião favoravel para que as tropas portuguezas, tomando a offensiva, fizessem uma atrevida invasão por Castella. Porém estavão diminuidas, mal armadas, sem cavallaria, sem officiaes experimentados, e, o peior de tudo, sem diciplina, temendo com razão que o Rei de Hespanha, sendo assim provocado, cortasse por todas as considerações fazendo pazes com os de mais inimigos para voltar todas as suas forças contra Portugal, que de certo não poderia então resistir-lhe. Assim, em vez de aproveitar o embaraço de Philipe IV para o accommetter, aproveitou-o para augmentar a sua cavallaria, convidar habeis officiaes estrangeiros, adestrar e disciplinar suas tropas, e obter da França e Inglaterra alguns reforços. O tempo mostrou quanto este systema fôra acertado, e então as censuras do supposto deleixo d'El-Rei se tornárão em louvores de sua fina politica e temporisação.

Em 1654 reunio as côrtes, as quaes lhe concedêrão a decima de todos os bens para as despezas da guerra, e a quarta parte delles se o inimigo invadisse o reino. Agradeceu-lhes a sua liberalidade, mostrando-lhes que não necessitava de tal sacrificio, e cumprio á risca sua palavra. Nos negocios externos não foi menos prospero. Os embaixadores que mandára ás côrtes de França e Inglaterra sustentárão lá com acerto e dignidade os interesses da corôa de Portugal. Obtivérão tropas, officiaes e cavallos, e estabelecêrão os negocios no pé de verdadeira alliança e amizade. Não foi assim em Roma, onde todas as diligencias dos habeis ministros lá manda-

dos, e as instantes supplicas do clero que nesta parte o auxiliou com fervor, não pudérão reduzir o Papa a mostrar-se menos parcial das pretenções de Hespanha, e a antepôr as necessidades espirituaes da igreja portugueza e o bem da religião aos interesses materiaes e ás pretenções ambiciosas da mesma corôa.

Corrião tambem felizes as cousas no Brasil. Em menoscabo da boa fé, já depois da tregoa celebrada com os Hollandezes, havião-se elles apoderado de diversos lugares na Asia e Africa. O governo de Lisboa, occupado de grandes interesses, tinha-se descuidado em exigir justiça, sem que a sua impotencia abafasse o seu resentimento. Nesta disposição vio elle com prazer os Hollandezes atacados no Brasil. O cuidado que D. João sempre teve de espalhar na Europa e na America que reprovava os autores dessas sublevações, que um dia tinha de castigar, persuadio á companhia batava que esses movimentos não terião consequencias sérias. A sua avareza e cupidez embaladas por esses falsos protestos despertárão a final o novo Rei, informado de que na Hollanda se preparava um formidavel armamento e temendo pelos seus dominios, tratou de incitar occultamente os revoltosos, protestando porém de querer pôr fim ás hostilidades. João Fernandes Vieira, que por suas virtudes civicas e marciaes no Novo Mundo foi denominado *Castrioto Lusitano*, para acabar o que tinha começado, apenas podia contar com a sua fortuna, o seu credito e valor, não deliberou só se obedeceria: « Se El-Rei, disse elle, estivesse ao facto do nosso zelo, dos seus interesses e das nossas vantagens, longe de procurar arrancar-nos as armas, nos havia de sustentar com todo o seu poder. » Temendo ver diminuir o ardor dos seus companheiros, decidio-se a accelerar os acontecimentos. Em 1645 já os Hollandezes havião sido completamente derrotados na famosa acção de *Tabocas*, em Per-

nambuco. O mesmo Vieira, André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto e Henrique Dias ganhão contra elles o sanguinolento combate dos *Guararapes*, na mesma provincia, commandados os inimigos por Van-Schoppe, em 1648; e no anno seguinte outro não menos sanguinolento no mesmo sitio, onde erão capitaneados pelo general Brink. Finalmente em 1654 forão elles inteiramente expulsos desta região, da qual durante o governo dos Philipes se havião apoderado em grande parte das costas.

No anno seguinte, vendo El-Rei que as suas tropas já estavão bem adestradas, e a cavallaria mais numerosa e disciplinada, mandou levantar a prohibição das hostilidades; e as entradas que então se fizerão em Castella forão bem succedidas, posto que de pouca monta.

No outono de 1656 veio a desordenar-se-lhe totalmente a saude, aggravando-se-lhe antigas molestias. Procurou encobrir a todos o estado em que se achava, continuando a ir todos os dias á caça; mas bem depressa conhecêrão os medicos que estavão de todo exhaustas suas forças e mui proximo o fim de seus dias, noticia que elle recebeu com admiravel presença d'espirito. Tratou do que cumpria ao regimento do reino e ao bem de sua alma, e com as mais pacificas disposições rendeu o ultimo suspiro a 6 de Novembro, com 53 annos de idade, dos quaes reinou 16. Derão-lhe o nome de *Feliz*, que na verdade mereceu pelo modo com que delle se soube conservar. Segundo a sua ordem, foi sepultado no templo de S. Vicente de Fóra de Lisboa, o qual desde então até hoje tem servido de Pantheão á familia de Bragança.

Ainda que nascido na qualidade de subdito, tinha D. João IV todas as qualidades necessarias para bem occupar o throno em que a Providencia o collocou por meios tão extraordinarios. Era solidamente religioso, cheio de piedade, dotado de admiravel prudencia e con-

stancia, e despido de ambição. Sabia conhecer os homens benemeritos e aproveitar-se dos seus talentos, sem nunca se deixar dominar por alguem. Com os pequenos foi singelo e familiar, com os grandes serio e grave: posto que se não distinguisse á frente dos seus exercitos, mostrou bastantemente que lhe não faltava animo.

D. Affonso VI o Victorioso, 23.° Monarcha de Portugal.

Succedeu no throno em 1656 e reinou desde 1662 até 1667, em que foi deposto; morreu em 1683.

O principe D. Affonso, que succedeu no throno a El-Rei D. João IV, seu pai, não tinha senão 13 annos, e era desfavorecido da natureza no corpo e nos dotes da alma. Inesperados revezes assignalárão desde logo a regencia de sua mãi, a illustre D. Luiza F. de Gusmão. Os Portuguezes forão forçados a levantarem o cerco d'Olivença e de Badajoz, depois de perderem muita gente nestas duas praças. Apezar disso, via-se com prazer o governo entregue a uma princeza de ha muito tempo cara ao povo. Sabia-se que o seu animo não affrouxava á frente dos obstaculos; conhecia-se a sua parcialidade contra o inimigo commum, e todos depositavão nella a maior confiança pela salvação da patria. Achava-se porém o Estado exhausto de tudo: os grandes erão em parte desaffectos á familia reinante, e quasi todos desunidos por suas dissenções; os povos estavão cansados de tão longa guerra. Estes gravissimos embaraços em que Portugal se via derão taes alentos aos Hespanhóes, que não se pejárão elles de fazer indecentes demonstrações de prazer pela morte d'El-Rei, como se com ella já tivessem

segura a posse desse reino; mas a valerosa constancia, actividade e intelligencia da Rainha viuva fizerão bem depressa mudar para melhor a face dos negocios.

Começou por ordenar na primeira campanha que se rompessem as hostilidades contra os inimigos, e posto que ao principio se operasse com feliz resultado, não foi assim pelo fim do anno, em que os Hespanhoes tomárão Olivença e Mourão, e no seguinte, em que, obrigando o exercito portuguez a levantar o cerco que havia posto á praça de Badajoz, veio D. Luiz de Haro com todas as forças de Hespanha cercar Elvas. Porém D. Sancho Manoel, conde de Villa-Flor, defendeu e sustentou esta praça com grande tactica e valor, e o marquez de Marialva a fez depois descercar, rompendo os formidaveis entrincheiramentos dos inimigos, e alcançando em 1659 a memoravel victoria conhecida pelo nome de—*Linhas d'Elvas.* —Esta derrota dos Hespanhoes, que perdêrão ahi para cima de 10,000 homens e toda a sua artilheria, os deixou de tal modo attenuados, que não pudérão nos dois annos seguintes tentar empreza alguma importante, dando assim á regente o tempo indispensavel para reparar as forças do exercito e attender aos negocios do interior.

Posto que a politica tortuosa do cardeal Mazarino não attendesse, como se esperava, aos interesses de Portugal na paz chamada dos Pyreneos, celebrada entre a França e a Hespanha, não deixou todavia este acontecimento de ser de alguma vantagem, porque deixou desoccupados muitos officiaes habeis, que acceitárão com gosto o convite do embaixador portuguez para virem servir no reino. Entre estes veio o general conde de Schomberg, a quem muito se deveu nas seguintes campanhas.

A Rainha fechou de certo modo os actos de sua feliz regencia com o casamento de sua filha D. Catharina com El-Rei Carlos II de Inglaterra. Esta alliança foi um dos

mais felizes successos para Portugal, porque, não só as esquadras inglezas protegião as costas e possessões ultramarinas deste paiz, mas ainda veio um auxilio de alguns mil infantes e cavallos augmentar o exercito de Portugal.

Porém emquanto as cousas assumião mais respeitavel aspecto relativamente aos successos da guerra, as intrigas e desordens, que se desenvolvião na côrte, ameaçavão de levar o reino ao extremo precipicio. El-Rei D. Affonso, sendo ainda menino, tivera um ataque de paralysia, e por esse motivo foi sempre tratado com grande melindre; mas, á proporção que foi crescendo, ia descobrindo sua incapacidade para os estudos e applicações uteis, e grande propensão para os vicios e travessuras da mocidade. O conde de Odemira, que fôra encarregado da sua educação, lutou debalde contra essas ruins disposições. D. Affonso porém que a outros respeitos não era muito entendido, conhecia ainda assim que era Rei, e este conhecimento lhe foi muito fatal. As pessoas que o cercavão condescendião cegamente com sua vontade, e louvavão-lhe quanto fazia; porém as que não erão da côrte e o povo censuravão altamente seu procedimento; e como commettesse algumas travessuras, e talvez maldades, foi isso bastante para se lhe imputarem todas as desordens e crueldades que se fazião em Lisboa.

Dois mancebos, filhos de um mercador genovez, Antonio e João Conti, erão os companheiros, e por ventura os causadores de todas as extravagancias e loucuras do joven Affonso. De tal modo tinhão elles sabido apoderar-se de seu animo, á custa de arteiras lisonjas e vis condescendencias, que nunca os arredava do seu lado, e por suas inducções concedia muitos despachos e nomeações de officios a pessoas pouco capazes de os desempenhar. D'ahi se originárão desgostos, e tal foi o escandalo que chegou a dar a todo o reino a insolencia e

maldade destes validos, que a Rainha-mãi se julgou obrigada a um procedimento arriscado e talvez injurioso a El-Rei, qual foi o de os mandar prender na mesma camara Real, e leva-los a bordo de um navio, que immediatamente se fez de vela para o Brasil.

Não teve porém este ousado procedimento o resultado que se esperava, porque aos Conti succedeu logo o conde de Castello-Melhor no valimento para com Affonso VI, e este fidalgo ambicioso, para mais a seu salvo dispôr dos favores do Principe, o induzio a tomar em suas proprias mãos o governo do reino, desembaraçando-se da importuna tutella da Rainha mãi. Assim o fez elle, retirando-se um dia para o palacio d'Alcantara, e expedindo dalli avisos a todos os ministros e generaes para que fossem receber suas ordens, allegando que havendo chegado á maioridade tinha resolvido tomar posse do governo. A Rainha desgostosa dos procedimentos de seu filho mandou-lhe dizer que não era decente que um Rei de Portugal entrasse na administração de seu reino como que clandestina e violentamente; mas que viesse a Lisboa, onde ella com a maior satisfação deporia em suas mãos a regencia com todas as ceremonias e publicidade que em taes casos era costume praticar-se.

O primeiro uso que o imprudente Rei fez da autoridade, ou antes em seu nome o conde de Castello-Melhor, foi tirar todos os principaes cargos do Estado aos homens velhos e experimentados que os havião exercido em tempo de seu pai e da regencia da Rainha, para os dar aos fidalgos moços e inexperientes de que se tinha cercado. Forão perseguidos os que concorrerão para o desterro dos Conti, e em geral todos aquelles que erão tidos por affeiçoados e partidistas da Rainha. Esta mesma Senhora soffreu tantos desgostos e desattenções, que por fim se vio obrigada a sahir do paço e recolher-se no convento

de Xabregas que havia fundado e onde falleceu tres annos depois.

El-Rei, vendo-se então desembaraçado da presença de sua mãi, entregou-se soltamente a todos os excessos da mocidade. Debalde procuravão os cortezãos encobrir suas extravagancias. Os vicios de um Soberano dão muito nos olhos de todos para que possão occultar-se. Os moradores de Lisboa, testemunhas das suas desordens e das malversações dos validos, começavão a murmurar; e da capital se foi o descontentamento estendendo por todo o reino. Os olhos começárão então a voltar-se para o Infante D. Pedro, cuja vida e procedimento erão tão graves e comedidos, quanto desregrados os de seu irmão.

Emquanto estes acontecimentos desagradaveis se passavão na côrte, triumphavão felizmente as armas portuguezas no campo. Em Maio de 1663 entrou pela provincia do Alemtejo D. João d'Austria, filho natural de Philippe IV, com um exercito numeroso e bem provido de artilharia, e marchando rapidamente sobre Evora, a sitiou e rendeu em pouco tempo. Tratou-se logo de acudir a este desastre, e de todas as provincias se mandárão marchar tropas, com as quaes sahiu brevemente a campo o conde de Villa-Flor, buscando os inimigos.

No dia 8 de Junho se deu a famosa batalha do Ameixial perto de Estremoz, em que os Portuguezes ganhárão completa e mui assignalada victoria; deixárão os inimigos no campo 4,000 mortos, 6,000 prisioneiros e entre elles 8 generaes, toda a artilharia, 1,400 cavallos, 12 bandeiras, 2,143 carros de munições, caixa militar, secretaria, &c., ficando tambem em seu poder o estandarte Real de Castella e a maior parte do seu trem. Restaurou-se logo a cidade d'Evora, soffrendo outra vez os Hespanhoes consideravel perda. Na provincia da Beira derrotou Pedro Jacques de Magalhães o duque de Ossuna na bata-

lha de Castello Rodrigo. No anno seguinte tomárão os Portuguezes a praça de Valença d'Alcantara, e tiverão outras vantagens de menor monta. Em 1665 entrou em Portugal o marquez de Caracena com um exercito mais numeroso do que nunca os Hespanhoes havião apresentado nesta guerra.

Foi este novo general pôr cerco a Villa-Viçosa; porém acudiu em sua defeza o marquez de Marialva: encontrando-se os dous exercitos nos campos de Montes-Claros a uma legua de Estremoz, forão os Castelhanos completamente derrotados depois de uma longa e mui disputada batalha, em que se obrárão prodigios de valor. Commandavão nesta acção os Portuguezes o marquez de Marialva e conde de Schomberg, constando a sua força de 15,000 infantes, 5,500 cavallos e 20 bocas de fogo; o inimigo tinha igual numero de infanteria, 7,600 cavallos, e quasi tanta artilheria; perdeu este comtudo 4,000 mortos, 6,000 feridos e prisioneiros, 3,500 cavallos, toda a artilheria e mais de 100 bandeiras. Os Portuguezes tiverão a lamentar 700 mortos e 2,000 feridos. Esta celebre victoria, a 6.ª e ultima dessa guerra de 28 annos, decidiu da sorte de Portugal, e firmou para sempre a sua independencia.

No anno de 1666 concluirão-se os ajustes do casamento d'El-Rei com a Princeza D. Maria Francisca Isabel de Saboia, duqueza de Nemours, a qual partindo de França em uma esquadra de dez embarcações de guerra, chegou ao Tejo no principio de Agosto. Não mostrou o joven esposo a satisfação que devia pela chegada da princeza, o que foi tido em máo agouro pelos povos já mui desgostosos das suas extravagancias e frequentes dissensões com o Infante D. Pedro, as quaes chegárão a ponto de haver quasi aberto rompimento entre os dous irmãos. Retirou-se o Infante para Queluz, onde a maior parte da fidalguia lhe ia fazer a côrte ao mesmo tempo que o paço

Real se achava quasi deserto. Bem tentou a Rainha ao principio pôr termo a estas discordias, fazendo as pazes entre os irmãos; havião porém as cousas chegado já a estado em que a reconciliação era impraticavel.

O Infante estava resolvido em deitar abaixo o partido do conde de Castello-Melhor; porém este fidalgo, cego com o favor de D. Affonso, de cujo animo e vontade dispunha a seu grado, não só julgou poder affrontar-lhe as iras e a indignação geral que se levantára contra elle, mas até se atreveu a faltar ao decoro devido á Rainha, dirigindo-lhe algumas palavras indiscretas, das quaes se offendeu tanto que encerrando-se no seu aposento escreveu a El-Rei, para que a desafrontasse castigando exemplarmente o seu ministro. Elle porém entendendo que se desvaneceria esse capricho, guardou a carta, sem tomar resolução alguma, não podendo supportar o separar-se do seu valido. Mas depressa conheceu o quanto ia errado, porque os odios crescião todos os dias, e a Rainha por se vingar de sua injuria, se unio decididamente ao partido dos descontentes.

Em tal estado de cousas resolveu o Infante expulsar á força descoberta o valido e seus adherentes, e indo ao paço acompanhado de muita nobreza e grande tumulto de povo, os ameaçou de morte se não se retirassem immediatamente. O conde, conhecendo então que nem já El-Rei o podia proteger, cedeu á tempestade, e sahindo do paço de noite e ás escondidas para não ser estrangulado pelo povo, se occultou em casa de um amigo, d'onde poucos dias depois embarcou para França. Os do seu partido tratárão tambem logo de se pôr em segurança.

Na confusão e desordem em que tudo se achava, julgárão os homens mais moderados, que o unico meio de restabelecer a tranquillidade publica era convocar as côrtes, e assim o declarárão a D. Affonso. Bem conhecia

este que o unico intento que havia era de o depôrem, e por isso resistio algum tempo; mas tão instantes e tão fortes representações se lhe fizerão, que por fim, vendo que já era igualmente perigoso recusar ou conceder, rendido á necessidade, consentio em assignar as cartas de convocação dos Tres Estados para Janeiro de 1668.

A Rainha, cançada de vida tão desagradavel, e talvez receiosa de mais dissabores dos que soffrêra, tomou o conselho de se retirar do paço, e se recolheu ao convento da Esperança, d'onde escreveu ao marido, dizendo-lhe: « Que tinha deixado a patria, parentes e fortuna, para vir casar com elle, e que em recompensa de tudo, só recebêra desgostos e máos tratamentos. Que bem sabia Sua Magestade que não era seu marido, nem ella era sua mulher; portanto lhe pedia a faculdade de voltar para França com o seu dote a viver no seio de sua familia. »

El-Rei, mal recebeu esta carta, partio a toda a pressa para o mesmo convento, e porque ahi lhe recusárão a entrada, mandava buscar gente que arrombasse as portas. A este escandalo acudio o Infante com muita gente respeitavel, e reduzio-o a voltar para o paço. No dia seguinte escreveu a Rainha ao cabido de Lisboa, afim de que verificando a impossibilidade d'El-Rei para o matrimonio, proferisse a nullidade de seu casamento. Ao mesmo tempo o Infante D. Pedro, o conselho d'Estado e as principaes autoridades e pessoas da cidade considerando os termos das cousas, e o perigo em que se achava o reino, sem esperanças de D. Affonso o poder remediar, convierão em ir pedir-lhe pela salvação publica e da sua pessoa, que abdicasse a corôa no Infante seu irmão. Dirigindo-se para esse fim ao paço, achárão-o dormindo tão descansado, como se nada de extraordinario se passára. A' proposta que lhe fizerão respondeu com vozes desconcertadas e ameaças insistindo em recusar, quando, chegando o In-

fante com toda a côrte, senado de Lisboa e immenso povo, subiu ao seu aposento e nelle o prendeu.

Pela tarde mais bem avisado, assignou Affonso VI o auto de renuncia da corôa a favor do Infante, reservando para si 100,000 crusados de renda e a casa de Bragança que rendia tres vezes mais. Alli mesmo foi logo D. Pedro proclamado regente do reino com todas as formalidades necessarias, e entre os applausos e demonstrações de prazer do povo de Lisboa. Deixando todavia por agora tudo o que pertence ao seu governo para o seguinte artigo, concluiremos neste com o que particularmente diz respeito a D. Affonso VI.

Tendo-se resolvido no conselho d'Estado que se conservasse recluso na sua mesma camara, lhe enviou o Infante os fidalgos que julgou lhe serião mais acceitos, para o servirem com o decoro e attenção que se devem á Magestade; porém elle os recebeu mal. Era já alta noite quando mandou pedir a seu irmão que lhe mandasse um João dos Cães (assim chamado porque tratava dos cães da caça) para lhe fazer companhia.

Assim se conservou D. Affonso algum tempo; mas tendo depois as côrtes deliberado que não convinha á tranquillidade publica e á segurança do reino que se lhe desse a liberdade, e não julgando o Infante decoroso conserva-lo preso em Lisboa, resolveu manda-lo para a ilha Terceira, onde poderia viver mais a seu gosto, e estar ao mesmo tempo debaixo de segura inspecção.

N'essa ilha se conservou até ao anno de 1675, em que, por se haver descoberto uma conjuração, movida por Castella, cujo fim era dar a morte ao Infante e repôr El-Rei no throno, se julgou acertado manda-lo recolher ao reino e encerrar com boa guarda nos paços de Cintra, aonde ainda viveu seis annos. (Veja-se a pag. 409 do 1.° vol.) A 12 de Setembro de 1683, estando o infeliz Rei a

ouvir missa, foi accommettido de uma apoplexia tão forte, que alli mesmo o deixou sem vida, não havendo mais tempo que para o seu confessor lhe lançar a absolvição. Viveu D. Affonso VI 40 annos, dos quaes 27 teve o titulo de Rei. * Foi dotado de uma memoria extraordinaria, e de genio mui affavel e liberal: os vicios daquelles a quem cegamente se entregou, mais que os seus proprios, o perdêrão.

D. Pedro II o Pacifico, 24.° Monarcha de Portugal.

Foi Regente desde 1667 a 1683, e reinou até 1706.

Reunidas as côrtes em Janeiro de 1668, declarárão e jurárão a D. Pedro principe herdeiro presumptivo da corôa e regente do reino. Começou elle pois a sua regencia nomeando para ministros os que o havião sido no tempo de seu pai: mandou recolher as muitas pessoas que o ministerio passado tinha desterrado; empregou os meios convenientes para augmentar as rendas do Estado; attendeu ao socego publico, pondo fim ás desordens nocturnas que se commettião impunemente, e usou de todos os meios que julgou mais efficazes para fazer-se amar dos povos, o que teve a felicidade de conseguir.

Continuava a Rainha a promover ante o cabido de Lisboa a causa da annullação de seu casamento com D. Affonso VI, e como este reconhecesse por um papel assignado de sua mão, serem verdadeiros os motivos de physica impotencia que a princeza allegava, foi emfim

---

* No anno de 1841 ainda no templo de Belem por traz do altar-mór se achava o seu cadaver n'um caixão aberto e exposto á profanação de quem quizesse. Trajava ainda restos do habito da Ordem de Christo com que fôra amortalhado. Tinha grande corpulencia.

proferida a sentença de nullidade aos 24 de Março deste anno. Pedio tambem depois de divorciada a restituição do seu dote para voltar para França; porém as côrtes lhe mandárão em solemne deputação algumas personagens a supplicar-lhe que houvesse de ficar em Portugal e casar com o principe D. Pedro, porque o Estado não tinha meios de lhe restituir o seu dote: a mesma supplica dirigírão ao principe, e não foi mister fazer muita violencia ás inclinações de ambos para obter delles o mutuo consentimento; pois que, segundo se affirmava, já de algum tempo estavão enamorados. Alcançárão-se dispensas do cardeal de Vendome, tio da mesma Rainha, e legado á latere do Papa na côrte de França, para este casamento, o qual se effeituou com grande satisfação publica.

Precedêra a este acontecimento outro ainda mais feliz, o qual foi a conclusão da paz de Portugal com Castella, que se havia publicado em Lisboa a 2 de Março no cabo de uma desastrosa guerra de 28 annos, ficando reconhecida a independencia de Portugal. Começára-se a tratar particularmente deste negocio por via do marquez del Carpio, filho do primeiro ministro de Hespanha, D. Luiz de Haro, que se achava prisioneiro em Lisboa desde a batalha de Evora, e sob a influencia do ministro inglez em Madrid, Lord Sandwich. Assentadas as bases, veio este a Lisboa com plenos poderes da Rainha regente de Hespanha, e assignou-se o tratado, sendo mediadora S. M. Britannica, com as condições mais honrosas e vantajosas que Portugal podia pretender. Um dos effeitos que o tratado logo produzio foi o restabelecimento das relações com a côrte de Roma, interrompidas desde o tempo da restauração. Forão confirmadas pelo Papa as sentenças de nullidade do casamento da princeza com Affonso VI; a dispensa para contrahir outro com D. Pedro, e sagrárão-se bispos para todas as dioceses do reino e ultramar, que

desde muitos annos estavão destituidas dessas dignidades.

Renovou tambem o regente os tratados com a maior parte das potencias da Europa, e principalmente com a Inglaterra e Hollanda, havendo-se nisto com tal prudencia, que evitou sempre comprometter-se de modo que o obrigassem a tomar parte nas dissensões que então perturbavão a paz da Europa; porque, como não era ambicioso, não queria ser o enganado nos tratos e projectos da diplomacia europea.

Entregou-se depois com empenho aos cuidados de melhorar o estado interior do reino. Diminuio quanto pôde as despezas publicas; licenciou a maior parte do exercito; pôz em melhor ordem a arrecadação da fazenda, e deu á côrte o exemplo da frugalidade, cuja imitação julgava necessaria aos subditos, para que podessem de algum modo remediar os males e desgraças que sentião, por terem vivido tantos annos debaixo de um pesado jugo estrangeiro, e pela cansada e assoladora guerra que lhes fôra indispensavel sustentar durante 28 annos continuos para firmar a sua independencia.

Sendo chegada á idade de casar a infanta D. Izabel, sua unica filha e presumptiva herdeira da corôa, ajustou-se o seu consorcio com o joven duque reinante de Saboia. Para este fim convocou os Tres Estados do reino, e por elles foi dispensada a lei fundamental das côrtes de Lamego, que dispõe que a filha herdeira da corôa não case com estrangeiro. Para conduzir a Lisboa o duque de Saboia, mandou o mesmo ainda apparelhar uma armada de oito náus com magnificencia extraordinaria. A capitania, *S. Francisco d'Assis*, era toda dourada por dentro e por fóra, a pôpa até á flor d'agua, e os bordos até ás portinholas das peças: nas pinturas e armações da camara competia a riqueza com o primor;

o soalho era de ebano e marfim, e a cama de um gosto e riqueza de delicado gosto; de modo que bem merecia esta embarcação o nome de *Monte de Ouro*, que se lhe pôz. Ia por commandante da esquadra o visconde de Fonte Arcada, e por embaixador e conductor do principe o duque de Cadaval, acompanhado da flôr da nobreza do reino.

Largou a armada do porto de Lisboa a 23 de Maio de 1682, e com prospera viagem chegou a Nisa; dahi passou o duque de Cadaval a Turim, onde achou o Principe doente. Julgou-se com muita probabilidade, que essa enfermidade só consistia na mudança de resolução e desejo de romper a alliança contractada, pois que tendo a duqueza mãi pensado com mais madureza, conheceu que não era impossivel vir o regente de Portugal a ter ainda filho varão, o qual sendo pelas leis anteposto ao sexo feminino, viria assim o duque de Saboia a perder o certo pelo duvidoso. Como quer que fosse, o duque de Cadaval, vendo que a côrte de Turim nada resolvia, e que era perigoso para a armada invernar nos portos da Italia, voltou a Lisboa, onde foi grande o desgosto por se verem perdidas tantas despezas em tempo que tão pouco as permittia. O casamento desfez-se depois definitivamente, e a Infanta, apezar de ter sido pretendida por diversos Principes, veio a morrer solteira na flôr dos annos.

Tendo fallecido D. Affonso VI a 12 de Setembro de 1683, foi logo o Infante D. Pedro acclamado Rei de Portugal. As festas deste acto forão bem depressa enlutadas pela morte da Rainha, que morreu em Dezembro do mesmo anno. Mostrou-se D. Pedro inconsolavel dessa desgraça, e por muito tempo não quiz ouvir fallar em segundas nupcias. A côrte e os povos vião com grande desgosto esta resolução e sentião serios receios de o vêrem sem herdeiro varão. O conselho d'Estado e as principaes cidades do reino lhe fizerão a este respeito instantes

representações, e até o mesmo Papa Innocencio XI lhe escreveu exhortando-o a segundas nupcias para assegurar a successão ao throno. Annuio por fim elle a tantas instancias, e escolheu para esposa a Princeza de Neuburgo, filha do eleitor palatino, em Junho de 1687.

As guerras e dissensões, que então havião entre a França e as principaes potencias da Europa, derão muitos cuidados a D. Pedro, porque de um e outro lado querião obriga-lo a abraçar o seu partido; sendo-lhe precisa toda a sua politica e firmeza para fazer respeitar a neutralidade e independencia de Portugal: mas veio por fim a morte de Carlos II de Hespanha involvê-lo em uma guerra, de cujo flagello por tanto tempo soubera livrar-se. Este Soberano, morrendo sem filhos, nomeára em seu testamento, para lhe succeder na corôa a seu sobrinho o duque Philippe d'Anjou, neto de Luiz XIV de França. Foi elle pois acclamado com o nome de Philippe V, e entrou na posse do throno, acabando assim na Hespanha a linha da casa d'Austria, e começando a de Bourbon.

El-Rei dePortugal ao principio reconheceu Philippe V e tratou com elle; porém a altivez e as exigencias das côrtes de Madrid e Versalhes o offendêrão de modo, que se resolveu a dar ouvidos ás propostas da Austria, Inglaterra e Hollanda, e entrar na liga offensiva chamada —*A Grande Alliança*— cujo fim era pôr no throno de Hespanha o Archiduque Carlos, filho segundo do Imperador, parente em igual gráo do Rei defunto, e abater ao mesmo tempo a grandeza e orgulho da França. Fizerão-se a Portugal condições mui vantajosas neste tratado, e se lhe cedião para sempre as praças de Badajoz, Albuquerque e Valença d'Alcantara na Estremadura hespanhola, e Guardia, Tuy e Vigo na Galliza. Foi tambem por esta occasião que se fez o outro tratado particular com a Inglaterra, chamado de Methwen, em que El-Rei per-

mittia a entrada e uso das fazendas de lãa inglezas, que até ahi erão prohibidas; vej. a pag. 57 e seguintes.

O Archiduque foi em Vienna d'Austria acclamado Rei das Hespanhas e com o nome de Carlos III, se embarcou com um exercito alliado para passar ao seu novo reino, e em Lisboa foi esplendidamente recebido, apresentando-se-lhe as forças nacionaes e estrangeiras, convencionadas nos tratados. Forão porém os successos desta guerra alternativamente prosperos e desgraçados. Na primeira campanha os dous Reis, D. Pedro II e Carlos III, se pozerão em campo á frente das tropas portuguezas e alliadas; mas tendo chegado a Almeida, quando a estação já estava muito adiantada, tiverão de recolher-se a Lisboa sem commetterem feito algum importante. No anno seguinte de 1704, embarcou El-Rei Carlos na mesma cidade e foi aportar em Barcelona, para se fazer ahi reconhecer e promover a guerra na Catalunha, emquanto os exercitos alliados marchavão sobre Madrid. Entrou com effeito o marquez das Minas nesta capital, commandando a divisão portugueza, e expedio logo avisos a D. Carlos para que viesse tomar posse do throno. Porém este Principe demorou-se demasiadamente, e perdeu assim a unica occasião que teve de se apoderar da corôa; porque depois de alguns mezes de occupação, virão-se as tropas alliadas obrigadas a abandonar Madrid ás forças de Philippe V e com esta volta que levárão as cousas, soffrêrão os Portuguezes bastante perda na sua retirada.

Durante o inverno de 1706 tratou El-Rei de reforçar o exercito, mandando fazer novas levas; mas quando andava em taes cuidados, sahindo a cavallo no dia 4 de Dezembro dos paços d'Alcantara onde então se achava, recolheu-se á noite constipado. Não fez caso disso; mas degenerando logo a constipação em lethargia, della se lhe seguio a morte no dia 9 do mesmo mez.

Este Monarcha viveu 58 annos, dos quaes governou 38, sendo 15 com o titulo de Regente, 23 com o de Rei. Seu corpo está depositado em S. Vicente de Fóra. Foi dotado de grande intelligencia e de juizo sólido. Era sensivel, caritativo, e tão habil nos negocios, que os ministros estrangeiros antes querião tratar com os secretarios d'Estado do que com elle. Era mui sobrio, economico e em extremo compadecido dos pobres, pelos quaes mandava occultamente repartir grandes sommas de dinheiro. A felicidade dos povos era o objecto de seus cuidados. Na administração da justiça foi inflexivel sem crueldade, e não perdoando aos criminosos, conseguio reprimir o crime sem desenvolvimento de rigor.

D. João V o Magnanimo, 25.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1706 até 1750.

Por morte d'El-Rei D. Pedro II subio ao throno seu filho D. João V, tendo então 17 annos de idade, por haver nascido a 22 de Dezembro de 1689. Apezar da sua grande mocidade mostrou logo ser dotado de grande resolução e firmeza, seguindo os exemplos de seu pai, em desempenho do que continuou a tomar activa parte na esteril guerra contra Philippe V. O exercito portuguez, unido ao inglez, entrou em Castella, na primavera seguinte; penetrou até á cidade de Valencia, e depois de haver arruinado os armazens e depositos dos inimigos, pôz cerco á mesma praça; acudindo porém em soccorro della o duque de Berwik, general de Philippe V, levantárão os alliados o cerco, e pozerão-se em campo para o accommetter. Seguiu-se a famosa batalha d'Almanza, onde a cavallaria hespanhola,

mui superior em numero, bateu completamente o exercito dos alliados, cuja infantaria encontrou fatigada de uma marcha forçada feita naquelle mesmo dia. Depois desta derrota o marquez das Minas recolheu-se para Portugal com o resto das suas tropas.

Este revez não entibiou o zelo do joven Rei pela causa dos alliados, antes procurou elle apertar ainda mais os vinculos que o união á casa d'Austria, contractando em 1708 o casamento com a Archiduqueza D. Maria Anna, segunda filha do Imperador Leopoldo. Neste mesmo anno chegou do Brasil a frota mais rica e numerosa de todas que de lá tinhão vindo, porque erão mais de 100 navios, cuja carga em oiro, diamantes, assucar e outros generos preciosos se avaliou em 54 milhões de crusados. Da parte destas riquezas que tocava ao Estado, tirou elle recursos para continuar a guerra com vigor.

Não lhe foi a fortuna mais favoravel na campanha seguinte do que na precedente. As suas tropas, commandadas pelo marquez de Fronteira, e as inglezas por lord Gallway, acampárão na margem do rio Caia em frente dos Hespanhoes, que occupavão o lado opposto. Erão estes muito superiores em cavallaria, porém os dous generaes alliados resolvêrão dar batalha, desejando apagar a triste memoria da derrota d'Almanza. Coube-lhes porém a mesma sorte que nest'outra, porque fez a cavallaria inimiga grande desbarato nas fileiras dos alliados, soffrendo muito principalmente os Inglezes. Não teve comtudo esta batalha consequencias importantes e a guerra continuou com pouco vigor e successos de pequena monta. No anno seguinte de 1710, forão mais felizes os exercitos alliados, porque obtiverão a assignalada victoria de Saragoça sobre os Hespanhoes e Francezes, e se mais accordo houvera entre os conselheiros do pretendente D. Carlos e os generaes alliados, poderião talvez nesse anno restabelecer-se os nego-

cios desse Principe; porém suas desintelligencias produzirão novos revezes, e as pretenções do Archiduque se perdêrão de todo. Os Inglezes cançados de tantas perdas e sacrificios inuteis, retirárão da Peninsula suas tropas auxiliares; a Hollanda recusava o pagamento dos subsidios pactuados, e nestas circumstancias D. João V que não podia sustentar só todo o peso da guerra, abrio as negociações para um armisticio na Haya, que veio a ser concluido e assignado em Utrecht.

No mesmo anno de 1710 emprehendêrão os Francezes tomar o Rio de Janeiro, porém forão desbaratados, ficando prisioneiro Leclerc, commandante da expedição, e todos os mais que da derrota escapárão com vida. Depois da mui renhida batalha de Saragoça ganha pelos alliados ao mando de Staremberg contra o exercito de Philippe V, Luiz XIV de França, afim de se vingar da parte que os Portuguezes tiverão nessa victoria, concedeu a Duguay-Trouin de tentar uma expedição contra o Brasil. Fez-se pois de vela com uma frota de 7 náus de linha e 8 fragatas, e em Setembro de 1711 forçou a barra do Rio de Janeiro, desembarcou e começou a bombardear esta cidade. Penetrando nella facilmente, os Francezes entregárão-se com tal avidez e desordem á pilhagem e destruição, que o beneficio dos vencedores bem de longe equivalêrão ás perdas dos vencidos. Duguay-Trouin não podendo conservar a sua conquista, entregou-a com um vantajoso resgate de 600 mil crusados, e a esquadra se fez de vela com todo o saque da cidade.

Abrirão-se entretanto negociações com a França para a paz, que por fim veio a assignar-se em Utrecht a 11 de Abril de 1713, no mesmo dia em que foi assignada a da Inglaterra com esse reino. Neste tratado obtiverão-se condições vantajosas para Portugal. A côrte de Hespanha sustentava desarrasoadas pretenções, a que D. João V

jámais quiz acceder. A este tempo havia já fallecido o Imperador José II, e o Archiduque Carlos, que ainda se conservava na Catalunha sustentando sua pretenção á corôa de Hespanha, passou então á Allemanha para succeder a seu irmão na corôa imperial. Este acontecimento aplanou algumas difficuldades, e por fim veio a concluir-se a paz entre Portugal e Hespanha a 13 de Fevereiro de 1715 no mesmo congresso de Utrecht.

No anno seguinte, tendo o Papa Clemente XI pedido com instancia soccorro a Portugal contra os Turcos, que depois de haverem conquistado a Moréa aos Venezianos, ameaçavão invadir a Italia, mandou-lhe El-Rei uma luzida esquadra ás ordens do conde da Ribeira-Grande, a qual unida ás galés venezianas e maltezas, concorreu muito para a derrota completa da armada ottomana que havia tido em apertado cerco a ilha de Corfú. Outros muitos serviços de importancia fez a esquadra portugueza nas costas da Italia, os quaes o Papa premiou, erigindo, segundo os desejos d'El-Rei, a capella Real em igreja patriarchal e metropolitana, e dividindo em dous o arcebispado de Lisboa; o que tambem deu lugar á divisão da cidade em duas, chamando-se a uma dellas Lisboa Oriental, e á outra, Occidental.

Vendo-se D. João V com descanso para respirar depois da conclusão da paz, começou a apartar-se das discordias que perturbavão o resto da Europa e dar-se todo ao cuidado de melhorar a situação interior do reino, cansado e abatido das guerras passadas. Todavia por muito que amasse a tranquillidade e boa harmonia, nunca quiz ceder um só ponto que julgasse devido á dignidade da sua corôa. Foi assim que conseguio abolir algumas das chamadas franquezas ou liberdades dos ministros estrangeiros em Lisboa, rebatendo com firmeza e prudencia as desarrazoadas pretenções dos que havião formado causa

commum para sustentarem-se na posse de privilegios que desde remotos tempos gozavão, como aquelle por exemplo, de que os officiaes de justiça nunca passassem em frente de suas habitações sem abaixarem suas varas. A estas controversias succedeu uma desavença com a côrte de Roma. Havia D. João V pedido ao Papa o chapéo de cardeal para monsenhor Bichi, que fôra nuncio em Portugal e a quem tivera particular affeição; porém os inimigos deste prelado podérão mais com o Pontifice, e o barrete cardinalicio foi recusado. El-Rei offendeu-se deste procedimento, tanto mais que era elle o Soberano a quem a Santa Sé devia mais serviços, e o que primeiro e mais fortemente a soccorrêra do perigo com que a ameaçára o poder ottomano; pelo que, vendo a obstinação do Pontifice, recusou D. João V absolutamente receber o seu nuncio, e o ameaçou de que se separaria do gremio da Sé Apostolica. Este rompimento durou algum tempo, e posto que o Rei de Hespanha propozesse a sua intercessão, e o Papa offerecesse fazer cardeal a quem o Rei de Portugal quizesse, menos a Bichi, nunca elle quiz ceder, e a final irritou-se tanto da altiva pertinacia de Roma, que prohibio a seus vassallos toda a communicação com ella, e defendeu aos ecclesiasticos que se valessem das datarías do Papa para conseguirem bullas; de sorte que o patriarcha de Lisboa fez realmente as funcções de Summo Pontifice, concedendo dispensas matrimoniaes e decidindo em ultima instancia as causas que d'antes ião á curia romana. Por morte de Benedicto XIII e elevação do cardeal Corsini ao pontificado, accommodou-se a desavença entre as duas côrtes, muito á satisfação de ambas.

Achando-se El-Rei desembaraçado dos cuidados da guerra, e havendo attendido com a magnificencia que lhe era natural ás cousas da igreja, applicou-se com em-

penho ao melhoramento do reino, fazendo florescer o commercio, as artes e as letras. Mandou vir para Portugal, a fim de ahi se estabelecerem, alguns distinctos artistas estrangeiros: fundou em Lisboa a Academia Real de Historia, estabeleceu Companhias de Commercio, e promulgou diversas leis que o favorecião, de que resultou virem a Lisboa grandes riquezas em ouro e prata do Brasil e da India. Mandou executar severamente as leis que prohibião a sahida de metaes preciosos do reino, e porque dois negociantes inglezes forão convencidos de enviar algum ouro para Inglaterra, os fez processar e forão condemnados á morte, que todavia lhes perdoou pelas muitas diligencias do seu embaixador.

A 27 de Dezembro de 1722 houve no Algarve um grande terremoto, que assolou muitos lugares, fez desapparecer por algumas horas o rio Guadiana junto a Castro Marim e causou consideraveis estragos, posto que não durassem os abalos mais de tres minutos. Dois annos depois, a 19 de Novembro, pelas 6 horas da tarde, se levantou em Lisboa tão furiosa tempestade do Sueste, que antes das 8 horas tinhão dado á costa 62 navios, em que se perdêrão muitas vidas, e riquezas immensas; ficárão todos os cáes arruinados, e o d'alfandega, com tudo que nelle se achava, foi levado pelas aguas; abaterão-se algumas torres das igrejas, as arvores ficárão prostradas pelas raizes, e as casas da cidade e do campo experimentárão muito damno. Não foi só Lisboa que sentio esta horrivel tempestade; estendeu-se por varias partes do reino, e Setubal, Santarem, Thomar, Coimbra e outras povoações soffrêrão consideraveis estragos.

Para mais assegurar a boa correspondencia e amizade com a côrte de Hespanha, mandou El-Rei o marquez de Abrantes a Madrid para contractar os casamentos de D. José, principe do Brasil, com D. Marianna Victoria,

e de D. Fernando, principe das Asturias, com D. Maria Barbara, infanta de Portugal. Estes casamentos forão feitos por procuração em Lisboa e Madrid, e no principio do anno seguinte de 1729 se fez a passagem e troca dos conjuges em presença dos dois Reis de Portugal e Hespanha. Mas erão elles tão ciosos da sua supremacia, que se passou algum tempo antes de ajustar-se o modo em que devião avistar-se, até que se concordou em termos bem extraordinarios. Edificou-se uma casa de madeira com duas portas oppostas n'uma ilhota sita no meio do rio Caia, que divide os dois reinos. Uma das portas dava para a parte de Portugal, e a outra para a de Hespanha, de sorte que os dois Reis entrárão ao mesmo tempo, cada um por sua porta, e tendo-se comprimentado se assentárão, cada um em seus dominios, havendo no meio da casa uma linha que formava o limite e divisão dos dois reinos. Lerão-se os contractos dos casamentos, e seguio-se a entrega das infantas. Depois tiverão os dois Soberanos varias conferencias sobre coisas de sua utilidade reciproca, e se despedirão ao terceiro dia com o mesmo ceremonial e etiqueta.

Na India e na Africa durou quasi sempre a guerra contra os differentes Soberanos indigenas emquanto reinou D. João V. Varias conquistas se fizerão, e alguns revezes se experimentárão; porém na boa, como na má fortuna, os Portuguezes se houverão sempre tão guerreiros e valentes como os conquistadores que os havião precedido. O conde da Ericeira, o marquez de *Alorna*, titulo que o Rei lhe concedeu, de um castello que lá havia conquistado, e varios outros capitães, se mostrárão dignos successores dos Castros e dos Albuquerques.

Fez D. João V, durante seu longo reinado, construir muitos edificios, sendo os principaes delles o magnifico e sumptuoso palacio, mosteiro e templo de Mafra, e o

admiravel aqueducto das Aguas-Livres, sem duvida o unico que eternisou seu nome, não só pela sua utilidade, mas por ser o mais colossal e mais perfeito que se conhece e abastece a cidade de Lisboa da agua, que d'antes lhe faltava. Depois deste merece particular menção o hospital das Caldas da Rainha, e entre os outros distinguem-se o edificio das Necessidades, na mesma capital, as quintas de Belem, dos Pégões, Vendas Novas, e a primorosa capella de S. João Baptista, na igreja de S. Roque, a qual mandou fabricar em Roma, e nella officiou o Pontifice antes de vir encaixotada para Portugal. Tem preciosos quadros em mosaico: os materiaes da capella são: granito oriental, lapis-lazuli, porphido, amethistas, coralinas, &c., e o altar é de prata massiça. Adornou-a tambem de riquissimas preciosidades, afóra as quaes consta que lhe custára mais de dois milhões de cruzados. A sua insigne piedade lhe fez dar pelo Papa Benedicto XIV o titulo de *Rei Fidelissimo* para elle e seus successores á força de immensas dadivas. *

---

* Não apoiaremos a opinião acrimoniosa em demasia que deste Monarcha faz o illustre publicista J. Liberato Freire de Carvalho; comtudo tão bem deduzida e sensata a achamos na sua maxima materia, que com ella daremos remate a este reinado. É a seguinte (vej. *Ensaio Hist. Pol.* &c., a pag. 113): « O longuissimo reinado de D. João V só se fez notavel por uma summa hypocrisia, exagerado fanatismo e monstruosa dissipação. Até os vicios da côrte e do Rei, que forão excessivos, tomárão o caracter de uma hedionda superstição, misturada com toda a fealdade dos escandalos, pois os proprios lugares consagrados á religião e á pureza dos costumes forão os que o supersticioso Rei escolheu para seus torpes passatempos, &c. Assim mesmo, elle que tão pessimos exemplos deu como governante e christão, foi e ainda é hoje canonisado pelos hypocritas como modelo dos Soberanos, só porque o seu governo foi eminentemente monachal e despendeu com mão larga immensos thesouros, não só com a cleresia de Portugal mas tambem de Roma. Para esta só, consta pelos calculos do tempo que enviára 94 milhões de piastras (188 milhões de cruzados). E que ganhou o reino com isto? bullas, indulgencias, bispados, conesias, o titulo de *Fidelissimo* e um monstro chamado *Patriarchal*, dedicado á vaidade e

Fez algumas reformas uteis no governo do reino, e meditava outras muitas; mas um ataque de paralysia, de que foi assaltado a 10 de Maio de 1742, e de que, não obstante algumas melhoras, padeceu oito annos, o impedio de executar todo o bem que desejava fazer aos seus povos, e deu lugar a que muitos damnos soffresse o Estado. Outro mais forte ataque o privou emfim da vida a 31 de Julho de 1750, na idade de 60 annos, dos quaes havia reinado 44. O seu corpo foi depositado no Real jazigo de S. Vicente de Fóra.

Foi este principe dotado de um coração verdadeiramente magnanimo e de generosidade incomparavel; tinha muita agudeza de entendimento e grande comprehensão nos negocios. Era firme em suas resoluções, quando entendia que tinha razão; rigoroso observante da justiça, e amante das letras e das artes: foi mui cioso da sua dignidade e magnifico em tudo que era de apparato, e particularmente no que pertencia á religião, á qual foi muito affecto, principalmente nos ultimos annos de sua vida. Delle disse um illustre escriptor: « Occupado em seus desvarios mysticos no ultimo periodo da vida, aviltou a magestade Real, e pela superstição perdeu o amor de seus subditos recebendo em recompensa o esteril titulo de Fidelissimo a custa de immensos milhões de cruzados, e outros tantos se esperdiçárão em edificar o vasto monumento de Mafra destinado a encerrar uma republica de celibatarios, em cujo templo se vião 300 frades officiarem e comerem communalmente todos os dias no mesmo refeitorio. Havia este Rei-frade comprado previamente

---

preguiça, &c. A não ser a portentosa obra das *Aguas Livres*, a memoria deste Rei se poderia só na posteridade encontrar n'algum archivo de convento. Para se formar uma idéa das riquezas que no seu reinado entrárão em Portugal » &c., &c., veja-se a pag. 59 e os arts. Commercio, Industria, &c.

por grandes preços um immenso numero de livros, e os degradou para esse isolado claustro, como se não tivera outro fim mais do que, reunindo-os, impedir a seus subditos de fazerem uso delles. Voltaire resumio com a sua costumada mordacidade em duas palavras o seu caracter: « Os festejos de João V erão procissões, seus edificios mosteiros, e suas amantes freiras beatas. » Foi seu reinado o primeiro que se passou desde a fundação da monarchia sem chamamento de côrtes, por isso andou elle tão errado no desperdicio de tão enormes riquezas, cuja espantosa relação além de outras muitas já mencionámos na nota de pag. 59 e 58. Morreu comtudo este Rei pobre, e para se lhe fazer o enterro não havia no thesouro dinheiro; emprestou-o um particular!

D. José I o Magnanimo, 26.° Monarcha de Portugal.

Reinou desde 1750 até 1777.

A D. João V succedeu em 1750, seu filho D. José I, que havia nascido em 1715, e portanto estava nos 35 annos de idade. Achando o reino totalmente exhausto de dinheiro e opprimido com uma infinidade de abusos, que se havião introduzido durante a longa administração de seu pai, applicou todos os cuidados a remediar estes males, e seus primeiros actos fizerão logo presumir que seria elle economico e prudente. Procurou estabelecer uma balança mais justa no commercio de Portugal com a Inglaterra, e deu-se inteiramente a fazer florescer a industria, o commercio e a marinha. Uma das primeiras leis que publicou teve por motivo o impedir a exportação do numerario. Era desde logo ir de encontro aos interesses da Inglaterra que até então recolhera todo o ouro do reino em troca de suas manufacturas, e apezar de uma

renhida polemica sobre esta materia entre os dous gabinetes, não teve lugar a abrogação da lei. Pelo contrario se depara em autores de credito que continuando os Britannicos no mesmo illicito trafico, e este feito já por navios de guerra no impedimento dos mercantes, o marquez de Pombal declarára ao seu gabinete (posterior ao anno de 1759) « Que não consentiria em tal fraude; metteria a pique esses contrabandistas com pavilhão illegalmente Real, e que quem tinha força de mandar esquartejar um primo d'El-Rei por traidor (o duque d'Aveiro) mais facilmente mandaria pendurar um contrabandista. » É esta linguagem de certo só conveniente a quem a póde desempenhar. Citaremos ainda outro rasgo de dignidade do mesmo estadista para com a mesma nação: é um periodo transcripto do *Resumo da Hist. de Port.*, por Alph. Rabbe. (ediç. de 1836, pag. 280) « Eis o maior golpe do ministerio Pombal, e que por si só bastaria para immortalisar a sua memoria. Todo o resto da sua administração foi cunhado com a mesma firmeza e com o mesmo patriotismo. Os Inglezes usando da sua autoridade ordinaria em Portugal, tinhão queimado na bahia de Lagos algumas náus francezas, commandadas por Laclue, que as não soube defender. Pombal pedio uma satisfação á côrte de Londres e exigio uma reparação proporcionada á grandeza da offensa: foi-lhe porém recusada. Principiou então uma correspondencia em que o ministro portuguez tomou evidentemente o passo e fez o primeiro papel. « Sei, escrevia elle ao ministro dos negocios estrangeiros da Grãa-Bretanha, que o vosso gabinete tem tomado imperio sobre o nosso, mas sei tambem que é tempo de acaba-lo. Se os meus predecessores tiverão a fraqueza de conceder-vos sempre quanto querieis, eu só vos concederei o que dever. É esta a minha ultima resolução: regulai-vos por ella. » — Em outro despacho, insistindo com mais força no objecto da mesma reparação,

domava com o tom da mais verbosa eloquencia a altiva potencia britannica. É esse um precioso documento no qual muito ha que aproveitar. Em consequencia dessa Nota, de tom pouco usado na diplomacia europea, a Inglaterra mandou um embaixador extraordinario a dar a satisfação pedida pelo marquez de Pombal. Este acto de vigor e de independencia restabeleceu Portugal naquella attitude de magestade nacional e de poder por si existente, de que muito tempo havia estava privado aos olhos da Europa. »

Tendo chegado ao porto de Lisboa uma frota do Brasil carregada de muito metal precioso e generos de valor, calculou-se então, pelos que anteriormente tinhão vindo, que durante o reinado de D. João V se levárão a Roma acima de 180 milhões de cruzados, a troco de bullas, honras e titulos ecclesiasticos e uma patriachal, que absorvia um immenso rendimento annual. Emquanto o joven Monarcha andava sizudamente occupado em seus projectos de melhoramento, sobreveio um funestissimo acontecimento, que, destruindo Lisboa, lançou o terror e a consternação por todo o reino. Foi elle o espantoso terremoto que padeceu esta capital no 1.° de Novembro de 1755, um dos maiores de que trata a historia. Todos os elementos parecêrão reunir-se para desolar esta povoação. O mar e o Tejo tresbordárão; a terra se entreabriu absorvendo milhares de victimas e a chamma devorou os restantes edificios. Nesse dia, que era o de Todos os Santos, o povo estava reunido nos templos; estes desabárão com estragos e ruido; o incendio se propagou com espantosa rapidez ao passo que no porto os navios se despedaçárão uns contra os outros. É tradição que vendo D. José I os effeitos desse desastre geral, perguntára ao ministro Carvalho (marquez de Pombal) o que havia a fazer nessa crise? « *Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.* »

lhe replicou elle, e com effeito justificou esta sublime resposta pelas suas acertadas medidas a isso tendentes.

Os seus cuidados forão incessantes para sacar do abysmo a nação e regenera-la. Erão porém os tempos muito espinhosos, e para fazer bem carecia-se de uma vontade de ferro. Se jámais o despotismo foi legitimo sem duvida principiou n'um povo desmoralisado, arruinado ou novo. Nas grandes acções que executou S. J. de Carvalho, se encontrão frequentes, arbitrarias e odiosas que se desejára riscar de sua illustre vida: devemos-nos todavia recordar que então todo o peso dos negocios publicos era confiado a um só homem, detestado dos nobres, porque, inferior a elles em gerarchia, a todos dominava pelo seu intellectual; detestado da cleresia porque puzera um freio á Inquisição e á rapacidade monastica, e execrado dos Inglezes porque queria libertar o paiz do seu jugo e estabelecer manufacturas nacionaes, e finalmente porque teve que lutar ao mesmo tempo contra essas classes e os elementos physicos. Deste patriotico e sabio ministro diz um autor moderno cuja opinião aprovamos: « Se é certo que os homens grandes fazem a força e a gloria de uma nação, é de justiça dizer que o marquez de Pombal deve figurar na primeira classe da lista dessas influencias individuaes que tem dominado, refundido e sustentado uma potencia. Armado de um poder immenso que devia á confiança absoluta de seu amo, caminhou despedaçando todos os obstaculos ao fim, que era, a regeneração do velho Portugal, e medico sem piedade desta monarchia tão enferma, curou muitas feridas irritaveis e cicatrisou chagas inveteradas; por isso poucos ministros forão tão diversamente julgados. Prestai ouvidos a uns: exercitava só elle seu vasto poder nos limites traçados pelo mais puro amor do bem publico, e se foi inexoravel destruidor de abusos, se sacrificou

familias e corporações inteiras, foi em proveito da nação. Ouvi comtudo a outros, e nunca scelerado poderoso encubriu com as sombras do silencio arrancado pelo terror, mais crimes e excessos de uma ambição despotica. Entretanto os espiritos sensatos não hesitárão entre dous retratos oppostos, embora os Jesuitas seus capitaes inimigos que elle não só desterrou dos dominios portuguezes, mas influio para que fossem expulsos de quasi toda a christandade, o tenhão denegrido com as mais hediondas côres. A posteridade lhe tem feito o devido apreço. » — Estegrande desastre, porém, longe de abater o forte animo d'El-Rei, lhe deu pelo contrario nova e mais brilhante occasião de mostrar o vigor, a sabedoria e a actividade do seu governo e despertar as mais sublimes faculdades no seu ministro. Veja-se a pag. 255 do 1.° vol.

Tratava-se ainda de reparar as ruinas do terremoto, e reedificar Lisboa sobre um plano mais regular, quando uma nova desgraça a veio encher de horror. Na noite de 3 de Setembro de 1758 alguns malvados de alta gerarchia attentárão contra a vida do Monarcha, disparando sobre elle tiros d'arcabuz, que ainda o ferirão gravemente no hombro. Se esses facinorosos por odios pessoaes tomárão parte neste delicto, a nação inteira mostrou a indignação e horror que elle lhe causava, applaudindo ao castigo dos criminosos, o qual se executou apparatosamente em publico cadafalso levantado na praça de Belém, a 13 de Janeiro de 1759, nas pessoas do duque d'Aveiro, marquez e marqueza de Tavora, Luiz Bernardo de Tavora e José Maria de Tavora seus filhos; D. Jeronymo de Atayde conde de Atouguia, e quatro criados destes; escapárão porém ao supplicio José Policarpo d'Azevedo, e os Jesuitas João Alexandre, João de Mattos, e outros, bem como o padre Gabriel Malagrida, que depois veio a ser justiçado pelo crime de heresia.

Como este funesto acontecimento se imputou em grande parte aos Jesuitas irritados pela reforma que nelles se havia já começado, veio ser causa da total extincção desta celebre companhia religiosa em todos os dominios de Portugal. No dia 19 de Janeiro do mesmo anno forão cercadas todas as suas casas e collegios, guardados n'ellas em estreita prisão todos os seus moradores, e confiscados seus immensos bens: mandando-se ao mesmo tempo participar a todos os prelados para que proscrevessem as doutrinas erroneas destes religiosos. Finalmente, por uma lei publicada a 3 de Setembro, foi extincta a companhia de Jesus, e todos os seus membros declarados inimigos da patria, desnaturalisados e banidos para sempre do reino e seus dominios. Muito se tem dito a pró e contra esta congregação que já pertence ao passado; o seu nome deixou de ser um pavoroso espantalho do qual tanto se abusou. Calumniou-se genericamente os Jesuitas como 500 annos antes se queimou Templarios; era a razão a mesmissima: tanto uma como a outra instituição já tinha largamente vivido, chegara-lhes pois a velhice: era necessario destrui-las, quando mui poderosamente para isso concorria o serem ricas em haveres e prestigio e julgadas perigosas ao socego do Estado: eis a justiça dos homens!

Por este tempo elevou El-Rei á dignidade de conde de Oeiras e pouco depois á de marquez de Pombal, o seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, a quem forão devidos pela maior parte os grandiosos actos deste reinado, e cujo nome Portugal e a Europa pronunciarão sempre com respeito, como o de um dos melhores estadistas, e dos ministros mais patrioticos que se tem conhecido.

Dadas as necessarias providencias para a reedificação de Lisboa, continuou a publica administração a entender em cousas não menos importantes, e particularmente no melhoramento dos estudos, mandando expellir das aulas

e ensino da mocidade os livros com que os Jesuitas perpetuavão d'antes a ignorancia, substituindo-lhes outros mais breves e methodicos, e reformando a universidade de Coimbra, e todas as aulas menores. Com o intento de tirar das mãos dos negociantes estrangeiros o monopolio dos vinhos e do trato do Brasil, instituiu o marquez a companhia geral do commercio de Pernambuco, Grão Pará, etc., e a dos vinhos do Alto Douro. Do estabelecimento desta ultima se originou um motim na cidade do Porto, pelo que forão punidas com differentes penas muitas pessoas. (Veja-se a pag. 399 do 1.° vol.) Depois restabeleceu o conselho d'Estado, que se achava quasi extincto desde os ultimos annos do reinado de D. João V; creou o lugar de Intendente geral da policia; fundou o Real Collegio dos Nobres, na casa que fôra dos Jesuitas, chamada da Cotovia, dotando-o com os bens dos mesmos; proveu á melhor arrecadação da fazenda, extinguindo o antigo tribunal *dos Contos*, e creando em seu lugar o *Erario Regio*, uma das obras mais acertadas do seu governo, pois que substituiu a simplicidade e clareza ao antigo, informe e fraudulento methodo de arrecadar e despender com grande interesse do Estado.

Em Junho de 1760 celebrou-se o casamento da princeza do Brasil D. Maria, herdeira presumptiva da corôa, com seu tio o Infante D. Pedro, irmão d'El-Rei. Como pelas festas destas nupcias fosse o nuncio do Papa o unico ministro estrangeiro que faltou ao costumado obsequio das luminarias, tomou o governo d'ahi pretexto ostensivo para ordenar ao mesmo representante que sahisse sem demora de Lisboa. Comtudo bem sabido era não ser esta a verdadeira causa de tal procedimento, mas sim as desavenças que se havião suscitado com a côrte de Roma sobre a expulsão dos Jesuitas; e como o Papa insistisse em não attender ás justas reclamações do ministerio portuguez,

mandou este sahir dos Estados pontificios o seu embaixador e todos os subditos Portuguezes que alli estivessem, e em Portugal tiverão a mesma intimação os subditos do Papa.

Começou o anno de 1762 pela declaração de guerra e rompimento de hostilidades entre as corôas de Inglaterra de Hespanha e de França. Deu motivo a esta guerra um pacto de familia celebrado entre os principes da casa de Bourbon, para todos unidos se oppôrem ao predominio que a nação britannica ostentava. As côrtes de Versalhes e Madrid esforçarão-se por attrahir Portugal ao seu partido; porém D. José, perseverando fiel á alliança e longa amizade que sempre houvera entre este reino e o de Inglaterra, viu, sem se abalar do seu proposito, approximarem-se ás fronteiras de Portugal as forças de Hespanha, e sem perder um ponto da regularidade que sempre mostrára em todas as occasiões de perigos e trabalhos, respondeu modesto e intrepido aos ministros de França e Hespanha, que lhe representavão a insolencia com que os Inglezes tratavão no mar todas as demais nações, e a sujeição em que tinhão Portugal, que primeiro veria cahir sobre si a ultima telha de seus paços invadidos por seus inimigos, do que se havia de desunir da amisade da Grãa-Bretanha, sua intima alliada, porém que emquanto não fôsse tratado hostilmente, se conservaria neutral e imparcial entre todos.

Em Junho deste anno publicou a Hespanha guerra contra Portugal, e fez logo marchar um exercito que dentro em pouco tempo se apoderou das cidades de Miranda (a qual por inadvertencia saltou pelos ares incendiando-se-lhe o paiol), e logo seguio sobre Bragança, apossando-se de quasi toda a provincia de Tras-os-Montes. As forças deste reino não passavão então de 20,000 homens, alguns sem fardas, nem armamento, e todos indisciplinados. Não havia até uma praça de guerra em

termos de defender-se de cerco: supprirão porém a tudo os soccorros de gente, armas, e mantimentos fornecidos pela Inglaterra, a diligencias do marquez de Pombal, e ainda mais a natural aversão que sempre tiverão os Portuguezes ao jugo castelhano, e sua constancia em repellir as aggressões inimigas.

O conde de Lippe, que nas guerras d'Allemanha ganhára a reputação de habil general, foi convidado para vir commandar e disciplinar o exercito portuguez. Chegou com effeito a Lisboa, quando um terceiro corpo do exercito hespanhol se dispunha a invadi-lo pela Estremadura, afim de sustentar os que havião entrado pela Beira-Alta e Tras-os-Montes, e reunidos dirigirem-se ás margens do Tejo, e invadirem a provincia d'alem deste rio. Determinou o conde de Lippe desordenar este plano por meio de golpes rapidos e inesperados. Dispôz um corpo de tropas escolhidas para ir dar de subito sobre Valença d'Alcantara, onde os Hespanhoes fazião os seus armazens e depositos de bastecimentos. Marchárão os Portuguezes com grande fadiga por caminhos desviados, e effeituárão a sorpreza com tal acerto e felicidade, que entrando na praça sem serem presentidos, matárão ou fizerão prisioneiros quantos nella se achavão, contando-se entre estes ultimos o proprio general que havia de commandar a projectada expedição. A esta seguio-se outra sorpreza não menos importante. Achava-se acampado junto a Villa-Velha um forte corpo de cavallaria hespanhola: mandou o conde um destacamento portuguez, que de noite o rodeou, e investindo-o pela retaguarda, o desbaratou com grande mortandade, e inutilisados os seus armazens, se recolheu quasi sem perda alguma.

Estas derrotas, e outras que soffrerão os inimigos, prevenirão os damnos com que ameaçavão Portugal. Era chegado o inverno e viáo-se elles sem forragens, sem

depositos de mantimentos, investidos por toda a parte pelas partidas inimigas sem ponto algum seguro, e tiverão assim de retirar-se para Hespanha, deixando Portugal inteiramente desembaraçado.

Para acudir ás despezas desta guerra foi necessario recorrer de novo ao tributo da Decima, que pelas côrtes havia sido concedido a D. João IV na guerra da Independencia e que agora serviu de grande auxilio. Tambem por este tempo se apoderárão os Inglezes da Martinica e da Havana; e esta perda, junta a outras muitas, obrigou as côrtes de França e Hespanha a cuidarem seriamente na paz, a qual foi assignada a 10 de Fevereiro de 1763. Pelas condições della forão restituidas a Portugal as praças que lhe havião sido tomadas, com todas as suas armas e munições; assim como a colonia do Sacramento na America, e quaesquer outras, sendo tudo reposto no mesmo estado em que se achava antes da guerra.

Com a volta da paz applicou o grande ministro Pombal todos os seus cuidados e attenções para os negocios do interior. Começou pelo melhoramento do exercito, incumbindo ao marechal conde de Lippe a sua reforma e disciplina, e providenciando para que fosse bem fardado, e pago regularmente. Publicárão-se os novos regulamentos para a infanteria e cavallaria; instituirão-se aulas de artilheria e engenharia; regulárão-se as reformas dos militares invalidos; e tomárão-se outras muitas medidas proprias a levarem as tropas portuguezas ao estado de disciplina e instrucção em que se achavão as melhores da Europa. A estas disposições acompanhárão outras muitas a bem da policia e segurança publica, limpando a capital e o reino dos numerosos bandos de facinorosos que a infestavão. Depois fez publicar leis mui providentes para o melhoramento e progresso das artes, das manufacturas, da agricultura e do commercio. Para que não faltasse o

pão no reino, que já o tivera de sobejo para exportar, mandou arrancar as vinhas de muitas terras que podião dar trigo. * Permittiu aos navios mercantes a liberdade de irem tratar nos portos que mais lhe conviessem, acabando com as frotas que annualmente se mandavão ao Brasil com grave incommodo do commercio. Fez crear de novo diversas fabricas, e protegeu com sabias providencias as já estabelecidas, principalmente as de sedas e lanificios. Estabeleceu o tribunal da Mesa Censoria, para a revisão dos livros que houvessem de se imprimir, evitando assim que entre os que merecião ser prohibidos o não fossem outros de sãa doutrina, como d'antes acontecia, só porque se declaravão contra as injustas pretenções da côrte de Roma. Aboliu a odiosa distincção entre Christãos velhos e novos, supprimindo as fintas que estes pagavão desde o tempo de D. Sebastião. Creou as escolas geraes menores, para cuja manutenção impôz o *Subsidio Litterario;* servindo este estabelecimento como de base para a util refórma dos estudos da Universidade de Coimbra, á qual deu novos estatutos, e augmentou as faculdades de mathematica e philosophia.

Tendo subido á cadeira pontificia o Papa Clemente XIV, restabeleceu-se a communicação deste reino com a côrte de Roma, que ha tanto se achava interrompida pelo imprudente proceder do seu antecessor. Deste Pontifice alcançou-se a suppressão de algumas casas religiosas, com cujo excessivo numero mal podia um reino tão pequeno, e foi tambem por diligencias deste reinado auxiliadas por outros principes christãos, que elle expedio a

* Os inimigos do grande estadista Pombal attribuirão esta arbitraria medida a interesse pessoal do mesmo, para fazer valer os seus excellentes vinhos da quinta d'Oeiras, sita 3 leguas ao Poente de Lisboa. A experiencia e imparcialidade terão provado o acerto ou parcialidade desta medida.

bulla para a geral extincção da companhia de Jesus, como já fica narrado. Tantos e tão grandes beneficios feitos por este Rei ao seu povo lhe merecêrão delle o monumento levantado em honra sua no Terreiro do Paço de Lisboa. A magnifica estatua equestre de D. José I lembrará á mais remota posteridade as virtudes deste Soberano, a gratidão dos seus subditos, e o illustrado zelo do seu ministro. (Veja-se a pag. 256 do 1.° vol.)

Chegou o anno de 1777, e a complicada enfermidade de que D. José I padecia ha muito tempo se lhe aggravou e veio a terminar seus dias aos 24 de Fevereiro, tendo então 63 annos de idade e 27 de reinado. Seu corpo foi depositado em S. Vicente de Fóra.

Foi este Rei dotado de espirito penetrante, cultivado pela leitura, e de um juizo solido, que lhe fazia discernir e adoptar as medidas mais seguras e proveitosas: a verdadeira felicidade dos povos era a sua dominante paixão e o constante alvo de seus cuidados. Alguns o censurárão de frouxo, attribuindo ao seu illustre ministro, o grande Pombal, todas as sabias acções do seu reinado; mas, comquanto seja innegavel a elevada capacidade deste grande estadista, é tambem indubitavel que sem a constante firmeza e illustrada approvação do Monarcha o ministro nada poderia ter feito. Por sua morte deixou o reino desempenhado e com dinheiro de reserva; muitas forças de mar e terra, que d'antes não tinha; o commercio, a industria e a agricultura prosperos e florescentes; e tudo isto vencendo as difficuldades que encontrou no empenho em que estava o paiz, nas grandes calamidades e desastres que lhe sobrevierão, na reforma de mil abusos inveterados, e emfim na opinião publica, talvez mais dura de vencer que outros muitos obstaculos. Já expendemos nossa opinião a respeito deste portentoso ministerio: consulte-se a pag. 59 e seguintes; accrescen-

taremos para finalisar este artigo a opinião de um publicista moderno a seu respeito: « Quasi que este reinado se reduz a um ministerio, e este dirigido por um grande homem, cujos dotes chegou a apreciar o governante. Diga o que disser a calumnia, nunca impetrou elle o favor por meios que degradão o caracter, e a prova disso acha-se estampada em todas as grandiosas cousas com que completou a sua carreira; até mesmo se póde encontrar no numero de inimigos que o assaltárão, e que sua superioridade (um pouco altiva) lhe suscitou. Muitos disserão que D. José I lhe deveu toda a sua celebridade e ventura. Teria embora inclinações generosas, porém sem a energia que as póde fecundar. Notou-se-lhe mesmo excessiva timidez de caracter. Este Luiz XIII de Portugal teve seu Richelieu, e á sua imitação tambem se costuma dizer naturalmente o *Ministerio do marquez de Pombal*, em vez de *Reinado de D. José I.* »

D. Maria I.ª a Piedosa, 27.ª Monarcha de Portugal.

Reinou de facto desde 1777 até 1792 com seu esposo emquanto vivo. Nesse anno, em consequencia de alienação mental, seu filho D. João se nomeou regente, vindo ella a morrer em 1816 no Rio de Janeiro.

Esta princeza foi a primeira Senhora em quem, segundo as leis fundamentaes da monarchia, veio a cahir por herança a corôa de Portugal. Tendo nascido a 17 de Dezembro de 1734, tinha 43 annos de idade quando succedeu a seu pai, D. José I. Era casada com seu tio, D. Pedro, que, por já ter della filho varão, tomou tambem o titulo de Rei. A ceremonia da sua acclamação foi

feita a 13 de Maio de 1777, com uma pompa e magnificencia talvez até então nunca vista. *

Apenas tomou as redeas do governo, a direcção dos negocios mudou inteiramente de face. A Rainha mãi, Hespanhola de nascimento, valeu-se do predominio absoluto que tinha sobre o animo de sua filha para afastar della o marquez de Pombal, a quem sempre fôra adversa, e cuja influencia e talentos a tal ponto receava, que a induzio até a recusar-lhe uma audiencia, que este illustrado ministro sollicitava para a pôr ao corrente dos negocios de Estado, que elle só conhecia a fundo. Esta repulsa foi d'ahi a pouco seguida de uma ordem de desterro para as suas terras de Pombal, e da de se instruir contra elle um processo criminal, que todavia foi depois abandonado, tanto pela bondade do coração da Rainha, inteiramente estranha a todo sentimento de vingança, como pela firmeza e integridade que manifestou esse grande homem nas suas respostas aos primeiros interrogatorios, e pela influencia de grande numero de magistrados formados na sua escola, e que sempre se lhe conservárão fieis. *

---

* Associou ao governo do reino esta Rainha seu tio e marido, então na idade de 63 annos; viveu elle ainda mais 9, sem da menor maneira interferir na publica administração, retirado quasi sempre no seu palacio de Queluz, onde frequentemente dava esplendidos festejos á sua Real esposa. Se ella por acaso o convidava para assistir ao conselho, ahi permanecia mudo espectador de todas as disposições, excepto quando se tratava dos negocios da *Casa do Infantado*, que era sua, nos quaes unicamente se interessava. Occupou este pacifico coroado o seu lugar entre os reinantes, sem deixar outro monumento de sua timida Realeza mais que a sua effigie gravada a par da da esposa.

* Os ministros que substituirão a administração Pombal, diminuta consideração talentosa merecião, e pouco dignos erão de seguir tão illustrado plano de governo. José de Seabra da Silva foi nomeado ministro dos negocios do reino (o mais importante). Fôra ao principio confidente e partilhára as grandes vistas do marquez de Pombal, porém depois degradado para os dominios de Angola por contrariar os seus planos e revelar segredos d'Estado. Era homem

As ultimas palavras do Rei defunto havião sido para recommendar a sua filha que mandasse soltar todos os presos d'Estado, e o primeiro acto do seu governo foi o cumprir-lhe a vontade. Abrirão-se as portas das prisões, e dellas sahirão muitos homens distinctos e respeitaveis por seu saber, caracter, e conhecido merecimento. A vista destas victimas do poder arbitrario, a quem seus longos padecimentos tornavão ainda mais interessantes, forneceu aos inimigos de Pombal uma occasião favoravel para excitarem um clamor geral da populaça contra elle, a quem accusavão de despotismo e concussão. Comtudo esta expressão facticia dos sentimentos do povo foi de curta duração, e nos primeiros actos do novo governo se conheceu logo a grande perda que se havia feito, posto que bem poucas pessoas tivessem ainda comprehendido toda a sua extensão. O esclarecido ministro continuou no seu desterro, ahi viveu ainda alguns annos como philosopho, e antes de sua morte teve a consolação de ver a immensa maioria da nação fazer inteira justiça ás suas raras qualidades e a seus eminentes serviços: falleceu na sua casa do Pombal em 1782, com 84 annos de idade. O capricho dos novos ministros empenhou-se em contrariar o seu systema de politica e administração: porém apezar da apparatosa reparação e rehabilitação dos presos de Estado, muitissimos facinorosos por taes se fizerão passar e inundárão Lisboa com os seus latrocinios, tanto que o povo

---

avido, pouco escrupuloso, e procurou na sua nova posição refazer-se da perdida fortuna. Ayres de Sá, encarregado da pasta dos estrangeiros, era homem recto, porém de fraca intelligencia. Martinho de Mello foi nomeado ministro da marinha, e o marquez d'Angeja da fazenda e presidencia do ministerio. Este ultimo apressou-se em esvasiar o thesouro, que achára bem recheado, afim de enriquecer seus immensos apaniguados, porém Martinho de Mello desempenhou habil e honradamente a sua repartição, como já fica dito a pag. 158.

afinal exclamava: « *Mal por mal, antes Pombal.* » Uma muito mais illustrada administração (a regencia de D. Pedro em 1834) mandou restituir o seu busto, que se achára gravado por baixo da estatua equestre de D. José I, e a inveja fizera arrancar: e isto não só em desagravo do reconhecimento aos serviços de tão abalisado ministro, mas tambem aos do seu digno neto o então marquez de Saldanha a quem fôra endereçado o decreto.

Achára-se Portugal ameaçado de uma guerra nos ultimos dias d'El-Rei D. José. Quasi toda a Europa estava em movimento; por toda a parte se fazião aprestos bellicos. A Inglaterra declarára guerra á França, por haver auxiliado as colonias inglezas da America do Norte na sua luta de independencia; a Hespanha, como alliada da França, devia unir-se-lhe contra os Inglezes, e Portugal, ou havia de tomar o partido da Grãa-Bretanha, como sua antiga alliada, ou conservar-se em neutralidade. Este ultimo systema, sem duvida o mais vantajoso, era o que D. José tinha resolvido seguir, e a Rainha adoptou completamente suas disposições. Mas não querendo a Hespanha acceder a esta politica, tomou por pretexto do rompimento as antigas disputas sobre os limites das possessões das duas corôas na America do Sul.

Começárão os Hespanhoes as hostilidades apoderando-se da ilha de Santa Catharina. O incendio da guerra ameaçava lavrar por toda aquella parte do mundo e passar d'alli á Europa, porém a este perigo occorreu a prudencia de D. Maria I, empregando a mediação da Rainha mãi, que podia muito com El-Rei de Hespanha seu irmão, para compôr estas dissenções. Concluiu-se com effeito em 1778 um tratado de alliança, pelo qual se fixárão os limites dessas possessões: a ilha de Santa Catharina na America foi restituida á corôa portugueza, e por esta, cedida a colonia do Sacramento em compensação de ou-

tras terras que ficárão pertencendo a Portugal na demarcação; as duas potencias se obrigárão além disso a soccorrerem-se mutuamente em caso de guerra. Outra grande vantagem veio a Portugal desta negociação, porque conservando a sua neutralidade n'um tempo em que fervia a guerra na America e na Europa, offerecia assim francos e patentes os seus portos a todas as nações, de modo que veio a ser Lisboa um porto de immenso commercio, e nunca o reino se viu tão florescente e abundante.

Na mesma jornada que a Rainha mãi fez á Hespanha para negociar este tratado, se entabolou o duplicado casamento, que depois se effeituou entre os principes de um e outro reino: a Infanta de Hespanha D. Carlota Joaquina casou com D. João de Portugal, que depois veio, pela morte de seu irmão primogenito D. José, a succeder na corôa, e a Infanta de Portugal D. Marianna Victoria casou com o Infante de Hespanha D. Gabriel.

A Rainha foi sempre infatigavel em assignalar o seu reinado com factos memoraveis. Favoreceu o commercio fazendo tratados reciprocamente vantajosos com a Russia e a Inglaterra. Cuidou de melhorar a legislação patria creando uma commissão incumbida da redacção de um codigo portuguez, a fim de dar nova luz aos processos, que a multiplicidade e ambiguidade das leis, ou a maliciosa interpretação dos advogados, eternisão quasi sempre. Protegeu as letras, fundando em Lisboa a Academia Real das Sciencias, para cuja instituição muito contribuiu o duque de Lafões seu tio, auxiliado pelo illustre sabio o abbade Corrêa da Serra. Havendo esse fidalgo percorrido toda a Europa durante o ministerio Pombal, só voltou por morte de D. José I, e elevado então ao commando supremo do exercito, e constituido em grandes creditos para com a Rainha, empregou-os sómente para adiantar as sciencias, as letras, as artes uteis, e aquelles que as

cultivavão, derramando assim na sua patria as luzes e conhecimentos que adquirira em suas relações com os homens mais sabios da Europa.

Quasi dez annos de um reinado prospero e bonançoso forão seguidos de dias de amargura e dôr: dous golpes terriveis vierão ferir profundamente o coração da Soberana, e cobrir de luto os seus povos. Em 1786 falleceu El-Rei D. Pedro III seu esposo, principe dotado de muito amaveis e complacentes qualidades. Pouco depois seguiu-se-lhe a mui sentida perda de seu filho primogenito e presumptivo herdeiro do throno D. José, em 1788. Uma molestia rapida, irremediavel, em que forão inuteis todos os esforços da arte, cortou em flôr os dias deste principe, cujos dotes amaveis e distinctos davão grandes esperanças aos Portuguezes. Esposa e mãi carinhosa, não podia deixar a Rainha de sentir vivamente golpes tão dolorosos; porém igualmente pia e corajosa, supportou-os com resignação admiravel, e talvez fosse no meio de tão pesados lutos que ella mais patenteou seu animo varonil, e seu constante amor e zelo pelo bem do Estado.

A revolução franceza acabava de rebentar, e, abalando as bases politicas de todas as monarchias, ateára uma guerra que devia assolar por longos annos grande parte do globo. A Rainha porém, fiel ao seu primeiro systema de neutralidade, conseguio mante-lo sem faltar aos anteriores tratados e estipulações feitas com as outras côrtes; e dest'arte conservou aos povos os beneficios da paz, e ao commercio portuguez uma extensão e prosperidade, que de ha muito não conhecia. Tendo assegurado a tranquillidade exterior do reino, continuou tambem a empregar seus cuidados nos negocios interiores, mandando construir vastos e sumptuosos edificios, que, aformoseando a capital, animavão a industria nacional, e empregavão innumeraveis braços, que d'antes se entorpecião na ocio-

sidade. A primeira e sem duvida a mais util destas obras foi a Real Cordoaria, onde hoje se fabricão cabos e lonas para provimento da marinha de guerra e mercante, com tanta perfeição com que d'antes vinhão do Norte. A segunda foi o vastissimo edificio começado no lugar da Patriarchal queimada, ou Cotovia, para acommodação do Erario, e mais tribunaes e repartições publicas; os principios desta obra já annunciavão sua grandeza e perfeição; mas teve ella a sorte de outras muitas, em que se attendeu mais á magnificencia do que aos meios que havia de as levar ao cabo, e hoje, applicada para outras construcções a immensa cantaria que para ella se tinha lavrado, está destinado o seu local para um mercado publico. Com mais empenho cresceu a obra do sumptuoso convento e templo do Coração de Jesus (*Estrella*), monumento grandioso, porém de mal entendida piedade, se principalmente reflectirmos que os muitos milhões nelle desperdiçados estavão destinados a prover ao aceio e encanamento da capital. Em compensação, edificou os utilissimos diques do arsenal da marinha, cujo arsenal tambem completou no estado em que hoje existe, havendo o seu vasto e elegante edificio sido começado pelo marquez de Pombal. A marinha Real deveu no seu reinado um grande incremento ao ministro Martinho de Mello: constava ella em 1797 de 71 embarcações com 2,166 peças, a saber: 12 náus, 12 fragatas, 6 corvetas, brigues e brigues-escunas, &c., 32, e 9 charruas, além dos vasos em construcção; veja-se a pag. 158.

Não lhe deveu menor cuidado a agricultura, e conhecendo que não poderia esta prosperar sem faceis meios de transporte para as producções do centro do reino, mandou levantar o plano de um canal que communicasse o Tejo com o Sado; obra que seria de grande utilidade se concluida. Encarregou tambem a pessoas habeis

o encanamento do Mondego, afim de restituir á cultura os ferteis terrenos que as inundações deste rio tornão estereis e inuteis. Mandou igualmente abrir estradas, começando-se pela que de Lisboa conduz a Coimbra, á qual, para evitar-lhe a passagem atravez dos campos da Gollegãa, que na estação invernosa erão quasi intransitaveis, se deu nova direcção pela cidade de Leiria. Sendo sobre tudo de admirar que, em vez de augmentar os tributos para acudir a tão avultadas despezas, achou na sua economia o meio de os diminuir, supprimindo os direitos do pescado secco.

Attendia ao mesmo tempo ao adiantamento da milicia, creando as aulas de fortificação, onde se formassem officiaes habeis; melhorou consideravelmente a sorte do exercito, e o augmentou com a creação das companhias de caçadores nos regimentos de infantaria, e a formação de um novo corpo de todas as armas, a que se deu o nome de Legião de tropas ligeiras, cujo commando foi confiado ao marquez de Alorna, official distincto.

Rompendo então a guerra entre a França e a Hespanha, foi o governo portuguez obrigado, segundo os tratados, a mandar á Catalunha um exercito auxiliar, o qual, sob o commando do general Forbes, teve gloriosa parte em muitos combates e encontros com o inimigo, sustentando sempre mui dignamente, por seu valor e disciplina, a reputação do antigo nome portuguez. Depois de haverem combatido quasi dois annos no Roussilhão, voltárão a Portugal, por se ter concluido a paz entre a França e a Hespanha. Foi nesse tempo que se organisárão os regimentos de milicias auxiliares, compostos pela maior parte de antigos soldados e officiaes, menos aptos por sua idade para o serviço da linha. Estes corpos no principio do seculo actual formavão 63 regimentos com 62,000 homens no reino e ilhas; as ordenanças ou *chupos* con-

tavão umas 1,691 companhias com perto de 215,000 homens, e a tropa de linha uns 63,000, afóra a que se achava no Brasil, Africa e India.

Restabelecida de novo a paz, occupou-se a Rainha do melhoramento da marinha de guerra: para esse fim creou a Academia dos guardas marinhas, cuja emulação excitou com honras e recompensas; instituio o tribunal do Almirantado; formou de novo o corpo da Brigada Real, destinado a fornecer a guarnição dos vasos de guerra, e fez edificar o grandioso hospital da marinha; conseguindo por meio de tão acertadas providencias elevar esta corporação e seu material, tão util a uma nação maritima e que tem colonias, a tal gráo de perfeição, que nada tinha que invejar comparativamente ás melhores da Europa, como acabamos de provar neste artigo e a pag. 158 e seguintes.

Muitos cuidados merecêrão tambem á sua administração as sciencias e as letras, e para as promover mandou formar bibliothecas publicas e o gabinete de historia natural de Belem, hoje no edificio dos Cardaes. Fez viajar pelos reinos mais cultos da Europa homens illustrados, e á America enviou astronomos e naturalistas para examinar a extensão, clima e producções do Brasil. Para attender á saude publica creou a Junta do Proto-Medicato, e por fim para dar principio a um grande plano de reforma das ordens religiosas de ambos os sexos, instituio a junta chamada do Melhoramento. Tambem por esse tempo veio a Portugal um corpo de tropas inglezas, de que fazião parte quatro regimentos de emigrados francezes ao soldo da Inglaterra, a saber: Mortemart, Dillon, Castries e Loyal-Emigrant. Era esta divisão auxiliar, na conformidade dos antigos tratados entre as duas potencias, para no caso de um rompimento com a França proteger a corôa portugueza.

Havia muito tempo que a Rainha era assaltada de terrores religiosos, que parecião perturbar-lhe a razão; porém o arcebispo de Thessalonica, seu confessor, homem de bem, sabio e de illustrada piedade, conseguira, em quanto viveu, combater com acerto a exaltação e os escrupulos fantasticos do cérebro enfermo de sua penitente. Mas, depois da morte deste virtuoso prelado, o bispo do Algarve, inquisidor geral, que o substituio, concorreu para assustar ainda mais a sua timorata consciencia, representando-lhe como indispensaveis para a sua salvação alguns actos a que se oppunha o bem do Estado: de modo que, collocada na cruel alternativa de faltar aos seus deveres como Soberana ou de desobedecer ao que lhe annunciavão como vontade do Céo, achou-se na mais horrivel desesperação, suppondo-se votada ás penas eternas e julgando ver a todo o instante o inferno aberto para a receber. Debalde se mandou vir de Inglaterra o doutor Willis, medico então muito acreditado no tratamento das alienações mentaes; a razão da Rainha cada dia parecia desarranjar-se mais, até que, depois de repetidas consultas, foi declarada inhabil de reinar, na opinião dos ministros, sem serem consultadas as côrtes, e o principe D. João tomou o titulo de Regente em 1800, se bem que já desde 1792 elle dirigia os negocios do Estado, mas em nome de sua mãi.

Esta virtuosa Soberana, tendo passado com toda a familia Real em 1807 para o Rio de Janeiro, ahi falleceu aos 20 de Março de 1816, sem mais haver recobrado o uso da razão: seu corpo, trazido a Lisboa em 1821, jaz depositado no esplendido templo do Coração de Jesus (vulgo *Estrella*), que havia fundado.

D. João VI o Clemente ou o Irresoluto, 28.° Monarcha de Portugal.

Foi Regente desde 1792 a 1816 na impossibilidade de sua mãi, e reinou até 1826.

Já dissemos que no anno de 1800, em consequencia da enfermidade mental de que fôra accommettida D. Maria I, tomára o titulo de regente do reino seu filho D. João, como herdeiro do throno: começaremos pois a tratar d'ahi em diante do seu governo, porque, não obstante dirigir elle já desde 1792 os negocios do Estado, como todos os actos publicos erão passados em nome da Rainha, os referimos por isso ao reinado della. Para comtudo se apossar regularmente da regencia, teria devido convocar as côrtes e submetter-se á sua decisão; perdoou-se-lhe porém um acto de energia contrario ás leis fundamentaes, pois com elle salvou a monarchia.

Bonaparte, então 1.° consul da França, querendo vingar-se da fidelidade que o governo portuguez sustentára á alliança da Inglaterra, obrigou o governo hespanhol a declarar-lhe a guerra. O general Leclerc foi mandado com um corpo de tropas francezas para apoiar as operações da Hespanha, cujo exercito, ás ordens do principe da Paz, D. Manuel Godoy, passou a fronteira, tomou Olivença e penetrou no Alemtejo. A resistencia era quasi impossivel, não só pela desigualdade das forças, como pelo máo estado de organisação em que se achava o exercito portuguez. Conhecida a necessidade de fazer a paz, foi mandado á Hespanha para esse fim Luiz Pinto de Souza, o qual concluio sua negociação a condições pouco vantajosas. Cedeu-se á Hespanha a praça de Olivença, e á França 20 leguas de territorio na Goyana portu-

gueza, além de uma somma de dez milhões de cruzados em dinheiro. O tratado foi assignado em Badajoz, a 6 de Janeiro de 1801, por Luciano Bonaparte pela França, o principe da Paz pela Hespanha e Luiz Pinto de Souza por Portugal. Pouco depois chegou a Lisboa o general Lannes, como embaixador do governo francez; sendo para admirar que este militar, em quem algum talento natural difficilmente poderia supprir a inteira falta de instrucção, soubesse ganhar a tal ponto a affeição do principe regente, que não só o encheu de honras, mas o teve sempre em conta de seu amigo intimo, cousa singular n'um principe tão desconfiado. Seja dito, em abono do leal e franco caracter deste militar, que em 1805 lhe tornou a ser offerecida a mesma embaixada; mas prevendo que essa missão não contribuiria para que Portugal entrasse em alliança contra os Inglezes, porém sim a priva-lo da sua independencia e soberania, não aceitou a embaixada: «Não querendo atraiçoar, dizia elle, nem os interesses da França, nem os do seu Real amigo.»

A paz de Amiens, restituindo o socego á Europa por tão longo tempo agitada, veio trazer a Portugal alguns annos de prosperidade: o commercio estava então mui florescente, e Lisboa via seu porto coberto de innumeraveis navios de todas as nações, que ahi fazião o deposito geral do seu negocio, pois que quasi toda a Europa se achava em convulsão, e a neutralidade e posição deste reino lhe alcançava essa vantagem. Apezar da renovação da guerra entre a Inglaterra e a França em 1803, este estado de prosperidade não foi interrompido; e se bem que Portugal fosse obrigado a comprar sua neutralidade por mais seis milhões pagos á França, este sacrificio seria supportavel, se continuasse a gozar de uma administração activa e previdente.

A influencia que o gabinete de Londres não deixava de

exercer sobre o de Lisboa não podia convir de modo algum a Napoleão, e todos previão que este insaciavel conquistador, havendo triumphado das potencias do Norte, lançaria seus olhos para as do Sul, afim de arrebatar á Inglaterra todo o continente da Europa: só o governo portuguez parecia ignora-lo, e nada fazia para prevenir o perigo. Entregue a uma indesculpavel segurança, nem ao menos suspeitava que em Fontainebleau se negociava um tratado entre a França e a Hespanha, pelo qual a Casa de Bragança era espoliada do throno. Por este tratado, assignado a 27 de Outubro de 1807, as tropas francezas e hespanholas devião apoderar-se deste reino, que seria retalhado, formando a provincia do Minho um Estado com o nome de *Lusitania Septentrional*, o qual seria dado em soberania á infanta de Hespanha D. Maria Luiza, Rainha d'Etruria. Da mesma sorte serião dadas ao principe da Paz todo o Algarve e parte do Alemtejo, com o titulo de *Principado dos Algarves*, reconhecendo-se estes dous Estados feudatarios do Rei de Hespanha. As provincias de Trás-os-Montes, Beira, Estremadura e parte do Alemtejo ficarião sequestradas em poder da França até á paz geral, para então serem trocadas por Gibraltar, ilha da Trindade, e outras possessões tomadas á Hespanha pelos Inglezes. Uma convenção accessoria regulava o modo da occupação de Portugal e da sua administração depois da conquista. Uma divisão de 10,000 Hespanhoes devia tomar posse do Minho, e outra de 6,000 do Alemtejo e Algarve, emquanto um corpo de 28,000 Francezes, aos quaes se uniria uma divisão auxiliar de 8,000 Hespanhoes, occuparião Lisboa e o resto das provincias que ficavão sob o governo de Napoleão.

As duas potencias da convenção, para pretextarem seu rompimento hostil, havião d'antemão dirigido ao principe regente as seguintes propostas peremptorias: 1.ª que

Portugal fechasse immediatamente os seus portos aos navios inglezes; 2.ª que dentro em quinze dias declarasse a guerra á Gran-Bretanha, e se preparasse para reunir suas forças maritimas ás da França e Hespanha; 3.ª que prendesse todos os Inglezes residentes em Portugal, e sequestrasse suas propriedades. O governo portuguez pensou contemporisar dando uma resposta evasiva; recusou apoderar-se dos subditos e propriedades da Gran-Bretanha, e consentindo nas outras propostas, pedio tempo para a sua execução. Todos os Inglezes sahirão de Portugal, e só foi depois que elles e suas propriedades estiverão a salvo que o regente publicou um decreto mandando fechar os seus portos ás embarcações britannicas.

Não havia porém esperado o gabinete de Napoleão pela resposta do governo portuguez, nem mesmo pela assignatura do tratado de Fontainebleau, para fazer marchar o exercito francez. A 18 de Outubro tinha a sua primeira columna passado o Bidassoa, e atravessava rapidamente a Hespanha dirigindo-se sobre as fronteiras de Portugal. Ao mesmo tempo se punhão em movimento as differentes divisões hespanholas que devião cooperar. Uma proclamação dirigida d'Alcantara aos Portuguezes pelo general Junot lhes annunciava que o exercito francez ahi entraria dentro de dous dias: com effeito a sua vanguarda no dia 24 chegava a Abrantes. O reino, por assim dizer, estava conquistado, e o regente ainda não sabia que as tropas estrangeiras havião nelle entrado, nem mesmo se acreditava que tal houvesse de verificar-se. Qual seria pois o terror e espanto da côrte, quando no dia 25 um expresso mandado pelo general do Alemtejo chegou com a noticia da entrada de Junot em Abrantes! Ao mesmo tempo lord Strangford, que se achava a bordo da esquadra ingleza que bloqueava o Tejo, tendo recebido o *Moniteur* de 11 de Novembro, no qual

vinha o celebre decreto de Napoleão, pelo qual a *Casa de Bragança acabava de reinar em Portugal*, o veio apresentar ao regente. Então a partida da familia Real para o Brasil foi promptamente resolvida, e desde esse momento tudo foi confusão e desordem: embarcárão de envolta as pessoas Reaes, fidalgos, criados, mulheres, soldados, cofres preciosos e objectos os mais inuteis. Nem o tempo, nem a consternação geral derão lugar a outra cousa.

A partida havia sido fixada para o dia 27, porém os ventos contrarios a impedirão até o dia 29, em que, mudando, a esquadra levantou ferro e sahiu a barra. Era bem tempo porque no dia seguinte de manhãa entrava em Lisboa o general Junot com a sua vanguarda.

O principe regente, antes de partir havia nomeado uma regencia presidida pelo marquez d'Abrantes, ordenando-lhe que fossem as tropas francezas recebidas como amigas e alliadas; tambem uma proclamação de Junot, á sua entrada na capital, assegurava aos habitantes della tranquillidade e protecção: isto bastou para conservar a ordem publica, que tão extraordinarios e deploraveis acontecimentos poderião ter alterado.

A esquadra portugueza, composta de 8 náus, 3 fragatas, 3 corvetas e 2 brigues, e acompanhada de algumas embarcações de guerra britannicas e outras mercantes nacionaes, com uma emigração superior a 15,000 pessoas, chegou a 21 de Janeiro de 1808 á Bahia, onde o regente foi recebido com enthusiasmo. Depois de uma demora de dous mezes proseguiu a mesma comitiva para o Rio de Janeiro, e a 8 de Março ahi desembarcou e se estabeleceu a sede da Monarchia. A execução deste projecto, já por algumas vezes lembrado em occasiões de perigo imminente para Portugal, foi o preludio da mais importante revolução que o Novo Mundo tem experimentado depois

da sua descoberta, e cujos effeitos espantosos talvez virão no futuro a mudar a face do mundo civilisado.

A necessidade e a força das cousas dictarão aos conselheiros do regente uma serie de medidas pela maior parte mui vantajosas para o Brazil. A primeira d'estas foi a abertura dos seus portos a todas as nações amigas, e a admissão de todas as fazendas estrangeiras pagando diminutos direitos de entrada, com sensivel perda da mãi patria como já fica ponderado nos artigos — *Industria* e *Commercio*. Apenas forão estes novos actos administrativos conhecidos na Inglaterra, que numerosos especuladores desta nação partirão para o Brazil com immensas carregações de toda a qualidade de mercadorias; de modo que dentro em pouco as principaes cidades do paiz apresentárão o aspecto de bem alimentado trafico.

A 2 de Maio dirigiu o Principe um manifesto ás potencias amigas, declarando nullos todos os tratados concluidos entre Portugal e o Imperador dos Francezes; que nunca deporia as armas senão de accordo com a sua fiel alliada a Inglaterra, e que em caso nenhum consentiria na cessão de Portugal. No anno seguinte, tendo-lhe a Princeza D. Carlota sua esposa, e seu genro D. Pedro Carlos, na sua qualidade de infantes de Hespanha, apresentado uma memoria protestando pela manutenção dos direitos da casa de Bourbon á corôa de Hespanha usurpada por Napoleão, publicou o regente uma declaração, em que se obrigava a cooperar para a revindicação desses direitos: « Esquecendo, accrescentava, o meu justo resentimento contra o proceder da corôa Catholica que concedeu passagem ás tropas francezas e se lhes uniu para a invasão de Portugal. »

Creárão-se igualmente no Rio de Janeiro immensos estabelecimentos, taes, por exemplo: a escola de cirurgia

e medicina; imprensa regia; laboratorio chimico, gabinete de historia natural; academia militar e de marinha; diversas fabricas pela maior parte dirigidas por estrangeiros; tribunaes supremos de justiça, os quaes, assim como todos os ramos da administração, forão organisados á maneira dos de Portugal. O seu Banco, por pessima direcção e immediata influencia do governo, reduziu á miseria immensas fortunas. Outorgárão-se datas de terras a cultivadores estrangeiros que se applicassem á agricultura; o mesmo se promoveu para colonias suissas e allemãas com grande dispendio do governo e sem bom resultado, pois tudo definhou por má administração, bem como os Allemães contractados depois a titulo de colonos, e no decurso do tempo forão soldados, e os galeotes e facinoras sicilianos que o governo teve a imprudencia de comprar ao Rei de Napoles: estes e muitos outros acontecimentos que poderiamos relatar, pertencem mais á historia do Brazil hoje independente, do que á da mãi-patria. Emfim este paiz deixou de governar-se colonialmente e começou a ser de facto um Estado independente.

Emquanto D. João atravessava o Oceano, e assentava neste novo reino as bases de um Imperio, o exercito francez invadia Portugal e se apoderava pacificamente de todo elle. As ordens do principe e a consternação geral causada pelo repentino embarque da familia Real e autoridades, havião entorpecido a energia dos habitantes da capital, e as tropas francezas occupárão a cidade e suas fortalezas sem opposição; não durou porém muito tempo esta apathia. Tratou logo desde o principio o general invasor de cumprir as instrucções dadas por Napoleão e cujo teor se resumia a—« Enviar para a França o exercito portuguez e afastar do reino todas as pessoas influentes desafeiçoadas ao partido francez. » Formou-se então o quadro de uma divisão de 12,000 homens cujo commando

foi dado ao marquez d'Alorna, que desleal e indignamente adoptára o partido do inimigo da sua patria. Acompanhavão-o subordinados o general Gomes Freire d'Andrade, e Pamplona, depois conde de Subserra, o marquez de Loulé, o de Valença e o de Ponte de Lima; os condes de Sabugal, de S. Miguel e Candido José Xavier, além de muitos outros officiaes que seguirão a divisão e muito se distinguirão nas campanhas do Imperador francez, principalmente na da Russia. Note-se como celebre anomalia que quasi todos os que acabamos de citar vierão a morrer desastrosamente na patria annos depois. Essa officialidade toda no viço dos annos e com idéas mais marciaes que politicas, ambicionava a honra de adquirir ouros em companhia do grande guerreiro do século; os soldados porém, menos fascinados pelo prestigio da gloria, deixavão com profunda saudade o berço natal, e mais de 3,000 desertárão ao atravessar a Hespanha. Essa *Divisão Lusitana*, que em toda a parte fez honra ao valor nacional, mereceu de Napoleão os mais distinctos elogios na batalha de Wagram, onde era commandada por Oudinot.

A 13 de Dezembro determinou Junot arvorar a bandeira franceza no castello de S. Jorge de Lisboa, e para esse fim mandou reunir na praça do Rocio os 6,000 homens que tinha na cidade, a titulo de lhes passar revista. Ao meio dia começa o castello a dar uma salva; virão-se para lá todos os olhos, e repentinamente vêem descer a bandeira portugueza, e arvorar em lugar della o pavilhão tricolor. Um confuso murmurio marcou este ultrage feito sem provocação á honra do paiz, e começou logo a mostrar-se a indignação contra os invasores. Depois da retirada das tropas o povo continuou a amontoar-se nas praças publicas; a vingança fermentava em todos os animos, soltárão-se gritos de — Viva Portugal — Morrão os Francezes — e forão mal tratados e feridos todos os solda-

dos que se encontravão dispersos. O tumulto ia tomando corpo, porém as medidas vigorosas immediatamente empregadas pelo general em chefe contiverão a desordem e restabelecêrão a tranquillidade. Todavia este movimento, posto que pouco consideravel, foi bastante para mostrar a Junot que não se achavão os Portuguezes resignados a receberem com facilidade o jugo estrangeiro.

No primeiro de Fevereiro de 1808, fez Junot publicar com grande apparato os famosos decretos de Milão, que substituião em Portugal o governo francez ao da Casa de Bragança, e impunhão aos Portuguezes uma contribuição de 40 milhões de cruzados *para resgate de suas propriedades*, a qual depois foi reduzida a 20 e se não chegou a pagar toda por falta de tempo. Desde esse dia um só espirito animou todos os seus habitantes, o de expulsar os usurpadores e restabelecer o governo nacional. Forão-se dispondo surdamente os meios para a gloriosa empreza. Os esforços dos visinhos Hespanhoes para recobrarem tambem a sua independencia, excitarão a resolução dos Portuguezes. O levantamento rompeu quasi ao mesmo tempo no Porto, Bragança e Algarve. É inexplicavel o enthusiasmo de patriotismo que então se desenvolveu. Formou-se á pressa um exercito, que, reunido ás tropas inglezas desembarcadas ha pouco na Figueira ao commando de Wellington, marchou rapidamente sobre Lisboa.

Não permittem os limites deste Bosquejo referir por extenso os pasmosos feitos dessa época gloriosa mas decadente: passaremos rapidamente sobre elles. Tendo sido batido o general francez Delaborde junto á *Roliça*, a 17 de Agosto, seguio-se a 21 a batalha decisiva do *Vimeiro*, em que o exercito combinado commandado por Wellington, desbaratou completamente o dos Francezes commandado por Junot. Mandou este logo propôr negociações, e a celebre *Convenção de Cintra* para a total evacuação de

Portugal pelos Francezes foi assignada a 30 pelo general inglez Dalrymple, que havia succedido no commando a Wellington. Esta convenção, em que não figurárão os Portuguezes, foi só vantajosa para os Francezes, cujo exercito, nas difficilimas circumstancias em que se achava, privado de toda a communicação com a Hespanha, accommettido por forças superiores e rodeado por toda a parte dos povos levantados em massa, estava perdido sem remedio, se o general inglez houvera sido mais perspicaz e reflectido. A necessidade de salvar Lisboa da pilhagem, e desastres que a ameaçavão, foi o pretexto que elle allegou para justificar tal convenção, geralmente reprovada não só pela nação onde foi concluida, mas tambem pelo proprio governo inglez, que mandou metter em processo o general que a assignou.

Pelos artigos 1 e 2 deste tratado se estipulou que os invasores entregarião aos Inglezes as praças que occupavão; que se retirarião com armamento e bagagem (a qual pela maior parte tinhão roubado em Portugal), e não serião considerados prisioneiros de guerra, sendo transportados por navios britannicos para França, etc., etc.

Mudou então Portugal de dominadores permanecendo semi-morta a sua nacionalidade. O principal fito do governo inglez foi de sacar o melhor partido que podesse de um paiz que considerava como sua conquista — graças ao estupido ministerio de Satrapas então residente no Rio de Janeiro, e aos seus dignos collegas no reino. — O exercito portuguez porém, habilmente organisado pelo marechal Beresford, apresentou-se no mais respeitavel garbo tanto de disciplina, valor e aceio, como de força, pois só a 1.ª linha chegava a mais de 62,000 homens, e o total de 2.ª e 3.ª linha a 337,000 (vej. a pag. 152). Distinguio-se não só na defeza do reino, mas tambem em diversos combates na Hespanha e depois na França. Uma

mui notavel observação a seu respeito é que: em toda a parte onde elles se achavão com os Inglezes obtinhão estes triumphos dos Francezes, e pelo contrario erão quasi sempre derrotados quando combatião sós, o que porém não obstava ao commandante em chefe inglez de enviar a Londres partes officiaes pomposas, designando os nomes dos officiaes inglezes servindo nos regimentos que mais se havião distinguido. Estes *boletins* porém não mencionavão que essas valentes brigadas erão compostas quasi inteiramente de Portuguezes, mas só commandadas por Inglezes.

No dia 15 de Setembro se concluio o embarque das tropas francezas em Lisboa, e foi arvorada em todas as fortalezas dos arredores a bandeira portugueza. Restabeleceu-se uma regencia provisoria, que depois o principe substituio por outra permanente. Todavia não respirou Portugal muito tempo livre de inimigos, porque tendo o general Moore sido batido e morto na Galliza e o exercito inglez da Hespanha obrigado a embarcar precipitadamente na Corunha, avançou o marechal Soult sobre Portugal: a 20 de Março de 1809 entrou em Braga e a 29 no Porto, fortificada com 197 peças d'artilheria, e ahi se manteve até 12 de Maio, no qual tendo sido atacado pelo exercito anglo-luso, foi forçado a evacuar não só esta cidade, mas toda a provincia do Minho, recolhendo-se outra vez para a Galliza. A tomada do Porto póde-se considerar a mais desastrosa e horrenda calamidade desta guerra. Depois de um renhido combate nos seus muros e até nas ruas, apoderárão-se os Francezes da cidade, e os espavoridos habitantes dirigindo-se para os cáes, embarcações e a ponte, brevemente tudo atulharão, sendo ao mesmo tempo esmagados pela cavallaria portugueza e franceza, pela artilheria do lado opposto do rio que começou a atirar apenas avistou o inimigo nas margens, pela fuzilaria e consequencia de um tropel e desordenada

fuga. Perto de 5,000 pessoas de ambos os sexos perecerão afogadas no rio ou nos alçapões da ponte, porque estando esta atulhada de cadaveres sobre os quaes já se passava, cahião ao rio, a outras voltavão-se os botes, outras forão arrastadas pela corrente e submergidas etc. Entretanto ia-se organisando o exercito portuguez, cuja disciplina e commando forão confiados ao general Beresford, como fica dito, e que nisso se houve com zelo e inteiro acerto.

Em 1810 tendo Napoleão vencido a Austria, intentou de novo a conquista de Portugal. O exercito que para esse fim mandou ás ordens do general Massena, compunha-se dos 2.°, 6.°, e 8.° corpos do grande exercito, commandados por Ney, Junot e Reynier. Entrou Massena em Portugal pela Beira, e a 10 de Agosto formou o cerco á praça de Almeida, que capitulou a 27, em consequencia de se lhe incendiar o armazem da polvora. (Veja-se a pag. 57 do 1.° vol.) Continuou o inimigo a sua marcha até á serra do *Bussaco*, onde o exercito combinado, que ahi o esperava, ganhou sobre elle uma brilhante victoria a 27 de Setembro (V. pag. 111 do 1.° vol.); mas tendo Massena conseguido tornear esta forte posição pelo ponto do Sardão, apressou-se o exercito combinado em ir guarnecer as fortes linhas de defeza da capital, que corrião de Alhandra a Torres-Vedras até findarem no Oceano, com 302 peças d'artilheria; (V. a pag. 455 do 1.° vol.) Diante destas linhas formidaveis se apresentou Massena a 7 de Outubro, sendo notavel que nesse mesmo dia perdia na sua retaguarda a cidade de Coimbra, retomada pela divisão de milicias do Porto. Aqui vierão murchar-se os louros de tantas batalhas que tinhão merecido a este bravo guerreiro o titulo de *Filho predilecto da Victoria*. Depois de haver perdido algum tempo em frente destas linhas, sem ousar accommette-las, retirou-se para Santarem a 14 de Novembro, e ahi se conservou até 5 de Março de 1811, em

que, falto de todos os meios de subsistencia pelo systema de completa devastação que os povos havião adoptado, e perdidas as esperanças de reconquistar Portugal, tratou de se retirar, sempre perseguido de perto e batido em diversos encontros. Não tendo mais o exercito invasor rações e fornecimentos diarios, tornou-se necessario que cada regimento, cada companhia provesse á subsistencia particular. Dividiu-se, pois, a soldadesca em bandos de salteadores *(maraudeurs)*, o que foi tolerado, e a indisciplina foi inevitavel. Felizes ao principio, esses debandados o forão menos de dia em dia. Debalde com imminente perigo se afastavão elles até 12 leguas do centro do exercito, porém já quasi nada achavão que pilhar. Por vezes só depois de pesquizas e fadigas extremas deparavão ainda com alguns rebanhos emmagrecidos, occultados em profundos barrancos ou no cume das serranias da Beira Baixa e Estremadura, onde talvez nunca se houvesse penetrado antes desta guerra.

Tinhão-se tambem refugiado para esses ermos e matos muitissimos habitantes que o pavor e a solidão tornára meio selvagens, diz Mr. Chaumel. Sua barba comprida, cabellos desgrenhados e feições ennegrecidas pelo fumo, descrevião energicamente todo o deleixo e transes da desgraça. Pessoas distinctas, que se não tinhão podido acolher á capital, partilhavão estes medonhos asylos com pastores, camponios, desertores, &c. Estes infelizes se julgavão seguros ao lado dos restos de sua fortuna; porém nesses mesmos escondrijos erão victimas da rapacidade e brutalidade do soldado, fazendo victimas da sua lubricidade as mulheres que ahi encontravão indefezas, &c. Assim foi continuando quasi em debandada esse exercito até ás fronteiras de Hespanha, onde perdeu a mui disputada batalha de Fuentes de Honor a 3 de Maio. A 16 do mesmo ganhava o marechal Beresford a batalha

d'Albuera sobre Soult, o qual se destinava a soccorrer Massena, e estas duas victorias asselláráo gloriosamente o fim da terceira e ultima invasão de Portugal.

O exercito portuguez reunido ao inglez prosegue desde então sua marcha sempre victoriosa pela Hespanha. Cidade-Rodrigo é tomada de assalto a 19 de Janeiro de 1812; a forte praça de Badajoz cahe da mesma sorte a 6 de Abril: a 22 de Julho o marechal Marmont é completamente batido na memoravel batalha de Salamanca. A 21 de Junho do anno seguinte perdem, o improvisado Rei José Bonaparte e o marechal Jourdan a decisiva batalha de Victoria: os alliados lhe tomão 151 peças de artilharia, 415 carros de munições, toda a bagagem e 12,000 homens entre mortos, feridos e prisioneiros. Até Agosto segue-se uma serie de combates geraes ou parciaes entre os alliados commandados por Wellington, e os Francezes por Soult, em Zubiri, Roncesvalles, Valle de Lanz, Liazo, &c., nos quaes os dois contendores pozerão em pratica todos os auxilios de profunda estrategia para ganhar superioridade sobre o inimigo e em que esta resultou em favor dos alliados de modo decisivo, que com forças inferiores sustentão os dois bloqueios de S. Sebastião e Pamplona, illudem todos os planos dos Francezes, batem-os constantemente e os arrojão além dos Pyreneus. O comportamento dos Portuguezes nestes combates declarou Wellington, na parte official para o seu governo, ser *admiravel*. A 4 de Agosto ganha o mesmo sobre Soult a batalha de Lezaca. A 31 S. Sebastião é tomada de assalto, principalmente pela divisão portugueza. A 7 de Outubro teve lugar outra victoria na passagem da Bidassoa contra Soult, e a 8 outra não menos gloriosa junto a Sarre. A 31 rende-se Pamplona, e a 10 de Novembro é batido o mesmo Soult em Nivelle, onde perde 51 peças d'artilharia e 2,000 homens. Em

Fevereiro de 1814 a divisão portugueza commandada por Beresford derrota os Francezes em Hastingues, a qual entra finalmente em Bordeos a 12 de Março; pisão finalmente os alliados o territorio francez, deixando despejada de inimigos toda a peninsula Hispanica.

A batalha d'Orthez, ganhada a 27 de Fevereiro, e a de Toulouse a 12 de Abril do mesmo anno, poem termo a esta guerra devastadora de seis annos. A quéda de Napoleão firma a paz geral da Europa, que é assignada em Pariz a 30 de Maio. Volta então a Portugal o seu exercito vencedor cheio de honra e gloria pelos feitos prodigiosos de valor com que se distinguíra a par dos seus alliados inglezes: devendo-se á verdade a singular observação de que nunca as tropas britannicas alcançárão nesta guerra uma vantagem decisiva, onde não combatessem juntas com Portuguezes, como já dissemos.

Concluido o bosquejo dos acontecimentos militares desta época, voltaremos aos negocios politicos. Em 1810 fez o regente o celebre tratado de commercio e navegação com a Inglaterra, cujas disposições erão só vantajosas a esta potencia e aos interesses do Brasil, mas foi pernicioso para Portugal, que soffreu muitissimo de seus funestos effeitos, o que já se acha bem ponderado nos artigos *Industria* e *Commercio* desta obra.

Em 1814 enviou o regente tres ministros ao congresso de Vienna, e o conde do Funchal subscreveu em seu nome o tratado de Pariz. O principe annuio em restituir o que os Portuguezes havião tomado em Cayenna ou Goyana, restabelecendo os antigos limites do Brasil, e os alliados se compromettêrão a empregar seus bons officios para que a Hespanha restituisse a praça d'Olivença, o que até hoje se não effeituou. (Veja-se a pag. 364 do 1.° vol.) Além de que os interesses de Portugal havião sido sacrificados pelo duque de Wellington, o qual fôra escolhido

para seu arbitro, estipulou-se para este paiz uma diminuta indemnisação inteiramente desproporcionada aos sacrificios que a nação havia feito pela causa dos alliados, e ás perdas que soffrêra com as invasões francezas. Apenas se se lhe destinou *dous milhões de francos!* Collocou-se Portugal ainda abaixo da Dinamarca, que recebeu *dous milhões e meio!* Emfim, diz J. Liberato: « Fomos nós os ultimos na escala *Wellingtica* das indemnisações; *nós* a quem elle deve tudo o que é; nós que por nosso auxilio e valor fizemos com que se pudesse cubrir com a capa dos heróes! Pois como teria elle podido quebrar o encanto á longa fortuna dos exercitos de Napoleão, se ás armas inglezas não tivesse tido sempre unidos para cima de 30,000 Portuguezes? »

Em 1815 assignárão-se em Vienna duas convenções entre os ministros do regente e os da Inglaterra, uma fixando a indemnisação que esta potencia devia pagar pelos muitos navios portuguezes que illegalmente havia tomado, e a outra estipulando as condições para a abolição do trafico dos negros nas costas d'Africa ao Norte da linha. Tambem por decreto de 16 de Dezembro foi elevado o Brazil á categoria de reino, dando-se á monarchia o titulo de « Reino unido de Portugal, Brazil e Algarves » além dos outros dominios. Pouco depois forão contratados os casamentos de duas Infantas filhas do regente, uma com Fernando VII, e outra com o Infante D. Carlos. A 20 de Março de 1816 falleceu a Rainha D. Maria I, e tomou então D. João o titulo de Rei, VI do nome.

Não obstante os novos laços de familia, que união os dous Soberanos de Portugal e Hespanha, mandou o primeiro em 1817 occupar pelas suas tropas a praça de Montevidéo e o territorio hespanhol da margem oriental do Rio da Prata, tendo assegurado officialmente ao gabinete de Madrid, que não pretendia de fórma

alguma violar seus direitos ao paiz occupado, mas que a segurança no seu proprio territorio o punha na necessidade de occupar militarmente aquelle paiz que estava sendo um foco de desordens e das piratarias de Artigas. Fernando VII recorreu ás quatro grandes potencias da Europa, que com effeito mandárão a este respeito uma nota á côrte do Rio; porém a occupação continuou alguns annos, e foi causa de uma longa e renhida contenda entre o Brazil e a republica de Buenos-Ayres.

A 6 de Março do mesmo anno rebentou em Pernambuco uma conspiração, dirigida por um Domingos José Martins, tendo por fim estabelecer o governo republicano; porém as medidas vigorosas tomadas a tempo pelo conde dos Arcos, governador da Bahia, abafárão o movimento revolucionario cujos chefes principaes forão presos e justiçados.

Quasi pelo mesmo tempo se descobrio em Lisboa outra conspiração, cujos fins nunca forão bem conhecidos; disse-se que erão tornar Portugal independente da côrte do Rio de Janeiro, ou libertar o paiz da dominação ingleza. Á testa deste movimento figuravão o general Gomes Freire de Andrade, o barão d'Eben, e alguns officiaes de inferior graduação, todos descontentes do marechal Beresford. Onze destes forão suppliciados no campo de Santa Anna, e o illustre e infeliz Gomes Freire foi ignominiosamente enforcado, em menoscabo da sua classe, graduação e serviços, na esplanada da torre de S. Julião da Barra. O dia desta execução foi de verdadeiro luto para os moradores de Lisboa, e augmentou muito mais a aversão que geralmente se tinha a Beresford, a quem o regente concedêra plenos poderes sobre o exercito. Ignora-se ainda qual fôra essa conspiração, que tal foi julgada escandalosamente por um monstruoso e tenebroso processo. Julga-se hoje com probabilidade que

o gabinete de Madrid não era estranho a ella, sendo o principal agente a ambiciosa Rainha Carlota para governar, depondo o marido: pessoas tambem de credito a julgão uma ficção forjada e promovida por Beresford, que em Gomes Freire encontrava um rival, e geralmente bemquisto da nação, a quem elle despoticamente dominava.

Em Fevereiro deste anno se concluio o casamento do principe D. Pedro com a archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, de que foi primeiro fructo a actual Rainha de Portugal. Nenhum acontecimento de maior importancia occorreu até 1820, que fórma época distincta no reinado de D. João VI e na historia de Portugal.

Os Portuguezes já não podião dissimular o seu descontentamento de verem que seis annos erão passados depois da paz geral, sem que El-Rei voltasse para o reino; que todos os seus rendimentos, commercio, artistas, e até a flôr de seus soldados, tudo ia tomando o caminho do Brasil, emtanto que a administração de Portugal, confiada a homens ineptos, senão corrompidos, corria toda pelas mãos de Beresford e dos seus compatriotas. Podia-se considerar Portugal como uma colonia do Brasil, e os Portuguezes uns miseraveis Ilotas dos Inglezes.

Tal era o estado das cousas, quando a revolução de Hespanha, nos principios de 1820, veio exaltar os espiritos e dar calor a occultos projectos. Bem conheceu a regencia de Lisboa o perigo da sua posição, e tomou diversas medidas, que só tiverão em resultado apressar o rompimento de uma revolução, que já era inevitavel. O marechal Beresford partio a toda a pressa para o Rio de Janeiro a sollicitar de D. João VI dinheiro para as tropas e poderes extraordinarios para algumas reformas. El-Rei a tudo se prestou; porém chegárão já mui tardias essas providencias. Os conjurados, aproveitando-se da ausencia do marechal, fizerão o rompimento na cidade do Porto,

no dia 24 de Agosto de 1820. Os coroneis Sepulveda, Cabreira, e outros chefes dos corpos, reunírão as tropas da guarnição, lêrão-lhes uma proclamação; e os gritos de — Viva El-Rei D. João VI! vivão as côrtes, e a constituição que ellas fizerem! — atroárão os ares, partindo de todas as fileiras: as salvas de artilheria, ao romper do dia, annunciárão aos habitantes que a revolução tinha rebentado. O povo seguio o movimento militar com enthusiasmo, e todas as autoridades a elle adherirão. Nomeou-se uma junta, que começou logo a entender na administração superior dos negocios. As povoações visinhas abraçárão immediatamente a causa da constituição, e as provincias mais distantes se forão successivamente por ella declarando.

A regencia de Lisboa, logo que teve noticia destes acontecimentos, fez inuteis esforços para lhes reter o progresso; foi debalde que mandou aos generaes conde de Amarante e Marcellino da Victoria, que com as forças de Tras-os-Montes e Beira marchassem sobre o Porto; pois estes não tardárão a ver-se abandonados dos seus soldados, que ião pouco a pouco unir-se aos camaradas do Porto. Nesta extremidade, a regencia tomou o partido de convocar as antigas côrtes de Lamego, suspendeu o serviço dos officiaes inglezes, e prometteu de representar a El-Rei para voltar a Portugal ou mandar o principe herdeiro. Mas perdidas forão todas as suas diligencias: no dia 15 de Setembro rebentou em Lisboa a revolução, e uma nova junta de governo nomeada pelo povo fez desapparecer a regencia antiga. Entretanto marchavão já para a mesma cidade a junta e exercito do Porto, e no dia 1.° de Outubro se fez a juncção de ambas, ficando refundidas em uma só.

Emquanto as côrtes, abertas a 11 de Janeiro de 1821, trabalhavão na constituição e nas indispensaveis reformas,

todas as provincias e Estados ultramarinos ião seguindo o movimento de Portugal. Já o Pará, Pernambuco e Bahia se havião declarado, quando a 24 de Fevereiro se fez o rompimento no Rio de Janeiro. El-Rei aceitou e jurou a constituição que fizessem as côrtes em Lisboa. Pouco depois annunciou a sua volta para Portugal, deixando no Brasil o principe D. Pedro como regente.

A esquadra, que o conduzia e a sua familia, entrou no Tejo no dia 3 de Julho pela manhãa; porém El-Rei só desembarcou no dia 4, indo em direitura á Sé de Lisboa assistir a um *Te Deum*, e d'ali para a sala das côrtes ratificar o seu juramento ás bases da constituição, que havião sido decretadas a 9 de Março, e ahi, acabando de proferir as palavras do formulario, accrescentou em voz alta: « Isto é sincero; eu o juro de todo o meu coração. » No 1.° de Outubro do anno seguinte foi outra vez em grande estado ao palacio das côrtes jurar a constituição que se havia concluido; e nesta occasião deu novas provas de que o fazia de bom grado, dizendo antes de pronunciar as palavras do juramento: « Quero fallar alto para que todos me oução bem. » A 4 de Novembro foi tambem em pessoa fazer o encerramento das côrtes constituintes.

A nova ordem de cousas tinha sido reconhecida por todas as potencias, excepto pela Austria e Russia, que não quizerão receber os novos ministros nomeados pelo governo constitucional; porém já a esse tempo a Santa Alliança maquinava abertamente para derrubar a constituição em Hespanha e Portugal. Entretanto no dia 1.° de Dezembro abrirão-se as côrtes ordinarias, e em suas primeiras sessões tiverão de occupar-se da questão assás melindrosa da Rainha D. Carlota, que recusava jurar a constituição. El-Rei, tendo ouvido o conselho d'Estado, mandou que se cumprisse a resolução das côrtes, e no mesmo dia se intimou á Rainha que havia perdido todos

os seus direitos politicos e civís, devendo retirar-se para o palacio do Ramalhão, emquanto o estado da sua saude lhe não permittisse sahir do reino.

A errada marcha das côrtes constituintes havia já a este tempo cavado a ruina do systema constitucional. O principe D. Pedro, indignado das resoluções decretadas por ellas a seu respeito, deu ouvidos ao descontentamento dos Brasileiros, que não querião accommodar-se ao que na constituição se legislára a respeito do Brasil. Bem conhecia elle a disposição que tinha este povo para separar-se de Portugal, e que o pôr-se elle mesmo á frente da revolução seria por ventura o unico meio de conservar-se uma corôa na falta da da mãi-patria. A separação foi portanto determinada e o principe tomou o titulo de *Defensor perpetuo*, e pouco depois o de *Imperador constitucional do Brasil*. Em Portugal o partido dos descontentes, animado pela Rainha e pelo infante D. Miguel, crescia tambem rapidamente. A 23 de Fevereiro de 1823 o conde d'Amarante arvorou em Tras-os-Montes o pendão da revolta contra as côrtes, e chegou a reunir uns 3,000 homens. Posto que fracamente perseguido, teve comtudo de refugiar-se em Hespanha, e foi offerecer seus serviços ao duque d'Angoulême, que a esse tempo invadia esse reino á frente de 100,000 Francezes para derribar a constituição; porém o duque recusou seus serviços, pois que a sua missão não se estendia a Portugal.

O governo tinha resolvido reunir na Beira um exercito de observação, e para esse fim sahirão de Lisboa algumas tropas. O infante D. Miguel, aproveitando a occasião, evadiu-se do paço em a noite de 27 de Maio, com um esquadrão de cavallaria 4, e unindo-se em Villa-Franca com o regimento 23, que nesse mesmo dia sahira de Lisboa, declarou que tomava as armas para libertar El-Rei e a nação do peso sob que gemião. Esta conspiração, de

longa mão conduzida por sua mãi, tinha muitas ramificações, e os povos quasi geralmente se declararão por ella fanatisados pelo partido apostolico. Mandou então o infante ordens pelas provincias, para que se lhe unissem.

O brigadeiro Sepulveda, um dos primeiros autores da revolução de 1820, foi tambem um dos primeiros a trahi-la. Tendo ganhado alguns commandantes da tropa, que se reuniu no dia 28 para a procissão do Corpo de Deos, partiu nessa noite com uns 2,000 homens para se unir ao infante; foi porém recebido por este como merecia um traidor: não porque o infante abominasse essa traição, mas, segundo se pretende, porque Sepulveda não cumprira a promessa, que havia feito, de se apoderar da pessoa d'El-Rei na occasião da procissão.

Bem conhecia o atraiçoado Monarcha quaes erão os verdadeiros fins da conspiração do principe, e resolveu logo tomar-lhe a dianteira. No dia 29 recolhendo-se o regimento 18, unico de linha que ficára em Lisboa, de uma revista, dirigiu-se ao palacio da Bemposta e ahi começou a levantar gritos de — viva El-Rei absoluto, abaixo a constituição — e forão esses gritos repetidos por parte da populaça. A esta vozaria apparece D. João a uma janella e pretende impôr silencio chamando a tropa aos seus deveres; porém ella em resposta piza aos pés o laço constitucional e repete os mesmos gritos. Nesta conjunctura é lhe forçoso ceder á insurreição militar coadjuvada por diversos magotes de paisanos: « Já que assim o querem, exclamou elle, pois que a nação assim o quer, viva El-Rei absoluto » e sahindo do palacio com as infantas, partiu para Villa-Franca com a tropa que o quiz acompanhar. Dahi dirigiu uma proclamação ao povo promettendo-lhes uma constituição mais compativel com a dignidade da corôa, com os habitos e costumes dos Portuguezes e mais adequada ao espirito do seculo; mas

esta promessa por motivos bem conhecidos, nunca veio a ter effeito.

Quando o infante viu abortados os seus projectos pela inesperada resolução de seu pai, lançou-se-lhe aos pés impetrando esquecimento do passado, ao que elle dissimulando annuiu, felicitando-o por sua heroica dedicação, e o nomeou commandante em chefe do exercito. Como consequencia necessaria, vendo as côrtes de todo perdida a causa constitucional, dissolverão-se por si mesmas, tendo antes alguns de seus membros assignado um protesto contra qualquer violação da mesma. Entretanto a 4 de Junho entrou El-Rei em Lisboa entre vivas e acclamações do povo. Perto de 50 officiaes e fidalgos, appropriando-se um uso em qualquer outra parte privativo da plebe ou de quadrupedes, tirarão-lhe os cavallos da carruagem levando-a á mão pelas estradas e ruas até á Sé. Para os recompensar creou então uma condecoração com a qual os agraciou, porém havendo-lhe o povo ao depois dado a alcunha de *Medalha da poeira*, tornou-se summamente ridicula. Desde então ficou restabelecido o poder absoluto; forão revogadas as leis e resoluções das côrtes, ellas declaradas facciosas, perseguidos e desterrados os seus membros mais influentes.

Debalde se procurou, por meio de negociações, reconduzir o Brasil á obediencia de Portugal: o Imperador D. Pedro recusou todas as propostas a esse respeito. Tratou-se de preparar uma expedição para o reconquistar á força de armas; porém faltavão todos os meios, e o projecto nunca teve execução. Entretanto o animo de D. João VI achava-se fortemente atormentado pela animosidade dos partidos: seu caracter brando e indulgente o induzia para a moderação, mas via-se sempre contrariado em suas inclinações benevolas. Tres vezes se tratou de um decreto de amnistia, e tres vezes o partido dominante

o fez regeitar. A estas intrigas da côrte unirão-se as intrigas diplomaticas. O governo inglez não podia vêr sem ciume a ascendencia que o embaixador francez Hyde de Neuville parecia ter alcançado no animo do Monarcha e empregou todos os meios para o supplantar. Os ministros estavão divididos em suas affeições exteriores, assim como o estavão no systema de governo interior. O partido da Rainha e do infante querião severidade e rigor; o outro partido era pela moderação. A côrte era um fóco de intrigas, dissensões e odios interminaveis.

No meio destes desgostos outro maior veio amargurar o coração do Monarcha. O marquez de Loulé, seu estribeiro mór e amigo particular, foi barbaramente assassinado quasi diante de seus olhos, no palacio de Salvaterra, no 1.° de Março de 1824; este attentado foi o preludio de outros maiores que se preparavão. Ainda não estava concluida a devassa que se mandára abrir sobre esse assassinato, quando rebentou a explosão de 30 de Abril. O infante D. Miguel, como commandante em chefe do exercito, mandou na madrugada deste dia reunir na praça do Rocio todas as tropas da guarnição, fazendo correr entre ellas a voz de que tentavão assassinar seu pai e a familia Real. Neste sentido lhes dirigiu depois uma proclamação, e outra aos habitantes, concebidas nos termos mais virulentos e ameaçadores. Mandou prender alguns ministros d'Estado, muitos dos primeiros funccionarios, chefes e officiaes militares, e grande numero de outras pessoas de differentes jerarquias. Não se via por toda a parte senão arrastarem violentamente para as prisões pessoas respeitaveis por suas virtudes, qualidades e empregos. A nota de *liberal* era recommendação infallivel para ser maltratado e preso. Lisboa achava-se em terror e consternação.

Em quanto o infante estas cousas ordenava, achava-se

D. João VI só e encerrado no palacio da Bemposta, de que um forte corpo de tropas prohibia a entrada a quem quer que fôsse. Nem elle até sabia o que se fazia por fóra, nem o que devia obrar: as ordens do infante tinhão-lhe vedado toda a communicação com os seus ministros e o povo. Todavia os ministros estrangeiros, constando-lhe essa perfeita coacção e conhecendo o que contra elle se tramava, reunirão-se em corpo, e dirigirão-se á Bemposta. O official que alli commandava, recusou-lhes a passagem em nome do infante; porém o embaixador francez, Mr. Hyde de Neuville, lhe respondeu: « O infante não é mais que um subdito, e nós não reconhecemos aqui senão El-Rei. Pensai bem no que fazeis, senhor official; perdoa-se aos filhos dos Reis quando elles faltão ao seu dever, mas enforcão-se os seus complices. » A firmeza e força destas palavras intimidarão o official, e o corpo diplomatico conseguiu ser admittido á presença do recluso Rei, a quem encontrou opprimido de profunda dôr, não tendo comsigo senão um criado e lord Beresford, a quem a passagem, recusada aos embaixadores, fôra concedida sem difficuldade. Então declarou que estava prisioneiro de seu filho, e que nada sabia do que se passava: Beresford quiz levantar a voz para justificar o infante, mas o ministro britannico Thornton lhe impôz silencio.

O principe, logo que soube da resolução do corpo diplomatico, apresentou-se no palacio, dizendo que se vira obrigado a tomar medidas fortes e decisivas para salvar a vida d'El-Rei e da Rainha, contra quem se tramava uma conspiração. Em consequencia das energicas advertencias que lhe dirigiu o corpo diplomatico, expediu ordem de entrarem as tropas nos quarteis; prometteu que serião soltos todos os presos, e o clemente Monarcha, levado de sua natural bondade, perdoou-lhe ainda desta vez, attribuindo á urgencia do caso os excessos de autoridade.

O infante bem longe porém de cumprir suas promessas, continuava a exercer todos os dias os actos mais arbitrarios: as prisões ião em augmento, El-Rei era vigiado de perto, e chegou-se a fallar de nomea-lo regente. D. João tomou então uma resolução firme que o salvou. No domingo 9 de Maio, tendo escapado aos que o vigiavão, a titulo de ir jantar á quinta de Caxias, embarcou no Tejo e refugiou-se a bordo da náu ingleza *Windsor Castle*, onde tudo já estava prompto para o receber. Tirou immediatamente o commando do exercito ao infante, ordenou que este comparecesse na sua presença, e depois de o reprehender asperamente, mandou-o recolher a bordo de uma fragata, da qual não tornou a sahir senão em Brest, onde o conduzirão para viajar alguns annos na Europa. D'ahi se dirigio para Vienna, onde permaneceu até 1827.

Uma proclamação d'El-Rei, datada de bordo da náu ingleza, tirou á nação todas as duvidas sobre as tentativas revolucionarias de 30 de Abril. Forão soltos os presos, e elle voltou ao seu palacio no meio das mais energicas demonstrações de prazer de toda a capital. A Rainha recebeu ordem de não sahir de Queluz, e os principaes complices e conselheiros do infante entrárão em processo. Depois deste, nenhum facto importante se passou no reinado de D. João VI, senão o reconhecimento da independencia do Brasil. As intrigas diplomaticas e de palacio havião por muito tempo impedido a conclusão das negociações entaboladas em Londres, pela mediação da Inglaterra e Austria relativas a este forçoso desmembramento: emfim a mudança de ministerio aplanou algumas difficuldades. A côrte de Lisboa consentiu em reconhecer a independencia e inteira separação do Brasil, e Sir Carlos Stuart, que ia de embaixador extraordinario da Inglaterra para o Rio de Janeiro, foi encarregado por D. João VI de concluir esta negociação. O tratado se assignou na mesma

capital, a 29 de Agosto de 1824, e se ratificou em Lisboa, a 5 de Novembro do mesmo anno. A soberania do Brasil era cedida ao principe Real D. Pedro, e El-Rei reservava sómente para si o titulo de Imperador do Brasil durante a sua vida. A unica falta de qualquer clausula, que regulasse a futura successão das duas corôas e garantisse a perpetua separação deste Imperio, bastaria para provar que nunca se duvidou de que essas duas corôas virião a reunir-se na cabeça de D. Pedro ou de seus successores.

D. João VI havia sempre gozado de excellente saude. A 4 de Março de 1826, porém, recolhendo-se de jantar na quinta de Belem, sentio-se repentinamente accommettido de vomitos, convulsões e deliquios; nos dois dias seguintes augmentárão estes symptomas, e posto que o mal parecesse diminuir um pouco de 6 até 9, em a noite deste ultimo dia declarou-se nova crise com maior força, e sem mais ter allivio veio a fallecer no dia 10. Durante o intervallo da melhora havia nomeado uma regencia presidida pela infanta D. Isabel Maria, a qual tomou immeditamente a direcção dos negocios.

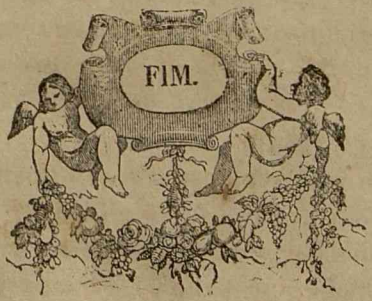
Muitos rumores se espalhárão então sobre a verdadeira causa da sua morte. Na impossibilidade de esclarecer um ponto tão delicado, diremos sómente que, se um crime abominavel se commetteu, seguramente não póde elle ser imputado senão áquelles que havia já tanto tempo conspiravão contra elle. Nunca houve em Portugal Monarcha que com tanta bondade e desejo do bem publico tivesse um reinado tão cheio de infortunios e trabalhos, e vida tão cortada de desgostos e amarguras. Muita gente tem attribuido tantas desgraças ao seu espirito timido e receoso, e á estreiteza de sua capacidade: se a primeira asserção póde ser bem fundada, a segunda é mui problematica. As pessoas que tinhão frequentes occasiões de ver e estudar D. João VI, forão accordes em affirmar que elle

possuia conhecimentos mui positivos e exactos sobre o estado da Europa e principaes personagens que manejavão os seus destinos: em muitas circumstancias mostrou grande justeza de raciocinio e penetração pouco commum. Posto que supersticioso na apparencia, estava bem longe de ser fanatico. Dir-se-hia até que o seu gosto pelas ceremonias religiosas era mais effeito do habito que da convicção: é constante que nos ultimos annos de sua idade se mostrou pouco devoto. Póde-se asseverar que foi o Soberano que passou mais tempo na sociedade de frades, e que menos se deixou dominar por elles, porque os conhecia. Em seu tão tormentoso reinado a todos os respeitos, illudido, atraiçoado e perseguido por filhos, mulher e subditos, soube-se manter com rara sagacidade, desmanchando os planos dos ministros e dos aulicos que o querião atraiçoar ou prejudicar, trazendo-os continuamente desunidos entre si em seus interesses pessoaes afim de não fazerem causa commum. Dir-se-hia que neste ramo tinha bem estudado o systema de Machiavello.

Uma verdade sobretudo deve ser mui honrosa á memoria deste Rei, e é que elle não era affeiçoado ao poder absoluto: abdicou-o com franqueza e sem reserva, e com pezar e violencia o recobrou, ou antes consentiu em o deixar exercer em seu nome. Se não teve firmeza bastante para salvar as instituições liberaes que jurára, foi todavia assaz virtuoso para ser dos ultimos a abandona-las. O seu principal defeito era a pusillanimidade. Finalmente, possuindo virtudes bastantes para illustrar o throno, não era todavia um Soberano proprio para os tempos em que viveu, tempos bem tempestuosos e em que tão espantosos acontecimentos transtornárão inteiramente o estado dos dois mundos. Foi depositado em S. Vicente de Fóra, jazigo ordinario da familia Real de Bragança.

Daremos fim a este Bosquejo historico e a toda a obra,

que remata, com o reinado de D. João VI, época mui fertil em importantes acontecimentos politicos, dos quaes só narrámos os principaes, bem como dos demais reinados, pois só com centos de volumes como os dois deste *Diccionario* se poderia tratar essa materia com minuciosidade. O periodo de vinte e cinco annos que decorre desde a época em que rematamos este trabalho tem igualmente sido muito abundante em successos politicos de todo o genero, tragicos episodios, tanto mais dignos de serem conhecidos, porque se achão estreitamente ligados com a sociedade actual. Não é porém nossa tenção compromettter caracteres, despertar paixões e avivar chagas que ainda sangrão na individualidade presente da nação, assim como para não sermos taxados de parcialidade, labéo que sempre se lança a quem ajuiza historicamente da actualidade.



INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NESTE VOLUME.

Paizes que formão a Monarchia Portugueza . . . . . Pag. 1
Portugal continental na Europa. Limites, Superficie. 5
Aspecto physico de Portugal. Montanhas, Planicies, Ilhas adjacentes . . . 7
Rios, Lagos, Cabos, Portos, e Enseadas. 9
Clima, Salubridade da Atmosphera. 11
Producções. Reino Animal. 14
Reino Vegetal. 19
» Mineral. 22
Agricultura 26
Industria 39
Commercio 54
Resultados geraes do Commercio de Exportação, Importação e Reexportação de Portugal e seus Dominios em que se póde culcular no anno de 1850. . 76
Commercio com o Brasil. 85
» » a Grãa-Bretanha. 88
» dos Açores e Madeira 90
Divisão civil, militar e ecclesiastica da Monarchia; sua População, Superficie e Contribuição predial; sua Religião e Fórma de Governo. 97
Rendimento, Despeza e Divida Publica de Portugal 116
Exercito, Marinha e Praças fortes da Monarchia. 141
Instrucção Publica, Caracter e Costumes dos Habitantes. 163
Ordens Militares ou de Cavallaria em Portugal. 178
Ordem de S. Bento d'Aviz 179
» » Christo. 182
da Conceição de Villa-Viçosa. 184
» Torre e Espada 185
de S. Thiago da Espada. 186
» S. Isabel. 187
» Malta ou de S. João de Jerusalem. 188
da Ala ou da Aza de S. Miguel. 190
» Frecha. 190
de S. Julião do Pereiro 191
dos Templarios. 191
Ordens da Madre-Silva e dos Namorados 192
Genealogia dos Reis, Rainhas, Principes e Princezas que tem havido em Portugal até o tempo presente. 192

Parte Litteraria.

Desde os primeiros vestigios da Litteratura na Lusitania até á elevação do paiz em Reino independente. Origem e formação da Lingua Portugueza. . 217

Resenha Litteraria de Portugal desde que se constituiu Reino independente até ao fim do 15.º seculo. . . . . Pag. 226
Bosquejo da Litteratura Portugueza desde o começo do 16.º seculo até á usurpação castelhana. 238
Desde a fundação da Academia Real de Historia e outros nos principios do 18.º seculo até o tempo presente. 286

Parte Historica.

Antiga Lusitania; limites e origem do seu nome; usos e costumes dos seus habitantes. 325
A Lusitania sob o dominio dos Romanos. Invasões dos Povos do Norte no Sul da Europa. Dominio dos Alanos, Suevos e Godos na Lusitania. Reflexões acerca do estado civil do paiz. 332
Invasão dos Mouros na Peninsula Iberica. Dynastia dos Reis Godos nas Asturias, Leão e Castella. Reflexões acerca do estado dos Hespanhoes sob o dominio dos Mouros 341
Conde D. Henrique de Borgonha. 349
D. Affonso Henriques 354
D. Sancho 1.º 367
D. Affonso 2.º 369
D. Sancho 2.º 373
D. Affonso 3.º 378
D. Diniz 388
D. Affonso 4.º 390
D. Pedro 1.º. 396
D. Fernando 1.º. 401
Interregno e Regencia de 1383 a 135. 409
D. João 1.º 416
D. Duarte. 425
D. Affonso 5.º 428
D. João 2.º 438
D. Manoel. 452
D. João 3.º 472
D. Sebastião. 487
D. Henrique, Cardeal-Rei. 500
Interregno. D. Antonio Grão Prior do Crato 505
D. Philippe 2.º 510
D. Philippe 3.º 515
D. Philippe 4.º Reflexões sobre os 60 annos de captiveiro de Portugal. . . . 518
D. João 4.º 527
D. Affonso 6.º. 535
D. Pedro 2.º 544
D. João 5.º 550
D. José 1.º 558
Dona Maria 1.ª 571
D. João 6.º 581

FIM DO INDICE.

LISTA

DOS SENHORES SUBSCRIPTORES.

A. J. Ferreira Braga	Exemplar.	1
Agra & C.ª		1
Albino Teixeira Guimarães		1
Alexandre José P. de Mello		1
Alexandre Manoel de Barros		1
Conselheiro Alexandre Maria de Moraes Sarmento		1
Antonio Alves de Amorim Vianna		1
Antonio Alves da Cunha Bastos		1
Antonio Alves Santos		1
Antonio Angelo Pedrozo		1
Antonio Augusto Moreira Guimarães		1
Antonio Balthasar da Motta		1
Antonio Bernardino Alves Coelho		1
Antonio Borges Sampaio		1
Antonio Caetano Moreira		1
Antonio Duarte Claro		1
Antonio Ferreira Brandão		2
Antonio Ferreira da Silva Carneiro		1
Antonio Francisco Gomes		1
Antonio Francisco Nogueira, junior		1
Antonio Gomes de Macedo		1
Antonio Gonçalves Bastos		1
Antonio Joaquim de Almeida		1
Antonio Joaquim Ascenso Lima		1
Antonio Joaquim Dias Braga		1

Antonio Joaquim Fernandes Lima 1
Antonio Joaquim Marques, de Faro, para si e seus assignantes. 21
Antonio Joaquim Pereira Pinheiro 1
Antonio Joaquim Rodrigues Magina 2
Antonio Joaquim Sampaio Castro 1
Antonio Joaquim de Souza Freire 2
Antonio Joaquim Vieira de Souza 1
Antonio José Alves. 1
Antonio José Alves Coelho. 1
Antonio José Arêas. 1
Antonio José Coelho da Rocha 1
Antonio José Dias Pereira. 1
Antonio José Mendes Campos. 3
Antonio José Peixoto, sobrinho. 1
Antonio José Pereira Bastos 1
Antonio José Pereira Ferreira, do Porto, para si e seus subscriptores. 38
Antonio José da Rocha. 1
Antonio José da Silva Braga 1
Antonio Leite Fernandes 1
Antonio Lopes Ferraz 1
Antonio Luiz dos Santos Lima 1
Antonio Manoel do Aragão 1
Antonio Manoel Dias 1
Antonio Maria Barker. 1
Antonio Maria Carneiro e Sá. 1
Antonio Maria Martins Coimbra. 1
Antonio Moreira Pinto de Souza. 1
Antonio de Oliveira Martins. 1
Antonio P. dos Santos. 1
Antonio de Paula Freitas. 1
Antonio Pereira da Fonseca 2
Antonio Pereira Neves 1
Antonio Pinto Monteiro 1
Antonio Ribeiro de Paiva. 1
Antonio da Rocha Miranda e Silva. 1
Antonio de Siqueira e Silva 1
Antonio Teixeira de Barros 1
Antonio Teixeira de Mattos Carvalho 1

Antonio Teixeira Pires Villela 2
Antonio Teixeira da Silva Barroso 1
Antonio Thomaz Rodrigues da Silva 1
Antonio Thomaz da Silva Leal 1
Athanasio José da Silva 1
Augusto Cesar Araujo de Macedo 1
B. F. Oliveira 1
Bernardo Domingues Silva Araujo 1
Bernardo Domingues Souza Araujo. 1
Bernardo Joaquim de Oliveira 1
Bernardo José Diniz 1
Bernardo Pinto e Oliveira. 1
Bibliotheca Fluminense 1
Caetano Alberto Soares 1
Caetano Luiz Machado. 1
Carlos Poggetti 30
Cesario José Cardoso de Oliveira 1
Cherubino Henriques Lagôa. 1
Claudino do Nascimento Ramalho. 1
Claudio José da Silva. 1
Constantino Vieira Bello 1
Custodio Cardoso Fontes 1
Custodio José Ferreira. 1
Custodio José de Oliveira Barbosa 1
Custodio José Vieira de Sá 1
Desembargador Cypriano José Velloso. 1
David dos Santos Bandeira. 1
Delphim José Ribeiro Guimarães 1
Delphino da Cunha. 1
Domingos. 1
Domingos Francisco Moreira. 1
Domingos Joaquim de Araujo Osorio 1
Domingos José Gomes de Almeida. 1
Domingos José Ribeiro 1
Domingos Peres Branco 1
Domingos Pinheiro Vianna 1
Domingos Pires Barroso 1
Estevão Araujo de Vasconcellos. 1
Eugenio Bricolens. 25

Fernando Affonso Ennes 1
Fernando da Costa Andrade 1
Florindo Bento Corrêa da Silva 1
Francisco Antonio de Araujo dos Reis 1
Tenente-coronel Francisco Antonio Cortez. 1
Francisco Antunes Carneiro Braga 1
Francisco Augusto Mendes Monteiro 1
Francisco Candido Dias da Motta 1
Francisco de Carvalhaes Vaz. 1
Francisco Casimiro da Cruz Teixeira 1
Francisco Ferreira de Mello 1
Francisco Henriques Paes. 1
Francisco José Pereira Porto. 1
Francisco Lopes Pimenta 1
Padre Francisco Luiz Fernandes Pinto 1
Francisco Martins Pinheiro 1
Ferreira Netto & Mello. 1
Francisco Baptista Villela 1
Francisco Manoel Machado, da Bahia, para si e seus assignantes. 29
Francisco Pinto Coelho. 1
Francisco Pinto da Costa Freitas. 1
Capitão Francisco Ribeiro da Fonseca 1
Francisco dos Santos Leal. 1
Francisco Xavier Dias da Fonseca 1
Gabinete Portuguez de Leitura 2
Gregorio José Ramos, de Lisboa, para si e seus assignantes . . 12
Guilherme Augusto Machado Pereira 1
Guilherme Joaquim Nogueira. 1
Henrique José Dias. 1
Henrique José Tavares Cunha, de Lisboa, para si e seus assignantes. 16
Hermenegildo Corrêa de Sá 1
Commendador Hilario de Andrade 1
J. de la Rosière. 1
Dr. Jacintho José da Silva Pereira Dutra 1
Jeronymo de Freitas Caldas 1
Jeronymo Velloso Pacheco. 1
João Antonio Cavalleiro 1
João Antonio da Cunha Porto. 1
João Antonio da Penha Braga. 1

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO
BIBLIOTECA

2/8